

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

NADINI DE ALMEIDA LOPES

Opinião de imprensa: tipologias de argumentos em editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a prefeitura de São Paulo entre 2013 e 2016

São Paulo

2021

NADINI DE ALMEIDA LOPES

Opinião de imprensa: tipologias de argumentos em editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a prefeitura de São Paulo entre 2013 e 2016

Versão original

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em cotutela com o Programa Doutoral em Informação e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como exigência para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Ciências da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Bucci – PPGCOM / ECA-USP

Coorientadora: Prof^a Dra. Helena de Lima - FLUP

São Paulo

2021

Autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Biblioteca

Escola de Artes e Comunicações

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

de Almeida Lopes, Nadini

Opinião de imprensa: as tipologias de argumento em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo sobre a prefeitura de São Paulo entre 2013 e 2016 / Nadini de Almeida Lopes ; orientador, Eugênio Bucci ; coorientadora, Helena de Lima. -- São Paulo, 2021.

348 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão original

1. O Estado de S. Paulo 2. jornalismo 3. editorial 4. argumento 5. Fernando Haddad I. Bucci, Eugênio II. de Lima, Helena III. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

LOPES, N. de A. **Opinião de Imprensa:** tipologias de argumentos em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo sobre a prefeitura de São Paulo entre 2013 e 2016. 2021. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2021

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À minha mãe, Aparecida de Almeida, por ter me mostrado desde o meu nascimento que a educação seria o bem mais precioso que eu poderia ter.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eugênio Bucci, pelo apoio, respeito, carinho e ética demonstrados em cada etapa desse processo.

À minha coorientadora, Profª Dra. Helena de Lima, pelos conselhos, dedicação e amparo que dedicou a mim em Portugal e nas inúmeras conversas e orientações.

Ao Secretário da Direção da ECA, Robson Zanovelo, e à Coordenadora do Serviço de Relações Internacionais da Universidade do Porto, Carla Maria Gonçalves Augusto, pela paciência, dedicação e prestatividade em todas as etapas do convênio entre as duas instituições.

A toda a equipe do PPGCOM da ECA, em especial à secretária do programa de pós-graduação, Maria Teixeira de Sousa, pela ajuda, apoio e presença durante o meu processo de doutoramento.

A Marcia Furtado Avanza, por ter sido minha professora e incentivadora durante a graduação e a minha ponte para a pós-graduação.

Ao amigo Jorge Pedro Sousa pelos inúmeros cafés, conversas sobre história, jornalismo e passeios em Portugal, que me auxiliaram na jornada do doutorado e na solidão da pandemia.

Ao professor e amigo Enio Moraes Júnior pelo apoio, revisão crítica da tese e por estar presente no período final de imersão na pesquisa.

A Ana Paula Cardoso pela minuciosa revisão da tese, pelo suporte e palavras que me ajudaram a chegar até aqui.

Às bibliotecárias da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ana Carolina De Domenico de Avilez de Basto, Cláudia Isabel Fernandes e Laura Mariana Gil, que me

receberam, guiaram e tantas vezes reservaram os meus livros para que eu não precisasse selecioná-los novamente no dia seguinte.

À embaixada norte-americana pelas instalações da sala American Corners Portugal na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que me proporcionou equipamentos e suporte durante a minha estada.

Ao meu irmão, Danilo Romão Lopes, e ao meu pai, Roberto Maekawa, pelo amor, suporte e conselhos.

A Bianca Machado Areas por todo carinho, paciência, dedicação e estímulos quando eu me preocupava, por estar presente em todas as etapas dessa jornada e por ser a representação do amor.

Ao meu tio Gilberto de Almeida e à minha tia Deise Ongaro por todas as palavras de incentivo, crenças no meu potencial e amor.

A Patricia Muccino e a Claudiney Prieto pela base que me proporcionaram, pela presença e por todo carinho com que sempre incentivam os meus sonhos.

A Fabíola Sanches e a Sergio Cota, meus irmãos, compadres, amigos e grandes impulsionadores dos meus projetos.

Aos meus amigos e irmãos da arte Heloisa Alves, Igor Oliveira e Flávio Lopes por terem me dado suporte nesse projeto com amor e dedicação.

À toda a comunidade pagã brasileira e internacional, aos membros da Tradição Diânica Nemorensis, Tradição Gardneriana e Minoan Brotherhood por me apoiarem e me ajudarem na realização desta etapa da minha vida.

RESUMO

LOPES, N. de A. **Opinião de imprensa:** tipologias de argumentos em editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a prefeitura de São Paulo entre 2013 e 2016. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo/Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021.

A presente pesquisa pretendeu estudar a prática editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) entre 2013 e 2016, no município de São Paulo, para verificar se o veículo adotou viés partidário, contrariando os seus próprios cânones. O objeto de análise (*corpus*) foi formado pelos 281 editoriais publicados pelo diário que comentaram atos ou pronunciamentos do prefeito. No curso da investigação, identificaram-se três principais tipos de argumentos empregados: o *Argumento da Razão Legal*, o *Argumento da Ética Pública* e o *Argumento dos Valores Eletivos*. A partir dos três, desenhou-se a tipologia do argumento. Para fins de comparação, foram quantificados e analisados os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a segunda gestão do prefeito Gilberto Kassab entre 2009 e 2012 (Democratas de 2007 a 2011 e Partido Social Democrático a partir de 2011) e do diário *Folha de S. Paulo* na gestão de Fernando Haddad. Para melhor compreender a formação da cultura jornalística no Brasil, e o modo como ela separa o editorial (texto opinativo) do noticiário (texto informativo), esta pesquisa estudou a formação da imprensa em Portugal. Ao fim, a análise empreendida segundo os parâmetros de Lawrence Bardin (2016) revelou que houve assimetria quantitativa no tratamento editorial dedicado a Fernando Haddad, com forte adjetivação negativa, mas não detectou argumentos falaciosos ou mentirosos nas críticas dirigidas a ele.

Palavras-chave: *O Estado de S. Paulo*. Jornalismo. Editorial. Argumento. Fernando Haddad.

ABSTRACT

LOPES, N. de A. **Press opinion:** typologies of arguments in editorials of the newspaper *O Estado de S. Paulo* about São Paulo city hall between 2013 and 2016. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo/Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021.

The present study analyses the editorial practice adopted by the newspaper *O Estado de S. Paulo* during the government of Mayor Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores - PT) between the years of 2013 and 2016, in the city of São Paulo, in order to verify whether the paper reflected its political bias, going against its own canons of ethics. The subject of analysis (*corpus*) made by 281 published editorials by the newspaper commented on the Mayor's actions or statements. Throughout the investigation, it was possible to identify the use of three major arguments: *Legal Reason*, *Public Ethics* and *Elective Values*. The typology of the argument stemmed from these three. For the purpose of comparison, the editorials by the newspapers *O Estado de S. Paulo* during the second government of Mayor Gilberto Kassab between the years of 2009 and 2012 (Democratas from 2007 to 2011 and Partido Social Democrático from 2011 onwards) and *Folha de S. Paulo* during the government of Fernando Haddad were quantified and analysed. In order to have a better understanding of the journalistic culture in Brazil, and how it separates the editorial (opinionated text) from the news (informative text), this research studied the origins of the press in Portugal. The results of the analysis made in agreement with Lawrence Bardin's (2016) standards show that there has been quantitative asymmetry when it comes to the editorials dedicated to Fernando Haddad, presenting a strong usage of negative adjectives. However, it did not detect fallacious or untrue arguments within the critics directed at him.

Key words: *O Estado de S. Paulo*. Journalism. Editorial. Argument. Fernando Haddad.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formação da mídia jornalística e o contexto político	
Tabela 2 – Modelos de comunicação e política	
Tabela 3 – Comparativo entre modelos	
Tabela 4 – Modelo metodológico da pesquisa em comunicação	
Tabela 5 - Aplicação do modelo metodológico	
Tabela 6 – Categorias e subcategorias da tipologia do argumento	
Tabela 7 – Comparativo dos polos direcionais sobre gestão Fernando Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Tabela 8 – Comparativo dos polos direcionais sobre gestão Gilberto Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Tabela 9 – Argumentos do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> com Haddad e Lula	
Tabela 10 – Argumentos do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> com Haddad e Dilma	
Tabela 11 – Argumentos no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre Gilberto Kassab	
Tabela 12 – Argumentos sobre José Serra e Gilberto Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Tabela 13 – Argumentos dos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i> durante a gestão de Fernando Haddad	
Tabela 14 – Sequência de <i>Argumentos da Razão Legal</i> no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	
Tabela 15 – Sequências de <i>Argumentos da Razão Legal</i> : lógicas jurídica, administrativa e financeira	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Posicionamento dos editoriais no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	
Figura 2 – Posicionamento dos editoriais no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de editoriais sobre gestão Fernando Haddad em cada posicionamento (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 2 – Quantidade de editoriais positivos, negativos ou neutros sobre gestão Fernando Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 3 – Recorrências de temas nos editoriais de <i>O Estado de S. Paulo</i> na gestão Fernando Haddad	
Gráfico 4 – Representatividade dos editoriais no período Fernando Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 5 – Número de menções nominais de Fernando Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	

Gráfico 6 – Editoriais com referência direta ou indireta a Fernando Haddad ou à prefeitura de São Paulo (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 7 – Número de editoriais sobre gestão Gilberto Kassab em cada posicionamento (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 8 – Quantidade de editoriais positivos, negativos ou neutros sobre gestão Gilberto Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 9 – Recorrências de temas nos editoriais de <i>O Estado de S. Paulo</i> na gestão Gilberto Kassab	
Gráfico 10 – Representatividade dos editoriais no decorrer do período Gilberto Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 11 – Número de menções nominais de Gilberto Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 12 – Editoriais com referência direta ou indireta a Gilberto Kassab ou à prefeitura de São Paulo (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 63 – Número de editoriais sobre gestão Fernando Haddad em cada posicionamento (<i>Folha de S.Paulo</i>)	
Gráfico 14 – Quantidade de editoriais positivos, negativos ou neutros sobre gestão Fernando Haddad (<i>Folha de S.Paulo</i>)	
Gráfico 15 – Recorrências de temas nos editoriais de <i>Folha de S.Paulo</i> na gestão Fernando Haddad	
Gráfico 16 – Representatividade dos editoriais no período Fernando Haddad (<i>Folha de S.Paulo</i>)	
Gráfico 17 – Número de menções nominais de Fernando Haddad (<i>Folha de S.Paulo</i>)	
Gráfico 18 – Editoriais com referência direta ou indireta a Fernando Haddad ou à prefeitura de São Paulo (<i>Folha de S.Paulo</i>)	
Gráfico 19 – Editoriais negativos sobre Fernando Haddad em que se cita seu partido	
Gráficos 20 e 21 – Menções em editoriais aos ex-presidentes Lula e Dilma	
Gráfico 22 – Editoriais negativos sobre Gilberto Kassab em que se cita seu partido	
Gráfico 23 – Total de publicações nos diferentes polos na gestão Fernando Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 24 – Total de publicações nos diferentes polos na gestão Gilberto Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	
Gráfico 25 – Comparativo entre polos positivos das gestões Haddad e Kassab	
Gráfico 26 – Comparativo entre polos negativos das gestões Haddad e Kassab	
Gráfico 27 – Comparativo entre polos neutros das gestões Haddad e Kassab	
Gráfico 28 – Comparativo das somas dos polos negativos e neutros das gestões Haddad e Kassab	

SUMÁRIO

Introdução	14
PARTE I – AS POTÊNCIAS	
Capítulo 1 – Forças e princípios atuantes no discurso jornalístico	18
1.1 Forças internas	22
1.1.1 <i>Frames</i> – Robert Entman	22
1.1.2 Como ativar o espalhamento	24
1.1.3 <i>Priming</i>	27
1.1.4 <i>Agenda-setting</i>	31
1.1.4.1 <i>Agenda-setting</i> e a política	33
1.1.5 Critérios de noticiabilidade e valores-notícia	
1.1.6 Teoria organizacional	36
1.2 Forças externas	38
1.2.1 Política e governança democrática	39
1.2.2 A crise da comunicação na governança democrática	42
1.2.3 Comunicação política sob diversas óticas	45
1.3 Arendt: a “verdade dos fatos”, a opinião e a verdade filosófica	45
1.4 Susana Salgado: estratégias de mídia e agenda política	48
1.5 Bob Franklin e a mídia britânica	50
1.6 Wolsfeld: o poder e a mídia independente	50
1.7 Thompson e o pluralismo regulado	52
1.8 Comunicação política na democracia	54
1.9 O discurso midiático para Gamson	59
1.10 As teorias do jornalismo: da agulha hipodérmica à midiatização política	60
1.11 Midiatização: mídia, imprensa e jornalismo	66
1.12 Forças individuais: princípios norteadores da prática do jornalismo	70
1.13 Opinião pública	72
1.14 <i>Two step flow</i> , influências pessoais e novos paradigmas	72
1.15 A opinião e a política	74
1.16 A opinião política no escândalo de Watergate	75
1.17 De Lippmann a Habermas: opinião pública e esfera pública	77
PARTE II – PARALELOS	88
Capítulo 2 – Paralelos Brasil – Portugal	89
2.1 EUA: a imprensa precede a formação do Estado	89
2.2 O princípio da objetividade	92
2.3 Brasil: a imprensa nasce censurada	99
2.4 Portugal: da formação da imprensa à Liberdade de Imprensa (1834)	101
2.5 Brasil e Portugal: Estado Novo e ditadura	108
Capítulo 3 – A formação dos sistemas de mídia do jornalismo e os paralelos políticos	110
3.1 A revolução jornalística paulista	123
3.2 A formação da imprensa paulista	124
3.3 <i>O Estado de S. Paulo</i> : “Nossa independência não tem preço”	126
3.3.1 Júlio Mesquita	127
3.3.2 Jornal do governo ou jornal do povo	131
3.4 A liquidez do jornalismo brasileiro	134
Capítulo 4 – Gêneros jornalísticos	136

4.1 As práticas editoriais ao redor do mundo: um breve leitura	139
4.2 Editorial: o gênero	142
4.3 A prática editorial no Brasil	143
PARTE III – ANÁLISES	146
Capítulo 5 – Metodologia	146
5.1 Os níveis e fases da pesquisa em comunicação para Immacolata Lopes	146
5.2 Os níveis da pesquisa	148
5.2.1 Nível epistemológico	148
5.2.2 Nível teórico	149
5.2.3 Nível metódico	149
5.2.4 Nível técnico	150
5.3 As fases da pesquisa	150
5.3.1 Primeira fase: definição do objeto	151
5.3.2 Segunda fase: observação	151
5.3.2.1 Amostragem	152
5.3.2.2 Coleta de dados	152
5.4 Terceira fase: a descrição	153
5.5 Quarta fase: a interpretação	153
5.6 O modelo metodológico: a aplicação por meio das fases	154
5.7 Análise de conteúdo segundo Lawrence Bardin	156
5.7.1 Pré-análise	157
5.7.2 A escolha dos documentos: definição do <i>corpus</i>	157
5.7.3 Análise de contingência	159
5.7.4. Formulação das hipóteses e dos objetivos	160
5.7.5 A elaboração dos indicadores e a preparação do material	161
5.7.6 <i>Frames</i> no jornalismo opinativo de editorial: o enquadramento argumentativo	162
5.7.7 O enquadramento argumentativo: as diferentes tipologias para a crítica de mídia	165
5.7.8 As subcategorias do enquadramento argumentativo	165
5.7.9 Categorias do enquadramento argumentativo	167
5.7.10 Fundamentos do estudo da argumentação: a nova retórica para Perelman e Olbrechts-Tyteca	171
Capítulo 6 – Elementos da análise quantitativa	176
6.1 <i>O Estado de S. Paulo</i> em números – gestão Haddad	178
6.2 <i>O Estado de S. Paulo</i> em números – gestão Kassab	182
6.3 <i>Folha de S. Paulo</i> em números – gestão Haddad	186
6.4 Conexões com políticos e partido	191
6.5 Os polos direcionais	193
6.6 Análise de contingência: a adjetivação do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> na gestão Haddad	198
6.7 Análises – Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff	199
6.7.1 Lula	200
6.7.2 Dilma Rousseff	206
6.8 <i>O Estado de S. Paulo</i> na gestão Gilberto Kassab: a despersonalização do ator político	207
6.9 <i>O Estado de S. Paulo</i> , a gestão unificada “Serra-Kassab” e a solidariedade argumentativa	213
6.10 <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i> na gestão Haddad: a mobilidade urbana em foco	217

6.11 Tipologias do argumento	223
6.12 O <i>Argumento da Razão Legal</i>	223
6.12.1 Subcategorias do <i>Argumento da Razão Legal</i> em suas lógicas jurídica, administrativa e financeira	231
6.13 O <i>Argumento da Ética Pública</i>	233
6.13.1 Subcategorias do <i>Argumento da Ética Pública</i> : as lógicas partidária, relacional e eleitoreira	240
6.14 <i>Argumento de Valores Eletivos</i> conforme as lógicas da defesa da iniciativa privada e do republicanismo	242
6.15 Análise de contingência: os adjetivos relacionados a Fernando Haddad nos editoriais do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	248
Conclusão	249
Objetivos	254
Esquerda ou direita?	254
Bibliografia	257
PARTE IV – Anexos	265

Introdução

A presente pesquisa partiu do questionamento acerca da prática editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Os editoriais teriam pecado por partidarismo, contrariando os cânones que o próprio jornal preconiza? Que tipos de argumentos foram utilizados para sustentar os posicionamentos do veículo sobre as ações do prefeito?

O objeto de análise foi formado pelo conjunto de 281 editoriais publicados pelo veículo durante a gestão de Haddad na cidade de São Paulo, os que abordaram ações do político ou da prefeitura.

O objetivo geral da tese foi analisar os textos dos editoriais sobre o prefeito Fernando Haddad no jornal *O Estado de S. Paulo* durante o período de 2013 a 2016. Os objetivos específicos foram:

- avaliar se houve partidarismo nos textos do editorial;
- compreender as construções dos posicionamentos do veículo sobre o prefeito Fernando Haddad durante o seu mandato;
- averiguar se o posicionamento editorial adotado durante a gestão do prefeito Haddad foi similar ao assumido na gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012);
- investigar os tipos de argumentos utilizados no jornalismo opinativo de editorial político;
- identificar os parâmetros editoriais adotados pelo veículo.

A empreitada de pesquisa não foi simples, pois se deu em tempos de opiniões exacerbadas em diversos segmentos da sociedade. Em alguns aspectos, aliás, é possível que a dicotomia partidária vivenciada durante o segundo mandato do governo da presidente Dilma Rousseff (2015-2016) tenha interferido na postura opinativa dos veículos jornalísticos, estendendo os efeitos da crise política aos demais membros do Partido dos Trabalhadores (PT).

A presente pesquisa tem três hipóteses:

H1. *O jornal adotou procedimentos distintos para se referir ao prefeito Fernando Haddad e ao seu antecessor, prefeito Gilberto Kassab. Ao identificar a gestão do primeiro*

negativamente, nomeou-o pessoalmente mais vezes. Ao identificar negativamente a gestão do segundo, omitiu o nome próprio mais vezes. O partido do primeiro foi identificado mais vezes que o partido do segundo. Além disso, outros procedimentos personalizaram mais as referências a Fernando Haddad do que a Gilberto Kassab.

A primeira hipótese visava compreender se teria havido assimetria entre o tratamento editorial dado ao prefeito Fernando Haddad e aquele dirigido a Gilberto Kassab.

H2. *Para efeito de comparação, o jornal Folha de S.Paulo publicou menos editoriais negativos ao prefeito Fernando Haddad e expressou suas opiniões de forma menos passional e mais objetiva.*

Sobre a segunda hipótese, por meio das primeiras leituras, acreditava-se que o jornal *Folha de S.Paulo* teria mais comedimento em seus textos editoriais nas abordagens sobre o prefeito Fernando Haddad. Esta tese reconhece e defende a liberdade de imprensa, que inclui plena liberdade de opinião. Com essa segunda hipótese pretende apenas estabelecer parâmetros comparativos para aquilatar a quantidade e a qualidade argumentativa dos editoriais contrários à gestão municipal no período estudado.

H3. *Os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo fizeram proselitismo partidário e pregação doutrinária, contrariando os cânones cultivados pela tradição do diário.*

A terceira hipótese se relacionava à possibilidade de o jornal *O Estado de S. Paulo* explorar como fator negativo a associação entre a figura de Haddad e o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a outros atores políticos do partido, como Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A escolha do tema se justifica pelo peso histórico do jornal *O Estado de S. Paulo*, cuja trajetória se construiu permeando grandes acontecimentos, desde a luta abolicionista, a constituição da República até grandes momentos políticos atuais, como as Diretas Já (campanha pela volta das eleições diretas para presidente da República, em 1984), as diversas eleições presidenciais e dois *impeachments* (o de Fernando Collor, em 1992, e o de Dilma Rousseff, em 2016).

Esta tese não estudou a cobertura factual da gestão do prefeito Fernando Haddad, publicada nas páginas de reportagem do diário, mas apenas os textos dos editoriais, que aparecem regularmente na página A3. Por meio dessa leitura, e de comparações com outros períodos, no mesmo jornal, bem como com outros veículos, foi possível observar se houve partidarismo e se essa prática descumpriu os cânones editoriais propagados pelo diário.

Por certo, a democracia acolhe como legítima a propaganda partidária em veículos de imprensa. A questão estudada por esta tese não problematiza essa característica, que faz parte da normalidade das sociedades livres e é indispensável para a informação do público e para a qualidade dos processos decisórios na democracia. O ponto que foi estudado é se o jornal *O Estado de S. Paulo*, em alguns editoriais manifestamente contrários ao então prefeito Fernando Haddad, contrariou os seus próprios parâmetros editoriais, ou seja, desviou-se dos princípios que sempre nortearam sua linha editorial.

O primeiro capítulo foi dedicado a explorar as forças e os princípios internos, externos e individuais que atuam na imprensa até chegar à formação da opinião pública. Observou-se a existência de três esferas de influências na construção dos textos jornalísticos e na prática da profissão: as forças internas, as forças externas e as individuais. Nas forças internas, encontram-se as correntes teóricas que apontam para os processos interiores das empresas jornalísticas e as decisões que são tomadas durante o processo de edição da opinião editorial.

Nessa perspectiva, levou-se em conta que os *frames*, ou enquadramentos, determinam os trechos que, exaltados ou discretos, atuam como forças capazes de influir sobre a formação da opinião pública. Levou-se também em conta o *priming*, ou o estímulo inicial do indivíduo, que, ao determinar o que entra em pauta e o que fica de fora, afeta o que será debatido pelas pessoas. Os critérios de noticiabilidade e valores-notícia, que identificam aquilo que é vendável como informação, também foram incorporados ao prisma analítico aqui adotado, bem como a teoria organizacional, que se ocupa da linha de pensamento abraçada e cultivada pela empresa.

No quesito das forças externas, foram identificadas as formas como as estruturas sociais, os aspectos culturais e as organizações políticas interferem na construção da informação e – o que interessa primordialmente a esta pesquisa – da opinião editorial.

Em terceiro lugar, as forças individuais envolvem o âmbito da ética pessoal. Sendo o jornalista um cidadão, que convive na sociedade com as forças que o influenciam e, ao mesmo tempo, um trabalhador da empresa midiática que adota uma determinada linha editorial, a ética, ao mesmo tempo que é individual e parte integrante da conduta do jornalista como protagonista, é também uma força que age sobre ele de fora para dentro.

No capítulo 2, para que ganhasse mais clareza metodológica a análise dessas forças e princípios, a presente pesquisa buscou esboçar paralelos entre a dinâmica dos debates públicos mediados pela imprensa em dois países distintos, Brasil e Portugal. A razão dessa escolha veio da constatação de que a formação da imprensa brasileira, em larga medida, decorre da história

da imprensa portuguesa, notando-se também em ambas (talvez mais na brasileira) a forte influência dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Para melhor empreender a formação da imprensa nesses dois países, o nascimento da imprensa brasileira, sob a censura régia imposta pela família real portuguesa, foi espelhado, para fins de reflexão teórica, na experiência prévia e contemporânea da imprensa de Portugal.

No curso desse projeto de pesquisa, a autora desta tese passou cinco meses pesquisando em Portugal, entre janeiro e junho de 2020, de modo a ter acesso a dados, documentos, autores e veículos jornalísticos que embasassem o estudo. Ponto relevante dentro do paralelo dos dois países foi a relação entre o Estado Novo vivido em Portugal (1933 e 1974) e no Brasil (ditadura de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945). Em Portugal, com Salazar, a ditadura aconteceu entre 1926 e 1933, antes do estabelecimento do Estado Novo. Para completar, buscou-se investigar a formação dos sistemas de mídia de jornalismo português e brasileiro para encontrar simetrias ou assimetrias entre ambos.

De volta ao universo mais recortado da análise empírica desta tese, no capítulo 3 foi necessário recapitular o desenvolvimento da imprensa paulista e a história do jornal *O Estado de S. Paulo*, desde os tempos em que o diário se chamava *A Província de São Paulo*, no final do século XIX. Em seguida, no capítulo 4, foi feito o estudo das categorias (que são duas, informativa ou opinativa) e dos gêneros (que se desdobram a partir das duas categorias). Buscou-se compreender a gênese do modelo vigente no Brasil a partir do século XX, quando se estabelecem separações mais claras de procedimentos entre os dois gêneros, o informativo e o opinativo.

Somente a partir desses procedimentos iniciais, o capítulo 5 se ocupa de apresentar a metodologia com que o *corpus* da pesquisa foi analisado, segundo os parâmetros metodológicos preconizados por Lawrence Bardin (2016). Com base em Mauro Porto (2002) e Danilo Rothberg (2007), criaram-se categorias de análise, buscando o enquadramento argumentativo. De posse desse parâmetro, a presente tese desenvolveu uma tipologia própria do argumento (em editorial jornalístico), que se subdivide em três tipos: o *Argumento da Razão Legal*, o *Argumento da Ética Pública* e o *Argumento dos Valores Eletivos*.

Segundo o esquema analítico adotado na presente tese, o *Argumento de Razão Legal* mobiliza argumentos jurídicos e administrativos para questionar a legalidade no comportamento da autoridade; o *Argumento de Ética Pública* lida com padrões de conduta das autoridades para apontar desvios de conduta não apenas do ponto de vista da legalidade, mas também do ponto de vista da ética; e o *Argumento de Valores Eletivos* se apoia nas causas

livremente abraçadas pelo diário (como, entre outras, a defesa da livre iniciativa) para mostrar que os atos da autoridade vão numa linha diversa daquela propugnada pelo jornal. O capítulo 5 também sistematiza o que define o polo direcional do editorial (ou de seus argumentos), se negativo, positivo ou neutro.

No capítulo 6, empreendeu-se finalmente a análise propriamente dita, com base na metodologia exposta no capítulo anterior. Consideraram-se, em primeiro lugar, os elementos quantitativos; mensurou-se, em números, o conjunto dos editoriais analisados, de acordo com o seu polo direcional (negativo, positivo ou neutro). Quantificou-se igualmente a incidência da personalização do ator político, entre outros aspectos. A análise se estendeu para tecer breves comparativos entre o objeto analisado e os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012) e da *Folha de S. Paulo* durante a gestão Haddad. Depois das análises quantitativas, o capítulo 6 se dedica às análises qualitativas.

Observou-se que houve assimetria nas abordagens acerca dos argumentos utilizados durante a gestão Haddad em comparação à gestão Kassab. Verificou-se que os editoriais sobre Kassab não citavam o seu nome ao abordarem a prefeitura de São Paulo, o que pode ser interpretado como uma forma discursiva cujo efeito é despersonalizá-lo, desconectá-lo do cargo que ocupava. Ao final, a conclusão procura mostrar se as hipóteses foram ou não comprovadas, e em que medida.

PARTE I – AS POTÊNCIAS DA MÍDIA

Capítulo 1 – Forças e princípios atuantes no discurso jornalístico

O processo de construção da notícia passa por diversas fases. No jornalismo televisivo, o repórter prepara uma pauta, vai a campo entrevistar as pessoas, retorna para a redação e o material é editado antes de ser transmitido. As notícias em um veículo radiofônico também passam pela apuração e produção inerentes ao meio, assim como nos veículos impressos.

Investigar as diversas nuances presentes em cada tipo de produção noticiosa não está entre os objetivos desta pesquisa, mas vale compreender as diferenças significativas entre o que é o fato e o que é a notícia. Fatos são os acontecimentos em suas formas puras, sem nenhuma construção, destaque ou influência. Somente os que estavam presentes no local como testemunhas oculares desses fatos é que detêm a verdade, e as únicas interferências são os

arcabouços intelectuais dos assistentes, que determinarão a forma pela qual esses acontecimentos serão absorvidos por eles.

A notícia, por sua vez, é o fato trabalhado jornalisticamente para ser transmitido para as pessoas. Independentemente do processo de produção empregado pela plataforma midiática que transmitirá a notícia, ela se constitui pela lapidação do acontecimento, enquanto o fato é o material bruto. Para Michael Schudson (1998), as notícias podem ser explicadas em função de três tipos de forças interligadas: ação pessoal, social e cultural. Por essa leitura, percebe-se que seria possível identificar os fatores que influenciam a construção da notícia e seria crível verificar as notícias como sendo resultado da intenção das pessoas, do meio organizacional em que foram constituídas, da produção do sistema cultural em que são produzidas e da interação de todos os elementos citados que formam a contextualização histórica em que ocorrerá essa construção.

Utilizando a metáfora da lapidação de uma pedra ou da forja de um metal, podemos dizer que as formas brutas e verdadeiras, tal como foram encontradas na natureza, assemelham-se à ideia de fato. Quando esses materiais são lapidados ou recebem uma forma por meio da forja, acabam se adaptando à finalidade a que se destinam. A notícia que será entregue às pessoas não é o fato bruto, mas o fato lapidado ou forjado que ganha uma nova forma segundo um relato que deve ser plural, preciso e objetivo, de acordo com os parâmetros éticos que regem a prática jornalística.

O tratamento do fato durante o processo de construção noticiosa deve manter a objetividade para que não haja distorções, confusões nem distanciamento dos espectadores e leitores em relação ao acontecimento em sua forma original. A notícia deverá recontar o fato buscando manter a veracidade e utilizando recursos de edição e gráficos para facilitar a compreensão, sem deformá-lo.

Partindo do conceito de que a notícia é o fato transformado em um relato, podem-se questionar os interesses presentes na mídia em que o veículo está inserido, o seu alinhamento político e governamental, além dos destaques e resguardos aplicados pelos jornalistas. Mesmo sem intenção, esses profissionais também representam uma interferência ou uma forma de filtro, intermédio, entre o fato e aqueles que o consumirão.

Na presente pesquisa decidiu-se nomear esses interesses como forças e princípios que atuam na mídia e que acabam afetando a práxis jornalística. Essas forças foram divididas por nós em três – interna, externa e individual –, sendo possível relacioná-las às três esferas que exercem influência na construção da notícia: a mídia, a política e a prática jornalística.

Pode-se dizer que as forças internas se relacionam com a mídia no processo de seleção do que será noticiado e daquilo que será, ou não, abordado pelo veículo; as forças externas envolvem os processos político-governamentais que podem influenciar as decisões da organização acerca daquilo que será publicado; e as forças individuais compreendem a ética do profissional, a objetividade e a busca pelo pluralismo, valores que norteiam a atuação dos jornalistas e as seleções aplicadas aos fatos que serão noticiados.

Desse modo, este capítulo aborda conceitos, forças e princípios que atuam na mídia e na prática da imprensa. O objetivo é demonstrar como o trinômio de forças (internas, externas e individuais) molda a práxis da profissão e determina a forma pela qual os assuntos são abordados.

Antes de avançar, se faz necessário diferenciar dois conceitos amplamente utilizados nas ciências da comunicação: mídia e imprensa. Imprensa é o conjunto dos veículos de comunicação (televisivos, impressos, radiofônicos, digitais) que exercem o jornalismo; mídia é o ambiente em que essas mensagens são transmitidas, ou seja, as plataformas que intermedeiam as mensagens para que saiam dos emissores e cheguem aos receptores.

É possível identificar como forças internas as características da produção da notícia que permitem que a mídia e os jornalistas exerçam poderes de decisão acerca do que será noticiado e de que forma isso acontecerá. Os processos de enquadramento (*framing*), as primeiras impressões adquiridas pelos espectadores e leitores (*priming*), a escolha do que será coberto em detrimento do que ficará de fora (*agenda-setting*), os critérios de noticiabilidade, que trabalham com a informação que terá mais aderência com o público, bem como as forças da organização (teoria organizacional), seus objetivos mercadológicos e seus valores, ilustrarão esse lado do trinômio das forças midiáticas.

Então, na construção do quadro teórico de referências decidiu-se reunir diversas teorias do jornalismo e fazer uma revisão bibliográfica, relacionando os autores selecionados com a presente proposição, a de que existem três forças que atuam na produção informativa jornalística: uma interna, representada por um conjunto de fatores, outra externa, também representada por algumas conexões e as forças internas.

Como parte das forças internas, autores como Robert Entman (1993; 2004; 2005), Dietram Scheufele (2000; 2009), Maxwell McCombs (2014) e Nelson Traquina (2004; 2005) dão suporte aos argumentos levantados. Suas obras serão profusamente debatidas adiante. Além de Mark Bevir (2011), Pippa Norris (1998; 2012), Brian McNair (2007; 2016), Hannah Arendt (1967), William A. Gansom e Andre Modigliani (1989), Stig Hjarvard (2013; 2014), Gadi

Wolsfeld (1996; 2011), Doris Graber (1998; 2005), Denis McQuail (1998; 2003), Thomas E. Petterson (1998) e Michael Schudson (1998; 2010).

As forças externas atuantes na mídia dizem respeito às relações das empresas de mídia com o governo e com os regramentos legais estabelecidos pelo Estado, ou seja, as relações entre as empresas midiáticas e os seus alinhamentos de interesse (ideológico e mercadológico) com as políticas praticadas. A respeito disso, alguns conceitos foram amplamente trabalhados como: a governança democrática e suas crises, as relações entre comunicação e política, a comunicação política na democracia e a midiaticização da política, todos representando as forças externas. Pode-se dizer que a midiaticização da política é um efeito da força externa, assim como o surgimento de veículos que formam a mídia independente é um sintoma dessa força. Independentemente disso, fazem parte dessa estrutura que atuam externamente sobre o conteúdo noticioso.

A ideia é analisar a existência de um jogo político como parte de uma espécie de tensão vivida pela imprensa, cuja prática se dá em meio à disputa por espaço entre os conglomerados midiáticos e às relações das empresas de mídia com o governo. Essa tensão se materializa a partir do momento em que a imprensa existe entre a mídia, a política e os arcabouços individuais dos jornalistas.

O pesquisador e professor da Universidade de Copenhague Stig Hjarvard, em seu livro **A midiaticização da cultura e da sociedade** (2013), teoriza sobre a midiaticização da política e demonstra de que modo a mídia tem se tornado parte de uma disputa por espaço e visibilidade, fazendo com que a imprensa advogue para interesses que não são os mesmos defendidos na gênese do jornalismo, não necessariamente de maneira intencional, mas por conta do modelo de negócios jornalísticos que impera em países da Europa e América do Norte, diferentemente do que ocorre em outros locais, como será abordado mais adiante.

Além das forças internas e externas, decidiu-se por citar os valores individuais que impelem os jornalistas ao atuarem como células dentro do organismo da imprensa. O que norteia os profissionais no jornalismo é a ética, ideais, parâmetros, critérios e princípios. Para isso, discussões sobre a objetividade, o interesse público e a efetividade da democracia para a manutenção da liberdade de imprensa são essenciais. Este tópico trabalha com as obras do pesquisador Eugênio Bucci (2000; 2012).

A combinação dessas três forças (internas, externas e individuais) é parte de uma estrutura que possui como principais objetivos informar o cidadão e formar a opinião pública. Esses conceitos foram amplamente debatidos por Walter Lippmann (2010), Jürgen Habermas

(2014) e Paul Lazarsfeld (1944; 1968), que apresentam como as referidas forças se correlacionam.

1.1. Forças internas

1.1.1. *Frames* – Robert Entman

O jornalismo é realizado em diversas plataformas, seja impresso, televisivo, radiofônico ou digital. É possível chamar de “formatos” os diferentes produtos noticiosos construídos ao levar em consideração o meio de comunicação em que ele será inserido. Ou seja, a mesma notícia pode ser transmitida em diferentes meios, e é isso que define a forma da mensagem.

Alguns pontos são ponderados no momento da produção da notícia. Eles dizem respeito ao veículo, ou seja, um jornal de economia ressaltará questões de interesse para o seu público-alvo em detrimento de outros assuntos; à editoria a que pertence a notícia, elaborada levando em conta o público-alvo; e ao formato, que se relaciona ao tipo de mídia em que a notícia está inserida.

Outro tópico importante remete às categorias existentes no jornalismo. São elas: informativa e opinativa. A categoria informativa inclui as reportagens, notícias, notas e demais gêneros que buscam o distanciamento das opiniões e a aproximação com a objetividade. Já a categoria opinativa, conforme o próprio nome sugere, abarca gêneros que se aproximam da opinião, como artigos, editoriais e colunas.

Os critérios aplicados na produção de notícias (o público-alvo, as editorias, o veículo e o formato) são preservados em ambas as categorias e em todos os gêneros que as compõem.

No âmbito das forças internas que atuam na mídia no momento da produção noticiosa, outros aspectos podem ser abordados como seus efeitos e o *framing* ou enquadramento noticioso. São diversos os autores que discorrem sobre esse conceito, entre eles o pesquisador Robert Entman (2004), que se dedicou à teoria do enquadramento noticioso. As ideias dele se conectam com o universo político, que é parte do objeto de estudo desta pesquisa e que será utilizado para a compreensão metodológica.

Para Entman, *framing* é “o ato de selecionar e destacar algumas faces de eventos ou assuntos e fazer conexões sobre eles com o intuito de promover uma interpretação particular, avaliação ou solução” (idem, p. 5, com tradução nossa).

Por meio da definição do conceito de enquadramento noticioso, é possível compreender que a mídia se utiliza de algumas palavras e expressões, muitas vezes dando ênfase a adjetivos, com o objetivo de moldar o fato, podendo destacar alguns aspectos e ocultar outros. Esse recorte do acontecimento faz com que ele se torne mais real, sendo possível condicionar as atitudes dos indivíduos em relação ao fato e interferir nos processos de mudanças sociais.

Levando em consideração os valores que estão na gênese do jornalismo, em que a busca pelo pluralismo e pela transmissão da informação de modo imparcial e o compromisso com a verdade são princípios norteadores da práxis da profissão, o enquadramento noticioso deve se dar de maneira técnica e desconectada de interesses ideológicos ou dicotômicos. O fato de se afirmar que ele ocorre de maneira técnica diz respeito à impossibilidade de transmitir o acontecimento na íntegra. Mesmo se o jornalista estiver *in loco* quando o fato se desenrola, o seu ponto de vista sobre a situação, o recorte realizado por um repórter cinematográfico em algo que está sendo televisionado ou a edição e adições de palavras fazem parte de um processo de enquadramento noticioso, que é natural na construção das notícias.

Além disso, a palavra “imparcialidade” não designa o processo apresentado na produção noticiosa, haja vista que todo intermediário entre o fato e sua disseminação acaba imputando, mesmo que sem intenção, os seus valores pessoais, seja na escolha de uma imagem, em um corte de vídeo, seja nas palavras que explicam um acontecimento. Por mais que existam intermediários entre a emissão e a recepção da notícia, o conceito de imparcialidade segue sendo um objetivo na prática do jornalismo.

Alguns autores compreendem a teoria do enquadramento como sendo um desdobramento da teoria do agendamento — que será abordada mais adiante — ou até mesmo parte desse processo em um segundo nível. Se for levado em conta que o agendamento é o que permite o debate dos assuntos da vida pública, os veículos midiáticos são responsáveis por aplicar enquadramentos com o objetivo de organizar os assuntos de interesse público, considerando a audiência como um dos fatores primordiais para essa lógica.

Na visão de Entman (2004), há duas categorias de enquadramento noticioso, o substantivo e o de procedimento. A categoria substantiva tem algumas funções na cobertura de eventos políticos, assuntos e atores: 1) (*Defining effects or conditions as problematic*) Definição dos efeitos ou condições da problemática; 2) (*Identifying causes*) Identificação das causas; 3) (*Conveying a moral judgment*) Condução de um julgamento moral; e 4) (*Endorsing remedies or improvements*) Aprovação de soluções ou avanços.

Um exemplo citado pelo autor sobre o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos explicita essas categorias:

Para o 11 de setembro, a definição da problemática (1) é, com certeza, milhares de civis mortos por um ato de terrorismo contra a América; a causa (2), o Taliban – governo do Afeganistão – e seus líderes, Mullah Mohammed Omar e Osama Bin Laden, e a rede de terrorismo do Al-Qaeda conduziram a um julgamento moral (3) alguns agentes civis como maus e o “remédio inicial” como a guerra contra o Afeganistão (idem, p. 5, com tradução nossa).

O enquadramento de procedimento sugere a avaliação da legitimidade de atores políticos, baseados nas suas técnicas, sucessos e representatividade. Esse tipo de enquadramento trabalha como um agente motivador para engajar o público em deliberações políticas.

As palavras e imagens presentes no *frame* podem ser distinguidas do restante das notícias “pela capacidade de estimular suporte ou oposição aos lados em um conflito político” (idem, p. 6, com tradução nossa). Afinal, quanto mais ressonância e magnitude tiver um enquadramento, maior a possibilidade de evocar pensamentos similares e sentimentos em grande parte da audiência.

Entman utiliza um modelo de ativação em cascata para explicar como os pensamentos e sentimentos dão suporte ao enquadramento. Segundo o “modelo cascata”, “o conceito de ativação de rede de espalhamento (*spreading newtork activation*) é aplicado a cada nível de um sistema” (idem, p. 9, com tradução nossa).

Ou seja, metaforicamente, nas cascatas das cachoeiras, cada nível faz a sua contribuição para a mistura e o fluxo de água. Substituindo a água pelo fluxo de ideias percebe-se que cada indivíduo pode ser entendido como parte dessa rede de ligação nas organizações para influenciar o ambiente político e ser afetado de volta.

1.1.2 Como ativar o espalhamento

O “modelo cascata” consiste em uma forma de demonstrar como acontece a ativação de um fluxo que vai de uma grande administração para administrações menores, posteriormente para a mídia, *frames* de notícias e para o público. Ou seja, é um processo de ativação que conduz

a atenção do público para determinados temas midiáticos por meio de uma lógica de contaminação ou espalhamento entre os meios.

Entman (2004) considera quatro variáveis que conduzem o processo de ativação em cascata. São eles: motivações, congruência cultural, poder e estratégia. Os dois primeiros trabalham internamente para ativar associações mentais em pensamentos individuais.

De acordo com o autor, as motivações mais significativas que levam à ativação do “modelo cascata” são:

- 1) minimizar os custos cognitivos; 2) evitar dissonância emocional; 3) monitoramento para e reação a ameaças contra valores fundamentais; 4) participação na vida pública do cidadão; 5) manutenção interpessoal de relacionamentos acerca de discussões de eventos; 6) interesses avançados de carreira, uma motivação pertinente principalmente para as elites que objetivam influência política e jornalistas em busca de sucesso profissional (idem, p. 13, com tradução nossa).

A congruência cultural mede a facilidade com que uma notícia pode cascatear entre diferentes níveis de processos de enquadramento e estimular reações similares em cada passo. Quanto mais congruente o enquadramento for, com esquemas que dominam a política cultural, mais sucesso ela terá.

Ainda na visão dele, poder e estratégia são as forças externas que podem empurrar a ativação para um processo particular de conexões mentais. No caso dos presidentes das nações, como explicita Entman, o poder de influenciar as outras elites ou administrações menores e a mídia varia; porém, todos os presidentes perceberão a capacidade que possuem de empurrar *frames* opositores.

O autor nota a existência de um paradigma da Guerra Fria acerca das práticas jornalísticas. Esse período histórico levou ao “modelo cascata” algumas transformações relevantes. O medo da ameaça comunista, com sua suposta intenção de conquistar o mundo, acabou sendo foco de constante vigilância por outras instâncias.

Entman acredita que é fácil para os presidentes das nações coordenarem as notícias. Não que essa seja uma prática constante, porém “espalhar pensamentos opostos requer a utilização do poder e estratégia da elite” (idem, p. 95, com tradução nossa).

Esse paradigma acabou sendo aplicado em outras situações similares. Por exemplo, a ameaça terrorista que ativou o “modelo cascata” depois do atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos reproduz o processo da Guerra Fria. No entanto, também simboliza a ruptura

com a Guerra Fria e o deslocamento dos olhares para um novo processo. A ameaça comunista não assustava mais, o terrorismo e os ataques surpresas de grupos extremistas, sim.

Em termos de ativação do “modelo cascata”, “o crescimento da ambiguidade em processos sobre as políticas de defesa, eventos, assuntos e atores foi deixado de lado continuamente” (idem, p. 95, com tradução nossa) e o sentimento reforçado durante a Guerra Fria acabou não sendo mais utilizado.

O fim da Guerra Fria fez com que muitas restrições caíssem, criando condições para o aumento da influência midiática. Desse modo, o autor sugere que depois da Guerra Fria a mídia passou a determinar a opinião pública e o “modelo cascata” deixa claro que a mídia está enredada em um sistema hierárquico de independência.

Ele reforça que a opinião pública não pode ser separada do discurso político e dos *media frames* que o cercam.

O aparente impacto do público sobre a política do governo geralmente surge de um processo circular em que funcionários do governo respondem às opiniões de votação, maiorias antecipadas ou percebidas e prioridades que muitos deles ajudaram a criar (ENTMAN, 2004, p. 142).

O “modelo cascata” traz também a compreensão sobre como funciona a lógica das tomadas de decisão em sequência, ou seja, é comum que as pessoas sigam o comportamento de outros sem considerarem a própria visão sobre os temas.

A pesquisadora Sandra de Sá Couto (2019, p. 117) retoma o pensamento de Entman acerca dos *frames* no processo de comunicação.

O comunicador faz opções conscientes ou inconscientes de julgamento de *framing* quando decide o que dizer, guiado por *frames* (também conhecido por esquemas) que organizam as ideias em que acredita; os textos contêm *frames*, manifestados na presença ou ausência de certas palavras-chave, frases em stock, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que reforçam factos e julgamentos; o receptor pode ou não ser guiado por esses *frames* no seu pensamento e conclusões; a cultura pode ser definida por um conjunto de *frames* comuns exibidos no discurso e no pensamento da maior parte das pessoas de um determinado grupo social.

Na concepção de Couto, as escolhas do comunicador no momento de fazer um enquadramento noticioso, somadas às opções feitas sobre as palavras-chave que serão utilizadas, imagens, escolhas das fontes e demais aspectos, guiam o pensamento do receptor.

Quando os conjuntos de enquadramentos são exibidos no discurso noticioso, ele se transforma no pensamento da maior parte das pessoas de um grupo social, e isso afeta a cultura daquele local.

As escolhas do jornalista, guiadas pelos editores (que por sua vez se coordenam pela cultura organizacional), sendo conscientes ou não, fazem parte das forças atuantes internamente e que influenciam a construção da notícia. Ou seja, no processo de produção, os enquadramentos, o realce a determinados acontecimentos, os enfoques e todas as escolhas ativam o “modelo cascata”, alteram a cultura local e determinam a opinião pública.

1.1.3 *Priming*

Além do enquadramento, optou-se por considerar que o *priming* pode ser visto como outra força que atua internamente no processo de construção da notícia. O efeito *priming*, ou pré-ativação, se relaciona ao modo como o estímulo inicial pode afetar as respostas e impressões de um indivíduo acerca de estímulos que virão em seguida. É importante ressaltar que esse conceito tem sido amplamente estudado na psicologia desde o fim dos anos 1940 e foi transposto para estudos relacionados ao consumo, à publicidade, ao marketing e à comunicação.

Com base na exposição prévia a um determinado tema, é possível que o primeiro estímulo influencie na resposta de um subsequente sem que exista consciência do indivíduo sobre o fato de estar sendo conduzido a pensar de determinado modo.

Esse estímulo pode vir de fora, a partir do momento em que a pessoa relaciona o que captou com alguma informação externa, ou de dentro do receptor, tendo em vista que a memória e processos inconscientes podem ajudar o indivíduo a relacionar os estímulos com as referências que carrega dentro de si.

A memória, os arcabouços teóricos e culturais e as experiências da infância e das demais etapas da vida são acionadas a partir dessa pré-ativação por meio do inconsciente e de tudo o que foi vivenciado pelo indivíduo. Desse modo, pode-se perceber que a base para ocorrer o efeito *priming* é a existência dessa representação, deste material mental que é ativado por algum estímulo sem que o sujeito tenha consciência.

O *priming* acontece na mente das pessoas quando elas recebem esses estímulos. Esse efeito é combinado com os aspectos culturais do indivíduo, que auxiliam na compreensão, no julgamento e na percepção da informação.

Estudos como os de Jesús Martín-Barbero, no livro **Dos meios às mediações**, podem ser relacionados à intermediação da cultura entre emissor e receptor da mensagem. Na teoria das mediações, o autor destaca a importância do arcabouço intelectual do indivíduo no momento da compreensão de uma informação. Assim, cada pessoa tenderia a receber as mensagens midiáticas filtrando-as por seus próprios conhecimentos e não mais de maneira homogênea, como apregoavam os autores da teoria da agulha hipodérmica, por exemplo. Na mesma linha, os Estudos Culturais do jamaicano Stuart Hall propunham que a cultura do indivíduo seria a responsável por determinar a compreensão das informações, permitindo que cada um percebesse as mensagens de maneira particular.

O conceito do efeito *priming* provoca uma reflexão: a pré-ativação estaria relacionada a uma força interna ou externa atuante no processo midiático? Por mais que a pré-ativação possa ser vista como uma das forças internas desse processo por ocorrer na mente daqueles que recebem a informação, é importante ressaltar que os estímulos são lançados pela mídia e é a partir da sua emissão que o efeito se torna capaz de afetar o julgamento, a percepção ou até o comportamento dos sujeitos. Então, o *priming* nasce internamente, na mídia, mas é finalizado externamente na mente dos indivíduos.

O efeito *priming* está diretamente relacionado ao conceito de *framing*. Ou seja, os enquadramentos noticiosos determinam o sentido das percepções individuais para direções previamente objetivadas.

O pesquisador da Universidade de São Paulo Diego Senise (2015), em sua dissertação, explica que o efeito *priming* ocorre exatamente no momento da recepção dos estímulos que afetam a percepção, o julgamento ou o comportamento dos sujeitos, mesmo que eles não se lembrem do estímulo ou percebam a sua influência.

Ele reuniu as definições de *priming* nas visões de diversos autores e elaborou um quadro. Dentre eles, o conceito preparado por Roediger (1990) explicita bem o *priming*, que seria visto como um estímulo não declarado, sem significado, em que a pessoa não precisa se esforçar para lembrar ou ter a consciência dessa lembrança (ROEDIGER, 1990 apud SENISE, 2015).

Além da ligação com o conceito de *framing*, há também a conexão com a teoria do agendamento. Scheufele (2000) acredita que tanto no enquadramento, no *agenda-setting*, quanto no efeito *priming*, existe uma interativa construção da realidade pela mídia de massa, e suas audiências são fundamentais na análise dos efeitos da mídia.

Na visão dele, *agenda-setting* e *priming* devem ser conceituados em dois patamares distintos. No âmbito macroscópico, o *agenda-setting* deve ser examinado baseado na agenda

da mídia, lembrando que a mídia imputa diferentes graus de importância a determinados assuntos e personalidades em detrimento de outros. “Por outro lado, *priming*, em âmbito microscópico, analisa os critérios que os cidadãos utilizam para avaliar seus líderes” (BEHR; IYENGAR, 1985 apud SCHEUFELE, 2000, p. 302).

A mídia de massa, ao tornar algumas questões mais salientes que outras, influencia “os padrões pelos quais os governos, presidentes, políticas e candidatos a cargos públicos são julgados” (IYENGAR; KINDER, 1987 apud SCHEUFELE, 2000, p. 305).

Scheufele (2000) retoma a pesquisa de Iyengar e Kinder (1987) e explica que os autores fizeram uma série de experimentos examinando o impacto dos noticiários na percepção dos espectadores, buscaram compreender o nível de importância que os indivíduos imputaram a determinados assuntos e quais os critérios que utilizaram para fazer julgamentos sobre candidatos políticos.

Para os autores, *priming* se refere às mudanças nos padrões que as pessoas usam para fazerem avaliações políticas, especificamente. Ou seja, o conteúdo das notícias sugere às audiências o que elas devem considerar no momento de fazerem avaliações de desempenho de líderes e governos.

Eles levantaram a hipótese de que a importância de certos assuntos, retratados na mídia de massa, influencia a percepção dos indivíduos sobre o presidente, porque os entrevistados usarão problemas que consideram mais proeminentes como padrões para avaliar o presidente (SCHEUFELE, 2000, p. 306).

Além disso, Scheufele cita os pesquisadores Iyengar e Simon (1993), que contribuíram para as pesquisas sobre *priming* por meio de estudos sobre a mídia e a Guerra do Golfo. Os autores combinaram dados de pesquisa e análise de conteúdo de notícias de televisão em rede e chegaram a uma questão que deu suporte à hipótese básica que lhes permitiu fazer a seguinte reflexão:

Questões de política externa que haviam se tornado mais proeminentes para os indivíduos pela cobertura intensiva da Guerra do Golfo tendiam a anular outras questões e influências nas avaliações do desempenho presidencial (IYENGAR; SIMON, 1993 apud SCHEUFELE, 2000, p. 306).

Scheufele também cita Gitlin (1980) ao analisar os tipos de enquadramento noticioso e destaca a importância da diferenciação dos enquadramentos noticiosos e dos de audiência. “Os

enquadramentos noticiosos proporcionam rotinas de trabalho para os jornalistas, permitindo que eles identifiquem e classifiquem rapidamente as informações e as empacote para retransmitir com eficiência ao seu público” (GITLIN, 1980 apud SCHEUFELE, 2000, p. 306).

Ele acredita que os aglomerados de ideias mentalmente armazenados que orientam os indivíduos no processo de transmissão das informações seriam a melhor definição dos enquadramentos de audiências.

Wolsfeld (2011, p. 106) considera que o *priming* leva o conceito do *agenda-setting* adiante, transformando-se na extensão do agendamento: “A razão é que quando pensamos em certos tópicos em vez de outros, isso muda a maneira de como, por exemplo, avaliamos os candidatos, os líderes, os assuntos.”

Para o autor, a diferença entre o *agenda-setting* e o *priming* é que o agendamento se relaciona com a agenda dos meios de comunicação e a agenda do público; o *priming*, por sua vez, leva este processo à frente, fazendo com que as perguntas girem em torno das consequências. Ou seja, de que forma dar mais destaque a um assunto em particular pode afetar como um candidato é avaliado.

Como ele acredita na conexão entre o conceito de *priming* e de *agenda-setting* e há forte relação com a concepção de *framing*, é importante verificar qual é sua percepção sobre o *framing*.

Serve duas funções importantes para os jornalistas. Primeiro, ele funciona como um poderoso mecanismo de pesquisa, à medida que os jornalistas saem em busca de matérias que se encaixem no quadro. Eventos que não se encaixam no quadro têm menos probabilidade de receber muita atenção da mídia. O enquadramento de notícias também é uma ferramenta para fornecer significado aos eventos. Depois que um quadro de notícias é estabelecido, os jornalistas usam quadros para nos dizer como entender um evento específico. Jornalistas constroem molduras de notícias tentando encontrar um ajuste narrativo entre as molduras existentes e os eventos que estão cobrindo (WOLSFELD, 2011, p. 51-52).

Wolsfeld (1996) faz a seguinte distinção entre *agenda-setting* e *priming*: o *agenda-setting* somente relata a correção entre a agenda da mídia e a agenda pública; já o *priming* é um processo futuro que questiona sobre as consequências acerca das mudanças da agenda pública.

1.1.4 *Agenda-setting*

A terceira força interna atuante no processo midiático é o *agenda-setting* ou agendamento. O conceito discute de que maneira os assuntos abordados pela mídia se transformam em tópicos de conversa entre os indivíduos, ou seja, de que modo a mídia agenda e predetermina o que será abordado pelos sujeitos, tendo em vista que ela seleciona o que deve ou não ser noticiado. A partir do que é abordado midiaticamente, a sociedade é alimentada com informações para debater sobre determinados assuntos e formatar suas opiniões sobre eles.

McCombs (2014) acredita que o sucesso da teoria do *agenda-setting* se dá por ela complementar várias outras ideias das ciências sociais. Muitos intelectuais e acadêmicos construíram um mapa da influência das comunicações sobre o público, e foi a teoria do agendamento que agrupou outros conceitos da área da comunicação e outras teorias.

Para o autor, essa convergência ou incorporação dos conceitos pela teoria do agendamento inclui quatro elementos: a conferência de status, estereotipagem, construção da imagem e *gatekeeping*. “A atribuição de status se refere ao aumento da relevância de uma pessoa que recebe atenção intensiva da mídia”, por exemplo, “o primeiro nível de agendamento pode ser compreendido ao pensar em uma celebridade que se torna objeto de abordagem midiática” (MCCOMBS, 2014, p. 57, com tradução nossa).

Estereotipagem e construção da imagem são vistas como agendamentos de segundo nível, já o *gatekeeping*, responsável por explicar como o fluxo de notícias sai das organizações midiáticas em direção aos indivíduos, está conectado à teoria do agendamento dos anos 1980, momento em que os acadêmicos perceberam que existem diversos níveis e relações de influências desde o processo de produção da notícia até a sua distribuição.

Cabe lembrar que McCombs retoma a teoria da espiral do silêncio por compreendê-la como uma espécie de extensão da teoria do agendamento. A teoria da espiral do silêncio, fundamentada pela pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann em 1977, debate a compreensão de que os indivíduos acabam se silenciando e omitindo suas opiniões caso elas não estejam em consonância com os pensamentos da maioria.

Com medo de confrontos e do isolamento, as pessoas guardam suas opiniões, o que gera uma tendência progressiva ao silêncio, haja vista que a não imposição de suas ideias os faz concordar com a maioria justamente pela ausência de posicionamento. A partir do momento em que muitos pensam do mesmo modo e não verbalizam opiniões, o silêncio massivo se torna crescente.

McCombs compreende que ambas as teorias possuem a mesma raiz: a vigilância do indivíduo sobre ele mesmo e sobre o seu ambiente social. “Uma consequência dessa vigilância é a agenda pública de questões, outra é a frequência das conversas sobre as questões do dia” (idem, p. 59, com tradução nossa).

O autor completa afirmando que a constante vigilância de um indivíduo sobre o outro, em um processo de espiral do silêncio, determina a agenda pública de questões. Os assuntos que são abordados ou silenciados também auxiliam a moldar as visões massivas sobre um tópico ou outro, fazendo com que a sociedade se direcione para lados distintos.

Dessa forma, ele conecta a teoria do agendamento com a teoria do enquadramento. Em sua compreensão, a definição e a atribuição do enquadramento da agenda concentram-se em compreender como os objetos de atenção nas mensagens, figuras políticas e fatos em geral são apresentados. “Tanto o estabelecimento de agendas quanto o enquadramento exploram até que ponto a ênfase em certos aspectos e detalhes desses objetos influencia nossos pensamentos e sentimentos sobre eles” (idem).

Ao abordar essa relação faz-se necessário analisar a teoria do agendamento na construção e na formação das opiniões públicas e como os enquadramentos noticiosos acabam por direcionar as opiniões das audiências que em momentos posteriores se tornarão parte da agenda pública. McCombs (idem, p. 104) afirma que “desde o início, existe um elo fundamental entre a relevância dos objetos nas notícias e a formação de opiniões pelo público”.

O autor exemplifica dizendo que dos presidentes dos Estados Unidos de 1984 a 2004 houve a correspondência entre o padrão de cobertura jornalística e a proporção de cidadãos em cada eleição que expressaram uma opinião sobre os candidatos. Quanto mais um candidato aparecia na mídia, maior o número de pessoas expressando suas opiniões sobre ele. “A agenda da mídia faz muito mais do que influenciar as imagens em nossa cabeça. Muitas vezes a mídia influencia nossas atitudes e opiniões e até nossos comportamentos” (idem, p. 106, com tradução nossa).

McCombs vê, ainda, uma relação entre as atitudes, as opiniões e os comportamentos dos indivíduos e exemplifica que quando uma pessoa assiste ao noticiário que trata de uma série de assaltos e estupros em uma região, por exemplo, os sujeitos tendem a evitar esses locais. Ou seja, a mídia está influenciando os comportamentos diretamente.

De acordo com Jim Kuypers (2002), a teoria do *agenda-setting* compreende que a imprensa nos diz sobre o que pensar, mas não o que pensar e que aprendemos sobre um assunto em proporção direta à cobertura da imprensa sobre ele.

1.1.4.1 *Agenda-setting* e a política

Um ponto específico que deve ser apresentado diz respeito ao vínculo entre o agendamento e a política. Afinal de contas, é por meio do estabelecimento dos assuntos em torno do campo político que serão moldadas as visões sobre os governos e líderes, bem como os direcionamentos das diferentes sociedades.

Em 2010, os pesquisadores Vliegenthart e Walgrave publicaram um artigo discutindo a questão da formação do *agenda-setting* e da política. Vale ressaltar que os atores políticos também consomem informações que são agendadas pela mídia. Desse modo, na visão dos autores, uma agenda pode se espalhar para outra e esses atores podem chamar a atenção um do outro sobre determinadas questões, dependendo de para onde os holofotes estão voltados. Ou seja, a agenda política das mídias não fornece informações somente para a sociedade, mas também para outros atores que estão diretamente relacionados aos cenários políticos.

Os autores retomam Doris Graber (2005), que afirmou que nas comunicações o estabelecimento de agendas é um dos principais efeitos políticos da mídia. Os pesquisadores discutem o fato de as ciências políticas e a comunicação estudarem o conceito de *agenda-setting* utilizando as mesmas formas metodológicas, sem terem trocado informações a respeito, o que pode prejudicar as pesquisas (GRABER, 2005 apud VLIEGENTHART; WALGRAVE, 2010).

Vliegenthart e Walgrave relatam que foram numerosos os estudos sobre quanto a cobertura da mídia de massa e a priorização de questões na mídia afetam o que as pessoas consideram as questões mais importantes com as quais a política deve lidar. Os resultados contribuíram principalmente para demonstrar o impacto da mídia de massa na definição do agendamento para o público (VLIEGENTHART; WALGRAVE, 2010, p. 323, com tradução nossa):

Esses estudos trataram de explorar o impacto da mídia de massa na agenda política. Focando a questão de em que medida os meios de comunicação determinam a agenda política, esses estudos adotaram a variável dependente (a agenda política) da ciência política; das comunicações, eles assumiram a variável independente (cobertura da mídia). Sua inovação reside principalmente no fato de que eles explicitamente se concentram em como as agendas afetam uma a outra e, assim, em como as questões se espalham de um ator para outro.

Ao questionarem como seria a definição de agenda política por meio de uma ótica partidária de oposição ao governo, Vliegthart e Walgrave propuseram oito hipóteses em uma análise sobre os moderadores partidários da agenda dos meios de comunicação e sua influência no parlamento da Bélgica.

- H1: a ação parlamentar dos partidos de oposição é mais afetada pela cobertura da mídia – confirmada.
- H2: a ação parlamentar dos pequenos partidos é mais afetada pela cobertura da mídia do que as ações dos grandes partidos – confirmada.
- H3: a ação parlamentar é mais afetada pela mídia em relação a questões que foram incorporadas no acordo do governo em comparação com outras questões – rejeitada.
- H4: a ação parlamentar é mais afetada pela mídia em questões que acabaram de ser tratadas pelo conselho ministerial em comparação com outras questões – confirmada.
- H5: a ação parlamentar dos partidos é mais afetada pela mídia em questões às quais eles dedicam muita atenção em seu manifesto partidário em comparação com outras questões – confirmada.
- H6: a ação parlamentar dos partidos é mais afetada pela mídia em relação a questões divisórias e endógenas em comparação com outras questões – parcialmente confirmada.
- H7: as atividades parlamentares dos partidos são menos afetadas pela cobertura da mídia nos horários das eleições do que nos horários não eleitorais – confirmada.
- H8: A reatividade parlamentar dos partidos à cobertura da mídia aumentou com o tempo – rejeitada.

É possível observar que os pesquisadores formataram duas hipóteses diretamente relacionadas às características das partes, duas hipóteses relacionadas à agenda do governo, uma hipótese que trata das características da questão, uma sobre as combinações de partidos e questões e duas relacionadas a aspectos temporais como o período e as tendências das eleições.

O artigo se propôs a testar se os meios de comunicação de massa têm impacto sobre o que os políticos empreendem no parlamento. Uma das conclusões dos autores (idem, p. 336) foi sobre os partidos não serem “marionetes que são reproduzidos inteiramente pela mídia e reagem automaticamente à cobertura da mídia”.

Em vez disso, eles usam a mídia em sua própria lógica estratégica; eles confiam na mídia quando a cobertura da mídia os ajuda a perseguir seus objetivos partidários. Com base em um extenso conjunto de dados sobre o parlamento belga e a cobertura da mídia belga, operacionalizamos essas ideias, interagindo o impacto da mídia belga nas perguntas que os parlamentares belgas fazem no parlamento com partido e governo (idem, com tradução nossa).

Os autores demonstraram ter encontrado considerável apoio à suposição de que há influência da mídia no parlamento belga. Além disso, os resultados foram satisfatórios, com cinco das oito hipóteses confirmadas, duas rejeitadas e uma hipótese que recebeu um apoio tímido, mas não foi descartada.

Entre as conclusões de Vliegthart e Walgrave, destaca-se a forte dependência do efeito da mídia de massa no parlamento em relação ao jogo partidário do governo e da oposição. Os partidos de oposição são mais propensos a seguir a cobertura da mídia de massa e retomar as questões a serem discutidas no parlamento, mas – em muitos casos – “essa cobertura oferece aos parlamentares da oposição a munição para atacar a ação do governo ou a falta dela” (idem, p. 336, com tradução nossa).

Além disso, o tamanho do partido é levado em consideração pelos pesquisadores. Quanto menor o partido e menor a possibilidade de os parlamentares se especializarem em um ou outro assunto, mais jornalistas decidem sobre o que abordar nas relações parlamentares.

Outro incentivo importante para seguir a atenção da mídia é a presença do assunto nas reuniões ministeriais. Aqui, parece que uma combinação de atenção governamental e da mídia para uma questão torna politicamente altamente relevante e quase impossível de ignorar os parlamentares. Isso não vale para acordos governamentais. Pode ser que, especialmente devido à sua estabilidade, o contrato após algum tempo não contenha nada de novo e a cobertura da mídia sobre os problemas do contrato não seja monitorada mais minuciosamente pelos parlamentares. Além disso, as partes provam ser fiéis às próprias agendas. Quando prestam ampla atenção a uma questão em seus manifestos partidários e podem ser considerados o proprietário da questão, é mais provável que as partes sejam influenciadas pela atenção da mídia especificamente para essa questão. Além disso, encontramos algum suporte para ideias sobre a mudança de padrões de interação entre mídia, política e público. A crescente influência da mídia na política durante o nosso período de pesquisa (1993-2000) aponta para uma mudança de 'lógica política' para 'lógica da mídia'. Isso é notável, especialmente quando se considera o período relativamente limitado (oito anos) coberto em nossa pesquisa (VLIEGENTHART; WALGRAVE, 2010, p. 336, com tradução nossa).

Os autores reforçam que os resultados belgas não podem ser generalizados e que outros sistemas políticos tendem a funcionar de formas particulares. O fato de a Bélgica ser governada por uma democracia parlamentar em um governo de coalizão, como muitas outras democracias, reforça os conflitos entre o governo e a oposição, por serem o motor central do sistema político. “A eterna busca por desestabilizar e golpear o governo certamente não se limita ao caso belga” (idem, p. 338).

Para os pesquisadores, o governo determina até certo ponto sobre o que a mídia escreve ou fala, e a oposição acaba reagindo a essa cobertura midiática, enquanto, na verdade, estão reagindo diretamente às ações do governo. Então, eles questionam se o processo não seria inverso, em que a política acabaria por determinar a mídia.

Portanto, parte do processo causal que descrevemos aqui pode ser devido ao processo inverso: a política que determina a mídia. O problema com uma explicação cíclica tão alternativa do que encontramos aqui é que é muito difícil avaliar com segurança de onde vem a cobertura da mídia e em que medida a agenda da mídia é autônoma (idem, p. 336, com tradução nossa).

1.1.5 Critérios de noticiabilidade e valores-notícia

Mauro Wolf, em seu livro **Teorias das comunicações de massa**, acredita que os profissionais de jornalismo partem da ideia de que a notícia é tão imprescindível quanto os acontecimentos e, portanto, “não pode ser limitada a esquemas analíticos, visto que é fruto de capacidades exclusivamente subjetivas” (idem, 2012, p. 197).

Ao analisar os conteúdos de telejornais, o autor afirma que os limites rígidos da duração dos noticiários, bem como o seu formato, fazem com que o tempo destinado às notícias mais importantes não seja suficiente o que provoca a imagem de uma sociedade instável.

Wolf introduz o conceito de noticiabilidade demonstrando que esses fatores permitem realizar a cobertura informativa, mas afastam o telespectador do aprofundamento e da compreensão de muitos aspectos. Esse alheamento do telespectador da notícia faz com que Wolf perceba a noticiabilidade como “um elemento da distorção involuntária, contida na cobertura informativa dos meios de comunicação de massa” e como “um conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias” (idem, p. 199; 202).

O pesquisador considera os valores-notícia como um dos componentes da noticiabilidade, cujo dever é verificar se os acontecimentos são considerados relevantes para serem transformados em notícias. Além disso, os critérios de relevância seriam difundidos ao longo de todo o processo de produção, não somente a seleção das notícias.

Os valores/notícia derivam de admissões implícitas ou de considerações relativas a:

Os caracteres substantivos das notícias; o seu *conteúdo*;

A disponibilidade do material e os critérios relativos ao *produto* informativo; o *público*;

A *concorrência*. (idem, p. 207, com itálico do autor).

As características listadas pelo autor representam o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, a quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve, a relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação, critérios referentes ao produto, ao meio, ao público e a concorrência.

Isso significa que a reflexão acerca do que é noticiável se materializa como uma força interna da mídia e que afeta aquilo que será emitido (ou não) à sociedade.

1.1.6 Teoria organizacional

Em **Controle social na redação**: uma análise funcional, Warren Breed (1999) desenvolveu o conceito da teoria organizacional. Para o autor, a empresa jornalística influencia diretamente nas ações dos jornalistas no processo de seleção e redação das notícias. As decisões organizacionais e o pensamento editorial do veículo influenciam na práxis da atividade, ao passo que o jornalista se alinha com a política editorial e deixa de lado suas crenças pessoais.

Breed destaca alguns dos medos que podem coordenar as ações dos jornalistas influenciados pela organização: 1) a autoridade institucional e as sanções que podem ser aplicadas; 2) os sentimentos de obrigação e identificação com a chefia da redação; 3) os desejos de crescer profissionalmente; 4) a inexistência de grupos conflitantes; 5) o prazer gerado pela atividade jornalística; 6) o valor das notícias (idem, p. 91).

De forma inconsciente acontece a aprendizagem e incorporação da orientação política que se cristaliza no controle social que punem as infrações no dia a dia. Para o autor, existem alguns desvios na política editorial que, muitas vezes, não são claros e os jornalistas mais antigos, renomados e de prestígio conseguem espaço para contravir a política editorial.

1.2 Forças externas

Nos tópicos anteriores foi possível observar como o processo de construção da notícia é influenciado por algumas forças que atuam sobre a produção e identificar que, por mais que haja a busca pela pluralidade, existem elementos que intermedeiam a emissão e a recepção da mensagem. A ideia foi demonstrar de que forma o enquadramento, a pré-ativação, o agendamento (com a conferência de status, construção da imagem, estereotipagem e *gatekeeping*), os critérios de noticiabilidade e a teoria organizacional interferem internamente esse processo de produção noticiosa.

Na presente etapa, a intenção foi a de demonstrar os aspectos externos que influenciam a construção das notícias. As estruturas sociais, a cultura dos locais em que os fatos ocorrem e os processos políticos dos países, podem ser vistos como forças externas capazes de alterar a produção noticiosa.

Todos os elementos citados afetam a produção das notícias internamente, porém, alguns deles se originam dentro de seu processo de construção; outros são elementos que nascem externamente, mas que influenciam a prática do jornalismo. Então, é possível observar que a divisão entre forças externas e internas se refere à origem desses princípios e não a suas atuações.

Retomando a questão dos processos políticos, é importante ressaltar o pensamento de Vliegenthart e Walgrave (2010) ao abordarem a relação entre o *agenda-setting* e a política. Os autores questionaram se em vez de a mídia influenciar a política, não poderia ocorrer o processo contrário: a política influenciar a mídia.

Partindo desse argumento, observou-se como acontece esse processo inverso, ou seja, de que forma as forças externas à produção da notícia são influenciadas por fatores do jogo político em suas agendas internas. Tanto os jornalistas quanto os editores e produtores em geral são seres sociais, ou seja, frequentam cinemas, livrarias, restaurantes e se informam acerca dos acontecimentos por meio do consumo da imprensa, então, por mais que haja a busca pela

imparcialidade, seria impossível que os profissionais se desconectassem das forças políticas que exercem poder de fora para dentro na construção da notícia.

Desse modo, pôde-se desdobrar o conceito de política e considerar a expectativa pelo cumprimento de uma governança democrática, a comunicação política na democracia, a midiaticização política e a construção da opinião pública como debates imprescindíveis acerca da construção da notícia influenciada por esses elementos ditos externos.

O objetivo deste trecho é destacar a função da governança, que está intimamente atrelada à transparência e coerência do governo, e sua relação com a democracia. Para isso, é necessário demonstrar como as crises podem se tornar problemas para os governos e como acontece a comunicação política sob a ótica de pensadores diversos.

1.2.1 Política e governança democrática

Os pesquisadores Freire e Azevedo, da Universidade Federal do Maranhão, retomam os pensamentos de Thomas G. Weiss (2000) sobre o conceito de governança. O termo pode se referir “a todas as diferentes formas nas quais as sociedades se organizam para que sejam conhecidas as demandas de seus membros para definir o que será feito em relação às mesmas e como isso deve ocorrer” (WEISS, 2000 apud FREIRE; AZEVEDO, 2015, p. 498).

Os autores consideram que a associação do termo governança aos processos de gestão pública e às políticas de desenvolvimento se relaciona às tendências de democratização da esfera pública dos anos 1980 e 1990. A governança evidenciaria o compromisso da ampliação da base formada pelos cidadãos e seus envolvimento nos processos de decisão, ou seja, inserir cada vez mais pessoas nos debates sobre as deliberações políticas para garantir o cumprimento da democracia.

Freire e Azevedo contextualizam o surgimento do termo governança e explicam que no último quarto do século XX esse conceito passou a se associar às ações vinculadas ao “processo de exercer governos que compreendem a inclusão de atores externos à **estrita** esfera governamental” (idem, p. 498, com grifo nosso).

O conceito de governança vai além de um princípio teórico que explicita a reunião de regras e práticas que devem orientar as relações de poder entre os governantes e a sociedade, ou entre uma empresa, colaboradores e público. Governança remete também a uma compreensão de caráter que deve nortear as práticas de um governo, e com isso o foco na transparência, na comunicação, coerência, *accountability* e eficácia auxilia os gestores a

pensarem com mais propriedade no bem comum, não permitindo que esse ideal seja corrompido por ações burocráticas ou por valores que não beneficiem a sociedade.

O pesquisador Mark Bevir (2011, p. 103) faz a genealogia do uso do termo governança e explica que “a organização e as ações públicas moveram-se da hierarquia e da burocracia para os mercados e as redes”. Desse modo, as hierarquias burocráticas “mantêm-se espalhadas e são, sem dúvida, as formas mais comuns de governo”.

A ideia de Bevir é deslocar o poder, antes concentrado somente no cerne dos governos, para o pluralismo de vozes que se interessam pelo bem comum, que tentam evitar lucros desmedidos, práticas eleitoreiras, interesses corporativistas e atos de corrupção.

O termo governança está alinhado à necessidade de governar cidades, estados e países sem desconectar-se da realidade global, mas segundo o pensamento de Bevir, as decisões devem ser constantemente compartilhadas com os cidadãos. Observa-se que esse modo de governança não se apoia na lógica de que o simples voto traz a democracia por meio da representatividade, é necessário manter um canal aberto de comunicação com os cidadãos para que a aplicação da democracia seja efetiva.

A participação e o acesso às informações ainda são as melhores maneiras de permitir que os interessados possam escolher aquilo que lhes representa, bem como acompanhar a boa gestão dos seus interesses. É papel dos governos a garantia do pluralismo e do equilíbrio entre os governantes e as sociedades. Por conta disso, o conceito de governança democrática possui como base a inclusão dos governados nesse processo.

Pippa Norris (2012) questiona se a governança democrática é capaz de determinar a segurança humana, se o conceito é bom para a prosperidade econômica e se esse tipo de governança pode acelerar o progresso, o bem-estar social e o desenvolvimento humano.

Para a pesquisadora, a unificação do conceito de governança e de democracia auxilia na compreensão de que o desenvolvimento é mais eficaz quando os regimes combinam as qualidades de responsabilidade democrática e a eficácia do Estado. A autora baseia o argumento em algumas premissas:

- 1) As instituições da democracia liberal incentivam os funcionários eleitos a prestarem atenção na segurança humana, principalmente quando os procedimentos permitem que os cidadãos expressem suas demandas, possam responsabilizar os funcionários públicos por suas ações e se livrar de líderes incompetentes, corruptos ou ineficazes. Afinal de contas, isso encorajará os líderes a serem responsáveis com as necessidades e preocupações sociais.
- 2) A segunda premissa é sobre as instituições democráticas serem insuficientes para atingirem as metas de desenvolvimento. As instituições da democracia liberal podem limitar o abuso de poder, mas não garantem que os líderes tenham a capacidade de implementar políticas públicas eficazes que atendam às necessidades sociais.
- 3) Sobre a capacidade do Estado, a qualidade da governança, desempenha um papel vital na obtenção de objetivos de desenvolvimento, buscando aumentar a eficácia do Estado e fazendo com que funcionários comprometidos entreguem aos cidadãos o que estes desejam: escolas, saúde, segurança e bons padrões de vida (idem, p. 8, com tradução nossa).

Pippa Norris afirma que os termos democracia e governança não são debatidos com a profundidade necessária e que “esses fenômenos distintos são, de fato, a mesma coisa”. Em outro trecho de sua pesquisa, ela diz que democracia e governança podem ser vistas como fenômenos separados e necessários “apesar de não serem suficientes para atingir o progresso” (idem, p. 34, 133, com tradução nossa).

A autora sugere que o tema central de sua pesquisa não é sobre escolher entre democracia liberal, eleições ou *state-building* e boa governança, mas sobre como os passos práticos rumo à democracia e governança devem ser “cronometrados, sequenciados e combinados paralelamente” (idem, p. 8, com tradução nossa).

Norris vai além da ideia da representatividade proposta por Bevir e compreende que os efeitos dos regimes caracterizados como prosperidade, bem-estar social e paz são três dimensões que devem nortear a prática da governança democrática, fazendo com que seja fundamental que os regimes democráticos reforcem o caminho em direção aos benefícios concretos do desenvolvimento das nações.

A pesquisadora designa a primeira dimensão como prosperidade econômica. Ela proverá recursos que facilitarão a segurança e a proteção contra muitos riscos às necessidades básicas da vida. Após tecer uma profunda análise sobre essa dimensão em diversos países, deparou com uma multiplicidade de cenários econômicos que diversificavam os resultados da prosperidade econômica. Desse modo, foi possível observar que a prosperidade econômica é um conceito subjetivo e que a realidade de cada nação deve ser verificada particularmente.

Ao analisar o impacto de alguns fatores sobre o crescimento econômico em modelos diversos, Norris notou que não haveria impacto significativo no crescimento proveniente da

boa governança, governança burocrática ou democracia liberal “se esses fatores fossem inseridos separadamente, o que reforça a necessidade de compreender a combinação de diversos elementos” (idem, p. 189, com tradução nossa).

A segunda dimensão, o bem-estar social, engloba diversos aspectos essenciais sobre segurança. Para a autora, escolas de ensino fundamental, clínicas de saúde, água limpa e saneamento básico protegem a população contra cenários de devastação. Utilizando seis índices, ela comparou os resultados de alguns regimes de governo e sugeriu que a democracia liberal teve impacto positivo em três desses seis indicadores.

Norris afirma ainda que a segurança humana depende da redução de conflitos de violência e prevenção de todos os problemas presentes em guerras civis. Em relação a essa terceira dimensão, a paz, ela acredita que em alguns momentos a governança burocrática atenuou conflitos internos, conseguiu manter a lei e a ordem por meio das forças de segurança para deter rebeliões civis. “A comunidade internacional se tornou mais ativa em operações de manutenção da paz após a era das guerras” (idem, p. 191, tradução nossa).

De acordo com a autora, para obter a governança democrática, focar apenas em um tipo de reforma não é o bastante. Para chegar a tal fim, é preciso equilibrar recursos e prioridades gerais, fortalecendo o Estado e a responsabilidade democrática. Isso inclui o que ela intitula “menu padrão”, destinado ao fortalecimento da governança, e outras prioridades como “a reforma do setor público no serviço civil, o estabelecimento de iniciativas anticorrupção e transparência, como leis de liberdade de informação” e a “expansão das habilidades profissionais, treinamento dos órgãos administrativos locais e melhoria na capacidade do governo, tribunais, judiciário e polícia” (idem, p. 192, tradução nossa).

1.2.2 A crise da comunicação na governança democrática

Brian McNair (2016) entende o conceito de crise como um processo, mais do que um evento singular, no qual existem momentos de criticidade para os atores envolvidos, ocasiões em que as estruturas de governo ficam vulneráveis ao colapso ou sofrem com algum tipo de opressão.

No campo da crise política, o autor vislumbra que as vulnerabilidades do governo podem se relacionar à economia, ao meio ambiente, à agricultura, ao sistema de saúde ou a outros processos de responsabilidade dos Estados. Para exemplificar, McNair relembra o desastre, em 2014, do voo da Malaysia Airlines MH370, que desapareceu levando pessoas de

Kuala Lumpur para Pequim. Nessa situação, o governo se vê em uma situação de crise, a partir do momento em que o comando e o controle “das alavancas comunicativas de poder e sua própria capacidade de governar ficam comprometidas até o ponto em que o colapso se torna possível ou provável ou quando a boa governança se torna difícil de sustentar” (MCNAIR, 2016, p. 11, tradução nossa).

Além disso, para o autor, todas as crises têm potencial para se tornarem políticas:

Portanto, a política como eu a defino, assim como a comunicação política, vai além das esferas da política e governança partidária para incorporar muitas campanhas e movimentos que, se acabam às portas dos políticos governantes, começam em outro lugar, com a política de questões de identidade, ambientais e de qualidade de vida e outros tópicos que as novas tecnologias de comunicação colocaram na vanguarda da esfera pública globalizada (idem, p. 13, tradução nossa).

McNair discute a volatilidade dos conceitos de democracia e de liberdade de imprensa. Para ele, ambos não são fixos nem imutáveis, estão sujeitos às transformações culturais de cada nação. Também leva em conta a existência de diferenças entre os vários tipos de regimes. Para exemplificar a volatilidade do conceito, o pesquisador traz à tona um caso do início de 2014, em que três jornalistas do *Al Jazeera* foram presos por autoridades egípcias acusados de trabalharem com extremistas, mas isso não era verdade.

A era da internet e das mídias sociais permite que as crises sejam encerradas ou intensificadas, e essa fase representaria a transição a uma mais legitimada estabilidade. Isso porque a democratização deve ser vista como um processo paralelo às tendências de evolução da informação e das tecnologias da comunicação. E é esse movimento que “equilibra, acelera e expande o fluxo de informações e dos processos democráticos, o que acaba sendo um desafio ao funcionamento do bom e do mau governo” (idem, p. 59).

O autor também discute o declínio da credibilidade da mídia e a possível tendência sobre a mediação das crises políticas, o que teria feito com que o jornalismo perdesse a autoridade e declinasse nos níveis de credibilidade nas notícias das emissoras convencionais.

Esse processo abre espaço para que a tecnologia receba uma função adicional ao permitir a rápida disseminação feita por blogueiros e usuários de mídias sociais das ocasiões em que os jornalistas cometem erros, mentem ou procuram encobrir as coisas. A erosão da confiança do público no jornalismo continua sendo um fenômeno cultural notável na era digital (idem, p. 61, tradução nossa).

O pesquisador também evoca o conceito de midiaticização e sua estrutura. Para ele, a comunicação política contemporânea teria perdido a sua autenticidade e a identificação com o discurso racional “destinado a garantir cobertura e publicidade favoráveis nos meios de comunicação através dos quais as mensagens políticas devem ser canalizadas” (idem, p. 63).

Os atores políticos adaptam suas comunicações aos requisitos de produção percebidos pelas organizações de mídia, como a preferência por replicar facilmente políticos beijando bebês, segurando crianças no colo, comendo em lugares humildes ou em situações em que transmitem a imagem de simplicidade e proximidade com a população. McNair acredita que a comunicação política autêntica teria sido substituída por mensagens cuidadosamente coordenadas, utilizando as ferramentas mais sofisticadas disponíveis para o setor de relações públicas.

Jornalistas, então – e a mídia política em particular –, relatam e fazem ao mesmo tempo parte do sistema político. Os jornalistas existem tanto como atores (defensores do jornalismo, comentários, lobbies) quanto como mediadores entre as elites políticas e os públicos. A mídia – tanto no nível institucional quanto no individual – não apenas relata a realidade ou a analisa e comenta. *Eles agem sobre ela, participam dela e*, assim, moldam a evolução dos processos sociais, enquanto também cobrem essa evolução para o benefício de seus públicos nas formas de notícias (idem, p. 64, com grifo e tradução nossos).

A mídia acaba afetando o comportamento de outros atores políticos apenas pela existência e percebida influência e impactos na opinião pública. O autor acrescenta que mais importante do que pensar sobre a influência dos meios de comunicação privados e opinativos no setor da imprensa é observar de que modo um ator político é abordado na mídia de transmissão, geralmente de forma mais imparcial, se for uma imprensa de mídia pública, pelo menos autoproclamada objetiva.

A profissionalização da comunicação política tem sido amplamente um processo de gerenciamento desses meios de comunicação, garantindo a visibilidade e o perfil de um ator na agenda de notícias. “*As reportagens da mídia sobre política mudam a política*” (idem, p. 65, com grifo e tradução nossos).

Em outra obra, o pesquisador apresenta alguns pontos de introdução à compreensão da comunicação política. O autor critica a perda dos valores éticos e da objetividade em algumas reportagens afirmando que “a reportagem política na mídia é tendenciosa e falha – subjetiva, por oposição a objetiva, partidária em vez de imparcial” (idem, 2007, p. 26).

O papel democrático da mídia seria cumprido, por um lado, pela adesão dos jornalistas à ética profissional da objetividade na divulgação dos fatos dos assuntos públicos. A objetividade implicaria um distanciamento jornalístico claro das opiniões expressas em debates políticos e uma determinação de não confundir a expressão da opinião com a divulgação de fatos (idem, p. 46, com tradução nossa).

O pesquisador relata um pouco da história das transmissões no Reino Unido e explica que as oportunidades para a expressão de opiniões políticas em transmissões jornalísticas eram limitadas. Já nos jornais impressos era permitido e até esperado o posicionamento político. “Isso significa que, mesmo depois que a imprensa britânica abandonou os vínculos organizacionais diretos com os partidos políticos no século XIX, os jornais individuais continuavam a ter lados políticos e a expressá-los em seus conteúdos” (idem, p. 47).

O princípio democrático teria sido preservado na medida em que jornais e periódicos expressavam uma pluralidade de opiniões, correspondendo à variedade de visões que circulavam na esfera pública. “A diversidade do sistema partidário era paralela ao pluralismo da imprensa” (idem).

O pesquisador completa afirmando que a objetividade (que será abordada mais adiante) é importante para os processos democráticos porque permite que a mídia reporte eventos políticos de maneira precisa, justa e independente. Ou seja, a ética da objetividade se envolve gradualmente em um conjunto de práticas e convenções significativas que pretendem garantir e endossar a veracidade da informação para a audiência.

Essas práticas incluem, principalmente, a separação entre fato e opinião, a inclusão de lados opostos em um debate e a validação de narrativas jornalísticas por meio de citações de fontes autorizadas. O autor compreende que *a mídia, diversas vezes, acaba sendo um dos atores do jogo político* (idem, p. 67, com grifo nosso).

1.3 Comunicação política sob diversas óticas

1.3.1 Arendt: a “verdade dos fatos”, a opinião e a verdade filosófica

Hannah Arendt (1967) compreende que a construção da opinião está plenamente relacionada aos fatos que são expostos, haja vista que a discussão política mobiliza as opiniões com base nos fatos.

Em **Verdade e política**, a autora defende que as opiniões dos cidadãos sempre foram mutáveis e afirma que o conceito de “verdade” seria o antônimo de opinião. “E é esta degradação da opinião que dá ao conflito sua acuidade política; porque a opinião não é a verdade, é uma das bases indispensáveis de todo o poder” (idem, np).

A autora retoma a série de 85 artigos construídos após algumas reuniões que aconteceram na Filadélfia em 1787 com o objetivo de elaborar a Constituição dos Estados Unidos, conhecida como *The Federalist Papers*, e parafraseia um dos autores, Madison, sobre do fato de que a transformação da verdade racional para a opinião implicaria uma passagem do homem no singular aos homens no plural:

O que quer dizer uma passagem do domínio em que, de acordo com Madison, apenas se conta o “sólido raciocínio” de um espírito, para um domínio em que “a força da opinião” é determinada pela confiança do indivíduo no “número que é suposto ter as mesmas opiniões”, número que, seja dito de passagem, não está necessariamente limitado aos seus contemporâneos (idem, np).

Para Arendt, a verdade de fato, quando se opõe ao lucro de um determinado grupo, é recebida de forma hostil. Essas verdades de fato incômodas são toleradas em países livres, mas, mesmo inconscientemente, acabam sendo transformadas em opiniões.

Ela também diferencia a verdade filosófica, que se compararia à opinião, da “verdade de fato”. Para a pesquisadora, a verdade de fato diria respeito aos acontecimentos e circunstâncias nos quais várias pessoas estariam implicadas, sendo assim “estabelecida por testemunhas” e repousando “sobre testemunhos”, enquanto a opinião existe apenas na medida em que se fala dela e é política por natureza.

Os fatos são matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de fato. *A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os fatos não estiver garantida e se não forem os próprios fatos o objeto do debate* (idem, np, com grifo nosso).

Da mesma forma que a verdade racional alimenta a especulação filosófica, a verdade de fato é que fornece as informações necessárias para o pensamento político. Existe uma linha tênue que separa o fato, a opinião e a interpretação.

Para a pesquisadora, a verdade é um ponto de vista político e tem um caráter despótico por ser odiada por tiranos que temem a concorrência de uma força que eles não podem dominar

e monopolizar. Além disso, a verdade de fato se afasta de discussões que formam a essência da vida política, pois não há como existirem opiniões sobre os fatos, o que, de certa forma, as transformaria em tiranias.

A verdade de fato não seria mais forte do que uma opinião e é por isso que as pessoas a rejeitam como se ela fosse uma opinião sobre algo. Porém, o que a diferencia é o seu apoio nos testemunhos, arquivos e documentos.

É claro que pode haver falsos testemunhos e que o sentimento de pertencer a uma maioria pode favorecê-los. Então, quando a verdade de fato é exposta às opiniões das pessoas, ela também pode ser vulnerável como a verdade filosófica racional, que é a própria opinião, para a autora.

Para Arendt, o contrário da verdade de fato não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, mas sim a falsidade deliberada ou a mentira. Alguns erros podem ocorrer, mas estes se diferenciam da falsidade deliberada, não pertencendo à mesma categoria.

É claramente uma tentativa de mudar a narrativa da história e, enquanto tal, é uma forma de ação. Acontece o mesmo quando um mentiroso, não dispendo do poder necessário para impor as suas mentiras, não insiste no caráter evangélico da sua afirmação, mas pretende que se trata da sua “opinião” para a qual invoca o seu direito constitucional. Isso é frequentemente praticado pelos grupos subversivos, e num público politicamente imaturo pode ser considerável a confusão que daí resulta. O esbatimento da linha de demarcação que separa a verdade de facto e a opinião pertence às numerosas formas que a mentira pode assumir, todas elas sendo formas de ação (idem, np).

Ainda para a pesquisadora, quando uma verdade se torna uma opinião dominante, aquele que diz a verdade de fato, ao penetrar no domínio político e se identificar com qualquer interesse particular e com qualquer grupo de poder, acaba comprometendo a “única qualidade que teria podido tornar a sua verdade plausível”, ou seja, “a sua boa-fé pessoal, cuja garantia é a imparcialidade, a integridade e a independência” (idem, np).

Sobre a mentira política, a autora afirma que a manipulação de massa do fato e da opinião se tornou evidente também na fabricação de imagens e na política dos governos. Ela expõe diferenças entre a mentira política tradicional, que incidia habitualmente sobre os segredos autênticos ou intenções potenciais de alguém, e as mentiras políticas modernas, que tratam de coisas que não são segredos, haja vista que todo o fato conhecido e estabelecido pode ser “negado ou negligenciado se for suscetível de atentar contra essas imagens” (idem, np).

Além disso, devido às técnicas modernas dos *mass media*, é muito mais fácil substituir completamente uma imagem fazendo com que ela seja mais acessível do que a original. Arendt afirma que as mentiras políticas modernas são tão grandes “que requerem um completo rearranjo de toda a textura factual – o fabrico de uma outra realidade”. E pergunta: “Como exatamente os fatos encaixavam no seu contexto original, o que é que impede estas histórias, imagens e não fatos novos de se tornarem um substituto adequado da realidade e da factualidade?” (idem, np).

De acordo com a autora, os fatos não estão seguros nas mãos do poder, mas esse poder não pode substituir a realidade factual por não ter controle do seu alcance, ou seja, os fatos são superiores ao poder. Além disso, a verdade também se encontra na independência daquele que descobre o fato, da testemunha e do repórter.

1.3.2 Susana Salgado: estratégias de mídia e agenda política

Ao analisar a comunicação política, a pesquisadora Susana Salgado (2007, p. 18) afirma que ela deveria assegurar uma função de adequação entre os cidadãos e quem os governa. “Os governantes seriam o eco dos cidadãos, e estes, em troca, deveriam aceitar as decisões tomadas pelos governantes”.

A autora retoma a noção de ruído na comunicação para explicar que nem tudo o que é emitido é compreendido pelo receptor da forma que era pretendida. Além disso, o *framing* do receptor, quadros de normas e valores que regem o grupo em que o indivíduo está inserido e sua vivência pessoal também influenciam o entendimento da mensagem.

Para Salgado, a mídia tem um papel crescente na vida política interna e internacional. Os próprios políticos se programam para criar estratégias midiáticas levando em consideração suas agendas políticas e a agenda da mídia. Governos e oposição adquirem grande parte das informações por meio dos meios de comunicação (idem, p. 19).

A autora recorre aos pensamentos de Murray Edelman (1998) em **Constructing the Political Spetacle** para afirmar que a interpretação permeia todas as fases da criação e disseminação de notícias. Funcionários, grupos de interesse e críticos são capazes de antecipar as interpretações de públicos específicos, moldando seus atos e linguagens, de modo a obter a resposta desejada (EDELMAN, 1988 apud SALGADO, 2007, p. 95, com tradução nossa).

O público de notícias é o intérprete final, prestando atenção em algumas notícias, ignorando a maioria e ajustando as contas das notícias a um “enredo que reflete seus respectivos

valores”. Isto é, para qualquer público, uma informação é sempre a interpretação de uma interpretação (idem).

Susana Salgado também retoma alguns pensamentos de Rousseau, cuja teoria inicial não previa a existência de intermediários e mediadores entre o povo e a sua soberania. Em suas ideias, o filósofo propõe que a verdadeira democracia seria aquela em que o povo tivesse não somente o poder de decidir, mas também o de concretizar. Contrariando as ideias de Rousseau, os partidos políticos se apropriaram da função de representação no espaço público, fazendo com que a própria democracia introduzisse o conceito de mediação na política.

A multiplicação dos media e a aceleração da circulação da informação deveriam permitir uma maior democratização da vida política, facilitando a transparência da ação dos políticos e acesso de um maior número de cidadãos ao conhecimento dos assuntos públicos. Porém, para isso, seria necessário que o trabalho de produção da informação fosse inspirado por estas preocupações e intenções (idem, p. 34).

A autora nota que existem traços da cobertura midiática da política que favorecem o bom funcionamento da democracia. Em contrapartida, há o problema da compreensão superficial da política, que é provocada pelos mesmos meios de comunicação.

Ainda no campo da visão superficial promovida pelos meios, vale mencionar os conceitos estudados por Robert Merton e Paul Lazarsfeld em suas pesquisas sobre as funções da mídia. Ao analisarem essas funções, os pesquisadores construíram a ideia de disfunção narcotizante, segundo a qual uma das “funções” da mídia seria a alienação provocada pelo excesso de informações transmitidas pela mídia de massa.

Numa crítica à compreensão superficial da política, Salgado a associa às tendências da cobertura noticiosa da campanha eleitoral. A pesquisadora conclui que essa cobertura reflete a ordem política vigente na sociedade.

Outros pontos observados pela autora são as grandes alterações sofridas pelos critérios noticiosos, devido à evolução tecnológica, e as mudanças no conceito de informação. “Informar é não só fornecer uma descrição exata e confirmada de um fato ou acontecimento, mas também um conjunto de parâmetros contextuais que permitam ao leitor compreender o seu significado” (idem, p. 174).

1.3.3 Bob Franklin e a mídia britânica

Bob Franklin (2010) faz uma análise sobre a comunicação política no que ele chama de “democrática mídia britânica”. O autor afirma que os políticos sempre tentaram influenciar e regular o fluxo de informações políticas e as mensagens via mídias de massa, mas que nos anos 1980 e 1990 esse entusiasmo por controle se tornou uma obsessão (idem, p. 5, com tradução nossa).

Sua tese sobre a “embalagem política” é compreendida por três pressupostos:

- 1) “Estar na mídia é existir como político”. Os políticos do governo e partidos políticos revelaram o crescimento do compromisso de usar o marketing midiático para comercializar suas políticas e seus líderes ao público.
- 2) Os governos estão cada vez mais hábeis em usar a mídia para embalar políticas e dedicar recursos financeiros e humanos expansivos às empresas de mídia. O governo contrata consultores de propaganda e marketing para projetar e implementar políticas específicas nas campanhas.
- 3) Essa ambição de embalar políticas apresenta uma série de desafios para as democracias. O relacionamento entre governo e mídia pode se tornar indevidamente um conluio com a mídia agindo como pouco mais que um canal de mensagens governamentais sobre políticas, elaborada por assessores de imprensa e consultores especiais, mas confundida por leitores e telespectadores como obra de jornalistas independentes (idem, p. 5, 6, com tradução nossa).

Deste modo, a mídia exerceria um papel não democrático que evidenciaria sua relação com os políticos e a utilização das plataformas midiáticas como espaços de marketing e promoção e não de informação.

1.3.4 Wolsfeld: o poder e a mídia independente

Gadi Wolsfeld (2011) afirma que uma regra geral entre os jornalistas é que eles correm atrás daqueles que são politicamente poderosos; já os politicamente fracos correm atrás dos jornalistas. Para ele, uma das razões pelas quais os jornalistas agem desse modo é o fato de as pessoas politicamente poderosas terem maior probabilidade de causar impacto no país e no mundo.

A relação entre os jornalistas e os políticos é uma competitiva simbiose, em que um depende do outro para atingir seus objetivos. Enquanto os líderes almejam publicidade, os jornalistas querem informações relevantes para que eles possam transformá-las em notícias.

Como os mais poderosos líderes possuem as melhores informações para vender, os jornalistas competem pelo privilégio de acessar esse conteúdo, principalmente se conseguirem os dados em primeira mão.

Para Wolsfeld (idem, p. 10), o poder político pode ser traduzido em poder pela mídia, mas isso não quer dizer que os atores políticos mais fracos não sejam alvo das notícias. “As mídias noticiosas têm uma preferência por conflitos que são tão importantes quanto as suas preferências por poder”.

A ideia de que o poder lidera a mídia não se limita aos políticos. Existem indivíduos, organizações e companhias que são interessantes por diversas razões e porque seus vastos recursos têm grande impacto na sociedade.

O pesquisador cita os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos para mostrar que fatos que geram grande comoção levam as pessoas ao consenso. Sobre aquele evento é possível perguntar: que cidadão daquele país, naquele momento, não gostaria de punir os executores do atentado? Situações de crise como essa acabam por fornecer um grande nível de suporte político a líderes.

Nesse caso, a mídia nem precisaria se posicionar apoiando as políticas dos Estados Unidos e o presidente George W. Bush. O suporte já era total, não somente nos editoriais, mas também na cobertura do assunto. Wolsfeld afirma que existem inúmeras razões para a imprensa ser tão sensível ao consenso sobre um assunto.

Quando essas oposições não estão dispostas a sair publicamente contra o presidente, os jornalistas não têm críticos para citar. Os repórteres dependem de suas fontes para dizer se um problema é considerado controverso. Além disso, se “todos os importantes” concordarem com uma determinada política, as chances são de que a maioria dos repórteres se sintam da mesma maneira (idem, 2011, p. 25).

Outro aspecto levantado pelo pesquisador é que quando a vasta maioria do público apoia o presidente não há senso econômico para os jornalistas correrem na direção oposta.

Para compreender o conceito de mídia independente, Wolsfeld recorre a três argumentos: o primeiro diz respeito à cobertura midiática em tempos de crises que faz com que a mídia esteja mais dependente. Em um segundo momento, o pesquisador afirma que, quando a veículos noticiosos alcança o maior nível de independência, ela se torna boa vigilante. Em

terceiro lugar, a mídia exibe independência parcial quando ela não depende exclusivamente das autoridades e continua dependendo da oposição para proporcionar um viés alternativo.

Wolsfeld critica a ideia do *spin doctor*, que é simbolizado pelo poder de transformar desastres políticos em histórias de sucesso. O termo se refere aos assessores de imprensa, relações-públicas ou responsáveis pela comunicação política que acabam se tornando porta-vozes de partidos ou governos. É um termo pejorativo baseado em uma técnica utilizada no beisebol em que o jogador coloca efeito na bola na tentativa de enganar o seu adversário. Essa manobra se chama *spin*.

O autor afirma que é verdade que os poderes políticos estão conectados a importantes vantagens no momento de vender histórias, mas que somente sucessos políticos trazem à mídia o verdadeiro sucesso.

1.3.5 Thompson e o pluralismo regulado

John B. Thompson (2012), no livro **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**, dedica um capítulo para falar sobre a reinvenção da publicidade. O ponto discutido pelo autor gira em torno do fato de que a grande imprensa, atualmente, está muito distante das defesas de John Stuart Mill e sua luta pela liberdade de opinião.

A dicotomia entre os termos “público” e “privado” também é citada pelo autor. Para ele, a tendência de identificar a vida pública com a atividade do Estado se transformou e não atende mais às perspectivas do passado.

Além disso, como Habermas e outros mostraram, o desenvolvimento dos meios impressos de comunicação desempenhou um papel muito importante na emergência destas formas de vida pública e na articulação de um tipo de “opinião pública” que se distinguia das doutrinas oficiais do Estado e exercia contra elas um crescente poder crítico (idem, p. 299).

O autor reforça que uma imprensa livre seria capaz de monitorar as ações e atividades dos governantes, bem como os princípios norteadores das suas tomadas de decisões, e poderia articular uma diversidade de opiniões que melhoraria os debates.

Além disso, Thompson aponta a importância da liberdade na manifestação de opiniões na manutenção da ordem democrática moderna. Nesse sentido, critica a concentração dos

recursos midiáticos e a formação dos conglomerados de comunicação, que possuem interesses diversos.

Thompson acredita que, no século XIX, os pensadores liberais recebiam que a principal ameaça à liberdade individual ou de expressão proviria do Estado. Porém, hoje, essa suposição não se sustenta da mesma maneira.

Com a transformação das organizações comerciais de grande escala, a liberdade de expressão teve que enfrentar crescentemente novas ameaças, ameaças que provêm não do excessivo uso do poder do Estado, mas antes do desimpedido crescimento das organizações da mídia e de seus interesses comerciais (idem, p. 301).

Então, o autor problematiza o fato de os conglomerados de comunicação globais serem fundamentais na produção e distribuição de bens simbólicos e questiona “como podemos estimular um tipo de publicidade que nem faça parte do Estado nem seja inteiramente dependente dos processos autônomos do mercado?” (idem, p. 302).

A resposta do pesquisador se encontra no conceito que ele intitula “pluralismo regulado”, ou seja, “o estabelecimento de uma estrutura institucional que abriga e garante a existência de uma pluralidade de independentes organizações da mídia” (idem, p. 302-303).

Esse pensamento se alinha ao conceito de midiaticização pela visão do autor Stig Hjarvard, que será analisado adiante. A partir do momento em que houve o empoderamento das instituições midiáticas, elas se transformaram em semi-independentes, passando a ditar as regras do jogo em vez de se submeterem a elas.

Thompson informa que o “pluralismo regulado” deveria sugerir a descentralização de recursos nas indústrias da mídia, além do incentivo para a criação de organizações midiáticas independentes. Além disso, o autor sugere a criação de uma legislação que favoreça as organizações de mídia que não façam parte desses grandes conglomerados existentes e a separação entre as instituições de mídia e o exercício de poder do Estado.

Como argumentavam os primeiros pensadores liberais, as instituições da mídia deveriam ser livres para articular pontos de vista críticos às políticas e aos políticos do Estado, e qualquer tentativa de restringir esta liberdade através de formas abertas de censura, quer indiretamente, através de pressões financeiras, ameaças ou incentivos de qualquer tipo, deveria ser firmemente repelida (idem, p. 303-304).

É possível observar a construção do espaço institucional da mídia que deve ir além do Estado. A crítica de Thompson recai sobre o fato de os principais atores nas indústrias da mídia serem as corporações transnacionais e que os produtos circulam muito além das fronteiras, também fruto da globalização.

O autor faz uma análise sobre a democracia e reforça o conceito de deliberação que permitirá a consideração e a avaliação de diversos pontos de vista pelos indivíduos na formação de suas vontades. Nesse sentido, as instituições midiáticas são fundamentais, pois são elas que fornecem informações e pontos de vista diferentes para que a sociedade forme juízos de valor sobre os mais diversos assuntos. São as instituições midiáticas as responsáveis pela construção das opiniões, incentivando a diversidade e o pluralismo. Dessa forma, poderá ocorrer o desenvolvimento da democracia deliberativa.

Ao falar sobre democracia deliberativa, o autor retoma os pensamentos de Jürgen Habermas, que a define como um conjunto de pressupostos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Ou seja, como a participação da sociedade pode influenciar as ações políticas. Somente deste modo, a democracia estaria efetivamente sendo aplicada.

1.3.6 Comunicação política na democracia

No livro **The politics of the news: the news of politics** (1998), os editores Graber, McQuail, Norris e outros autores debatem as intersecções das políticas das notícias e das notícias sobre política. Na introdução, afirma-se que não existem “czares preordenados que decidem o que deve ser coberto e como deve ser enquadrado” e completam afirmando que “o conflito está sobre o conteúdo das notícias, as histórias a serem cobertas, assim como o enquadramento” (idem, p. 1).

De acordo com os editores do livro, a importância do tema se dá por causa da agenda de políticas públicas ou o dos acontecimentos na vida política que são influenciados pelas notícias.

Mais importante entre os princípios compartilhados é o reconhecimento de que a comunicação deve ser aberta para que todos os interesses políticos tenham a oportunidade de promover suas causas, independentemente da popularidade de seus pontos de vista. Isso exige que os *jornalistas estejam livres de coerção política* quando se trata da escolha de matérias a serem cobertas e da escolha de enquadramento. Os jornalistas devem ter evidências confiáveis para apoiar a precisão das informações factuais que apresentam (idem, p. 3, com tradução e grifo nossos).

Para os autores, as partes interessadas, ou *stakeholders*, do processo de controle das notícias políticas se subdividem em três grandes grupos. Em primeiro lugar estão os produtores de notícias, que desenvolvem as notícias políticas, conectando o governo com os grupos de interesses e cidadãos.

Em segundo lugar estão os políticos e candidatos que queiram moldar políticas públicas. “Eles tentam influenciar as escolhas das histórias publicadas pela mídia ou mantê-las distantes da apuração do público, além de controlar como a mídia enquadra histórias específicas” (idem).

Em terceiro lugar está o público (leitores, espectadores, ouvintes) que utiliza as informações e entretenimento fornecidos pela mídia. Para os autores, é dentro da primeira dimensão que os conflitos e tensões aparecem de forma mais penetrante sobre os jornalistas guiados por editores, justamente porque não há guias ou objetivos que determinem o que é publicável nas notícias políticas.

Thomas E. Patterson, um dos articulistas do livro, debate os papéis políticos do jornalista e inicia seu texto afirmando que eles são cada vez mais atores políticos de influência. A vida do jornalista se concentra no fato de que os repórteres devem ter uma história para contar e eles se definem mais pelo profissionalismo do que pelo partidarismo.

Notícias são uma construção, são uma versão da realidade moldada em parte significativa por normas e convenções jornalísticas. Por meio das estruturas que empregam e do papel de *gatekeeping* que desempenham, os jornalistas ajudam a moldar a opinião pública e o debate (idem, p. 17, com tradução nossa).

Patterson compara os sistemas de notícias dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Suécia e Itália, tendo entrevistado 1.300 jornalistas, aproximadamente 275 em cada país, entre 1990 e 1992. Ao debater sobre a neutralidade e o partidarismo, o autor afirma que existem alguns vestígios de tempos jornalísticos antigos em que muitos jornais diários eram associados com um partido ou ideologia particulares.

O partidarismo na mídia não está vinculado somente às organizações, há também questionamentos sobre as decisões de notícias serem ou não afetadas pelas crenças políticas dos jornalistas. Além disso, ao debater a objetividade ou subjetividade no jornalismo, Patterson afirma que “o partidarismo obscurece as notícias, seu compromisso com a objetividade as molda plenamente” (idem, p. 21, com tradução nossa).

À primeira vista, objetividade é uma influência menos robusta do que pode parecer e isso se dá por uma questão, objetividade significa diferentes coisas em diferentes sistemas de notícias e para diferentes jornalistas. Patterson, enxerga esse aspecto da sua pesquisa como resultado de variações culturais.

Para o autor, jornalistas estão sempre de olho em uma nova história, enquanto políticos são sua fonte principal. Desse modo, jornalistas cultivam relações com políticos para conseguirem acesso ao que eles estão pensando e fazendo; por outro lado, os políticos precisam da imprensa para que suas mensagens possam chegar ao público.

Essa cooperatividade não deve submeter os jornalistas com dificuldade na manutenção de suas funções. “Jornalistas querem tomar as próprias decisões, e eles sentem medo de que essa relação possa ser manipulada por esses funcionários” (idem, p. 25, com tradução nossa).

Ao mesmo tempo, os políticos se preocupam se os jornalistas distorcerão suas mensagens ou as colocarão contra eles. A transparência da mensagem e a credibilidade são fundamentais, e por isso os jornalistas questionam as motivações oficiais, os métodos e a efetividade de determinadas ações.

Por fim, o autor compreende que existem duas dimensões sobre a atuação dos jornalistas: a dimensão ativo-passiva e a segunda dimensão baseada nos posicionamentos dos jornalistas como atores políticos. Muitas foram as observações de Patterson sobre esse mapeamento acerca dos cinco países pesquisados, e o modelo pode ser utilizado como base para futuras pesquisas.

Em outro artigo publicado no livro, *The public journalism movement and its problems*, Michael Schudson inicia falando sobre *The Federalist Papers*, os textos de James Madison, Alexander Hamilton e John Jay que foram publicados em Nova Iorque nos anos de 1787 e 1788, conforme abordado anteriormente. Schudson retoma também à primeira emenda do filósofo, John Stuart Mill publicada em *On Liberty*.

Se toda a humanidade menos um tivesse uma opinião, e apenas uma pessoa tivesse a opinião contrária, a humanidade não teria mais justificativa para silenciar essa pessoa, do que ele, se tivesse o poder, estaria justificado para silenciar a humanidade (MILL, 1859 apud SCHUDSON, 1998, p. 132).

Para Schudson, a primeira emenda refere-se à liberdade de imprensa e foi a partir daí que a ideia do cidadão informado se tornou a base da vida democrática, bem como a ideia de que a opinião pública era um desafio.

O jornalismo público alega oferecer um modelo significativamente novo de como o jornalismo pode e deve contribuir para uma democracia. Jay Rosen, o defensor mais eloquente do movimento, argumenta que o jornalismo não pode mais ter como objetivo simplesmente informar o público - porque o público pode não estar lá fora (idem, p. 132).

Para o pesquisador, o jornalismo público oferece um significativo novo modelo sobre como o jornalismo pode contribuir para a democracia. Vale lembrar que o conceito de jornalismo público (ou cívico) ainda não possui um termo definido no Brasil. No jornalismo público existe a necessidade de se cobrir questões relacionadas aos problemas sociais e comunitários dos cidadãos. Os jornalistas se desconectam das posições de neutralidade e observação e percebem que seus papéis são de atores políticos, assim, o cidadão recebe protagonismo na cobertura jornalística e sua voz ressoaria dentro das redações. Ou seja, a falha do jornalismo teria sido se desconectar dos ideais da profissão e não compreender sua função “não como a voz das pessoas, mas como órgãos de burocratas ou elites, significativamente desligados da vida comunitária” (idem, p. 128, com tradução nossa).

Schudson utiliza um exemplo que mostra as diferenças entre o jornalismo público e as outras agendas dentro da profissão. Para ele, o repórter investigativo não deve ser visto como um vendedor de conhecimento interno, mas sim uma pessoa apta a negociar seus conhecimentos sobre crimes e procedimentos policiais, capitalizar fontes bem desenvolvidas e boas relações de trabalho com os profissionais da justiça criminal. Já no jornalismo público “o repórter não é especialista em polícia ou crime, mas sim no que cada círculo eleitoral da comunidade, que participa da questão, pensa sobre isso” (idem, p. 134, com tradução nossa).

Schudson apresenta três modelos de jornalismo na democracia: o modelo de marketing (em que jornalistas servem ao público por meio do suprimento das demandas públicas); o modelo defensor (jornalistas servem o público sendo uma agência de transmissão de

perspectivas de partidos políticos) e o modelo guardião (jornalistas fornecem notícias as quais eles acreditam que os cidadãos devem saber para serem participantes informados na democracia).

Cumprido ressaltar que o último modelo em inglês é *trustee model*. Ele poderia ser traduzido como modelo administrativo; porém, essa tradução pode distanciá-lo do verdadeiro sentido. Ele prevê que o jornalista é uma pessoa que possui os poderes de administração de algo, com uma obrigação legal de administrá-lo de forma única com seus objetivos específicos.

Outras traduções vislumbram o conceito de *trustee* como guardião, mantenedor, cuidador, aquele que observa, que mantém a custódia e que conserva algo. Por isso, a designação modelo guardião é a que melhor explica esse exemplo de jornalismo na democracia.

Para Schudson, o modelo guardião estabeleceu seu compromisso com a investigação e as denúncias no final do século XIX, “assim como com a ideologia da objetividade, os códigos de ética profissionais e princípios que deixam de lado interesses pessoais” (idem, p. 136, com tradução nossa).

O autor questiona se o modelo guardião poderia ser uma variante do jornalismo público. Ele compreende que, tanto no jornalismo público, quanto no jornalismo guardião, a função do jornalista vale mais do que o mercado ou um partido. De um lado defensores do jornalismo público agem como se quisessem capacitar o público em relação à atuação jornalística, de outro, jornalistas de elite “responderam a isso historicamente” como se as pessoas comuns estivessem sendo convidadas para a redação (“como se ainda não estivessem lá”) (idem, p. 136, com tradução nossa).

O jornalismo público como movimento de reforma é muito conservador. Não propõe novos sistemas de responsabilização da mídia. Não oferece um conselho de revisão da mídia cidadã ou um conselho nacional de notícias. Não recomenda editores ou editores eleitos publicamente. Não sugere que a imprensa seja formal ou mesmo informalmente responsável perante um órgão governamental ou comunitário. Não empresta da Suécia a proposição de que o governo subsidie organizações de notícias que aumentariam a diversidade de pontos de vista disponíveis para o público leitor. Não propõe instituições de notícias sem fins lucrativos sem fazer oposição (idem, p. 137-138, com tradução nossa).

Para o autor, o jornalismo público, deixa de oferecer um quarto modelo, no qual a autoridade é investida não no mercado, não em um partido e não nos jornalistas, mas no público.

Além disso, para Schudson, o jornalismo público invoca o pensamento de John Dewey, segundo o qual uma forte vida em comunidade é essencial para o jornalismo.

Por outro lado, Schudson alerta para as confusões que podem haver entre o sentido de comunidade, de vizinhança, para a prática do jornalismo público: “Comunidades não são públicas. Os espaços públicos são onde os estranhos se reúnem para considerar e construir uma vida comum sob regras pelas quais eles são tratados como iguais moralmente”. E completa: “O jornalismo público pode contribuir para essa vida” (idem, p. 42).

1.3.7 O discurso midiático para Gamson

Gamson (1996) acredita que cada política é carregada por um relevante discurso público que ele define como sendo “um particular conjunto de ideias e símbolos que são usados em diversos fóruns públicos para construir significado sobre ele” (idem, p. 24, com tradução nossa).

O discurso é carregado de muitos fóruns, conferências, discursos, livros, revistas, televisões, filmes e jornais. Essa construção não se limita ao que Gamson chama de entidades rotuladas como ‘notícias e assuntos públicos’, mas também envolve a publicidade e o entretenimento, sendo que grande variedade das mensagens midiáticas pode agir como professores acerca de valores, ideologias, crenças e prover imagens para a interpretação do mundo, estando ou não os *designers* conscientes dessa intenção. “Jornalistas contribuem com seus próprios enquadramentos e criam suas próprias frases e metáforas inteligentes desenhando na cultura popular o que eles compartilham com sua audiência” (idem, p. 24, com tradução nossa)

Se o discurso da mídia aqui mostrado faz um trabalho razoavelmente bom em representar o discurso público sobre essas questões, é irrelevante que as pessoas que mantêm as conversas possam ter encontrado apenas uma fração minúscula dele, na melhor das hipóteses. Eles não se confiam à cobertura da mídia nacional de um problema, mas se baseiam em muitos outros assuntos, de publicidade e filmes, da mídia local e de histórias geradas pela mídia transmitidas por amigos em um fluxo de duas etapas ou múltiplas etapas (*two-step or multistep flow*) (idem, p. 26, com tradução nossa).

O discurso da mídia é um sistema de significado por si só, independentemente de qualquer reivindicação que se possa fazer sobre o efeito que causa na opinião pública. “Certas formas de problemas de enquadramentos ganham e perdem destaque ao longo do tempo e

algumas suposições são compartilhadas por todos os enquadramentos” (idem, p. 27, com tradução nossa).

O discurso da mídia nacional, embora apenas uma parte do discurso público, é um bom reflexo do todo. Precisamos entender o que esse discurso público diz sobre uma questão, uma vez que é uma parte central da realidade na qual as pessoas negociam significado sobre questões políticas (idem, p. 27, com tradução nossa).

1.4 As teorias do jornalismo: da agulha hipodérmica à midiatização política

Além de levantar observações sobre gêneros e categorias dentro do jornalismo, é importante fundamentar as teorias a que a comunicação foi submetida desde o início do século XX até os dias atuais. Essas teorias sempre buscaram tecer análises sobre o papel da mídia em relação à formação da opinião pública.

O universo da comunicação envolve diversos atores no processo de troca e interação. A mensagem é emitida, codificada, mediada por um canal, decodificada e pretende receber sentido ao chegar ao receptor, que, por sua vez, interage com o emissor invertendo os papéis.

Nesse sentido, diversas discussões trouxeram esses atores ao protagonismo da cena comunicacional. Desde a sua configuração com o modelo aristotélico de comunicação (emissor – mensagem – receptor), até os dias atuais com as lógicas de interatividade, cada hora uma parte desse fluxo de comunicação recebe as luzes desse protagonismo.

Historicamente, o funcionalismo formatou um dos primeiros marcos dos estudos comunicacionais. Foi com a teoria da agulha hipodérmica, também chamada de teoria da bala mágica, que teve início a discussão sobre o receptor ser ou não passivo.

Ao longo dos anos, a lógica da mídia se alterou de diversas formas. Na década de 1920, com a teoria funcionalista e o *mass communication research*, era possível debater o efeito da comunicação emitida pela mídia da época. Os livros se tornaram o primeiro grande veículo de comunicação de massa quase 500 anos após a criação da prensa de Gutenberg, no século XV.

Na primeira metade do século XX, Harold Laswell e posteriormente Paul Lazarsfeld e Robert Merton debateram a estrutura funcionalista por meio das análises da propaganda nazista que haviam preenchido o cenário da comunicação. Porém, enquanto Laswell observava o fim do processo comunicacional com a “entrega” da mensagem, Lazarsfeld e Merton inseriram

outros atores nessa peça que seriam vistos como líderes responsáveis pela formação da opinião da sociedade.

As pesquisas dos anos 1940 também sobre o *mass communication research*, cujo esquema desloca a pesquisa para aspectos quantitativos, respondia com mais precisão as exigências dos administradores da mídia.

Harold Laswell, em seu texto *Propaganda techniques in the World War*, extraiu todas as lições de guerra de 1914-1918 sobre como a propaganda constituiria um meio, único para Laswell, de suscitar a adesão das massas, que, passivamente, recebiam a informação de forma amorfa. O esquema estímulo-resposta e a ideia de “agulha-hipodérmica”, termo forjado por Laswell, analisariam o impacto direto dos indivíduos que seriam atomizados.

Ele também explicitou as funções da mídia, que seriam: a vigilância do meio, o estabelecimento das relações entre os componentes da sociedade para produzir uma resposta ao meio e a transmissão da herança social (MATTELART, 1998).

Com as pesquisas de Lazarsfeld e Merton, o entretenimento foi acrescentado à teoria, trazendo também outra função da mídia chamada pelos autores de “disfunção narcotizante”, conforme citado em outra parte desta pesquisa. Então, uma das funções da mídia agiria como uma antifunção narcótica, alienante e capaz de inebriar as pessoas, enganando-as. É como se uma das funções da mídia operasse como um narcótico para alienar as massas.

Os autores trouxeram a ideia do duplo fluxo de comunicação, que compreendia a absorção das mensagens midiáticas por duas vias: da mídia para a sociedade e de membros da sociedade para a sociedade. Ou seja, havia um grupo primário capaz de trabalhar aspectos da opinião pública com os demais grupos.

A teoria também abordou os meios de comunicação de massa em seu conjunto, mas, além disso, a intenção de explicitar as funções da mídia para a sociedade instigou o maior questionamento das pesquisas sobre esse segmento. Houve, então, um dos primeiros deslocamentos do enfoque desses atores que, cada vez mais, auxiliaram na compreensão dessa complexa estrutura (WOLF, 2012).

Para Mauro Wolf, a pesquisa de mídia teve como foco durante algum tempo os problemas de manipulação. Estes, por sua vez, passaram para a persuasão, posteriormente para a influência, até chegar às funções.

Pode-se compreender esse deslocamento tendo partido da teoria hipodérmica e do modelo behaviorista, que visualizava o indivíduo de modo manipulável e passivo ao conteúdo proposto pelas ações midiáticas. Convém ressaltar que o conceito de behaviorismo é

emprestado da psicologia, significa comportamento e se conecta à ideia de estímulo e resposta nos estudos de comunicação.

A hipótese conhecida como *use and gratifications* estendeu o debate às consequências de alguns elementos desse método de comunicação, em que as motivações do destinatário seriam fundamentais para a conclusão desse processo (idem).

O receptor, ora visto como manipulado e persuadido, passa a ter vontade própria merecedora de análises empíricas. Ao abordar os efeitos da emissão da mensagem questionam não somente o que os meios de comunicação de massa fazem às pessoas, mas também o que as pessoas fazem com o que recebem dos meios de comunicação de massa (idem).

As discussões, até então, giravam em torno da relação emissor-receptor e o inverso, sem levar em consideração os meios e/ou canais que serviam de percurso para esse binômio.

A teoria matemática da comunicação e a teoria da informação, desenvolvida por Claude Elwood Shannon, focaram as necessidades técnicas que trabalhavam para entregar, sem ruídos, as mensagens, mas ao mesmo tempo iniciaram o debate sobre a importância da compreensão dessa mensagem para que haja interação.

Na Teoria da Informação, a funcionalidade técnica da mídia passou a ser debatida, bem como a questão dos ruídos foi incorporada nessas discussões. A ideia de entropia, como referência cibernética, entra na análise como sendo o grau de desorganização e sua importância para a sociedade, haja vista que a informação deve poder circular (MATTELART, 1998).

A Escola de Frankfurt, com a Teoria Crítica nos anos 1940 e 1950, expôs os pensamentos de autores fundamentais para a teoria da comunicação. Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e posteriormente Jürgen Habermas transformariam o cenário dos estudos da comunicação.

A ideia da mercantilização da cultura, que alienaria as massas dando ao receptor a falsa sensação de compreensão sobre o que foi transmitido, foi o ponto fundamental da publicação de Adorno e Horkheimer durante o exílio nos Estados Unidos na década de 1950. Os autores desenvolveram o conceito de Indústria Cultural, ao passo que encontraram na dominação dos norte-americanos pelo consumo similaridades com a passividade alemã no período nazista.

A crítica daquilo que era reproduzido massivamente e se distanciava de absorções genuínas das mais diversas manifestações artísticas também esteve presente em Benjamin quando trouxe a ideia da aura, ou seja, da importância do contato direto entre espectador e obra de arte, sem intermediações.

E foi a partir dos questionamentos de Marshall McLuhan (1964) que outro deslocamento incidiu sobre as discussões comunicacionais. Partindo da definição do autor sobre os meios de comunicação de massa como extensões do homem, agregou-se ao debate a indagação se havia diferença entre a absorção da mensagem no caso da substituição de um canal de transmissão por outro. *O meio é a mensagem* tornou-se quase um mote da escola canadense de comunicação.

Isso apenas significa que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos (idem, p. 21).

Observou-se que a compreensão da mensagem poderia mudar dependendo do meio que a transmitisse. A mensagem emitida pelos veículos midiáticos somente se configura dessa maneira porque ela não existiria desse modo se tais canais não fossem assim. O meio é tão importante quanto a mensagem que passa por ele, e o deslocamento do sentido da mensagem, sugerido pela teoria funcionalista, cedeu espaço para as diferenças de difusão dos diversos suportes midiáticos.

A ideia da aldeia global, que uniria todas as pessoas em uma grande teia conectiva por meio de computadores, descrita por McLuhan na década de 1960, no livro **Mutations 1990**, foi em grande medida uma antecipação do futuro. As novas tecnologias eletrônicas encurtariam a distância entre as pessoas.

Não é provável que nossa era seja mais obsessiva que qualquer outra, mas tornou-se, como nenhuma outra, conscientemente sensível ao fato da obsessão e às condições que a promovem. Contudo, nosso fascínio por todas as fases do inconsciente, pessoal e coletivo, bem como por todos os modos de consciência primitiva, começou no século dezoito com a primeira reversão violenta contra a cultura tipográfica e a indústria mecânica. O que começou como "reação romântica" para a volta à inteireza orgânica pode ou não ter apressado a descoberta das ondas eletromagnéticas. Mas certamente as descobertas eletromagnéticas recriaram o "campo" simultâneo de todos os negócios humanos, de modo que a família humana existe agora sob as condições de uma "aldeia global". Vivemos num único espaço compacto e restrito em que ressoam os tambores da tribo. E isto, em tal grau, que a preocupação pelo "primitivo" é hoje em dia tão banal quanto a do século dezanove pelo "progresso" e igualmente irrelevante para nossos problemas (MCLUHAN, 1972, p. 48-49).

O estruturalismo e sua teoria linguística trouxe Ferdinand Saussure para categorizar a língua como uma instituição social e a palavra como um ato individual. Roland Barthes também publicou obras nesse campo, porém foi em 1960 que a França criou uma escola de pesquisa, fundada por iniciativa do sociólogo Georges Friedmann, que tentava compreender as relações entre a sociedade global e as comunicações de massa que a integravam.

Michel Foucault, com a ideia de vigiar e punir e com o modelo do panóptico de Jeremy Bentham, Althusser e outros pesquisadores da Escola Francesa foram fundamentais para a compreensão desses aspectos das análises das ciências da comunicação (MATTELART, 1998).

Os Estudos Culturais, surgidos no Centre of Contemporary Cultural Studies (CCCS) na Universidade de Birmingham, em 1964, fizeram com que o jamaicano Stuart Hall instituisse a cultura como um processo global de significação social e histórica, e relegasse a literatura e a arte a papéis secundários na comunicação.

Posteriormente, um duplo deslocamento, teórico e geográfico, originou a Teoria das Mediações. Consagrada ao final da década de 1980 por Jesus Martín-Barbero, aborda as especificidades dos estudos de comunicação na América Latina, deixando de lado modelos voltados para as culturas norte-americana e europeia.

Porém, é importante lembrar que as teorias surgidas na América Latina atentam para a questão da dependência econômica da lógica norte-americana ou europeia, e que não são esclarecedoras quanto aos movimentos surgidos em países fora do centro. A ideia do imperialismo cultural é debatida por pesquisadores que observam a influência desses grandes centros distribuidores de cultura para os países em desenvolvimento (idem).

Voltando à América Latina, Martín-Barbero, com o seu livro **Dos meios às mediações**, faz um salto na teoria proposta por McLuhan para apresentar o estudo dos meios e a compreensão dos veículos de comunicação como aspectos fundamentais na mediação da mensagem.

A construção de sentido, como propôs o autor, seria composta por cultura individual, relações sociais, capacidades cognitivas e todos os processos que pudessem interferir no modo de as pessoas interagirem com as mensagens e os meios.

Entre a mensagem e o receptor há a bagagem intelectual, a cultura de grupo, as vivências e experiências pessoais que possibilitariam a diversificação da compreensão dessa mensagem, movendo para a pessoa que a recebe a permissão para assimilações de caráter individual. E são esses elementos os responsáveis pela construção de sentido que seria feita pelo receptor.

O próximo deslocamento acontece com a criação e a disseminação da internet. A criação das culturas cibernéticas ou ciberculturas retiraria o debate do mundo analógico e o transferiria para o digital (LEVY, 1996).

As conexões não físicas, mas nem por isso irreais, que ligam os indivíduos por meio de computadores, e se apresentam como extensões do homem, reproduzem no universo virtual as mediações anteriormente eletrônicas.

Mesmo sabendo que “informar não é comunicar” e que o aumento da circulação das informações não impõe a compreensão da mensagem, fica claro que só existe comunicação se houver o entendimento da mensagem. É possível questionar a velocidade das informações que circulam no ambiente em rede em detrimento da absorção das mensagens transmitidas, mas o volume de informações não incide, em absoluto, com o aumento da capacidade de compreensão do que foi emitido (WOLTON, 2011, p. 15).

Avançando as evoluções propostas pela internet, as redes sociais demonstram que cada pessoa é como se fosse um nó, e que a interconexão desses nós forma a manta virtual que recebe as estruturas abertas e descentralizadas dessa virtualidade (CASTELLS, 1999).

Porém, o ponto que não se pode deixar passar quanto à virtualidade e às interconexões em rede é a formação de uma nova comunidade que, mesmo sem existir fisicamente, é responsável pelo sentimento de pertencimento de diversos receptores.

Ainda nessa linha, o conceito de inteligência coletiva de Pierre Levy se encontra com os conceitos de Henry Jenkins sobre a cultura da convergência, cultura participativa e a cultura da conexão. Agora, com todos os seres ligados em uma grande rede, a espalhabilidade ou *spreadable media* é o ponto focal dos objetivos dos produtores de conteúdo (compostos por pessoas comuns presentes na internet). O poder de produzir as mensagens, antes reservadas aos jornalistas, se descolaram dos grandes conglomerados midiáticos por conta das inúmeras possibilidades trazidas pela inserção das sociedades ao universo digital.

A cultura da convergência faz com que os elementos anteriormente analógicos se encontrem em um único aparato. Porém, é mais do que isso. As culturas e práticas também são alteradas para dar vida a essa nova fase. Ao mesmo tempo, são as conexões digitais que possibilitam a espalhabilidade, transformando cada usuário em um produtor e deslocando a maior parte da renda publicitária dos demais veículos para o universo digital.

A presença do digital na rotina das pessoas não as desconecta por completo dos veículos de comunicação analógicos. A falácia da caixa-preta, também discutida por Jenkins, defende que o surgimento de um veículo de comunicação não destrói os veículos anteriores e comprova

a não existência de uma “caixa-preta” que somaria todos os veículos existentes com todas as funcionalidades ao mesmo tempo (JENKINS, 2014).

Seria até possível pensar a internet e seus inúmeros processos de convergência como essa “caixa-preta”, haja vista que ela é um aparato que reúne todos os formatos. Porém, ela não extermina os veículos analógicos que mantêm características como a credibilidade perante seus consumidores.

O deslocamento da produção de conteúdo das mãos dos jornalistas para as pessoas comuns na internet reforçou o crescimento das *fake news*, que proliferam e se espalham cada dia mais. Assim, vive-se a era da pós-verdade, em que os fatos parecem não importar mais para aqueles que possuem suas verdades incrustadas.

Nesse cenário, cabe observar uma teoria que abraça os veículos analógicos. Não é uma nova teoria, mas ela compreende os veículos de comunicação como sendo instituições semi-independentes, livres da lógica financeira e com poder de decisão e definição de diversos elementos.

A teoria da midiaticização, amplamente debatida por Stig Hjarvard, materializa uma das grandes possibilidades da presente pesquisa no que se refere ao reconhecimento das empresas midiáticas e de seus poderes diante da sociedade, afinal são esses grandes conglomerados de mídia que determinam as regras para todos e não mais o contrário. Será que a lógica das empresas de mídia interferiu ou transformou a prática editorial nos jornais impressos?

1.5 Midiaticização: mídia, imprensa e jornalismo

Mídia e imprensa são instituições distintas, conforme foi debatido no início do capítulo. Enquanto a mídia é o conjunto de múltiplos meios de comunicação que têm como objetivo transmitir informações, entreter, disseminar propagandas e divertir as audiências, a imprensa reúne os veículos de comunicação que atuam na prática do jornalismo com o objetivo de informar os cidadãos acerca daquilo que é de interesse público.

De forma geral, ambos os conceitos possuem algumas finalidades similares e intersecções. São, por exemplo, intermediários da relação emissor e receptor, fazem a interlocução entre os poderes de governo e os indivíduos e promovem o acesso das pessoas às informações, conhecimentos e formas de entretenimento.

Há algum tempo houve o deslocamento do papel da imprensa que acabou sendo atravessado pelos interesses da mídia. Esse deslocamento levou a imprensa a ter que se

submeter à lógica comercial da mídia e a perder parte de sua autonomia sobre o dever com a verdade e a transparência, já que o seu papel não poderia colidir com os interesses dessa grande instituição que a abarca.

Durante esse processo, as instituições midiáticas se transformaram em oligopólios em diversos países, tendo recebido o título de “o quarto poder”, visto que seriam capazes de determinar as regras do jogo em que anteriormente elas eram somente participantes. Além dos demais poderes, a mídia, levando consigo a imprensa, estaria deixando de ser a vigilante para se tomar parte do processo.

Com o objetivo de descortinar como se dá a influência da mídia sobre a cultura e a sociedade, Stig Hjarvard (2013) deixou de lado os questionamentos que visam compreender o efeito da mídia e se aproximou da seguinte pergunta: o que as pessoas fazem com a mídia?

Ao longo dos anos, os estudos de midiatização tentaram compreender o papel da mídia ao passo que elas adquiriram “maior autoridade para definir a realidade e os padrões de interação social” (idem, p. 15).

É interessante observar que para o pesquisador dinamarquês a mídia é a responsável pela definição da realidade, ela se torna parte integrante do funcionamento de outras instituições, ao mesmo tempo que alcança “certo grau de autodeterminação e autoridade obrigando tais instituições, em maior ou menor medida, a se submeterem à sua lógica” (idem).

De acordo com o autor, para entender o uso e os efeitos da mídia é preciso que se leve em consideração as circunstâncias em que as diversas sociedades e culturas se tornaram midiatizadas. Assim, é possível examinar como as mudanças estruturais entre os meios de comunicação e as diversas instituições sociais passaram a influenciar o imaginário, as relações e as interações humanas. É fundamental saber que os estudos de midiatização enfocam o papel da mídia na transformação das relações sociais e culturais.

Hjarvard relembra o pesquisador sueco Kent Asp, o primeiro a utilizar o termo midiatização quando analisou o impacto da mídia sobre a comunicação política. Para Asp, o sistema político seria ajustado pelas necessidades dos meios de comunicação de massa em suas coberturas, observando na crescente independência política um sinal da midiatização, haja vista que é deste modo que ampliam o seu controle sobre o conteúdo midiático (ASP apud HJARVARD, 2013, p. 23).

O poder do mediador ultrapassou a força da mensagem emitida e posteriormente receptada. O conceito de midiatização, definido por Hjarvard, apresenta “uma condição ou fase do desenvolvimento global da sociedade e da cultura, em que os meios de comunicação

exercem uma influência particularmente dominante sobre outras instituições sociais” (idem, p. 31). Essa força torna-se determinante, fazendo com que as demais instituições respeitem a lógica imposta pela mídia e, além disso, a crescente interdependência entre as performances mediada e ao vivo é a todo tempo afetada pela presença dos meios de comunicação.

A lógica da mídia influencia as formas sociais de interação e comunicação [...], influencia também a natureza e a função das relações sociais, bem como as relações entre o emissor e o receptor, o conteúdo e o receptor da comunicação. O grau de dependência em relação aos canais de comunicação irá variar entre as instituições e os setores da sociedade (idem, p. 36).

É a partir da transformação dos meios de comunicação em instituições semi-independentes que há a dependência por parte das instituições em relação aos recursos controlados pelos meios. “Para obter acesso a tais recursos, terão as instituições que submeterem-se a algumas das regras pelas quais operam esses meios” (idem, p. 45).

O pesquisador compreende que os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental durante a era moderna, porém ainda nessa fase “os meios não eram instituições semi-independentes, mas, sim, *“instrumentos nas mãos de outras instituições”* (idem, p. 46, com grifo do autor).

À medida que foram se consolidando, em países ocidentais no século XIX, os partidos políticos começaram a publicar jornais e deram origem à imprensa partidária, sem a presença de um conselho editorial capaz de operar de forma independente do partido ou do proprietário do veículo. “Ao contrário, eram comuns os laços íntimos entre os partidos e os jornais – com efeito, os editores costumavam fazer parte das lideranças políticas” (idem).

O autor acredita que houve a transição da imprensa como uma instituição cultural para uma instituição comercial, portanto o termo midiatização se reitera. E a preocupação com o interesse público e os ideais que nasceram com a profissão de esclarecer, iluminar e instruir cederam lugar à lógica de mercado.

O caráter institucional dos meios de comunicação de massa teria começado a sofrer essas transformações a partir da década de 1980, considerando a fusão dos meios com outras instituições e seu caráter semi-independente.

Uma das principais consequências da midiaticização da cultura e da sociedade está na construção de um mundo de experiências compartilhadas, um mundo influenciado pelos diversos *modus operandi* dos meios de comunicação de massa (idem, p. 70).

No âmbito político, pode-se observar que os meios de comunicação trabalham como indústria da opinião e mediadores do consentimento público em relação a pontos de vista e ações políticas, exercendo influência no processo de agendamento político.

O capítulo 3 da obra de Hjarvard, intitulado *A midiaticização da política: da imprensa de partido à indústria de opinião*, rememora a postura ambígua em relação à influência dos meios de comunicação sobre a política e afirma que essa posição é essencial para informar o debate público. Para o autor, as noções de *spin* e gestão de mídia surgiram como palavras-chave para descrever como os atores políticos podem influenciar a opinião pública por meio da comunicação.

Não há dúvida de que os termos *spin* e *gestão de mídia* apontam para os meios mais recentes e intensificados de que se utilizam os atores políticos na tentativa de controlar a opinião pública. Todavia, eles também se tornaram estereótipos na acepção de Lippmann (idem, p. 75).

Hjarvard explica que, pelo discurso baseado no *spin*, a “política moderna passa a girar em torno da luta manipulativa travada entre jornalistas, políticos e assessores de imprensa” (idem, p. 76). O autor compreende que a midiaticização da política se caracteriza como um processo pelo qual a instituição política gradualmente se torna dependente das instâncias midiáticas e da sua lógica.

Evocando os princípios de Hallin e Mancini, Hjarvard esclarece que os autores definem a comercialização e a profissionalização como antídotos para o partidarismo e o paralelismo político (a conexão entre jornais e partidos políticos). Este tópico será abordado mais adiante.

Devido aos processos de midiaticização, o fim da imprensa de partido não representa o fim da imprensa política: os meios de comunicação tornaram-se uma indústria da opinião que por vias diferentes – mas não menos importantes – está implicada na produção da política (HALLIN; MANCINI apud HJARVARD, 2013, p. 83).

Na sequência, o autor utiliza os pensamentos de Timothy E. Cook (1998), cuja análise se voltava para o papel político da mídia norte-americana. Segundo ele, os veículos noticiosos

se tornaram “um tipo de instituição política da sociedade”, fazendo com que os jornalistas pudessem ser considerados atores políticos cumprindo uma importante função política na disseminação de informações e na construção de uma agenda política. Para o autor, seria a própria natureza apolítica dos meios jornalísticos que possibilitaria a sua influência política. “Em particular, os ‘valores-notícias’ tornaram-se um fator importante na construção das agendas políticas” (COOK apud HJARVARD, 2013, p. 91).

1.6 Forças individuais: princípios norteadores da prática do jornalismo

O pesquisador Francisco José Karam, em seu livro **Jornalismo, ética e liberdade**, debate as questões relacionadas à deontologia da profissão do jornalista ao mesmo tempo em que busca diferenciar os conceitos de ética, moral e deontologia.

Para o autor, os conceitos de ética e moral têm significados quase idênticos em suas origens, “o caráter, costume, maneira de ser”, sendo que ética vem do grego *ethos*, moral do latim *moralis* e deontologia deriva do grego *deontos* que significa “o que deve ser” (KARAM, 1997, p. 33).

Karam rememora Sartre e sua preocupação ética com a humanidade e com o indivíduo que a constitui e afirma que, no jornalismo, é relevante construir um campo de conhecimento fundamental para a humanidade, “no qual a inscrição da ética seja central para que o futuro não se torne apenas um conformado refém do passado” (idem, p. 35).

O pesquisador Eugênio Bucci, em seu livro **A imprensa e o dever da liberdade** (2012), também parte do pensamento de Jean-Paul Sartre de que “estamos condenados a ser livres”. Para Bucci, o dever de ser livre é algo que se traduz “nas condições concretas de exercício da função”.

A liberdade de imprensa é um princípio inegociável, ele existe para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão civil e pública, não como prerrogativa de negócios sem limites na área da mídia e das telecomunicações, em dimensões nacionais e transnacionais (idem, p. 12).

O autor explica que a preocupação que norteia o questionamento sobre a liberdade de imprensa se relaciona à garantia da entrega de um serviço de qualidade ao público e que nada tem a ver com regalias aos profissionais do ramo. E, por isso, demonstra que na imprensa a

liberdade se materializa, “ela se traduz no grau de independência dos veículos informativos” em relação aos interesses organizados, sejam eles “econômicos, políticos, religiosos, sindicais, científicos e assim por diante.

Em outro livro, intitulado **Sobre ética e imprensa**, o pesquisador debate a ética (ou a falta dela) nas empresas jornalísticas e compreende que “se uma empresa de comunicação não se submete na prática às exigências de busca da verdade e do equilíbrio, o esforço de diálogo vira proselitismo vazio” (BUCCI, 2000, p. 31).

Ao falar sobre as relações dos jornalistas e das empresas de comunicação com o poder, outros aspectos são suscitados nesse debate pois, “assim como as redações não existem à margem das empresas, mas no interior delas, também as empresas não pairam soltas no ar, mas têm o seu lugar dentro da sociedade”. E completa: “e essa sociedade é marcada (definida) pelas relações de poder e dominação” (idem, p. 33).

Os desvios éticos da imprensa brasileira não se resumem, portanto, às falhas dos jornalistas – que, evidentemente, devem ser analisadas em público, para o bem da melhoria da qualidade de informação; eles se estendem às empresas e à sociedade. O problema ético é um problema estrutural sistêmico (idem, p. 35).

A ética individual não consegue se desconectar das diretrizes éticas da empresa e há uma espécie de colonização da práxis jornalística por conta da estrutura capitalista do modelo de negócios da profissão, dos imperativos do mercado. As prerrogativas da atividade jornalística são vinculadas à estrutura capitalista do negócio, que possui o patronato como sustentação. Em outras palavras, aquele quem paga a conta possui o poder.

Deste modo, os valores pessoais que operariam como forças individuais de atuação na mídia, estão, por si só, vinculados às forças internas da estrutura organizacional, haja vista que ao profissional cabe seguir as diretrizes das empresas jornalísticas sobrepujando os seus próprios princípios. Omitir-se da prestação de contas, que vem com o debate sobre a ética, é “desautorizar a democracia” (idem, p. 47).

1.7 Opinião Pública

1.7.1 *Two step flow*, influências pessoais e novos paradigmas

Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), no livro **People's choice**, discutiram as formas pelas quais as pessoas faziam escolhas e a importância dos líderes de opinião. Os autores nomearam *two step flow* ou “duplo-fluxo de comunicação” o processo pelo qual as pessoas se informam pela mídia, mas também por meio de líderes da própria sociedade que se destacariam por sua importância e formas elucidativas de se expressar, entre outras características.

Durante a pesquisa, os autores afirmaram observar que esses líderes “se envolvem em discussões políticas muito mais do que o restante dos entrevistados” e que, em sua visão, “a mídia formal era mais eficaz como fonte de influência do que os relacionamentos pessoais”. Ou seja, isso sugere que “as ideias frequentemente fluem da rádio para os líderes de opinião e deles para as seções menos ativas da população” (idem, p. 14).

A influência de pessoa para pessoa alcança aqueles que são mais suscetíveis à mudança e serve como uma ponte sobre a qual a mídia formal de comunicação estende sua influência. Além disso, as relações pessoais têm certas vantagens psicológicas que as tornam especialmente eficazes no exercício das “pressões moleculares”, levando finalmente à homogeneidade política dos grupos sociais (idem, p. 14, com tradução nossa).

Os autores definiram cinco características que acompanham o processo do duplo-fluxo de comunicação:

1) A não proposição de contatos pessoais: o peso dos contatos pessoais sobre a opinião reside na sua casualidade e na falta de propósito sobre as questões políticas. “Se lemos ou sintonizamos um discurso, geralmente o fazemos propositadamente e, ao fazê-lo, temos um conjunto mental definido que tinge nossa receptividade.”

2) A flexibilidade no combate à resistência: caso a pessoa que deseja influenciar outra encontre resistência nesse processo, o contato pessoal desempenha grandes vantagens se comparado às outras mídias. A flexibilidade pode desalojar a resistência.

3) Recompensas pela conformidade: o fato de uma pessoa ceder a uma influência pessoal sobre uma decisão de voto, por exemplo, traz – imediatamente – uma recompensa pessoal, diferentemente de ceder a um argumento via impressão ou rádio.

4) Confiança em fontes íntimas: as pessoas tendem a confiar em seus contatos pessoais para ajudá-las em escolhas argumentativas acerca dos assuntos políticos. Confiam mais do que nos jornais e rádios por serem distantes e impessoais. Pode-se dizer que – para um eleitor com dúvidas – as informações dadas em uma transmissão são vistas como plausíveis, justamente pelo poder do seu interlocutor em agir como especialista na forma de dispor argumentos. Porém, sempre lhe dará mais confiança acreditar no julgamento e avaliação das pessoas que ele respeita e são próximas.

5) Persuasão sem convicção: contatos pessoais podem levar o eleitor às urnas sem afetar sua compreensão sobre as questões eleitorais. “O jornal, revista ou rádio deve primeiro ser eficaz na mudança de atitudes relacionadas à ação”. Houve casos de “votos expressos não sobre questões ou mesmo sobre a personalidade dos candidatos. De fato, eles não foram realmente escolhidos para os candidatos. Eles foram escolhidos, por assim dizer, pelos amigos dos eleitores” (idem, p. 14-18, com tradução nossa).

Kurt e Gladys Lang, em **Personal Influence and the New Paradigm**, traçam um breve histórico sobre os estudos de influência pessoal de Elihu Katz e Paul F. Lazarsfeld (de 1955 e reeditado em 2006). Os Langs criticam os autores por terem promovido a ideia de que os efeitos dos meios de comunicação de massa teriam sido pequenos se comparados à influência pessoal. Depois disso, Katz e Lazarsfeld afirmaram que essa não teria sido a questão crucial, mas, sim, compreender como as influências decorrentes de outras pessoas se comparavam às influências da mídia massiva em suas experiências de tomada de decisão (LANG; LANG, 2006, p. 175).

Em seguida, Lang e Lang apontam uma crítica em que Katz teria dito que “a ideia do líder de opinião era mera camuflagem para os efeitos diretos da mídia” (GITLLIN, 1978 apud LANG; LANG, 2006, p. 175).

Além das críticas expostas, os Langs também afirmam que não se pode ignorar o fato de que o financiamento dos estudos feitos por Katz e Lazarsfeld veio de um império editorial conservador; porém, não vale retomar esses aspectos políticos do debate, mas, sim, o valor da teoria do duplo-fluxo de comunicação.

De acordo com Lang e Lang, para entender toda a gama de efeitos da mídia, há que se olhar além das relações específicas entre as pessoas, sendo importante absorver todo o tecido que mantém a sociedade unida. O fato de o conhecimento ser poder, bem como sua distribuição ser desigual, afeta mais o curso geral da política do que as conversas no nível de base. “Esta não é uma recusa em reconhecer o papel desempenhado pelas pessoas, apenas um apelo para

reconhecer quanto mais ainda há a saber sobre os efeitos de longo prazo e em toda a sociedade da mídia” (LANG; LANG, 2006, p. 176).

1.7.2 A opinião e a política

O cientista político Giovanni Sartori (1999) discute a transição do *homo sapiens* para o *homo videns*, ou seja, o homem mediado pela tela televisiva. Uma das grandes contribuições do autor sobre o tema está justamente na compreensão sobre o deslocamento do homem, que antes se centrava na palavra escrita, para aquele que se informa por meio da televisão.

A obra de Sartori foi publicada antes das grandes transformações tecnológicas em razão do surgimento da internet e das redes sociais, porém, é possível fazer uma analogia do período da televisão com as informações veiculadas pelas mídias digitais. Sartori defende que, no caso do jornalismo, as notícias que provocam mais consequências ou possuem mais importância no âmbito da subjetividade são as de informação política. A diferença é que ele compreende que a opinião que os cidadãos têm sobre a vida política é resultado das transmissões televisivas, cuja forma de narrar o acontecimento norteia a vida do cidadão.

Para o autor, o conceito de opinião pública significa, primeiramente, um conjunto de opiniões que se encontram no público ou nos públicos. Porém, também significa opiniões generalizadas do público, e a opinião pública pode ser vista como aquela que interessa à coisa pública, assuntos de natureza pública, como o interesse geral, o bem comum, os problemas coletivos.

Sartori acredita que o ato de informar se baseia no fornecimento de notícias, “incluindo notícias sobre noções. Pode-se ser informado sobre acontecimentos, mas também sobre saber”. Ele debate as diferenças entre estar informado e ter entendido uma informação e que, muitas vezes, “pode-se estar informado sobre muitas coisas, e mesmo assim não as compreender” (idem, p. 71).

Em 1964, Marshall McLuhan, no livro **A galáxia de Gutenberg**, formulou um longo debate acerca da transição da palavra impressa de volta à multissensorialidade. Para o autor, foi com o surgimento da tipografia que houve a “emergência do nacionalismo”:

A unificação política das populações por meio de agrupamentos vernáculos e linguísticos não foi possível até que a imprensa transformasse cada idioma em meio de massa extensivo. A tribo, forma prolongada de família de parentesco consanguíneo, explode com a imprensa, sendo substituída por uma associação de homens homogeneamente treinados para serem indivíduos (MCLUHAN, 2001: p. 202).

A ideia do homem tipográfico, debatido por McLuhan, trata justamente da centralidade da palavra escrita e da formação dos seres sociais de forma a ignorarem as outras configurações de produção de sentido, mantendo o foco somente no impresso. Ele também critica a burocratização da sociedade que foca no papel, na palavra e nesse modo de comunicação.

Após esse período, foi possível observar a transição da palavra escrita para uma era multissensorial novamente ao passo que a comunicação audiovisual ganhou centralidade nas trocas comunicacionais contemporâneas.

1.7.3 A opinião política no escândalo de Watergate

Gladys e Kurt Lang escreveram um livro que retrata a batalha pela opinião pública no caso Watergate. O escândalo ocorreu em 1972 nos Estados Unidos, quando a sede do Partido Democrata, no edifício Watergate, foi invadida por cinco homens que tinham como objetivo grampear telefones para utilizar informações confidenciais em chantagens políticas.

Após a invasão, o jornal *The Washington Post* publicou uma nota sobre o ocorrido e dois repórteres do próprio veículo decidiram investigar. Os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein conseguiram um informante anônimo que ficou conhecido como “garganta profunda”, para preservar sua identidade, pois ele possuía alta patente no FBI.

Em meio às investigações, os jornalistas descobriram que assessores de Nixon conduziam um esquema de espionagem política para favorecê-lo nas eleições e, a partir disso, foi criada uma comissão no Senado para investigar o caso. Em depoimento, o advogado da Casa Branca assumiu que havia um esquema de espionagem e foi comprovado que Nixon o comandava. Após a conclusão das investigações, o então presidente renunciou ao mandato e seu vice, Gerald Ford, tomou posse.

Esse caso é emblemático para a história da imprensa mundial, não somente para a norte-americana. Um fator importante para o trabalho de Lang e Lang diz respeito à coordenação da opinião pública.

Essa foi uma razão suficientemente boa para os estrategistas de Nixon acompanharem de perto todos os indicadores de opinião pública - cartas, telegramas, telefonemas, editoriais, comentários na televisão, reportagens da imprensa e, principalmente, o que as pesquisas mostraram (LANG; LANG, 1983, p. 2).

De acordo com Gladys e Kurt Lang, alguns pesquisadores acreditam que a opinião pública não influenciou o julgamento de Nixon, outros acreditam que sim, que a opinião pública foi responsável pelo resultado do julgamento. Alguns defendem que a opinião pública o forçou a recuar em pontos cruciais quando não conseguiu embasar de maneira firme sua posição durante as investigações; outros acreditam no oposto, que a opinião pública teria sido responsável por retardar o processo e prolongar a crise.

Porém, um terceiro grupo de analistas políticos considera essa ênfase na opinião pública equivocada, bem como a estratégia de Nixon acerca dela. “Para eles, a batalha pela opinião pública era apenas um desvio” (idem, p. 3).

A respeito dos efeitos da mídia, Gladys e Kurt Lang utilizaram as controvérsias do caso Watergate para analisar a influência das mídias de massa na opinião pública. No caso da hipótese do *agenda-setting*, os autores acreditam que ela deriva da observação de que a mídia de massa pode não ser tão eficaz para convencer as pessoas sobre o que devem pensar, mas parecem dizer às pessoas o que pensar.

Os autores debateram, também, como as notícias da mídia afetaram o processo do *agenda-setting*. Em primeiro lugar, o fato de terem destacado alguns eventos ou atividades, fazendo com que o assunto ficasse no centro de interesses. Esse procedimento afeta o quanto as pessoas pensarão e falarão sobre um assunto.

Em segundo lugar, Gladys e Kurt Lang perceberam que estar nas notícias não é garantia de obter atenção sobre um assunto. “A quantidade e o tipo de cobertura necessárias variam de assunto para problema. Diferentes tipos de problemas requerem diferentes quantidades e tipos de cobertura para chamar a atenção” (idem, p. 59).

Em terceiro lugar, eventos e atividades que estão no foco de atenção precisam ser estruturados para receber um campo de significados dentro dos quais possam ser compreendidos e precisam defender algo, identificar algum problema ou vincularem-se a alguma preocupação.

Em quarto lugar, a linguagem que a mídia usa para rastrear eventos também afeta o significado que lhes são imputados. “O escândalo de Watergate passou a denotar diversas

atividades questionáveis divulgadas. As palavras não representavam nada específico, mas algo que poderia acontecer” (idem, p. 59).

Em quinto lugar, a mídia vincula as atividades ou eventos que se tornaram foco de atenção a símbolos secundários, cuja localização no cenário político é facilmente reconhecida.

Eles também tecem eventos discretos em uma história política contínua, de modo que as linhas de divisão sobre o assunto à medida que se desenvolve tendem a coincidir com a divisão entre os partidos políticos organizados ou entre outros grupos nitidamente definidos (idem, p. 60).

Por fim, Gladys e Kurt Lang observam que existe o prestígio e a posição dos porta-vozes que articulam essas preocupações e demandas, e sua eficácia decorre em boa parte da capacidade de chamar a atenção da mídia. O processo de construção da agenda continua e envolve vários ciclos de *feedback*, dos quais os mais importantes são:

1) as imagens através das quais figuras políticas se veem e veem suas próprias atividades espelhadas na mídia, 2) o agrupamento de informações dentro do corpo de imprensa que promove semelhanças nas imagens divulgadas, 3) os vários indicadores da resposta do público, especialmente a pesquisa de opinião, em relação à qual a imprensa e a política são orientadas (idem, p. 60).

Os pesquisadores concluíram que a força motriz por trás do esforço para chegar ao fundo das questões relacionadas especificamente ao Watergate não veio nem da mídia nem da opinião pública, mas sim de especialistas políticos (idem, p. 301).

1.7.4 De Lippmann a Habermas: opinião pública e esfera pública

O século XIX trouxe um aprofundamento sobre os debates a respeito da liberdade de imprensa. Após um longo período em que a atividade da imprensa esteve relacionada aos seus ideais fundadores, ela se dirigiu a uma proposta mercadológica com o surgimento das *penny press*, conforme abordado anteriormente, e seguiu deixando para segundo plano as opiniões partidárias enquanto caminhava rumo à objetividade.

Os limites da liberdade de expressão constituem uma série de pautas que acompanharam todo o processo de construção da imprensa norte-americana ao longo do século XX e que

perduram. Os escritos de John Stuart Mill sobre as fronteiras da interferência do Estado na vida do indivíduo se transformaram nas discussões sobre até onde a liberdade de expressão pode ir.

Discutir limites para a liberdade de expressão pode soar estranho em um primeiro momento, pois implicaria admitir a existência de barreiras que não permitiriam o livre exercício da expressão. Por outro lado, assim como os estudos de Mill evocaram, deve haver na prática da imprensa a visualização dos limites entre o que é público e o que é privado, entre o que deve ser dito e o que deve ser preservado.

Ao pensar na liberdade de imprensa no Brasil, não se pode esquecer o tipo específico de censura trazida pela Imprensa Régia. Pode-se dizer que essa censura perdura nos genes da imprensa brasileira e os monopólios midiáticos contemporâneos trouxeram essas amarras desde 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil.

A liberdade de expressão estaria ameaçada pelo fato de a imprensa brasileira, em tempos atuais, estar inserida nos monopólios midiáticos que acabam por determinar os valores da atividade jornalística. Não à toa, o confronto entre a formação da imprensa nos Estados Unidos e no Brasil resultou em diferentes implicações.

Então, sobre as diferenças entre as formações da imprensa norte-americana e brasileira e sobre as ameaças à liberdade de imprensa, ressalta-se a relevância de debater a construção da consciência individual nos interesses dos cidadãos. Esse conceito foi desenvolvido por Walter Lippmann, bem como a ideia da anomalia que se expressa na relação unidirecional entre o público e a imprensa.

Lippmann observa o papel do jornalista como um tipo de mediador entre o fato e o público, o que faz com que a busca pela objetividade e o pluralismo estejam contaminados por essa existência. Esse fato, se somado aos monopólios midiáticos, desafia o exercício da liberdade de expressão e a construção da opinião pública.

Os conceitos de esfera pública e opinião pública estão imbricados. Porém, Jürgen Habermas acredita que a esfera pública não teria se transformado em um espaço que expressasse a opinião pública de fato. Então, de que forma a opinião pública se forma? Onde ela se expressa? A vontade individual consegue ser transmitida? Existe consciência local nos cidadãos? Qual o papel da imprensa e a importância da liberdade de expressão nessas formações?

Observar como a liberdade de expressão é compreendida pelas mudanças na Convenção Europeia de Direitos Humanos (*European Convention of Human Rights – ECHR*) é o primeiro passo para responder a esses questionamentos.

A convenção foi adotada pela Europa na década de 1950 e pede o direito de respeito à vida familiar, casa e suas correspondências. Por outro lado, o décimo artigo da referida convenção afirma que “todos possuem o direito à liberdade de expressão”, fazendo com que os dois pontos contrastem e gerem múltiplas interpretações.

1. Todos têm o direito de liberdade de expressão. Este direito deve incluir a liberdade de realizar opiniões e receber e transmitir informações e ideias sem interferência da autoridade pública e independentemente das fronteiras. Este artigo não impedirá os Estados de exigir o licenciamento de empresas de radiodifusão, televisão ou cinema.
2. O exercício dessas liberdades, uma vez que comporta deveres e responsabilidades, pode estar sujeito às formalidades, condições, restrições ou penalidades prescritas por lei e são necessárias em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, integridade territorial ou segurança pública, para a prevenção da desordem ou do crime, para a proteção da saúde ou da moral, para a proteção da reputação ou dos direitos de terceiros, para prevenir a divulgação de informações recebidas em confiança ou para manter a autoridade e a imparcialidade do Judiciário (CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS, 1950).

O professor e pesquisador Julian Petley, no livro **Media and public shaming: drawing the boundaries of disclosure**, debate os limites da liberdade de expressão e discute a separação entre o que é público e o que é privado. Um exemplo fala da morte da princesa Diana, em 1997, e quais seriam os limites da mídia quanto ao direito à privacidade.

Petley exemplifica os limites entre o público e privado ao dissertar sobre uma campanha dos anos 2000, intitulada *Name and Shame*, que expunha pedófilos na região de Portsmouth, na Inglaterra. Os criminosos, dentre os quais se incluiu um pediatra da região de Newport, mudavam de aparência e de casa, fugiam de programas de tratamento e acabavam cometendo crimes novamente. E foi por meio da exposição dessas pessoas que a polícia obteve auxílio nesse processo de vigilância.

Outro exemplo apresentado pelo autor é sobre um jornal chamado *News of the World*, que publicou uma reportagem em 2008 que mostrava o chefe da Fórmula 1, Max Mosley, como um nazista que teria feito orgias com cinco prostitutas. Algumas notícias sugeriam que ele teria fabricado um cenário falso que reproduzia um campo de concentração e que seria uma representação do holocausto com as humilhações a que eram submetidos os judeus. Ele, por sua vez, processou o jornal em 60 mil libras por invasão de privacidade, argumentou que não houve nenhuma alusão ao nazismo e que teria sido somente uma orgia.

O ponto de debate é que ele não fez nada em um local público que justificasse que isso se tornasse público. O juiz, em sua sentença, afirmou que não é correto que o julgamento moral ou religioso pudesse mediar o que é e o que não é crime. Completou afirmando que as manifestações de angústia ou indignação em meio aos fatos proferidas pela população dificultavam suas observações.

O que o juiz quis dizer, ao perpetrar a sentença, é que esse julgamento moral sobre a orgia com prostitutas escondia o que realmente deveria ser discutido no tribunal: afinal, houve ou não alusão ao nazismo? Quais os limites para publicação de algo que aconteceu em uma ambiência privada?

O vazamento das informações da festa particular de Max Mosley se deu por meio de uma pessoa infiltrada que teria sido paga pelo *News of the World* e, de acordo com as investigações, teria – inclusive – induzido Mosley a fazer uma saudação nazista para justificar a versão do jornal, fato este que não se consumou.

Nos exemplos de Petley é possível observar que cada situação merece uma análise não simplificada para compreender os limites entre o que é público e o que é privado. E é a ética que deve nortear o trabalho dos juízes diferenciando questões morais e valores pessoais das definições de público e privado.

Da mesma forma, os escritos de Mill, intitulados *On Liberty* e publicados em 1859 na Inglaterra, debateram os limites do poder que poderia legitimar o exercício da sociedade sobre o indivíduo. Nesse contexto, é importante frisar que só haveria uma razão válida para a restrição da liberdade individual que seria a de evitar danos aos outros.

Isso não deve desencorajar ninguém, com a intenção de colocar a questão de saber se é mais prejudicial expor a vida privada de alguém na mídia, possivelmente prejudicando-o, do que deixar de expor ou impedir que isso ocorra, possivelmente prejudicando o direito do público de conhecer questões que são genuinamente do interesse público, já que prejudicam a liberdade de expressão – algo que Mill manteve cuidadosamente – na negociação (PETLEY, 2013, np).

Corroborando os pensamentos de Mill, Petley completa dizendo que há o argumento de que a privacidade é vital para a existência humana e que nunca tanto quanto nos tempos modernos a intensidade e a complexidade da vida, com os avanços da civilização, trouxeram a importância da redefinição dos sentidos da publicidade, ou seja, de tornar público.

Os espaços de solidão e privacidade tornaram-se mais essenciais aos indivíduos em uma era em que as mídias modernas – fotos instantâneas, jornais de entretenimento, *selfies*, *stories*, *lives*, entre outros – invadiram os preceitos sagrados do privado e da vida doméstica.

Um fato a ser observado é que, em vez da prática da invasão da privacidade ser proibida, há a punição para depois que ela é executada. Não há nada que impeça o ato antes de ele ser praticado. Petley cita Warren e Brandeis (2013), que afirmam que a doutrina legal, relacionada às infrações, deveria reconhecer o “direito geral à privacidade” como um remédio para invasões de privacidade. O “direito geral à privacidade” é ordinariamente chamado pela lei comum de “direito à propriedade intelectual e artística”.

Se os interesses dos monopólios se distanciam dos valores gênese da profissão jornalística, e não cabe neste tópico rememorar ou suscitar os valores da notícia e critérios de noticiabilidade, a imprensa no país pode não estar livre de fato para o exercício da atividade.

Uma hipótese é que esse processo causaria um grande efeito dominó. No Brasil Imperial, a censura pairava sobre a prática profissional, o que comprometia a liberdade da imprensa, já no Brasil contemporâneo, as grandes corporações midiáticas determinam a entonação das opiniões que estão presentes nos veículos, muitas vezes também na parte informativa dos jornais.

Um artigo do pesquisador Jorge Pedro Sousa, intitulado *Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo*, alimenta esse debate, ao apresentar o conceito da teoria organizacional.

A teoria organizacional enfatiza que as notícias são o resultado das condicionantes organizacionais em que são fabricadas, como as hierarquias, as formas de socialização e aculturação dos jornalistas, a rede de captura de acontecimentos que o órgão jornalístico lança sobre o espaço, os recursos humanos e financeiros desse órgão, a respectiva política editorial etc. (SOUSA, 2005, p. 4).

A teoria vislumbra que as notícias estão alinhadas à ideia de mercado, sendo produtos à venda. As normas da empresa acabam se sobrepondo aos valores individuais do jornalista, que também não deve posicionar suas visões, mas sim o reporte dos fatos. De qualquer forma, o jornalista acaba se enquadrando aos processos da política do veículo.

É possível rememorar o livro **Vigiar e punir**, do filósofo Michel Foucault, e a ideia do panóptico de Bentham, ou prisão circular, em que as pessoas temeriam fazer algo e serem

observadas pela suposta presença de um observador no centro dessa prisão, mesmo sem saberem se ele está lá. Em seu texto, Foucault aborda como o medo de estarem sendo vigiadas poderia nortear as ações das pessoas pelo receio de algum tipo de punição.

O medo de sofrer sanções está presente na teoria organizacional, que deixa obscuras as pistas sobre como devem ser as práticas dos jornalistas dentro da empresa, quais valores eles devem propagar e de que lado estão. Por medo de punições, os profissionais cumprem as regras sem discuti-las.

Ao mesmo tempo, a mídia desempenha um papel de formação da opinião pública, dos líderes de opinião e dos arcabouços intelectuais dos indivíduos que fazem a mediação desses processos.

Lippmann discute como a questão da representatividade se apresenta no universo político e debate a questão da “democracia ortodoxa”. Sua crítica é a de que todos os desejos de todas as pessoas não são representados por aqueles que são eleitos e que é praticamente impossível um representante legal estar alinhado com todas as demandas de seus eleitores.

O autor exemplifica essa ideia relatando que há uma distância entre os legisladores e as informações filtradas pelo presidente, que, por sua vez, decide o que fala e o que não fala para o Congresso, fazendo com que esses legisladores caminhem por um terreno desconhecido e não possuam material nem proximidade para a elaboração das leis.

Lippmann critica o poder do presidente de decidir e censurar as informações para o Congresso. Ele reconhece que na “teoria do governo representativo”, é importante poder trocar opiniões com os distritos, como se cada um, de um espaço diferente do outro, pudesse representar seus saberes. E estes elementos, presentes no Congresso, formatariam uma pasta completa de informações. Porém, mesmo se os distritos mandassem seus melhores homens para apresentarem a soma ou a combinação das impressões locais, não seria base ampla o suficiente para a política exterior, por exemplo.

Um legislador deve conhecer essas imagens locais e possuir instrumentos para calibrá-las. Nesse ponto, o papel do presidente é essencial, já que ele é a pessoa que auxilia o Congresso para transmitir mensagens que representem a união. O presidente possui agentes que reportam tudo a ele, mas ele diz ao Congresso o que escolhe dizer. “Ele não pode ser incomodado e a censura ao que é compatível com o interesse público está em suas mãos” (LIPPMANN, 2010, np).

Essa é uma relação completamente unidirecional e capciosa, que às vezes alcança tal nível de ridículo, que o Congresso, a fim de assegurar um documento importante, tem que agradecer ao esforço de um jornal de Chicago, ou a uma calculada indiscrição de um funcionário subordinado. Tão ruim é o contato dos legisladores com os fatos necessários que eles são forçados a se apoiar ou nas dicas privadas ou naquelas atrocidades legalizadas (idem).

O autor acredita que nem o mais criativo dos deputados poderia entender uma fração das leis sobre as quais ele vota e que a melhor saída é se especializar em algumas para fazer o melhor trabalho possível. Lippmann acredita que haveria somente dois caminhos para esse dilema. Uma delas seria a governança pelo terror e obediência, a outra, a governança baseada nesse altamente desenvolvido sistema de informação, análise e autoconsciência, em que o “conhecimento das circunstâncias nacionais e as razões de Estado” são evidentes a todas as pessoas.

O ponto é que, se os legisladores não possuem todas as informações, que são, em muitos casos, preservadas pelo presidente, de que forma conseguiriam formatar e aplicar leis que possam convergir com os interesses dos cidadãos? E para compreender a formação da opinião pública, o autor pergunta: de onde deve vir a informação na qual a vontade do povo deveria se basear?

Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior na qual estamos interessados (idem, p. 275).

Os exemplos políticos de Lippmann são facilmente transpostos à lógica midiática atual. Da mesma forma, podemos fazer um paralelo com a prática da imprensa em que os repórteres não conseguem estar presentes em todas as situações para fiscalizar tudo de perto. Por não estarem presentes em todos os lugares, reportam as notícias por meio da presença e impressões de pessoas que testemunharam o ocorrido e podem se alinhar aos conceitos de teoria organizacional ou espiral do silêncio, em que reproduziriam a versão da maioria por medo de divergirem.

As dificuldades quanto à onipresença da imprensa vinculam-se à crise no modelo de negócios jornalísticos em tempos atuais. Os embates para que as equipes de reportagem

permaneçam *in loco* para executarem o ato de reportar, somados a ausência de investimento e à prática do “offismo”, excesso de aspas oficiais, entre tantas outras questões, podem afastar a sociedade dos acontecimentos.

Lippmann se apropria dos conceitos do pensador George Douglas Howard Cole, sobre “socialismo corporativo ou associativista”, em que os funcionários de uma oficina, por exemplo, poderiam controlar seus locais de trabalho, mas, tendo em vista que o Estado é um instrumento de coerção, isso não acontece. Para ele, se a sociedade fosse associativa não haveria poder soberano, mesmo existindo um corpo coordenador.

Porém, Lippmann acredita que Cole tenha um pensamento um pouco fantasioso, pois para que o “socialismo associativo” funcione da forma que deveria e essa democracia se torne real é preciso que esse local se transforme em um lar para todo o indivíduo membro dessa associação e por eles ser administrada como uma unidade natural em um ambiente familiar.

Lippmann explica que o sentimento de hábito, tradição e o trabalho em conjunto podem ser a cola que une todos esses elementos. Eles devem ser simbolizados por um governo representativo, organizado em uma ordem federal desde a oficina à planta. Ele evoca esses agrupamentos regionais de representatividade que chegarão ao âmbito federal.

Voltando ao exemplo dos trabalhadores de uma oficina: os representantes teriam que tirar muitas conclusões sobre as quais não têm opinião fazendo com que esse sistema caia no mesmo problema exposto aqui por meio da “teoria do governo de representatividade”.

Então, a crítica ao “socialismo associativista” é a de que ele poderia cair nas mesmas problemáticas do modelo de representatividade em que os homens votem candidamente aos seus interesses.

Lippmann também faz ressalvas ao fato de que os membros da oficina não chegam espontaneamente a ter uma visão de toda a situação, portanto as opiniões públicas dos trabalhadores sobre seus direitos e deveres na indústria e na sociedade são questões de educação ou propaganda, e não produtos automáticos da falta de consciência do local.

A discussão levantada pelo autor gira em torno de como seria possível manter o interesse de cada cidadão individualmente representado de alguma forma e em torno da crítica ao modo como as formações das opiniões são feitas dentro dessas pequenas instituições de poder.

Lippmann também explica que não pode haver diferenças entre o “socialismo associativista” e a “democracia ortodoxa”. Para o autor, um sistema em que alguém representa outro e vota em nome do representado faz com que aconteça o mesmo problema de formação de opinião, haja vista que aquele que vota também não possui o reconhecimento do todo.

No universo midiático podemos fazer outra correlação dessa “democracia ortodoxa” com a homogeneização das programações tanto jornalísticas quanto de entretenimento. As programações atendem a uma média do que se apresenta como a sociedade de massa e deixam de considerar as particularidades de cada indivíduo, ao passo que buscam mais consumidores para os seus produtos.

Levando o debate para o público consumidor do jornalismo, fica clara a relação unidirecional entre leitores e imprensa, e essa seria, para Lippmann, uma anomalia da nossa civilização.

Ele pagará, no entanto, generosamente pelo privilégio de ter alguém lendo sobre ele. Pagará diretamente para divulgar. Ele pagará indiretamente pelos anúncios de outras pessoas, porque aquele pagamento, sendo ocultado no preço das mercadorias, é parte de um ambiente invisível, que ele efetivamente não compreende [...] O público paga pela imprensa, mas somente quando o preço está escondido (idem, np).

Assim, o jornalismo depara com a lógica mercadológica em que a função se compromete com esse processo e se descompromete com os valores gênese da profissão. Porém, para o autor, somente quando a notícia é posta em circulação ela ganha valor de mercado, o que impulsionaria os conglomerados a considerarem a opinião pública.

O problema real é que os leitores de um jornal, não acostumados a pagar o custo da coleta de notícias, podem ser capitalizados somente quando são transformados em circulação que pode ser vendida a manufatureiros e mercadores. [...] Tal imprensa está compelida a respeitar o ponto de vista do público consumidor (idem, np).

O fato comprovável precisa ser relatado com fidelidade; o resto está relacionado à atuação do jornalista. Portanto, o que está sob juízo do jornalista são as conclusões a que ele vai chegar a partir do fato e o modo como ele vai relatá-lo aos leitores. Isso está condicionado pelos conceitos que ele formou ao longo de sua vida, seja na família, no meio em que viveu e pela cultura a que teve acesso, e esses pontos se traduzirão na sua verdade pessoal.

A pauta é a forma estereotipada, assumida por um acontecimento em um lugar óbvio, que revela o curso da notícia. Ou seja, a notícia não é o espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs sobre outros. E outro ponto é que os jornais aderiram a uma rotina de compilação de frases importantes, com uma narração formatada. Isso é resultado de várias questões, como fatores econômicos, incapacidade de o jornalista ver o principal, pouco espaço no veículo (idem, np).

Há também um padrão em que a notícia deve se enquadrar, um padrão de economia de tempo e esforço, além das diversas formas de como um jornal influencia o outro. Lippmann exemplifica o período em que uma guerra específica teve início e como os jornais foram confrontados com algo que nunca haviam visto. Nesse sentido, alguns diários ricos tomaram a liderança e influenciaram a forma como as notícias eram veiculadas, fazendo com que esses aspectos se tornassem um padrão para toda a imprensa.

Todo jornal, quando chega ao público, é resultado de uma série de seleções sobre como as notícias devem ser impressas, em que posições, em quanto espaço. Lippmann não crê na existência de padrões objetivos, mas sim na de convenções, e o que interessa para as empresas jornalísticas é provocar os sentimentos do leitor para que ele se identifique com a história e leia o jornal.

A dificuldade da apreensão do fato faz com que o jornalista busque aquilo que é sensacional. Notícia e verdade não são as mesmas coisas. A função da notícia é sinalizar eventos e a função da verdade é trazer luz sobre fatos escondidos, ver a relação entre eles e fazer uma pintura da realidade onde o homem possa agir. Apenas nesse ponto, quando as condições sociais tomam um reconhecimento e formato mensurável, é que verdade e notícia coincidem (idem, np).

O autor completa mostrando que é possível e necessário que os jornalistas levem para casa o caráter incerto da verdade em que suas opiniões estão fincadas. Com uma boa crítica, o papel desse profissional passa pelo processo de incentivo à imersão nas notícias com o objetivo de fazer formulações mais utilizáveis de fatos sociais e de estabelecer uma instituição mais transparente.

Ao mesmo tempo que a compreensão da formação da opinião pública torna-se fundamental para o entendimento da formatação social, do sentimento de pertencimento, das imbricações culturais e da noção de cidadania nas sociedades, também se deve compreender o espaço simbólico em que esse processo ocorre.

E esse espaço foi amplamente discutido por Habermas no livro **Mudança estrutural da esfera pública**. Para ele, a opinião pública se relaciona a dois tipos de publicidade: a primeira delas seria a crítica, e a segunda, a manipulativa.

O momento “publicitário” (*publizistische*) do interesse público liga-se, nessa medida, com o momento jurídico privado da formulação contratual, com o que surge uma nova esfera, com concentração de capital e intervencionismo, a partir do processo correlato de uma socialização do Estado e de uma estatização da sociedade. Esta esfera não pode ser entendida completamente nem como sendo puramente privada nem como sendo genuinamente pública; também não pode ser univocamente classificada no âmbito do Direito Privado ou do Direito Público (HABERMAS, 2003, p. 180).

Em sua análise, é possível observar que a esfera pública não se transformou no espaço que expressaria a soberania da opinião pública. Para o autor, a difusão da imprensa ampliou a abrangência do público e transformou os conflitos da esfera privada em públicos.

Habermas rememora os pensamentos de Mill e Tocqueville, que defendiam que a esfera pública condenou, de certa forma, a publicidade por seus efeitos na construção da opinião pública. Como se os efeitos da publicidade pudessem fazer com que indivíduos sem preparo se sentissem inseridos, como cidadãos que são, nos debates da esfera pública. Porém, esse aspecto pode ser somente uma ilusão fruto da alienação provinda da falsa inserção das massas nos debates públicos.

É importante compreender que a palavra publicidade, no contexto da discussão, refere-se àquilo que se torna público. Para Habermas, a forma pela qual as coisas se tornam públicas possibilita a errônea sensação de compreensão e inserção das pessoas nos debates promovidos pela esfera midiática.

A visualização da opinião pública muito ampla poderia, de certo modo, fazer com que a esfera pública fosse enfraquecida pela distância do julgamento crítico da sociedade. Da mesma forma, a pulverização da internet, embora positiva no sentido do estabelecimento coletivo, pluralidade de vozes e interação, pode dificultar a construção da esfera pública.

Esse espaço simbólico em que ocorrem os debates fundamentais para a sociedade são restritos a uma parcela das pessoas que elegem representantes que falarão sobre seus objetivos, o que pode conectar diretamente à ideia da “democracia ortodoxa”, criticada por Lippmann.

A esfera pública não é um lugar, mas sim as circunstâncias culturais que permitem que os debates aconteçam. Foi por conta das teorias da indústria cultural e da amplificação da

imprensa comercial que Habermas acreditava que a velha ideia de esfera pública não existia mais, havia se transformado.

Com a mutação dos espaços públicos para as massas, surge uma comunicação amplamente sistematizada, e como reação às exclusões sociais surgiram também novos espaços públicos parciais e fragmentados que evidenciaram tendências segregacionistas.

A construção de monopólios privados de informação na sociedade brasileira foi fundamental para alimentar a comunicação voltada para as massas, bem como as discussões sobre os limites da liberdade de expressão, do que é público e do que é privado.

Por um lado, é possível visualizar a globalização, o direito à liberdade de expressão, seus limites e a compreensão da comunicação como um direito humano e, de outro, a inclusão da massa transformando a composição da opinião pública e da esfera pública, trazendo a mercantilização da informação e o afastamento da sociedade do sentido de pertencimento e cidadania.

Se o direito à comunicação é um direito humano, cabe discutir a qualidade dessa informação para a correta inserção do indivíduo nos debates sociais. Assim, ele não vai somente quantificar seus elementos estruturantes, mas, ao mesmo tempo, vai emprestar qualidade às questões discutidas.

PARTE II – PARALELOS

2 Paralelos Brasil – Portugal

O presente capítulo tem como objetivo debater as formações da imprensa portuguesa e brasileira, seus espelhamentos e seus contrastes. A comparação interessa porque nos ajuda a vislumbrar uma linhagem autoritária na constituição da imprensa brasileira, como veremos. Essa ancestralidade um tanto impositiva deve ser tomada por nós como um contexto discursivo amplo, que por sua vez incide no modo de falar de certos textos opinativos. Embora essas relações não sejam diretas, propriamente causais, a recapitulação histórica da gênese da imprensa brasileira, em comparação com outras, pode ajudar na compreensão do objeto da presente tese.

Além da comparação entre Brasil e Portugal, há outros referenciais a se considerar. A imprensa portuguesa, por sua constituição histórica, teve influência da Inglaterra, e o Brasil,

além da influência portuguesa em função da imprensa régia, compartilha elementos culturais dos Estados Unidos, devido à formação histórica de ambos os países do continente americano.

Os subcapítulos abordam a constituição da imprensa dos Estados Unidos e o surgimento do conceito de objetividade, amplamente estudado por Michael Schudson, bem como a Guerra de Secessão, a Primeira Guerra Mundial e o lançamento da *Associated Press*, eventos fundamentais para a construção cultural da imprensa daquele país.

Em seguida observa-se a constituição da imprensa brasileira, que nasceu censurada pelo poder monárquico e a formação do jornalismo português até a entrada em vigor da liberdade de imprensa, estabelecida em 1834. Além disso, foram comparados os estados de exceção vividos pelo Brasil em 1964, a promulgação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, e o Estado Novo de Salazar em Portugal.

Ao final do capítulo são apresentados os modelos de pesquisa de alguns autores para discutir a formação dos sistemas de imprensa no jornalismo português e brasileiro, bem como traçar o paralelismo político entre eles e descobrir a influência da cultura e da política em suas formações.

2.2. EUA: a imprensa precede a formação do Estado

O conceito de democracia sempre esteve associado à prática da imprensa. É difícil imaginar um país democrático sem que as informações cheguem aos cidadãos, deixando-os livres para exercerem suas escolhas e seus direitos e para fazer parte dos debates públicos com autonomia de decisão.

O estabelecimento da imprensa nos diversos países aconteceu de formas distintas. Cada um teve influências de diferentes correntes ideológicas, formações culturais e históricas. Assim, inexistiu um modelo jornalístico único seguido por profissionais em todo o mundo. Cada lugar desenvolve, portanto, a própria cultura de imprensa.

Para compreender o estabelecimento da imprensa no Brasil, esta pesquisa adotou um caminho um pouco diferente, que começa por investigar a constituição da imprensa norte-americana, levando em conta, brevemente, a matriz inglesa e a influência das ideias iluministas, que contribuíram para a constituição da imprensa francesa. Vale lembrar, a título ilustrativo, que o primeiro país a formalizar legalmente essa prática foi a Suécia, em 1766, conferindo a “alforria” ao jornalismo ainda antes da eclosão da Revolução Francesa.

A escolha desse comparativo preliminar se dá pelas diferenças sobre como esses processos foram construídos. Nos Estados Unidos, a formação da imprensa gerou o Estado, enquanto, no Brasil, se deu o inverso: o Estado precedeu a imprensa, e a censura foi instalada em território brasileiro antes de o primeiro jornal ser impresso. Esse foi um tipo específico de censura e que não se relaciona com questões posteriores vividas pelo Brasil no século XX.

A instrução dada à Impressão Régia pelo decreto de fundação para, além dos papéis oficiais, “imprimir todas e quaisquer outras obras” não podia ser interpretada ao pé da letra. Uma censura férrea de todas as obras impressas, como a que existia em Portugal, foi instaurada no Brasil. A junta diretora da Impressão era, na verdade, uma junta censora, que tentava impedir que ideias impróprias e desestabilizadoras fossem impressas pelos prelos reais. O mesmo rigor era imposto às obras importadas e às vendidas publicamente (MOLINA, 2015, p. 111).

A origem da imprensa norte-americana está em um debate fundamental que se projetou para o Estado. A série de 85 artigos jornalísticos que argumentava pela manutenção do pacto federativo na Constituição dos Estados Unidos, intitulada *Federalist Papers*, teve – em 1787, na Filadélfia – um papel fundamental na criação do Estado americano e no fortalecimento da imprensa.

James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, autores desses textos clássicos, se mantiveram engajados em atuações políticas mesmo após a promulgação da Constituição. Os chamados *federalist papers* demonstram, hoje, que foi por meio do debate social, que ocupou as páginas dos jornais do país, que ajudou a dar forma não apenas ao Estado, mas à forma de governo e à própria instituição da imprensa.

Já na Inglaterra, a derrubada da necessidade da “autorização prévia sobre o ato de imprimir” (*Licensing of the Press Act*), que existia até o século XVII (1662), foi fundamental para permitir que o pluralismo de opiniões e ideias se manifestassem, além de um marco de progresso na imprensa britânica.

Na Inglaterra, ainda no século XVII, os escritos sobre intolerância do filósofo inglês John Locke (1632-1704) alimentaram o ambiente da cultura política. Pelas análises da Guerra Civil inglesa, entre outros processos históricos, Locke estudava o papel dos poderes na organização do Estado. Para ele, como esses órgãos eram mantidos pelo povo, caso houvesse falha, o povo teria o direito à revolução.

A Revolução Francesa (1789) é outro exemplo de como a atuação social pôde impulsionar e constituir os encaminhamentos do Estado, determinando, por assim dizer, o seu formato e seus mecanismos internos. A revolução é filha dos panfletos que circulavam pelo país e foi por meio dos iluministas que a luz do conhecimento foi pretensamente entregue ao povo. A imprensa francesa nasceu dessa necessidade de amplificação das informações e dos ideais retóricos dos iluministas de retirar a sociedade do obscurantismo.

No caso da imprensa norte-americana, houve uma série de transformações, entre as quais está o surgimento dos *penny press*, por volta de 1830, jornais com custo baixo que se espalharam pelos portos norte-americanos e que, de forma bruta, podem ser vistos como predecessores da conexão do jornalismo com o mercado e do seu distanciamento com seus ideais fundadores.

Com o aparecimento dos *penny press*, houve uma mudança nesses ideais que conduziu o modelo de imprensa a uma lógica de mercado em que mensagens, em sua maioria sensacionalistas, eram difundidas.

Para Jeferson Bertolini, pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, a ideia de contrato social, desenvolvida por Rousseau, Locke e outros filósofos, refere-se ao “acordo por meio do qual os governados (povo) aceitam se submeter à autoridade dos governantes (Estado) em troca de proteção, segurança e direitos” (BERTOLINI, 2016, p. 2).

Ele considera possível associar a ideia de contrato social fora do âmbito político, mas dentro da compreensão da imprensa, pois o acordo entre público e imprensa é uma forma contratual.

Assim, se no âmbito político o contrato social diz “nós, o povo, concordamos em obedecer à lei e respeitar a autoridade do soberano em troca de proteção, segurança e direitos”, no âmbito da imprensa diz “nós, a audiência, concordamos em consumir as notícias e respeitar a figura da imprensa; em troca queremos conteúdo de qualidade, verdadeiro e socialmente relevante” (idem).

Foram os escritos sobre a intolerância de Locke e principalmente do poeta e intelectual John Milton que incentivaram a formação das ideias de liberdade nos Estados Unidos.

2.2.1. O princípio da objetividade

Nos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão, e em outros momentos da história da imprensa, é possível observar como se deu o processo de formação do conceito de objetividade e como ele marcou uma virada no modo de produção do jornalismo.

A objetividade está intimamente relacionada à verdade factual, que se distancia de visões partidárias, da opinião enviesada e de interesses que põe finalidades de mercado acima da qualidade da informação. Foi a partir desse conceito que a ideia de imparcialidade ganhou densidade, vigorando durante muito tempo. Foi também a partir daí que nasceu a possibilidade de discussão sobre a busca pelo pluralismo, fundamental para a construção da imprensa moderna.

O professor Michael Schudson, no livro **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**, dedica a abordagem inicial à discussão sobre objetividade. “Significa que as afirmações de uma pessoa sobre o mundo podem ser confiáveis se forem submetidas às regras estabelecidas consideradas legítimas pela comunidade de profissionais” (SCHUDSON, 2010, p. 16).

A objetividade seria a responsável por conectar o jornalismo a valores mais próximos de sua gênese e mais distante das necessidades empresariais, ou partidárias, como na imprensa opinativa.

O processo de coleta de notícias, em si, constrói uma imagem da realidade que reforça o ponto de vista oficial. Um analista após o outro demonstram que a tradição da objetividade no jornalismo tem favorecido a visão oficial, fazendo dos jornalistas meros taquígrafos na transcrição autorizada da realidade social (idem, p. 216).

Esses elementos possibilitam o florescimento de uma visão crítica sobre a presença da opinião no surgimento da imprensa norte-americana. Somente depois dessa crítica é que teve início a transição dessa imprensa opinativa para a chamada imprensa objetiva, isto é, mais informativa e menos propagandística, mais noticiosa, mais analítica, e menos dada a proselitismos políticos ou religiosos.

É possível pensar que as facilidades tecnológicas em momentos de guerra deram início à gestação desse tipo de imprensa, e foi assim que aconteceu a constituição de um modelo que se aprimorou e é praticado até os dias atuais por grande parte das redações ao redor do mundo.

Os padrões tecnológicos vigentes também pesaram. A necessidade de transmissão via telégrafo, de forma rápida, para que não houvesse perda de sinal, fez com que se dispensassem os floreios literários e se priorizasse o fato, a notícia em sua forma mais seca.

Schudson sustenta que a objetividade não era um aspecto fundamental no jornalismo até o ano de 1830. Segundo o autor, era esperado que os jornais expressassem seus ideais partidários e não a buscassem nenhuma isenção. Nesse período, o jornalismo não era visto somente pelo ato de reportar os acontecimentos, mas sim pela opinião que abraçava e propagava.

Esse debate surgiu somente no período conhecido como jacksoniano, que se refere ao momento em que Andrew Jackson exerceu o papel de sétimo presidente dos Estados Unidos (1829 a 1837) (idem, p. 14).

Foi durante o que Schudson chama de “democracia jacksoniana” que se impulsionou a transformação da imprensa norte-americana. Essa crença se caracteriza pela fé no homem comum, na isonomia política, na igualdade de oportunidade econômica e no horror ao monopólio e aos privilégios.

Os ideais de igualdade entre as pessoas deveriam ser vistos como objetivos para a sua constituição. A democracia passa a ser considerada o principal ponto de equilíbrio, que, para ser alcançado, requer uma imprensa plural e que não esteja a serviço de interesses particulares de grupos ou indivíduos privados.

Além da crença descrita sobre o período jacksoniano, outros três elementos tornam-se fundamentais para a transformação da imprensa norte-americana. O surgimento das *penny press*, que trouxeram a mercantilização da informação, a criação da *Associated Press*, fundada em maio de 1846, responsável por direcionar o foco no jornalismo factual em detrimento do partidário, e, por último, as necessidades das trocas informacionais via telégrafo durante a Guerra de Secessão e a Primeira Guerra Mundial, com a formatação da pirâmide invertida.

A transição dos “anunciantes” para “mensageiros” e “sóis” nos anos de 1830 tem sido chamada de “revolução comercial”, na imprensa norte-americana. A “revolução comercial não inclui todos os jornais do período, mas aqueles que mais radicalmente romperam com a tradição e estabeleceram o modelo que a principal corrente no jornalismo norte-americano desde então seguia: os *penny papers*. Como o nome sugere, o mais obviamente original nesses jornais populares era o fato de serem vendidos a um centavo, e não seis. Além disso, em vez das vendas por assinatura anual, eles eram distribuídos diariamente nas ruas por jornaleiros. Sua circulação era proporcionalmente imensa, se comparada à dos *six penny*, os “jornais de seis centavos” (idem, p. 28-29).

No início da prática da imprensa, textos literários, ensaísticos e rebuscados formavam a composição dos jornais. É comum que se repita nas escolas de jornalismo o termo “nariz de cera”, que se refere à prolixidade encontrada nos parágrafos introdutórios de uma notícia ou artigo. Esse “nariz de cera” era normalmente um exercício opinativo, que poderia ser facilmente dispensado quando o objetivo do leitor era saber o que aconteceu, quando, como, onde e por quê. Vem desse período uma célebre metáfora iconográfica, utilizada para ilustrar essa forma de produção de texto, que é uma pirâmide. No topo dessa pirâmide, vinham as considerações menos descritivas dos fatos; somente depois viria, então, a base da pirâmide, onde finalmente o leitor encontraria os relatos informativos do fato narrado. Determinados a ir direto ao fato, os melhores jornalistas a ter consciência disso, os mais inovadores, implementaram a fórmula que viria a ser conhecida como “pirâmide invertida”. Antes de tudo, o jornalista deve dar ao seu leitor o que era relegado à base da pirâmide pelas escolas anteriores. Depois, se houver espaço, alguma consideração que antes ficava no topo da pirâmide poderia entrar no texto. O jargão da “pirâmide invertida” pegou. A fórmula se tornou dominante.

A ideia de *lead*, ou começo da reportagem (alguns dizem “matéria”), também vem dessa grande transformação. O *lead* deve apresentar, logo no primeiro parágrafo, os pontos mais importantes, que antes estariam na base da pirâmide (mais adiante serão abordados outros aspectos acerca da constituição do *lead*).

Schudson ressalta que, enquanto a *Associated Press* procurava se pautar por uma postura estritamente factual para agradar a uma “clientela politicamente diversa”, as mudanças nos ideais do jornalismo “não traduziram inovações tecnológicas em normas profissionais na mesma proporção em que tornaram os ideais e as práticas dos jornais compatíveis com a cultura das classes dominantes” (idem, p. 14-15).

É nesse contexto histórico que o pesquisador cita o surgimento da *Associated Press* como tendo favorecido o relato factual em lugar do partidarismo, do palavreado ocioso e das divagações, então amplamente presentes na prática da imprensa. A união de cinco importantes jornais nova-iorquinos, que deram origem a essa pioneira agência *de notícias* forneceu o elemento estrutural nessa nova construção da imprensa. Há também uma explicação de ordem prática para isso. A procura por notícias para publicação em diversos jornais com “alianças políticas diversificadas” exigia um modelo de reportagem objetiva, que pudesse ser útil tanto aos jornais que se filiassem a uma corrente política quanto àqueles que aderiam a filosofias opostas. Além disso, no final do século XIX, as publicações da *Associated Press* eram

“acentuadamente mais livres de comentários editoriais do que a maioria das reportagens publicadas pelos jornais individuais” (idem, p. 14).

Schudson vai se indagar sobre a razão pela qual a *Associated Press* teria se tornado o ideal do jornalismo para todos os demais veículos de comunicação. Ele pergunta: “por que uma prática, obviamente importante para a sobrevivência da instituição das agências de notícias, deveria se tornar um modelo para outras instituições não sujeitas às mesmas restrições?” (idem, p. 15).

Para o professor Josenildo Luiz Guerra, da Universidade Federal de Sergipe, a prática da era jacksoniana trouxe “o aprofundamento de ideias democráticas” e, como consequência, houve “a densificação das massas e o barateamento dos jornais” (GUERRA, 1998, np).

Entrou em cena, com mais vigor, o mercado da imprensa: critérios mercadológicos se aprimoraram e ganharam mais relevo. A inclusão das massas e a expansão do acesso aos jornais, em função do seu barateamento, fazem parte desse impulso.

Os jornais aprenderam os rudimentos de como a separar o registro factual da defesa de opiniões e preferências partidárias. Por outro lado, a mercantilização e a finalidade de lucro traziam riscos de que os ideais libertários ligados ao nascimento do jornalismo pudessem ser esquecido. Enfim, o jornalismo partidário não desapareceu da imprensa norte-americana, mas o movimento decorrente da busca pela objetividade deu origem a outras práticas, que alcançariam níveis de excelência nos grandes diários, como o *The New York Times*, já a partir da virada do século XIX para o século XX.

Schudson vislumbra que o cenário da imprensa norte-americana se transformou por outros motivos, como “as origens das notícias, suas relações com a democratização da política, a expansão da economia de mercado e a crescente autoridade de uma classe média urbana e empresarial” (idem, p. 14).

Jose Pedro Sousa, pesquisador da Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, adota a mesma perspectiva historiográfica e explica, no livro **Elementos de jornalismo impresso**, que a imprensa dominante no início do século XIX, nos Estados Unidos, era a “opinativa, ideológica (de ideias) ou de partido” e que diversos fatores podem ter contribuído para a sua transformação.

Para exemplificar a ideia, o autor traz os pensamentos do pesquisador espanhol Jesús Timoteo Álvarez (1992), que chamou a atenção para a escassez de matéria-prima informativa, a reduzida alfabetização da população norte-americana, a falta de recursos econômicos da maioria dos habitantes e o fato de que somente a elite tinha condições de adquirir jornais.

Além disso, na visão de Álvarez, a linguagem era direcionada para um público vasto e pouco conhecedor da língua, já que os Estados Unidos formavam um país de imigrantes. “As notícias deixam de se circunscrever ao mundo da política, da economia e da guerra e tornam-se dominantes, substituindo artigos” (ÁLVAREZ, 1992 apud SOUSA, 2001, p. 21).

De acordo com Jorge Pedro Sousa (2001), o surgimento das *penny press* formaria o que ele chama de “Primeira Geração da Imprensa Popular”, ou seja, um modelo de jornais de baixo custo de produção, majoritariamente noticiosos, independentes no âmbito dos posicionamentos partidários, com linguagem simples e acessível, elevadas tiragens e com preço reduzido.

Sousa reforça o pensamento de Schudson sobre a mercantilização da notícia e explica que essa ideia da imprensa barata também se relaciona com o surgimento de empresas jornalísticas voltadas ao lucro e não às questões partidárias. Os novos públicos conquistados para os jornais pela imprensa popular “fizeram alargar o leque do noticiável a assuntos de interesse humano” (idem, p. 22).

Os semanários norte-americanos cederam lugar aos jornais diários que circulavam em cidades diversas. Repletos de anúncios e de compilações de matérias de outros jornais, era na parte interna que o conteúdo estava disposto e na página dois estava presente o editorial (SCHUDSON, 2010, p. 25).

Foi somente em 1856 que um correspondente da *Associated Press* em Washington afirmou, pela primeira vez, que o seu trabalho era “comunicar fatos”, e que “suas instruções” não permitiriam “qualquer tipo de comentário sobre os fatos, fossem eles quais fossem” (READ, 1976 apud TRAQUINA, 1988, p. 29).

Isso significa que, no referido ano, aconteceu a primeira declaração que demonstrava que a atividade da imprensa começava a se descolar do posicionamento partidário, da opinião, e cedia lugar à comunicação dos fatos sem comentários ou visões pessoais. Não que esses aspectos tenham desaparecido (e nem que devessem desaparecer), mas informalmente começava a nascer a separação das categorias informativa e opinativa que existe até os dias atuais.

Foi na Inglaterra, no século XVIII, que a primeira observação sobre a divisão entre as categorias informativa e opinativa, de fato, aconteceu. No século XIX houve a expansão das “ideias liberais e do espírito burguês, a que se associa a ideia de liberdade de imprensa”.

Esse fenômeno levou ao florescimento da imprensa política (que, entre outras designações, também pode ser denominada opinativa, combativa ou “de partido” – “*party press*”), apesar de, frequentemente, essa imprensa ser simultaneamente noticiosa, literária e divulgadora de ideias e descobertas. Era uma imprensa de elites e para as elites alfabetizadas e envolvidas no combate político e ideológico, uma imprensa cara, inacessível aos cidadãos comuns. Esse tipo de imprensa dominou o cenário europeu e latino-americano durante a primeira metade do século XIX (SOUSA, 2001, p. 61).

A objetividade foi fundamental para a constituição da imprensa norte-americana e esse termo deslocou os ideais da imprensa, cujos olhos voltavam-se para o interesse público, para a lógica de mercado que visava atingir o maior número de pessoas possível com notícias objetivas, diretas, rápidas e que se conectavam ao reporte do fato.

Grosso modo, pode-se dizer que houve a transição dos interesses de formação da opinião pública por meio do debate de ideias e da opinião do veículo para a transmissão da notícia. Não que esse elemento tenha desconectado o jornalismo de seu papel de formador de opinião, mas surgia um direcionamento para as mudanças do fazer jornalístico: naquele momento a formação da opinião passou a acontecer por meio de processos informativos e não opinativos, mesmo que ainda não houvesse a separação oficial de ambas as categorias.

Além da transição de uma imprensa ideológica para uma imprensa mercadológica, outro aspecto fundamental para essas transformações se refere à Guerra Civil norte-americana, conhecida como Guerra de Secessão. Tendo ocorrido entre 1861 e 1865, a guerra aconteceu motivada pela busca por emancipação, referente aos estados do sul, ou unificação do país e foi um dos primeiros eventos históricos que permitiram a existência de repórteres correspondentes de guerra, capazes de “alimentar” os jornais de maneira massiva.

Assim, Sousa (2001, p. 24) explica que foi a necessidade de “se recorrer ao telégrafo para o envio de notícias da frente de batalha para a sede dos jornais” que “impulsionou a utilização da técnica da pirâmide invertida para a redação de notícias”.

Portanto, desde os primórdios, a ideia do *lead* que responde às questões “O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?” no primeiro parágrafo da notícia tinha a intenção de priorizar o fato, e não desinteressar o leitor pelo restante do texto. Com essa alteração de formato, foi possível perceber, pelo novo público que se estabelecia, que se tratava também uma forma de fazer com que as pessoas não perdessem tempo e subjetivamente se sentissem inseridas nos debates promovidos pela imprensa.

O professor brasileiro Francisco José Karam defende que o surgimento do *lead* não se deu pelos americanos ou ingleses, mas sim pelos pensadores gregos no século 1 a.C. De acordo

com ele, filósofos, oradores e juristas utilizavam a “brevidade, clareza e a verossimilhança” em seus discursos.

Cícero, em *De Inventione*, relacionou os aspectos essenciais para que o texto se tornasse completo. Para o famoso orador romano, era preciso responder às perguntas quem? (*quis / persona*) o quê? (*quid / factum*) onde? (*ubi / locus*) como? (*quemadmodum / modus*) quando? (*quando / tempus*) com que meios ou instrumentos? (*quibus adminiculis / facultas*) e por quê? (*cur / causa*) (MORTARA apud KARAM, 2007, p. 1).

Então, as escolas norte-americana e inglesa de jornalismo teriam utilizado esses conceitos como virtudes desejáveis para os que se dedicavam profissionalmente a trabalhar em jornais.

Foi também pela fragilidade do aparato tecnológico utilizado e por sua falibilidade que a informação mais importante passou a ser colocada no início. Se a ligação fosse interrompida por qualquer razão, o principal chegaria às redações.

Para Sousa, a Segunda Geração da Imprensa Popular (1890-1900) permitiu que os jornais se tornassem acessíveis economicamente, direcionando-se à maioria da população e não mais para a elite. Essa geração, denominada “Novo Jornalismo”, introduziu novos ritmos e padrões na imprensa norte-americana, e “com sua penetração em força no mercado norte-americano, a imprensa opinativa ‘de partido’ progressivamente deixou de ter expressão mercadológica nos Estados Unidos” (SOUSA, 2001, p. 144).

Aliás, o propósito imediato dos donos desses jornais era obter lucro, quer com as vendas, quer com a inclusão de publicidade. Estas circunstâncias provocaram a primeira grande mudança na forma de fazer jornalismo. Os conteúdos tiveram de corresponder aos interesses de um novo tipo de leitores. O jornalismo tornou-se mais noticioso e factual, mas, por vezes, também mais sensacionalista (idem, p. 24).

Depois da Primeira Guerra Mundial, outras transformações surgiram. Para o historiador Eric Hobsbawm, em **A era dos extremos: o breve século XX**, em 1914 os veículos de comunicação de massa em escala moderna já poderiam ser tidos como certos em vários países ocidentais. Ele afirma que a circulação dos jornais nos Estados Unidos cresceu muito mais rápido do que a população, tendo dobrado entre 1920 e 1950. Com base na *UN Statistical Yearbook* de 1948, Hobsbawm escreve:

Nessa altura, vendia-se entre trezentos e 350 jornais por cada cem homens, mulheres e crianças de um país "desenvolvido" típico, embora/os escandinavos e australianos consumissem ainda mais publicações, e os urbanizados britânicos, talvez por ser sua imprensa mais nacional que local, compravam espantosos seiscentos exemplares para cada mil habitantes (idem, 1995, p. 173).

Para Schudson, até a primeira Guerra Mundial, não havia razão para a sociedade duvidar do que era posto como realidade e, por conta disso, a democracia não era um valor em crise. Mas as pessoas perderam a confiança nesse valor à medida que a propaganda de guerra suscitava dúvidas de credibilidade no seu modo particular de produzir verdades. Essa propaganda foi muito intensa na primeira metade do século XX, tanto na Primeira como na Segunda Guerra. Eram solicitados reportes à imprensa que ratificavam os ideais que os partidos queriam divulgar, normalmente fundados em interesses particulares disfarçados de interesse público. Foi no período da propaganda de guerra que a sociedade começou a ser observada como sendo passiva e alienada e isso pôs em questão tanto a autoridade da democracia como a objetividade da imprensa (SCHUDSON, 2010, p. 16-17).

2.2.2. Brasil: a imprensa nasce censurada

A constituição da imprensa no Brasil não incidiu diretamente sobre a formação do Estado – o que se deu foi exatamente o contrário. A máquina estatal portuguesa, vinda com as naus da Coroa em 1808, aportou no Rio de Janeiro trazendo, entre outras instituições, a imprensa régia. Foi a partir daí que passaram a circular oficialmente as primeiras publicações jornalísticas em terras brasileiras.

Não foi, portanto, o debate na imprensa que gerou o Estado, mas o Estado é que decretou a criação da imprensa. O primeiro jornal oficial a circular na colônia foi *A Gazeta do Rio de Janeiro* em setembro de 1808, meses depois da chegada da família real portuguesa. A instituição da censura portuguesa em terras brasileiras, aliás, precede o aparecimento do primeiro jornal. Vale lembrar que, no Brasil Colônia, antes de 1808, não existia o direito de imprimir (MOLINA, 2015).

A abordagem sobre censura naquele período é de um tipo específico e não se relaciona com outros modos de cerceamento que fazem parte da história do Brasil no século XX. *A Gazeta do Rio de Janeiro*, como primeiro órgão da imprensa na então capital do território brasileiro sinaliza claramente que, a partir de sua fundação, o direito de imprimir se restringiria àqueles que falassem em nome da Coroa – o que caracteriza uma forma de censura.

A Gazeta do Rio de Janeiro se tornou o *Diário Oficial da União*, e a censura prévia que a acompanhava foi instaurada no país. Mas, também em 1808, com Hipólito da Costa exilado em Londres, o *Correio Braziliense* começava a circular no mês de junho de maneira ilegal e com constantes apreensões no Brasil. Ele foi publicado mensalmente até dezembro de 1822 (idem).

Em suma, apenas aquilo que era impresso pela Imprensa Régia tinha o direito de circular. Somente em agosto de 1821, em decorrência da deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas, a censura prévia foi extinta. Em 1824, com a Constituição do Império do Brasil, colocou-se fim, oficialmente, a esse tipo de censura, mas ela deixa como raiz em solo brasileiro os ideais doutrinários e ideológicos de obscurantismo e de mordação. “No Brasil, o exercício da arte de Gutenberg era ciosamente vedado e os seus discípulos perseguidos sem clemência” (CARVALHO apud MOLINA, 2015, p. 54).

O historiador Matías Molina, no primeiro volume da trilogia *História dos jornais no Brasil*, explica que o primeiro número do jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro* já informava que se tratava de uma folha independente. Essa gazeta, ainda que pertencesse, por privilégio, aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não era, contudo, oficial e o governo somente respondia por aqueles papéis que nela mandavam imprimir em seu nome.

Como compensação salarial aos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Lisboa, que reclamavam de ter remuneração inferior à de outros funcionários, o governo lhes cedeu, em 1760, a propriedade e os lucros da Gazeta de Lisboa. Quase meio século mais tarde, a Corte no Brasil entregou aos oficiais dessa mesma Secretaria o privilégio de publicar não apenas a *Gazeta do Rio de Janeiro*, como também “gazetas e papéis periódicos de qualquer natureza”. Isto é, eles receberam o monopólio da imprensa em todo o país. *Como se tornaria hábito no Brasil, um bem público estava sendo usado em benefício privado* (MOLINA, 2015, p. 114, com grifo nosso).

Ao descrever os jornais na independência e regência, o autor Matías Molina destaca a ausência de obstáculos para o lançamento de um jornal – considerando o baixo custo. “O conteúdo consistia em um ou vários artigos doutrinários, com frequência polemizando com outra publicação, cartas dos leitores, transcrição de artigos de outras folhas e anúncios” (idem, p. 182).

Além disso, Molina problematiza observações de Gilberto Freyre que teria afirmado que os jornais do século XIX não tinham interesse na parte editorial para os que “o folheiam a

distância”. E parafraseia Isabel Lustosa que acreditava que, por meio da imprensa da independência, “houve o encontro entre a cultura popular e de elite” (FREYRE; LUSTOSA apud MOLINA, 2015, p. 183).

2.2.3. Portugal: da formação da imprensa à Liberdade de Imprensa (1834)

Sobre a história da imprensa portuguesa, José Manuel Tengarrinha, o pesquisador português e autor do livro **Nova história da imprensa portuguesa – das origens a 1865** (2013), a divide em quatro períodos:

- Os primórdios (da Gazeta de 1641 à Revolução de 1820);
- O nascimento da imprensa de opinião (da Revolução de 1820 ao estabelecimento definitivo da monarquia constitucional em 1834);
- Liberais contra liberais (do fim da guerra civil à Regeneração);
- A Regeneração Pacificadora (de 1851 à organização industrial da imprensa em 1865).

O pesquisador volta aos primórdios e trata das folhas noticiosas manuscritas avulsas. A partir do momento em que os grupos da sociedade intensificaram o contato entre si, diz ele, a troca de informações se reforçou, e a divulgação das notícias ficava cada vez mais frequente.

Assim, além da necessidade da transmissão oral, as folhas noticiosas, fosse no Egito, na China ou em Roma (onde, há cerca de dois mil anos, surgiram as atas, ou a *Acta Diurna*, criada por Júlio César em 69 a.C.), auxiliaram no processo de construção da imprensa. Mas somente no século XVI, as folhas se expandiram pela Europa, auxiliando no impulsionamento comercial, na atualização sobre preços de mercadorias, entre outros.

Em Portugal, desde o final do século XVI as folhas manuscritas circulavam em algumas regiões. Tengarrinha afirma que, além das notícias sobre o comércio, como era usual, havia informações acerca de “batalhas, naufrágios, catástrofes naturais ou fenômenos prodigiosos” (idem, p. 28), bem como notícias sociais e de política nacional e estrangeira.

O autor justifica o sucesso das folhas noticiosas pela ausência de concorrência. A manutenção desse sucesso se deu pelo baixo preço dos produtos, que não precisavam de redes de distribuidores, e pela velocidade de propagação nos lugares mais frequentados da cidade. Além disso, as fontes de informação eram muito simples. As notícias eram obtidas “através das diligências do redator, de pessoas que voluntariamente as forneciam, das folhas estrangeiras ou

dos rumores que corriam”, o que certamente exigia a confirmação da informação, mas as inexactidões acabaram por retirar um pouco da credibilidade.

Posteriormente, os folhetos em forma de gazeta acabaram sofrendo pela falta de credibilidade da informação transmitida, ainda como herança da reputação das folhas manuscritas avulsas. Tengarrinha faz uma distinção entre os folhetos noticiosos e as gazetas, que não devem ser confundidas com os primeiros:

A classificação de gazeta deverá atribuir-se às publicações que, por serem impressas, não têm tão grandes limitações de produção de exemplares, o que lhes permite uma divulgação pública mais ampla por circuitos comerciais, para além das redes de compradores fiéis. Em contrapartida, exige-se-lhes maiores recursos humanos e materiais (idem, p. 31).

As folhas noticiosas divulgavam os assuntos, normalmente com um único tema por publicação, porém, com alguns assuntos mais relevantes, como mostra a pesquisa de Tengarrinha sobre o período de 1552 até 1641:

- 45,5%: expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso;
- 18,2%: cerimônias e cultos religiosos;
- 18,2%: notícias da corte;
- 9,0%: acontecimentos gerais do Reino e do estrangeiro;
- 6,1%: batalhas;
- 3,0%: descrição de Lisboa (idem, p. 37).

Do fim do século XVII até meados do século XVIII, além dos temas anteriores, os assuntos literários e filosóficos passaram a ser abrigados pelas publicações, bem como pequenas novelas, composições em verso, reflexões teológicas, sermões, discursos políticos e crônicas de monarcas.

O aparecimento dos primeiros jornais na Europa se conecta a diversos fatores. Na visão de Tengarrinha, a necessidade de uma transmissão mais fluida e regular da informação; o crescimento do interesse do público pela notícia; o progresso da tipografia; a melhoria das comunicações; e a concentração urbana.

O pesquisador contextualiza o nascimento dos jornais na Europa. O primeiro teria sido *Cy est le Compost et Kalendrier des Bergiers*, editado em 1491. Os formatos das publicações eram múltiplos, desde calendários a almanaques, com frequência anual ou semestral.

Com característica mensal, foi na Suíça, em 1597, que Samuel Dilbaumn teria publicado *Rorschacher Monatsschrift* (Publicação Mensal de *Rorschach*). Já os hebdomadários surgiram somente no século XVII, tendo aparecido nos Países Baixos em 1605 sob o nome de *Nieuwe Antwerschen Tidinghen* (Novidades Recentes).

Em Portugal, em 1641, nasce o jornalismo com as denominadas Gazetas da Restauração, por conta das Guerras da Restauração. Para Tengarrinha, as gazetas

visavam principalmente contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis sobre os seus êxitos nos confrontos armados, destacar as vantagens militares e diplomáticas alcançadas sobre a Espanha, exagerar as dificuldades que estava a experimentar a monarquia espanhola, animar os que duvidavam do bom desfecho da iniciativa restauradora, influenciar as cortes europeias sobre a legitimidade da nova monarquia e a possibilidade de esta dominar o conflito (idem, p. 49-50).

Em 1805, surge o jornal *O Agitador*. Clandestino, anarquista, de periodicidade irregular, propondo-se seguir contra a autoridade, contra o capitalismo e pelo caminho da revolução para a anarquia. Tengarrinha afirma que o jornal foi um excelente manifesto político, com objetivos que eram vigorosamente defendidos.

Para o pesquisador, no início do século XIX a imprensa portuguesa de caráter noticioso e político era praticamente inexistente. Ele excetua a *Gazeta de Lisboa*, cuja inspiração vinha de folhas estrangeiras e frequentemente estava atrasada. Porém, com as invasões francesas, o que ele chama de “surto da literatura de resistência” alterou este quadro. Entre 1808 e 1815, cerca de 2.000 panfletos teriam circulado em Portugal.

Além de folhas volantes, o manifesto contra os franceses e as proclamações oficiais e dirigidas às tropas, saídos da Imprensa Régia, da Imprensa da Universidade de Coimbra, da Academia Real das Ciências e de editores e impressores particulares (idem, p. 156).

A imprensa régia também teve papel fundamental na circulação de jornais no Brasil. A partir de 13 de maio de 1808, com a chegada da família real portuguesa em terras brasileiras no

Rio de Janeiro foi responsável pela publicação dos jornais *A Gazeta do Rio de Janeiro* (órgão oficial da corte) e *O Patriota*, que passaram a circular no país.

Para o pesquisador, a chamada imprensa de emigração teve um papel crucial na história da imprensa portuguesa. A atuação dos comerciantes portugueses foi um dos fatores mais influentes deste processo, sobretudo os de Londres e do Brasil, Lisboa e outras cidades marítimas no norte da Europa. Porém, os novos mercados abertos aos produtos brasileiros tiveram papel determinante nesse impulso comercial – para dar uma ideia dessa relevância, vale lembrar que, em 1796, por exemplo, o Brasil representava cerca de 87% do volume do movimento comercial externo português.

No início do século seguinte, com a abertura dos portos do Brasil em 1808, ocorreu uma quebra no comércio externo português com base nos produtos brasileiros. A relação entre Lisboa, Londres e o Rio de Janeiro sofreu alterações. Desde a independência das colônias da América do Norte, Londres perdeu influência nas negociações comerciais. Porém, Londres ainda era o centro dos negócios mundiais, o que garantia mais facilidades de comunicação com o Brasil do que Lisboa.

Aí chegavam de todo o mundo as mais rápidas e abundantes informações. Além de que o envio dos jornais para Portugal e Brasil se fazia mais seguramente através de navios ingleses que não eram vistoriados pelas autoridades portuguesas (idem, p. 188).

Para o autor, essas circunstâncias permitem compreender por que Londres se tornou o grande centro da imprensa em língua portuguesa da primeira emigração. O autor também critica a censura prévia aplicada pela corte portuguesa aos únicos escritos políticos que circulavam em Portugal e no Brasil.

O pesquisador afirma que o sistema censório não sabia muito bem como aplicar os julgamentos, quais deveriam ser os critérios e de que forma deviam intervir.

Como foi dito, foi com o *Correio Braziliense* que Hipólito da Costa, radicado em Londres, publicou duras críticas ao absolutismo português, defendendo as ideias liberais, a emancipação colonial e os movimentos fundantes do que seria, futuramente, a independência do Brasil.

Tengarrinha afirma que, em Londres, os representantes diplomáticos portugueses tentaram, sem sucesso, influenciar Hipólito da Costa a mudar o rumo. Em seguida, o embaixador de Portugal na capital inglesa também tentou dissuadi-lo, sem sucesso. Depois

disso, pediu ao subsecretário de Estado inglês para que impedisse a saída do jornal da Grã-Bretanha, o que foi recusado.

Em 1810 ocorreu o primeiro ato repressivo contra o *Correio Braziliense*. O governador do Rio Grande do Sul apreendeu os exemplares de junho e julho. Em 17 de setembro de 1811 foi proibida a entrada e a circulação do *Correio* no Brasil.

O jornal *O Investigador Portuguez*, publicado em Londres com o objetivo de reduzir a influência do jornal *Correio Braziliense*, passou a circular em julho de 1811 até fevereiro de 1819, patrocinado pela Coroa portuguesa. Além dos dois jornais, *O Campeão Portuguez* (1819-1821) também fazia parte das publicações em Londres.

Nesse período, os jornais ingleses, como foram conhecidos, estavam distantes da censura e da inquisição portuguesa em um período de fortalecimento do jornalismo de opinião, como lembra o pesquisador da Universidade Fernando Pessoa, Mario Luiz Fernandes,

em um período de efervescência do jornalismo de opinião, exerceram intensamente a missão de formar e orientar a opinião pública em torno de suas causas e não poupavam críticas ou conselhos ao rei visando influenciar nos destinos do império (idem, 2015, p. 5).

Em 1820, eclodiu a Revolução Liberal do Porto, que acabou resultando, no ano seguinte, no retorno da corte à Portugal. O movimento, de cunho liberal, disse respeito, para o Brasil, à liberdade. As cortes liberais elegeram a liberdade de imprensa como prioridade, o que não se estendeu ao Brasil por meio de legislação ou regulamentação adequada (TENGARRINHA, 2013).

Após a revolução, houve a aprovação da Constituição Portuguesa de 1822, que deu início ao período intitulado Monarquia Constitucional. De um lado ficava a Constituição, que defendia os princípios liberais da soberania nacional e da separação dos poderes (legislativo, executivo e judiciário) e de outro o poder real.

O monarca era o chefe de Estado e possuía o poder moderador, já o poder legislativo pertencia às Cortes, ou seja, aos parlamentares, num sistema bicameral, divididos em deputados e senadores.

Tengarrinha afirma que, após a Revolução Liberal, as movimentações foram marcadas por “intenso dinamismo jornalístico”, como expressão da maior densidade e expansão do debate político no Brasil.

Depois desse acontecimento e da implantação do regime liberal, o movimento jornalístico se incrementou, multiplicando-se os periódicos, que ao alcançar mais pessoas passaram a exercer grande influência, principalmente nas camadas urbanas politizadas.

É certo que o aparecimento de alguns jornais se deve a interesse de natureza econômica dos seus autores, que, por isso, procuravam apresentar argumentos políticos que fossem ao encontro das ideias dominantes do público. Quem quisesse ganhar a vida – como então se dizia – não tinha mais que fundar um periódico (idem, p. 319).

As novas condições da indústria tipográfica, bem como o princípio da livre concorrência, defendido pelo liberalismo, retiravam da imprensa régia o privilégio e o controle da imprensa. Por conta disso, Tengarrinha afirma que o “surto jornalístico” desse momento não tem precedente, não somente do ponto de vista quantitativo, mas também pela “nova identificação que se estabelece do leitor com o jornal, no quadro de uma imprensa de opinião” (idem, p. 320).

Foi então, depois do regime liberal, que a questão da liberdade de imprensa entra em questão na história portuguesa. Com o aparecimento dos jornais promovendo o debate de ideias e a consciência política dos cidadãos, a causa constitucional seria atingida, sob a égide da liberdade de imprensa.

O pesquisador descreve a liberdade de imprensa como um “direito natural do homem”. E ressalta os questionamentos surgidos à época em que limites poderiam ser impostos, mas sem subverter essa liberdade. O projeto das Bases da Constituição chegou a propor que a liberdade de comunicação não deveria ser permitida se “tendesse a perturbar a ordem pública estabelecida pelas Leis do Estado”.

O sistema constitucional assumia, assim, a dimensão de Dogma político, identificado com o conceito abstrato de Estado, como organização suprema da sociedade. A lei acaba, pois, por consagrar a proibição do ataque à ‘forma do governo representativo adotada pela Nação’ (idem, p. 326).

Para Tengarrinha, a esquerda se esforçava para diferenciar os termos “forma de governo” de “governo”. Afinal de contas, uma coisa seria combater o sistema constitucional, outra coisa seria combater as operações do governo. Porém, ainda para o autor, esse equívoco

seria mantido e alimentado pela facção moderada e com ele se “cobririam os maiores atropelos à própria liberdade”.

Por fim, foi em 12 de julho de 1821, foi promulgado um decreto que estabelecia a abolição da censura prévia e a regulamentação do exercício da liberdade de imprensa. No Artigo 1º do decreto havia a afirmação de que toda pessoa poderia, a partir da publicação daquela lei em diante, imprimir, publicar, comprar e vender nos estados portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura.

Porém, a aplicabilidade da lei enfrentava dificuldade por conta dos juízes de direito e suas formações conservadoras. Soma-se a isso o crescimento dos movimentos antiliberais, fazendo com que o tribunal não desempenhasse como deveria o papel a que a Constituição de 1822 visava: o de vigilante da Liberdade de Imprensa.

Com o alargamento do campo da política, a informação e a comunicação pública receberam um papel central. Esses novos desenvolvimentos, na opinião de Tengarrinha foram os primeiros passos em direção à formação do espaço público de Portugal.

Com efeito, é a instauração do regime liberal que colocará em termos novos a formação do espaço público em Portugal. E estabelecia as condições institucionais para a afirmação da esfera pública política, entendida por Habermas quando o debate sem coerção, em reuniões livres, podendo exprimir e publicitar livremente as opiniões, incide sobre assuntos de interesse geral ligados à prática dos Estados (idem, p. 372).

O ano de 1826 é considerado o início do segundo período liberal, a partir da outorga da carta constitucional por D. Pedro no Brasil. Nessa fase, o aparelho censório não se dirigia tanto aos livros, haja vista que era um público restrito, mas sim aos escritos de pequeno volume sobre política, justamente pelo efeito rápido que produziam e que eram utilizados nos debates dos parlamentares.

Foi uma fase em que as perseguições a jornais e as prisões daqueles que se contrapunham aos ideais do governo ficavam evidentes, o que intimidava a produção jornalística. “Estes recuavam, em geral, para posições muito prudentes, na defesa estrita da Carta, só criticando o governo raramente e em termos muito suaves” (idem, p. 407).

A monarquia constitucional manteve a censura prévia e, em 1827, a imprensa liberal seria castigada com maior dureza. A imposição de selos sobre cada jornal expedido pelos

correios, realizada pelos próprios governos liberais, dificultava a atividade jornalística, ao passo que os selos implicavam a submissão dos materiais para os censores.

Em seguida, foi instituída a nomeação de 12 censores em uma comissão com novas normas de funcionamento. Os participantes deveriam ser designados para examinarem todas as obras, especialmente periódicos e folhas volantes. “A falta de censores e os atrasos daí resultantes para os jornais seriam uma constante durante esse período” (idem, p. 409).

Em 1827, os liberais atacaram a Junta Apostólica, que conspirava a favor do absolutismo. Assim, a questão religiosa passou a ser uma das motivações centrais dessa luta política e ideológica pela liberdade de imprensa.

Durante o regime miguelista (1828-1834), particularmente seis dias depois da aclamação de D. Miguel como rei absoluto, teve início a sua campanha na imprensa. Foram criados diversos jornais e folhetos, pastorais, sermões contrarrevolucionários, cujo alcance se estendia às províncias.

De 1834 a 1842 veio à tona a dificuldade da implantação da liberdade de imprensa. A derroga de D. Miguel pela convenção de Évora Monte, em maio de 1834, reinstaurava a monarquia constitucional, que vigoraria até a Revolução Republicana de 1910.

Desse modo, com o estabelecimento do regime liberal, a ausência da liberdade de imprensa ficava explícita nos protestos, e, mesmo com a entrada em vigor da Carta Constitucional, o artigo que bania a censura prévia permanecia intacto.

Ao final de 1834, a censura teve fim, e o ano de 1835 foi alvo de um grande surto jornalístico, com a “fundação de 55 periódicos, tendo ainda subido para 68 em 1836”. Pela imprensa, o “debate político atinge uma dimensão nunca até aí verificada em Portugal. Num sistema político baseado no voto dos cidadãos, a mobilização da opinião pública e a captação eleitoral eram fundamentais” (idem, p. 480).

2.2.3. Brasil e Portugal: Estado Novo e ditadura

Em 1926, um golpe militar colocou fim à I República portuguesa e instaurou uma ditadura. Para a professora da Universidade do Porto, Helena de Lima, o governo militar “evoluiu para uma ditadura do tipo corporativo”. António de Oliveira Salazar se projetou como a figura central do regime (LIMA, 2017, p. 265).

Para a pesquisadora, foi a partir da década de 1930, com o lançamento das bases do Estado Novo e da Constituição de 1933, que Salazar se estabeleceu como chefe de Estado e

passou a silenciar os que não concordavam com a sua atuação. As medidas legislativas se aliaram a um sistema repressor que permitiu a continuidade desse regime de ditadura que era “controlado pelas polícias, pela estrutura corporativa” e por uma “máquina de censura e propaganda” que foram amplamente utilizados para a veiculação de um discurso único (idem).

A ditadura nacional (1926 - 1933) em conjunto com o Estado Novo de António Salazar e Marcello Caetano (1933 - 1974) formaram o mais longo regime autoritário da Europa Ocidental durante o século XX. Ao mesmo tempo, entre 1961 e 1974, a Guerra Colonial Portuguesa, ou Guerra de Libertação, tomou conta do cenário português. Foi nos anos 1960 e 1970 que houve diversos confrontos entre as Forças Armadas portuguesas e os movimentos pela libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Salazar buscava uma opinião pública favorável por meio dos jornais e em 11 de abril de 1933 se reorganizou a censura prévia. A Constituição de 1933 considerava a opinião pública um elemento fundamental da política da administração do país. Ou seja, era a tentativa de construir um bloco que serviria aos interesses dos governantes para forjar o “espírito nacional” (TENGARRINHA, 2006).

A história brasileira, embora tenha as suas particularidades, foi marcada por alguns paralelismos. Getúlio Vargas, em 1930 foi chefe do “Governo Provisório”, quando a Revolução de 1930 destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. Em seguida, de 1934 a 1937, foi presidente da República do “Governo Constitucional” e, de 1937 a 1945, implantou o Estado Novo com um golpe que o transformou em ditador.

O fim do Estado Novo, em 1945, após os militares forçarem Vargas a renunciar à presidência, trouxe o período que ficou conhecido como a Quarta República, ou República Populista, que perdurou de 1946 a 1964, quando outro golpe militar acometeu o país.

Em 1964, o presidente João Goulart foi destituído. Uma rebelião do comandante da 4ª Região Militar, Olympio de Mourão, em Juiz de Fora, seguiu com as tropas até o Rio de Janeiro, então capital federal. A insurreição representava forças civis e militares que viam em João Goulart uma ameaça comunista. O golpe de Estado, apoiado pelos Estados Unidos, se consumou em 2 de abril de 1964, quando o senador da República, Auro de Moura, declarou vaga a presidência da República. Uma junta militar assumiu o poder e, no dia 9 de abril, foi decretado o Ato Institucional número 1, AI-1, cujos 11 artigos modificavam o poder legislativo brasileiro (NAPOLITANO, 2016, p. 46).

No governo de Costa e Silva (1967 - 1969) vieram as medidas de endurecimento do regime. Em resposta à Passeata dos 100 mil, no Rio De Janeiro, Costa e Silva promulgou o Ato

Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, para cassar políticos e professores e reforçar a máquina da repressão política (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A ditadura no Brasil durou de 1964 até 1985, foram 21 anos de militares no poder e da ausência de eleições diretas, somados aos 15 anos de ditadura varguista, 36 anos foram subtraídos da democracia do país. Em Portugal, a ditadura nacional perdurou de 1926 a 1933 e o Estado Novo foi de 1933 até 1974, somando 48 anos de estado de exceção. Todo esse cerceamento, que implicou severa restrição a direitos fundamentais, teve grave impacto sobre a imprensa. Não poderia ter sido diferente.

2.3. A formação dos sistemas de mídia do jornalismo e os paralelos políticos

Siebert, Peterson e Schramm, em **Four theories of the press** (1984), identificam as correntes de base para formações constituição da imprensa em alguns países da Europa. Eles relatam a existência de quatro teorias dentro da história da comunicação, são elas: Teoria Autoritária, Teoria Soviética Comunista, Teoria Libertária e Teoria da Responsabilidade Social.

Para os autores, a mais antiga dessas teorias é a Autoritária, tendo iniciado no fim da Renascença, logo após a invenção da prensa. Nessa época a verdade não era vista como um produto para a grande massa, mas para alguns poucos homens sábios que estavam em uma posição de guiar e direcionar os demais. A imprensa, nesse momento, funcionava de cima para baixo.

No período a imprensa, ou o ato de publicar, era visto como um acordo entre o poder vigente e o publicador, em que o primeiro concedeu um direito ao monopólio e o segundo deu apoio. A imprensa estava, então, a serviço do Estado.

A Teoria Libertária inverte as posições do homem e do Estado como visto na teoria anterior. O homem não é mais visto como dependente, sendo guiado e direcionado, mas sim como um ser racional capaz de discernir verdade e falsidade, entre as melhores e piores alternativas quando se encontra diante de conflitos e escolhas.

Nesse momento, a imprensa não é mais um instrumento do governo, mas sim um dispositivo responsável pela apresentação de evidências e argumentos baseados no que as pessoas podem verificar e na construção da autonomia para decidirem assuntos relacionados à política. Então, torna-se imperativo que a imprensa seja livre do controle e da influência do governo.

Siebert, Peterson e Schramm explicam as outras duas teorias da seguinte forma: a Soviética Comunista é a evolução da Teoria Autoritária e a Teoria da Responsabilidade Social é a evolução da Teoria Libertária.

A teoria da Responsabilidade Social incentivou nos seus construtores, membros da *Hutchins Commission*, a realização das condições e demandas do século XX, em que a mídia de massa pôde ser vista como uma nova e diferente forma de responsabilidade com a sociedade. Essa transformação veio com o que os autores chamaram de Revolução da Comunicação.

A *Hutchins Commission* foi formada durante a Segunda Guerra Mundial com o nome oficial de *Commission on Freedom of the Press*. Formada por Henry Luce, editor das revistas *Time* e *Life*, e Robert Hutchins, presidente da Universidade de Chicago, os fundadores tinham como objetivo recrutar uma comissão para investigar o fundamento adequado da mídia em uma democracia moderna e acabou se transformando na resposta às críticas do público e do governo sobre a propriedade da mídia.

Assim, a teoria da Responsabilidade Social nasceu com o objetivo de propor que a mídia seria responsável por fornecer informações aos cidadãos sobre o que era necessário para que pudessem governar a si mesmos.

Já a quarta teoria, Soviética Comunista, foi fundamentada no determinismo marxista e na “dura necessidade política de manter a ascensão do partido que representa menos de dez por cento da população”. Assim, “a imprensa soviética operava como uma ferramenta de poder dominante tão claramente quanto o autoritarismo mais antigo” (SIEBERT; PETERSON; SCHRAMM, 1984, p. 5).

Estas são as quatro teorias que determinaram amplamente que tipo de imprensa o mundo ocidental teve: A Teoria Autoritária, fundamentada em séculos de pensamento político autoritário, de Platão a Maquiavel; o Libertário, fundamentado em Milton, Locke, Mill e o Iluminismo; a Social Responsabilidade, fundamentada em uma revolução da comunicação e em certas dúvidas comportamentais sobre a filosofia iluminista; e a Soviética Comunista, fundamentada em Marx, Lênin, Stalin e a ditadura do partido comunista na União Soviética (idem, p. 6, com tradução nossa).

De outra parte, o livro **Sistemas de media**: estudo comparativo – três modelos de comunicação e política, de Hallin e Mancini, retoma o debate de Siebert, Peterson e Schramm acerca das diferenças entre os modelos de comunicação e política existentes em alguns países. Hallin e Mancini traçam modelos modernos de identificação das correntes da imprensa.

Ao pesquisarem as relações entre sistemas de *mídia* e sistemas políticos, os autores deram ênfase à análise dos “*media* noticiosos” e do jornalismo, deixando em segundo plano as questões relacionadas à política e à legislação da mídia (HALLIN; MANCINI, 2010).

Como método de pesquisa, Hallin e Mancini escolheram a análise comparativa. Para eles, a maior parte da literatura sobre o tema focaliza as experiências de um país e tenta aplicar determinado modelo local para uma escala universal. Trata-se de um problema, na opinião deles, pois essa abordagem desconsidera os aspectos políticos, econômicos e históricos desses países.

Para evitar o mesmo erro, eles propõem a substituição das quatro teorias de Siebert, Peterson e Schramm por um novo conjunto de modelos que seriam: o Modelo Liberal, que abarca a Inglaterra, Irlanda e a América do Norte; o Modelo Corporativista Democrático, que prevalece transversalmente no norte do continente europeu; e o Modelo Pluralista Polarizado, que predomina em países do Mediterrâneo e no Sul da Europa.

O Modelo Liberal é caracterizado por um domínio relativo dos mecanismos do mercado e dos *media* comerciais; o Modelo Corporativista Democrático, por uma coexistência histórica de *media* comerciais e *media* vinculados a grupos sociais e políticos organizados, e por um papel relativamente ativo mas legalmente limitado do Estado; e o modelo Pluralista Polarizado, pela integração dos *media* em partidos políticos, por um desenvolvimento histórico mais fraco dos *media* comerciais e por um forte papel do Estado (idem, p. 25).

Na visão deles, o Modelo Mediterrâneo, ou Pluralista Polarizado, é caracterizado por uma imprensa orientada para uma elite, porém, com a comunicação pequena e centrada em mídias eletrônicas. Nesse modelo, a liberdade de imprensa e o desenvolvimento de indústrias da mídia comerciais foram tardios e os jornais acabaram sendo marginais em termos econômicos, necessitando de subsídios.

Como a história sugere, os *media* nos países mediterrâneos são, em termos relativos, muito politizados, e o paralelismo político é relativamente elevado. O estilo de jornalismo propõe dar um enfoque substancial ao comentário. Os jornais tendem a representar distintas tendências políticas, e isto se reflete nas atitudes políticas divergentes dos seus leitores. Por vezes os jornais desempenham um papel militante, mobilizando aqueles leitores para apoiarem causas políticas. A rádio e a TV públicas tendem a ser partidariamente politizadas. *Tanto os jornalistas como os proprietários de media têm frequentes ligações ou alianças políticas*, e continua a ser bastante comum que os jornalistas se tornem políticos e vice-versa (idem, p. 110, com grifo nosso).

O Modelo do Centro e Norte da Europa ou Corporativista Democrático caracteriza-se pelo desenvolvimento precoce da liberdade de imprensa e da indústria dos jornais, bem como sua elevada circulação. Além disso, para os autores, esse modelo se destaca por uma história de jornais fortemente partidarizados, em que a imprensa política coexiste com a imprensa comercial durante grande parte do século XX.

O Modelo Norte-Atlântico ou Liberal, se assemelha ao Corporativista Democrático. Para os autores, esse modelo se caracteriza pelos países terem desenvolvido cedo tanto a liberdade de imprensa quanto a imprensa de circulação massiva.

Hallin e Mancini propõem uma saída para a dicotomia da questão financeira ou comercial *versus* a prática da imprensa, sugerindo que não é somente a questão economicista que dita a prática jornalística dos países. Outras variáveis são consideradas pelos autores, como: o grau de liberdade de imprensa, a profissionalização do jornalismo na região, o paralelismo político, o pluralismo interno ou externo, entre outros.

Os autores restringiram sua análise a 18 países que possuem, de certa forma, padrões socioeconômicos relativamente próximos, bem como alguns aspectos culturais e políticos.

Quatro pilares dão suporte à análise comparativa: desenvolvimento dos mercados midiáticos, paralelismo político, desenvolvimento do profissionalismo jornalístico e o grau de natureza da intervenção do Estado no sistema midiático.

Tabela 1 – Formação da mídia jornalística e o contexto político

Desenvolvimento dos mercados midiáticos	Paralelismo político
Taxa de circulação de jornais	A extensão da orientação política dentro do conteúdo midiático
Relacionamento entre jornais e leitores (elite x massa orientada)	Conexão organizacional entre os meios de comunicação e organizações políticas
Diferença de gênero no alcance do jornal	A tendência de pessoas midiáticas para participar da vida política
Importância dos jornais e da televisão como fonte de notícias	Partidarismo da audiência das mídias. Por exemplo: jornalistas defensores de uma ideia de

	que não se pode ser neutro; reportagens orientadas misturando comentários, informação e opinião
A relação entre jornais locais, regionais e nacionais	Pluralismo interno (abrange diferentes opiniões e perspectivas dentro de um média) ou pluralismo externo (abrange diferentes opiniões e perspectivas dentro de um ramo midiático)
O grau de uma separação clara entre imprensa sensacionalista e imprensa de qualidade	A regulação do serviço público de radiodifusão. Por exemplo: Controlada pelo governo, isolada do controle político direto, de representações políticas ou grupos socialmente relevantes
Segmentação regional ou linguística dos mercados midiáticos	
Influência dos países vizinhos no sistema de mídia nacional	
Desenvolvimento do profissionalismo jornalístico	Grau e natureza do Estado no sistema midiático
Grau de autonomia	Censura ou outros tipos de pressão política
Desenvolvimento de normas e regras distintas. Por exemplo: rotinas práticas ou princípios éticos	Dotação de meios de comunicação com subvenção econômica
Orientação para o serviço público dos jornalistas (orientação no sentido de uma ética de serviço público mais do que para interesses privados)	Prestação de regulamentos para os meios de comunicação (leis, licenças etc.)
	O Estado como fonte de informação e "definidor primário" de notícias

Fonte: Hallin; Mancini, 2010

Como observamos, existem ligações importantes entre os padrões de desenvolvimento dos sistemas de *media* baseados nestas dimensões, e determinadas características-chave do sistema político: o papel do Estado na sociedade; o caráter de maiorismo ou de consenso do sistema político; o padrão das organizações de grupos de interesses, incluindo a distinção entre sistemas liberais mais fragmentados e os mais corporativistas; a distinção entre pluralismo moderado e pluralismo polarizado; e o desenvolvimento da autoridade racional-legal em contraste com formas de clientelismo da organização (idem, p. 303).

É possível observar que no caso específico do Brasil elementos dos três modelos são encontrados nas práticas da imprensa. Dessa forma pode-se sugerir que haja a coligação dessas variáveis, mesmo que sejam pertencentes a diferentes modelos.

Embora fosse preciso tecer uma análise mais aprofundada dessas características no Brasil para encontrar as variáveis que melhor se encaixam na realidade do país, é possível arriscar algumas particularidades com base na observação.

O modelo Pluralista Polarizado caracteriza-se por um grau elevado de politização em que há o consumo desigual da informação pública, porém, com uma divisão amplamente acentuada em que parte da população é ativa, no que concerne a discussões políticas, e consome grande quantidade de comentários políticos na imprensa. A outra parte permanece inativa nesse sentido.

No Brasil, pode-se dizer que existe uma similaridade na divisão dos núcleos que consomem informação e comentários políticos e dos que não são ativos nesse sistema. Cabe afirmar ainda que, no país, também há um desequilíbrio entre esses dois núcleos.

O modelo Corporativista Democrático imputa força ao papel dos grupos sociais e no compromisso com o “bem comum”. Há um fluxo livre de informação e o Estado é visto como um ente imbuído da obrigação positiva de promover esse fluxo. Os meios de mídia são vistos como veículos de expressão plural dos grupos sociais, e a informação política é valorizada e produzida para ser disseminada entre a massa.

Tabela 2 – Modelos de comunicação e política

Variáveis	Pluralista Polarizado	Democrático	Liberal
Localização	Mediterrâneo	Centro e Norte da Europa	Norte-Atlântico
Orientação	Elite	Plural	Plural
Paralelismo Político	Elevado e com forte enfoque na vida política	Elevado com persistência de um grau moderado de pluralismo externo	Baixo. Pluralismo interno predomina, com exceção da imprensa britânica
Jornalismo	Comentários e apoio às causas públicas	Comentário, jornalismo orientado para a informação e apoio às causas públicas	Orientado para a informação, na Inglaterra, orientado para o comentário
Estado	Desempenha amplo papel como proprietário, regulador e financiador, porém, transiciona para o modelo comercial	Fortemente presente regulando os <i>media</i>	Papel limitado
Profissionalização	Não desenvolvida	Alto grau de organização formal	Forte
Financiamento	Escasso	Não escasso	Autonomia limitada mais por pressões comerciais do que por instrumentalização política

Liberdade de imprensa	Tardia	Precoce, coexistindo com forte intervenção do Estado	Precoce, mas a circulação dos jornais é inferior à das sociedades corporativistas
------------------------------	--------	--	---

Fonte: Hallin; Mancini, 2010

Por sua vez, o pesquisador brasileiro Afonso de Albuquerque retoma o conceito trabalhado por Hallin e Mancini sobre a variável “paralelismo político”. Segundo o autor, esse quesito “descreve a relação entre os meios de comunicação e as forças políticas” que atuam em determinados lugares (ALBUQUERQUE, 2012, p. 10).

Desse modo, especificamente sobre o paralelismo político, Albuquerque afirma que ele é relativamente alto no modelo do Pluralismo Polarizado, que se caracterizaria por um estilo de jornalismo que dá grande importância para o comentário.

Os jornais representam tendências políticas distintas, que são acompanhadas também pelos seus leitores, e eventualmente desempenham um papel de ativista em defesa de determinadas causas; as fronteiras entre jornalistas e políticos são bastante permeáveis (idem, p. 11).

Já no modelo Liberal, há um nível baixo de paralelismo político, e o jornalismo enfatiza a informação em detrimento do comentário, dando ênfase a um posicionamento plural e neutro.

O modelo Corporativista Democrático é, de acordo com Albuquerque, uma situação intermediária entre os outros dois extremos. Essa tendência histórica se chama “relativa despolitização dos meios de comunicação”.

Nele, o princípio da separação entre comentário e reportagem – associado ao modelo de jornalismo “independente” – convive com um certo grau de alinhamento político por parte dos jornais. O alinhamento político dos jornais se exerce, pois, discretamente, através de ênfases e ângulos na reportagem noticiosa, antes que de comentários explícitos (idem, p. 11).

O pesquisador compreende que a política centrada em partidos cumpre nas ciências políticas um papel que se compara ao que é desempenhado pelo conceito de objetividade jornalística nos estudos da comunicação. Sua crítica enfatiza que a objetividade foi, muitas

vezes, tomada como valor supremo capaz de definir um parâmetro ideal de qualidade jornalística, da mesma forma que a existência de um sistema partidário sólido seria o parâmetro da existência da democracia.

Porém, na visão do autor, ambos os conceitos são etnocêntricos, pois o “*ethos* da objetividade jornalística está relacionado a um conjunto de circunstâncias que se apresentaram nos Estados Unidos a partir da década de 1920”. Além disso, ver os partidos como “as instituições centrais da vida política faz mais sentido quando aplicado aos modelos parlamentaristas dos países da Europa Ocidental que a países presidencialistas” (SCHUDSON, 2001 apud ALBUQUERQUE, 2012, p. 20).

Por conta desse processo, Albuquerque caracteriza que no jornalismo independente (ou “objetivo”) a atuação das organizações jornalísticas “se sustenta em torno de um sólido acordo sobre as regras do jogo político” e do papel que cabe ao governo desempenhar.

Nesse contexto, os jornalistas se constituem como um tipo paradoxal de instituição política, *cuja autoridade depende da sua capacidade de se apresentarem como agentes neutros*, comprometidos com o relato objetivo dos acontecimentos, antes que com o apoio a agendas políticas particulares (ALBUQUERQUE, 2012, p. 20, com grifo nosso).

Portanto, o paralelismo político designa uma relação que faz com que o sistema midiático reproduza as características do sistema político. Essa homologia, como cita Albuquerque, pode se manifestar de duas maneiras principais: a primeira diz respeito aos veículos midiáticos se alinharem a posições políticas particulares, e a segunda, por meio de um sistema no qual meios de comunicação públicos são distribuídos entre os diferentes partidos políticos.

No caso brasileiro, há de se levar em consideração o fato de os veículos midiáticos, usualmente de rádio e televisão, pertencerem a empresários que possuem as concessões de utilização e que muitas vezes mantêm uma carreira política.

Albuquerque compreende que a ausência das duas condições citadas pode fazer emergir outros tipos de conexões entre a mídia e a política: “Sistemas políticos competitivos que apresentam uma reduzida estabilidade institucional, sistemas políticos não competitivos que apresentam uma considerável estabilidade institucional e sistemas políticos não competitivos com baixa estabilidade institucional” (idem, p. 21).

É interessante observar que há proximidade entre o primeiro tipo de situação – a dos “sistemas políticos não competitivos que apresentam uma considerável estabilidade institucional” – com o modelo Pluralista Polarizado. Assim, há um sentimento de indefinição ou mal-estar generalizados quanto ao modo de funcionamento das instituições políticas, o papel que cabe aos meios de comunicação sobre o seu desempenho na ordem política e na relação entre eles.

Na opinião do autor, existem certas similaridades entre esse modelo e o Brasil, devido ao fato de que, mesmo com instituições políticas mais estáveis do que eram na década de 1990, existe “certa desconfiança em relação ao modo de atuação das principais instituições políticas brasileiras” (idem, p. 22).

Neste contexto, as principais organizações midiáticas se veem instadas a assumir um papel político ativo, reivindicando para si o papel de árbitro das disputas entre os agentes políticos, em nome do público – um Poder Moderador de fato (Albuquerque, 2005). Ao mesmo tempo, elas reagem agressivamente a quaisquer propostas ou esforços de regulamentação, que limitem a latitude de sua atuação, caracterizando-as como tentativas de limitar a liberdade da imprensa e, portanto, como uma ameaça à democracia (idem, p. 22).

Em uma terceira situação o autor fala sobre sistemas políticos não competitivos e que se caracterizariam por uma estabilidade institucional pequena em relação aos meios de comunicação e às instituições políticas. Nesse ponto, o autor dá o exemplo do governo militar brasileiro (1964-1985), em que as autoridades teriam se esforçado para negar o caráter autoritário do regime.

A manutenção da abertura do Congresso Nacional e a tolerância quanto à existência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao governo, garantiam a aparência de que os processos não eram autoritários. Por outro lado, quando se fala sobre a imprensa, o regime militar “exerceu o seu controle de modo difuso”, combinando procedimentos como a censura prévia com pressões econômicas e recomendações direcionadas aos jornalistas. Desse modo, um clima de tensão e medo era alimentado entre os jornalistas e dirigentes das organizações jornalísticas, estimulando a autocensura (DASSIN, 1984; DUARTE, 1983 apud ALBUQUERQUE, 2012, p. 23).

Segundo Albuquerque, o paralelismo político é uma ferramenta útil de análise comparada em comunicação política, porém é necessário promover um redimensionamento de

sua importância. Em sua visão a conexão entre meios de comunicação e instituições políticas somente fazem sentido em um contexto particular de sistemas políticos competitivos, em que essa relação ocorra em um ambiente estável.

Diante das particularidades do contexto brasileiro, as linhas partidárias podem ter ficado pouco claras em sistemas políticos não competitivos e isso se deve a herança do regime autoritário. Além disso, a mídia pode trabalhar como agente político, se houver baixa estabilidade institucional e apresentar um papel moderador em que as linhas partidárias são obscuras, a mídia é politicamente ativa.

Em outro artigo, Albuquerque se dedica a compreender qual modelo melhor se aplicaria à realidade brasileira.

O sistema midiático brasileiro não pode ser explicado como um exemplo de algum destes modelos em particular ou como uma combinação das características de dois ou de todos eles; ele possui características próprias, irreduzíveis aos modelos apresentados em *Comparing Media Systems* (idem, 2008, p. 8-9).

Albuquerque conta que, em 2002, Hallin e Papathanassopoulos sugeriram que os sistemas midiáticos de três países da América Latina (Brasil, México e Colômbia) apresentavam muitos traços comuns com os quatro países da Europa Meridional (Itália, Grécia, Portugal e Espanha), que se enquadram no chamado modelo Pluralista Polarizado da Europa Ocidental. Para o autor, existem algumas características que devem ser levadas em consideração:

1) baixos níveis de circulação de jornais; 2) uma tradição de reportagem em defesa de causas (*advocacy reporting*); 3) a instrumentalização da mídia privada; 4) a politização da radiodifusão (*broadcasting*) pública e a regulamentação da radiodifusão; 5) o desenvolvimento limitado do jornalismo como uma profissão.

O texto enfoca, em particular, na influência do clientelismo como fator explicador das características dos sistemas midiáticos dos sete países. De fato, nos países latino-americanos os traços clientelísticos assumiriam formas *ainda mais extremas* do que nos países da Europa Meridional. (HALLIN; PAPANATHANASSOPOULOS, 2002, apud ALBUQUERQUE, 2008, p. 4).

Albuquerque acredita que é por meio do paralelismo político que a resposta ao modelo brasileiro pudesse surgir, porém, ele critica Hallin e Mancini por terem tratado o conceito

desconsiderando uma de duas variáveis. Quanto às características do sistema midiático (que reproduz os feitos do meio político), elas foram debatidas, mas é importante considerar também as características do sistema político (que devem ser claras o suficiente para que o sistema midiático possa reproduzi-las).

O sistema de governo que está em vigor no país é um elemento fundamental desse processo. “A separação de poderes que caracteriza os países de sistema presidencialista tem consequências importantes” tanto no “modo como o governo é exercido, quanto no papel que os partidos políticos desempenham nele” (ALBUQUERQUE, 2008: p. 10).

O personalismo, visto como um vício característico da vida política dos países latino-americanos, estimulado pelo sistema presidencialista, a separação dos poderes e suas relações com a forma pela qual os meios de comunicação lidam com o governo são outros pontos levantados.

No Brasil, ao fim do regime militar, os meios de comunicação também passaram a cobrar para si um papel como mediadores da relação que os três poderes estabelecem entre si, mas o fizeram de modo muito mais ativo do que seus congêneres americanos. Mais do que simplesmente servir como canal de comunicação entre os poderes (e destes com os cidadãos), eles reivindicaram o papel de *árbitros* dos conflitos que se estabelecem entre as instituições políticas e de *intérpretes* privilegiados do interesse nacional (idem, p. 11).

Então, como o autor explica, os traços do sistema político brasileiro não podem se enquadrar, em definitivo, em nenhum dos conceitos propostos por Hallin e Mancini e nem na intersecção dos modelos. Albuquerque propõe um modelo comparativo capaz de relacionar o sistema midiático brasileiro aos três modelos propostos pelos autores.

O modelo proposto pelo pesquisador articula duas variáveis (sistema midiático e sistema político) cujas combinações resultam em quatro situações típicas: sistema partidário fortemente estruturado e mídia politicamente ativa; sistema partidário fortemente estruturado e mídia politicamente passiva; sistema partidário fracamente estruturado e mídia politicamente passiva e sistema partidário fracamente estruturado e mídia politicamente ativa.

Tabela 3 – Comparativo entre modelos

Modelo de Hallin e Mancini	Modelo de Albuquerque
Pluralista Polarizado	S.P. forte; Mídia Ativa
Corporativista Democrático	S.P. forte; Mídia Passiva
Modelo Liberal	S.P. fraco; Mídia Passiva
Não há	S.P. fraco; Mídia Ativa

Fonte: Albuquerque, 2008

A quarta variável, Sistema Político Fracamente Estruturado; Mídia Ativa, não possui paralelo na teoria de Hallin e Mancini. Para Albuquerque (idem, p. 14), o fato de o Brasil ter se construído em torno de um formato peculiar de “quarto poder”, cujo modelo primordial foi o ‘Poder Moderador’ do período imperial” permite que se possa entender o caráter ativo da mídia brasileira, haja vista que, desde o regime militar, os meios de comunicação têm chamado para si “a responsabilidade de desempenhar este papel”.

Por outro lado, o sistema partidário é pouco estruturado e uma das características é a desconfiança por meio da sociedade quanto ao bom funcionamento das instituições políticas.

Dado que os partidos são pouco enraizados na sociedade, outros agentes tendem a reivindicar esse papel. Uma solução clássica aponta para o fortalecimento do poder executivo, seja por uma via carismática – a aposta na personalidade extraordinária do líder como solução para superar os impasses das instituições políticas – ou institucional – através da criação de mecanismos que, em nome da governabilidade, permitam a ele atuar com a maior autonomia possível em relação aos demais poderes (idem, p. 14).

O autor conclui afirmando que, nessa variável, os meios de comunicação reivindicam um papel político ativo, mas que não se confundem com as posições expressas pelos partidos; ao contrário, os meios querem um lugar que ele chama de transcendental, de representante do interesse nacional como um todo, sendo o maior árbitro das disputas entre as instituições e os agentes políticos.

No caso brasileiro, a informação política, por exemplo, é restrita a algumas pessoas que possuem maior preparo intelectual para compreenderem os múltiplos cenários retratados. Isso porque a linguagem não é inclusiva e grande parte da população prefere consumir informações de cotidiano, justamente para sentirem-se inseridas no agendamento das notícias.

O modelo Liberal se assemelha em alguns pontos à mídia brasileira, visto que há “uma concepção mais individualista de representação, em que o papel dos grupos sociais organizados é menos realçado que nos outros dois sistemas” (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 305).

Nesse modelo, o papel do Estado é visto em termos negativos e compreende-se que o seu envolvimento deva ser limitado para que o fluxo livre de informações ocorra. Ao mesmo tempo, há o enfoque na vida privada em detrimento da vida pública, fazendo com que o papel dos *media* seja menos visto em termos de representação dos grupos sociais e da diversidade ideológica, transformando a imprensa em mantenedora e protetora do governo.

Esse modelo Liberal, de Hallin e Mancini, também se encaixa em alguns pontos na realidade brasileira. Levando em conta a forte influência do modelo midiático norte-americano, que se enquadra em uma lógica liberal, o país possui elementos formadores que se assemelham à realidade dos Estados Unidos.

É interessante observar esses pontos, já que no âmbito cultural e político a história de ambos os países, Brasil e Estados Unidos, seja amplamente diferente. Porém, a permanência no mesmo Continente facilitou o *national branding* norte-americano para os países da América Latina e sua cultura acabou sendo propagada por meio de ferramentas cinematográficas e outras produções.

Ao mesmo tempo, o modelo jornalístico ainda segue a escola norte-americana. Desde os *leads*, presentes no início das reportagens e cuja criação se deve à Guerra de Secessão nos Estados Unidos, até os formatos de *talk shows* e jornais televisivos.

Porém, a leitura de Albuquerque e a consagração de uma quarta categoria que considera o sistema político e midiático brasileiro tornam coerente o seu enquadramento em um modelo específico em que as características culturais do país são consideradas, as práxis políticas e midiáticas também.

3 A revolução jornalística paulista

Como o objeto de estudo da presente tese é o conjunto de editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* na gestão do prefeito Fernando Haddad, após traçar o paralelismo político entre a formação da imprensa portuguesa e brasileira, é necessário afunilar a pesquisa e debater o surgimento da imprensa paulista.

Nesse caso, o objetivo não é somente o de compreender os aspectos culturais e políticos formadores da imprensa como um todo, mas também como os elementos da história paulista coordenaram o nascimento da imprensa local.

Em seguida, situa-se o leitor a conhecer a importância histórica do jornal *O Estado de S. Paulo*, sua formação e o papel de Júlio Mesquita na constituição do veículo.

3.1. A formação da imprensa paulista

A imprensa em São Paulo surge em 1823 com o jornal *O Paulista*, que tinha como objetivo defender a monarquia constitucional, 15 anos após o lançamento de *O Correio Braziliense*. O início de *O Paulista* foi elaborado como um jornal manuscrito. O primeiro jornal paulista impresso surgiu apenas quatro anos mais tarde, em 1827, com tiragem de 25 exemplares por hora. “Esta não é uma história do Brasil contada pela imprensa; trata-se, antes, de uma história do papel da imprensa nos rumos do país” (PILAGALLO, 2012, p. 38).

Embora o jornalismo em São Paulo ainda tenha tido pouca atuação durante a monarquia, especialmente se comparado com a imprensa carioca, houve a participação de personalidades relevantes na defesa de ideais e luta política.

Ariel Goldstein afirma que no Rio de Janeiro, no século XIX, o jornalismo que se desenvolveu era “ideológico, militante e panfletário”. O autor exemplifica essa característica citando Goulart, que fala que era mais importante para os jornais se posicionar do que informar, de fato. Isso fez com que a imprensa brasileira fosse um dos principais instrumentos da luta política e, portanto, de “opinião” (GOULART apud GOLDSTEIN, 2017).

Os jornais brasileiros nunca puderam assumir o papel de *watchdogs* que lhes estava reservado no ideário norte-americano. Nunca conseguiram exercer, de fato, uma vigilância sobre a ação do Estado, no sentido clássico do liberalismo, já que nunca mantiveram distância suficiente dos personagens públicos. A imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política (idem, p. 43, com tradução nossa).

Por esses motivos, Goldstein analisa o desenvolvimento da imprensa no Brasil num ambiente cada vez mais marcado por práticas “patrimonialistas”, que auxiliavam na preservação da dominação oligárquica.

Em São Paulo, a fundação do jornal *A Província de São Paulo*, que depois da queda da monarquia e ascensão da República passou a ser *O Estado de S. Paulo*, também norteou o rumo da imprensa paulista.

Para Pilgallo (2012, p. 38), a história de *A Província de São Paulo* e posteriormente de *O Estado de S. Paulo* “se confunde com a dos últimos anos do Segundo Reinado, período marcado pela progressiva difusão das ideias republicanas, para qual o jornal deu decisiva contribuição”.

Tendo sido influenciados pela “ameaça comunista”, muitos jornais paulistas apoiaram o Estado Novo e suas circulações aumentaram significativamente. “Os jornais noticiavam quase tudo, mas não para denunciar abusos ou excessos. É verdade que havia restrição à imprensa, porém naquele momento era supérflua: os jornais foram coniventes com a repressão por convicção anticomunista” (idem, p. 111).

Ao mesmo tempo que o jornal *O Estado de S. Paulo* se posicionou contrariamente à ditadura varguista, sofrendo intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda durante cinco anos, acabou sendo conclamado com a ascensão.

A maior parte da imprensa paulista apoiou o golpe militar e ajudou na sua consolidação. A carta “Roteiro da Revolução”, escrita por Júlio de Mesquita Filho, reuniu suas contribuições sobre como aplicar o golpe e limpar os quadros da justiça.

Nesse quadro geral, insere-se o jornal *O Estado de S. Paulo*, que, na visão do autor, caracteriza-se por posicionamentos conservadores e tradicionais.

Sua existência secular fez com que sua visão do mundo tenha se tornado uma amálgama, uma vez que seu perfil na doutrina liberal convive com a defesa recalcitrante da ordem, da autoridade, da hierarquia social e também da reação à mobilização popular e aos direitos sociais (FONSECA apud GOLDSTEIN, 2017, p. 57).

Pilgallo estudou a cobertura dos jornais entre o fim da era Vargas e o início do governo Kubitscheck e a destacou como uma divisão territorial na imprensa paulista. Ele afirma que os jornais mais tradicionais eram todos alinhados ao udenismo. “Eles tinham em comum o moralismo denunciante, o temor ao comunismo, o antiestatismo, o antipopulismo e a visão favorável ao capital estrangeiro” (idem, 2012, p. 144).

Décadas mais tarde, durante as eleições de 1989, o jornal *O Estado de S. Paulo* se posicionou de forma explícita nessa linha, caracterizando o Partido dos Trabalhadores como

“atrasado e antidemocrático, Lula como ignorante e a militância petista como uma milícia organizada para a violência” (KUCINSKI apud GOLDSTEIN, 2012, p. 61).

Em sua pesquisa, Goldstein avalia que o jornal teria sido o mais parcial naquela campanha, analisando o que, de acordo com alguns editores entrevistados por ele, era positivo, pois a condição declarada de apoiar um candidato ao governo deixaria a cobertura mais transparente.

Além disso, afirma, o fato de o veículo pertencer a uma empresa familiar também influenciava na prática jornalística, já que a figura e a opinião dos proprietários eram fortes na redação.

3.2. O Estado de S. Paulo: “Nossa independência não tem preço”

Aluísio Azevedo e Raul Pompeia possuem um cordão que os une em uma corrente literária consagrada: o realismo. O movimento, que contrariava as ideias do romantismo e abrigou parte da obra de Machado de Assis, expressava a condução para um mundo que vivia os resultados de importantes mudanças sociais e políticas.

A passagem da Idade Moderna para a Contemporânea reúne diversos acontecimentos, como a Revolução Francesa e a ascensão dos movimentos iluministas, a diluição dos feudos e o surgimento dos Estados nacionais, o fortalecimento do capitalismo e as transformações tecnológicas advindas da Revolução Industrial.

O Romantismo (1836 a 1882) foi marcado pela influência do lirismo nas obras literárias, do idealismo, da subjetividade, entre outras características, o sentimentalismo exacerbado.

A oposição aos ideais românticos foi amplamente expressa no Brasil com as postulações realistas ou naturalistas difundidas nas obras dos autores mencionados. O início oficial do Realismo foi em 1881 com o livro **Memórias póstumas de Brás Cubas**, de Machado de Assis.

O cortiço (1890), de Aluísio Azevedo, por exemplo, trouxe importantes reflexões sobre o universo cotidiano, nada romântico, sobre preconceitos raciais, os vícios e as mazelas do povo humilde.

Machado de Assis, na época, era autor de diversas crônicas no *Correio Mercantil*, importante jornal do Rio de Janeiro que se posicionava como abolicionista e que abraçou diversos intelectuais renomados.

Quando Mesquita, por volta de 1890 e com 30 anos de idade, foi à capital brasileira, no Rio de Janeiro, acompanhado de escritores realistas e correspondentes do jornal, como Aluísio

Azevedo e Raul Pompeia, ele pôde conhecer os espaços, antes vistos somente pela literatura, como a famosa rua do Ouvidor, e os burburinhos da cidade grande, que superava São Paulo em número de habitantes (CALDEIRA, 2015).

O interesse pelos pensamentos da escola realista auxiliou Mesquita em uma decisão muito difícil na sua jornada como jornalista: romper com o jornalismo partidário e se ater às verdades dos fatos.

3.2.1. Júlio Mesquita

Advogado, militante e jornalista, Mesquita acreditava no poder derivado da vontade do eleitor, se preocupava com as mazelas sociais, era abolicionista e atuou, em São Paulo, pelo Partido Democrático, que visava ao fim do poder moderador e da monarquia.

Júlio Mesquita ainda estava no terceiro ano do curso de Direito quando se tornou principal redator do jornal *A República*, folha estudantil que era parte das atividades do Clube Republicano Acadêmico.

O Estado de S. Paulo nasceu em 4 de janeiro 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*, tendo sido fundado por um grupo de republicanos que, para lutarem contra a escravidão e a monarquia, entendiam que a independência do jornal do patrocínio partidário fazia a diferença na atuação dos profissionais.

Ainda em 1874, as diretrizes deixavam claro que o veículo não era um órgão do partido nem advogaria por seus interesses. É perceptível o nascimento apartidário do veículo, que buscava o apoio do eleitor soberano, deixando de lado a pregação republicana e visando conquistar leitores de diferentes tendências.

Como não é permitido a um órgão de imprensa contrair o compromisso de se abster completamente das questões políticas, sem que daí resulte a quebra do prestígio que deve adquirir e manter na opinião – guardadas as devidas conveniências de moderação e comedimento –, entrará com toda a independência na análise dos atos da administração pública, qualquer que seja o matiz político da situação, e intervirá da mesma forma quando se ofereça oportunidade na discussão dos assuntos políticos e sociais. (CALDEIRA, 2015, p. 176).

Na *Gazeta de Campinas*, Mesquita atuou como repórter, em 1882, noticiando a morte de Luís Gama, jurista e abolicionista que ajudava a comunidade de negros escravizados e de libertos. A casa de Gama ficava no bairro do Brás, próxima à várzea do Carmo, onde ele recebia

os visitantes que buscavam ajuda. O episódio contou com a participação de aproximadamente 2 mil pessoas, aos olhos do repórter, a maior parte de miseráveis a quem o jurista ajudava.

Antes do ingresso de Júlio Mesquita no corpo editorial do jornal *A Província de São Paulo*, em um tempo em que o jornalismo partidário era a regra, em 1883, uma reforma gráfica deslocou as notícias para a primeira página e deixou os editoriais para a segunda página dos veículos. Esse fato, para Caldeira, seria uma afronta à norma do jornalismo partidário, que utilizava o editorial para explicar a posição política que a publicação apoiava e, por isso, a seção ocupava as páginas mais nobres. Os resultados foram positivos em termos financeiros, mesmo que tenham trazido implicações políticas negativas.

Em 1884, após se casar com Lucila Cerqueira César e passar um pequeno período atuando como advogado criminalista em Campinas, retornou a São Paulo tomando contato com o jornal do partido republicano, cujo acionista era seu sogro, Cerqueira César.

Foi em 6 de janeiro de 1885 que Júlio Mesquita começou a trabalhar no jornal como editorialista, tendo acompanhado, mesmo que sem atuar, a cobertura das eleições para deputados da Assembleia Geral do Império. Nesse trabalho os jornalistas mantiveram a posição de manter a busca de leitores fugindo da pregação de votos úteis e da atuação partidária.

Após o afastamento de Júlio Mesquita por problemas de saúde, o amigo Alberto Salles enveredou para polêmicas doutrinárias, como afirma Caldeira:

Falando em nome da ciência e da República, fazia campanha atrás de campanha, analisou o proletariado, atacou a miscigenação brasileira, os negros, os índios. Depois, enveredou por uma série de editoriais, criticando o baixo nível educacional dos deputados provinciais de São Paulo e os portugueses que não calaram muito bem entre os muitos anunciantes da colônia. Em seguida, passou aos diplomatas e aos políticos e ao *Diário Popular* (CALDEIRA, 2015, p. 187).

Caldeira completa afirmando a importância de “dar notícias, sem atazanar os leitores”, que era o que Alberto Salles fazia com suas polêmicas no *Diário Popular*, mas que fazia crescer o número de assinantes e anunciantes.

Depois da consagração, por Bernardino de Campos, do sacramento da postura abolicionista, houve a convocação de um congresso partidário em 1º de maio de 1887, e Mesquita apresentou e aprovou a proposta de que todos os republicanos libertariam seus escravizados até o dia 14 de julho de 1889, data do centenário da Revolução Francesa.

Porém, como não estava bem de saúde, Mesquita teve que sair de cena e saiu do país, indo à Portugal em busca de melhoras. No final de 1887, enviou ao jornal *A Província de São Paulo* artigos de sua viagem a Portugal. Afastado contexto político brasileiro, não acompanhou a atuação de Martinho Prado Júnior, que fora à Itália representando um grupo de empresários para negociar a vinda de imigrantes ao Brasil.

Ao retornar ao Brasil, Júlio Mesquita retomou rapidamente as atividades no jornal *A Província de São Paulo*. Em sua ausência, a cúpula republicana havia trabalhado para a criação de novas linhas editoriais, e o jornalista, ao assumir a administração do diário, chegou “para mudar o posicionamento político do jornal” (idem, p. 203).

O caráter de justiça atrelado a Mesquita e a sua atuação frente ao jornal era claro. No dia 22 novembro de 1888, um soldado se desentendeu com um policial que fazia a ronda noturna e como represália o chefe da polícia invadiu o quartel para tirar satisfações e solicitou a remoção do soldado.

No dia 24, uma grande manifestação de apoio aos militares percorreu o centro da cidade, acompanhada em silêncio pelos policiais. Quando os manifestantes se dispersaram, a polícia abriu fogo sobre um grupo, matando várias pessoas (idem, p. 204).

Júlio Mesquita, em uma atitude inédita, decidiu doar toda a receita da venda de exemplares avulsos aos familiares das vítimas. A publicação arrecadou 800 mil réis para as famílias, o que foi um marco para o jornal e para a cidade.

Diversas transformações no jornal foram impulsionadas por Mesquita como gerente, entre elas a remodelação da primeira página e a transferência das notas do serviço telegráfico para o alto da coluna. A mais importante delas foi, certamente, a expansão do noticiário. Além dos editoriais serem transferidos para a segunda página, a notícia foi priorizada em detrimento da opinião pré-elaborada do veículo, evidenciando que a busca pela objetividade ganhava cada vez mais espaço.

A afirmação de Michael Schudson sobre a transformação da notícia nos Estados Unidos no século XIX: “o jornal tornou-se um instrumento mais pessoal, ao mesmo tempo em que começou a enfatizar, em vez do editorial, a notícia” (idem, 2010, p. 27), também pode ser aplicada ao Brasil.

Em 1889, foram realizadas eleições para o novo parlamento em que o Partido Republicano Paulista apresentou uma chapa com dois redatores do jornal *A Província de São*

Paulo. Os liberais formaram uma imensa maioria e derrubaram republicanos e conservadores. Em entrevista publicada no jornal *A Província de São Paulo*, com Marechal Deodoro, ele teceu críticas ao próprio partido conservador no Rio Grande do Sul e deixou no ar a montagem de um caminho para sua chegada ao poder.

O clima de conspiração avançava e o jornal noticiava menos, mesmo que o número de assinantes tenha tido aumento de 15%. Júlio Mesquita e seus parceiros, após o fechamento da edição, tomavam providências para o “golpe do qual o jornal não falava, incluindo até o armazenamento de armas no prédio da redação”. Era o segredo da revolução guardado pelos militantes e silenciado pelos jornalistas (CALDEIRA, 2015, p. 211).

O golpe militar que levou ao fim da monarquia no Brasil, dado pelos republicanos positivistas seguidores de Augusto Comte e encabeçado por Marechal Deodoro da Fonseca, caracterizava-se pela ausência de compromisso democrático com a vontade popular. No entanto, o jornal negava a existência de uma ditadura militar.

Em suma, o governo central, em vez de ceder poderes, concentrava-os ao modo da proposta positivista, numa proporção que nem o imperador havia sonhado, acabando tanto com a autonomia dos cidadãos como das unidades da nova federação. O locomotor da soberania popular foi removido da vida institucional do governo provisório, e este se transformou em ditadura plena numa tacada (idem, p. 225).

Mesquita, em agosto de 1889, acumulava a direção administrativa e editorial do veículo. Além disso, também trabalhava como secretário do governador de São Paulo, Prudente de Moraes.

Então, quase dois meses após a proclamação da República, no dia 1º de janeiro de 1890, um anúncio em primeira página afirmava que o jornal *A Província de São Paulo* passaria a ser chamado de *O Estado de S. Paulo*. A alteração se deu em um período em que as mudanças utilizadas para transformar os processos de fabricação dos jornais foram completamente remodeladas.

Posteriormente, *O Estado de S. Paulo* se tornaria pioneiro na substituição da montagem tipográfica manual pela mecanização via linotipo, o que fazia com que o processo de produção de notícias estivesse alinhado com as mais avançadas tecnologias do mundo.

Em meio aos avanços técnicos e editoriais e à efervescência política do período que antecede à proclamação da República, parte fundamental do poder moderador se tornou foco

de luta dentro do jornal. Trata-se do regime do padroado, que dava poder ao imperador de comandar a administração da Igreja no Brasil. O jornal *A Província de São Paulo* e os republicanos pregavam que desvinculariam o Estado da Igreja, porém deveria ser transferido para o Vaticano um conjunto de propriedades que deixariam de pertencer ao Estado.

No dia 7 de janeiro de 1890, o ministro da Justiça Campos Salles publicou um decreto determinando a liberdade de culto no Brasil. O governo transferiu as propriedades, o comando do clero e das ordens religiosas para o Vaticano, e se comprometeu a pagar de mais um ano de salário aos padres. Esse um dos pontos fundamentais defendidos pelo jornal, o que fez com que os editoriais aplaudissem a decisão do ministro da Justiça.

Rui Barbosa, como ministro da Fazenda, também promoveu diversas mudanças, entre elas a instituição da liberdade de criação de empresas sem a necessidade de autorização do governo e alterações na política monetária.

Todas essas transformações eram transmitidas por meio de editoriais que conversavam entre si. Em alguns jornais da época era comum observar a forma em que atacavam ou demonstravam concordâncias em alguns posicionamentos. Esse processo gerava um debate saudável para a sociedade, que acompanhava os acontecimentos por meio dos veículos e dos seus debates.

A instauração da República trazia à tona o sonho de transformar a soberania popular em combustível para o funcionamento do motor do Estado. Porém, o ministro do Interior, Cesário Alvim, não aumentou os poderes dos cidadãos republicanos. Por meio do Decreto nº 648, de 1881, dava poderes aos funcionários, agora estaduais, com o objetivo de transformar o resultado da eleição em assunto interno do governo.

Vendo isso, os cidadãos demoraram muito pouco para perceber que nenhuma prerrogativa do poder moderador havia sido transferida para eles na hora de exercer a soberania mais importante, a de determinar quem os governaria. O resultado das eleições seria controlado pelo governo provisório, que definia a si mesmo como uma ditadura. Não havia mais poder moderador, mas os vencedores da eleição, ao modo do Império, seriam os candidatos apoiados pelo governo (idem, p. 280).

3.7 Jornal do governo ou jornal do povo?

Naquele momento, a crise se instaurava e estimulava debates fundamentais, inclusive em relação ao futuro dos jornais. Nos tempos do Império, os delegados do poder moderador

financiavam com dinheiro público as publicações dos seus partidários com anúncios do governo, subsídios e transferências.

Porém, como discute Jorge Caldeira, essa situação indicava que o governo continuaria sendo um agente relevante no meio editorial. Assim, acionistas de *O Estado de S. Paulo* poderiam “repassar dinheiro do governo que controlavam para os cofres da empresa”. Em outras palavras, essa era uma ótima forma de “atrelar o jornal partidário ao Estado”. No entanto, diretores e acionistas do jornal informaram ao partido republicano que abdicavam da posição de jornal oficial (CALDEIRA, 2015, p. 280). Ou seja, o jornal *O Estado de S. Paulo* não se declarava mais veículo oficial do partido republicano, que era a principal fonte de receita do mercado jornalístico da época.

Júlio Mesquita soube captar a mudança com precisão e traduzi-la em melhorias para o jornal. [...] substituiu aqueles que iam para o governo por pessoas que valorizavam a carreira jornalística. [...] Assim, o jornal mudou de estilo. Um novo foco se estabeleceu: a narração exata dos fatos (idem, p. 283).

Então, a paixão pelo realismo literário tornou-se cada vez mais evidente no fazer jornalístico de Júlio Mesquita e “a ideia de fazer jornalismo tendo como fundamento a descrição mais neutra de fatos, sem muitos juízos de valor por parte de quem escreve” (idem, p. 284) ficava evidente na prática jornalística da redação do jornal *O Estado de S. Paulo*. Jorge Caldeira também dá destaque às quatro décadas de atividades de Mesquita.

Assim, os jovens se sentiam mais entusiasmados com a possibilidade de desenvolverem textos claros e objetivos e não era tão importante o rigor dos posicionamentos políticos.

O enfoque mais profissional logo ficou inteligível para os leitores nas páginas. Cada vez mais, as notícias tinham o aspecto de um relato dos fatos observados pelo jornalista, enquanto decrescia o espaço destinado aos juízos políticos sobre os acontecimentos (idem, p. 285).

Naquele período, o jornalismo era uma atividade vinculada aos partidos políticos e sobrevivia com a publicidade oficial. O jornalismo partidário era a realidade daquele momento, e os ideais de interesse público e valores-notícia se constituíram posteriormente fazendo com que a prática da profissão estivesse atrelada aos ideais políticos daqueles que pagavam a conta. Para Mesquita, a seção conhecida como “Notas e Informações”, o editorial da época, buscava demonstrar a opinião do veículo e marcava a forma com que o jornal se posicionava diante das

visões dos leitores. A posição do jornal era mais importante de ser absorvida do que as assinaturas dos jornalistas que se dedicavam a escrevê-las.

Aquilo que se conhece hoje como jornal nasceu diretamente da disputa eleitoral entre partidos políticos. Os primeiros foram criados na Inglaterra, na virada para o século XVIII. Um bom jornalista, naquele tempo, servia de instrumento para um partido político (idem, p. 32).

Para Jorge Caldeira, um marco para o afastamento do jornalismo partidário foi a decisão do *The New York Times*, em 1876, de fazer uma série de reportagens investigativas que denunciavam o sistema eleitoral norte-americano. Naquele momento, a publicação ganhou um “posicionamento político que não era mais o do alinhamento automático característico do jornalismo partidário” (idem, p. 36).

O autor salienta a universalização do direito ao voto como fator determinante para a perda de sentido dos editoriais partidários, haja vista que cada leitor passaria a ser um eleitor. Assim, era preciso escrever sobre política visando atingir não somente os membros de um partido, mas também para alcançar o interesse do cidadão em geral.

Como dito acima, no Brasil, essa mudança da fórmula editorial foi realizada por Júlio Mesquita. Sob a direção de Mesquita, o jornal que pertencia ao Partido Republicano Paulista deixou a posição de órgão oficial do partido, e ganhou independência. Como descreve Jorge Caldeira ao suscitar um editorial de dezembro de 1915 do jornal *O Estado de S. Paulo*:

Torna a correr o boato de que *O Estado de S. Paulo* recebeu, durante os anos em que houve no governo paulista secretários dissidentes, uma gorda subvenção. Tornamos a afirmar que isso é falso. O jornal nunca recebeu, de governo algum, um real de subvenção. Jamais os governos que temos apoiado dependeram a mais insignificante quantia, pela simples razão de que nossa independência não tem preço (*O Estado de S. Paulo* apud CALDEIRA, 2015, p. 38, com grifo nosso).

Ainda assim, os jornais que concorriam com essa publicação eram partidários e financiados pelo dinheiro público, substituindo a opinião da sociedade por visões que interessavam os que ocupavam o poder.

Fica evidente, na obra de Jorge Caldeira, que os interesses da monarquia *versus* Partido Republicano, a nova burguesia que se formava em São Paulo, os novos ricos que se faziam pelas trocas, pelos investimentos em ferrovias e o surgimento dos novos bancos, foram

fundamentais para a formatação da sociedade paulista e para a dissolução do poder monárquico. Todas essas transformações foram vivenciadas pela atividade jornalística que se moldava ao longo dos anos.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, com ênfase na objetividade, nas reportagens, nos fatos e não somente na opinião política dos jornalistas e do veículo, acabou se tornando um grande negócio. As vendas aumentaram significativamente, e mesmo que Júlio Mesquita tenha abandonado suas chances no mundo político, ele investiu massivamente no mercado privado, o que marcou decisivamente a história do jornalismo brasileiro.

Para Oscar Pilagallo, no livro **A história da imprensa paulista** (2012), foi a atitude de Júlio Mesquita de enviar o jornalista e escritor Euclides da Cunha a Canudos, na Bahia, para fazer a cobertura do conflito armado que poderia abalar as bases da República, que auxiliou na ascensão de *O Estado de S. Paulo*.

Por meio de dois artigos, intitulados *A nossa Vendeia*, em uma alusão à rebelião de camponeses monarquistas da região de Vendeia, na França, Euclides da Cunha compreendia que a rebelião de Canudos “colocava em xeque a República brasileira” (idem, p. 52).

A narrativa de Euclides da Cunha sobre os eventos ocorridos em Canudos trouxe aspectos interessantes para a cobertura da época. Para Jorge Caldeira (2015), esse momento foi fundamental para a história do jornal, pois essas reportagens marcam o salto do afastamento da cobertura partidária para viver no ambiente das rotativas.

Vale a pena mencionar outros dois eventos políticos que foram relevantes para a consolidação do modelo editorial do jornal: a campanha para as eleições presidenciais que elegeu Campos Sales (1898-1902) – que teve os editoriais do veículo como espaço de luta simbólica por esse posto; o apoio do jornal à greve geral de 1917, que paralisou os bairros industriais e foi amplamente noticiada pelos jornais operários de São Paulo.

4 A liquidez do jornalismo brasileiro

O jornalismo vive um processo de transformação. De modo geral, essa característica não é somente brasileira já que no mundo todo os avanços tecnológicos, as mudanças e evoluções nas construções sociais têm alterado a prática da profissão, bem como seus objetivos e resultados.

No campo social, é possível perceber que as alterações identitárias, os processos políticos e, principalmente, culturais que formam a sociedade são moldáveis. Isso quer dizer que, como a sociedade é um corpo em constante transformação, as estruturas que a compõem estão sempre se remodelando, criando diferentes formas de arranjos que conduzem a sociedade às suas configurações atuais.

A sociedade se expressa de maneira líquida diante dessas formatações, e a forma que a contorna e retém é definidora da cultura, das práticas sociais e das trocas que acontecerão aí. Essas ideias estão expressas no livro **Modernidade líquida**, do sociólogo Zygmunt Bauman, e podem ser tomadas para discutir os processos de transformação social em um período em que este constructo não é sólido.

Para Bauman (2001), a concepção de liquidez é a representação daquilo que é frágil. O que é líquido, não concreto, é fluido, não se firma, se espalha e escorre sem configurar relações. Na concepção do sociólogo, a sociedade de produtores foi substituída pela sociedade de consumidores, fazendo com que os processos de hierarquização, de formação cultural e de reconhecimento aconteçam a partir da lógica do consumo e não mais pela via produtiva. O autor denomina esse período como sendo parte do capitalismo leve ou flexível e não da concretude da modernidade sólida de outra fase histórica.

É a partir dessa compreensão da sociedade consumidora que observamos todas as coisas como sendo descartáveis, desde um aparato tecnológico, até uma relação afetiva. Com base nesse conceito, pode-se interpretar a formação das relações atuais, embebidas pelas facilidades tecnológicas e suas conexões, como sendo diferentes de processos de vinculações mais aprofundadas. A liquidez dessas relações, somada à evolução natural da sociedade, faz com que todos os elementos dentro dessas conexões se tornem fluidos. A sociedade age como consumidora e todas as coisas são descartáveis. A obsolescência programada pelas empresas de tecnologia, responsável por definir a curta vida de um produto para que as pessoas criem a necessidade de adquirir outro, cede lugar à dificuldade de atualização dos *gadgets*, que perdem suas funcionalidades, pois não podem se renovar.

A formação dessa sociedade baseada em consumo, refém do limite de durabilidade dos aparatos tecnológicos, estimulada a desejar itens, produtos e idolatrias vendidas pela espetacularização das imagens, contribui para um processo de individualização. Tudo se torna efêmero: ídolos, ícones, artistas, professores e padres são facilmente abandonados, esquecidos e substituídos por outros que podem trazer a audiência e o lucro desejado.

A constituição da identidade se mercantiliza. Valores, tradições e desejos são procurados desenfreadamente, e não mais herdados. A força motriz do consumo seja o desejo. O sentimento de pertencimento é gerado a partir do suprimento desse desejo, cujo objeto precisa ser sempre novo, de sorte que precisa sempre ser substituído. As próprias marcas identitárias circulam como objetos buscados pelo desejo que nunca se saciará.

Esse processo gera instabilidade e incertezas. Para Bauman (2001), é por meio da incerteza que os que estão no topo da cadeia hierárquica da sociedade podem dominá-la e controlá-la. A constante oferta por produtos, sejam objetivos ou subjetivos, se apresenta como resposta às incertezas e mobiliza a sociedade nessa busca incessante por algo que nunca se materializa.

O papel da mídia é fundamental. Essas formatações são referenciadas e ganham credibilidade a partir do momento em que a sociedade enxerga a sua representatividade por intermédio da mídia. A construção da individualidade acontece em grupo. Os valores pessoais, tradicionais e familiares são fundamentais, pois é por meio dessa referência e espelhamento midiático, que se formalizam os sentimentos de pertencimento.

E é nesse cenário que o jornalismo busca se firmar. Em meio a uma sociedade líquida, enredada pela lógica do consumo, que se conecta tecnologicamente a tudo, mas não se vincula socialmente nem abre caminhos para relações dialogadas, críticas, imersa em incertezas, o jornalismo procura se orientar para priorizar a busca pela verdade dos fatos e elaborar sobre ele um discurso racional.

De outro lado, temos as grandes corporações midiáticas, as empresas jornalísticas, conectadas a processos políticos, com amarras comerciais e publicitárias, desconectadas dos valores ideológicos da gênese do jornalismo e que ocupam a posição de detentora do poder da fala, da emissão, da construção da mensagem que será transmitida e, principalmente, da construção do sentido

4.1. Gêneros jornalísticos

A liquidez da sociedade impacta diretamente no funcionamento a lógica da imprensa. Se é verdade, como quer Bauman, que a sociedade é mesmo fluida e moldável, como se dá a compreensão do jornalismo brasileiro pelos membros que a compõem? Pensando na divisão do jornalismo em categorias e gêneros, seriam eles também líquidos e responsáveis por respingar

conteúdos de uma categoria em outra? Essa mistura entre os gêneros pode acarretar diferenciação entre opinião e verdade de fato? Pode haver uma distinção clara entre o relato informativo, objetivo, e o texto opinativo, que estabelece juízo de valor?

O presente capítulo não busca redefinir teorias sobre gêneros jornalísticos; apenas procura trazer exemplos que permitirão verificar a ocorrência desses gêneros, retomando autores que auxiliaram na compreensão da profissão.

O professor e pesquisador José Marques de Melo (1985) afirma que desde o início das atividades jornalísticas foi possível observar a emergência dos diversos gêneros. Assim, os jornalistas estabeleceram padrões para discernir diversas modalidades de práticas profissionais.

De início, o autor demarca as duas categorias primordiais do jornalismo: a informativa e a opinativa. Ambas auxiliam o público a distinguir entre fatos e versões. O texto opinativo, próprio dos editoriais, são aqueles “que contêm opiniões explícitas” (idem, p. 32).

Para o leitor, há a necessidade de diferenciar onde se encontra puramente o fato, guardadas as discussões sobre todos os intermédios entre o acontecimento e o receptor, e onde existe uma reflexão do veículo de forma opinativa. Mesmo que desconheça os conceitos das duas categorias, ele conseguirá diferenciar os conteúdos opinativos dos informativos.

Para Melo, na formação histórica da profissão, essas categorias podiam se misturar, por causa da atividade social que nascia, se fortalecia e se transformava. Porém, esses aspectos e fusões entre as categorias não devem se manter no cenário atual da atividade jornalística. “Contemporaneamente essa superposição não pode ser aceita. O que existe, isso sim, é uma correspondência entre categorias e gêneros” (idem, p. 32).

Marques de Melo escolhe autores para trabalhar as definições de gênero, e é possível observar que muitos se prendem à intenção do jornalista ao narrar um fato. Porém, não é somente a intenção do profissional que o conecta à verdade dos fatos, mas, sim, as diversas técnicas que atuam na busca pelo pluralismo em diferentes estilos e formas de expressão, leitura motivadora. Marques de Melo cita Folliet para explicar que “as diferenças entre os gêneros surgem da correspondência dos textos que os jornalistas escrevem em relação às inclinações e aos gostos do público” (idem, p. 33). Se o jornalismo deve se pautar pelo interesse e pela necessidade informativa de seu leitor, as categorias devem estar claramente separadas em espaços próprios: há as páginas dedicadas às notícias, nas quais, idealmente, a redação se abstém de opinar, assim como há páginas reservadas para os textos abertamente opinativos, numa disposição que o público reconhece clara e imediatamente.

Na prática, a grande divisão é a que separa as *stories* dos *comments*, continuando a velha tradição britânica de distinguir entre o que é intencionalmente informativo e o que é explicitamente opinativo. É essa, grosso modo, a orientação que adota o clássico manual de Fraser Bond: de um lado, estão as matérias que encerram tratamento noticioso, de outro as que estão segregadas na “*editorial page*” (idem, p. 35).

Marques de Melo também evoca o pensamento de Fraser Bond para mostrar uma categorização dos gêneros. Para ele, a categoria informativa, chamada de “noticiário”, contém os seguintes gêneros: notícia, reportagem, entrevista e história de interesse humano. Já a categoria opinativa que se manifesta claramente na chamada “página editorial”, é composta de editorial, caricatura, coluna e crítica.

A partir daí, o autor passa por classificações europeias, norte-americanas e hispano-americanas. Na classificação brasileira, da qual ele não se esquece, Melo cita o pesquisador pernambucano Luiz Beltrão, que sugere uma separação funcional dos gêneros de acordo com a finalidade: informar, explicar ou orientar. Na visão de Beltrão, no jornalismo opinativo ficam os gêneros editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Já o jornalismo informativo compreende a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista. “O comentário e o editorial se estruturam segundo uma angulação temporal que exige continuidade e imediatismo” (idem, p. 48-49).

Nesse sentido, Nelson Traquina contribui para a discussão sobre o jornalismo informativo ao discorrer sobre os critérios que levam o jornalista à transformação de um fato em notícia e sobre quais são esses valores que conduzem e determinam o que deve ser abordado.

Para a presente pesquisa, entre as definições de categorias do autor, um ponto é crucial para a compreensão da construção editorial de um veículo. O pesquisador explica que os valores-notícia fazem parte da cultura jornalística, mas que “a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas” (TRAQUINA, 2005, p. 93).

A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência dos espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo de rubricas (idem).

O professor Marques de Melo (1985) aborda o conceito de “utilitarismo” como uma das questões mais importantes para a divisão categórica dos gêneros, fica clara a intenção de

considerar os gostos do público. Já a afirmação de Traquina faz com que surja a dúvida sobre a quem servem os valores-notícia.

Traquina também questiona a direção da organização jornalística ou como os proprietários podem influenciar na coordenação lógica da política editorial dos veículos de acordo com seus interesses. Quando alinham os valores-notícia com sua política editorial, às vezes por razões pessoais, acabam dando prioridade a certo assunto ou tema.

No livro **Pragmática do jornalismo** (1994, p. 21), o professor Manuel Carlos Chaparro discorre sobre a importância do “valor de atributo de equilíbrio e unidade do bom texto jornalístico”. Para ele, os elementos da tríade composta por ética, técnica e estética caminham juntos para chegar ao verdadeiro e compreensível relato da atualidade.

Vladimir Hudec, no livro intitulado **O que é jornalismo?** (1980), discute as raízes da profissão sob a perspectiva histórica. Entre as definições que ele destaca, encontra-se a “fidelidade aos fatos”. Os problemas atuais devem ser apresentados de modo preciso e concreto, “mas com a ardente evidência dos próprios fatos, e não com um desprendimento objetivista”.

A palavra “objetivista” merece atenção. O termo não significa somente a busca pela objetividade jornalística, mas o seu excesso, como se a realidade pudesse existir independentemente da consciência. Em poucas palavras, o termo “objetivista” concentra uma crítica na fé cega que algumas correntes ainda alimentam numa objetividade impessoal e fria. Nesse sentido, ao debater a fidelidade aos fatos narrados, Hudec reforça que não existe o desprendimento da realidade. Mesmo que os outros sentidos da consciência (mercadológica, comercial, publicitária, política) possam tentar direcionar o caminho do texto jornalístico, a verdade é intrínseca ao que é noticiado.

4.3. As práticas editoriais ao redor do mundo: uma breve leitura

Em um estudo sobre a prática editorial, Karsten Pedersen (2015), pesquisadora da Universidade da Dinamarca, publicou uma pesquisa sobre um tabloide dinamarquês, intitulado *BT*, sobre o possível conhecimento de Bjarne Riis, do time de ciclismo do país, sobre o uso de *doping* em suas equipes. Para a pesquisadora, o tabloide estruturou suas ações para sublinhar a seriedade com que se trata o jornalismo esportivo utilizando as teorias do enquadramento e da polifonia.

A teoria da polifonia compreende as potencialidades heurísticas do jornalismo, em que os processos cognitivos empregados em decisões não racionais podem se definir como tipos de

estratégias que ignoram parte da informação com o objetivo de tornar a escolha do receptor mais simples e rápida.

Para Pedersen (*idem*), essas potencialidades do conceito de polifonia têm sido enfraquecidas pela “pressuposição de que uma notícia seria polifônica por definição”, somente por lidarem com “interconexões entre jornalismo e polifonia”. Esse “concerto de vozes sociais imiscíveis” pode indicar potencialidades heurísticas do conceito quando aproximado do jornalismo na compreensão do papel da textualidade informativa, das personagens e das mídias noticiosas.

As práticas do jornalismo foram analisadas pela pesquisadora para a verificação da idoneidade do veículo em questão diante da crise enfrentada pela possibilidade de a equipe de ciclismo ter conhecimento do uso do *doping*. O interesse pelo tema e pela apresentação dos valores aos quais o tabloide está conectado perpassa por suas práticas na categoria informativa, mas também na opinativa.

No continente africano, em 2007, três pesquisadores nigerianos (TALABI; OGUNDEJI; LAMIDI, 2007) concluíram que as políticas editoriais do país não conversavam com a prática ideal do editorialismo que deveria ser a base para que os profissionais “deixassem claros os seus deveres”. Essa ausência de políticas editoriais é uma das razões encontradas pelos pesquisadores para justificar o fato de o ofício ainda não ser visto como uma profissão no país.

O artigo visava compreender os efeitos da falta de profissionalização no jornalismo nigeriano, citando o analfabetismo e a falta de investimento para universidades como responsáveis pelo baixo grau de treinamento em jornalismo e para um baixo padrão de desempenho jornalístico. “A profissão de jornalismo sofreu sérios constrangimentos em seus processos de desenvolvimento na Nigéria porque a nação nigeriana não deu prioridade aos programas de graduação em jornalismo” (*idem*, p. 447).

A ausência de políticas e direcionamentos para a profissão fez com que alguns profissionais se reunissem e elaborassem uma organização não governamental, não partidária e sem fins lucrativos para os “mais altos estratos de jornalistas trabalhistas que alcançaram a posição exaltada de editores na profissão de jornalismo”, explicam os autores (*idem*).

O código de ética que rege o jornalismo na Nigéria afirma em seu artigo primeiro, sobre independência editorial, que as decisões sobre o conteúdo das notícias devem ser de responsabilidade de um jornalista profissional. Já no item “precisão e equidade”, na segunda provisão, há a afirmação de que um dos deveres do jornalista é se esforçar para separar “fatos de conjecturas e comentários” (*idem*).

Em outra situação, relacionada à prática editorial, Stephen Cushion, diretor da pós-graduação da Cardiff University School of Journalism, no Reino Unido, e Justin Lewis, professor da mesma universidade, publicaram, em maio de 2017, um artigo, intitulado *Impartiality, statistical tit-for-tats and the construction of balance: UK television News reporting of the 2016 EU referendum campaign*, que debate a imparcialidade na construção do equilíbrio nos jornais televisivos do Reino Unido sobre a campanha de referendo da União Europeia.

Os autores debatem os posicionamentos editoriais dos veículos televisivos defendendo “uma abordagem mais orientada para a imparcialidade, em que os jornalistas exploram de forma independente a veracidade das reivindicações da campanha e têm a liberdade editorial para desafiá-las” (CUSHION; LEWIS, 2017, np).

Eles revisitaram as diretrizes editoriais da BBC e apontaram que a “imparcialidade devida é, muitas vezes, mais do que uma simples questão de ‘equilíbrio’ entre pontos de vista opostos”. Além disso, completam explicando que, da mesma forma, “não exige uma neutralidade absoluta em todas as questões ou desapego dos princípios democráticos fundamentais” (idem).

O guia editorial da BBC, disponível no *site* da emissora, diz que algumas considerações especiais se aplicam aos períodos de campanhas de eleições e referendos e que existe a necessidade do envolvimento de mais sensibilidade em relação à imparcialidade em todos os gêneros de produção.

É interessante observar que o guia da emissora se preocupa com a busca pela imparcialidade em todos os gêneros, o que, certamente, retira o teor inflamado de transmissões acaloradas, inclusive da categoria opinativa. Além disso, eles possuem uma espécie de conselheiro-chefe (*chief adviser politics*) no âmbito político que publica diretrizes específicas para cada período de campanha ou referendos.

O Reino Unido possui um órgão regulamentador intitulado Ofcom (The Office Communications) que possui, em sua página, o *slogan* “fazendo as comunicações funcionarem para todos”. O caráter da busca pela heterogeneidade está presente nessa sentença, mas Cushion e Lewis mencionam em seu artigo que o código do órgão afirma que “a imparcialidade devida não significa que uma divisão igual de tempo deve ser dada para cada visão, ou que cada argumento e cada faceta de cada argumento deva ser representado” (idem, np).

Para os autores, as diretrizes de imparcialidade incentivam os julgamentos editoriais ao permitir que os jornalistas avaliem com rigor as reivindicações de cada grupo de campanha.

Além disso, eles acreditam que o “julgamento editorial” foi utilizado pelos jornalistas como uma arma de verificação dos argumentos apresentados.

O julgamento editorial permite que os jornalistas tracem seus caminhos por meio desse enigma filosófico, buscando a versão mais verdadeira de uma história em um pano de fundo de reivindicações concorrentes.

4.4. Editorial: o gênero

É nos editoriais que o jornalismo sai da esfera da isenção e da objetividade impessoal para ganhar contornos opinativos. No editorial, quem opina é o próprio veículo. O editorial do diário americano *The New York Times* traz a opinião do *The New York Times* sobre determinado assunto. Um editorial de *O Estado de S. Paulo*, a opinião de *O Estado de S. Paulo*. É nesse momento que o “administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos” com o objetivo de “orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. O editorial é voz do jornal, sua tribuna” (BELTRÃO, 1980, p. 50-51).

Os argumentos e encaminhamentos textuais dos editoriais se relacionam aos princípios defendidos pelo veículo. Luiz Beltrão acredita que a política dos editoriais obedece a princípios éticos e normas práticas que vão além das questões comerciais. Para o autor, a política editorial não é aleatória. Por isso, ao passo em que materializam a voz da empresa jornalística, os editoriais devem estar “ao par do pensamento e objetivo do grupo empresarial”.

Armañanzas e Nocí (1996), em seu livro **Periodismo y argumentación**: géneros de opinión, compreendem que enquanto os leitores esperam uma orientação sobre o que pensar, os jornais estão ansiosos para dizer o que pensam.

Para os pesquisadores, os editoriais são as “linhas mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos” e são eles que fundamentam as publicações. “De maneira progressiva, vão-se publicando escalonadamente uma série de editoriais sobre um mesmo tema, até chegar a pedir uma ação concreta. São muito frequentes em períodos eleitorais” (idem, p. 171, 95).

A disposição dos contextos utilizados dentro dos editoriais cumpre a função do agendamento para os espectadores cujos argumentos buscam convencê-los da importância daquele debate.

Marques de Melo (1980, p. 80) defende a leitura dos jornais diários, acreditando que são eles que permitem a compreensão das mensagens que as instituições jornalísticas

querem que cheguem aos dirigentes do Estado. “Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam”.

Os editoriais, além da definição do agendamento, enquadram e determinam direcionamentos de compreensão sobre os temas que são abordados. Hallock (2007, p. 22), acredita que os editorialistas têm escrito os seus textos como sendo uma forma de “apelo de suas páginas em direção a propósitos que incluem ter voz em estabelecer agendas sociais e em um debate político robusto, em um vívido e democrático mercado de ideias”.

O editorial, além de oferecer opinião, é um agente da voz e do conteúdo do jornal. Mais que produzir opiniões, ele representa o conteúdo total do periódico; ele coloca em domínio público assuntos, eventos e ideias para consumo e discussão em um fórum democrático (idem, p. 162).

Para Claudia Moraes (2007, p. 3), o fato de os editoriais não serem assinados, imputa certa autoridade às opiniões publicadas. É por meio dos seus posicionamentos sobre a atualidade que o veículo construirá uma visão de mundo, o editorial é também “um espaço de formação da opinião pública, porque atua na tematização do debate”.

Francisco Alves Filho (2006) acredita que os editoriais têm um papel de credibilidade sobre as suas visões acerca dos acontecimentos. Para o pesquisador, o que se busca no processo de escrita dos editoriais e na expressão dos posicionamentos é que o leitor “aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal” (idem, p. 87).

Espinosa (2002, p. 232), por sua vez, considera relevantes as diferentes opiniões abordadas nos diferentes editoriais que se expressam como a opinião “mais autorizada que o periódico oferece sobre a interpretação da notícia”.

4.4.1. A prática editorial no Brasil

Dentro da categoria opinativa do jornalismo não é errado que as empresas jornalísticas se posicionem e defendam os seus pontos de vista. Porém, após o surgimento da divisão do jornalismo nessas duas categorias, espera-se que uma delas tenha o posicionamento do veículo e a outra o objetivo do reporte dos fatos, além da clareza na transmissão das informações.

No processo de reorganização do jornalismo incidem questões relacionadas aos novos modelos de negócios jornalísticos, já que o digital transferiu parte da lógica de produção de notícias para a sociedade, o que possibilita pessoas comuns a se transformarem em peças ativas dentro do caminho que leva a notícia e a opinião ao receptor.

Ao mesmo tempo, a lógica de recepção tem sofrido com o deslocamento das verbas de publicidade para a internet. Ou seja, parte da conexão com o interesse público e dos valores-notícia entraram nessa disputa de formação de opiniões.

O receptor da notícia continua sendo o alvo, mas pode-se observar a liquidez que transformou a sociedade em uma série de indivíduos soltos e desvinculados. Com a expressão de interesses diversos, fica mais difícil compreender como homogeneizar os conteúdos para atingir cada vez mais pessoas, na disputa contínua para formar a opinião pública.

Do senso comum ao discurso autorreferencial da imprensa e passando pelos estudos acadêmicos, essa relação impacta as perspectivas analíticas e práticas das possibilidades e obstáculos da democracia moderna e contemporânea. A noção-chave dessa relação é delineada pelo conceito de “opinião pública” e seus consequentes desdobramentos e complexificações (FREITAS; PIRES, 2009, p. 129).

Freitas e Pires defendem que a opinião pública se torna um posicionamento político fazendo com que se perca o que eles chamam de “aura mediadora”. Ou seja, a opinião pública se converte em uma obsessão para os jornais como se eles mesmos, os jornais, agissem como um partido político.

Em 2009, dois boxeadores cubanos ficaram conhecidos por abandonar a delegação durante os Jogos Pan-Americanos no Brasil. O artigo de Freitas e Pires contesta a opinião jornalística do ano de 2009 sobre esse acontecimento episódio e como a produção da opinião política foi construída pelos veículos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Em suas considerações finais, os autores perceberam a presença da emissão de opinião que se contrapunha aos fatos noticiados no jornal. Também notaram a existência do jornalismo opinativo no espaço noticioso designado à categoria informativa, a formulação de opiniões com base em hipóteses e um ponto fundamental: a busca de “fontes” que respaldassem e reforçassem os posicionamentos dos veículos.

O pesquisador argentino Rodolfo Gómez (2016), ao analisar o jornalismo cultural e as novas políticas editoriais (a partir do surgimento do audiovisual e eletrônico), considera

característica particular da América Latina a presença e a problemática estatal, que são pontos centrais nesse debate.

O autor afirma que é possível perceber que o processo de refeudalização da esfera pública, aplicado por Habermas nos estudos da sociedade europeia na década de 1960, continua presente nas sociedades latino-americanas. Para ele, esse processo se desenvolve a partir da inter-relação das esferas públicas e privadas e da incorporação dos meios eletrônicos na mediação da informação.

As condições políticas da América Latina trazem uma característica peculiar à formação e atuação da mídia nessa parte do continente. No Brasil, alguns dos concessionários de emissoras televisivas e jornais possuem as atividades atreladas ao universo político, o que pode suscitar a discussão sobre a prática exercida por esses veículos.

Esses fatores podem impulsionar a diluição dos gêneros jornalísticos, em que as intenções dos detentores dos veículos aliadas às motivações comerciais colocam a opinião distribuída nos demais gêneros da categoria informativa.

Com as novas mídias, surgem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. A noção de gênero entra, mais uma vez, em xeque. Por isso mesmo passa a ser vista com mais atenção. Alguns gêneros podem acabar, outros podem aparecer. Alguns se transformam, outros se mantêm. Com as novas mídias, as práticas discursivas passam a experimentar e produzir novos formatos, que podem se instituir ou não em novos gêneros. Mas será que isso já ocorre para produtos da prática jornalística? (SEIXAS, 2009, p. 2).

Em entrevista concedida à pesquisadora Lia Seixas, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, o professor José Marques de Melo defende que há uma diferença marcante entre opinião e ideologia, e o segundo conceito perpassa tudo. Para ele, não existe jornalismo neutro ou imparcial, considerando que toda ação comunicativa “está empenhada de um ponto de vista, de uma opinião com ideologia [...]. Todas as notícias são editorializadas” (idem, p. 92).

Se todas as notícias são editorializadas, pode haver a presença da ideologia, não necessariamente da opinião, nos seus processos de construção. Independentemente das diferenças etimológicas entre as duas palavras, ambas podem distanciar o leitor do fato se estiverem presentes no jornalismo informativo.

Embora possa-se discutir o desconhecimento da maior parte dos leitores sobre as divisões das duas categorias e seus respectivos gêneros, é possível observar que são elementos

que norteiam o trabalho do jornalista e que, instintivamente, o leitor poderá perceber os diferentes tons presentes nas duas categorias.

Em parte dos veículos de jornalismo impresso, o editorial antecede, quanto à posição gráfica, as demais informações. Embora não seja objeto da presente pesquisa, é possível questionar se o posicionamento do editorial pode direcionar o leitor a partir da ótica do veículo.

O jornalismo opinativo encontra-se, muitas vezes, diluído nos gêneros da categoria informativa. Os veículos noticiosos não se preocupam em afrouxar as rédeas e fechar os olhos para acontecimentos que não reforçam seus posicionamentos ideológicos; ao mesmo tempo, a entonação, a fala, o discurso, a intenção e o enquadramento se transformam.

No campo teórico, pode-se observar que a presença do cenário político que se mistura às questões midiáticas e jornalísticas pode ser uma característica da América Latina, já que os donos dos veículos são, muitas vezes, políticos em suas cidades e estados.

A questão do gênero torna-se importante de ser debatida, haja vista que sua função é nortear a atividade jornalística mais do que categorizá-la para o leitor. O interesse público e os valores-notícia são deixados de lado ao passo que os interesses de apoio, ou financeiros, tomam grandes proporções.

PARTE III - ANÁLISES

Capítulo 5: Metodologia

5.1. Os níveis e fases da pesquisa em comunicação para Immacolata Lopes

Para a Prof^a Dra. Maria Immacolata Vassalo de Lopes, autora do livro **Pesquisa em comunicação**, é fundamental que o pesquisador se faça duas perguntas: “Como chegamos ao objeto?” e “Qual a nossa relação de emoção com esse objeto?”

Essa provocação induz a pensar que a ciência é um dos discursos possíveis sobre o mundo, entre outros, como a religião, a filosofia, o senso comum. O binômio criador da ciência é composto por sujeito e objeto. O primeiro é o sujeito de conhecimento e o segundo, aquilo que é estudado pelo sujeito. Esse binômio cria, então, o campo epistemológico ou o campo do conhecimento científico.

O objeto do presente estudo é formado pelo conjunto de editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016) à frente do município de São Paulo. Trata-se de um objeto de difícil apreensão, pois a ciência, como sabemos, é um tipo de discurso que depende das condições de produção e de recepção. As formatações histórico-sociais e institucionais geram as condições de produção e as de recepção, e todas se relacionam com a aplicação do uso social da ciência.

Esses elementos compõem o campo científico, que pode ser interpretado como a arena onde são travadas as lutas em um espaço concorrencial pelo capital científico e pelo poder no campo científico (LOPES, 2014).

As pesquisas precisam passar por um processo de ruptura com o senso comum, ou não trarão contribuições científicas relevantes. Para isso é fundamental a escolha de um método que possibilite a leitura dos dados de forma a responder a problemática apresentada.

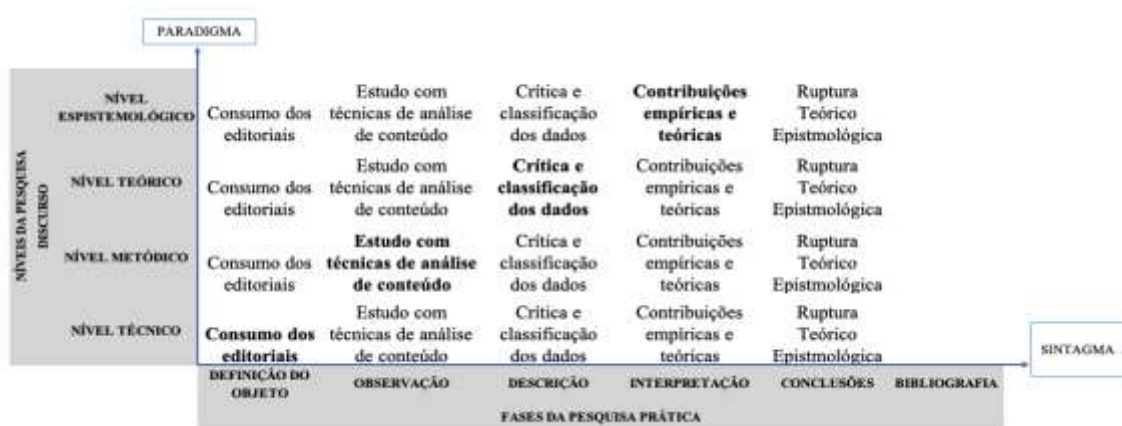
Dentro das condições de recepção, algumas perguntas são elaboradas. “Onde o pesquisador está?”, “Qual a aplicação do que se está estudando no seu uso?” “Qual a contribuição para o país?” Tais questionamentos buscam a justificativa que compreenda a relevância dos estudos propostos.

“Tem país no meu problema?”. Essa é a pergunta que deve ser feita para que se observe se o estudo terá impacto na sociedade, se ele é relevante, se possibilitará compreender práxis social e permitirá ações sobre ela.

A autora criou um modelo cuja aplicabilidade é possível em diversos campos científicos. A estrutura possui um eixo vertical paradigmático e um eixo horizontal sintagmático (produção de sentido). O eixo vertical engloba quatro níveis (de baixo para cima): técnico, metódico, teórico e epistemológico. Já o eixo horizontal engloba seis fases (da esquerda para a direita): definição do objeto, observação, descrição e interpretação, as quais se somam a conclusão e bibliografia.

Observa-se que a construção da tese transforma esse modelo em uma rede que se entrelaça, fazendo com que os diversos elementos de ambos os eixos se misturem o tempo todo e não se limitem ao seu quadro.

Tabela 4 – Modelo metodológico da pesquisa em comunicação



Fonte: LOPES, 2014, p. 156

Esse espaço entrelaçado é a episteme, ou seja, o conhecimento em que a construção discursiva, baseada nos níveis e fases, acontecerá. A epistemologia é o estudo da ciência do conhecimento que é produzido na pesquisa sobre a própria maneira de se conduzir a pesquisa. “A epistemologia da ciência mostra que o trabalho científico assenta sobre uma inadequação sempre presente entre o pensamento formal e o vivido que pretende conceitualizar” (idem, p. 157).

5.1.1. Os níveis da pesquisa

Os trechos a seguir, que descrevem os níveis e fases da pesquisa, baseiam-se em breves resenhas dos capítulos VI e VII do livro **Pesquisa em comunicação** (p. 119-156).

Em resumo, como se observou, a construção metodológica, segundo Lopes, combina a ordem paradigmática (com seus níveis) e a ordem sintagmática (com suas fases e etapas). É essa estrutura, em níveis e fases, que é tecida na prática da pesquisa. Para isso, a autora diferencia os momentos de construção e reconstrução da estrutura dos níveis e das fases metodológicas, dividindo os níveis dentro dessa construção.

5.1.1.1. Nível epistemológico

Exerce a função de vigilância crítica na pesquisa, em movimentos que se destinam à explicitação dos obstáculos epistemológicos e sua autocorreção, além da construção do objeto

científico. Dentro do paradigma científico existem operações epistemológicas que asseguram a “cientificidade da prática”. São elas:

- A ruptura epistemológica: a ruptura entre o objeto científico e o objeto concreto. Esse processo decorre do princípio de que “o fato científico se conquista contra a ilusão do saber imediato” (BACHELARD apud LOPES, 2014, p. 122).
- A construção do objeto científico: parte-se de uma crítica ao empirismo grosseiro e caminha-se para a produção do objeto, em um longo processo de objetivação a partir de um conjunto de métodos e técnicas que elaboram o objeto.

5.1.1.2. Nível teórico

É o lugar de formulação das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da elaboração das regras de interpretação. “Corresponde fundamentalmente às operações de adequação dos modelos teóricos ao objeto empírico de investigação. Esses modelos funcionam como ‘quadros de referência’” (LOPES, 2014, p. 124).

A autora explica que a função da teoria na pesquisa é parte integrante do processo metodológico e deve efetivamente ser o “meio de ruptura epistemológica em face das prenoções do senso comum”.

Para a pesquisadora, a teoria, como nível metodológico, deve realizar a ligação entre os contextos da prova e da descoberta, que, para ela, acontecem por dois aspectos:

- A formulação teórica do objeto, que tem início quando a pesquisa é problematizada. Essa formulação teórica levanta questionamentos sobre a realidade e soluções antecipadas que se desdobram como hipóteses.
- A explicitação conceitual, ou a consistência semântica da teoria como corpo de conceitos. As definições de conceitos podem ser progressivamente decompostas em indicadores empíricos por meio do processo de operacionalização.

5.1.1.3. Nível metódico

Lugar em que as regras são anunciadas para a estruturação do objeto científico. É o espaço do método propriamente dito que permite colocar num espaço de causação os elementos que

constituem a investigação. A autora recomenda articular o sentido por meio da exposição e da causação:

- A exposição: se dá por intermédio do estilo, o modo de expressão que se correlaciona ao modo de reflexão e da prática metodológica. A única prova a que esse conceito está sujeito diz respeito ao rigor, coerência interna, sentido, sintática e estilo.
- A causação: consiste em traçar conexões entre teses, fatos, variáveis, proposições.

5.1.1.4. Nível técnico

Lugar da construção dos dados ou do objeto empírico. Envolve os procedimentos de coleta das informações, suas transformações em dados, a elaboração do objeto, a operação dos passos com a formulação dos fatos científicos. Algumas operações técnicas fazem parte desse processo:

- Técnicas de observação: a informação se torna um dado mediante operações técnicas de observação. Para a autora, essa transformação é feita à medida que a significação das práticas sociais é apreendida como significação pertinente a uma problemática científica.
- Técnicas de seleção: as técnicas de coleta efetuam transformações, enquanto a seleção de dados implica processos teóricos que reduzam o objeto verificável.
- Técnicas de operacionalização: conjunto de operações técnicas de caráter dedutivo que realizam conexões entre dados e fatos.

5.2. As fases da pesquisa

Após falar sobre os quatro níveis que compõem a pesquisa, Lopes (2014) inicia o processo de demonstração do funcionamento e da articulação em diferentes fases. Ao mesmo tempo, ela explica que a dinâmica do processo da pesquisa é um corpo em movimento que permite voltas, interações e novas combinações.

A autora concebe a pesquisa empírica como sequência de fases. A fase de definição do objeto de pesquisa precede a da observação e assim sucessivamente. O encadeamento das diversas fases demonstra que há certa ordem nas operações interdependentes realizadas pelo investigador.

5.2.1. Primeira fase: definição do objeto

A primeira fase é a definição do objeto, que inclui as seguintes operações: problema de pesquisa, quadro teórico de referência e hipóteses.

O problema de pesquisa está inserido no assunto ou no tema escolhido. Além disso, o assunto não é de responsabilidade exclusiva do pesquisador, as condições institucionais interferem nesse caminho. Porém, é crucial definir claramente o problema de pesquisa, o que se faz por meio da justificativa da escolha do assunto, na qual são trabalhadas, pensadas e expostas as razões que levaram a essa opção.

Nessa fase, fica clara a necessidade da operacionalização dos conceitos. Ela está envolvida no nível técnico e incide na elaboração teórica do objeto. Os conceitos são transformados em indicadores empíricos, ou seja, elementos que sejam observáveis. Nessa mesma fase, as hipóteses também são descritas. Além disso, os objetivos da pesquisa decorrem da formulação do problema e devem ser executáveis nas ordens empírica, teórica e prática.

O quadro teórico de referência trará os conceitos disponíveis para a organização do objeto teórico e para situar o problema em relação às pesquisas existentes.

Também nessa etapa virá o levantamento bibliográfico específico para o estudo dos textos que falam sobre modelos teóricos, problemas metodológicos e conteúdos temáticos relativos ao objeto da investigação.

A terceira operação é a formulação das *hipóteses* da pesquisa, que são afirmações condicionais que se definem como os meios pelos quais a teoria intervém na investigação dos fatos. Há as hipóteses centrais, mais amplas, e as derivadas, ou secundárias, mais específicas.

5.2.2. Segunda fase: observação

A observação é uma etapa essencial da investigação e repercute na reconstrução empírica dos fenômenos. Desse modo, cria-se a necessidade de promover uma integração metodológica entre a observação e a descrição e interpretação. Além disso, exige-se que o pesquisador desenvolva uma estratégia da pesquisa.

Feita a formulação do problema, esta deve indicar o tipo de dados a procurar e como obtê-los, o tipo de tratamento a dar-lhes, como vinculá-los ao quadro teórico da pesquisa etc. É importante, então, neste momento, antes de “ir a campo”, fazer a crítica epistemológica da observação (idem, p. 143).

Immacolata Lopes enfatiza que se deve olhar com método para o objeto da pesquisa; não basta detectar a realidade imediata. É nesse exercício que se dá a ruptura epistemológica, quando, pelo método, o olhar do pesquisador se diferencia e se distancia do senso comum.

A pesquisadora cita Florestan Fernandes, que compreende as características da observação como sendo: (1) transcender à mera constatação de dados; (2) envolver a complementação de sentidos por meios técnicos; e (3) compreender que os níveis empíricos para a descrição ou interpretação dos fenômenos sociais são obtidos, selecionados e posteriormente coligados (FERNANDES apud LOPES, 2014, p. 143).

Por sua vez, a fase da observação é constituída por duas operações: a amostragem e a coleta de dados.

5.2.2.1. Amostragem

A amostragem delimita o universo de investigação, quando as fontes se relacionam, e define a unidade de pesquisa, que inclui as técnicas de observação para a coleta de dados nas fontes de informação selecionadas. Existem duas técnicas de amostragem.

- A probabilística, que se baseia na aplicação de métodos de tratamento estatístico e métodos quantitativos de análise, cujos principais tipos de amostras são: aleatória, sistemática, estratificada e por conglomerados.
- Na amostragem não probabilística, o pesquisador não conhece a probabilidade que cada unidade tem de ser selecionada para fazer parte da amostra. Sendo assim, a amostra é dita significativa ou de representatividade social (não estatística), e os métodos de tratamento dos dados são qualitativos.

Também é possível combinar técnicas de amostragem probabilística e não probabilística.

5.2.2.2. Coleta de dados

As técnicas de pesquisa – de observação ou de investigação – coletam dados brutos. Essas técnicas variam de acordo com a natureza da pesquisa e são determinadas pela maneira como integram a estratégia da investigação. As etapas consistem em observação direta e observação indireta.

- Observação direta: a posição do investigador pode ser manipulada estrategicamente, com o propósito de proporcionar perspectivas mais favoráveis de obtenção de dados.
- Observação indireta: formulários, entrevistas, história de vida.

As principais técnicas de coleta da pesquisa empírica são técnicas de observação indireta, como o questionário, a entrevista e a história de vida.

5.3. Terceira fase: a descrição

Essa fase faz a ponte entre a observação e a interpretação. Para Lopes (2014), a fase da descrição é a primeira etapa de análise de dados da pesquisa. A operação contida nessa fase é a análise descritiva, feita em dois passos:

- O primeiro passo envolve procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados, o que implica, além de realizar o tratamento estatístico, assegurar o domínio sobre a massa de dados coletados e conseguir um conhecimento prévio das possibilidades da documentação em relação aos objetos teóricos e práticos.
- No segundo passo entra a análise para a construção dos objetos empíricos, que – por sua vez – incluem a reprodução do fenômeno concreto. Esse procedimento só é possível mediante as interferências permitidas pela tabulação ou classificação anterior dos dados, em que o fenômeno será percebido por seus atributos essenciais e interdependentes.

Os métodos descritivos, que dão forma à apresentação da pesquisa, podem ser o monográfico, o estudo de caso, o estudo de comunidade, o etnográfico, o histórico ou documental e, por fim, o método próprio da análise de conteúdo. Pode haver ainda a combinação de um ou mais métodos, que formatam a natureza da unidade de investigação.

Para a autora, são essas operações técnicas e de análise que conferem ao pesquisador a capacidade de descrever as condições concretas de produção dos fenômenos estudados.

5.4. Quarta fase: a interpretação

Após a definição do objeto, a observação e a descrição, chega o momento de fazer o cruzamento dos dados coletados com as demais fases para interpretar a pesquisa.

Esse momento envolve a teorização dos dados empíricos dentro da perspectiva dos autores levantados no quadro teórico de referência para confirmar ou refutar as hipóteses. “A

análise descritiva visa à reconstrução da realidade do fenômeno por meio de operações técnico-analíticas que *convertem os dados de fato em dados científicos*” (idem, p. 152, com grifo nosso).

A fase de explicação está diretamente vinculada ao tratamento dos dados coletados e ao acúmulo dos conhecimentos advindos da análise descritiva. Para Lopes, existem três tipos de métodos interpretativos nas ciências sociais:

- Método dialético: realiza um processo de abstração e de generalização sempre num campo histórico, buscando as relações estruturais do fenômeno no todo social por meio do princípio da contradição.
- Método funcionalista: busca a totalidade em termos de causação funcional, de relações funcionais e do fenômeno com o todo, num campo supra-histórico.
- Método compreensivo: busca construir relações de sentido entre o fenômeno e o todo que se localiza num campo a-histórico.

A autora, então, estabelece a diferença entre levantamento e pesquisa social. O primeiro é um estudo descritivo, com base na coleta e sistematização de dados empíricos para a utilização imediata, enquanto a segunda fornece a fundamentação empírica dos dados e contribui para o corpo de conhecimento teórico e metodológico das ciências sociais, independentemente de sua utilização imediata.

A pesquisadora cita – como última etapa do processo de investigação – a conclusão, em que é feito o balanço dos resultados alcançados: “Corresponde a uma exposição dos objetivos conseguidos e das possíveis contribuições para o avanço do conhecimento sobre o tema que foi objeto da pesquisa” (idem, p. 155).

5.5. O modelo metodológico: a aplicação por meio das fases

Na presente pesquisa optou-se por elaborar um quadro, como proposto por Lopes (2014), preenchendo os elementos que formam a episteme da tese. Como os níveis parecem mais subjetivos e permeiam todas as fases da pesquisa científica, deu-se preferência por tecer a análise de desconstrução com base nas fases e suas operações.

Foi possível demonstrar as possibilidades de execução da presente pesquisa por meio das fases, como demonstra o quadro a seguir.

Tabela 5 - Aplicação do modelo metodológico

Fase	Operação	Escolha
Definição do objeto	Problema	Como se deu a prática editorial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016)?
	Quadro teórico	Hallin e Mancini, Perelman e Olbrecht-Tyteca, Habermas, Lippmann
	Hipóteses	<p>H1. <i>O jornal adotou procedimentos distintos para se referir ao prefeito Fernando Haddad e ao seu antecessor, prefeito Gilberto Kassab. Ao identificar a gestão do primeiro negativamente, nomeou-o pessoalmente mais vezes. Ao identificar negativamente a gestão do segundo, omitiu o nome próprio mais vezes. O partido do primeiro foi identificado mais vezes que o partido do segundo. Além disso, outros procedimentos personalizaram mais as referências a Fernando Haddad do que a Gilberto Kassab.</i></p> <p>H2. <i>Para efeitos de comparação, o jornal Folha de S.Paulo publicou menos editoriais negativos ao prefeito Fernando Haddad e expressou suas opiniões de forma menos passional e mais objetiva.</i></p> <p>H3. <i>Os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo fizeram proselitismo partidário e pregação doutrinária, contrariando os cânones cultivados pela tradição do diário.</i></p>
Observação	Amostragem probabilística Amostragem não	A técnica de amostragem da fase da observação na presente pesquisa foi feita

	probabilística	pela combinação da amostragem probabilística e não probabilística.
	Coleta de dados: observação direta Coleta de dados: observação indireta	A observação utilizada foi a indireta, porém com combinações que atenderam aos propósitos da pesquisa. Os dados secundários foram obtidos por meio da catalogação dos editoriais. Além disso, a pesquisa bibliográfica oferece apoio às dimensões da pesquisa.
Descrição	Análise descritiva	Dois passos compõem a operação da análise descritiva: organização, crítica e classificação dos dados coletados e os procedimentos analíticos que visam à construção do objeto empírico. Desse modo, após organizar os dados, eles passaram por um processo de textualização que os explicaram, transformando as constatações da fase da observação em uma análise escrita.
	Métodos descritivos	O método descritivo escolhido foi a análise de conteúdo.
Interpretação	Métodos: Dialético Funcionalista Compreensivo	Na fase da interpretação, a operação acontece pelo método compreensivo, que traz relações de sentido entre o fenômeno observado e descrito e o todo.

Fonte: LOPES, 2014

5.6. Análise de conteúdo segundo Lawrence Bardin

Após a observação, coleta dos dados e descrição do objeto de estudos, a presente pesquisa entrou na fase da interpretação. A essa fase foi aplicada a metodologia de Análise de Conteúdo de acordo com a pesquisadora Lawrence Bardin (2016). A autora explica os diferentes passos para chegar à análise e de que forma essa metodologia deve ser aplicada.

5.6.1. Pré-análise

Lawrence Bardin define que existem três fases da organização da análise de conteúdo. Para a autora, esses pontos se organizam em três “polos cronológicos”: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A fase de organização começa com um período de “intuições” (a pré-análise), mas evolui para a sistematização das ideias iniciais com três missões cruciais: (1) a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; (2) a formulação das hipóteses e dos objetivos; e (3) a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Seguindo a metodologia da pesquisadora, a primeira atividade relacionada à pesquisa é a leitura flutuante, no primeiro contato do pesquisador com os documentos que serão analisados. Esse é o momento de conhecer o texto e se permitir “invadir por impressões e orientações”. Mas, antes de realizar a etapa da leitura flutuante, foi importante definir o *corpus* da pesquisa.

5.6.2. A escolha dos documentos: definição do *corpus*

Bardin explica que existem duas formas de definir esse *corpus*, ou seja, duas formas de escolher os documentos que serão submetidos à análise de conteúdo. A primeira coloca diante do pesquisador o material que deverá ser analisado para que ele explore esse material e selecione aqueles documentos que poderão ser observados durante a pesquisa. Já na segunda forma, o objetivo é determinado previamente, e somente depois são escolhidos os documentos “susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (idem, 2016, p. 126).

A presente pesquisa utilizou o modelo de objetivo determinado como universo de demarcação. Estabeleceu o gênero dos documentos sobre os quais seriam efetuadas as análises para que fosse possível constituir um *corpus*, ou seja, o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (idem).

A constituição propriamente dita do *corpus*, por sua vez, utiliza duas regras principais. A primeira, a regra da exaustividade, não deixa de fora nenhum dos elementos por nenhuma razão, como dificuldade de acesso ou impressão de que aquilo não vai interessar. A segunda regra, da representatividade, permite fazer a análise sobre uma amostra, compreendendo que a amostragem é capaz de trazer aos resultados obtidos a representatividade do universo inicial.

Nesta pesquisa, optou-se por não deixar de fora nenhum editorial que abordasse o prefeito Fernando Haddad ou a prefeitura de São Paulo, tomando por escolha a regra da exaustividade. Além disso, outras duas regras são descritas por Bardin como partes relevantes do recorte do *corpus*: a regra da homogeneidade e a regra de pertinência.

A regra de pertinência também engloba o *corpus* da presente pesquisa, a partir do momento em que determina “que os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (idem, p. 128).

O primeiro passo da definição do *corpus* da pesquisa permitiu a localização dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* que, durante a gestão de Fernando Haddad (2013-2016), mencionaram o prefeito ou a prefeitura paulistana. Para isso foi utilizado o mecanismo de busca do acervo do veículo em dois níveis distintos: busca pelo nome “Fernando Haddad” e pelo termo “prefeitura”.

Esse primeiro momento delimitou o objeto de estudo da pesquisa, excluindo os editoriais que não abordavam questões relacionadas à prefeitura ou ao prefeito.

O jornal *O Estado de S. Paulo* publica três editoriais por dia (há ainda um editorial que aparece diariamente no caderno de assuntos econômicos, mas esse não é considerado na presente pesquisa). Esses três editoriais diários (dentre os quais apareceram os que foram estudados nesta tese) vêm na página A3 do diário, ocupando mais da metade da página. Na parte inferior da mesma página A3, são publicadas algumas mensagens de leitores. Posteriormente serão debatidos os assuntos relacionados à posição gráfica dos editoriais no jornal e como esse posicionamento auxilia no processo de categorização da importância dos assuntos publicados.

Nos quatro anos do mandato do prefeito Fernando Haddad foram publicados 4.200 editoriais, três por dia. Deles, 281 abordaram questões relacionadas à prefeitura de São Paulo e ao prefeito Fernando Haddad. A partir dessa primeira análise foi possível delimitar o conjunto de editoriais que comporiam o objeto do estudo.

Em um segundo momento, optou-se por coletar também todos os editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*, também na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016). O objetivo era comparar, para efeitos da análise, os da *Folha de S. Paulo* com os de *O Estado de S. Paulo*. A diferença é que o primeiro veículo possui apenas dois editoriais por dia, e um único em alguns dias. O método de busca do acervo da *Folha de S. Paulo* foi o mesmo, utilizando como palavras de busca “Fernando Haddad” e “prefeitura” no período de sua gestão.

Não é objetivo da presente pesquisa tecer análises comparativas de conteúdo sobre todos os editoriais publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Mas, em termos quantitativos, esse confronto serve como base para compreender as diferenças e semelhanças nas abordagens de ambos os veículos.

Optou-se então por selecionar uma amostra aleatória dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* e compará-los em termos de análise de conteúdo para observar os argumentos utilizados quando o tema eram questões relacionadas a Fernando Haddad e à prefeitura de São Paulo. Adiante serão detalhados os critérios dessa categoria de análise.

Seguindo os mesmos objetivos quantitativos, optou-se por coletar os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* também durante a gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012). Nesses termos, em uma lógica quantitativa e com as buscas pelas palavras “Gilberto Kassab” e “prefeitura”, foi possível observar o número de editoriais que comentaram ou criticaram o desempenho do prefeito.

Embora o conjunto de editoriais acerca do prefeito Gilberto Kassab não seja parte do objeto de estudos, foi possível escolher uma amostra para, comparativamente, observar as diferenças e semelhanças no tratamento que cada um dos dois recebeu.

5.6.2.1. Análise de contingência

Bardin (2016), no capítulo sobre as análises das relações, dedica algumas páginas para falar sobre a teoria da associação. Dentre as diferentes análises, propostas encontram-se a análise das coocorrências ou de contingências.

A autora explica que essa análise tem como objetivo extrair do texto as relações simultâneas, ou relação de associação, de dois ou mais elementos. “É de notar que uma referência das dissociações ou exclusões de elementos assinalados pela não presença ‘anormal’ de certos elementos na mesma unidade de contexto pode também ser significativa” (idem, p. 260).

A ideia da coocorrência se baseia na observação que demonstra que o número de aparições de um (ou mais) elementos em um texto, ou a sua ausência, fazem parte do que a autora chama de coocorrência, o que pode evidenciar de forma positiva ou negativamente o sentido do texto.

Enquanto a frequência de aparição das unidades de significação ou de elementos formais assenta no princípio de que quanto maior for a frequência dos elementos, maior será a sua importância, a coocorrência (ou a não coocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor (idem, p. 260).

A autora questiona o fato de uma determinada palavra aparecer associada a outra e os significados que isso pode trazer em um texto. Então, ela exemplifica o procedimento de outro autor, Osgood, que propõe o cálculo das coocorrências por meio de uma matriz de contingência, ou comparação com o acaso.

- Escolha das unidades de registro (palavra-chave, por exemplo) e a categorização (temas), se tal tiver cabimento;
- Escolha das unidades de contexto e o recorte do texto em fragmentos;
- Codificação: presença ou ausência de cada unidade de registro (elemento) em cada unidade do contexto (fragmento);
- Cálculo das concorrências (matriz de contingência). Comparação com o acaso;
- Representação e interpretação dos resultados (OSGOOD, 1959 apud BARDIN, 2016, p. 261).

Ainda para Osgood, a análise de contingência seria pertinente “em relação às mensagens espontâneas, não estratégicas” ou para “mensagens deliberadas com origem institucional”. Para o autor, o locutor “não pode controlar totalmente as suas associações ou as exclusões (e falsificar assim o sentido das concorrências manifestadas no texto)” (idem, p. 263).

Então, a análise de contingência, também chamada de associativa, analisa as formas com que as palavras, termos ou expressões se organizam no texto, ou o que está associado a quê. Na presente pesquisa, optou-se por identificar o número de adjetivos e expressões adjetivas e suas coocorrências após observar, por meio da leitura flutuante, que esses elementos eram amplamente utilizados. Então, parte da análise que será feita no capítulo 6, trará as observações feitas acerca desse ponto.

5.6.3. Formulação das hipóteses e dos objetivos

Bardin (2016) explica que nem sempre é obrigatório ter como guia um *corpus* de hipóteses para proceder à análise; porém, na presente pesquisa, decidiu-se predeterminar algumas hipóteses e objetivos para confrontá-los ao longo da aplicação da metodologia.

Existem dois procedimentos para a formulação das hipóteses, destacadas por Bardin: (1) procedimentos fechados, como métodos de observação que funcionam pelo mecanismo da indução e servem para a experimentação da hipótese; e (2) procedimentos de exploração aos quais “podem corresponder técnicas ditas sistemáticas” e que permitem “a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis”, funcionando por meio da dedução e facilitando a construção de novas hipóteses (idem, p. 129).

No entanto, em muitos casos, o trabalho do analista é insidiosamente orientado por hipóteses implícitas. Daí a necessidade de as posições latentes serem reveladas e postas à prova pelos fatos – posições estas suscetíveis de introduzir desvios nos procedimentos e nos resultados. Formular hipóteses consiste, muitas vezes, em explicitar e precisar – e, por conseguinte, em dominar – dimensões e direções de análise, que apesar de tudo funcionam no processo (idem, p. 129-130).

Nesta pesquisa, a escolha foi pelo procedimento de exploração, em que a leitura flutuante do material seguiu um processo dedutivo que possibilitou a construção das hipóteses. A presente pesquisa testou três hipóteses:

H1. *O jornal adotou procedimentos distintos para se referir ao prefeito Fernando Haddad e ao seu antecessor, prefeito Gilberto Kassab. Ao identificar a gestão do primeiro negativamente, nomeou-o pessoalmente mais vezes. Ao identificar negativamente a gestão do segundo, omitiu o nome próprio mais vezes. O partido do primeiro foi identificado mais vezes que o partido do segundo. Além disso, outros procedimentos personalizaram mais as referências a Fernando Haddad do que a Gilberto Kassab.*

H2. *Para efeitos de comparação, o jornal Folha de S.Paulo publicou menos editoriais negativos ao prefeito Fernando Haddad e expressou suas opiniões de forma menos passional e mais objetiva.*

H3. *Os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo fizeram proselitismo partidário e pregação doutrinária, contrariando os cânones cultivados pela tradição do diário.*

5.6.4. A elaboração dos indicadores e a preparação do material

Bardin explica que os textos podem ser considerados manifestações que contêm índices a ser explicitados pela análise e que o trabalho preparatório é a escolha desses indicadores que

serão estudados em função das hipóteses, caso elas estejam determinadas, como é o caso da presente pesquisa.

A autora também debate a importância da preparação formal (ou edição) do material, o que nesta pesquisa incluiu a impressão dos editoriais que compuseram o *corpus*, a produção de planilhas, a quantificação para que se pudesse fazer a análise e as escolhas das sequências de enquadramentos.

5.7. Frames no jornalismo opinativo de editorial: o enquadramento argumentativo

A análise de conteúdo é uma análise quantitativa. Por meio dessa metodologia é possível observar o número de incidências de determinados termos, verificar a ausência de certos elementos e quantificar aquilo que se torna objeto da pesquisa.

Para enriquecer o estudo com uma perspectiva também qualitativa, esta pesquisa incorporou o conceito de *framing*, ou enquadramento, para realizar, em conjunto com a análise de conteúdo, uma crítica que não se limitasse aos aspectos quantitativos.

Mauro Porto (2002) retoma os tipos de enquadramento de alguns pesquisadores e os apresenta em seu artigo *Enquadramentos da mídia e política*. Ele explica que esses autores distinguem enquadramentos da mídia dos enquadramentos culturais, enquadramentos de formato e enquadramentos de conteúdo ou enquadramentos noticiosos dos enquadramentos temáticos.

O autor explicita que o primeiro passo para a pesquisa é especificar os níveis de análise de conceito. É fundamental definir o nível em que se está trabalhando – noticioso, interpretativo ou misto – e, em seguida, definir qual tipo de enquadramento será utilizado.

Na visão dele, existem dois níveis de análise. O primeiro é o enquadramento noticioso, “cujos padrões de apresentação, seleção e ênfase” são utilizados por jornalistas para organizar os relatos. Vem daí o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto, que acaba por destacar alguns elementos em detrimento de outros. O segundo nível descrito por Porto é o enquadramento interpretativo, que pode ser definido como “padrões de interpretações que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos”. Isso inclui “definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento” (idem, p. 15).

O autor explica que a diferenciação dos enquadramentos está na fonte. Enquanto os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas, os interpretativos são elaborados “por atores políticos e sociais”.

Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico. *Entretanto, as normas da objetividade e imparcialidade tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas* (idem, p. 16, com grifo nosso).

Porto retoma Nelson e Willey (2001) sobre a importância de diferenciar os enquadramentos noticiosos dos enquadramentos temáticos. Para os autores, essa distinção pode ser um pouco obscura, já que os enquadramentos noticiosos são os portadores dos enquadramentos temáticos.

Ainda assim, é importante definir uma linha separando os enquadramentos temáticos que a mídia simplesmente relata e aqueles que ela impõe a partir de hábito organizacional ou demandas de mercado. Enquadramentos noticiosos, como o de conflito, surgem a partir da necessidade de atrair audiência através da ênfase em confrontações exageradamente dramáticas [...] Enquadramentos temáticos têm uma especificidade em termos de conteúdo (ainda que não exclusivamente) e são geralmente formulados por políticos profissionais, anunciantes, porta-vozes, editorialistas, assessores, e outros atores que se preocupam em moldar a opinião pública [...] Enquadramentos temáticos são descrições de problemas e políticas sociais que influenciam o entendimento do público sobre a origem desses problemas e sobre os critérios mais importantes a partir dos quais as soluções propostas devem ser avaliadas" (NELSON; WILLEY, 2001 apud PORTO, 2002, p. 14).

Utilizando a descrição dos autores, pensou-se em trabalhar com o enquadramento noticioso, seguindo a diferenciação citada acima. A análise dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* se encaixa na descrição dos autores por serem produções jornalísticas formuladas por editorialistas, em peças que têm a finalidade clara de influenciar a opinião do público.

No caso da presente pesquisa, um dos grandes desafios para concluir esse primeiro passo foi encontrar o melhor enquadramento analítico. A bem da verdade, em um dado momento da elaboração desta tese, instalou-se um impasse sobre qual dos dois enquadramentos a presente pesquisa empregaria.

O nível noticioso é criado por jornalistas dedicados a apurar e relatar os acontecimentos. Ocorre que o termo “jornalistas” inclui, por evidente, os editorialistas. Porto intitula este

enquadramento de “ângulo da notícia” ou “enquadramento de interesse humano”, tendo em vista que seria um pacote mais vinculado à categoria informativa do jornalismo. Já o nível interpretativo opera em um âmbito mais específico e “possui independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam”. Essas interpretações são promovidas por “atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais”, entre outras (idem, p. 15). Em se tratando dos editoriais, os “atores sociais” que interpretam os fatos são aqueles que representam o ponto de vista do próprio veículo jornalístico.

Portanto, parecia haver uma interpenetração excessiva entre o que é noticioso e o que é interpretativo, razão pela qual a presente pesquisa encontrou o impasse comentado. A solução, porém, não tardou. A observação de Porto sobre o enquadramento interpretativo operar em um nível mais específico e com independência em relação aos jornalistas que o relatam serviu de base para essa solução. O que Porto indica, em seu texto, é que, para uma análise específica de enquadramento dentro do jornalismo opinativo de editorial político em jornal, haveria a necessidade da criação de um terceiro nível.

O enquadramento é uma perspectiva interpretativa que se impõe discursivamente a partir de um fato que foi noticiado. Então, mesmo que seja possível reconhecer alguns dos argumentos utilizados nos editoriais e suas conexões com atores do universo político e social, nem o nível de enquadramento noticioso nem o interpretativo dariam conta de proporcionar os instrumentos necessários para a presente análise. Isso porque os textos interpretativos aqui analisados se referenciam, recorrentemente, em textos noticiosos, em relatos factuais muitas vezes publicados antes no mesmo jornal.

Por esse motivo de ordem metodológica, propõe-se aqui um novo nível de enquadramento, que leva em conta os tipos de argumentos utilizados no texto opinativo de editorial político em jornal. A esse novo nível, dá-se, aqui, o nome de enquadramento *argumentativo*.

O enquadramento argumentativo tem foco nos tipos de argumentos presentes no jornalismo opinativo político, especificamente, no jornalismo de editorial de veículos jornalísticos. O jornalismo opinativo de editorial faz parte da categoria opinativa, não se baseia em entrevistas às fontes, mas sim nas ações, acontecimentos e eventos públicos. Porém, é a tradição do veículo e os valores que apregoa que formam a lente pela qual esse veículo jornalístico interpretará os fatos, colocando, assim, seus argumentos para tecer essas interpretações.

5.7.1. O enquadramento argumentativo: as diferentes tipologias para a crítica de mídia

Portanto, como visto, utilizando a descrição de Porto (2002) sobre os diferentes níveis de análise, “noticioso” e “interpretativo”, foi aqui desenvolvido outro tipo de enquadramento, o argumentativo, que melhor auxiliará na análise dos resultados da pesquisa.

Nessa etapa da pesquisa foi preciso determinar quais as diferentes tipologias de crítica de mídia estariam presentes no enquadramento argumentativo. Para isso, coube compreender como outros autores construíram as subdivisões dos enquadramentos, tomando como base suas pesquisas.

O enquadramento noticioso, por exemplo, se subdivide em diversos outros de crítica de mídia e, nessa etapa da pesquisa, foi fundamental definir qual empregar. Para isso, foi utilizada a pesquisa de Danilo Rothbergh (2007), que define essas subcategorias.

5.7.2. As subcategorias do enquadramento argumentativo

Rothberg acredita que, na prática jornalística, os enquadramentos são construídos por meio de procedimentos como a seleção, exclusão ou ênfase em determinadas informações, e seria desse modo que o jornalista comporia as perspectivas pelas quais os acontecimentos são levados aos espectadores.

O autor evoca os pensamentos de Porto (2004), Iyengar (1990; 1991) e Entman (1993), em que os diversos desenvolvimentos empíricos sustentados pelo conceito de enquadramento levaram “à percepção de que determinados assuntos podem ser apurados pelas mídias jornalísticas segundo formatos específicos de cobertura” (ROTHBERG, 2007, np).

Ele conceitua cinco categorias de enquadramentos em uma perspectiva de crítica de mídia. Para ele, o papel da mídia é contribuir para a formação do sujeito político em uma democracia contemporânea e madura, e os enquadramentos atrapalham esse processo por falharem com o compromisso de pluralismo, equilíbrio e consequentemente de objetividade.

Pensando especificamente na cobertura eleitoral, o autor categoriza cinco enquadramentos:

- Enquadramento de jogo. Trata-se de um enquadramento ligado às chances de vitória ou de derrota na corrida eleitoral, sobrando pouco espaço para abordar questões mais importantes acerca das propostas dos candidatos, seus desafios, obstáculos, entre outras. “A pergunta que

parece motivar as reportagens não é ‘como a política pode contribuir para resolver os problemas da sociedade?’, mas sim, ‘como a campanha do candidato pode ajudar ou atrapalhar suas chances de vitória?’”.

- Enquadramento estratégico. Para Rothberg, essa categoria é outra forma de cobertura política. As ações dos candidatos e pré-candidatos parecem sempre estar escondidas e veem à tona pela atividade jornalística. Assim, as ações dos políticos têm como objetivo ganhar o apoio de indivíduos que não compreendam os aspectos mais obscuros da política, a “sinalização, aos competidores, dos termos em que se dará a negociação nos bastidores”, ocultar verdades que possam atrapalhar o jogo político ou até mesmo “vantagens pessoais, poder, riqueza, prestígio”.

- Enquadramentos episódicos. Estes se referem “aos fatos relevantes do percurso de definição e execução de políticas públicas”. Nesse caso, os enquadramentos não tocam nas questões políticas acerca de um fato, mas sim na complexidade das escolhas envolvidas em determinada opção.

Como exemplo, pode-se tomar uma matéria sobre um eventual discurso do presidente da República proferido no evento de lançamento de uma comissão interministerial dedicada ao exame dos planos de expansão e reforma nos setores de transportes e logística de exportação. Ao invés de analisar as características da infraestrutura existente, suas deficiências e os termos das reformas e políticas propostas para a área, o jornalista apenas “informa” que o evento foi promovido para sinalizar, à oposição, uma suposta mudança de gestão na área, ou para fortalecer um ministro criticado nas semanas anteriores (idem, np).

- Enquadramento de conflito. Podendo ser resultado dos enquadramentos anteriores, o enquadramento de conflito tem enfoques jornalísticos que giram em torno dos bastidores da política sobre consequências dos supostos “choques entre opções diferentes para a dinâmica do poder dentro dos partidos, do parlamento e para a ascensão do político, adversários e aliados”. Nessa prática jornalística proliferam os comentários de fontes em off e anônimas e o jornalismo diário deixa de ser construído com base no que deve ser apreciado por um cidadão e passa a abordar aquilo que os políticos estariam ocultando, se não fosse a ação jornalística para revelar as verdades.

- Enquadramentos temáticos. Estes “são vistos pelos estudiosos da área como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade” promovidas pelos demais enquadramentos. Os temas, para o pesquisador, são os aspectos concretos das políticas públicas envolvidas nas escolhas eleitorais, “ações e decisões de mandatários, conferências nacionais e internacionais, votações parlamentares”, entre outros. Para Rothberg, esse tipo de cobertura exige que os jornalistas saibam situar os diversos aspectos das políticas públicas em seus devidos contextos.

Tal natureza de cobertura exige explorar o alcance de eventuais contradições e conflitos entre visões distintas, mas não apenas as confrontando simplesmente, e sim oferecendo explicações para as diferenças. O jornalista deve também ser capaz de avaliar a representatividade das diferentes perspectivas concorrentes em torno de determinado assunto, selecionando aquelas mais relevantes e operando o diálogo entre elas de maneira a preservar igualdade de expressão. É preciso ter o cuidado de não excluir determinadas ideias com base no julgamento de que sejam minoritárias, mas também não se pode conceder espaço àqueles que defendam posicionamentos completamente alienados do pacto social então vigente, baseados em violência, intolerâncias ou preconceito (idem, np).

O enquadramento temático envolve o pluralismo e o equilíbrio, capazes de conduzir à superação da “fragmentação, superficialidade e tendência ao entretenimento” presentes nos enquadramentos de conflito.

Rothberg argumenta que essa tipologia aborda “a profundidade dos enfoques, número e natureza das fontes consultadas, aspectos envolvidos e hipóteses apuradas”. Desse modo, a crítica de mídia “baseada na noção de enquadramento pode alcançar um grau satisfatório de objetividade”.

5.8. Categorias do enquadramento argumentativo

A presente pesquisa propõe a categoria do enquadramento argumentativo, conforme descrito no tópico anterior. Isso significa que será necessário, aqui, empreender uma tipologia específica para o argumento empregado no editorial. De onde ele brota? De que paradigma teórico, institucional, histórico ou jornalístico? O que o inspira? Em que ele se baseia em termos de lógica? Como se pode aquilatar o seu grau de coerência?

Lembre-se que, para elaborar um juízo de valor sobre a conduta e o desempenho de um governante ou de um governo, o jornal que opina não tem como se esquivar de um lastro na

razão. Da mesma forma, deve estar alicerçado em uma visão própria sobre a qualidade do debate público, em termos éticos e políticos.

Um jornal cairia no campo da irracionalidade se fizesse as avaliações de um governante baseado nas preferências pessoais do editorialista de turno, pois essas preferências, embora constituam uma subjetividade racional e façam parte da vida, não são racionalmente entendidas como balizas impessoais e, portanto, não podem ser tomadas como fatores passíveis de orientar a conduta pública de uma autoridade.

Logo, um jornal, quando sintetiza uma opinião para avaliar a conduta de um governante, não pode tirar os seus argumentos de qualquer território, escolhido aleatoriamente. Em vez disso, precisa demonstrar que os seus argumentos fincam raízes em campos conhecidos da razão, do debate público, das práticas dialógicas e da própria lógica argumentativa.

Nesse sentido, esta pesquisa sugere que existam três modelos essenciais para que se possa desenhar uma tipologia do argumento no jornalismo opinativo dos editoriais políticos dos jornais. Com base nisso, será empreendida a análise dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*.

Dentre os diferentes tipos de argumentos, verificou-se que o veículo utiliza alguns específicos para abordar convergências e divergências acerca das ações do prefeito Fernando Haddad. São eles:

Argumento da Razão Legal. Esse argumento, com fundo na racionalidade econômica ou administrativa, considera os fins da gestão pública de acordo com a legislação vigente e, além dela, na doutrina jurídica específica. Afinal, um jornal tem legitimidade para dizer se um governo vai bem ou vai mal a partir da comparação entre a conduta do governante e aquilo que a lei lhe manda fazer. Entram aí também os limites orçamentários (legais), além dos imperativos emergenciais ou contingenciais que se apresentam.

- Lógica administrativa: compreende os argumentos que utilizaram fundamentos na administração do governo de Fernando Haddad. Amparando estes argumentos em questões relacionadas a administração.
- Lógica jurídica: reúne os tipos de argumentos que, dentro da tipologia do *Argumento da Razão Legal*, se basearam em aspectos da Constituição Federal de 1988 e em aparatos da lei.
- Lógica financeira: se refere aos tipos de argumentos que utilizaram questões relacionadas às verbas públicas e suas utilizações para fundamentar o posicionamento do veículo.

Argumento da Ética Pública. Aqui entram em cena a ética pública e os conflitos de interesse. Esse segundo tipo de argumento se dirige ao comportamento do governante em relação ao que estabelece a Constituição Federal acerca da moralidade, de decoro, e incorpora também os preceitos consagrados pelos costumes e pelas práticas políticas democráticas. Um governante pode ter a racionalidade econômica em alta avaliação, mas se não observar atentamente a separação entre o público e o privado, seria licencioso, permissivo e faltaria com a ética pública. Um governante, quando tem uma prática eleitoreira, por exemplo, está cumprindo mais aquilo que é de interesse de um partido do que o que é de interesse público. O interesse do partido é um interesse particular. Trata-se de um interesse legítimo, mas, muitas vezes, pode entrar em confronto com o interesse público. O bem público não pode ser usado como bem privado – este é um pilar de valor da democracia. Portanto, no argumento da ética pública, o editorial lança mão de argumentos que tratam de questões extraleais atinentes à conduta do governante, como a legitimidade, a boa-fé, as intenções, e as diversas manifestações comportamentais ou discursivas.

- Lógica do desvio eleitoreiro: reúne os argumentos que fundamentam suas críticas sobre ações do prefeito terem ou não se embasado, para o veículo, em razões eleitoreiras.
- Lógica partidária: compreende os argumentos que criticam o apoio do prefeito Fernando Haddad aos correligionários do Partido dos Trabalhadores (PT).
- Lógica relacional: reúne os argumentos que criticam as ações do prefeito por conta de relações com pessoas de outros partidos.

Argumento de Valores Eletivos. Esse terceiro tipo de argumento diz respeito à tradição ou aos valores do próprio veículo, ou seja, causas e bandeiras que o próprio veículo escolhe para defender e representar (valores, em suma, eletivos). Bastante utilizado nos editoriais, esse argumento busca apoio nos pontos defendidos por aquela publicação ao longo de sua tradição. Quando se tem em mente um jornal de tradição secular, muito da coerência do que ele argumenta vem daquilo que ele defendeu ao longo da sua trajetória. Nessa perspectiva, os valores e causas que o jornal carregou e carrega em sua trajetória conferem legitimidade argumentativa para que ele apresente críticas ou restrições ao desempenho de um governante. Naturalmente, é necessário que essas causas e bandeiras sejam valores aceitos na cultura democrática.

- Lógica da defesa da iniciativa privada: reúne argumentos do veículo que demonstrem o seu apoio à defesa privada.

- Lógica do republicanismo: compreende os argumentos utilizados pelo jornal que se mostram a favor dos ideais republicanos.

Desse modo, cada um dos argumentos apresentados pode se subdividir em níveis menores, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Categorias e subcategorias da tipologia do argumento

<i>Argumento da Razão Legal</i>	<i>Argumento da Ética Pública</i>	<i>Argumento de Valores Eletivos</i>
A1. Argumento jurídico Com aporte jurídico ou constitucional	A2. Argumento partidário Partidarismo ou apartidarismo	A3. Argumento da defesa da iniciativa privada Se contraria ou não a iniciativa privada
B1. Argumento administrativo Crítica pela forma de arrecadação financeira	B2. Argumento relacional Conexão com outros políticos e com os partidos	B3. Argumento republicano Contraria ou não os ideais republicanos
C1. Argumento financeiro e de gastos públicos Críticas sobre o destino dos recursos, gastos públicos e preços de serviços	C2. Argumento eleitoreiro Afirma que as políticas adotadas têm objetivos eleitoreiros	

Fonte: ROTHBERG, 2007

A terceira coluna, *Argumentos de Valores Eletivos*, diz respeito exclusivamente ao objeto de estudos desta análise. Na possível aplicação dessa metodologia a outras pesquisas será importante identificar os valores e tradições específicos do veículo para formatar as categorias. De qualquer forma, as tipologias de argumentos aqui propostas foram observadas na fase da leitura flutuante proposta por Lawrence Bardin.

Dentro da primeira tipologia, encontram-se os subníveis dos argumentos que podem ter sido utilizados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para justificar seu apoio ou crítica ao prefeito Fernando Haddad.

É relevante ressaltar que os enquadramentos argumentativos encontrados no jornal *O Estado de S. Paulo* serão chamados de tipologias do argumento em que as categorias e subcategorias serão dispostas. A pesquisa sobre *framing*, profusamente debatida no presente capítulo, se relaciona, para essa análise, com o conceito de argumento. Ou seja, foram criadas tipologias de argumentos de jornalismo opinativo de editorial e esses argumentos se encontram em enquadramentos de textos dos veículos.

5.9. Fundamentos do estudo da argumentação: a nova retórica para Perelman e Olbrechts-Tyteca

Após a captura das sequências de argumentos e a formulação das tipologias de argumentos do jornalismo opinativo de editorial em veículos jornalísticos, observou-se a necessidade de analisar os termos à luz de autores que debateriam os estudos da argumentação.

Aristóteles (384-322 a.C.) observava que a argumentação se divide em três tipos: os argumentos demonstrativos, capazes de produzir certezas nas audiências; os argumentos dialéticos, que estabelecem pontos de vista majoritariamente aceitos; e os argumentos retóricos, que têm como objetivo convencer uma audiência sobre a correção de uma postura (VAN EEMEREN et al., 1996).

Para Aristóteles, aquilo que nasce a partir de premissas e suposições que se baseiam em algo factível torna impossível que as conclusões resultem como inverídicas. A esse aspecto ele deu o nome de silogismo, ou argumento que é dedutivamente válido.

As lógicas verdadeiras também podem levar a falsas conclusões. A falácia, amplamente discutida por Aristóteles, é a conclusão de algo que se comprova falso, mas que se baseou em premissas verdadeiras. Esse ponto suscita o termo retórica, também discutido pelo filósofo. A arte de bem argumentar, ou a arte da palavra, é imprescindível em um discurso para que ele seja convincente.

A indução retórica utiliza elementos que podem ser aceitos pelo público, fazendo com que haja uma generalização em algo credível. Por outro lado, a dedução retórica utiliza premissas certas ou plausíveis ou prováveis como suscetíveis de serem aceitas pela audiência.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), na obra **Tratado da argumentação**: a nova retórica, sugerem que, diferentemente do pensamento aristotélico, a argumentação não estaria relacionada à lógica formal. Todo discurso está em busca de uma validação impessoal, ou seja, os objetos de estudos se relacionam com o argumento como um tipo de comunicação que busca influenciar uma ou mais pessoas.

Para os autores, a intenção do orador para o público é o que demonstra se o discurso será persuasivo, na busca por aprovação de uma audiência particular, ou se o discurso pretende ser convincente para uma audiência universal. Além disso, o objetivo de toda argumentação é atuar sobre o destinatário da comunicação, a fim de modificar suas convicções e, por isso, o orador adapta o seu discurso à sua audiência.

Perelman e Olbrechts-Tyteca limitaram os seus estudos à linguagem para persuadir e convencer. E reafirmaram que a utilização da lógica moderna, que se baseia nos estudos matemáticos, restringiu o campo de pesquisa, já que tudo o que é “ignorado pelos matemáticos é alheio à lógica formal”, e foi desse ponto que surgiu a teoria da argumentação.

E foi à luz desse pensamento que as análises da presente tese foram tecidas. Desse modo, as sequências de argumentos, ou tipos de argumentos, foram retiradas dos editoriais respeitando-se as características de cada tipologia, e a teoria da argumentação foi aplicada sobre os exemplos.

Embora nessa pesquisa não se pretenda aplicar como metodologia a análise do discurso e linguística, alguns pontos tornam-se coerentes no debate. A presença da “intertextualidade manifesta”, abordada pelo pesquisador Norman Fairclough (2001) em **Discurso e mudança**, em que o autor retoma o capítulo sobre os tipos de discursos, é um deles.

Fairclough apresenta um exemplo de um guia direcionado aos possuidores do cartão do Banco Barclay. O guia apresentava o seguinte título: “Usá-lo é simples, você não tem sequer de falar a língua”. O material ocupava o terço superior de uma página dupla, o restante, como afirma o autor, era composto por uma fotografia de uma sorridente recepcionista japonesa com uma caneta em mãos sendo oferecida a quem observava as páginas.

Alguns elementos não estão descritos, mas são presumíveis, como: a caneta está sendo ofertada a um cliente, mesmo que ele não esteja representado, e o objetivo é que ele a utilize para assinar um recibo citado no texto do guia.

O autor explica que um intérprete pode reagir de diferentes formas ao ler um anúncio de um cartão de banco. A percepção pode ser a de que estão tentando lhe vender algo.

Além do que está escrito e imageticamente representado em um texto, seja o guia do cartão do banco, seja um editorial de jornal, existem múltiplas interpretações que se relacionam ao universo pessoal dos indivíduos, seus arcabouços e vivências políticas, bem como percepções de mundo e opiniões.

O intérprete acrescenta uma dimensão de intertextualidade ao texto, cruza suas próprias referências ao que está descrito e exposto e, assim, trabalha na construção do sentido daquela mensagem.

Em grande parte dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, observou-se a presença de elementos textuais não explícitos que buscaram recorrer à intertextualidade dos leitores no momento em que interpretassem o que o veículo expôs. De forma simbólica, esses cruzamentos com os arcabouços intelectuais dos espectadores representam a intertextualidade dos editoriais com as bagagens internas de cada indivíduo.

Esses editoriais são compostos por críticas, elogios e observações acerca das decisões do prefeito Fernando Haddad à frente da prefeitura da de São Paulo e são combinados por diversas pressuposições que se conectam aos outros editoriais, de edições anteriores, e também à forma pela qual se coordenaram as produções da categoria informativa do veículo, conforme abordado no capítulo sobre a liquidez do jornalismo opinativo.

Também existe a inserção de elementos metadiscursivos e irônicos que, como aborda Fairclough (2001), demonstram que o discurso está ligado às formas como as relações sociais se estruturam, como as identidades sociais se manifestam, como acontecem as mudanças culturais e como incidem, no discurso, a reprodução, a contestação e a reestruturação da sociedade.

De forma subjetiva, é possível observar que é por meio da construção do discurso que se dá a formação do *ethos* (eu), em que se podem unir “diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma versão particular do ‘eu’” (idem, p. 209).

Os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* utilizaram ironias, como quando demonstraram que o setor de multas da cidade de São Paulo seria o único que funcionava bem. Também aplicaram palavras e construções que designam mais pressuposições do que fatos, como “tentativa de engordar as metas” ou as metas do plano “parecem ter sido misturadas”, para dar uma impressão maior do que a real.

Outros tipos de construções frásicas, como “Acredite se quiser” e “Haddad insinuou”, demonstram que o veículo se vale da intertextualidade ao interpretar as falas do prefeito à sua

maneira. Nesse ponto, percebe-se que pode haver divergências na compreensão do que é enunciado pelo veículo com o fato descrito e daquilo que, no âmbito opinativo, tem como objetivo a promoção de sentidos com base em premissas não comprováveis, ou seja, suposições.

José Luiz Fiorin (2001) acredita que as teorias do discurso se dividem em dois blocos. O primeiro constituído pelos que pensam que é preciso conhecer as circunstâncias de produção de um texto, opinião de que o autor discorda. Para justificar sua posição, explica que textos como **Ilíada** e **Odisseia**, apontados por muitos autores como sendo resultado de uma produção coletiva, não trazem as circunstâncias de suas produções, o que não diminui o brilhantismo das obras.

O segundo grupo de teorias é dos que afirmam que o discurso é sempre constituído a partir de outro discurso, em que é possível observar minimamente duas vozes, a que é afirmada e aquela que se opõe a ela. Isso evoca o que o autor chama de “dialogismo constitutivo”, que observa a palavra do outro como condição fundamental para a existência de qualquer discurso.

É possível vincular a ideia de que um discurso se constitui a partir de outro com o conceito de intertextualidade manifesta de Fairclough e afirmar que essa multiplicidade de vozes se interconecta também por meio da interpretação dos textos, sendo o papel do intérprete com a produção de sentido daquilo que foi lido parte dessa interface.

Fiorin (2015) retoma o pensamento aristotélico quando aproxima o conceito de opinião da ideia de argumentação. Aristóteles dividiu os raciocínios em dois grupos, que ele chama de necessário e preferível. Os raciocínios necessários pertencem ao campo da lógica, enquanto os preferíveis dão abertura para conclusões não engessadas e não necessariamente verdadeiras. Esse tipo de raciocínio é estudado pela retórica e é utilizado com o objetivo de persuadir. “Os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos os meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese” (idem, p. 19).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) dividem a realidade em três partes: os fatos, as verdades e as presunções. Os fatos se formam por meio de acordos coletivos sobre realidades vistas como objetivas, saberes e visões compartilhados por um grupo. As verdades são vistas como formas mais complexas – elas seriam construídas por meio do encadeamento de diversos fatos.

Já as presunções são elementos de acordo e precisam da validação posterior ou da inclusão de um novo elemento que possa comprovar o conteúdo original. Para os autores, além dos fatos e das verdades, “todos os auditórios admitem presunções”. Eles completam dizendo

que “o uso das presunções resulta em enunciados cuja verossimilhança não deriva de um cálculo aplicado a dados de fato” (idem, p. 79).

O pesquisador Jairo Venâncio de Oliveira (2013, p. 234-235) afirma que “as presunções são fatos temporários que, se não confirmados, perderiam a própria justificativa de terem sido apresentados” e que “precisam estar vinculadas ao normal e ao verossímil, residindo, nesse ponto, a característica validadora de sua existência”.

E, para formar uma verdade, a presunção precisa estar atrelada à doxa do auditório para qual ela é postulada, ou seja, ao conjunto de juízos que uma sociedade elabora supondo que se trata de uma verdade óbvia. Porém, para a filosofia, esse conjunto de valores é visto como não ciência. Por isso, compreende-se que essa crença será, a qualquer momento, superada pelo verdadeiro conhecimento.

Levando como base as premissas dos autores descritos, é possível observar que as construções de argumentos do jornal *O Estado de S. Paulo* também objetivam persuadir os seus leitores a se guiarem pelos pensamentos do veículo.

Se todo tipo de discurso é finalizado na compreensão do intérprete, ou seja, aquele que decodifica, lê, vê ou ouve um determinado tipo de informação, pode-se dizer que essa intertextualidade faz com que o intérprete e o seus valores pessoais sejam necessários para a compreensão do discurso.

Não há nada de errado em os editoriais expressarem os seus posicionamentos e opiniões. Por outro lado, a utilização de ironias, conjecturas e construções frásicas relacionadas a pressuposições podem atrapalhar a compreensão desse intérprete acerca daquilo que está sendo dito e até mesmo sobre os fatos.

Como o discurso está relacionado à construção das identidades sociais e às formas como elas se manifestam, pode-se dizer que esses intérpretes são instrumentalizados, por meio do agendamento, com as ferramentas para que debatam e formatem a construção particular de suas visões e de seus *ethos*, mas também para que defendam esses posicionamentos construídos por meio do dialogismo com o veículo.

As ironias podem alimentar interpretações de formas negativas quando o veículo utiliza algumas suposições como: “tal coisa foi feita para parecer que” ou “aparentemente para fazer com que”. Esse tipo de construção apresenta dificuldades para os leitores sobre a compreensão da visão do jornal.

Quando o veículo analisa os discursos do prefeito e afirma que ele “insinuou” algo, torna-se tarefa extremamente complexa compreender as nuances, insinuações e imputar sentido

subjetivo sobre o que não foi dito. Aquilo que não foi enunciado não necessariamente foi entendido da forma pretendida pelo emissor que enviou a mensagem. Isso acaba gerando premissas de julgamento que não necessariamente representam a realidade daquele discurso.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2004, p. 235-236) demonstram que o uso da ironia, em que “quer-se dar a entender o contrário do que se diz”, é uma forma de argumentação indireta e que sua utilização sempre “supõe conhecimentos complementares acerca de fatos, de normas”.

O emprego da ironia traz a necessidade de conhecimentos prévios sobre o que está sendo abordado no discurso. Além disso, ela é utilizada, na maioria das vezes, na defesa de um argumento que, de certa forma, deve ter sido exposto pelo ataque.

Levando-se em consideração que um discurso é constituído a partir de outro discurso e que esse dialogismo constitutivo precisa da existência de discursos anteriores para alimentar o nascimento dos novos, essas duas vozes (o discurso que nasceu agora e aquele em que ele se baseou) são derramadas sobre a visão do intérprete.

Assim, ele terá que lidar com diversas barreiras entre o entendimento daquela informação e o fato por trás dela – fazendo com que haja constante disputa por espaço entre o seu próprio eu e a construção desse *ethos*, a formação do sentido daquela produção discursiva, o seu próprio arcabouço cultural e intelectual, a opinião do veículo que está sendo expressa –, e com insinuações, premissas, preconceções e julgamentos não comprováveis.

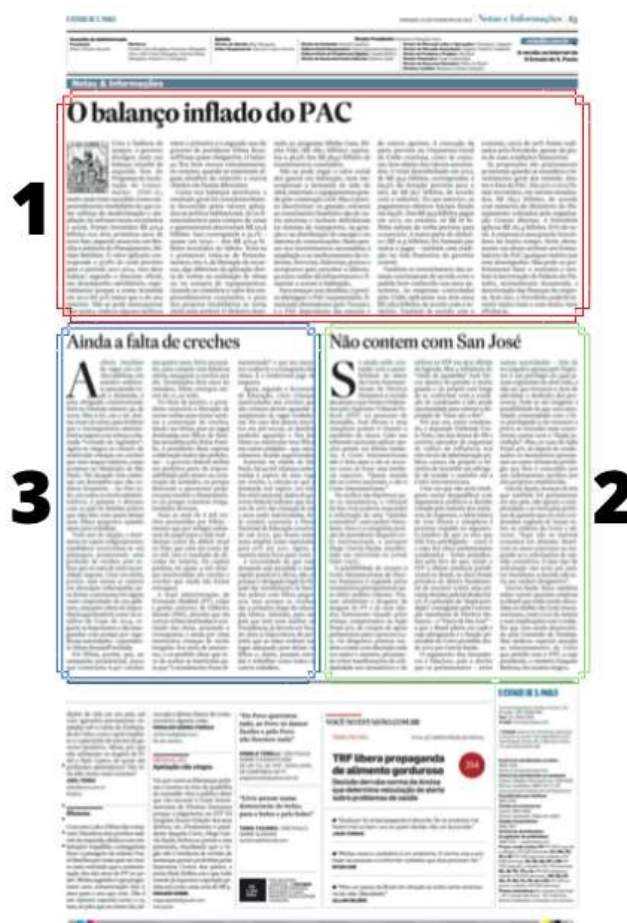
CAPÍTULO 6 - Elementos da análise quantitativa

Antes de iniciar a análise de conteúdo é essencial expor os dados da análise qualitativa sobre o objeto que está sendo investigado para que se possam visualizar disparidades, conformidades, equilíbrios ou dissimetrias relacionados aos editoriais.

Os editoriais de *O Estado de S. Paulo* encontram-se na página A3, em seção intitulada “Notas e Informações”. São três textos diários nomeados nos bastidores do veículo como nota 1, nota 2 e nota 3 – sendo o número 1 o destaque dos editoriais e o 3 o menos importante.

Não faz parte da presente proposta tecer uma discussão sobre os posicionamentos gráficos e sequências lógicas seguidas inconscientemente pelos leitores. Desse modo, serão consideradas as nomenclaturas do veículo sobre os posicionamentos dos seus editoriais.

Figura 1 – Posicionamento dos editoriais no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Montagem da autora

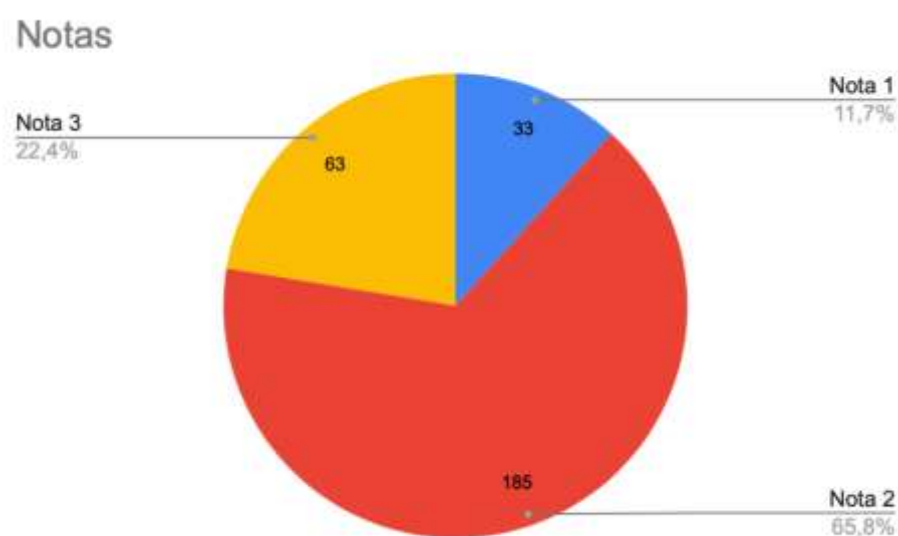
A partir do momento em que são publicados três editoriais por dia e que o mandato dos prefeitos brasileiros tem duração de quatro anos, presume-se que durante a gestão de Fernando Haddad 4.380 editoriais circularam nesse veículo. Em uma contagem prévia, foi possível observar que nos 1.200 dias ao longo de quatro anos, o veículo produziu 4.380 editoriais entre notas 1, 2 e 3.

Foi elaborado um gráfico com os títulos e assuntos abordados em cada um dos editoriais. Os temas foram divididos de forma a possibilitar a visualização do que foi abordado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* nos editoriais durante a gestão do prefeito Fernando Haddad.

5.11. *O Estado de S. Paulo* em números – gestão Haddad

Durante a gestão de Fernando Haddad (2013-2016), o jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou 33 editoriais notas 1 para o prefeito, 185 notas 2 e 63 notas 3. A análise refere-se ao posicionamento gráfico do veículo, conforme discutido na metodologia.

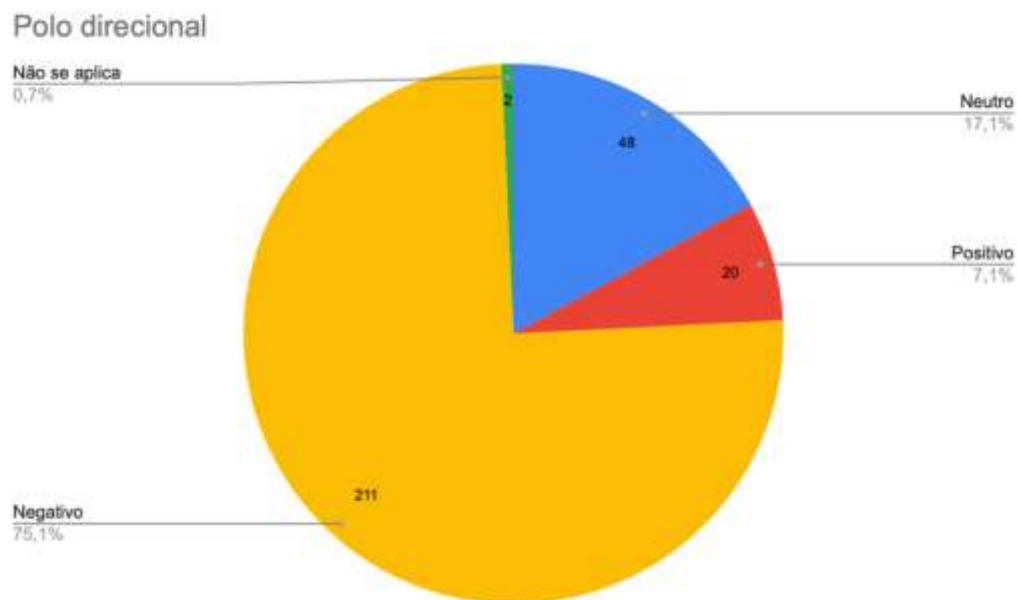
Gráfico 7 – Número de editoriais sobre gestão Fernando Haddad em cada posicionamento (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

Observou-se que 211 editoriais tiveram um polo direcional negativo, acerca das ações do prefeito, 20 editoriais foram positivos, 48 foram neutros e poucos não se aplicavam a Haddad, por citarem o seu nome, mas não falarem sobre suas decisões políticas.

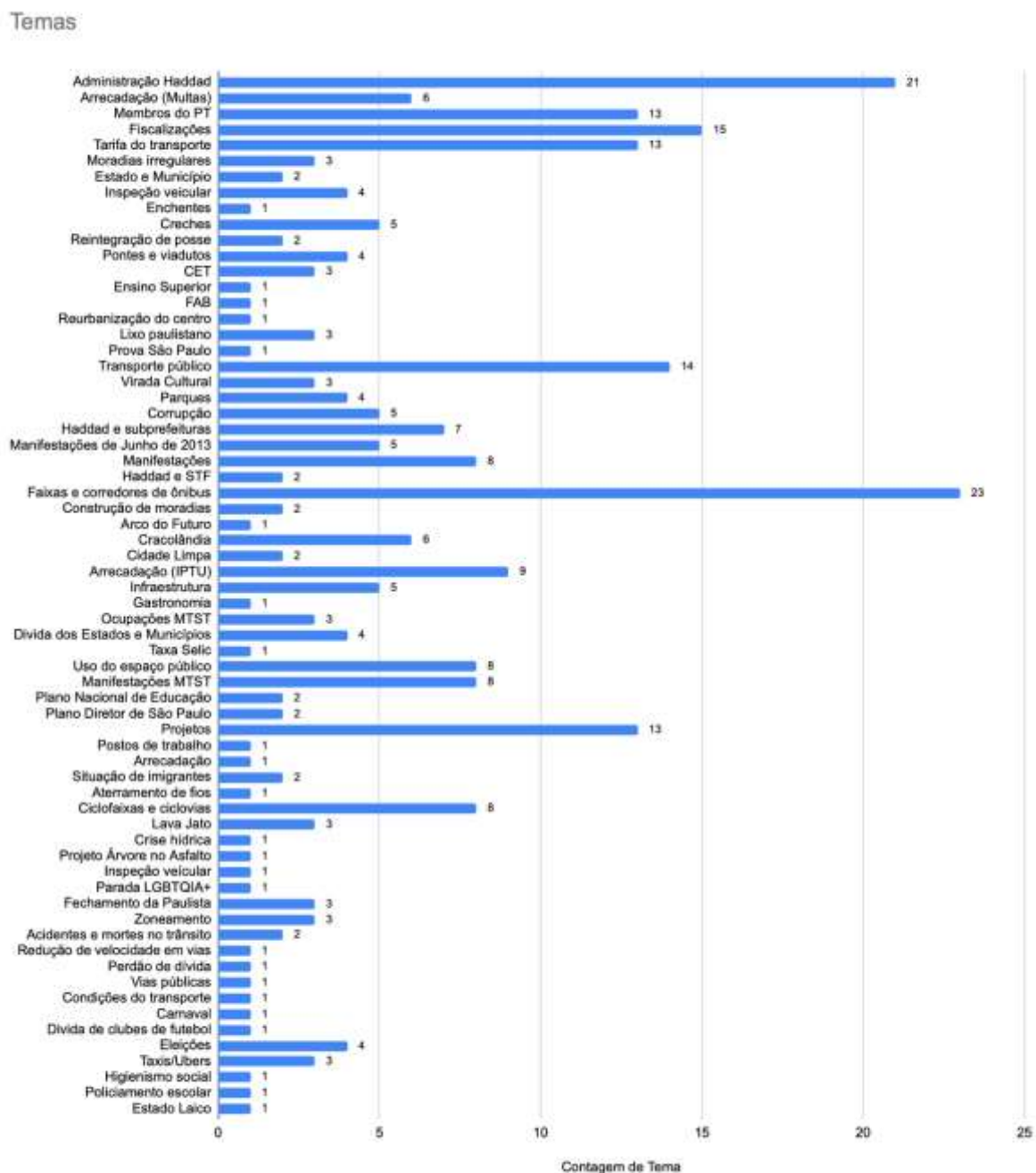
Gráfico 8 – Quantidade de editoriais positivos, negativos ou neutros sobre gestão Fernando Haddad (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

Os temas de maior destaque durante a gestão do prefeito foram as faixas e corredores de ônibus, críticas à administração de Haddad e questões relacionadas ao transporte público.

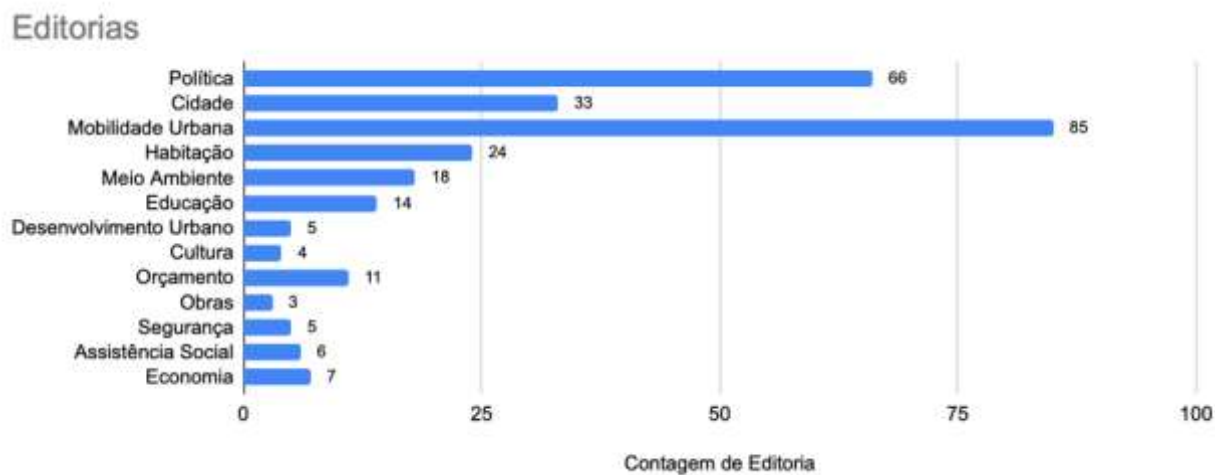
Gráfico 9 – Recorrências de temas nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* na gestão Fernando Haddad



Fonte: Da autora

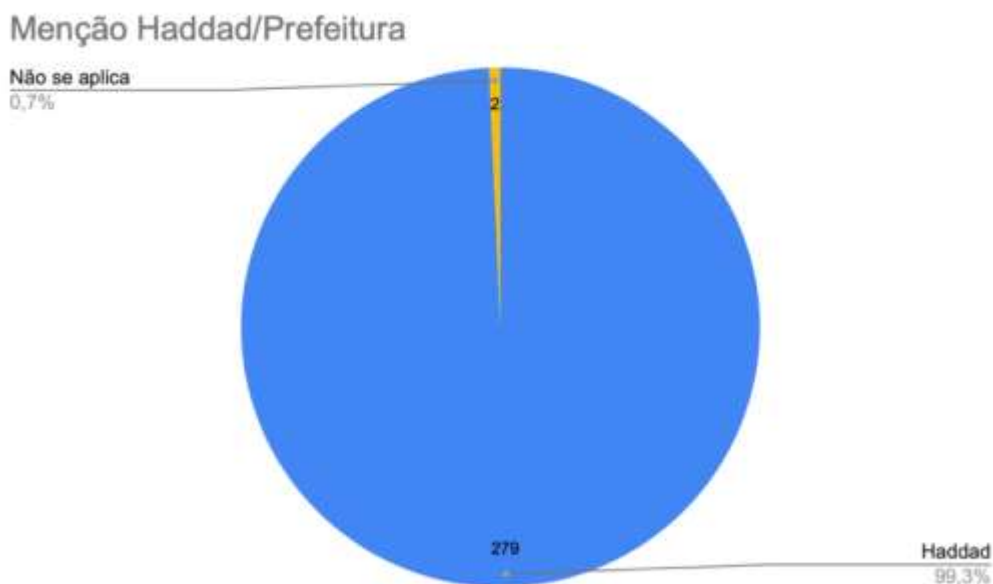
Os editoriais demonstram que os temas mobilidade urbana, política e cidade foram os mais debatidos durante a gestão do prefeito.

Gráfico 10 – Representatividade dos editoriais no período Fernando Haddad (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

Gráfico 11 – Número de menções nominais de Fernando Haddad (*O Estado de S. Paulo*)

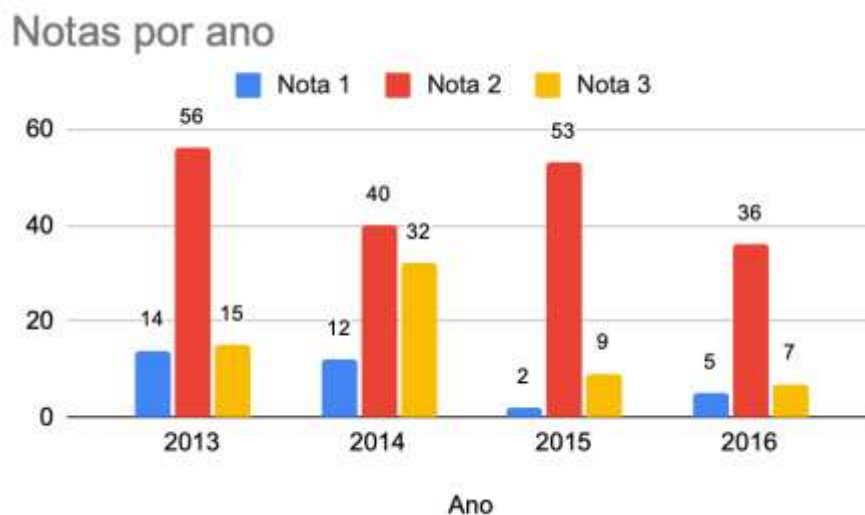


Fonte: Da autora

Somente o editorial que citou Haddad, mas não falava especificamente dele, foi retirado da soma. Fora isso, todos os editoriais que criticaram a prefeitura de São Paulo durante a sua

gestão nominaram o prefeito. Dos 4.200 editoriais, 281 abordaram o prefeito e a prefeitura da capital paulista entre os anos de 2013 e 2016.

Gráfico 6 – Editoriais com referência direta ou indireta a Fernando Haddad ou à prefeitura de São Paulo (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

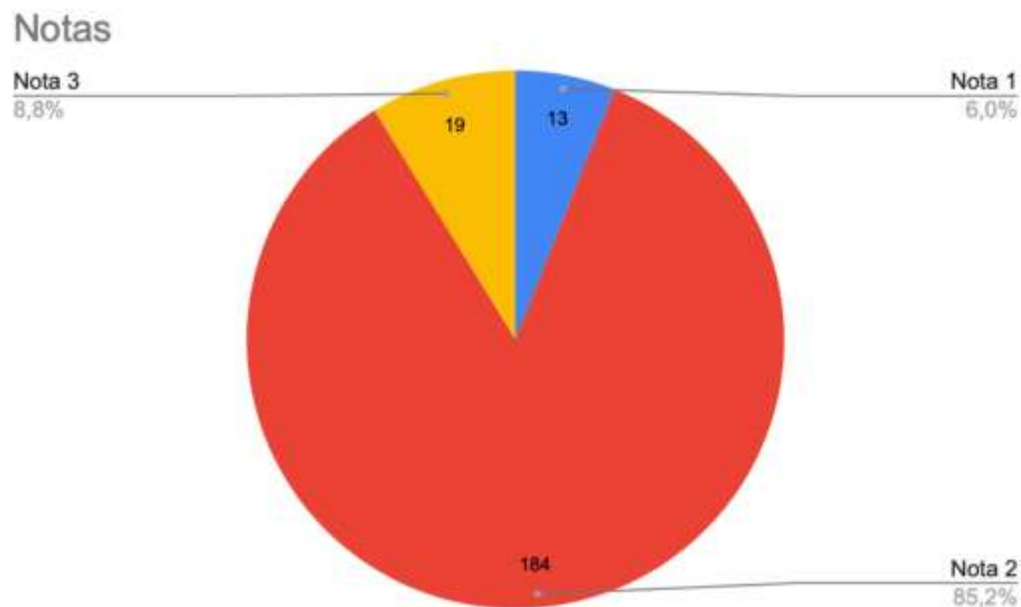
Dentre os 281 editoriais a respeito de Fernando Haddad, foram identificados os temas da gestão do prefeito abordados e quantas vezes cada um dos temas se repetiu. Desse modo, foi possível observar os editoriais que mais ganharam destaque pela atuação do veículo e os principais temas.

***O Estado de S. Paulo* em números – gestão Kassab**

A título de comparação decidiu-se expor de forma quantitativa os números referentes à gestão do prefeito anterior ao do período analisado. Sendo assim, optou-se por formatar as mesmas tabelas acerca da gestão de Gilberto Kassab (2009-2012).

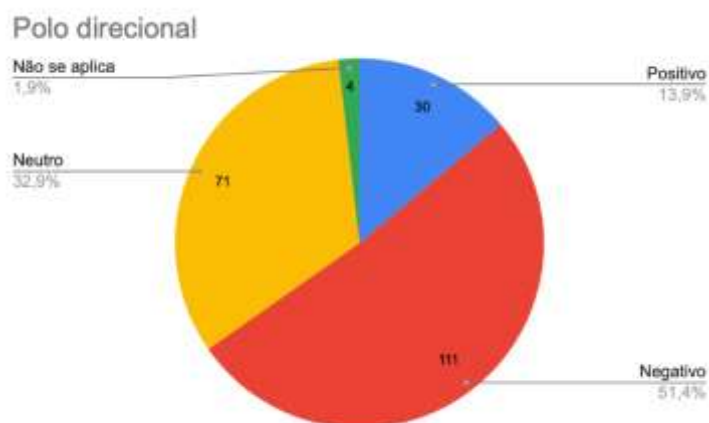
Os editoriais foram divididos em 13 notas 1, 184 notas 2 e 19 notas 3, totalizando 216 editoriais. Já os polos direcionais identificaram 30 editoriais positivos, 11 negativos e 73 neutros. Ao somar os positivos com os neutros, observou-se que 103 editoriais foram mais suaves ao abordarem o prefeito Kassab.

Gráfico 7 – Número de editoriais sobre gestão Gilberto Kassab em cada posicionamento (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

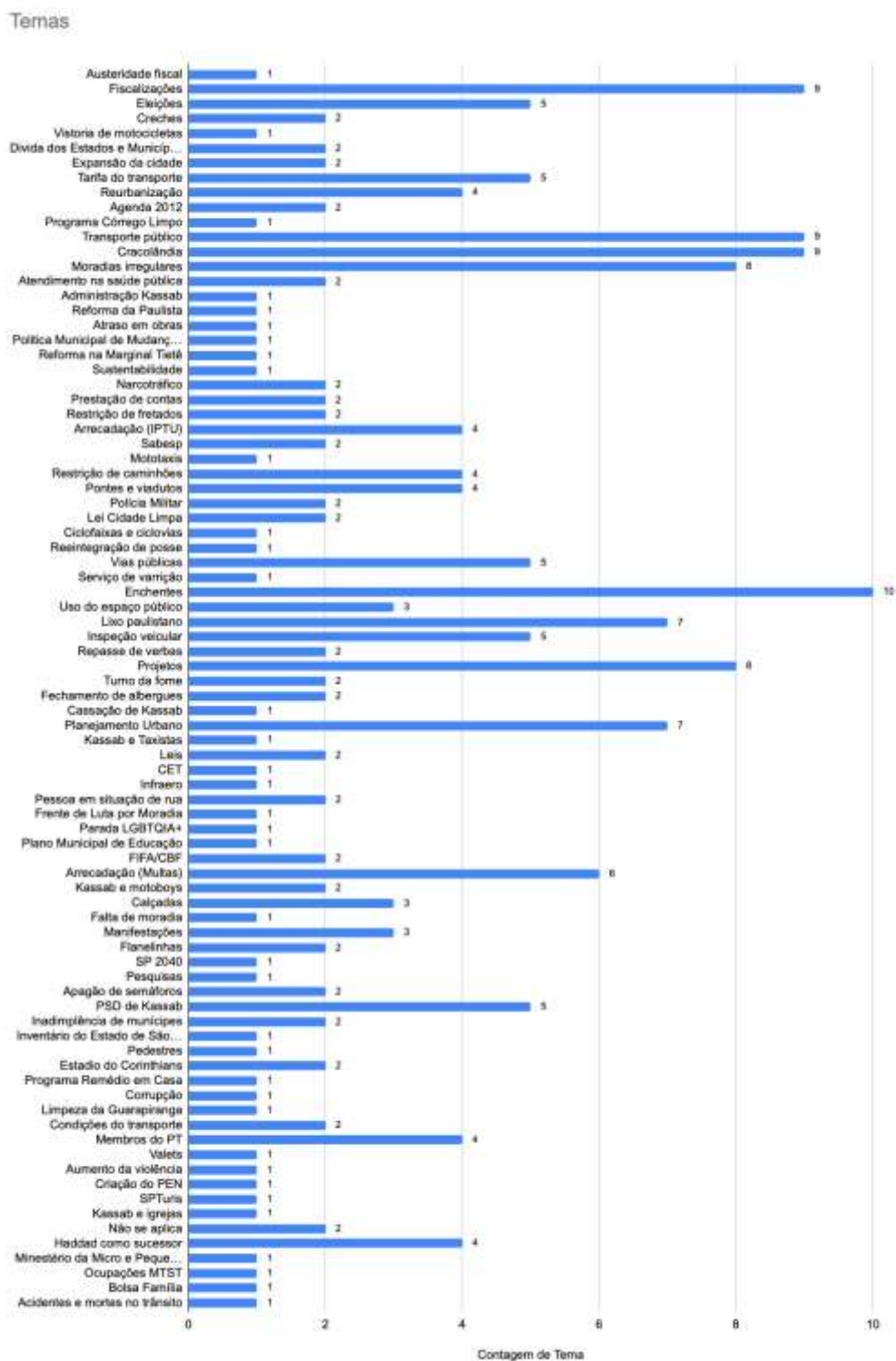
Gráfico 8 – Quantidade de editoriais positivos, negativos ou neutros sobre gestão Gilberto Kassab (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

As críticas mais observadas ao longo da gestão giraram em torno do uso do espaço público, Cracolândia, Programa Córrego Limpo e austeridade fiscal.

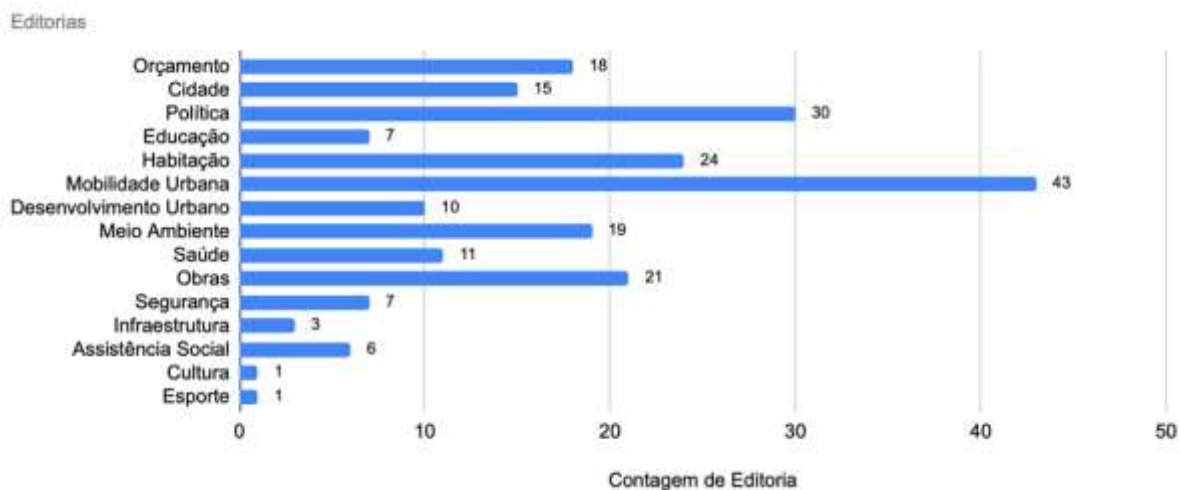
Gráfico 9 – Recorrências de temas nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* na gestão Gilberto Kassab



Fonte: Da autora

Os temas mais abordados foram: mobilidade urbana e habitação. Seguidos de obras, meio ambiente e orçamento.

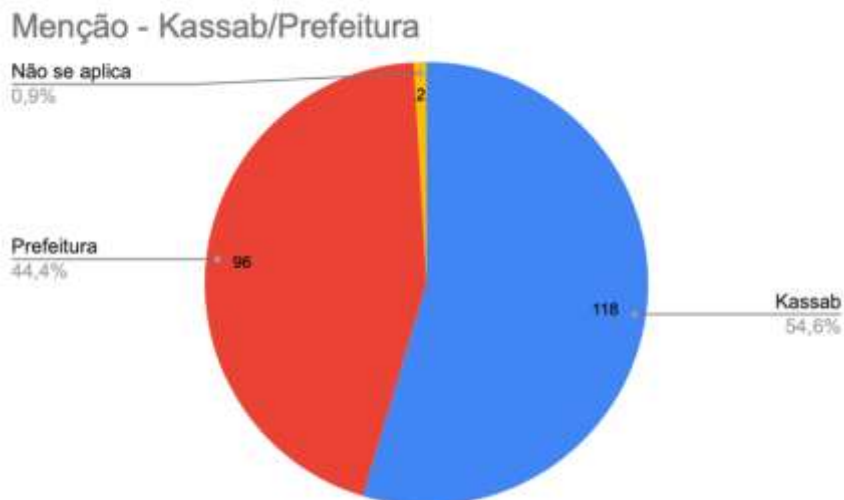
Gráfico 10 – Representatividade dos editoriais no decorrer do período Gilberto Kassab (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

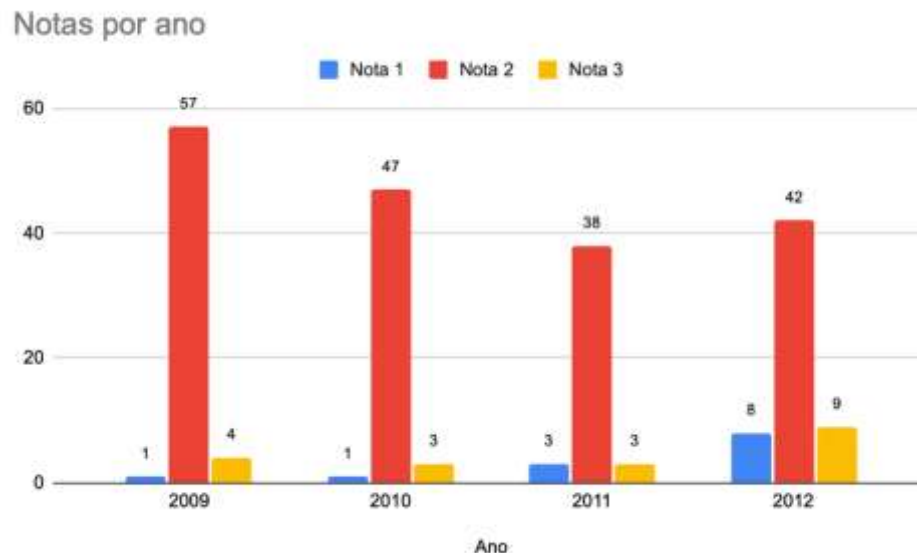
O número de editoriais que não nomearam Kassab, embora falassem sobre ele e sua gestão à frente da prefeitura, foi 96. Outros 118 nomearam o político.

Gráfico 11 – Número de menções nominais de Gilberto Kassab (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

Gráfico 12 – Editoriais com referência direta ou indireta a Gilberto Kassab ou à prefeitura de São Paulo (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

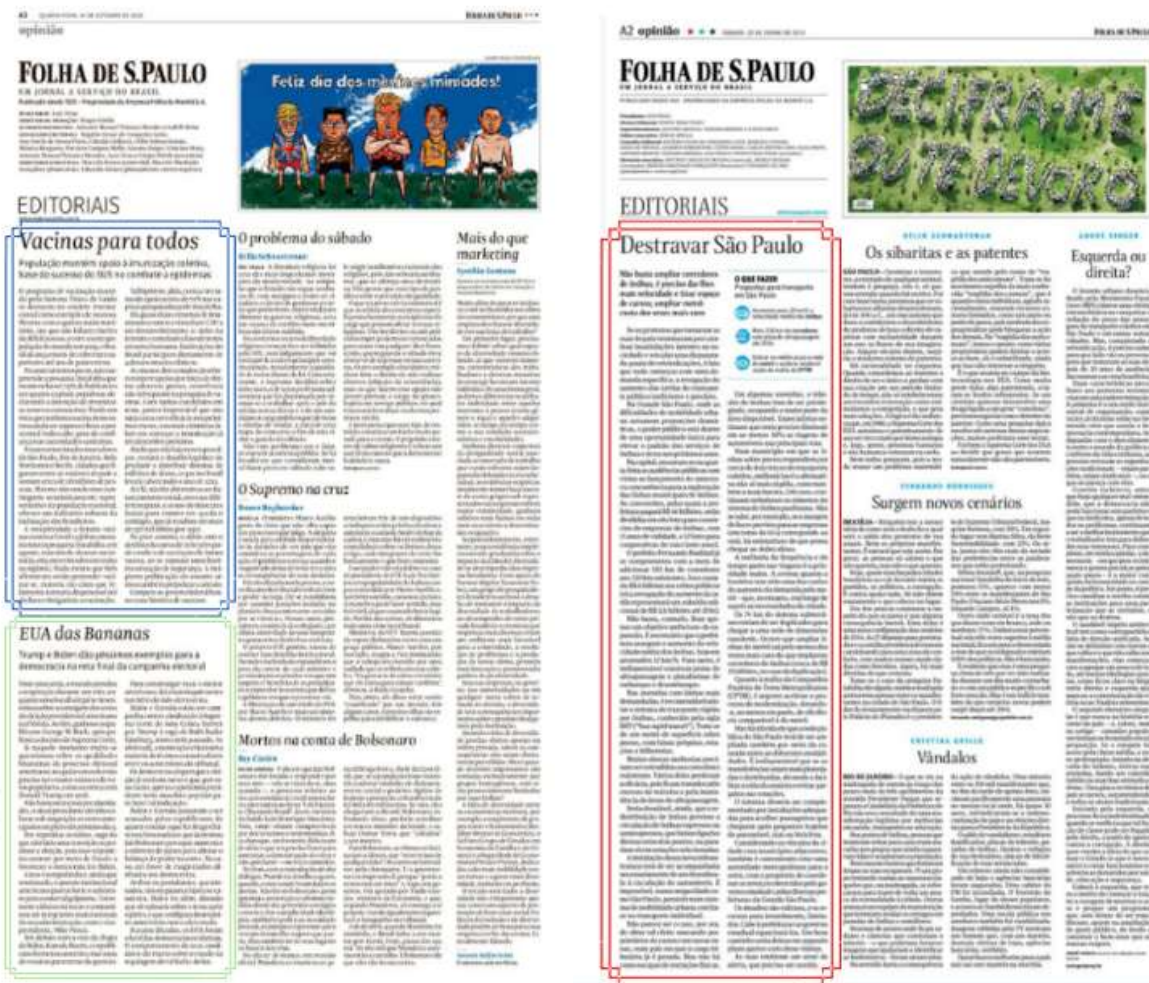
***Folha de S.Paulo* em números – gestão Haddad**

Optou-se por recolher os dados da *Folha de S.Paulo* para verificar o número de editoriais que tiveram como tema o prefeito Fernando Haddad. A intenção, assim como com as recolhas dos dados do prefeito Gilberto Kassab, foi somente apresentar as amostras para que fosse possível confrontá-las quantitativamente, e não comparar os conteúdos expressos.

Algumas edições do jornal apresentam um editorial de texto único, diferentemente do que ocorre no dia a dia do veículo. Para demonstrar esse fato, foram adicionadas duas imagens, uma da página com os dois editoriais e outra da página com o texto único.

Buscou-se mostrar o número de abordagens que os editoriais do jornal *Folha de S.Paulo* fizeram acerca de Fernando Haddad. Nesse veículo, existem dois editoriais diários que saem na página A2 e respeitam os seguintes posicionamentos:

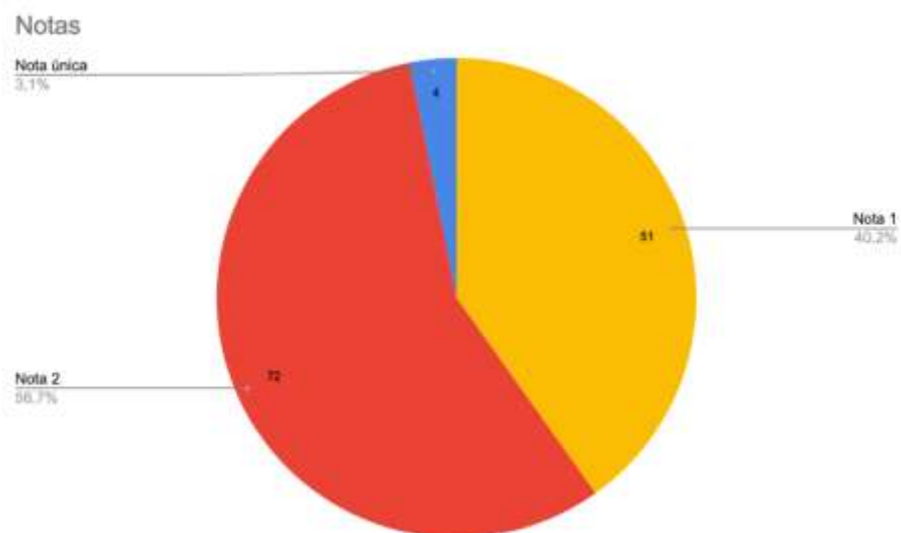
Figura 2 – Posicionamento dos editoriais no jornal *Folha de S.Paulo*



Fonte: Da autora

Como são dois editoriais por dia e quatro anos de governo, dos 2.400 editoriais publicados ao longo da gestão do prefeito, os seguintes referiram-se ao prefeito ou à prefeitura: 72 editoriais foram notas 2, 51 notas 1 e 4 notas únicas (a denominação “nota única” se refere a grandes editoriais, que ocuparam o espaço dedicado à seção).

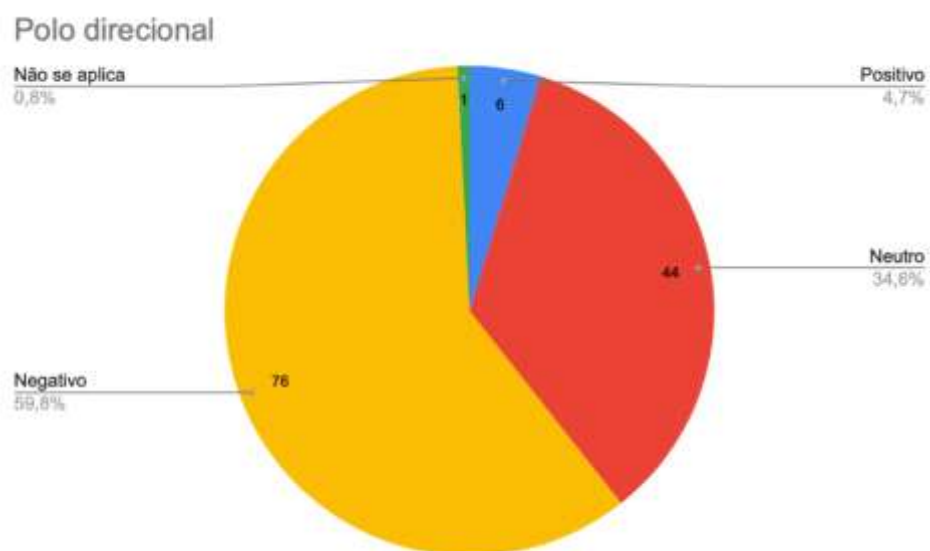
Gráfico 123 – Número de editoriais sobre gestão Fernando Haddad em cada posicionamento
(*Folha de S.Paulo*)



Fonte: Da autora

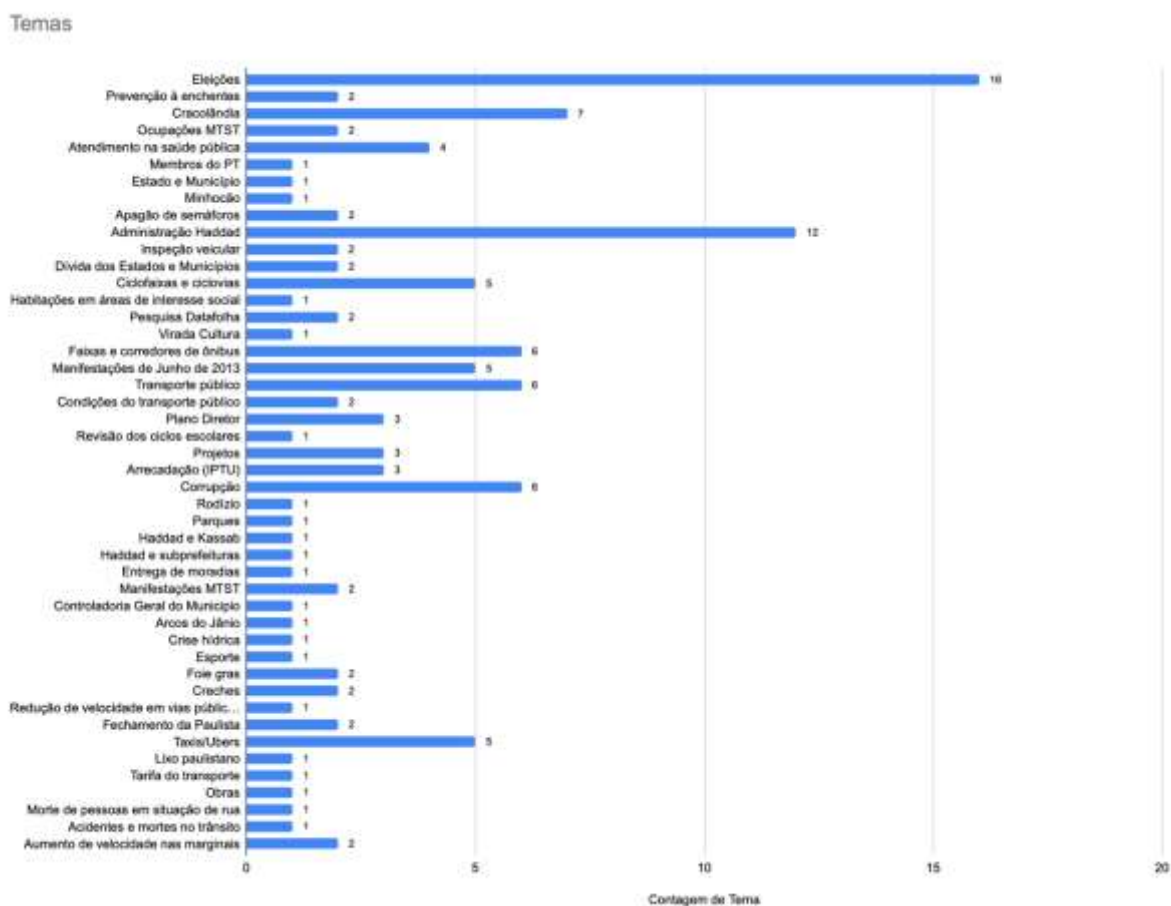
Quanto ao polo direcional, 6 foram positivos, 44 foram neutros e 76 foram negativos.

Gráfico 14 – Quantidade de editoriais positivos, negativos ou neutros sobre gestão Fernando Haddad (*Folha de S.Paulo*)



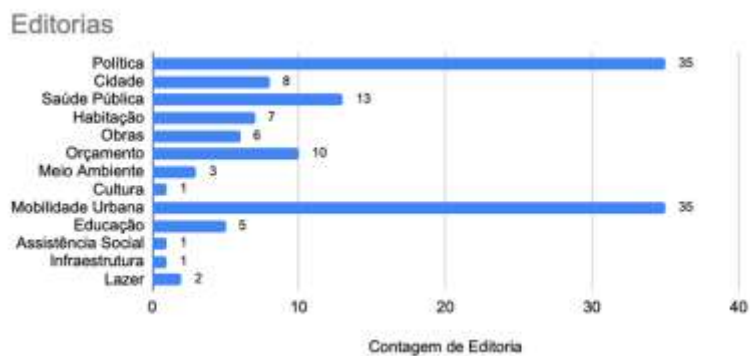
Fonte: Da autora

Gráfico 15 – Recorrências de temas nos editoriais de *Folha de S.Paulo* na gestão Fernando Haddad



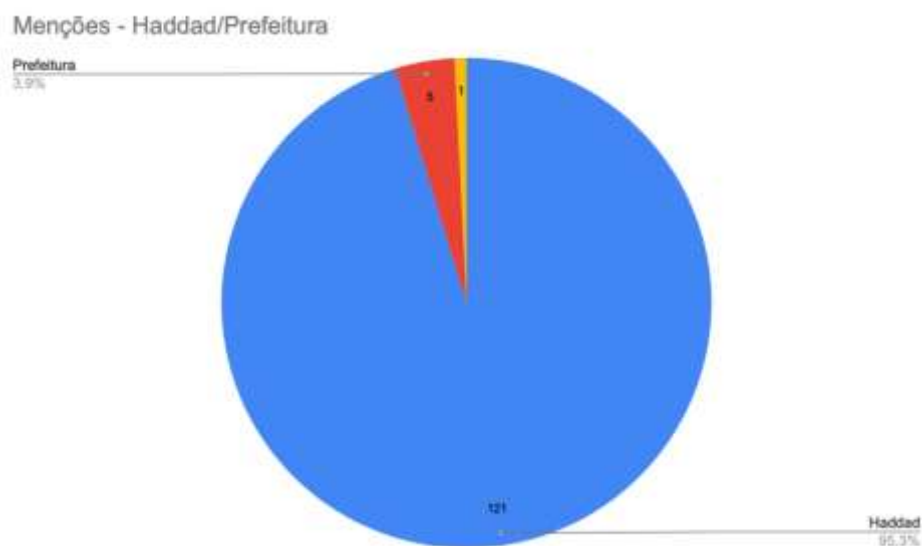
Fonte: Da autora

Gráfico 16 – Representatividade dos editoriais no período Fernando Haddad (*Folha de S.Paulo*)



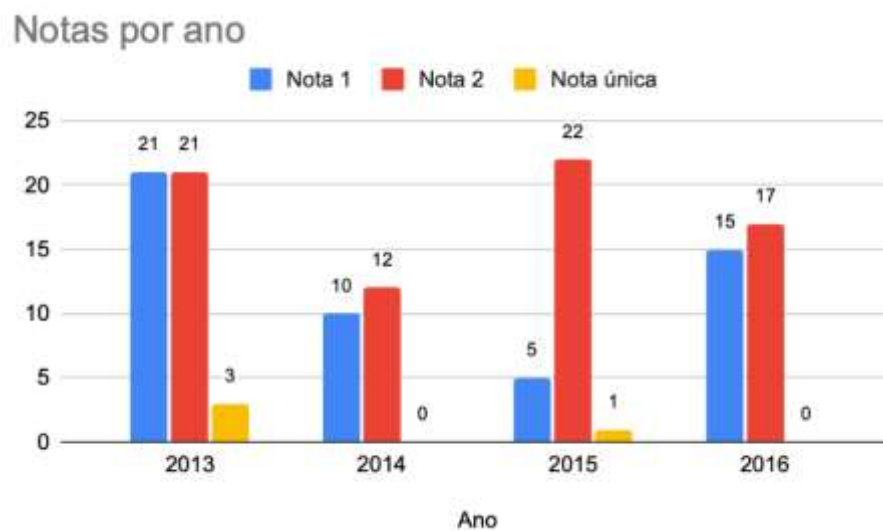
Fonte: Da autora

Gráfico 17 – Número de menções nominais de Fernando Haddad (*Folha de S.Paulo*)



Fonte: Da autora

Gráfico 18 – Editoriais com referência direta ou indireta a Fernando Haddad ou à prefeitura de São Paulo (*Folha de S.Paulo*)



Fonte: Da autora

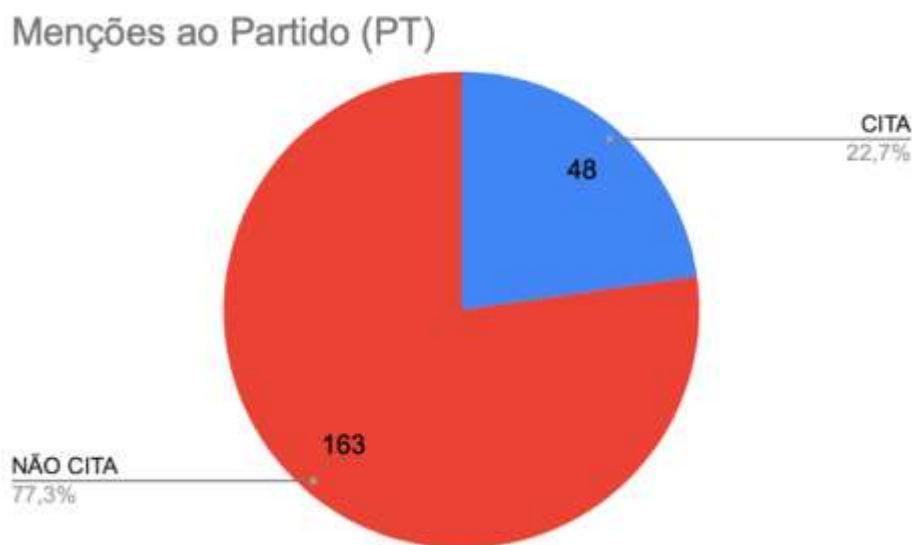
Conexões com políticos e partido

A seguir foram inseridos alguns gráficos que demonstram o número de citações do Partido dos Trabalhadores associados ao prefeito Fernando Haddad. Adiante será abordado de forma mais profunda se as associações com o partido foram feitas meramente pelo fato de o prefeito ser membro do PT ou se houve a intenção de desqualificá-lo ao colar a sua imagem à do partido, que era alvo de investigações sobre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Posteriormente serão analisadas se as associações com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff serviram ao mesmo propósito de inabilitar o prefeito ou se os argumentos foram contundentes, sem distorções dos fatos. Para essa etapa da análise, foram considerados somente os editoriais com polo direcional negativo, tendo sido desconsiderados os positivos e neutros.

Dos editoriais negativos sobre Fernando Haddad, 22,7%, o que corresponde a 48, citaram o Partido dos Trabalhadores (PT).

Gráfico 19 – Editoriais negativos sobre Fernando Haddad em que se cita seu partido

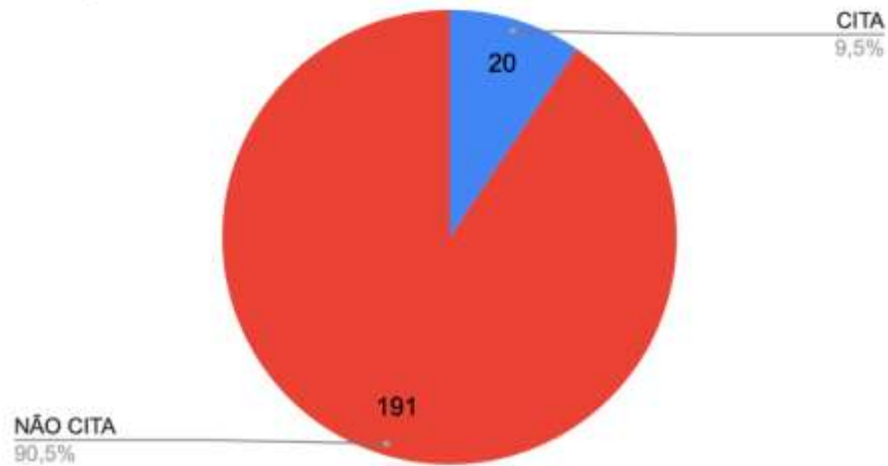


Fonte: Da autora

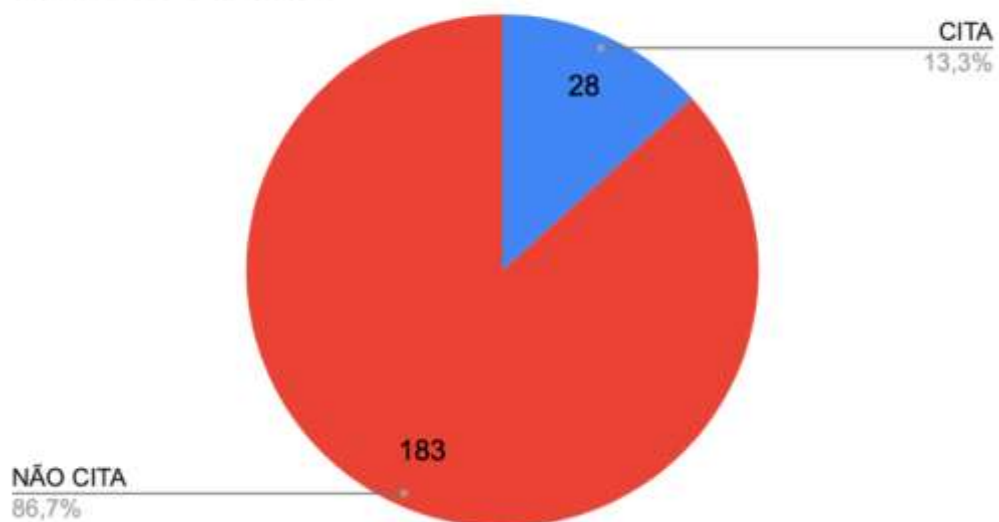
Por sua vez, 20 editoriais, ou 9,5%, citaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e outros 28 (13,3%) mencionaram o nome de Dilma Rousseff.

Gráficos 20 e 21 – Menções em editoriais aos ex-presidentes Lula e Dilma

Menções a Lula



Menções a Dilma

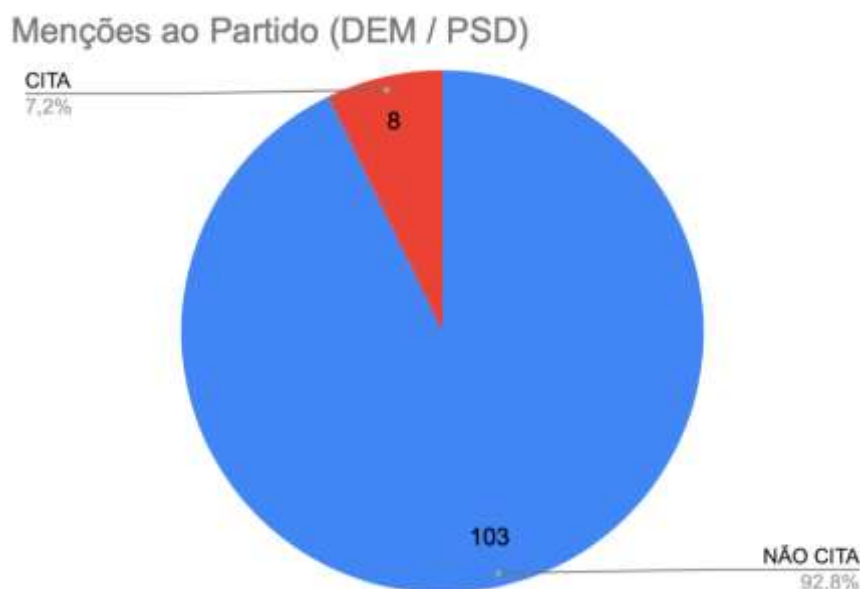


Fonte: Da autora

A análise da referência partidária também foi feita com Gilberto Kassab, que foi eleito prefeito da cidade de São Paulo com o mandato de 2009 até 2012. Não foram contabilizados na

presente pesquisa os editoriais de quando ele assumiu a prefeitura na metade da gestão José Serra, que se retirou para concorrer ao pleito eleitoral ao governo do Estado.

Gráfico 22 – Editoriais negativos sobre Gilberto Kassab em que se cita seu partido



Fonte: Da autora

Os polos direcionais

Dentre as diferentes análises feitas durante a pesquisa, uma delas se dedicou a abranger os posicionamentos de cada editorial. Optou-se por classificá-los da seguinte forma:

- Editoriais positivos: aqueles cujos argumentos apoiam as ações de Haddad ou Kassab.
- Editoriais negativos: aqueles cujos argumentos divergem dos posicionamentos de Haddad ou de Kassab.
- Neutros: aqueles que dissertam sobre o tema do editorial, mas não demonstram estar a favor nem contra Haddad ou Kassab.
- Não se aplica: editoriais que citam o nome de Haddad ou Kassab, mas somente para falar sobre outro tema que não se relaciona a nenhum deles.

Embora dentro de cada texto seja possível encontrar argumentos que se enquadrem em mais de um polo direcional, observou-se que o sentido mais amplo do editorial sempre possui um direcionamento, ou seja, a favor, contra ou neutro.

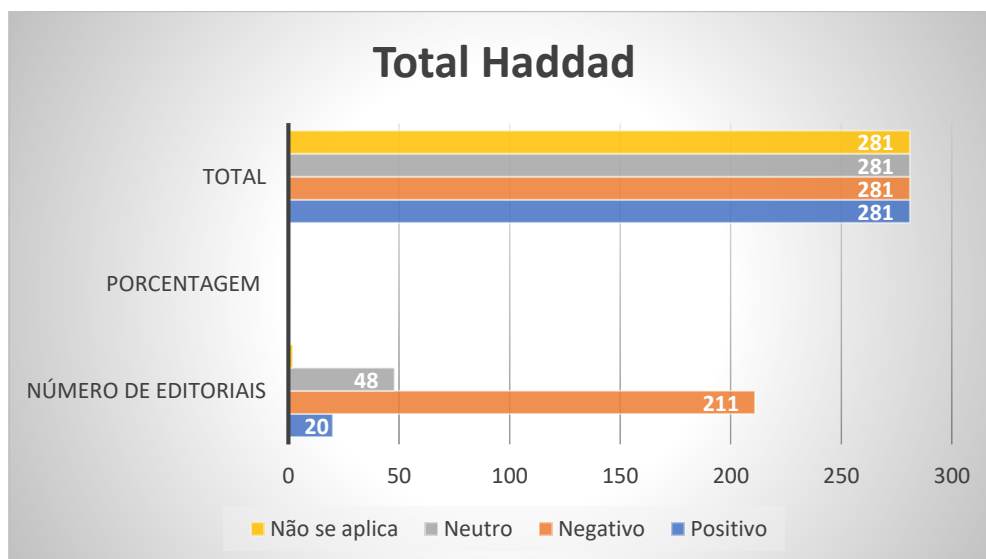
Foram elaboradas duas tabelas que demonstram as diferenças. É relevante atentar às porcentagens, já que o número total de publicações foi diferente no âmbito da comparação entre as gestões.

Tabela 7 – Comparativo dos polos direcionais sobre gestão Fernando Haddad (*O Estado de S. Paulo*)

Polos direcionais	Número de editoriais	Porcentagem
Positivo	20	7,1%
Negativo	211	75,1%
Neutro	48	17,1%
Não se aplica	2	0,7%

Fonte: Da autora

Gráfico 23 – Total de publicações nos diferentes polos na gestão Fernando Haddad (*O Estado de S. Paulo*)



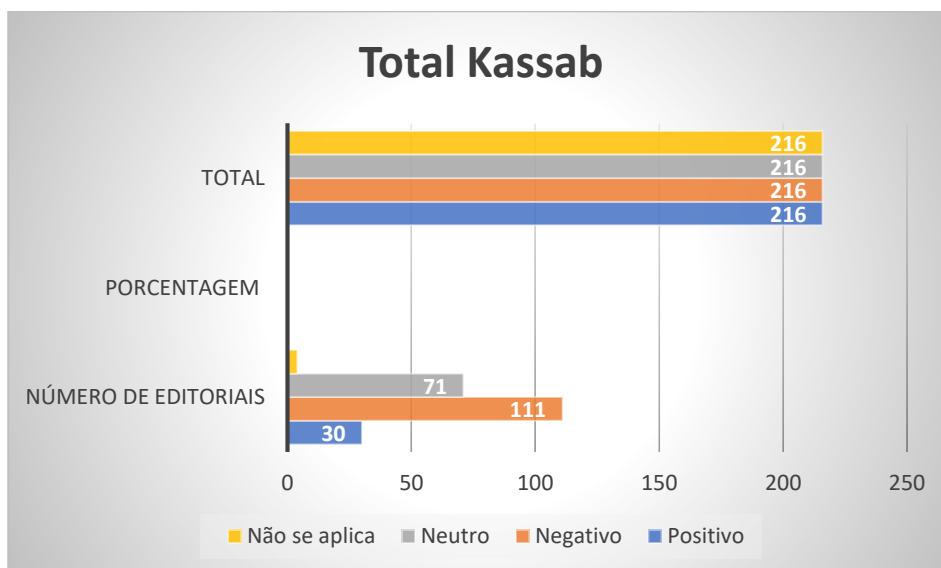
Fonte: Da autora

Tabela 8 – Comparativo dos polos direcionais sobre gestão Gilberto Kassab (*O Estado de S. Paulo*)

Polos direcionais	Número de editoriais	Porcentagem
Positivo	30	13,9%
Negativo	111	51,4%
Neutro	71	32,9%
Não se aplica	4	1,9%

Fonte: Da autora

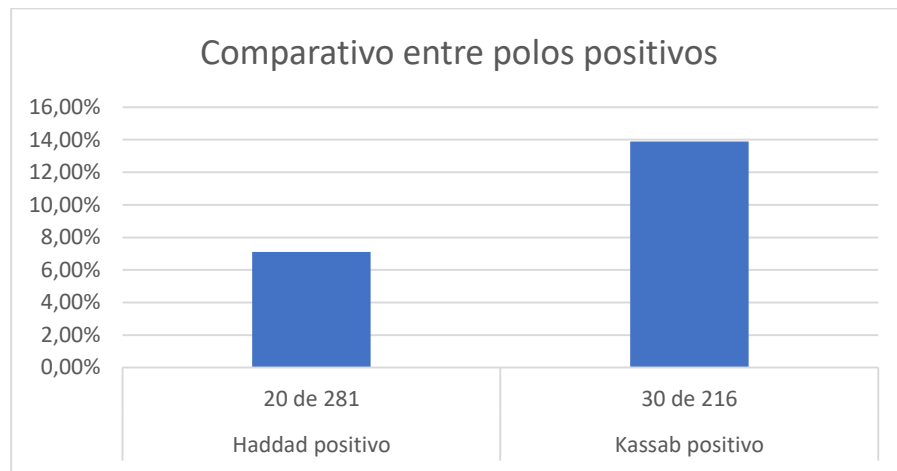
Gráfico 24 – Total de publicações nos diferentes polos na gestão Gilberto Kassab (*O Estado de S. Paulo*)



Fonte: Da autora

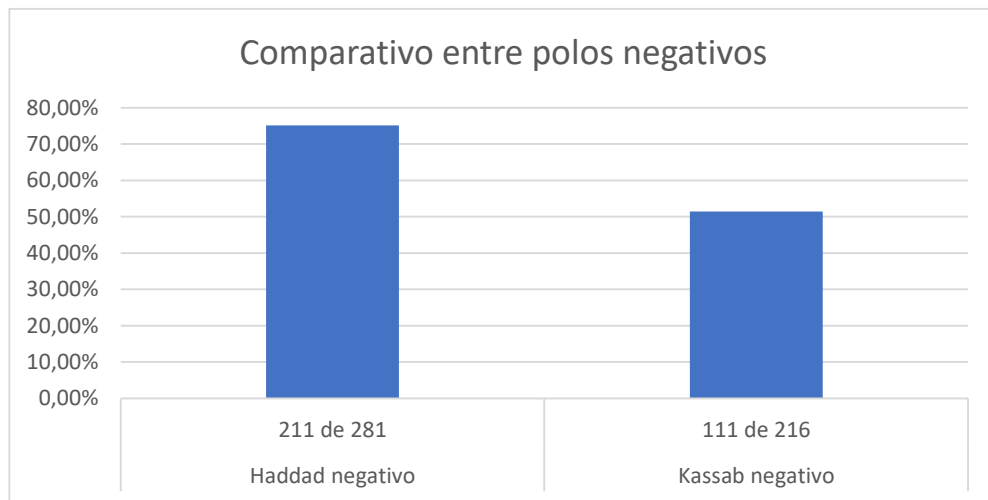
Averiguou-se que durante a gestão Haddad, dos 281 editoriais publicados, 75,1% dos textos eram contra o prefeito. Na gestão Kassab, 51,4% dos textos publicados eram contra ele. Ao verificar os editoriais neutros, percebeu-se que na gestão Haddad 17,1% foram neutros, ao passo que, sobre Kassab, 32,9% eram neutros.

Gráfico 25 – Comparativo entre polos positivos das gestões Haddad e Kassab



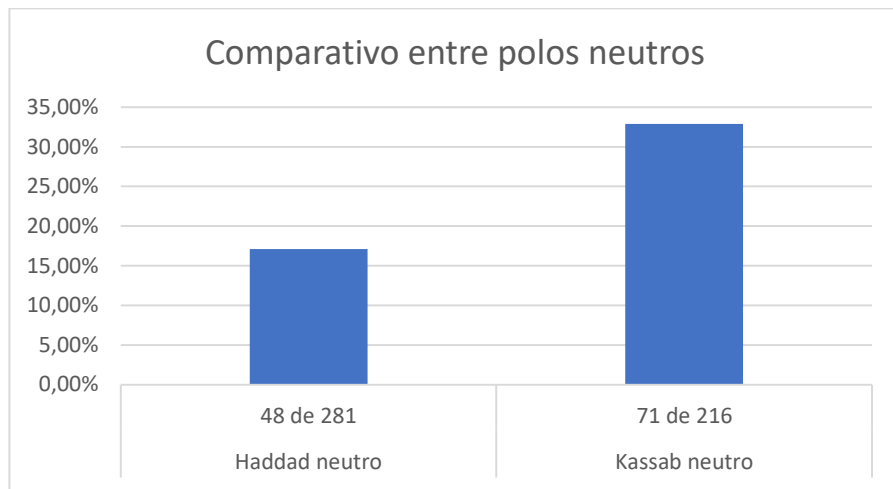
Fonte: Da autora

Gráfico 26 – Comparativo entre polos negativos das gestões Haddad e Kassab



Fonte: Da autora

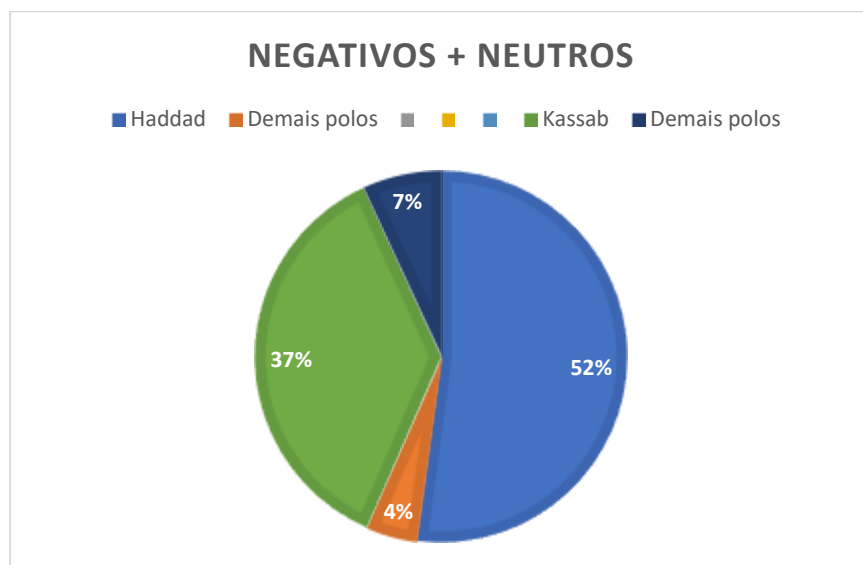
Gráfico 27 – Comparativo entre polos neutros das gestões Haddad e Kassab



Fonte: Da autora

Os gráficos demonstram que houve mais editoriais positivos, menos editoriais negativos e mais editoriais neutros sobre Kassab. Quanto a Haddad, coube o menor número de positivos e neutros e o maior número de textos negativos.

Gráfico 28 – Comparativo das somas dos polos negativos e neutros das gestões Haddad e Kassab

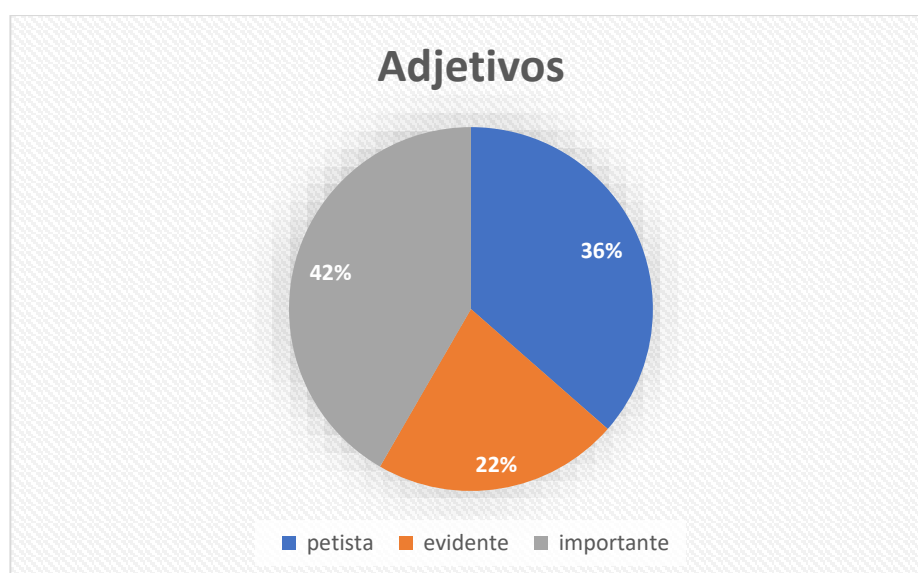


Fonte: Da autora

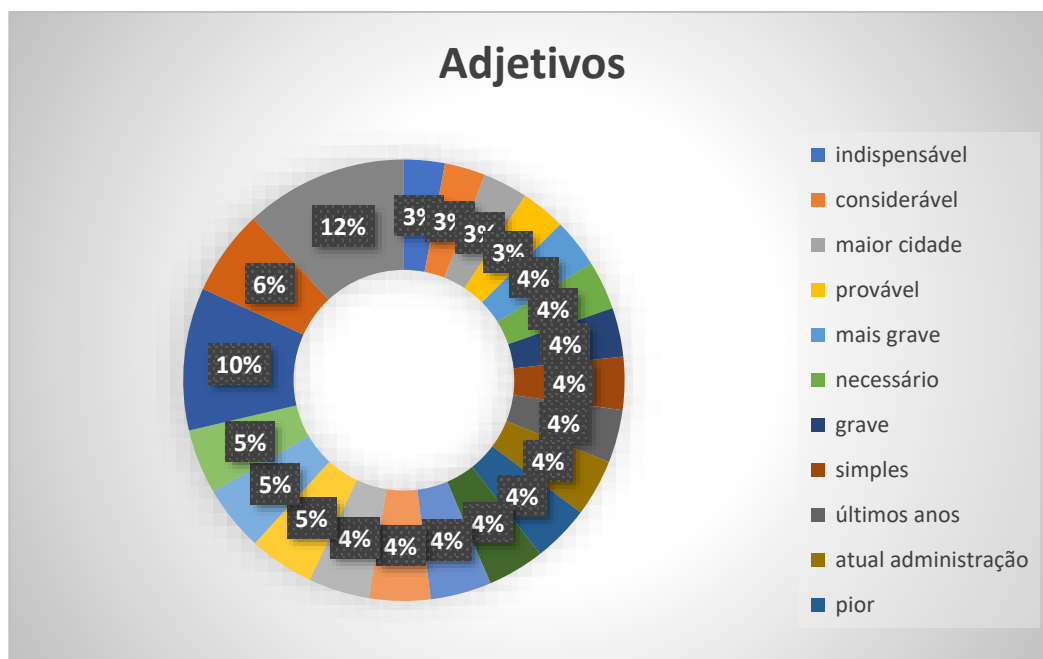
Análise de contingência: a adjetivação do jornal *O Estado de S. Paulo* na gestão Haddad

Os gráficos a seguir representam os adjetivos que foram profusamente utilizados durante a gestão de Fernando Haddad no jornal *O Estado de S. Paulo*. Cada editorial tem aproximadamente 670 palavras e ao longo dos quatro anos de governo Haddad cinco editoriais e meio foram utilizados com adjetivos e expressões com funções adjetivas. Foram 3.792 adjetivos e expressões, conforme será abordado mais adiante.

Gráficos 29 e 30 – Adjetivos mais utilizados durante a gestão Haddad por *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Da autora



Fonte: Da autora

Análises – Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff

Durante a presente pesquisa acreditava-se que as citações a Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* eram utilizadas com o objetivo de desqualificar o prefeito Fernando Haddad por conta dos acontecimentos envolvendo o PT e seus membros.

Desse modo, decidiu-se analisar se os editoriais do veículo utilizavam as figuras dos atores políticos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e argumentos que associavam Haddad aos políticos do PT com uma conotação negativa, de modo a dar a entender que o PT seria um partido implicado em diversos escândalos e que, assim como Lula e Dilma estariam envolvidos, Haddad, correligionário dos dois, também deveria ter parte nos eventos.

Ao analisar as associações entre Lula e Haddad, observou-se que o jornal intenciona a todo momento levar à interpretação de que Haddad segue ordens de Lula e utiliza palavras como “poste” para demonstrar que o prefeito Fernando Haddad seria somente um ponto estratégico para que o PT levasse adiante seu plano de conquistar o governo do Estado, por exemplo.

Ao buscar menções sobre Dilma Rousseff, que foi presidente do país durante a gestão de Haddad e que sofreu impeachment em agosto de 2016, não foram encontradas associações com o objetivo de depreciar o prefeito. Dilma Rousseff também era vista pelo veículo como

sendo outro “poste” de Lula e que estaria seguindo ordens do ex-presidente para ajudar o PT a ganhar as eleições para o governo do Estado.

Lula

Na tabela a seguir foram inseridos alguns argumentos relevantes que citavam Luiz Inácio Lula da Silva. A seleção tem alguns exemplos dos editoriais que possuem intersecções dos nomes Lula e Haddad. O objetivo desse subtópico foi o de demonstrar que alguns dos argumentos utilizados para abordar ações de Haddad tinham como meta uma tentativa de desvalorizá-lo utilizando situações que envolvessem Lula.

Salienta-se que nem todos os exemplos apresentam esse tipo de problema, porém, pensou-se ser essencial para a análise pinçar exemplos de diversos editoriais. Subsequentemente, foi feita a contextualização de cada um dos editoriais, para depois trazer profundidade aos argumentos utilizados com o objetivo de desqualificar Haddad. Alguns trechos dos argumentos foram deixados em destaque para facilitar a identificação.

Tabela 9 – Argumentos do jornal *O Estado de S. Paulo* com Haddad e Lula

Data	Nota	Título	Sequência de argumento
18/1/2013	1	Credor e conselheiro	<p>“A foto na primeira página da edição de ontem deste jornal, de autoria de Márcio Fernandes, registra uma cena que seria constrangedora para o prefeito paulistano Fernando Haddad, não fosse pelo “pequeno detalhe” de todos conhecido – e por ele reconhecido. Haddad aparece com a cabeça ligeiramente inclinada e o olhar absorto. Sentado à sua esquerda, as sobrancelhas arqueadas e o indicador estendido de quem enfatiza um ponto de vista, o ex-presidente Lula”.</p> <p>“Ele os convocou na véspera para, não se sabe por iniciativa própria ou de Lula, ouvi-lo durante mais de uma hora, no que, segundo o anfitrião, tratou-se de uma ‘visita de cortesia’. Ela foi precedida por uma conversa a portas fechadas com Haddad”.</p> <p>“Na sua versão, o ex-presidente de volta das férias, pediu que se encontrassem. Convidado a vê-lo no Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura, “ele se colocou à disposição”, relatou o prefeito, obviamente invertendo os papéis de cada um no episódio”.</p>
9/1/2014	1	As lamúrias de Haddad	<p>“Quanto à negociação da dívida – que prefeitos das orientações mais diversas também tentaram -, o erro de Haddad foi o mesmo cometido pela ex-prefeita Marta Suplicy. Ela apostou na eleição de Luiz</p>

			Inácio Lula da Silva para a Presidência da República e na ajuda que ele lhe poderia dar para renegociar a dívida”.
7/2/2014	2	Campanha fora de hora	<p>“Não deveria causar espécie a sem-cerimônia com que Alexandre Padilha, agora ex-ministro da Saúde, tem usado os recursos e a visibilidade da imensa máquina pública federal para fazer campanha eleitoral ao arremedo da lei. Pois foi assim, com essa desfaçatez, mas numa escala infinitas vezes maior, que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu erguer seu primeiro "poste", a novata Dilma Rousseff. A experiência com Dilma, e depois com o atual prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, mostra que, mais uma vez, não haverá constrangimento legal e moral capaz de conter a laboriosa indústria eleitoral petista em sua missão de colocar Padilha, o mais novo ungido de Lula, no Palácio dos Bandeirantes”</p> <p>“O PSDB anunciou que questionará Padilha na Justiça Eleitoral, acusando-o de propaganda antecipada. Mesmo que resulte em alguma multa, esse tipo de processo não deverá refrear o uso desinibido da estrutura do Estado em favor do candidato petista - foi assim nas eleições de Dilma e de Haddad, nas quais Lula frequentemente ironizava a lei que deveria constrangê-lo.”</p>
13/2/2014	1	O tiro do prefeito no pé	<p>“Quando o seu mentor Luiz Inácio Lula da Silva desancava o "preconceito" das elites contra os pobres como ele - e como os que o ouviam nos palanques da reeleição e, depois, da candidatura Dilma -, a apelação podia ser o que se quisesse, menos irracional. Era um meio para um fim; como tal, funcionou. E seguramente ele tornará a se valer disso na campanha deste ano, para discriminar os adversários da presidente. Mas Haddad se saiu com uma diatribe que só serve para acrescentar mais críticas às tantas que o seu deplorável desempenho já fez por merecer”.</p>
4/7/2014	2	Muita promessa, pouca obra	<p>“Mas nada disso - queixa-se ele - é noticiado pela imprensa. Nem mesmo seus correligionários petistas, que dela dependem para se informar, ficam sabendo do que faz, acrescenta. É muito fácil transformar a imprensa no bode expiatório de seu magro desempenho administrativo, seguindo o exemplo de outros petistas ilustres, a começar pelo ex-presidente Lula.”</p>
22/07/14	1	Paulistanos ingratos	<p>“Tudo isso se reflete nas pesquisas de opinião. No entanto, para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criador de Haddad, os paulistanos estão sendo ingratos”.</p>
15/8/2014	2	É tudo o que o MTST queria	<p>“Tão grave quanto o recuo dos vereadores diante da ameaça do MTST de tumultuar a vida da cidade durante a Copa do Mundo, mais do que</p>

			costuma fazer habitualmente, foi a quebra de um acordo pelo prefeito - o que revela mais uma faceta do "poste" de Lula. "
14/1/2015	3	Chalita no ninho petista	<p>"Os entendimentos entre Haddad e Chalita, com as bênçãos e a inspiração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começaram há cerca de um mês e fazem parte das articulações políticas destinadas a facilitar a reeleição do prefeito no próximo ano, como mostra reportagem do Estado."</p> <p>"Esse é só mais um na sucessão de fatos que demonstram serem os conchavos e acordos, bem à moda antiga, o que orienta a ação de Lula e de Haddad, preocupados antes de tudo com a preservação do poder a todo custo, não com o uso que se deve fazer dele em benefício da população."</p>
16/1/2015	2	Haddad e sua revolução	"Até agora, o presente tem dado sinais noutra direção. De que simplesmente será lembrado como o último poste de Lula. São Paulo não é para amadores, mesmo aqueles que se graduaram nas melhores universidades".
18/2/2015	2	O que falta é competência	"O exemplo mais recente disso é o balanço do quanto Haddad recebeu dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prometidos pela presidente Dilma Rousseff, sabidamente interessada - como o ex-presidente Lula, padrinho político de ambos - em transformar o atual governo da maior cidade do País numa vitrine da autoproclamada competência do PT. "
18/8/2016	2	A última proposta de Haddad	" O maior símbolo dessa expansão foi a criação, em 2007, por ordem do então presidente Lula, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (...). No mais, ela foi aparelhada politicamente, tornando-se um cabide de empregos para jornalistas apaniguados do PT e com uma programação a serviço do partido e de seus aliados".
19/11/2016	1	O partido do 'Fora Temer'	<p>"Um eleitor desatento poderia pensar que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, não é mais do PT. Sua propaganda para a eleição do mês que vem esconde a famosa estrela vermelha do partido de Lula da Silva, algo bem diferente do material que apresentou aos paulistanos "O novo homem para um novo tempo" na campanha de 2012, quando Haddad se elegeu."</p> <p>"(...) somente se presta a fornecer aos petistas algum discurso que lhes permita evitar a discussão de temas mais constrangedores, como a corrupção envolvendo vários de seus principais dirigentes e o amorismo gerencial de Haddad, Dilma e outros pupilos de Lula."</p>
30/12/2016	3	O pífio governo de Haddad	"A isso foram relegados os dois pilares, educação e saúde, de qualquer política social realmente séria, que não se limita aos benefícios ilusórios e precários do populismo. Os mesmos aos quais o PT – de Haddad a

			<p>Lula da Silva e Dilma Rousseff – não se cansa de jurar fidelidade, mas que, quando chega ao poder, relega a segundo plano, como acaba de ficar mais uma vez evidente na capital paulista, como já ficara no plano federal com o abandono do SUS, para citar apenas o caso mais flagrante. A população carente que deles depende é esquecida depois das eleições.”</p>
--	--	--	---

Fonte: Da autora

O editorial “Credor e Conselheiro” (nota 1, 18 de março de 2013) critica a conversa entre Haddad e Lula que teria acontecido “a portas fechadas”. Por meio do trecho destacado na tabela acima foi possível observar que o veículo utilizou a análise de uma foto, publicada no jornal no dia anterior, em que Lula apareceria “sentado à sua esquerda (de Haddad), as sobrancelhas arqueadas e o indicador estendido de quem enfatiza um ponto de vista, o ex-presidente Lula”.

Em seguida, o jornal tenta demonstrar, por meio de seus argumentos, que não teria sido o prefeito Fernando Haddad a convidar Lula para uma conversa, denotando, a todo instante, que Haddad seguia ordens do ex-presidente. Quando *O Estado de S. Paulo* anuncia que o prefeito relatou o fato de Lula ter se colocado à disposição, o texto apresenta a seguinte redação: “obviamente invertendo os papéis de cada um no episódio”.

As evidências do veículo para tecer esse tipo de indução baseiam-se em uma foto de um ângulo específico, a que servem inúmeras interpretações, e em uma reunião de portas fechadas entre Lula e Haddad, a qual ninguém teve acesso para saber o conteúdo da conversa.

No texto “As lamúrias de Haddad” (nota 1, 9 de janeiro de 2014) o editorial critica o fato de Haddad se lamentar por não poder cumprir promessas de campanha por falta de verba. Critica o aumento do IPTU, o adiamento da renegociação da dívida da prefeitura com o governo federal, entre outros aspectos.

Esse artigo de opinião do jornal *O Estado de S. Paulo* compara a ex-prefeita Marta Suplicy, que teria esperado ajuda do governo federal comandado na época por Lula, para renegociar a dívida do município, com o prefeito Fernando Haddad, que aguardaria o mesmo auxílio da presidente Dilma Rousseff.

O editorial “Campanha fora de hora” (nota 2, 7 de fevereiro de 2014) critica Lula, Dilma e Haddad afirmando que eles utilizam recursos e visibilidade da máquina pública federal para fazer campanha eleitoral. De acordo com o veículo a intenção é colocar Alexandre Padilha, ex-

ministro da Saúde, no Palácio dos Bandeirantes. O texto chama Padilha de “o novo ‘poste’ de Lula”.

O artigo afirma que Lula teria erguido alguns “postes” que o auxiliariam em um plano de poder na capital paulista e no estado de São Paulo. Para o veículo, o seu primeiro poste teria sido Dilma Rousseff, em seguida Fernando Haddad e agora haveria a tentativa de emplacar Alexandre Padilha, ou como informa o jornal, “o mais novo ungido de Lula”, no Palácio dos Bandeirantes.

O texto “O tiro do prefeito no pé” (nota 1, 13 de fevereiro de 2014) fala sobre o débito municipal de 54 bilhões. Caso o prefeito expurgasse 24 bilhões dessa conta, ele transgrediria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse artigo de opinião, observou-se que o veículo segue aproximando Haddad de Lula como se o prefeito seguisse as ordens dadas pelo ex-presidente, desqualificando suas ações ao afirmar que seriam implementadas segundo os ditames de seu mentor, Lula.

Em “Muita promessa, pouca obra” (nota 2, 4 de julho de 2014), o editorial afirma que Haddad tem projetos descolados da realidade do Município. Além disso, critica o crescimento das dívidas da prefeitura. Mais uma vez o veículo relaciona Haddad ao ex-presidente Lula, declarando que ambos haviam transformado a imprensa em seus bodes expiatórios para esconder “seus magros desempenhos administrativos”.

No texto “Paulistanos ingratos” (nota 1, 22 de julho de 2014) o editorial critica a forma “atabalhoada” como Haddad conduz o seu governo, tomando decisões “atrapalhadas e sem critérios, que só prejudicam a cidade”. O veículo diz que “para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criador de Haddad, os paulistanos estão sendo ingratos”. O trecho que diz “criador de Haddad” desqualifica, mais uma vez, o prefeito, reforçando que ele seria somente uma marionete nas mãos de Lula, que o utilizaria como parte do seu plano de dominação.

O editorial “É tudo que o MTST queria” (nota 2, 15 de agosto de 2014) fala sobre a força do MTST, que provocou a sanção pelo prefeito Fernando Haddad de uma lei que regularizava um terreno de 150 mil metros quadrados em favor do movimento. O artigo critica o prefeito Fernando Haddad por ter vetado os dispositivos que impediriam o MTST de “furar fila dos cadastrados” na Secretaria Municipal de Habitação. O editorial diz que a quebra do acordo “revela mais uma faceta do ‘poste’ de Lula”. Ou seja, mais uma vez Haddad é colocado como um mero fantoche nas mãos do ex-presidente.

O texto “Chalita no ninho petista” (nota 3, 14 de janeiro de 2015) critica a escolha de Haddad de convidar Gabriel Chalita, do PMDB, para ocupar a Secretaria Municipal da

Educação. O trecho “Os entendimentos entre Haddad e Chalita, com as bênçãos e a inspiração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva” segue tentando demonstrar que todas as ações de Fernando Haddad são, na verdade, coordenadas pelo ex-presidente Lula.

Em “Haddad e sua revolução” (nota 2, 16 de janeiro de 2015), o prefeito é visto como alguém que acredita que sua gestão será lembrada no futuro como um marco na história da cidade de São Paulo, quando, na verdade, será lembrado como “o último poste de Lula”.

O editorial “O que falta é competência” (nota 2, 18 de fevereiro de 2015) condena as falhas da equipe técnica da prefeitura. O artigo afirma ainda que o ex-presidente Lula é padrinho político de Dilma e de Haddad e que sua intenção é a de transformar o governo da maior cidade no País em uma vitrina da “autoproclamada competência do PT”.

Em “A última proposta de Haddad” (nota 2, 18 de agosto de 2016) o editorial desaprova a proposta do prefeito Fernando Haddad de criar um Conselho Municipal de Comunicação, além de rádio e televisão públicos, mantidos com recursos da prefeitura. O editorial aponta que a proposta está de acordo com a aversão de petistas à livre imprensa, e a tentativa do “lulopetismo” de manutenção do poder.

Mais uma vez a conexão de Haddad com Lula foi reforçada por meio do histórico da criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) em 2007. A linha de raciocínio do jornal é a de que a EBC foi utilizada como um aparelho político que se tornou um cabide de empregos para jornalistas próximos ao PT e com uma programação a serviço do partido.

O editorial “O partido do ‘Fora Temer’” (nota 1, 19 de novembro de 2016) critica a tentativa de Fernando Haddad de desvincular sua imagem à do PT, uma vez que se assumir petista é “candidatar-se à humilhação nas urnas”. O editorial menciona que o prefeito de São Paulo resolveu apontar na direção do “Fora Temer”, tentando, dessa forma, conquistar a simpatia de eleitores que estejam contra o governo federal. O argumento afirma que o PT evita “a discussão de temas mais constrangedores, como a corrupção envolvendo vários de seus principais dirigentes e o amadorismo gerencial de Haddad, Dilma e outros pupilos de Lula”.

Em “O pífio governo de Haddad” (nota 3, 30 de dezembro de 2016), o editorial faz um balanço do governo de Fernando Haddad, classificando-o como insuficiente. O artigo critica as ações de Haddad, Lula e Dilma, sobre os pilares educação e saúde. Afirma que as ações dos três (Lula, Dilma e Haddad) foram “benefícios ilusórios e precários do populismo”.

Dilma Rousseff

Foram identificados 28 editoriais que associam o prefeito Fernando Haddad à presidente Dilma Rousseff. Desses textos, 16 também falavam do ex-presidente Lula e 12 deles abordavam apenas Dilma.

Optou-se por manter dois exemplos de editoriais que demonstraram em um microcosmo de que forma os editoriais trabalharam a figura de Dilma Rousseff. Alguns trechos foram deixados em destaque para facilitar a observação.

Tabela 10 – Argumentos do jornal *O Estado de S. Paulo* com Haddad e Dilma

Data	Nota	Título	Sequência de Argumentos
11/10/2013	1	Renegociação eleitoreira	“Só com mais dinheiro Haddad, que é do mesmo partido da presidente Dilma Rousseff , poderá mostrar alguma realização no próximo ano – quando, não custa recordar, haverá eleição de presidente da República e governadores. ”
9/2/2014	2	Quando a 'rua' governa	“Tal medida não se restringiu às empresas de transporte de São Paulo, porque esses impostos têm caráter nacional; logo, a renúncia fiscal de que Dilma lançou mão para promover a imagem do prefeito petista de São Paulo foi muito mais abrangente. ”

Fonte: Da autora

O artigo “Renegociação eleitoreira” (nota 1, 11 de outubro de 2013) aborda o fato de o governo federal ter acertado com o Congresso uma forma de os estados e municípios aliviarem suas dívidas. Para o veículo, essa é uma forma eleitoreira de auxiliar Haddad, que precisa de recursos financeiros.

O nome de Dilma Rousseff é citado somente por pertencer ao mesmo partido de Fernando Haddad. Além disso, editorial associa a vontade de Haddad “mostrar alguma realização no próximo ano” ao fato de que “haverá eleição de presidente da República e governadores”.

O editorial “Quando a ‘rua’ governa” (nota 2, 9 de fevereiro de 2014) critica a decisão de diversas capitais do país, incluindo São Paulo, de terem cedido aos apelos dos manifestantes

de 2013 e não terem elevado as tarifas dos ônibus. Os argumentos encontrados fazem críticas quanto às formas de governar da presidente Dilma Rousseff, dizendo que “para conter a crescente inflação por meio de truques e artimanhas, rogou aos prefeitos e governadores que adiassem o reajuste das tarifas do transporte para junho daquele ano”.

De forma geral, observou-se que, com exceção das acusações de que atitudes da presidente Dilma Rousseff visavam auxiliar Fernando Haddad, seu correligionário, não foram observados editoriais em que tivessem ocorrido distorções éticas por parte do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Diferentemente do uso da figura política de Lula para desqualificar Fernando Haddad, o nome de Dilma Rousseff aparece associado ao prefeito em situações pontuais, em que o veículo discorda das ações tomadas por uma das partes. Em alguns momentos, existe a crítica quanto à associação política entre Dilma e Haddad, por pertencerem ao mesmo partido e há algumas acusações de favoritismos da presidente para o “prefeito da maior cidade do país”, como afirma *O Estado de S. Paulo* em alguns editoriais.

***O Estado de S. Paulo* na gestão Gilberto Kassab: a despessoalização do ator político**

Antes de aprofundar a pesquisa sobre a gestão do prefeito Fernando Haddad, buscou-se analisar de que forma o jornal *O Estado de S. Paulo* abordou o prefeito Gilberto Kassab.

Foram encontrados alguns padrões nas análises dos editoriais. Dentre eles, optou-se por analisar a questão da despessoalização de Kassab. Utilizando o acervo de *O Estado de S. Paulo*, buscou-se pelas palavras Kassab, prefeito e prefeitura durante os anos da gestão do político (2009-2012).

Foram encontrados 216 editoriais. Deles, 96 se referem à prefeitura de São Paulo sem citar o nome de Kassab. Então, percebeu-se que a despessoalização do político foi utilizada como uma forma de distanciar as responsabilidades do prefeito de atos que faziam parte de sua esfera de atuação.

Foram selecionadas 15 sequências de argumentos para demonstrar como se deu a construção da despessoalização do político. Foram destacadas as palavras “prefeitura” que eram utilizadas em vez do nome de Gilberto Kassab.

Tabela 11 – Argumentos no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre Gilberto Kassab

Data	Nota	Título do Editorial	Seqüência de Argumentos
12/3/2009	3	Moradia legalizada na periferia	<p>“A dúvida é sobre se a Prefeitura tem capacidade e condições de frear a expansão desse tipo de ocupação”.</p> <p>“Legalizar os imóveis e implantar serviços públicos é dever da Prefeitura. Mas também é impedir que a degradação urbana se estenda”.</p>
16/3/2009	3	A vistoria das motos	<p>“A Prefeitura alterou, por meio da portaria publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no último dia 10, o modelo de vistoria das motocicletas no programa de inspeção obrigatória”.</p>
24/3/2009	3	A compactação da cidade	<p>“A Prefeitura decidiu, há anos, dosar o crescimento da cidade mediante três instrumento: a outorga onerosa, as operações urbanas e as concessões urbanísticas.</p> <p>“Os cofres municipais receberam polpidos recursos das outorgas onerosas e outros títulos, mas os benefícios para a população, que tais mecanismos poderiam propiciar, não estão à vista”.</p>
2/4/2009	3	Recuperar o Jardim Edite	<p>“É tarefa inadiável das autoridades derrotar o tráfego, não apenas para proteger os moradores da Favela jardim Edite, assegurando-lhes o direito de decidir sobre seu futuro, e garantir que a Prefeitura de São Paulo execute seus planos para o local, mas, sobretudo para eliminar, ainda na raiz, qualquer tentativa de estabelecimento de um poder paralelo naquela área”.</p>
4/8/2009	3	A despoluição dos córregos	<p>“A fiscalização das ligações de esgoto também é de responsabilidade da Prefeitura. Por sua vez, o governo do Estado cuida do prolongamento das redes de esgoto, da ampliação das ligações domiciliares e da manutenção e monitoramento das redes”.</p>
25/8/2009	3	As ciclovias prometidas	<p>“A Prefeitura de São Paulo anunciou, em novembro, a construção de 100 quilômetros de ciclovias que deveriam começar a ser entregues ao público neste ano. (...). O projeto, no entanto, não levou na devida conta as dificuldades para instalar essas vias exclusivas numa cidade de malha viária saturada e somente agora a Prefeitura determinou o início da construção das ciclovias”.</p>
26/8/2009	3	A verdade sobre as ocupações	<p>Olho: “A Prefeitura tem que coibir de saída os loteamentos clandestinos”.</p> <p>“Para completar o quadro, registre-se que a Secretaria de Assistência Social ofereceu aos despejados vagas – que foram rejeitadas – em albergues da Prefeitura, assim como passagens aos que desejassem voltar às suas cidades de origem”.</p>
7/9/2009	3	A manutenção das vias	<p>“Nos primeiros sete meses do ano, a Prefeitura recapeou apenas 14 quilômetros de ruas e avenidas asfaltadas da capital.</p>

15/9/2009	3	Dificuldades na assistência	<p>“Entre 2005 e 2008, a administração municipal aumentou em 12% os recursos destinados às entidades conveniadas às quais a rede fora entregue. A intenção era descentralizar, melhorar e democratizar o atendimento.</p>
7/2/2010	3	Espantosa insensibilidade	<p>“Política confusa da Prefeitura deixa ao desamparo órfãos e moradores de rua”.</p> <p>“O mínimo que se pode dizer de duas medidas adotadas pela Prefeitura da capital, que afetam diretamente pessoas carentes – uma que fecha albergues no centro e vem sendo implementada aos poucos desde 2008, e outra que corta merenda para crianças, esta mais recente -, é que causam espanto, tamanha insensibilidade dos responsáveis por elas”.</p>
23/2/2010	1	Caso para Polícia	<p>“PM ajudará a Prefeitura a reprimir invasões em áreas de risco”.</p> <p>“A Prefeitura de São Paulo confiou à Política Militar (PM) a tarefa reprimir as invasões em áreas de risco e de proteção ambiental na capital durante os próximos três anos.</p>
29/3/2009	3	Arrecadação em primeiro lugar	<p>“Mas o mais importante é que esses recursos, finalmente, deixaram de cair no caixa único da Prefeitura de São Paulo e passaram a compor o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito Brasileiro”.</p>
5/5/2010	3	Operações Urbanas	<p>“A Prefeitura de São Paulo desengavetou três das nove operações urbanas previstas no Plano Diretor de 2002”.</p>
5/6/2010	3	População de Rua	<p>“Não se pode culpar apenas a atual administração municipal por uma situação que reflete a falta de políticas públicas capazes de produzir resultados”.</p> <p>“A Prefeitura de São Paulo tem procurado agir nesse campo. Se bem que reduziu as vagas de albergues disponíveis no centro da cidade, pretende criar mais 1.200 vagas”.</p> <p>“Contudo, não cabe só à Prefeitura lidar com esse problema. O governo do Estado tem sua parcela de responsabilidade, assim como o governo federal, que tanto festeja o Bolsa-Família como instrumento de combate à pobreza”.</p>
15/1/2011	3	Fogo de artifício	<p>“O plano de redução da velocidade máxima de circulação em vias da cidade, que a Prefeitura de São Paulo vem aplicando aos poucos, há quase dois anos, é daquelas medidas que causam excelente impressão aos menos atentos – porque sugere cuidado com a segurança no trânsito-, mas não resistem a um exame mais rigoroso”.</p> <p>“Se por acaso a Prefeitura dispõe de dados, que não divulgou, indicando que isso passou a ocorrer, restará provar então que tal fato tem alguma relação com a redução da velocidade, o que não parece nada fácil”.</p>

Fonte: Da autora

Após observar as sequências de argumentos que despersonalizam a figura de Gilberto Kassab por meio da supressão de seu nome passou-se à contextualização dos editoriais.

O editorial intitulado “Moradia legalizada na periferia” (nota 3, 12 de março de 2009) trata do sucesso na fiscalização e regularização de imóveis nas regiões periféricas e questiona se isso não seria um incentivo para essas ocupações irregulares. Apesar de criticar, não cita o nome de Kassab, ao dizer que a medida não exige investimento em serviços e infraestrutura e que, portanto, não ataca o problema de forma efetiva.

O texto seguinte, sob o título “A vistoria das motos” (nota 3, 16 de março de 2009), censura a prefeitura pelo afrouxamento no modelo de vistoria das motocicletas, mas não cita Kassab. O editorial “A compactação da cidade” (nota 3, 24 de março de 2009) critica a falta de planejamento em áreas de expansão, como o Morumbi, e condena a prefeitura, também sem citar Kassab.

O editorial seguinte “Recuperar o Jardim Edite” (nota 3, 2 de abril de 2009) também não menciona Kassab ao falar da dificuldade de a prefeitura desocupar a favela Jardim Edite para reurbanização. O texto afirma que é “inadiável derrotar o tráfego para que a prefeitura possa prosseguir com seu trabalho”.

No texto “A despoluição dos córregos” (nota 3, 4 de agosto de 2009), o editorial informa que a fiscalização das ligações de esgoto é responsabilidade da prefeitura, embora seja dever do governo do estado cuidar do prolongamento das redes de esgoto, da ampliação das ligações domiciliares e da manutenção e monitoramento das redes. Apesar do tom de elogio à fase do programa, não menciona o nome de Kassab.

O editorial “As ciclovias comprometidas” (nota 3, 25 de agosto de 2009) fala sobre a falta de planejamento da prefeitura para o projeto de criar 100 quilômetros de ciclofaixas na cidade de São Paulo. O texto traz contrapontos entre a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e os defensores da iniciativa e lembra que o modelo dos planos da prefeitura, sem citar Gilberto Kassab, não são os melhores.

Em “A verdade sobre as ocupações” (nota 3, 26 de agosto de 2009), o editorial aborda a prefeitura, sem nenhuma menção a Kassab. O texto trata de uma reintegração de posse, e diz que os policiais foram orientados para que a ação fosse realizada da forma mais pacífica possível.

O editorial intitulado “A manutenção das vias” (nota 3, 7 de setembro de 2009) informa que a prefeitura, sem citar Kassab, recapeou apenas 0,1% de vias públicas. Finaliza dizendo

que a prefeitura precisa garantir a manutenção capaz de assegurar mais durabilidade e que não se justifica economizar de um lado para gastar do outro.

O texto “Dificuldades na assistência” (nota 3, 15 de setembro de 2009) aponta o desgaste sofrido pela rede de assistência social de São Paulo, provocado por atrasos em repasses e redução de verbas. Em nenhum momento cita Gilberto Kassab e nomeia apenas a chefe de gabinete da Secretaria de Assistência Social, Maria Luiza Gomes de Azevedo. Para se referir à prefeitura, utiliza o termo “administração municipal” e diz haver aproximadamente 360 entidades, mil contratos e 165 mil pessoas sendo atendidas pelo órgão.

O texto seguinte, “Espantosa insensibilidade” (nota 3, 7 de fevereiro de 2010), condena duas medidas adotadas pela prefeitura, uma fechou albergues e a outra cortou a merenda de crianças. Em nenhum momento, Kassab é citado. No editorial “Caso para a Polícia” (nota 1, 23 de fevereiro de 2010), o veículo não se refere a Gilberto Kassab e elogia a decisão da prefeitura de colocar a Polícia Militar para reprimir invasões em áreas de risco e proteção ambiental.

No editorial “Arrecadação em primeiro lugar” (nota 3, 29 de março de 2009), Kassab também não é citado, mas a CET e a prefeitura, de modo geral, sim. O texto critica o aumento de verba para a CET e em seguida faz ressalvas à atuação da companhia.

O texto “Operações urbanas” (nota 3, 5 de maio de 2010) aborda as novas intervenções da prefeitura e, em seguida, faz reprova a falta de planejamento que acaba por atender aos interesses do mercado imobiliário.

O editorial seguinte, intitulado “População de rua” (nota 3, 5 de junho de 2010), apesar de fazer algumas ressalvas direcionadas à administração municipal, não atribui somente à prefeitura a situação dos moradores de rua de São Paulo, incluindo críticas ao estado e ao governo federal.

No texto “Fogo de Artifício” (nota 3, 15 de janeiro de 2011), o veículo se posiciona contra a medida da prefeitura para reduzir a velocidade nas marginais, avenidas e ruas da capital, com o objetivo de diminuir os acidentes. O editorial não menciona Gilberto Kassab.

Na amostragem selecionada, é possível observar que o veículo utiliza alguns subterfúgios para se referir às ações do prefeito. O nome do prefeito cede lugar aos termos “Prefeitura”, “administração municipal”, “cofres municipais” e aos órgãos ligados à prefeitura, como a CET e SAS.

A despersonalização da figura de Gilberto Kassab o desconecta das ações da prefeitura da cidade de São Paulo, construindo na opinião pública a ideia de que a administração municipal e o político não são os mesmos, ou de que os órgãos ligados à prefeitura, embora

tenham seus próprios gestores, não estão sob o guarda-chuva de ações e decisões do ator político.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2004) apresentam em seu livro considerações sobre a relação do ato sobre o agente ser capaz de modificar constantemente a percepção que se faz da pessoa. Os autores afirmam que a construção da pessoa “jamais está terminada, nem sequer à sua morte” (idem, p. 337).

Os pesquisadores debatem o conceito de que a pessoa não está desconectada do conjunto estruturado de seus atos e a relação entre o que se enxerga como sendo a essência de uma pessoa e suas ações ficam definidas de uma vez por todas.

No entanto essa rigidez é apenas relativa: não só novos documentos podem determinar uma revisão, mas, afora todo fato novo, uma evolução da opinião pública ou outra concepção da história podem modificar a concepção da personagem, pela integração em sua estrutura de atos menosprezados anteriormente ou pela **minimização de atos até então julgados importantes** (idem, p. 338, com grifo nosso).

Ao passo que o jornal *O Estado de S. Paulo*, em seus editoriais, minimiza os atos do prefeito Gilberto Kassab por meio da despersonalização de seus feitos, o julgamento dos leitores sobre esse ator político fica comprometido. Ele permanece isento de receber culpas e responsabilidades que lhe caberiam e, como dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca, a punição, que deve ser proporcional à maldade da natureza que a ofensa revela, deixa de ser atribuída ao prefeito.

Um ato, na concepção dos autores, é um indício e, mais do que isso, um elemento que permite construir e reconstruir a imagem da pessoa. São atribuídos valores sobre esses atos e, conseqüentemente, ao indivíduo que os proferiu.

Se por acaso um ato acarreta uma transferência de valor, está é correlativa a um remanejamento de nossa concepção da pessoa, à qual atribuiremos, de um modo explícito ou implícito, certas tendências, aptidões, instintos ou sentimentos novos (idem, p. 339).

Ao subtrair o nome de Kassab dos editoriais do jornal, *O Estado de S. Paulo* trabalha no sentido contrário da construção de uma visão consistente sobre o político e sua reputação. “Os atos anteriores e a boa reputação deles resultante tornam-se uma espécie de capital que se incorporou à pessoa, um ativo que se tem o direito de invocar para a defesa pessoal” (idem, p. 341).

O processo de desvinculação de Gilberto Kassab das ações da prefeitura se transforma em capital de isenção que pode ser utilizado por ele para se defender de quaisquer acusações, além de construir o agendamento acerca dos assuntos abordados nos textos sem configurar o político como protagonista dos acontecimentos. A despersonalização se torna uma moeda que exonera o ator político de seus atos e altera a ideia que a sociedade faria dele.

Sendo o prestígio, como defendem Perelman e Olbrechts-Tyteca, a qualidade da pessoa que se reconhece por seus efeitos, a desconexão entre o personagem e seus atos não imputa a ele as boas reações referentes às suas ações, mas também não constrói a má reputação sobre os atos aos quais ele não foi conectado.

Outro ponto observado diz respeito aos posicionamentos gráficos dos editoriais. Todos os editoriais que utilizam o nome prefeitura, em vez de citar o nome de Gilberto Kassab, são nota 3, o que significa que não foram citados na capa do jornal *O Estado de S. Paulo*. Os editoriais que são citados na capa e, portanto, recebem destaque são os que têm posição de nota 1 e 2.

***O Estado de S. Paulo*, a gestão unificada “Serra-Kassab” e a solidariedade argumentativa**

José Serra (PSDB) foi eleito 49º prefeito da cidade de São Paulo e permaneceu no cargo de janeiro de 2005 a março de 2006. O seu vice-prefeito, Gilberto Kassab, assumiu a prefeitura quando Serra deixou a gestão para concorrer às eleições para governador do estado. Eleito o 33º governador de São Paulo, atuou de janeiro de 2007 a abril de 2010, quando renunciou ao cargo para se candidatar à Presidência da República.

Após a saída de Serra da prefeitura de São Paulo, Kassab assumiu o mandato e, no pleito seguinte, foi eleito como o 50º prefeito da cidade. Ao todo, o seu primeiro mandato foi de 2006 a 2008, e, como prefeito eleito, de 2009 a 2012.

Os anos de 2005 a 2010 foram marcados pela chapa Serra/Kassab. Kassab, em 2005, como vice de Serra, em 2006 como prefeito que o substituiu e em 2009 como prefeito eleito, enquanto José Serra era governador do Estado. Durante esse período, o jornal *O Estado de S. Paulo* utilizou a nomenclatura Serra/Kassab para se referir a algumas ações dos políticos.

No presente momento da pesquisa, considerou-se o período de 2009 a 2012, por compreender a fase em que Gilberto Kassab esteve à frente da prefeitura de São Paulo como

prefeito eleito e buscaram-se alguns exemplos de como o veículo abordou conjuntamente os atores políticos.

Em princípio, não há nada de errado em abordar a gestão da chapa com o título “Serra/Kassab”, porém, na prática pode representar dois aspectos interessantes que se relacionam à despersonalização de Kassab, amplamente debatida no subtópico anterior. Percebe-se que, conjuntamente à não nomeação de Kassab sobre suas escolhas à frente da prefeitura de São Paulo, soma-se a utilização do nome da chapa, o que pode esconder a intenção de dissociar Kassab e Serra das ações da prefeitura (e do governo do Estado), bem como associá-los, quando fosse preciso, para dividir o peso das responsabilidades.

Desse modo, foram destacadas algumas sequências de argumentos para ilustrar a unificação dos atores políticos, em seguida, os editoriais escolhidos foram debatidos para contextualizar e analisados com base nas sequências de enquadramentos. Alguns trechos foram colocados em destaque para facilitar a observação.

Tabela 12 – Argumentos sobre José Serra e Gilberto Kassab (*O Estado de S. Paulo*)

Data	Nota	Título do Editorial	Sequências de Argumentos
2/7/2009	3	Avanço nas creches	“Desde o início da administração Serra/Kassab até o ano passado, as matrículas nas creches da cidade subiram de 61 mil para 109 mil, conforme a Secretaria Municipal de Educação”.
14/4/2009	3	Projeto Interminável	“Mas nos quatro anos da gestão Serra/Kassab , a Prefeitura usou apenas US\$ 4 milhões dos US\$ 100 milhões colocados à sua disposição pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde meados de 2004”. “Durante os três primeiros anos da administração Serra/Kassab , as ações relacionadas com o projeto se limitaram a algumas blitzes para livrar o lugar de traficantes, viciados e outros tipos de marginais”.
1/5/2009	3	O metrô sobre pneus	“O governador José Serra e o prefeito Gilberto Kassab anunciaram mudanças no sistema: trata-se agora do Metrô Leve Expresso Tiradentes”. “Em 2007, quando a administração Serra/Kassab inaugurou o primeiro trecho de 8,5 quilômetros com o nome de Expresso Tiradentes, os custos já somavam R\$ 861 milhões, pagos pelos cofres municipais, estadual e federal”.
26/5/2009	3	A Paulista mal reformada	“Era o que fazia, até o início da administração Serra/Kassab , a Associação Paulista Viva, que durante alguns anos manteve com a Prefeitura uma parceria produtiva para a região”.
10/6/2009	1	A nova marginal do Tietê	“Há dias, o governador José Serra e o prefeito Gilberto Kassab autorizaram a construção de 23 quilômetros de pistas de cada lado do corredor. Os trabalhos deverão começar nesse mês e terminar em outubro de 2010”.
25/7/2009	3	Ação na Cracolândia	“Apesar de a recuperação da região central da cidade de São Paulo, conhecida por Cracolândia – onde pessoas consomem drogas à luz do dia, especialmente o crack,

			um derivado altamente viciante da cocaína -, ser uma prioridade da administração Serra/Kassab desde seu início (...)."
13/9/2010	3	O centro esquecido	"Nos quatro anos do governo Serra/Kassab , a Prefeitura usou apenas US\$ 4 milhões do total colocado à disposição pelo BID".
16/3/2012	3	Atraso na reciclagem	"Sete anos se passaram desde o início da administração Serra/Kassab , e apenas 21 centrais operam em São Paulo".

Fonte: Da autora

Ao abordar a questão dos "Avanços das creches" (nota 3, 2 de julho de 2009), o editorial fala sobre o aumento de unidades feitas pela gestão unificada Serra/Kassab. O outro editorial selecionado, intitulado "Projeto interminável" (nota 3, 14 de abril de 2009), critica a dupla Serra/Kassab por alterarem o enfoque do Projeto Nova Luz, dando sequência à tradição da não continuidade administrativa de projetos.

Em "O metrô sobre pneus" (nota 3, 1 de maio de 2009) o editorial elogia as mudanças no projeto Expresso Tiradentes, rebatizada por Serra/Kassab de Metrô Leve Expresso Tiradentes. O texto analisa como as gestões anteriores haviam sido falhas e dá destaque para o novo projeto sob administração da dupla correligionária.

"A Paulista mal reformada" (nota 3, 26 de maio de 2009) é um editorial que possui uma crítica à reforma promovida pela prefeitura na Avenida Paulista. A gestão Serra/Kassab é citada quando o veículo faz uma comparação da época em que a administração da avenida era feita em parceria com a Associação Paulista Viva.

O editorial chamado "A nova Marginal do Tietê" (nota 1, 10 de junho de 2009) elogia a reforma na via, dizendo que foi iniciada por Serra e Kassab, e defende o então governador sobre a sua afirmação de que essa seria uma opção para aliviar o congestionamento.

O texto "Ação na Cracolândia" (nota 3, 25 de julho de 2009) começa descrevendo as ações da administração Serra/Kassab na região. E afirma que mesmo com as medidas tomadas há dificuldade para o avanço do Projeto Nova Luz e responsabiliza algumas ONGs por uma possível "deformação ideológica" da questão.

O editorial intitulado "O centro esquecido" (nota 3, 13 de setembro de 2010) reprova a prefeitura e cita a administração Serra/Kassab por não utilizar verba que estaria sobrando para realizar melhorias no centro em setores como cultura, habitação, assistência social, meio ambiente, entre outros.

O último texto da amostragem, intitulado "Atraso na reciclagem" (nota 3, 16 de março de 2012), faz uma crítica sobre São Paulo reciclar um baixo volume do total de resíduo

reciclável coletado. Finaliza ressaltando que nos sete anos de Serra/Kassab apenas 21 cooperativas haviam sido criadas.

Nesse breve conjunto da amostra observou-se que alguns elementos que fazem parte da esfera municipal foram associados a Serra e a Kassab. Porém, alguns artifícios que não mais faziam parte do escopo de José Serra, que no momento atuava como governador, ficavam associados ao tempo em que havia sido prefeito da cidade.

Sem incorrer em falsas simetrias, a partir do momento que um ator político muda de cargo sobre ele não podem ser imputadas as ações – ou a falta delas –, realizadas por aquele que ficou em seu lugar.

A presente análise não tem por objetivo esgotar as hipóteses sobre a unificação dos atores, que pode ter acontecido por diversas razões, como o fato de terem feito parte da mesma chapa política, questões pertencentes à esfera do governo do estado, mas que obtiveram o apoio de Kassab por serem sectários, entre outras.

É possível demonstrar com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), o efeito dos “pares filosóficos” no que eles chamam de solidariedade argumentativa.

Os autores trabalham com o conceito de dissociação nocional, um processo que tem como objetivo a separação de elementos de um mesmo sistema de pensamento que atuariam na modificação das noções, ou conhecimentos preestabelecidos, que as pessoas têm sobre algo e que são consideradas peças fundamentais em sua constituição. No processo de dissociação, ocorreria a quebra da solidariedade presumida pelo auditório com relação ao que foi dito pelo orador.

Os pares ditos antitéticos, antagônicos, são dispostos nos exemplos dos autores, porém, na presente análise observa-se o processo oposto ou de associação nocional, que não contraporía elementos vistos como contrários, mas, sim, sugeriria a unificação.

Os pares, suas variantes e conexões, fornecem-nos os termos das ligações mais usuais, bases das solidariedades argumentativas. O mesmo par de noções se apresenta, pois, ora como o resultado de uma dissociação, ora como duas noções independentes entre as quais existem ligações características, uma interação, mas também, como víamos nos capítulos anteriores, primazias de valor [...] (idem, p. 480-481).

Ou seja, sendo o auditório formado pelos leitores do veículo, argumenta-se aqui a possibilidade de a unificação dos nomes Serra/Kassab ser parte de uma lógica associativa, com

o objetivo de demonstrar as benesses de a prefeitura e o governo serem parceiros, imputar os feitos de um para o outro e livrá-los de responsabilidades individuais.

Supõe-se que essa associação seja capaz de levar ao auditório a noção conjunta, associada e unificada dos dois atores políticos, Serra e Kassab. De modo geral, a chapa formada por Serra/Kassab poderia ter mascarado a intenção de dissociar ambos das ações da prefeitura ou associá-los quando fosse preciso para “dividir o peso” das responsabilidades.

***Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* na gestão Haddad: a mobilidade urbana em foco**

Esse ponto da análise teve como objetivo evidenciar as particularidades nas formas de abordagens dos editoriais do jornal *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A ideia foi a de verificar a coerência dos posicionamentos e diferentes formas de enfoques dos dois veículos.

Vale reiterar que o jornal *Folha de S.Paulo* possui apenas dois editoriais por dia, diferentemente do jornal *O Estado de S. Paulo*, que publica três editoriais. A relevância desse aspecto diz respeito ao cálculo que equipara os espaços que ambos os jornais destinaram ao prefeito Fernando Haddad e ao tema em foco. A medição dessa categoria foi feita lembrando que as amostras são díspares.

O jornal *Folha de S.Paulo* também produz somente um editorial em alguns dias específicos, que foi chamado de ‘nota única. Isso foi levado em consideração no momento de quantificar as amostras.

Optou-se por escolher um tema de proeminência durante a gestão do prefeito Fernando Haddad para fazer esse breve comparativo entre os editoriais. A escolha do tema “mobilidade urbana” se deu pelo fato de que esse foi um assunto de grande repercussão nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* durante o mandato do político.

Compreende-se que cada veículo possui os seus direcionamentos editoriais e que a construção de seus argumentos forma a expressão das visões e valores que norteiam a prática jornalística dos jornais. Então, a ideia não é invalidar nenhum dos dois veículos e seus posicionamentos, somente verificar padrões, incoerências e possíveis desvios de compreensão acerca dos fatos em que se baseiam.

Abaixo foram selecionadas algumas sequências de argumentos. Em seguida, foram debatidas as contextualizações dos editoriais com os trechos que ilustram as questões relacionadas à mobilidade urbana.

Tabela 13 – Argumentos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* durante a gestão de Fernando Haddad

Data	Nota	Veículo	Título	Sequência de argumento
13/6/2013	2	<i>Folha de S. Paulo</i>	Melhoras marginais	“A decisão da Prefeitura de São Paulo de criar faixas exclusivas de ônibus em trechos das marginais reitera uma ideia que, embora sensata, ainda enfrenta resistências na maior cidade do país: privilegiar o transporte coletivo em detrimento do individual”.
9/8/2013	1	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Uma aposta duvidosa	“As faixas implantadas nas Avenidas Paulista e 23 de Maio e nas Marginais do Tietê e do Pinheiros são exemplos de alguns dos principais inconvenientes dessa aposta duvidosa. Na Paulista, tomar um táxi se tornou quase impossível, porque praticamente não existe mais o espaço onde eles possam pegar e deixar passageiros. Para os que usam carro, o risco é muito grande de serem multados ao fazer a conversão nos cruzamentos, quando é obrigatório atravessar a faixa”.
23/7/2015	3	<i>O Estado de S. Paulo</i>	A cidade merece mais respeito	“Em sua obstinada batalha contra os carros, a atual administração municipal parece não se dar conta de que ela está, na verdade, agredindo o cidadão paulistano. A última novidade da Prefeitura é a redução dos limites nas Marginais do Pinheiros e do Tietê”.
22/6/2013	1	<i>Folha de S. Paulo</i>	Destravar São Paulo	“Não basta, contudo, fixar apenas um objetivo ambicioso de expansão. É necessário que a prefeitura assegure o aumento da velocidade média dos ônibus, hoje em arrastados 12km/h. Para tanto, é indispensável construir pistas de ultrapassagem e plataformas de embarque e desembarque”. “A instalação dessa nova infraestrutura terá de ser acompanhada necessariamente de um desestímulo à circulação de automóveis. É impossível, numa megacidade como São Paulo, persistir num sistema de mobilidade urbana com base no transporte individual”.
15/6/2014	3	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Demagogia contra os carros	“O prefeito Fernando Haddad, em dupla com seu secretário de transporte, Jilmar Tatto, acaba de dar mais uma demonstração de que elegeu o carro como bode expiatório de sua incapacidade de tomar medidas que se impõem para melhorar o transporte coletivo na cidade – no seu caso, o serviço de ônibus”.

				“Haddad e Tatto não perdiam ocasião de fustigar os donos dos carros – como se estivessem descobrindo a pólvora – que a prioridade é o transporte coletivo. Os descontentes que se adaptassem”
24/7/2013	2	<i>Folha de S. Paulo</i>	Da arte de enxugar gelo	“Agora, o prefeito Fernando Haddad (PT), em início de mandato e pressionado pelas manifestações que colocaram o tema na berlinda, procura mostrar serviço. A prefeitura criou cerca de 80 km de faixas de ônibus e pretende ampliar mais 140 km até dezembro”.
13/8/2013	2	<i>Folha de S. Paulo</i>	Igual sardinha	“Não chega a constituir surpresa, mas nem por isso deveria ser menos embaraçoso para a Prefeitura de São Paulo que um usuário de transporte público prefira acordar meia hora mais cedo e fazer um itinerário mais longo a pegar ônibus de uma linha superlotada. Como nem todos têm alternativa à disposição, não são poucos os que terminam se apertando como sardinhas em lata, para repetir expressão comum entre os passageiros de ônibus de São Paulo”.
25/5/2013	3	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Ônibus ainda mais lotados	“Decreto baixado pelo prefeito Fernando Haddad, que traça as regras para a licitação do serviço, permite um aumento – isso mesmo – da lotação dos ônibus, quando o que se esperava era exatamente o contrário”.
28/7/2013	3	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Solução enganadora	“Como a expansão do metrô exige tempo, a curto prazo só se pode fazer alguma coisa para melhorar o trânsito e o sistema de ônibus, o que cabe à Prefeitura”. “Mas, ao contrário do que sugerem a pressa e o otimismo do prefeito com seus resultados, as faixas não são nenhuma solução milagrosa. Se fosse, já teriam sido adotadas em toda a cidade”.
19/12/2013	2	<i>Folha de S. Paulo</i>	Táxi não é o vilão	“O Ministério Público estadual, contudo, elegeu um vilão: o táxi. Sob ameaça de recorrer à justiça, o órgão deu prazo de 45 dias para que o prefeito Fernando Haddad (PT) proíba a circulação desse tipo de veículo nos nove corredores de ônibus da capital”.
21/3/2014	3	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Táxis, corredores e faixas	“A decisão da Prefeitura que restringiu a circulação de táxis nos corredores de ônibus traz a marca da improvisação que caracteriza tanto o atual governo municipal, em especial os relativos ao transporte”. “A forma e o momento em que essas medidas foram. Tomadas, assim com as justificativas apresentadas, mostram a ligeireza e a pouca seriedade com que assuntos de grande interesse para a população vêm sendo tratados”.

				<p>“A mudança resultou da pressão exercida pelo Ministério Público Estadual (MPE), à qual Haddad não teve dificuldade de ceder, porque ela está de acordo com a sua defesa da prioridade do transporte coletivo – demagógica, porque feita de olho nas eleições com medidas apressadas e de eficácia duvidosa”.</p>
--	--	--	--	---

Fonte: Da autora

O editorial da *Folha de S. Paulo* “Melhoras marginais” (nota 2, 13 de junho de 2013) fala sobre a criação de faixas de ônibus exclusivas nas marginais. E finaliza dizendo que Haddad havia sido eleito com promessas de mudar o quadro do transporte público e que espera que a criação de faixas nas marginais seja a arrancada de uma política eficaz para o setor.

A sequência de argumento demonstra que o editorial, embora pareça estar receoso quanto às faixas de ônibus, compreende que deve haver a priorização do transporte coletivo, mas que as pessoas ainda são resistentes à novidade.

Em contrapartida, o editorial de *O Estado de S. Paulo* “Uma aposta duvidosa” (nota 1, 9 de agosto de 2013) critica a criação de faixas de ônibus pelo prefeito Fernando Haddad, afirma que essa medida não resolverá o problema da cidade e acredita que frustrará os cidadãos.

Observa-se que a sequência de argumento demonstra o medo sobre as pessoas que utilizam táxis e carros, ao contrário da *Folha de S. Paulo*, que exprime preocupação com o transporte coletivo de massa.

No editorial “A cidade merece mais respeito” (nota 3, 23 de julho de 2015), de *O Estado de S. Paulo*, há a acusação de a prefeitura estar agredindo o cidadão paulistano ao insistir em deslegitimar o uso dos carros particulares como opção de mobilidade na capital.

Em seguida, inseriu-se na amostragem o editorial intitulado “Demagogia contra os carros” (nota 3, 15 de junho de 2014), em que *O Estado de S. Paulo* afirma que Haddad elegeu o carro como “bode expiatório”. Para o jornal, o prefeito e o secretário dos transportes, Jilmar Tatto, estariam se posicionando contra as pessoas que possuem veículos. Chamam atenção as seguintes sequências de argumentos dos editoriais.

Em sua obstinada batalha contra os carros, a atual administração municipal parece não se dar conta de que ela está, na verdade, agredindo o cidadão paulistano. A última novidade da Prefeitura é a redução dos limites nas Marginais do Pinheiros e do Tietê.

Sem dúvida, as estatísticas de acidentes e mortes no trânsito são assustadoras e exigem uma diligente atuação do setor público. O que se questiona é se o meio mais eficaz para diminuir os acidentes é a simples redução dos limites de velocidade.

O prefeito Fernando Haddad, em dupla com seu secretário de transporte, Jilmar Tatto, acaba de dar mais uma demonstração de que elegeu o carro como bode expiatório de sua incapacidade de tomar medidas que se impõem para melhorar o transporte coletivo na cidade – no seu caso, o serviço de ônibus.

Haddad e Tatto não perdiam ocasião de fustigar os donos dos carros – como se estivessem descobrindo a pólvora – que a prioridade é o transporte coletivo. Os descontentes que se adaptassem.

Observou-se que os argumentos utilizados se referem, mais uma vez, à preocupação sobre o transporte individual em detrimento do coletivo. O jornal *O Estado de S. Paulo* destaca claramente que Fernando Haddad e o secretário de transportes, Jilmar Tatto, fazem medidas contra as pessoas que têm carros, e não a favor de quem não tem.

Já o jornal *Folha de S. Paulo* possui lógica inversa, como fica claro no editorial “Destruir São Paulo” (nota 1, 22 de junho de 2013). O texto fala sobre a expansão dos ônibus por Haddad, mas afirma que apenas isso não é eficiente, elencando medidas que poderiam ser tomadas, como aumentar a velocidade média dos ônibus e restringir a circulação de carros.

Não basta ampliar corredores de ônibus, é preciso dar-lhes mais velocidade e tirar espaço de carros; ampliar metrô custa dez vezes mais caro.

Não basta, contudo, fixar apenas um objetivo ambicioso de expansão. É necessário que a prefeitura assegure o aumento da velocidade média dos ônibus, hoje em arrastados 12km/h. Para tanto, é indispensável construir pistas de ultrapassagem e plataformas de embarque e desembarque.

A instalação dessa nova infraestrutura terá de ser acompanhada necessariamente de um desestímulo à circulação de automóveis. É impossível, numa megacidade como São Paulo, persistir num sistema de mobilidade urbana com base no transporte individual.

O editorial “Da arte de enxugar gelo” (nota 2, 24 de julho de 2013), da *Folha de S. Paulo*, aborda as iniciativas para melhorar o trânsito na capital nos últimos anos. Fala que Haddad e a prefeitura criaram 80 quilômetros de pistas de ônibus, mas que essas são menos eficazes que os

corredores de ultrapassagem. Finaliza dizendo que deve ser feito um esforço que envolva toda a região metropolitana e que até lá as autoridades continuarão a enxugar gelo.

Nesse editorial, o jornal *Folha de S.Paulo* demonstra o seu descontentamento com a criação das faixas de ônibus. Para o veículo, a criação de corredores com espaço para ultrapassagem e plataformas de embarque e desembarque seriam mais eficazes. Além disso, afirma que as faixas de ônibus aumentarão a velocidade dos ônibus e dificultarão a circulação de carros.

Em consonância com esse editorial, o texto “Igual sardinha” (nota 2, 13 de agosto de 2013) critica a qualidade do transporte público paulistano. Finaliza dizendo que Haddad introduziu 80 quilômetros de faixas à direita, mas que a população espera os corredores à esquerda, mais caros e mais eficientes.

O editorial “Solução enganadora” (nota 3, 28 de julho de 2013), do jornal *O Estado de S. Paulo*, segue a mesma linha da *Folha de S.Paulo*, elogia a iniciativa da construção dos corredores de ônibus, mas pondera que, pelo custo dessa ação, seriam implementadas apenas faixas de ônibus, em vez de corredores.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, com o texto “Ônibus ainda mais lotados” (nota 3, 25 de maio de 2013), critica a medida lançada em edital pelo prefeito Fernando Haddad que permitira um aumento na lotação de ônibus. Ao final da publicação, o jornal diz que é preciso “coragem para contrariar os interesses das poderosas empresas do setor”. *O Estado de S. Paulo* toca em um ponto importante, o fato de as empresas de transportes, que prestam serviços de ônibus, possuírem lucros significativos sobre os contratos estabelecidos com a prefeitura.

O editorial da *Folha de S.Paulo* intitulado “Táxi não é o vilão” (nota 2, 19 de dezembro de 2013) critica a decisão do Ministério Público que determinou que Haddad proibisse a circulação de táxis nos corredores da capital. O jornal não critica o prefeito da cidade, mas sim o Ministério Público sobre a decisão. Em contrapartida, o editorial de *O Estado de S. Paulo* com o título “Táxis, corredores e faixas” (nota 3, 21 de março de 2014) condena a decisão da prefeitura de São Paulo de restringir a circulação de táxis nos corredores de ônibus dizendo que a medida é uma improvisação. E trouxe as seguintes sequências de argumentos:

A decisão da Prefeitura que restringiu a circulação de táxis nos corredores de ônibus traz a marca da improvisação que caracteriza tanto o atual governo municipal, em especial os relativos ao transporte”. “Um sinal claro disso foi a tentativa de compensar os transtornos causados aos taxistas e aos passageiros com a liberação da circulação em algumas das faixas exclusivas implantadas atabalhoadamente.

A forma e o momento em que essas medidas foram. Tomadas, assim com as justificativas apresentadas, mostram a ligeireza e a pouca seriedade com que assuntos de grande interesse para a população vêm sendo tratados.

A mudança resultou da pressão exercida pelo Ministério Público Estadual (MPE), à qual Haddad não teve dificuldade de ceder, porque ela está de acordo com a sua defesa da prioridade do transporte coletivo – demagógica, porque feita de olho nas eleições com medidas apressadas e de eficácia duvidosa.

O texto deixa claro que a restrição dos táxis nos corredores de ônibus foi uma decisão da prefeitura de São Paulo tomada de modo improvisado. Em um dos argumentos, o veículo alega que a pressão exercida pelo Ministério Público Estadual (MPE) teria levado Haddad a executar a medida, à qual ele não teve dificuldade de ceder, “por ela estar de acordo com sua defesa da prioridade do transporte coletivo – demagógica”.

Tipologias do argumento

O Argumento da Razão Legal

Como foi descrito no capítulo anterior, os argumentos nesta tese foram catalogados em três tipos, conforme a tipologia adotada aqui: Tipologia do *Argumento da Razão Legal* (lógica administrativa, lógica jurídica e lógica financeira), Tipologia do *Argumento da Ética Pública* (lógica eleitoreira, lógica relacional e lógica partidária) e Tipologia do *Argumento de Valores Eletivos* (lógica de iniciativa privada e lógica de republicanismo).

No entanto, durante a construção das unidades de registro que seriam decodificadas na pesquisa, houve um impasse. Seria muito difícil classificar cada um dos 281 editoriais em apenas uma das categorias para construir análise de conteúdo, pois cada editorial possui argumentos de mais de uma das categorias criadas.

Seria impraticável aplicar na construção da análise todos os exemplos obtidos dentro do *corpus* do objeto e utilizá-los para a observação crítica por conta do volume de exemplos que seriam retirados do material. Desse modo, especificamente nessa etapa da análise, optou-se por

pinçar alguns exemplos do ano de 2013 para que não se incorresse no comprometimento das amostras.

Neste momento da pesquisa o objetivo é assinalar a ocorrência do *Argumento da Razão Legal*. Então, a título de exemplos e sem atribuir um peso estatístico às sequências de *Argumentos da Razão Legal*, foram selecionados alguns trechos e, em seguida, outros para as subcategorias jurídica, administrativa e financeira.

É relevante ressaltar que não foram encontradas disparidades nessa categoria, porém, como um dos objetivos da tese era “investigar os tipos de argumentos utilizados no jornalismo opinativo de editorial político”, as sequências desse trecho exemplificaram esse tipo de argumento.

Nessa fase da pesquisa considerou-se somente a captura de exemplos de argumentos, levando-se em conta que a utilização de amostras de dias muito próximos poderia comprometer a análise caso um fato importante sobre o tema tivesse ocorrido naquele período. A ideia foi a de pinçar alguns editoriais para evitar o comprometimento da amostragem, para que os procedimentos metodológicos fossem rigidamente respeitados e para não incorrer no favorecimento das hipóteses levantadas.

Para a primeira categoria, sobre o *Argumento da Razão Legal*, seguiu-se o seguinte plano de trabalho: decidiu-se por encontrar sequências de argumentos do primeiro ano do governo de Haddad; deste modo, os assuntos poderiam estar interconectados, o que facilitaria a compreensão da linha seguida pelo editorial.

Especificamente para essa categoria, os exemplos dos editoriais escolhidos não demonstraram nenhum tipo de distorção, as sequências de argumento abaixo não mostram nada de anormal, servindo apenas para a demonstração da identificação do tipo de *Argumento da Razão Legal*.

Tabela 14 – Sequência de Argumentos da Razão Legal no jornal *O Estado de S. Paulo*

Data	Nota	Título do Editorial	Sequência de <i>Argumentos da Razão Legal</i>
13/1/2013	3	O triste recorde das multas	A previsão com multas de trânsito na capital paulista deve bater um novo recorde, de acordo com o que prevê o orçamento para 2013, aprovado no final do ano passado, R\$ 925 milhões. Previsão que certamente será confirmada, porque se há um setor da administração municipal que funciona de forma impecável, é o da fiscalização de trânsito, quando se trata da aplicação de multas. Ele é tão eficiente que a possibilidade de erro é para mais.

25/2/2013	3	A novela da inspeção veicular	“O projeto autoriza a devolução aos proprietários de veículos que passaram pela inspeção da taxa de R\$ 47,44 que pagaram por ela. O cumprimento dessa que foi uma das principais promessas de Haddad custará à Prefeitura cerca de R\$ 180 milhões, que poderiam ter melhor destinação.”
31/3/2013	2	O plano de metas de Haddad	“São coisas importantes – e, portanto, devem ser mesmo feitas –, mas diferentes, que parecem ter sido misturadas apenas para dar a impressão de que o plano de metas tem uma dimensão maior do que a real.”
20/5/2013	3	Ônibus ainda mais lotados	“Para atenuar o impacto da má notícia – verdadeira ducha de água fria para os milhões de passageiros que utilizam esse meio de transporte –, a Prefeitura promete um desafogo dos ônibus nos próximos anos. Acredite quem quiser. Depois dessa medida infeliz, a imensa maioria tem bons motivos para a postar no pior.”
13/6/2013	2	Chegou a hora do basta	“Mas insinuou que por trás das manifestações há pessoas que não votaram nele. A gravidade da situação exige que o prefeito esclareça se com isso quis dizer que a oposição é responsável pela baderna.”
5/7/2013	2	A esperteza da CPI	“Numa esperta manobra, destinada aparentemente a ampliar o leque de investigações que na verdade pode diluí-las e enfraquecê-las, o PT decidiu incluir, no pedido de criação da sua CPI, a possibilidade de ela examinar, além do serviço de ônibus, também os contratos do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).
30/8/2013	3	Para evitar novas tragédias	“A primeira é que, se as coisas são mesmo assim, por que razão o prefeito não recorreu à Justiça para dar efeito prático ao embargo da obra? Se tivesse feito isso em março, quando ela foi embargada, a tragédia poderia ter sido evitada. Tempo teria havido para a Justiça se manifestar. O que tem Haddad a dizer a respeito?”
29/9/2013	2	De olho na eleição	O prefeito Haddad e o secretário municipal de Transporte, Jilmar Tatto, não se cansam de alardear que aumentou a velocidade média dos ônibus nessa e em outras faixas. (...) Haddad e Tatto, que insistem – com indisfarçável demagogia – que a prioridade da sua administração é o transporte coletivo, ao qual o individual deve ceder espaço, custe o que custar, se esquecem de que o serviço de táxi, aqui como em todo o mundo, é também uma forma de transporte público.
28/12/2013	2	Parar a cidade?	Com trajetos longos, ilógicos e demorados, os serviços de ônibus estão muito aquém do que grande parte da população precisa. A malha de metrô é insuficiente e, assim o carro continua sendo o único transporte viável para milhares de pessoas.

Fonte: Da autora

O *Argumento da Razão Legal* reúne tipos de argumentos utilizados nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* que tenham empregado críticas, elogios ou comentários acerca das ações do prefeito Fernando Haddad nos âmbitos jurídico, administrativo e financeiro, todos regulados e normatizados por lei.

Abaixo foram inseridas algumas contextualizações acerca de cada um dos editoriais que estão servindo como amostra para a categoria. Os argumentos destacados na tabela, com as sequências argumentativas, se relacionam às questões administrativas, haja vista que o presente bloco aborda o *Argumento da Razão Legal*. Observou-se que não houve erro factual, nem má-fé, desvios ou desonestidade intelectual nas afirmações do editorial.

O primeiro editorial analisado nesse bloco, intitulado “O triste recorde das multas” (nota 3, 13 de janeiro de 2013), faz uma crítica ao aumento da arrecadação das multas na cidade de São Paulo. Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, esse recorde indica que as multas perderam a sua função educativa e se transformaram em um instrumento de arrecadação.

O argumento utilizado deixa claro que o setor de arrecadação de multas funciona da maneira como deveriam ser todos os setores da prefeitura, mas que, por se tratar do ganho financeiro sobre o contribuinte, o departamento se destaca e possui bom funcionamento.

Ou seja, há o emprego de certa ironia quando o editorial afirma que somente por ser um setor de recolha financeira sobre o cidadão, o sistema funciona. Insinuando que a falta de funcionamento adequado em outras pastas da prefeitura acontece pelo fato de não terem rentabilidade.

Em outro trecho o editorial afirma que “a dinheirama das multas virou receita orçamentária corrente, e de peso (...). Lucrar com o aumento constante das infrações de trânsito não faz o menor sentido, do ponto de vista dos bons procedimentos administrativos”.

O jornal não incorreu em nenhum erro ao tecer as afirmações, haja vista que os fatos são verídicos, o argumento foi exposto somente para demonstrar que a presença do *Argumento da Razão Legal* sob a lógica administrativa está presente na categoria.

Com o título “A novela da inspeção veicular” (nota 3, 25 de fevereiro de 2013), o editorial posiciona os seus *Argumentos da Razão Legal* na racionalidade econômica ao criticar as mudanças propostas por Haddad sobre a inspeção veicular, que impactará os cofres do município. A crítica do veículo se relaciona aos valores que deixarão de ser arrecadados com a mudança no sistema de inspeção veicular, já que, se houvesse a arrecadação de R\$ 180 milhões, o valor poderia ter “melhor destinação”, conforme destacado na tabela de sequências de *Argumentos da Razão Legal*.

O editorial de 31 de março de 2013, “O plano de metas de Haddad” (nota 2, 31 de março de 2013), condena o projeto formulado pelo prefeito dizendo que ele ficará aquém do que foi prometido durante a campanha eleitoral. O *Argumento da Razão Pública* sobre o prefeito afirma que a elaboração do seu plano de metas diverge do que foi apresentado em campanha e ressalta o fato de o prefeito ter colocado mais metas em seu plano com o objetivo de inflar o documento. Dentre os editoriais foi comum observar alguns julgamentos como o destacado acima, que afirma que alguns elementos do plano de metas foram propositalmente misturados para parecerem maiores do que eram.

No editorial “Ônibus ainda mais lotados” (nota 3, 20 de maio de 2013), o texto critica uma medida que teria sido lançada em edital pelo prefeito Fernando Haddad que permitiu o aumento na lotação dos ônibus. O *Argumento da Razão Legal* sob a Lógica Administrativa é utilizado nesse exemplo para criticar o aumento da lotação dos ônibus pela prefeitura de São Paulo.

Observou-se o uso de termos como “ducha de água fria”, “acredite se quiser”, “medida infeliz” e “apostar no pior”. Esses são exemplos de alguns termos que o jornal utiliza em seus *Argumentos da Razão Legal* para exemplificar suas visões.

Outro editorial critica o vandalismo nas manifestações encabeçadas pelo Movimento Passe Livre na cidade de São Paulo e que se estenderam ao país. Sob o título “Chegou a hora do basta” (nota 2, 13 de junho de 2013), o jornal elogia os posicionamentos do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad, mas excetua que Haddad tem “algumas reticências”.

Então o editorial repreende o prefeito ao afirmar que ele “insinuou que por trás das manifestações há pessoas que não votaram nele”. Mais uma vez, a utilização do termo “insinuou” demonstra a dúvida do veículo sobre as motivações de Haddad. Observou-se que no *Argumento da Razão Legal*, esse tipo de construção textual pode induzir o leitor a ter múltiplas compreensões sobre o que está sendo debatido.

O título “A esperteza da CPI” (nota 2, 5 de julho de 2013) critica Fernando Haddad por se mostrar contrário à CPI dos transportes públicos. Segundo o jornal, essa contrariedade se dá por ter sido um projeto proposto pela oposição. Após declarações de Arselino e Jilmar Tatto, Haddad propôs uma nova CPI, criada pelo PT, mas que deveria se estender ao metrô e à CPTM, que são coordenados pelo governo do estado de São Paulo.

Para discutir esse editorial, faz sentido suscitar dois outros que se conectam ao tema: “Solução enganadora” (nota 3, 28 de julho de 2013) e “Os ônibus – exagero e realidade” (nota

1, 21 de janeiro de 2014). Em ambos, o jornal *O Estado de S. Paulo* abordava assuntos que não se relacionavam a Haddad, e sim ao governo do Estado, mas acabaram direcionando à prefeitura de São Paulo algumas críticas incompatíveis.

Em “Solução Enganadora”: Como a expansão do metrô exige tempo, a curto prazo só se pode fazer alguma coisa para melhorar o trânsito e o sistema de ônibus, o que cabe à Prefeitura.

Em “Os ônibus – exagero e realidade”: É sabido que por suas características o ônibus é o único meio de transporte coletivo da capital paulista do qual se pode esperar, a curto prazo, um aumento considerável de desempenho, já que a expansão do sistema metroferroviário – no qual está a solução mais efetiva do problema, como mostram os problemas das grandes cidades dos países desenvolvidos – exige tempo e grandes investimentos. O atraso histórico na construção do metrô é tal que não pode ser recuperado rapidamente, mesmo que se dobrem os recursos a ele destinados. Por isso, seria bom que o serviço de ônibus estivesse melhorando tanto quanto pretendem autoridades municipais e alguns técnicos que parecem seduzidos por juízos apressados.

Nas duas sequências de *Argumentos da Razão Legal* dos editoriais é possível observar que os trechos utilizam um argumento comum, o de justificar que os problemas de transporte na cidade só podem ser resolvidos por meio do sistema de ônibus, já que o metroferroviário exige tempo e investimento.

O ponto é que não se pode culpar a prefeitura da cidade de São Paulo por não absorver com o sistema de ônibus as faltas de investimento em tempo e recursos do governo do estado de São Paulo com o sistema metroferroviário. Não há nada de errado em criticar a prefeitura por suas falhas sobre o assunto e fazer o mesmo com o governo do estado. Porém, ao isentar o governo pela dificuldade do problema colocando nas costas da prefeitura toda a responsabilidade sobre os transportes na cidade, transparece certa disparidade quanto ao julgamento do veículo sobre as gestões da prefeitura e governo do Estado.

O editorial “Para evitar novas tragédias” (nota 3, 30 de agosto de 2013) fala sobre o desabamento de um prédio em construção em São Mateus, na Zona Leste de São Paulo. O argumento destacado na tabela demonstra o descontentamento sobre as ações do prefeito Fernando Haddad, que, para o veículo, deveria ter recorrido à Justiça para dar efeito prático ao embargo da obra.

O editorial intitulado “De olho na eleição” (nota 2, 29 de setembro de 2013) critica as decisões do prefeito acerca do sistema de trânsito e do transporte de ônibus na capital, afirmando que a iniciativa é eleitoreira e despreparada. Ao afirmar que o prefeito e o secretário

“não se cansam de alardear” o aumento da velocidade média promovida pelas faixas de ônibus, o editorial sugere que ambos estariam fazendo barulho em cima da questão e que o fato de se vangloriarem por isso não seria justo de alguma forma.

Subjetivamente percebe-se que o verbo “alardear” acompanha o sentido de um “barulho desnecessário”. Observou-se que o veículo não contra-argumenta sobre esse ponto e em seguida diz que o aumento da velocidade média dos ônibus não seria tão expressivo como teria sugerido a prefeitura. Ou seja, houve, sim, o aumento da velocidade média dos ônibus por conta das faixas, o que daria razão para a atitude de a prefeitura de divulgar esse resultado. Porém, na visão do veículo, esse ganho havia sido pequeno e, portanto, não deveria ser considerado.

O editorial “Parar a cidade” (nota 2, 28 de dezembro de 2013) trata dos aumentos de valor para estacionar em regiões de *boom* imobiliário, o fato de os serviços de ônibus estarem aquém das necessidades da cidade, a redução das vagas em estacionamentos públicos e a intervenção do prefeito nos estacionamentos privados. O veículo critica a Secretaria Municipal de Transportes (SMT) e afirma que Haddad teria a “intenção de dificultar a vida dos motoristas”. O editorial parece desconsiderar que a pasta de transportes é de responsabilidade da SMT e critica o prefeito como se as medidas tomadas fossem ações do prefeito.

“Com trajetos longos, ilógicos e demorados, os serviços de ônibus estão muito aquém do que grande parte da população precisa. A malha do metrô é insuficiente e, assim, o carro continua sendo o único transporte viável para milhares de pessoas”.

O veículo diz que é necessário reorganizar as linhas de ônibus, pois elas não atendem as demandas da população. Em seguida, cita o fato de o metrô não ter expandido o suficiente para dar conta de atender a população e, por fim, afirma que o carro continua sendo a alternativa coerente para muitas pessoas.

Ao citar o governo do Estado, o editorial não impõe rigidez ou firmeza nos pontos levantados e flexibiliza a responsabilidade do governo sobre o sistema metroferroviário, que, ao somar com as questões municipais, se tornariam um problema maior. O veículo preserva o governo do estado e atribui à prefeitura a responsabilidade sobre todo o transporte público.

Levando como base os pensamentos de Fariclough (2001), Fiorin (2001; 2015), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014), discutidos no referencial teórico da presente pesquisa, é possível observar que as construções de argumentos do jornal *O Estado de S. Paulo* objetivam persuadir os seus leitores a se guiarem pelos pensamentos do veículo, e não há nada de errado nisso. Porém, se existir alguma distorção sobre a verdade dos fatos, essa persuasão se dará para apoiar o veículo a construir, também de forma distorcida, a opinião dos leitores, afinal de contas

todo tipo de discurso é finalizado na compreensão do intérprete. Aquele que decodifica, lê, vê ou ouve um determinado tipo de informação é o responsável por compreendê-la, e é papel do jornalista transmitir os fatos sem distorções.

Não há problemas em os editoriais expressarem os seus posicionamentos e opiniões. Por outro lado, a utilização de ironias, conjecturas e construções fráscas relacionadas a pressuposições podem atrapalhar a compreensão desse intérprete acerca daquilo que está sendo dito e até mesmo sobre os fatos.

Como o discurso está relacionado à construção das identidades sociais e às formas como elas se manifestam, pode-se dizer que esses intérpretes são instrumentalizados, por meio do agendamento, com as ferramentas para que debatam e formatem a construção particular de suas visões e de seus *ethos*, mas também para que defendam esses posicionamentos construídos por meio do dialogismo com o veículo.

As ironias podem alimentar interpretações de formas negativas quando o veículo utiliza algumas suposições como: “tal coisa foi feita para parecer que” ou “aparentemente para fazer com que”. Quando o veículo analisa os discursos do prefeito e afirma que ele “insinuou” algo, torna-se tarefa extremamente complexa compreender as nuances, insinuações, e imputar sentido subjetivo sobre o que não foi dito. Aquilo que não foi enunciado não necessariamente foi entendido da forma pretendida pelo emissor que enviou a mensagem. Isso acaba gerando premissas de julgamento que não necessariamente representam a realidade daquele discurso.

Perelman e Olbrechts-Tyteca demonstram que o uso da ironia, em que “quer-se dar a entender o contrário do que se diz”, é uma forma de argumentação indireta e que sua utilização sempre “supõe conhecimentos complementares acerca de fatos, de normas” (2014, p. 235-236).

O emprego da ironia traz a necessidade de conhecimentos prévios por parte do leitor sobre o que está sendo abordado no discurso. Além disso, ela é utilizada, na maioria das vezes, na defesa de um argumento que, de certa forma, deve ter sido exposto pelo ataque.

Levando-se em consideração que um discurso é constituído a partir de outro discurso e que esse dialogismo constitutivo precisa da existência de discursos anteriores para alimentar o nascimento dos novos, essas duas vozes (o discurso que nasceu agora e aquele em que ele se baseou) são derramadas sobre a visão do intérprete.

Assim, ele terá que lidar com diversas barreiras entre o entendimento daquela informação e o fato por trás dela – fazendo com que haja constante disputa por espaço entre o seu próprio eu e a construção desse *ethos*, a formação do sentido daquela produção discursiva,

o seu próprio arcabouço cultural e intelectual, a opinião do veículo que está sendo expressa –, e com insinuações, premissas, concepções e julgamentos não comprováveis.

Subcategorias do *Argumento da Razão Legal* em suas lógicas jurídica, administrativa e financeira

Durante a produção das análises dos *Argumentos da Razão Legal*, foram identificados que essa categoria se subdivide em três lógicas principais: jurídica, administrativa e financeira.

As subcategorias sustentam suas críticas em aportes jurídicos, ou constitucionais, utilizando as leis como bases para analisar as atitudes do prefeito Fernando Haddad. Na esfera sobre a coesão administrativa, críticas sobre faltas de análises técnicas preencheram o veículo durante o mandato do prefeito. E, sobre o campo financeiro, críticas pela forma de arrecadação, sobre o destino dos recursos e suas aplicabilidades, sobre a diminuição da receita orçamentária da prefeitura e sobre os preços dos serviços.

Algumas palavras foram deixadas em destaque para facilitar a localização dos tipos de argumentos sob as lógicas jurídica, administrativa e financeira.

Tabela 15 – Sequências de *Argumentos da Razão Legal*: lógicas jurídica, administrativa e financeira

Data	Nota	Subcategoria	Título	Sequências de <i>Argumentos da Razão Legal</i>
23/9/2013	3	Jurídica	Cidade Limpa em perigo	“Assinale-se que o prefeito Haddad baixou dois decretos que tornam menos rígida a Lei Cidade Limpa ”.
24/11/2013	3	Jurídica	O custo de enterrar a fiação	“Pressionada pelos planos divulgados no início do ano pelo prefeito Fernando Haddad, que anunciou sua intenção de fazer valer a lei , a Eletropaulo divulgou as conclusões de um estudo feito pela consultoria McKinsey a respeito”.
27/8/2014	1	Administrativa	O custo da pressa eleitoral	“Só a combinação de improvisação, incapacidade administrativa , insuficiência técnica e, sobretudo, avidez por resultados político-eleitorais pode explicar as dificuldades que a administração do prefeito Fernando Haddad vem encontrando para elaborar e executar projetos (...)”

25/8/2016	3	Administrativa	Haddad, o tormento	“Surpreende a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad. Periodicamente, ele lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele próprio havia determinado anteriormente, gerando insegurança jurídica, bagunçando a vida das pessoas e desestimulando investimentos”.
28/12/2013	3	Financeira	Parar a cidade?	“Levantamento da consultoria Colliers compara a mensalidade de R\$298 , paga em 2012 pelos motoristas por vagas de estacionamentos nos corredores centrais da cidade de São Paulo, e as cobradas em 2013, que saltaram para R\$ 332 .”
26/4/2014	3	Financeira	O preço da tarifa congelada	“Os números impressionam. A subvenção para a CPTM, por exemplo, aumentou 43,7% indo de R\$ 537,5 milhões em 2012 para R\$ 772,2 milhões no ano passado.

Fonte: Da autora

Na subcategoria jurídica, o texto “Cidade Limpa em perigo” (nota 3, 29 de setembro de 2013) afirma que, após votação na Câmara Municipal, houve a liberação de alguns tipos de publicidade proibidas anteriormente pela lei Cidade Limpa. A crítica é sobre o posicionamento de Haddad não estar claro. A lógica é de que ele possa desconsiderar essa lei, que, para o veículo, foi um ganho da gestão Kassab.

O editorial intitulado “O custo de enterrar a fiação” (nota 3, 24 de novembro de 2013) discute os valores e formas para enterrar as fiações na cidade de São Paulo e se coloca a favor de Haddad por ter afirmado que faria valer a lei que obriga o enterramento.

Nesse editorial, observa-se que a concordância com a posição de Haddad de fazer “valer a lei” é o ponto de atenção que utiliza o argumento jurídico para demonstrar a convergência com esse pensamento do prefeito. Ressalta-se a ideia de descumprir ou cumprir aquilo que está escrito nos parâmetros legais. Logo, o argumento jurídico evoca esses princípios para defender o seu ponto de vista.

Para a subcategoria de argumento administrativo destacou-se o editorial intitulado “O custo da pressa eleitoral” (nota 1, 27 de agosto de 2014). O argumento empregado é o de que Haddad seria um administrador incapaz e por isso suas licitações estavam suspensas pelo TCU.

O editorial “Haddad, o tormento” (nota 3, 25 de agosto de 2016) traz uma crítica à Secretaria Municipal de Transportes (SMT), que havia publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo alteração no serviço de táxi na cidade. O texto do jornal *O Estado de S. Paulo*

informa que Fernando Haddad desrespeita a cidade com sua caótica gestão e que falta planejamento na administração petista.

Na subcategoria financeira, o editorial “Parar a cidade?” (nota 3, 28 de dezembro de 2013) aborda os aumentos no custo para estacionar em regiões de *boom* imobiliário e critica as ações de Haddad afirmando que ele teria a “intenção de dificultar a vida dos motoristas”.

Em “O preço da tarifa congelada” (nota 3, 24 de abril de 2014), a crítica vai para as consequências da tarifa congelada dos ônibus da capital à luz dos prejuízos financeiros refletidos no montante que deixaria de ser arrecadado.

Observou-se que os argumentos que ilustram o *Argumento da Razão Legal* sempre se valem desses três artifícios para se sustentar: a administração, as leis e as finanças do município. Mesmo em um editorial cuja crítica é financeira, alguns argumentos sobre as formas de administrar são expostas. Nos demais textos nota-se a mesma lógica, se o argumento é jurídico, não quer dizer que não terá também embasamentos administrativos ou financeiros.

O Argumento da Ética Pública

Para a segunda análise, optou-se por selecionar alguns editoriais ao longo do mandato do prefeito Fernando Haddad. Diferentemente da primeira análise, na qual se fez necessário manter o aprofundamento em temas não distantes e editoriais não muito diversos para a manutenção do fio condutor, nessa categoria foi possível diversificar as amostragens.

Compreende-se como *Argumento da Ética Pública* todos os argumentos utilizados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* relacionados às escolhas do prefeito Fernando Haddad. Esse segundo tipo de argumento tem como objetivo analisar a conduta do governante para que ele atue com integridade ao diferenciar corretamente o público e o privado.

Esse nível de análise visa compreender os argumentos construídos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em críticas sobre as conexões de Fernando Haddad com outros partidos políticos, com o seu próprio partido político, sobre se o governante possui uma prática eleitoreira, ou seja, prioriza os interesses do seu partido em detrimento do que é de interesse público.

A ética pública, analisada nessa categoria, além de estar consagrada nos princípios da Constituição, também aparece nos costumes e tradições das melhores práticas de gestão pública de diversos países que compreendem que o bem público não deve ser utilizado como um bem privado.

Também foi investigado se os argumentos do jornal *O Estado de S. Paulo* se fundamentaram em suposições, fatos ou não passaram de simples acusações infundadas e desconectadas da realidade.

Percebe-se que os argumentos construídos sobre essa parte do objeto de estudo evidenciam situações em que o veículo acredita que o prefeito de São Paulo teve comportamentos eleitoreiros, ou seja, que os comportamentos do gestor se guiavam pelo interesse em se projetar como político e não estariam conectados aos interesses dos munícipes.

Na tabela a seguir foram destacadas as sequências de *Argumentos de Ética Pública* encontradas nos editoriais durante o mandato do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Os trechos em destaque são frases emblemáticas que valem o grifo diferenciado para a observação.

Tabela 16 – Sequência de *Argumentos da Ética Pública* no jornal *O Estado de S. Paulo*

Data	Nota	Título do Editorial	Sequência de <i>Argumentos da Ética Pública</i>
1/1/2013	1	O que se espera de Haddad	<p>“E é por aí que o governo petista de Haddad poderá se complicar. A exemplo do que se torna cada vez mais evidente no plano federal, o PT está menos preocupado com planos de governo do que com seu plano de perpetuação no poder”.</p> <p>“E quando se trata de projeto de poder, Lula & Cia. sempre deixaram muito clara a absoluta prioridade da conquista da prefeitura paulistana como cabeça de ponte para a tomada, a seguir, do Palácio dos Bandeirantes”.</p> <p>“Entende o lulopetismo que desalojar os tucanos do governo do mais importante Estado da Federação é essencial para a sua perpetuação no comando político do País”.</p> <p>“Resta saber, portanto, até que ponto Fernando Haddad terá forças – e desejo – para evitar que a Prefeitura de São Paulo se transforme prioritariamente em ferramenta eleitoral do PT. Pois há uma enorme diferença, frequentemente inconciliável, entre programa de governo e estratégia eleitoral”.</p>
18/1/2013	1	Credor e conselheiro	<p>“Fernando Haddad, eis o “pequeno detalhe”- está à disposição de Lula desde quando este o pinçou do Ministério da Educação e do celibato eleitoral para devolver ao PT o governo da maior cidade brasileira, perdido em 2004”.</p> <p>“A parte que tocou Haddad, além de exibir moderação, empatia e conhecimento dos problemas de sua cidade, foi fazer rigorosamente tudo o que seu mestre mandasse – como participar do beija-mão a Paulo Maluf, que exigiu que fosse público e no seu próprio palacete”.</p>

21/1/2013	3	Bom senso, mas não muito	“Mas o prefeito decidiu que ele só ocorrerá em 1º de junho, o que teria sido um pedido da presidente Dilma Rousseff para evitar o risco de que o IPCA chegue a 1% em janeiro e alimente a inflação. Deixar que esse tipo de consideração pese em tal decisão nunca dá bons resultados”.
29/9/2013	2	De olho na eleição	“A pressa e a improvisação com que estão sendo tomadas decisões importantes sobre o sistema de trânsito e o transporte de ônibus na capital parecem indicar que por trás delas está menos o desejo genuíno de melhorar um e outro e muito mais a motivação política e eleitoral, pois é notório o engajamento do prefeito Fernando Haddad na empreitada do PT para conquistar o governo do Estado ”
11/10/2013	1	Renegociação eleitoreira	“ Só com mais dinheiro Haddad, que é do mesmo partido da presidente Dilma Rousseff, poderá mostrar alguma realização no próximo ano – quando, não custa recordar, haverá eleição de presidente da República e de governadores ”.
7/2/2014	2	Campanha fora de hora	“Mas nada disso aconteceu – tal versão, fantasiosa, é apenas parte da conhecida estratégia petista de criar inimigos ideológicos e, desse enfrentamento, auffer lucros eleitorais ”. (...) O interesse eleitoral ditou também a convocação, no final de janeiro, de uma rede nacional de rádio e de TV para que Padilha pudesse anunciar uma campanha de vacinação com inacreditáveis 40 dias de antecedência (...) .
9/3/2014	2	Armadilha da corrupção	Seduzidos pelas vantagens imediatas que isso pode lhes dar – tanto fortalecendo redutos eleitorais de aliados como facilitando a aprovação de matérias de seu interesse na Câmara Municipal -, eles fecham os olhos à experiência recente que mostra que esse toma lá dá cá acaba mal.
6/4/2014	2	A dívida dos Estados	Havia sim um claro interesse político-partidário do governo pois a medida, benéfica para todos os devedores, beneficiava de maneira escandalosamente generosa a Prefeitura de São Paulo, que a partir de 2013 seria chefiada pelo petista Fernando Haddad.
16/5/2014	3	A greve no ensino municipal	O problema é que o anúncio da concessão foi feito às vésperas do início da campanha eleitoral e o abono somente será incorporado aos salários a partir de 2015 – e assim mesmo em mês que ainda não está definido, uma vez que a medida depende de autorização da Câmara Municipal e o projeto somente foi enviado esta semana pela Prefeitura.
21/6/2014	3	O fogo de artifício das faixas	Não demorou muito para que os fatos – contra os quais, como se diz, não há argumentos – começassem a desfazer a encenação montada pela Prefeitura, com estardalhaço e claros objetivos eleitorais , para levar os paulistanos a acreditar que as faixas exclusivas eram uma solução milagrosa, capaz de dar maior velocidade aos ônibus e melhorara assim esse serviço”.
26/8/2014	2	Uma situação vergonhosa	A Prefeitura paulistana está tentando arrastar o governo do Estado para o centro de um problema que foi criado apenas por correligionários do prefeito Fernando Haddad . (...) Em lugar de pressionar o governo federal a tomar uma providência em relação à crise que ele mesmo gerou, a Prefeitura paulistana tratou de se empenhar em mostrar sua compaixão – aquela que faltava à ‘elite’”.

14/1/2015	3	Chalita no ninho petista	Os entendimentos entre Haddad e Chalita, com as bênçãos e a inspiração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começaram há cerca de um mês e fazem parte das articulações políticas destinadas a facilitar a reeleição do prefeito no próximo ano, como mostra a reportagem do Estado .
4/3/2015	3	Haddad e a crise hídrica	Mas agora Haddad, com o apoio de vereadores de seu partido, o PT, resolveu complicar as coisas, ao que tudo indica por razões políticas , e o projeto – que prevê multa pesada de R\$ 1.000, para quem é pego em flagrante desperdiçando água – corre o risco de ser desfigurado.
10/1/2016	3	Haddad não tem jeito	Mais uma vez, o prefeito Fernando Haddad prova que tem mesmo uma inegável capacidade de surpreender a todos com seu faro marqueteiro. Agora, na reta final de seu mandato e longe de níveis de aprovação que lhe garantam a desejada reeleição , ele tira do bolso do colete a proposta de eleição direta dos 32 subprefeitos, constante de projeto de lei enviado à Câmara Municipal.
14/1/2016	3	Ordem nas manifestações	Ao contrário do governo do Estado, que tomou o bom caminho, o prefeito Fernando Haddad fica muito mal nessa história, com sua proposta demagógica e de viés eleitoreiro de sugerir ao Ministério Público que tente mediar a relação entre o MPL e a PM”.
21/2/2016	3	A milionária dívida dos clubes	“Atrás dela se escondem interesses políticos e eleitorais nada edificantes. (...) A pergunta que não se pode escapar é por que isso só ocorreu agora, em ano eleitoral, quando fica bem para o prefeito Fernando Haddad, que buscará um segundo mandato, posar de zeloso cobrador de dívidas de contribuintes poderosos?

Fonte: Da autora

Abaixo foram debatidas as contextualizações de cada editorial. Em alguns momentos foram alocados os trechos dos tipos de *Argumentos de Ética Pública* que pudessem exemplificar a presente categoria de análise.

O primeiro editorial do primeiro ano do mandato do prefeito recém-eleito, “O que se espera de Haddad” (nota 1, 1 de janeiro de 2013), abordou questões relacionadas às expectativas sobre o político. O jornal afirma que o partido de Haddad estaria “menos preocupado com planos de governo do que com seu plano de perpetuação no poder” e que isso poderia esbarrar na administração de Fernando Haddad.

Observa-se que, logo no primeiro editorial, o veículo começou a se instrumentalizar por meio de alguns argumentos opinativos que indicaram o caminho que seria utilizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no decorrer do mandato do prefeito: o de acusar as medidas de Haddad de serem eleitoreiras, partidárias, e condenar suas relações com outros políticos.

O editorial utiliza a palavra “lulopetismo” para afirmar que o PT teria um projeto de poder com o objetivo de tirar o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) do governo do

estado de São Paulo, por entenderem que este é o mais importante da Federação e é “essencial para a sua perpetuação no comando político do país”.

Ao final do texto há o alerta para que Fernando Haddad tenha forças e desejo para “evitar que a prefeitura de São Paulo se transforme prioritariamente em ferramenta eleitoral do PT”. E completa dizendo que “há uma enorme diferença, frequentemente inconciliável, entre programa de governo e estratégia eleitoral”.

O editorial seguinte, “Credor e conselheiro” (nota 1, 18 de janeiro de 2013) critica a ligação de Haddad com Lula, afirmando que o ex-presidente o tirou do Ministério da Educação para entregar-lhe o governo da maior cidade do Brasil. O trecho afirma que Lula o afastou do “celibato eleitoral para devolver ao PT o governo da maior cidade brasileira, perdido em 2004”. O editorial afirma também que Haddad teve que “fazer rigorosamente tudo o que seu mestre mandasse”.

O editorial “Bom senso, mas não muito” (nota 3, 21 de janeiro de 2013) elogia o congelamento de parte do orçamento, mas desaprova a decisão de Haddad transferir o aumento da tarifa de ônibus para o dia 1º de junho, o que teria sido feito a pedido da presidenta Dilma Rousseff. Nesse exemplo, observou-se uma condenação ao partidarismo, já que a decisão de Haddad teria sido feita por sua conexão partidária com a presidente Dilma.

Em “De olho na eleição” (nota 2, 29 de setembro de 2013), após alguns meses sem se dedicar a argumentos pela ótica eleitoreira, o editorial critica decisões do prefeito Fernando Haddad sobre o sistema de trânsito e do transporte de ônibus da capital, afirmando que a iniciativa seria “eleitoreira e despreparada”.

Para o veículo, as decisões estariam sendo tomadas de maneira muito rápida e com improvisações, o que parecia indicar que “por trás delas está menos o desejo genuíno de melhorar um e outro e muito mais a motivação política e eleitoral”, já que é “notório o engajamento do prefeito Fernando Haddad na empreitada do PT para conquistar o governo do estado”.

Em “Renegociação eleitoreira” (nota 1, 11 de outubro de 2013), o editorial condenou o fato de o governo federal ter acertado com o Congresso uma forma de os estados e municípios aliviarem suas dívidas. Para o veículo, essa seria uma forma eleitoreira de auxiliar Haddad, que precisava de recursos financeiros.

Em seguida, o texto acrescenta que “só com mais dinheiro Haddad, que é do mesmo partido da presidente Dilma Rousseff, poderá mostrar alguma realização no próximo ano”. E

completa reiterando: “quando, não custa recordar, haverá eleição de presidente da República e de governadores.

O editorial “Campanha fora de hora” (nota 2, 3 de fevereiro de 2014) condenou Lula, Dilma e Haddad por supostamente terem utilizado recursos e visibilidade da máquina pública federal para fazer campanha eleitoral. O veículo afirma que os petistas teriam criado inimigos ideológicos para “auferir lucros eleitorais”.

O editorial “Armadilha da corrupção” (nota 2, 9 de março de 2014) questiona a possibilidade de o PT e Haddad fazerem o loteamento público das subprefeituras, acusando-os de utilizarem essa barganha para fortalecerem redutos eleitorais. O veículo declara que Haddad havia começado bem no início do projeto, quando foi contrário à indicação de políticos ou seus apadrinhados para as posições. O jornal acredita que Haddad havia sido “seduzido pelas vantagens imediatas que isso pode lhes dar”, já que haveria o fortalecimento dos redutos eleitorais de aliados e “a aprovação de matérias de seu interesse na Câmara Municipal”.

Em “A dívida dos estados” (nota 2, 6 de abril de 2014), o editorial afirma que a prefeitura de São Paulo seria beneficiada pela renegociação da dívida do município. Para o veículo a medida seria benéfica para todos, mas “beneficiava de maneira escandalosamente generosa a prefeitura de São Paulo”.

O editorial seguinte “A greve no ensino municipal” (nota 3, 16 de maio de 2014) trata da greve dos professores do município de São Paulo e critica Haddad por ter anunciado que o valor do abono recebido pela categoria faria com que a cidade tivesse o maior piso municipal do país. Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o fato de o abono ser incorporado aos salários somente a partir de 2015, mas o seu anúncio ter sido feito antes, demonstra o interesse eleitoral.

No mês de junho o editorial “Fogo de artifício das faixas” (nota 3, 21 de junho de 2014) condenou o suposto uso das faixas exclusivas de ônibus por motivos eleitorais. “O problema é que o anúncio da concessão foi feito às vésperas do início da campanha eleitoral”, alertou o veículo.

Em “Uma situação vergonhosa” (nota 2, 26 de agosto de 2014), o veículo critica as condições degradantes a que imigrantes haitianos e africanos estão submetidos em um abrigo da prefeitura. O editorial afirma que Fernando Haddad teria a intenção de ajudar um correligionário recebendo imigrantes na cidade e depois ele teria tentado “arrastar o governo do estado para o centro de um problema” que seria dele quando ele deveria ter pressionado o governo federal a tomar uma providência.

Em 2015 o veículo criticou a escolha de Haddad de convidar Gabriel Chalita (nota 3, 14 de janeiro de 2015), do PMDB, para ocupar a Secretaria Municipal da Educação, afirmando ser uma manobra eleitoreira. E, em março, o editorial “Haddad e a crise hídrica” (nota 3, 04 de março de 2015) aponta que Haddad havia voltado atrás na aprovação do projeto de lei que estabelecia multa para quem lavasse veículos e calçadas com água tratada. A mudança teria ocorrido por questões políticas, com o apoio dos vereadores do PT e com o objetivo de culpar o governo do estado pela crise hídrica.

Fica evidente o uso de pressuposições quando o veículo escreve que Haddad, “com o apoio de vereadores de seu partido, o PT, resolveu complicar as coisas, ao que tudo indica por razões políticas”. O jogo político possui diversas situações como cenário, mas seria incabível que um governo, seja ele qual fosse, planejasse voltar atrás em um projeto de lei somente para culpar outro governo por uma crise.

No ano de 2016, três editoriais foram publicados utilizando a política eleitoreira como argumento. O primeiro, “Haddad não tem jeito” (nota 3, 10 de janeiro de 2016), critica a proposta de eleição direta dos 32 subprefeitos da capital, usada como tentativa de elevar a popularidade e a aprovação do prefeito na reta final do mandato. O objetivo seria garantir apoio a sua reeleição.

O veículo afirma que o prefeito “prova que tem mesmo uma capacidade de surpreender a todos com seu faro marqueteiro”. O jornal *O Estado de S. Paulo* alega que, estando na reta final de seu mandato e “longe de níveis de aprovação que lhe garantam a desejada reeleição”, a proposta de Haddad para a eleição direta dos subprefeitos é uma medida eleitoreira.

O editorial “Ordem nas manifestações” (nota 3, 14 de janeiro de 2016) criticou as decisões de Fernando Haddad em relação à segurança nas manifestações de rua, consideradas demagógicas e eleitoreiras, diferentemente da postura do governo do estado, que endureceu o tom.

Em “A milionária dívida dos clubes” (nota 3, 21 de fevereiro de 2016), o veículo menciona que a decisão de cobrar a dívida dos grandes clubes de futebol com a prefeitura foi acertada, mas afirma que há suspeita de que os acordos beneficiariam os devedores em troca de apoio à reeleição de Fernando Haddad.

No jornal *O Estado de S. Paulo* foi possível observar que qualquer relação entre Fernando Haddad e os seus “correligionários”, como publicou o veículo, era vista como partidarismo. Ao mesmo tempo, críticas sobre as ações de Haddad terem sido eleitoreiras eram comuns em situações diversas. Quaisquer relações entre o prefeito e outros atores políticos eram

vistas de forma crítica pelo veículo que se debruçava para argumentar contrariamente sobre as conexões entre partidos ou pessoas.

Subcategorias do *Argumento da Ética Pública*: as lógicas partidária, relacional e eleitoreira

Nesse subtópico foram apresentadas as sequências de argumentos das subcategorias da ética pública. Essas subcategorias são: partidária, relacional e eleitoreira. Para isso foi elaborada uma tabela, nos moldes que estão sendo trabalhados nesta tese, e um texto descritivo e analítico sobre cada um dos editoriais.

Tabela 17 – Sequência de *Argumentos da Ética Pública* no jornal *O Estado de S. Paulo* sob as lógicas partidária, relacional e eleitoreira

Data	Nota	Subcategoria	Título	Sequência de <i>Argumentos de Ética Pública</i>
9/3/2014	2	Partidária	Armadilha da corrupção	“O prefeito Fernando Haddad e os partidos que o apoiam, a começar pelo PT, estão dando claros sinais de que vão promover o loteamento político das Subprefeituras, indiferentes aos graves riscos que isso representa. Seduzidos pelas vantagens imediatas que isso pode lhes dar – tanto fortalecendo redutos eleitorais de aliados como facilitando a aprovação de matérias de seu interesse na Câmara Municipal -, eles fecham os olhos à experiência recente que mostra que esse toma lá da cá acaba mal”.
18/9/2014	2	Partidária	Uma mistura explosiva	“Outra é o caráter marcadamente político e partidário que vem adquirindo a ação de grupos como a FLM, que tem notórias ligações com políticos petistas, como os deputados Adriano Diogo (estadual) e Renato Simões (federal)”.
21/1/2013	3	Relacional	Bom senso, mas não muito	“Mas o prefeito decidiu que ele só ocorrerá em 1º de junho, o que teria sido um pedido da presidente Dilma Rousseff para evitar o risco de que o IPCA chegue a 1% em janeiro e alimente a inflação”.
22/9/2015	2	Relacional	Incompetência e compadrio	“Nessas condições, a intervenção de Haddad, mesmo que legal, deixa no ar a suspeita de favorecimento a um correligionário muito bem situado, que coincidentemente é irmão e seu secretário de

				Transportes e do líder de seu governo na Câmara Municipal, vereador Arselino Tatto”.
26/8/2014	2	Eleitoreira	Haddad não tem jeito	“Não se pode derrotar a hipótese de Haddad, sentindo que pode ser derrotado, desejar com esse projeto criar condições de eleger alguns subprefeitos e assim garantir a manutenção de uma parcela de poder”.
14/1/2016	3	Eleitoreira	Ordem nas manifestações	“Fernando Haddad fica muito mal nessa história, com sua proposta demagógica e de viés eleitoreiro de sugerir ao Ministério Público que tente mediar a relação entre o MPL e a PM”.

Fonte: Da autora

Na subcategoria partidária, o editorial “Armadilha da corrupção” (nota 2, 9 de março de 2014) critica a possibilidade de o PT e Haddad fazerem o “loteamento político” das subprefeituras, acusando-os de entregar as subprefeituras a correligionários para fortalecer redutos eleitorais. O jornal relembra que Haddad, no início do mandato, havia rechaçado a indicação de políticos ou seus apadrinhados para as posições.

Em “Uma mistura explosiva” (nota 2, 18 de setembro de 2014), o tema diz respeito à violência na reintegração de posse do antigo Hotel Aquarius no centro de São Paulo, e critica a ligação de Haddad com os movimentos por moradia e sem-teto, afirmando que não passam de medidas eleitoreiras e partidárias.

Na subcategoria relacional, também se destacaram dois editoriais. O “Bom senso, mas não muito” (nota 3, 21 de janeiro de 2013), elogia o congelamento de parte do orçamento, mas critica a demora no aumento da tarifa de ônibus, a pedido da presidente Dilma.

Em seguida, o texto “Incompetência e compadrio” (nota 2, 22 de setembro de 2015) aponta que poderia ter havido favorecimento de familiares do secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto, em decisões administrativas da prefeitura. O editorial afirma que o governo Haddad tem indícios de compadrio.

O editorial recorre a informações da reportagem do *Estado* que mostrou o que eles chamaram de “estranho desfecho” do processo de regularização de edificação de um imóvel de propriedade de Ênio Tatto, situado na Rua Vitorino de Moraes, na zona sul da cidade. Segundo o veículo, o processo de regularização só foi executado quando chegou à última instância, insinuando que houve favorecimento a um correligionário de Haddad, “muito bem situado, que coincidentemente é irmão de seu secretário de Transportes e do líder de seu governo na Câmara Municipal, vereador Arselino Tatto.

Em “Haddad não tem jeito” (nota 2, 26 de agosto de 2014), o editorial critica a proposta de eleição direta dos 32 subprefeitos da capital. Já o editorial “Ordem nas manifestações” (nota 3, 14 de janeiro de 2016) condena as decisões de Fernando Haddad em relação à segurança nas manifestações de rua, consideradas demagógicas e eleitoreiras.

As subcategorias, partidária, relacional e eleitoreira, demonstraram as tipologias de *Argumento da Ética Pública* que foram utilizados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para criticar as ações do prefeito Fernando Haddad. Observou-se que diversas ações do prefeito eram associadas às práticas eleitoreiras, suas intenções foram muitas vezes associadas a tentativas de projeção política para se tornar governador do Estado, suas relações com pessoas do mesmo partido (PT), como Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff eram vistas como associações partidárias incorretas e as conversas com pessoas de outros partidos também eram criticadas.

Foi possível analisar que essas acusações de partidarismo, relações e práticas eleitoreiras não se basearam em fatos ou evidências, mas sim na tentativa do veículo de transmitir para o leitor que as ações do prefeito tinham, na verdade, interesses maquiados e que ele fazia escolhas com base em interesses pessoais e não focadas no bem comum.

O ponto é que essas acusações não se basearam em fatos, tendo em vista que as intenções do prefeito não são passíveis de comprovação. Isso demonstra que houve deslocamento dos acontecimentos para embasar os posicionamentos do veículo contra Fernando Haddad.

Argumento de Valores Eletivos conforme as lógicas da defesa da iniciativa privada e do republicanismo

Todos os veículos de imprensa possuem valores e princípios editoriais. Reunidos em forma de códigos, são expressos por meio da opinião e da transparência dos jornais à medida que apresentam as convergências e divergências acerca dos acontecimentos.

As forças e princípios internos existentes na mídia, conforme foi abordado em capítulos anteriores, exemplificam a liberdade de escolha de cada veículo para seguir os valores que julga coerentes e que deveriam nortear as práticas políticas, administrativas e éticas, por exemplo, dos atores políticos.

É comum encontrar jornais que sejam contra a abertura de capital de empresas estatais, por exemplo; já outros são a favor da abertura. Há veículos que acreditam que a social

democracia é o melhor caminho, outros defendem o neoliberalismo ou ainda a centralização do poder nas mãos do Estado.

É saudável que os veículos tenham posicionamentos e princípios editoriais que norteiam a conduta dos jornalistas no exercício de suas atividades. Isso não quer dizer que os repórteres passarão por cima do fato para defenderem cegamente esses valores em um jornal. Porém, a escolha das fontes de uma reportagem, a edição de uma notícia e a maneira pela qual os conteúdos são dispostos nas páginas ou nas telas são coordenadas por esse pensamento, por essa linha editorial.

Os *gatekeepers*, a teoria organizacional e outros princípios que foram abordados na presente pesquisa demonstram como essa estrutura se movimenta para que esses valores sejam expressos tendo espectadores e leitores como objetivos.

Esses valores não são necessariamente declarados em uma carta aberta ao público, porém, por meio das nuances, de editoriais e demais publicações, é possível observar os pensamentos que convergem com os do veículo e os que contrariam os seus posicionamentos.

O jornal *O Estado de S. Paulo* ao longo de sua história também deixou marcas e direcionamentos sobre os seus valores. Foram abordados alguns elementos sobre a história do jornal nessa pesquisa que, por exemplo, demonstraram o caráter abolicionista que o veículo adotou.

Essa análise teve como objetivo identificar se alguns dos valores que se supõem do jornal *O Estado de S. Paulo* convergem para as críticas feitas ao governo do prefeito Fernando Haddad. Partiu-se de alguns pressupostos: o veículo teria características a favor da iniciativa privada e do republicanismo.

Foi realizada uma busca no acervo digital do jornal somente nos editoriais utilizando como palavras-chave os pressupostos descritos: iniciativa privada, republicanismo. Como a história de *O Estado de S. Paulo* é muito grande, optou-se por pinçar alguns exemplos a partir dos anos 2010.

Após essa etapa, buscou-se identificar nos editoriais do jornal durante a gestão do prefeito Fernando Haddad se o veículo contrariou os cânones que o norteiam. O objetivo foi contrapor as sequências de argumentos de editoriais que evidenciam os valores do veículo com as sequências de argumentos sobre esses termos durante a gestão de Haddad.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2009, p. 50), toda argumentação tem como objetivo “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”, ou seja, uma argumentação eficaz é aquela que consegue aumentar a adesão e

que busque desencadear nos espectadores uma ação pretendida que “se manifestará no momento oportuno”.

A presente categoria foi analisada de forma diferente se comparada às outras duas tipologias de argumento. Para esse momento da pesquisa, identificaram-se os valores do jornal *O Estado de S. Paulo*, ou seja, os princípios tradicionalmente defendidos pelo veículo.

Houve preferência por editoriais no período de 2010 a 2021 para aproximar a compreensão acerca dos valores do jornal do período atual. Porém, as datas foram flexíveis para encontrar nas nuances e subjetividades dos textos informações em que o veículo deixaria claros os princípios que defende.

Em seguida o desafio foi o de encontrar, dentre os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a gestão de Haddad, textos em que o jornal apoiaria ou desaprovava atitudes do prefeito guiados pelas premissas que direcionam o veículo editorialmente, ou seja, as lógicas republicanas e de iniciativa privada.

Esse foi o momento mais difícil da pesquisa porque não foram identificados textos em que esses pontos se destacavam objetivamente sobre o republicanismo e iniciativa privada. Para essa etapa, o olhar teve de ser mais apurado para buscar na subjetividade, nas nuances dos textos, os argumentos que possibilitariam confirmar ou refutar a hipótese. Foram selecionados alguns editoriais e as seguintes sequências de *Argumentos de Valores Eletivos*, em seguida, foram colocadas algumas contextualizações sobre cada editorial. Foram mantidas algumas palavras em destaque para facilitar a observação.

Tabela 18 – Sequência de *Argumentos de Valores Eletivos* no jornal *O Estado de S. Paulo* sob as lógicas de defesa da iniciativa privada e republicanas

Data	Nota	Lógica	Título	Sequência de <i>Argumentos de Valores Eletivos</i>
20/12/2011	3	Republicanismo	Emendas, balcão de negócios	“Na prática, no entanto, a crescente dissolução dos costumes políticos acabou levando a maioria dos representantes do povo a ver nas emendas parlamentares uma eficiente ferramenta para a conquista de dois benefícios nada republicanos : aumentar seu poder de barganha com o Executivo e fazer maracutaias com os beneficiários das emendas – no mais das vezes, prefeituras ou ONGs. Essa é uma prática generalizada, como demonstra o noticiário cotidiano”.
30/6/2017	3	Republicanismo	A ética dos procuradores	“Em suas denúncias e pedidos de aberturas de processos criminais, os membros da Procuradoria-

				Geral da República invariavelmente se apresentam como defensores dos ideais republicanos e dos interesses maiores da sociedade, especialmente no plano ético. O que se vê em suas práticas corporativas não é tão edificante”.
8/8/2019	2	Iniciativa Privada	Desafios à inovação	<p>“As políticas gerais de inovação no Brasil tendem a se dissipar nos ciclos e convulsões governamentais. Mais eficientes foram as ações com alvo certo. Serão ainda mais, se melhor combinadas à iniciativa privada e dirigidas a áreas nas quais o País já é forte (...)”.</p> <p>“Nos países desenvolvidos, dependem de uma renovação de fundo. Nos países desenvolvidos, a contribuição da iniciativa privada aos sistemas de inovação é maior e decisiva”.</p>
8/12/2015	1	Iniciativa Privada	O que Dilma pode oferecer	<p>“Trata-se de se dar conta de que o governo estatizante que está aí caindo de maduro é, por princípio, hostil à iniciativa privada.</p> <p>“Mas a vida costuma ser um pouco mais complexa do que as mais complexas teorias sobre ela, de modo que um governo estatista e a iniciativa privada quase sempre encontram uma maneira de conviver, sobretudo se conseguem, com uma concessão aqui e outra ali, garantir o que lhes é essencial: para os políticos, o poder; para os empresários, o lucro”.</p>

Fonte: Da autora

As sequências de *Argumentos de Valores Eletivos* que foram expostas tiveram como objetivo demonstrar as importâncias apregoadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e que são inseridas nos textos de editoriais do dia a dia do veículo.

Em “Emendas, balcão de negócios” (nota 3, 20 de dezembro de 2011), o editorial afirma que as emendas para os parlamentares ajudam a conquistar dois elementos “nada republicanos”. Subentende-se que os valores republicanos são importantes para o veículo.

Quando o editorial “A ética dos procuradores” (nota 3, 30 de junho de 2017) informa que os membros da Procuradoria-Geral da República se apresentam como “defensores dos ideais republicanos”, mas o que se vê em suas práticas não corrobora para esse pensamento, o jornal reafirma que o republicanismo é um valor defendido por ele.

Em “Desafios à inovação” (nota 2, 8 de agosto de 2019) e “O que Dilma pode oferecer” (nota 1, 08 de dezembro de 2015), os textos reforçam o apoio do jornal à iniciativa privada. O

primeiro editorial afirma que “a contribuição da iniciativa privada aos sistemas de inovação é maior e decisiva”. Em seguida, discorda do suposto governo estatizante da presidente Dilma Rousseff dizendo que é “hostil à iniciativa privada”.

A busca dentre os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre convergências e divergências acerca das atitudes do prefeito Haddad resultou em algumas sequências de *Argumento de Valores Eletivos*.

Tabela 19 – Sequência de *Argumentos de Valores Eletivos* nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* que abordam Fernando Haddad

Data	Nota	Lógica	Título	Sequências de <i>Argumentos de Valores Eletivos</i>
15/6/2014	3	Republicanismo	Demagogia contra os carros	<p>“Quando as faixas começaram a ser implantadas, reduzindo o espaço dos carros, o governo municipal mandou um recado aos descontentes – que passassem a utilizar ônibus, pois sua velocidade iria aumentar e torná-los mais atraentes.</p> <p>“Haddad e Tatto não perdiam ocasião de fustigar os donos dos carros – como se estivessem descobrindo a pólvora – que a prioridade é o transporte coletivo”.</p>
5/10/2014	3	Iniciativa privada	Congelamento Insustentável	<p>“Em resumo, só há duas maneiras de resolver o problema: com o sacrifício de outros setores da administração municipal, de onde sairiam os recursos para o subsídio, o que seria profundamente injusto pois também eles enfrentam dificuldades, ou com o aumento da tarifa”.</p>

Fonte: Da autora

Em um primeiro momento acreditou-se que seria possível encontrar editoriais que utilizassem as palavras-chave dos valores do jornal durante a gestão do prefeito Fernando Haddad. Desse modo, durante a investigação buscou-se combinar as palavras republicanismo, iniciativa privada e todas as variações de significados somadas ao nome de Haddad. A princípio, acreditava-se que seria possível encontrar textos objetivos que declarassem apoio ou divergências sobre as ações do prefeito sob as lógicas republicanas e de iniciativa privada, porém, aconteceu o oposto disso, não havia nenhuma palavra associada a ele no acervo de busca de *O Estado de S. Paulo*.

Então, foi preciso fazer uma análise minuciosa dos editoriais para buscar nas nuances do texto evidências que pudessem corroborar ou refutar a hipótese de que teria havido algum

tipo de perseguição pessoal ao prefeito por ele se desconectar dos valores apregoados na tradição do jornal.

No *Argumento de Valores Eletivos*, subcategoria republicanism, identificou-se que o jornal *O Estado de S. Paulo* demonstrou perseguição pessoal a Haddad contrariando os princípios que apregoa. No editorial que aborda a mobilidade urbana “Demagogia contra os carros” (nota 3, 15 de agosto de 2014), principalmente, Haddad foi acusado diversas vezes de ser “inimigo dos carros” ou de estar lutando em prol da coletividade (maioria) em detrimento dos indivíduos. Os argumentos utilizados reforçam o papel de *O Estado de S. Paulo* de contrastar os seus próprios valores republicanos ao declarar sua discordância sobre uma medida do prefeito que beneficia a maioria.

As críticas à estatização e em prol da iniciativa privada também são observadas em diversos textos de editoriais. Quando se tratou do aumento da tarifa de ônibus “Congelamento Insustentável” (nota 3, 5 de outubro de 2014), por exemplo, o veículo repetiu inúmeras vezes argumentos em que afirmava que o não aumento da tarifa repercutiria no orçamento da cidade de São Paulo.

Foram poucas as vezes que o veículo citou a possibilidade de renegociação com as empresas de ônibus, que são privadas, para que não houvesse repasse aos cofres da prefeitura pela conta que “não fecharia”. Subentendeu-se que *O Estado de S. Paulo* priorizou debater o orçamento da prefeitura e em alguns momentos citou as empresas de ônibus e seus lucros sobre os serviços oferecidos.

Então, foi possível perceber que o valor tradicional do veículo de defesa da empresa privada manteve-se firme, ao mesmo tempo que o jornal criticava qualquer atitude do prefeito que pudesse evidenciar a esfera da iniciativa privada.

Somaram-se a essa categoria os debates acerca da estatização. Observou-se que algumas sequências editoriais buscaram afastar qualquer possibilidade de debate que se opusesse aos ideais liberais. Foram inúmeras as críticas ao Haddad sobre esse tema.

Análise de contingência: os adjetivos relacionados a Fernando Haddad nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*

Conforme foi debatido no capítulo 5, a análise de contingência auxilia a investigar o texto observando o que se associa a que, ou seja, quais palavras, termos ou situações são associadas a algo.

A presente investigação tem como objetivo utilizar a análise de contingência ou associativa, que tem como premissa verificar a forma como os termos se organizam nos editoriais e de que maneira as palavras são associadas. O procedimento metodológico de Lawrence Bardin auxiliou na demonstração de quais adjetivos ou expressões adjetivas foram associadas a Haddad pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante sua gestão.

Na fase da pesquisa em que se deu a leitura flutuante do material observou-se a utilização de adjetivos conectados a Fernando Haddad. A partir dessa constatação, decidiu-se considerar os termos que aparecem associados ao ator político e a relação desses elementos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com personalidades políticas do mesmo partido, que podem ter sido utilizados para desqualificar a figura do prefeito.

Não foi necessário delimitar os termos-chave e optou-se por deixar a análise aberta para qualquer adjetivo ou expressão adjetiva que estivessem presentes nos 281 editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a gestão do prefeito Fernando Haddad. Buscou-se investigar quais os adjetivos com mais incidências nos textos, transformando essa análise em quantitativa, mas também qualitativa.

“Fernando maldade”, “Fernando Travando”, “poste de Lula”, “Segundo poste de Lula” (Dilma seria o primeiro), “lulopetismo”, “atabalhado”, “falta de análises técnicas”, esses foram alguns dos adjetivos ou expressões com função de adjetivo amplamente utilizados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para falar sobre o prefeito Fernando Haddad.

O último elemento da investigação se relacionou a uma breve análise de contingência, ou associativa, em que foram observados os adjetivos e expressões com função de adjetivo que se relacionavam a Haddad. Foram 20 páginas destinadas a esses elementos.

Pela análise de contingência contar com adjetivos e expressões com função de adjetivos foi impossível quantificar o número de vezes em que cada um apareceu. Isso porque, a cada vez que uma frase apareceu, as expressões estiveram combinadas com palavras distintas, o que dificultou a padronização.

Foram contabilizados 3.792 adjetivos e expressões com função de adjetivo. Palavras como “importante (importantes)”, “evidente”, “petista (petistas)”, são algumas que aparecem na lista de adjetivos. O peso estatístico desse subcapítulo se relaciona ao fato de que os adjetivos utilizados serviram para desqualificar o prefeito Fernando Haddad.

Os editoriais notas 1, 2 ou 3 possuem uma média de 670 palavras. Isso significa que praticamente cinco editoriais e meio se dedicaram a associar adjetivos e expressões com função de adjetivo ao prefeito Fernando Haddad.

Conclusão

O questionamento que motivou essa investigação foi a busca pela compreensão de como aconteceu a prática editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016). O objetivo foi o de analisar se os editoriais teriam sido partidários e se eles haviam contrariado os cânones que o veículo preconiza com argumentos que demonstrassem partidarismo por parte do veículo.

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou 281 editoriais falando sobre o prefeito Fernando Haddad durante sua gestão. Na gestão Kassab (2009-2012) o número de publicações foi de 226. A *Folha de S. Paulo* possui somente dois editoriais por edição (em alguns momentos suprime um e publica um editorial único ocupando todo o espaço), e não três como no *Estadão*, e publicou sobre Haddad 127 editoriais.

Buscou-se verificar se *O Estado de S. Paulo* praticou uma espécie de proselitismo partidário, havendo assimetria entre os textos sobre Kassab e Haddad ou deslocamento dos fatos nos editoriais procurando transparecer objetividade e imparcialidade, se os textos tinham doutrinação, com a ausência de análises racionais, orientadas pelos valores da democracia ou críticas consistentes. E, por fim, se houve perseguição pessoal ao prefeito Fernando Haddad.

Em um primeiro momento foi relevante comparar os posicionamentos gráficos dos editoriais durante as gestões de Haddad (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) e de Kassab (*O Estado de S. Paulo*).

Tabela XX – Comparativo de posicionamentos gráficos de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*

Notas	1	2	3	Única
Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	33	63	185	Não se aplica
Haddad (<i>Folha de S. Paulo</i>)	51	72	Não se aplica	4
Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	23	19	184	Não se aplica

Fonte: Da autora

Sobre os posicionamentos gráficos, observou-se que dos 281 editoriais publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre Haddad, as somas das notas 1 e 2 é de 93 editoriais. Enquanto a maioria dos editoriais foi publicado como nota 3. É relevante reforçar que os editoriais de notas 1 e 2 recebem chamada na capa do jornal, diferentemente do editorial de nota 3. *O Estado de S. Paulo*, durante a gestão Kassab, colocou 42 editoriais com chamadas na capa (dividindo-se em 23 notas 1 e 19 notas 3). E 184 editoriais foram notas 3.

Os polos colocados como “não se aplica” dizem respeito aos editoriais que citam os nomes dos prefeitos, mas não os abordam. Optou-se por não os inserir como neutros por compreender que comprometeria a amostra, já que o veículo não estava se posicionando de maneira neutra sobre os dois atores políticos.

Tabela XX – Comparativo de polos direcionais de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*

Polo	Negativo	Positivo	Neutro	Não se aplica
Haddad (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	211	20	48	2
Haddad (<i>Folha de S. Paulo</i>)	76	6	44	1
Kassab (<i>O Estado de S. Paulo</i>)	111	30	71	4

Fonte: Da autora

Quanto aos polos direcionais, foram negativos 211 artigos sobre Haddad; sobre Kassab, o número foi 111; e sobre Haddad na *Folha de S. Paulo*, o total foi de 76 editoriais nessa categoria. O número de editoriais positivos durante a gestão Haddad no *Estado de S. Paulo* foi 20; durante a gestão Kassab, 30 ; e na *Folha de S. Paulo* foram 6 positivos sobre Haddad. Neutros foram 48 sobre Haddad no *Estado de S. Paulo*; 44 na *Folha de S. Paulo*; e, sobre Kassab, 71 no Estado de S. Paulo.

Em um comparativo entre publicações do jornal *O Estado de S. Paulo* durante as gestões analisadas, verificou-se que foram publicados 100 editoriais negativos a mais sobre Haddad do que sobre Kassab. E a soma entre positivos e neutros de Haddad fica em 68, já sobre Kassab fica em 101.

Percebeu-se que o *Estadão* não foi equânime no número de editoriais publicados sobre ambos os atores políticos, e os textos não mantiveram o peso quanto aos polos direcionais. Outro ponto, abordado como a despersonalização do ator político, disse respeito ao número de vezes em que o jornal *O Estado de S. Paulo* abordou ações do prefeito Gilberto Kassab sem citar o seu nome. Dos 216 editoriais publicados durante sua gestão, 96 editoriais não citaram o seu nome, ou seja, aproximadamente 45% dos textos veiculados.

Se 96 editoriais não citaram o nome de Kassab, 101 foram neutros ou positivos, e o total publicado foi de 216, mesmo que alguns editoriais positivos ou neutros sejam os que também não citaram o nome do prefeito, pode-se dizer que 197 editoriais mantiveram práticas de despersonalização e de polos não críticos acerca das ações de Kassab.

Os pontos abordados confirmam a hipótese de que houve partidarismo nos textos dos editoriais. E possibilitaram perceber que houve também assimetria tanto nos posicionamentos acerca das tratativas sobre os políticos quanto no número de publicações.

Primeira hipótese, confirmada.

H1. *O jornal adotou procedimentos distintos para se referir ao prefeito Fernando Haddad e ao seu antecessor, prefeito Gilberto Kassab. Ao identificar a gestão do primeiro negativamente, nomeou-o pessoalmente mais vezes. Ao identificar negativamente a gestão do segundo, omitiu o nome próprio mais vezes. O partido do primeiro foi identificado mais vezes que o partido do segundo. Além disso, outros procedimentos personalizaram mais as referências a Fernando Haddad do que a Gilberto Kassab.*

Também foi possível identificar os parâmetros editoriais defendidos pelo veículo e se houve assimetria quando comparados os valores do *Estadão* aos argumentos utilizados para abordar o prefeito Fernando Haddad. Ou seja, sobre a tipologia de *Argumento de Valores Eletivos*, observou-se críticas acerca de Haddad que contrariam os cânones preconizados pelo veículo.

Quando Haddad possuía atitudes democráticas, governando para a maioria, em prol da coletividade e em detrimento da individualidade, por exemplo, o jornal o criticou, deixando de lado os valores republicanos que norteiam a prática do veículo.

O veículo manteve a sua postura diante da defesa da iniciativa privada criticando quaisquer ações que pudessem parecer aumentar o poder nas mãos da prefeitura da cidade de São Paulo.

Segunda hipótese, confirmada.

H2. *Para efeito de comparação, o jornal Folha de S.Paulo publicou menos editoriais negativos ao prefeito Fernando Haddad e expressou suas opiniões de forma menos passional e mais objetiva.*

Sobre a segunda hipótese, por meio das primeiras leituras, acreditava-se que o jornal *Folha de S.Paulo* teria mais comedimento em seus textos editoriais nas abordagens sobre o prefeito Fernando Haddad. Esta tese reconhece e defende a liberdade de imprensa, que inclui plena liberdade de opinião. Com essa segunda hipótese, pretendia-se apenas estabelecer parâmetros comparativos para aquilatar a quantidade e a qualidade argumentativa dos editoriais contrários à gestão municipal no período estudado.

Sobre a *Folha de S.Paulo*, em comparação ao *Estadão*, os argumentos utilizados pelo veículo se demonstraram menos calorosos e mais objetivos, pautando seus textos para análises de forma menos emocionais e que se equiparam mais a escrita da categoria informativa, embora também tenham feito críticas e publicado apenas seis editoriais positivos sobre as atitudes do prefeito.

Esse ponto é mais observável na análise qualitativa da pesquisa do que na investigação quantitativa. Porém, é relevante demonstrar que de 127 editoriais, 44, ou aproximadamente 39% dos artigos, foram neutros ou positivos, o que se aproxima mais de um equilíbrio por parte da *Folha de S.Paulo*.

O *Estado de S. Paulo* publicou 68 editoriais neutros e positivos de um total de 281 artigos. Isso significa que aproximadamente 32% dos textos do veículo foram dedicados a esses tipos de abordagens.

Terceira hipótese, confirmada parcialmente.

H3. *Os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo fizeram proselitismo partidário e pregação doutrinária, contrariando os cânones cultivados pela tradição do diário.*

A terceira hipótese se relacionava à possibilidade de o jornal *O Estado de S. Paulo* explorar como fator negativo a associação entre a figura de Haddad e o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a de outros atores políticos do partido, como Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A hipótese se confirma parcialmente. Houve, por parte do jornal *O Estado de S. Paulo*, a utilização de uma associação entre Fernando Haddad e Luiz Inácio Lula da Silva de forma pejorativa. Nos trechos levantados pela pesquisa, o veículo reiterou diversas vezes que Haddad era um “poste” de Lula e não governava sozinho, mas, sim, seguindo as ordens de Lula.

Por outro lado, não foram encontrados argumentos que associassem Fernando Haddad a Dilma Rousseff de forma negativa. As citações referentes a Dilma foram coerentes, a partir do momento em que ela foi presidente do país durante praticamente toda a gestão de Haddad (até agosto de 2016).

Sobre ter havido “proselitismo partidário”, quando foram analisados os argumentos da tipologia de *Argumentos da Ética Pública*, três lógicas foram analisadas com mais afinco, as lógicas partidária, relacional e eleitoreira.

As sequências argumentativas associaram Haddad ao perfil “eleitoreiro”, reclamaram de suas relações com correligionários e afirmaram que o prefeito havia tomado suas decisões para proteger o seu partido. Ao mesmo tempo, as sequências apresentaram críticas quanto às relações de Fernando Haddad e políticos de outros partidos.

Porém, não relacionaram pejorativamente o nome de Fernando Haddad ao Partido dos Trabalhadores, com a intenção de prejudicar a sua reputação por conta de escândalos que estavam em voga durante a sua gestão, como o impeachment da presidente Dilma.

Então, a terceira hipótese se confirma parcialmente, tendo havido associação do nome de Lula à Haddad de forma a desqualificá-lo, mas não quanto a Dilma e o Partido dos Trabalhadores.

A partir das análises, observou-se que o jornal *O Estado de S. Paulo* se pautou pela racionalidade e objetividade, mas deixou de lado alguns valores da democracia ao confrontar atitudes do prefeito, em que ele pensava na coletividade em detrimento da individualidade, como não sendo republicanas.

Além disso, sobre as críticas terem sido, ou não, consistentes, observou-se que houve, sim, perseguição pessoal, mas que isso não pode invalidar diversas críticas consistentes que foram feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Objetivos

Como parte do objetivo era “investigar os tipos de argumentos utilizados no jornalismo opinativo de editorial político”, foi possível identificar os tipos de argumentos utilizados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* ao abordar o prefeito Fernando Haddad nos editoriais. O objetivo de identificar os parâmetros editoriais adotados pelo veículo, também foi cumprido.

Os *Argumentos da Razão Legal* (lógicas administrativa, jurídica e financeira), *Argumentos da Ética Pública* (lógicas eleitoreira, relacional e partidária) e *Argumentos de Valores Eletivos* (republicanismo e defesa da iniciativa privada) auxiliaram a cumprir o objetivo geral da presente pesquisa, que buscava identificar como se deu a prática editorial durante a gestão. Além disso, o objetivo específico, pelo qual se pretendia investigar que tipos de argumentos foram utilizados, também foi cumprido.

Sobre os tipos de *Argumentos da Razão Legal*, é importante ressaltar que não foram encontradas disparidades nessa categoria. Porém, como um dos objetivos da tese era “Investigar os tipos de argumentos utilizados no jornalismo opinativo de editorial político”, as sequências desse trecho exemplificaram um dos “tipos de argumentos”.

Sobre ter ou não ter havido partidarismo nos textos do editorial, esse tópico foi abordado em conjunto com a terceira hipótese. Assim, a verificação desse ponto responde a um dos objetivos da tese.

Também foi possível compreender as construções dos posicionamentos dos veículos sobre o prefeito Fernando Haddad durante o seu mandato e averiguar se esse posicionamento foi similar ao assumido na gestão do prefeito Gilberto Kassab. Esse objetivo foi cumprido e percebeu-se que houve diferença nas tratativas de ambos os governos.

Esquerda ou direita?

No ano 2000, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou dois editoriais em apoio à candidatura de Marta Suplicy, do PT, contra Paulo Maluf. O editorial intitulado “Um balanço positivo”, nota 1 do dia 03 de outubro do ano 2000, teceu elogios ao PT.

Se o PT colheu bons resultados nos municípios com mais de 200 mil eleitores, onde haverá segundo turno, é exatamente porque, em vez de “federalizar” o pleito municipal, os candidatos petistas colocaram a ética no topo de suas propostas eleitorais. Outros partidos também fizeram praça dos compromissos com a moralidade administrativa, mas o PT teve a respaldá-lo uma inequívoca tradição de combate às maracutaias com o dinheiro do contribuinte e de honestidade no exercício de cargos executivos.¹

Assim como o editorial “Crédito de confiança”, nota 2 do dia 1º de novembro de 2000:

Se, por uma fatalidade, o candidato Paulo Maluf – que representa tudo o que este jornal repudia em matéria de costumes políticos e administrativos – tivesse vencido a eleição para prefeito de São Paulo, ainda assim o *Estado* iria torcer para que ele fizesse um bom governo, apesar dos justificados receios de que essa esperança dificilmente se concretizaria. Isso porque, como já assinalamos outras vezes neste espaço, os princípios pelos quais se orienta a linha do jornal excluem qualquer desejo mórbido de que fracassem os governantes dos quais diverge, descalabro. Se assim é, só cabe fazer votos para que se confirmem as expectativas favoráveis dos eleitores dos novos prefeitos do PT, não obstante as profundas diferenças ideológicas que sempre nos separaram do partido.²

A Revolução Cubana também não passou ilesa pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. No dia 1º de janeiro de 1960, o texto “De um ano para outro”, o veículo escreveu:

O maior acontecimento latino-americano do ano foi inegavelmente, a revolução cubana, que não seguiu os padrões habituais das repúblicas politicamente mais instáveis da América Latina, em que, no ano passado, geralmente uma junta militar aliada a alguns civis, derrubava a ditadura precedente a fim de estabelecer a sua. Em Cuba, não foi na capital ou nas casernas que travou a luta decisiva. A insurreição iniciou-se num dos pontos extremos do território e Havana caiu depois que o regime abominável do sargento Batista se desintegrou. A vitória de Fidel Castro, jovem herói da lendária campanha de Sierra Maestra, não foi apenas um bem sucedido golpe de Estado, mas uma verdadeira insurreição tendo sua base no apoio popular, que foi seguida por uma verdadeira e revolucionária mudança, vale dizer, pela destruição das hierarquias sociais estabelecidas.³

¹ Acesso em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20001003-39067-nac-0003-edi-a3-not/busca/inequ%C3%ADvoca+tradi%C3%A7%C3%A3o+combate+maracutaias>>.

² Acesso em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20001101-39096-nac-0003-edi-a3-not/busca/Maluf+representa+tudo>>.

³ Acesso em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600101-25974-nac-0008-999-8-not/busca/revolu%C3%A7%C3%A3o+cubana>>.

Os exemplos da presente conclusão demonstram que é relevante frisar que em nada aquilo que foi apurado diminui o mérito jornalístico de *O Estado de S. Paulo* e do peso de sua história centenária. Embora tenham sido registrados desvios que desafiam alguns conceitos, tudo isso está contemplado no exercício do jornalismo que é rigorosamente aplicado pelo jornal e na liberdade de imprensa.

Para esta pesquisadora, analisar o jornal *O Estado de S. Paulo* transcendeu o aprendizado jornalístico que a investigação possibilitou, tendo permitido um profundo mergulho nas nuances do pluralismo do jornalismo e da necessidade da existência de uma imprensa que se constitua sem amarras.

Os valores do veículo foram protagonistas de lutas abolicionistas, da formação da República brasileira e de outras tantas atuações responsáveis pela constituição do país como uma nação. Deste modo, ao verificar com precisão as formas com que a transmissão do pensamento crítico do jornal são fundamentais para a construção da opinião pública, torna-se impossível não absorver e aprender jornalismo de verdade.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Afonso de. **O paralelismo político em questão**. Revista Compolítica. V.2, n.1, ed. Jan-jun, ano 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2985/paralelismo_pol%C3%ADtico_quest%C3%A3o_albuquerque.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 jan. 2020.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A mídia como “poder moderador”: uma perspectiva comparada**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Compós. São Paulo, 3-6 jun, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_305.pdf> Acesso em: 17 jan. 2020.

ALVES FILHO, F. **A autoria institucional nos editoriais de jornais**. Alfa, São Paulo, v. 50, n° 1, p. 77-89, 2006.

ARENDRT, Hannah. **Verdade e Política**. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. **Periodismo y argumentación**. Géneros de opinión. Universidad del País Vasco, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Brasil: Zahar, 2001.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERTOLINI, Jeferson. **O contrato social da imprensa: por um Leviatã do jornalismo**. Santa Catarina: 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/viewFile/6673/5022>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BEVIR, Mark. **Governança democrática: Uma Genealogia**. *Revista de Sociologia e Política*. 19. 2011. 103-114. DOI: 10.1590/S0104-44782011000200008.

BREED, Warren. Reedição de *Social Forces* (vol. 33, 1955). **Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis**.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDEIRA, Jorge. **Júlio Mesquita em seu tempo**. São Paulo, Mameluco: 2015.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo, Editora Paz e Terra: 1999.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Jornalismo: fazeres intencionais*. In: **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994, p. 21-38.

ENTMAN, Robert M. **Projections of power**. Framing News, Public Opinion and U.S. Foreign Policy. United States of America, The University of Chicago Press, 2004.

ENTMAN, Robert., HERBST, Susan. *Reframing Public Opinion as We Have Known It*. In: **Mediated Politics**: communication in the future of democracy. New York, Cambridge University Press, 2005.

ESPINOSA, P. M. **Géneros para la persuasión en prensa**: los editoriales del Diario El País. Ámbitos, Sevilla (Espanha), n. 9-10, p. 225-238, 2002.

FERNANDES, Mario Luiz. **O discurso de O Portuguez e a Corte portuguesa no Brasil**. Tese apresentada na Universidade Fernando Pessoa, 2015. Disponível em: <<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5009/1/O%20discurso%20de%20O%20Portuguez%20e%20a%20Corte%20portuguesa%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

FRANKLIN, Bob. **Packing politics**: policial communications in Britain's Media Democracy. Bloomsbury Academic, London: 2010.

FIDALGO, António. **A ética e o off the record**. Portugal: 1998. Disponível em: <<http://chile.unisinos.br/pag/fidalgo-offrecord.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FREITAS, Ananias José de. PIRES, Terezinha Maria de C. Cruz. **Produção da Opinião Jornalística na berlinda**. São Paulo. Líbero: 2009, v. 12, n. 23, p. 129-141. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/538/512>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

FREIRE, Luiz Felipe Cozzolino; IRVING, Marta de Azevedo. *Por uma concepção democrática de governança para a esfera pública*. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, julho-diciembre, 2015, pp. 497-508. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil.

GRABER, Doris A.; MCQUAIL, Denis; NORRIS, Pipa. **The politics of news**: the news of politics. Whashington, D.C. CQ Press, 1998.

GAMSON, W. A., MODIGLIANI, A. *Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power*: a Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1 – 37, 1989. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/229213>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GAMSON, William A. **Talking politics**. New York: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: An Essay on the Organization of Experience. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOMEZ, Rodolfo. **Esfera pública audiovisual y periodismo cultural**. Nuevas políticas culturales (editoriales) a partir de la irrupción de lo audiovisual y electrónico. Argentina, 2017. Disponível em: <<http://p3.usal.edu.ar/index.php/anuarioinvestigacion/article/view/3844>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Impasses entre teoria e prática:** algumas provocações sobre procedimentos éticos e técnicos praticados no jornalismo. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/1b51de591760a9d584a90ad41352323c.PDF>>.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media:** Estudo Comparativo – três modelos de comunicação e política. Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

HALLIN, Daniel C.; PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. *Political Clientelism and the Media: Southern Europe and Latin America in Comparative Perspective.* **Media, Culture & Society**, 24 (2): 175-95, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** São Paulo: Editora Unesp: 2014.

HALLOCK, S. M. **Editorial and Opinion.** Praeger: Westport, 2007.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent:** The Political Economy of the Mass Media. Londres: The Bodley Head London, 2002.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da sociedade, cultura e religião.** Porto Alegre: Unisinos, 2014.

HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo?** Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

IHLEBAEK, Karoline Andrea; LARSSON, Anders Olof. **User experiences with editorial control in online newspaper comment fields.** (Dinamarca, 2017). Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512786.2017.1293490>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** São Paulo: Aleph, 2015.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da Conexão:** criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo, Aleph: 2014.

KUYPERS, Jim A. **Press Bias and Politics:** how the media frame controversial issues. London: Praeger, 2002.

KARAM, José Francisco. **A antiguidade greco-romana, o lead e a contemporânea narrativa jornalística.** Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2007/18.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e Polifonia:** problematizações contextuais e metodológicas. Congresso Alaic, Peru, 2014. Disponível em: <<http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/10/vGT16-Bruno-Souza-Leal-y-Carlos-Alberto-de-Carvalho.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Paulus, 1996.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LOBATO, José Augusto Mendes. **Leituras da alteridade no jornalismo internacional: testemunho, singularização e o consumo do outro na cobertura da Primavera Árabe**. Ano IX, n. 17 – jul-dez/2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/32034/16573>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

LANG, K.; LANG, G. E. *Personal Influence and the New Paradigm: Some Inadvertent Consequences*. In **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, November 1, 2006; 608(1): 157-178. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0002716206292614>>.

LANG, Gladys Engel e LANG, Kurt. **The battle for public opinion: the president, the Press, and the Polls During Watergate**. New York: Columbia University Press, 1983.

LAZARFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; HAZEL, Gaudet. 1944/1968. **The people's choice**. New York: Columbia University Press. Disponível em: <<https://tinyurl.com/tl4gnd4>>.

LIMA, Helena de. *Informação e espetáculo na morte de Salazar*. Estratégias discursivas da imprensa portuguesa. In **Comunicación y Espectáculo**, Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación. Universidade do Porto, 2017, p. 259 – 273.

LOPES, Maria Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo, Edições Loyola: 2014

MATTELART, Armand; MATTERLART, Michele. **História das teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MCLUHAN, Marshall. **Mutations 1990**. Montreal, Quebec: Éditions HMH, 1969.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

McQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 2003.

MELO, José Marques de. *Classificação dos gêneros jornalísticos*. In: **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 31-56.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. Disponível em: <<https://archive.org/stream/onliberty00inmill#page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

MOLINA, Matías. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)**, volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MCCOMBS, Maxwell. **Setting the agenda**. Cambridge: Polity Press, 2014.

MCNAIR, Brian. **An Introduction to Political Communication**. New York: Routledge, 2007.

MCNAIR, Brian. **Communication and Political Crisis: Media, Politics and Governance in a Globalized Public Sphere**. New York: Peter Lang Publishing, 2016.

MORAES, Claudia Herte de. **Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo**, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

NORRIS, Pippa. **Making democratic governance work: how regimes shape prosperity, welfare, and peace**. New York: Cambridge University Press, 2012.

PEDERSEN, Karsten. **Meta Framing and Polyphonic Structures: a case study of news reporting in sports journalism**. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2015.1091744>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

PETTERSON, Thomas E. *Political Roles of the Journalist*. In: **The politics of news: the news of politics**. Washington, D.C.: CQ Press, 1998.

PETLEY, Julian. **Media and Public Shaming: drawing the boundaries of disclosure**. London/New York: J. B. Tauris. 50-76.

PILAGALLO, Oscar. **A história da imprensa paulista**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2002, Caxambu. **Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu: Anpocs, 2002. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

ROTHBERG, Danilo. *Enquadramento e metodologia de crítica de mídia*. In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2007, Aracaju. **Anais do 5o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2007. Aracaju: Intercom, 2007. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/admjor/arquivos/coordenada_5_danilo_rothberg.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

SALGADO, Susana. **Os veículos da Mensagem Política**. Estudo de uma campanha eleitoral nos Media. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

SCHEUFELE, Dietram. *Agenda-Setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication*. *Mass Communication & Society*. 3. 2009, 297-316. DOI 10.1207/S15327825MCS0323_07. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/224818465_Agenda-Setting_Priming_and_Framing_Revisited_Another_Look_at_Cognitive_Effects_of_Political_Communication>.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos:** proposta de novos critérios de classificação. LabCom, 2009. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Elementos do Jornalismo Impresso.** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SARTORI, Giovanni. **Homo Videns** – televisão e pós-pensamento. Lisboa: Terramar, 1999.

SCHUDSON, Michael. *The public journalism movement and its problems.* In: **The politics of news: the news of politics.** Whashington, D.C.: CQ Press, 1998.

SENISE, Diego dos Santos Vega. **Efeito priming aplicado em comunicação:** uma meta-análise. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI:10.11606/D.27.2016.tde-13012016-100206. Acesso em: 2 mar. 2020.

SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four theories of the press:** the authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet Communist concepts of what the press should be and do. Illinois: University of Illinois Press, 1984.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os jornalistas portugueses 1933-1974:** uma profissão em construção. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2090/1831>>. Acesso em: 8 fev. 2019

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil:** Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TALABI, Felix Olajide; OGUNDEJI, Benjamin Kayode; LAMIDI, Ishola Kamorudeen. *Effects of Non-Professionalism in Nigeria Journalism.* **Global Journal of Human-Social Science Research**, [S.l.], v. 12, n. 7, apr. 2012. ISSN 2249-460X. Disponível em: <<https://socialscienceresearch.org/index.php/GJHSS/article/view/335>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

TENGARRINHA, José Manuel. **Imprensa e Opinião Pública em Portugal.** Coimbra: Minerva, 2006.

TENGARRINHA, José Manuel. **Nova História da Imprensa Portuguesa** – das origens a 1865. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

THOMPSON, B. John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes: 2012.

TRAQUINA, Nelson. *Ser ou não ser notícia?* In: **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II. Florianópolis: Insular, 2005.

Traquina, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

UDOKAH, N.; NNADI, A. F. **Editorial Policies and Journalism Practice in Nigeria**. International Journalism of Communication. UNN, 2007. Disponível em: <<https://socialscienceresearch.org/index.php/GJHSS/article/view/335>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2012.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

VLIEGENTHART, Rens; WALGRAVE, Stefaan; DEWINTER, Lieven; RIHOUX, Benoît; VARONE, Frédéric; STOUTHUYSEN, Patrick. *When the media matter for politics: Partisan moderators of the mass media's agenda-setting influence on parliament in Belgium*. **Party Politics**, 2010.

WOLFSFELD, Gadi. **Making sense of Media & Politics: five principles in political communication**. New York: Routledge, 2011.

Outras fontes de consulta

NIGÉRIA EDITORS. Disponível em: <<http://ngeditors.org.ng/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PRESS COUNCIL. Disponível em: <http://www.presscouncil.gov.ng/?page_id=281>. Acesso em: 5 nov. 2017.

NCBI. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5482388/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/guidelines/impartiality>>. Acesso em: 16 nov. 2017

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

UNESCO. *Un solo mundo, vocês múltiples*. México: Fondo de Cultura Económica. 1993. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_ENG.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Declaração conjunta sobre diversidade na radiodifusão*. 2007. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=719&IID=4>. Acesso em: 18 jan. 2018

ASSOCIATED PRESS. Disponível em: <https://www.ap.org/about/our-story/>. Acesso: 8 mar. 2018.

FEDERALIST PAPERS. Disponível em: http://files.libertyfund.org/files/788/0084_LFeBk.pdf. Acesso em: 27 jan. 2019.

Anexos

Título	Credor e conselheiro
Data	18/01/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130118-43557-nac-3-edi-a3-not

Credor e conselheiro



A foto na primeira página da edição de ontem deste jornal, de autoria de Márcio Fernandes, registra uma cena que seria constrangedora para o prefeito paulistano Fernando Haddad, não fosse pelo "pequeno detalhe" de todos conhecido – e por ele reconhecido. Haddad aparece com a cabeça ligeiramente inclinada e o olhar abstrato. Sentado à sua esquerda, as sobranceiras arqueadas e o indicador estendido de quem enfatiza um ponto de vista, o ex-presidente Lula. Ao lado, a vice-prefeita Nádia Campeão e ex-assessores presidenciais lotados no instituto que leva o nome do primeiro companheiro. Fora de quadro, uma dezena de secretários municipais petistas ou da chamada corte pessoal de Haddad. Ele os convocou na véspera para, não se sabe se por

iniciativa própria ou de Lula, ouvi-lo durante mais de uma hora, no que, segundo o anfitrião, tratou-se de "uma visita de cortesia". Ela foi precedida por uma conversa a portas fechadas com Haddad.

Na sua versão, o ex-presidente, de volta das férias, pediu que se encontrassem. Convidado a vê-lo no Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura, "ele se colocou à disposição", relata o prefeito, obviamente invertendo os papéis de cada um no episódio. Fernando Haddad – eis o "pequeno detalhe" – está à disposição de Lula desde quando este o pinçou do Ministério da Educação e do cêlato eleitoral para devolver ao PT o governo da maior cidade brasileira, perdido em 2004. Replicando em São Paulo a formidável experiência com Dilma Rousseff no plano nacional, Lula partiu da premissa de que, diante de um eleitorado com amplos setores de classe média refratários

ou hostis ao petismo, concorrer com nomes batidos como o da ex-prefeita Marta Suplicy ou do senador Aloizio Mercadante seria um desatino.

À clarividência de Lula – que fez a amuada Marta afastar-se da campanha, até ser apaziguada com o Ministério da Cultura –, seguiu-se uma competente operação de propaganda, explorando a boa estampa do candidato "moço de família" – uma espécie de atualização do "Lula paz e amor" de 2002 –, e a decisiva reconquista dos redutos petistas no sul da cidade, onde a candidatura Celso Russomanno vinha fazendo perigosos estragos. Para usar um clichê, o ex-presidente não mediu esforços para erguer o seu segundo poste, em dois anos, na praça política brasileira. A parte que tocou a Haddad, além de exibir moderação, empatia e conhecimento dos problemas de sua cidade, foi fazer rigorosamente tudo o que o seu mestre man-

dasse – como participar do beijão a Paulo Maluf, que exigiu que fosse público e no seu próprio palacete. Em protesto, a ex-prefeita Luiza Erundina desistiu de integrar a sua chapa. No fim, o estrago foi contido e deu tudo certo.

Como poderia o novo titular da Prefeitura deixar de fazer as vontades de quem o levou até lá? Cliente de ser seu credor, Lula o escolheu como ator coadjuvante do espetáculo de sua *rentrée* política pelo portão principal, depois de uma amarga temporada de confinamento nos porões da corrupção. Já não bastassem as condenações dos mensaleiros de sua intimidade, como José Dirceu, Delúbio Soares e José Genoino, ao fim de um julgamento no STF de que foi o ostensivo sujeito oculto, eis que a Polícia Federal detona um esquema de venda de facilidades na administração federal, arrastando aos holofotes a sua namorada Ros-

mary Noronha, a Rose, a quem ele entregara a chefia da representação da Presidência da República em São Paulo. Completando o inferno astral de Lula, o **Estado** revelou que o operador do mensalejo, Marcos Valério, o acusou ao Ministério Público de ter se beneficiado pessoalmente do tráfico de recursos ilícitos.

Na sequência da reabilitação de sua imagem e reafirmação de sua autoridade, Lula tem encontro agendado daqui a uma semana com a presidente Dilma, ministros e dirigentes petistas.

Quem sabe ele possa dar à sua voluntariosa sucessora conselhos tão sensatos como os que distribuiu a Haddad e sua equipe sobre a conveniência de fazer parcerias e o imperativo de não deixar as coisas pela metade. A nova administração, ensinou, "deve sair maior do que entrou". É do que a presidente precisa se compenetrar, enquanto é tempo.

Título	As lamúrias de Haddad
Data	09/01/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140109-43913-nac-3-edi-a3-not

As lamúrias de Haddad



Que um governante se mostre triste por não poder fazer tudo o que queria para melhorar as condições de vida da população que o elegeu, é coisa louvável. Mas não é bem esse o caso das lamúrias do governo de Fernando Haddad, que não para de se queixar da falta de recursos que vai enfrentar em 2014 e talvez até mesmo no restante de seu mandato, ao mesmo tempo que procura desculpas nada convincentes para a incapacidade de cumprir promessas de campanha feitas para agradar à plateia, sem pensar nos dados da realidade.

O aumento frustrado do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o adiamento, sabe-se lá para quando, da renegociação da dívida da Prefeitura com o governo federal são

apontados como os principais culpados pelas agruras da atual administração municipal. Sem os R\$ 800 milhões que esperava receber a mais com o reajuste do IPTU, por exemplo, barrado pela Justiça, a Prefeitura alega que não terá recursos para oferecer a contrapartida necessária para receber alguns bilhões prometidos pelo governo federal.

A presidente Dilma Rousseff se comprometeu a repassar ao governo Haddad R\$ 5,7 bilhões para investimentos na capital. A contrapartida da Prefeitura deve ser de R\$ 1,5 bilhão. Segundo o secretário municipal de Finanças, Marcos Cruz, em declarações ao jornal *Valor*, uma parte desse total – R\$ 700 milhões – deve resultar de medidas que estão sendo adotadas pela Prefeitura. Os restantes R\$ 800 milhões viriam da arrecadação extra esperada do IPTU. O culpado pelo fracasso do esquema seria a Justiça.

"O Judiciário", diz Cruz, "está acabando com o imposto sobre propriedade. As prefeituras vão ficar com medo de fazer uma coisa legítima que é (re)ajustar o imposto sobre propriedade pela Planta Genérica de Valores (PGV)." Para ele, a impossibilidade de reajustar o IPTU aumenta a regressividade do sistema tributário e afeta a autonomia dos municípios. Essa é uma interpretação grosseira e irresponsável dos fatos, que não corresponde à verdade e por isso não fica bem para uma autoridade.

Em primeiro lugar, a decisão da Justiça – por meio de liminar – nem é definitiva, podendo, em princípio, vir a ser favorável à Prefeitura, quando do julgamento do mérito. E, mesmo se a liminar for mantida, isto não representará o que afirma Cruz. Continuará sendo possível, sim, reajustar o IPTU pela revisão da PGV, só que não da forma feita pela Prefeitura paulistana. O erro de Haddad

foi a ganância, o exagero, o aumento claramente além do razoável. Foi pensar que podia usar o IPTU para, sem mais nem menos, conseguir os R\$ 800 milhões que queria. Se fosse mais contido, não perderia tudo.

Quanto à renegociação da dívida – que prefeitos das orientações as mais diversas também tentaram –, o erro de Haddad foi o mesmo cometido pela ex-prefeita Marta Suplicy. Ela apostou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República e na ajuda que ele lhe poderia dar para renegociar a dívida. Este foi o principal elemento – apesar de sua insistência na tese de que não tinha recursos para isso – que a levou a não fazer a amortização de R\$ 3 bilhões, em novembro de 2002, conforme exigia o acordo.

O resultado desastroso dessa decisão foi que os juros da dívida subiram de 6% mais o IGP-DI para 9% mais o IGP-DI. A nova taxa incidiu

retroativamente e levou a um crescimento de R\$ 17 bilhões da dívida desde 2000, quando ocorreu a negociação, até o primeiro trimestre de 2012, segundo cálculos da Secretaria Municipal de Finanças. E a esperada renegociação não saiu.

Haddad também apostou que a presidente Dilma Rousseff patrocinaria a renegociação, em termos que resultariam em alívio de R\$ 24 bilhões na dívida. Mas outras considerações relativas à sua preocupação com o equilíbrio fiscal a levaram a adiar a questão.

Em resumo, Haddad contou temerariamente com dinheiro incerto – o IPTU e da dívida – para prometer o que não podia e agora quer achar culpados por cortes nos programas irrealistas que traçou. Ele não está sem dinheiro. Tem basicamente o mesmo que tiveram seus antecessores e tem que se esforçar, como eles, para vencer as dificuldades.

Título	Campanha fora de hora
Data	07/02/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140207-43942-nac-3-pri-a1-not

Campanha fora de hora

Não deveria causar espécie a semi-cerimônia com que Alexandre Padilha, agora ex-ministro da Saúde, tem usado os recursos e a visibilidade da imensa máquina pública federal para fazer campanha eleitoral ao arripio da lei. Pois foi assim, com essa desfaçatez, mas numa escala infinitas vezes maior, que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu erguer seu primeiro "poste", a novata Dilma Rousseff. A experiência com Dilma, e depois com o atual prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, mostra que, mais uma vez, não haverá estrangulamento legal e moral capaz de conter a laboriosa indústria eleitoral petista em sua missão de colocar Padilha, o mais novo unguido de Lula, no Palácio dos Bandeirantes.

A campanha irregular de Padilha explorou abundantemente as verbas de publicidade à disposição do Ministério da Saúde. No ano passado, de acordo com levantamento da *Folha de S.Paulo*, esses gastos somaram R\$ 232 milhões, um aumento real (acima da inflação) de 19,7% sobre as despesas do ano anterior. Estas, por sua vez, já haviam sido 18,6% maiores do que o verificado em 2011. Isso significa que, ao longo de toda a sua gestão, Padilha cuidou de abastecer sua máquina de propaganda.

Esse esforço marqueteiro se justifica quando se observa que, entre outros graves problemas, o Sistema Único de Saúde

(SUS) perdeu quase 13 mil leitos hospitalares entre janeiro de 2010 e julho de 2013, segundo levantamento do Conselho Federal de Medicina. Essa é uma das razões pelas quais milhares de brasileiros foram às ruas no meio do ano passado para protestar. Em resposta às manifestações, em vez de admitir os desafios e enfrentá-los de verdade, Padilha apelou a soluções mágicas, como o Mais Médicos - mero paliativo ante o descalabro da saúde pública no Brasil.

Nada disso parece envergonhar o novo "poste" de Lula. Ao contrário. Em seu último dia no cargo - mas ainda ministro, frise-se -, Padilha usou o Mais Médicos como pretexto para desferir provocações contra adversários políticos, comprovando que, para os petistas, já não há diferença entre Estado e partido.

Ao se despedir, Padilha afirmou que "nem todo mundo sabe, mas os Estados que mais pediram médicos ao programa foram justamente São Paulo e Minas Gerais" - governados por tucanos, como enfatizou o ministro-candidato. Ele acusou esses governadores, o paulista Geraldo Alckmin e o mineiro Antonio Anastasia, de "absoluta falta de sensibilidade" por criticarem o programa e por adotarem medidas para inviabilizar o trabalho dos médicos, "sobretudo os cubanos". Mas nada disso aconteceu - tal versão, fantasiosa, é apenas parte da conhecida estratégia petista de criar inimigos ideológicos e, desse enfren-

tamento, auferir lucros eleitorais. "Só quem tem acesso a médico com um estalar de dedos pode ser contra levar mais médicos para a população que mais precisa", discursou Padilha, recorrendo à surrada luta de classes para atacar o partido que ele enfrentará nas urnas - e ao qual ele atribuiu um "legado maldito" na saúde.

O interesse eleitoral ditou também a convocação, no final de janeiro, de uma rede nacional de rádio e de TV para que Padilha pudesse anunciar uma campanha de vacinação com inacreditáveis 40 dias de antecedência - em outras campanhas, Padilha convocou a rede nacional sempre no dia anterior, como deve ser. Ao ser questionado pela oposição sobre a óbvia exploração eleitoral de sua imagem na TV, Padilha disse, candidamente, não entender as críticas: "Não sei o que eles têm contra a divulgação de uma vacina". Dos 4 minutos e 35 segundos de seu pronunciamento, menos da metade serviu para falar da vacinação; o resto do tempo, Padilha usou para elogiar sua gestão à frente do Ministério da Saúde.

O PSDB anunciou que questionará Padilha na Justiça Eleitoral, acusando-o de propaganda antecipada. Mesmo que resulte em alguma multa, esse tipo de processo não deverá refrear o uso desinibido da estrutura do Estado em favor do candidato petista - foi assim nas eleições de Dilma e de Haddad, nas quais Lula frequentemente ironizava a lei que deveria constrangê-lo.

Título	Tiro do prefeito no pé
Data	13/02/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#/20140213-43948-nac-3-edi-a3-not

O tiro do prefeito no pé



Agora não por atos, mas pelas palavras, o prefeito paulistano, Fernando Haddad, acaba de superar as já elevadas marcas alcançadas em 14 meses de mandato na modalidade tiro no pé. Frustrados os seus planos mirabolantes de transformar a cidade numa Xangai, como apregoa - ou porque a Justiça o impediu de onerar os paulistanos com um aumento abusivo do IPTU (de 20% a 35%) ou porque em boa hora a presidente Dilma Rousseff desistiu de apoiar o projeto que muda o indexador da dívida do Município com a União -, Haddad resolveu partir para cima da "elite econômica paulistana", culpando-a por seus dissabores.

Quando o seu mentor Luiz Inácio Lula da Silva desancava o "preconceito" das elites contra os pobres como

ele - e como os que o ouviam nos palanques da reeleição e, depois, da candidatura Dilma -, a apelação podia ser o que se quisesse, menos irracional. Era um meio para um fim; como tal, funcionou. E seguramente ele tomará a se valer disso na campanha deste ano, para discriminar os adversários da presidente. Mas Haddad se saiu com uma diatribe que só serve para acrescentar mais críticas às tantas que o seu deplorável desempenho já fez por merecer.

Candidato, Haddad era um "poste" eleitoral. As suas luzes só se acenderam porque, além da força do patrocínio lulista nos redutos do PT, a sua imagem de bom moço lhe deu os votos da classe média que fizeram diferença no segundo turno. Prefeito, o triplice diplomado pela USP (em direito, economia e filosofia) e ex-ministro da Educação revelou-se um neófito em política e um voluntarista na administração. Ape-

sar dos protestos de junho contra o aumento das tarifas de transporte, ele só tirou os R\$ 0,20 das passagens depois de ouvir uma advertência do seu colega do Rio, Eduardo Paes, que já desistira da majoração, e uma ordem de Lula.

Foi também o voluntarismo, o "fazer na marra", embebido dessa vez em caldo populista, que o incentivou a criar da noite para o dia as faixas exclusivas para ônibus, sem uma avaliação minimamente consistente dos seus efeitos para o trânsito de uma cidade por onde circulam cerca de 6 milhões de veículos, ou, por baixo, 1 para cada 2 habitantes. A mistura tóxica de insuficiente senso político e excessiva crença no poderio pessoal está decerto na origem da sua verri-ná contra as elites, por sinal numa entrevista ao site da BBC Brasil - que não há de ser propriamente o mais acessado pela maioria dos eleitores que lhe deu a vitória em 2012.

Os paulistanos "muito ricos", investiu, padecem de "miopia" e "pobreza espiritual". Essa elite é amesquinhada e muito conservadora, "a começar pelos meios de comunicação" - estes, evidentemente, porque ousaram discordar das políticas do professor-doutor. Para ele, a elite miope, acumpliciada com a mídia, sabota a cidade ao pressionar o Congresso para que não aprove a troca do indexador da dívida paulistana. Faltou-lhe, a essa altura do xingatório, a coragem de afrontar a verdadeira responsável pelo congelamento do projeto - a presidente da República. Ela se deu conta de que, se expurgasse R\$ 24 bilhões do débito municipal de R\$ 54 bilhões, não só transgrediria a Lei de Responsabilidade Fiscal, como ainda criaria um precedente que, ao ser imitado, levaria à ruína as contas nacionais.

É de perguntar ao prefeito o que ele imaginava que as suas caneladas

pudessem produzir para resgatar o seu governo que fechou o ano aprovado nas pesquisas por apenas 18% dos municípios. Será que eles mudaram de ideia ao ouvir de Haddad que são outros - as elites, a imprensa, o Congresso - os culpados por seus problemas? Extremando a comparação, a última vez que um mandatário quis virar a mesa acusando "forças terríveis" de impedi-lo de governar foi em 1961, quando o presidente Jânio Quadros tentou o fracassado golpe da renúncia.

E como ele quer que as elites reajam, depois de prometer, com arrogância, "educá-las a olhar a cidade com outros olhos"? Ainda é tempo de Haddad fazer isso em relação à Prefeitura. O Orçamento do Município para este ano, de R\$ 50,6 bilhões, é o maior da história. Sabendo gastar, em vez de falar em conspirações e "crise financeira", não é pouco o que isso permite realizar.

Título	Muita promessa, pouca obra
Data	04/07/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140702-44087-nac-3-edi-a3- not

Muita promessa, pouca obra

Embora se esforce para parecer otimista na avaliação de sua administração, que já completou um ano e meio, o prefeito Fernando Haddad não consegue esconder as graves dificuldades que enfrenta – e que conhecia muito bem antes de ser eleito – para cumprir seu ambicioso programa. A distância entre a realidade e as promessas, à qual ele parece ter preferido fechar os olhos durante a campanha, surge com muita clareza em entrevista por ele concedida ao jornal *Valor*.

O cenário que se delineia para o restante de seu mandato não é animador, porque, se por um lado os obstáculos são inquestionáveis, por outro os principais elementos de que Haddad pode se valer para superá-los estão fora de seu alcance. As despesas da Prefeitura estão crescendo mais rapidamente do que as suas receitas – 16% no primeiro quadrimestre deste ano ante apenas 5,5%. Quanto às medidas que podem eliminar tal diferença e reverter essa tendência, como ele próprio reconhece, são uma decisão favorável da Justiça sobre o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que renderia R\$ 800 milhões; a aprovação da reforma do Imposto sobre Serviços (ISS), que traria mais R\$ 350 milhões; e a mudança do Indexador da dívida da Prefeitura com a União, que garantiria recursos para investimentos.

“Sobre o IPTU estamos aguardando a decisão judicial, que entendo que será favorável. Estou bastante confiante”, diz Haddad. Ele tem todo o direito de ser otimista. Mas sobre decisão da Justiça só ela mesma tem controle. Tanto pode ser como o prefeito espera como o contrário disso. Não é muito diferente o caso do ISS. Está em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei, já aprovado pelo Senado, que estabelece uma nova relação de serviços tributáveis que pode render R\$ 350 milhões para a Prefeitura paulistana.

Sua aprovação não depende só da vontade de Haddad e de outros prefeitos, mas também dos interesses dos parlamentares e do governo federal, que não coincidem necessariamente com os deles. Mais complicado ainda é o caso da mudança do indexador da dívida, porque ele envolve tanto capitais e Estados que têm acordos com a União como, é claro, o governo federal. Todos eles pesarão na decisão que a propósito tomarão deputados e senadores. E, como se viu até agora, o fato de Haddad e a presidente Dilma Rousseff pertencerem ao mesmo partido não garante um alinhamento automático entre os dois. Também o desfecho dessa questão é incerto.

Enquanto navega nesse mar de incertezas – de cuja existência sabia perfeitamente quando se lançou à conquista da Prefeitura –, Haddad se complica nas tentativas de justificar sua apatia administrativa. Ele se atra-

palha até mesmo quando trata de algumas realizações que tem a seu favor. É o caso da economia de R\$ 800 milhões que assegura ter feito com repactuação de contratos para cobrir o buraco de R\$ 700 milhões deixado pela redução da tarifa de ônibus e o consequente aumento do subsídio pago às empresas do setor.

Outras realizações de que se vangloria é a construção de uma central de triagem mecanizada de lixo e a inauguração de seis hospitais-dia (sem pernoite), sem falar na projetada Parceria Público-Privada (PPP) – cujo contrato espera assinar até o começo do ano que vem – para trocar todas as lâmpadas do sistema de iluminação pública por equipamentos LED, o que vai permitir economia de 50% de energia. Finalmente, quanto ao novo Plano Diretor, é preciso ressaltar que se trata de obra coletiva, da qual participou também a oposição.

Mas nada disso – queixa-se ele – é noticiado pela imprensa. Nem mesmo seus correligionários petistas, que dela dependem para se informar, ficam sabendo do que faz, acrescenta. É muito fácil transformar a imprensa no bode expiatório de seu magro desempenho administrativo, seguindo o exemplo de outros petistas ilustres, a começar pelo ex-presidente Lula. Não dá para levar isso a sério, quando se sabe que a Prefeitura gasta milhões para divulgar tudo o que faz, em geral de forma exagerada, em todos os meios de comunicação.

Título	Paulistanos ingratos
Data	22/07/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140722-44107-nac-3-edi-a3- not

Paulistanos ingratos



Após transformar a cidade de São Paulo em um laboratório de experiências estruturais e maoístas, o prefeito Fernando Haddad demonstrou, em menos de dois anos de gestão, que não governa para todos, mas apenas para grupos minoritários ostentados, e que se preocupa somente com os eventuais ganhos eleitorais de suas decisões. Como resultado, Haddad é considerado um mau prefeito por nada menos que 47% dos paulistanos, segundo a mais recente pesquisa Datafolha sobre a qualidade de sua gestão.

Com esse índice, Haddad passou a fazer companhia aos governos anteriores que São Paulo já teve desde a redemocratização do Brasil. Ele não está muito longe, por exemplo, de Celso Pitta (1997-2000), cuja administração,

após 1 ano e 6 meses, foi considerada ruim ou péssima por 54% dos paulistanos. Como os paulistanos não se lembram, Pitta foi aquele prefeito que chegou a ser afastado do cargo em razão de denúncias de corrupção e que destruiu as finanças do Município.

As vicissitudes de Haddad, porém, são de outra ordem, ao menos por enquanto. Dizem respeito ao trato destrambelhado da coisa pública. Quando se candidatou, Haddad prometera o "futuro". Seu slogan era "Chegou a hora do novo". Eleito, o prefeito mostrou o que entende por "novo": um conjunto de medidas atabalhoadas, vendidas ao distrito público como algo moderno, mas que prejudicaram o já muito frágil equilíbrio da metrópole.

Tome-se o exemplo do programa "Braços Abertos". No começo deste ano, com o intuito de acabar com uma pequena favela criada na

região da Cracolândia - cuja degradação de seus "moradores", uma vez revelada, chocou a cidade -, Haddad sacou esse plano de sua criativa cartola. Era uma solução duplamente mágica: além de desmontar aquele aglomerado de barracos que denunciavam uma grave crise social, o "Braços Abertos" recuperaria os viciados em crack. A "inovação" foi oferecer a esses drogados hospedagem em hotéis da região e um emprego de varredor de ruas, com remuneração de R\$ 15 por dia, além de assistência médica. A óbvia contrapartida - a de que o viciado fosse obrigado a se tratar - não foi exigida. O resultado é que, em vez de resolver o problema da Cracolândia, a Prefeitura, em nome de uma "nova atitude", acabou financiando indiretamente o consumo de crack.

Irresponsabilidade semelhante acontece a relação entre a Prefeitura

e os ditos "movimentos sociais", em relação aos quais o poder público vem se dobrando de maneira incoerente. A título de "diálogo" com a sociedade, Haddad permitiu que grupelhos muito bem organizados, cujos objetivos vão muito além dos slogans que gritam, se assenhemem da agenda política municipal, exibam a propriedade privada e cassem o direito de ir e vir dos cidadãos - ao bloquear avenidas quando lhes dá na veneta.

Mas nada traduz melhor o improviso dessa administração despreparada do que as falhas exclusivas de ônibus. Pintadas sem critérios outros que não os populistas, elas são vendidas aos paulistanos como a solução para o transporte público. Na visão das estrategistas eleitorais do PT, as falhas seriam a marca de uma gestão preocupada em valorizar o trabalhador que pega ônibus em detrimento do motorista de cur-

ra, identificado por essa propaganda como sendo a "elite". O fato, no entanto, é que as falhas, na média, não representam ganho significativo de tempo-gasto dentro dos ônibus - e nos locais onde elas foram pintadas nem necessariamente o resultado foi o caos completo.

Tudo isso se reflete nas pesquisas de opinião. No entanto, para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criador de Haddad, os paulistanos estão sendo ingratos. Com o exagero habitual, Lula disse que "quem está ganhando 40 minutos por dia para chegar em casa", graças às falhas de ônibus, "não está defendendo ele (Haddad)", razão pela qual é preciso "explicar para a população o que está acontecendo" - isto é, apelar para o marketing na tentativa de convencer a maioria dos paulistanos de que, ao contrário do que parece, eles vivem no paraíso.

Título	É tudo o que o MTST queria
Data	15/08/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140815-44131-nac-3-edi-a3- not

É tudo o que o MTST queria

A lei que regulariza a ocupação de um terreno de 150 mil metros quadrados a 4 quilômetros do Estádio Itaquerão, por isso chamada de Copa do Povo, sancionada com vetos pelo prefeito Fernando Haddad, constitui uma preocupante demonstração de força do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Saem ganhando ele e todos os que acham que podem criar fatos consumados por meio de atos violentos. Perdem os cidadãos honestos que confiam no primado da lei e da ordem. E perdem os sem-teto que estão há muito tempo na fila de espera de moradia, que tudo indica serão passados para trás.

Melhor incentivo não pode existir para a multiplicação das invasões do MTST do que a sua consagração por meios legais. O Movimento dos Sem-Terra (MST), do qual o MTST é uma espécie de versão urbana, já havia demonstrado isso. Os que participaram disso - vereadores e prefeito -, ou porque se acovelharam diante dos arreganhos dos líderes dos chamados sem-teto ou porque partilham suas ideias, poderão em breve se dar conta do jogo perigoso em que entraram. O MTST já deu provas de que está disposto a ir muito além do aceitável até mesmo por seus aliados e simpatizantes no poder e, por isso, não têm como fugir da obediência a certos limites.

Tão grave quanto o recuo dos vereadores diante da amea-

ça do MTST de tumultuar a vida da cidade durante a Copa do Mundo, mais do que costuma fazer habitualmente, foi a quebra de um acordo pelo prefeito - o que revela mais uma faceta do "poste" de Lula. Para aprovar o projeto que legalizou a invasão, os vereadores que compuseram a maioria para tal impuseram como condição incluir nele dispositivos que impediriam os invasores de furar a fila dos cadastrados na Secretaria Municipal de Habitação para receber moradia.

Haddad concordou, mas depois vetou esses dispositivos, abrindo caminho para que o MTST determine quem vai receber as moradias a serem construídas no terreno da Copa do Povo - de 3 mil a 4 mil apartamentos, segundo as estimativas. O vereador José Pollice Neto (PSD), autor do projeto, que trata também de outras questões referentes a moradias populares, reagiu com indignação: "O governo pediu para usar o meu projeto para resolver um problema dele - o acordo feito com o MTST para a Copa do Povo. Só aceitei porque recebi do prefeito Haddad a garantia de que a sanção seria completa. Ele me falou isso pessoalmente. Fiquei perplexo com os vetos".

Além da "falha de comportamento ético" cometida por Haddad, segundo Pollice Neto, os vetos criam um problema grave. Apesar da alegação do prefeito, de que eles se destinam apenas a assegurar o cumprimento das regras do Ministé-

rio das Cidades (as habitações serão construídas pelo programa Minha Casa, Minha Vida), na prática abrem caminho para que o MTST mande e desmande na Copa do Povo, fazendo sua própria lista de beneficiários. Seria ingenuidade acreditar que ele não tentará tirar proveito político das invasões.

É para favorecer seus militantes que o MTST age. Na sua lista de beneficiários das moradias têm preferência os militantes que lhe pagam mensalidade de R\$ 50 e participam das manifestações e das invasões, o que é possível no programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Deve ser por isso que Haddad fala em regras do Ministério das Cidades. Por que então ele se comprometeu com os vereadores que isso não seria aplicado nesse caso?

A aceitação do princípio de que o movimento que invade terrenos determina quem receberá as moradias semeia a desordem nos programas habitacionais e comete flagrante injustiça com os que estão esperando há mais tempo. E favorece com dinheiro público grupos de ação direta travestidos de sociais. É tudo o que o MTST queria.

A única esperança de evitar os problemas criados por essa lei, agravados pelos vetos de Haddad, é a representação encaminhada pela Promotoria de Habitação e Urbanismo ao procurador-geral de Justiça do Estado, Márcio Elias Rosa, pedindo-lhe que avalie a constitucionalidade da lei.

Título	Chalita no ninho petista
Data	14/01/2015
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150114-44283-nac-3-edi-a3- not

Chalita no ninho petista

O convite do prefeito Fernando Haddad ao deputado federal Gabriel Chalita (PMDB) para ocupar a Secretaria Municipal da Educação tem tudo de uma vulgar manobra política e eleitoral, feita à custa de setor da mais alta importância da administração, que não deixa bem nenhum dos que dela participaram direta ou indiretamente, às claras ou na discrição dos bastidores. Como se isso não bastasse, nem mesmo as qualificações técnicas do futuro secretário, por muitos contestadas, podem ser alegadas para justificar uma escolha bem de acordo com velhas práticas que não costumam dar bons resultados.

Os entendimentos entre Haddad e Chalita, com as bênçãos e a inspiração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começaram há cerca de um mês e fazem parte das articulações políticas destinadas a facilitar a reeleição do prefeito no próximo ano, como mostra reportagem do **Estado**. O acordo pode levar a uma chapa que teria Chalita como candidato a vice. Que ele tenha aquilo que para o PT em princípio seria um estigma - ter sido figura de destaque no governo tucano de Geraldo Alckmin, como secretário de Educação - já não parece ter importância para Haddad e seus companheiros.

Para nos limitarmos aos fatos mais recentes relativos à falta de pudor com que o PT,

tão logo chega ao poder, se alia aos que desancava no passado e àqueles ocorridos no âmbito municipal, recorde-se a aliança Lula/Maluf/Haddad. Na ânsia de eleger Haddad, na época um simples poste como se diz na gíria política, o ex-presidente não hesitou em buscar o apoio de seu arqui-inimigo e símbolo maior da pouca seriedade - digamos assim, apelando para uma fórmula benevolente - no trato das coisas públicas, e por isso mesmo campeão de processos na Justiça.

A foto dos três sorridentes e de mãos dadas, uma exigência impiedosa de Maluf, consagrou o acordo e marcou para sempre a biografia de Lula. Guardando as devidas diferenças e dimensões, deve-se dizer que o caso Chalita é café pequeno. O que incomoda nesse episódio não são tanto as denúncias de enriquecimento ilícito contra Chalita, pois elas foram arquivadas pela Justiça por falta de provas - por elas, ele não deve nada. O que incomoda é a falta de pudor do PT na montagem de alianças - foi no ninho de seus inimigos tucanos que Chalita adquiriu notoriedade. Afinal, embora a essa altura de suas traficâncias políticas e das graves suspeitas que pesam sobre seu comportamento em casos cabeludos não lhe deva restar muito pudor, ele continua a posar de moralista.

O importante mesmo é o preço que os paulistanos poderão pagar pelo despudor. A competência profissional de

Chalita, a julgar pela sua passagem pela Secretaria Estadual da Educação, está longe de ser ponto pacífico. O presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Cláudio Fonseca, diz ver com apreensão a escolha de Chalita, pois "sua atuação na rede estadual foi contestada". Por isso, "ele vai ter trabalho para convencer que é a pessoa para esse momento de mudança".

Para outro especialista, a consultora Ilona Beckskeházy, o critério que orientou a mudança de comando na Secretaria foi errado: "Esse arranjo político, e não o desenho de política pública, não funciona mais". E Salomão Ximenes, da organização Ação Educativa, se diz preocupado principalmente com a educação infantil, pois "o Callegari (*o atual secretário, Cesar Callegari*) se colocava aberto ao diálogo com as instituições que tratam do tema".

Aliás, Callegari, um técnico respeitado, foi a primeira vítima da mudança, não propriamente porque perdeu o cargo, mas pela situação constrangedora em que o deixou Haddad. Foi pela imprensa que ele soube da escolha de Chalita.

Esse é só mais um na sucessão de fatos que demonstram serem os conchavos e acordos, bem à moda antiga, o que orienta a ação de Lula e de Haddad, preocupados antes de tudo com a preservação do poder a todo custo, não com o uso que se deve fazer dele em benefício da população.

Título	Haddad e sua revolução
Data	16/01/2015
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150116-44285-nac-3-edi-a3- not

Haddad e sua revolução

A cidade de São Paulo tornou-se refém de um prefeito que parece brincar de governar, e pelo jeito não gosta de brincar sozinho. Convidou agora três amigos do filho a participarem da brincadeira. Fernando Haddad ainda não se deu conta de que São Paulo é uma cidade com quase 12 milhões de habitantes e enfrenta situações complexas que exigem mais do que slogans. Exigem competência administrativa. Mas para Fernando Haddad tudo isso não passa de uma crítica barata, de gente que ainda não entendeu as mudanças que a sua gestão vem promovendo na cidade. Mudanças estruturais, de concepção de cidade, de cultura urbana, de modo de vida – nada mais nada menos que uma verdadeira revolução.

A mais recente novidade do prefeito foi a nomeação de três bacharéis em Direito, recém-formados, para trabalhar em cargos comissionados da Prefeitura. Segundo a Prefeitura, os profissionais são “de renomadas universidades, com experiência profissional de estágio em escritórios de advocacia e atuação em entidades representativas estudantis”. De fato, os três têm ampla participação no movimento estudantil, e dois deles presidiram o Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mas eles têm também outro ponto em comum em seus currículos

– são amigos do filho do prefeito. Interessante essa revolução de Haddad...

Outra novidade para o ano que começa é que, aproveitando a sua experiência como prefeito, Fernando Haddad irá dar aulas na USP. Serão seis aulas sobre a cidade e a elite, o desenvolvimento capitalista, a urbanização e a dominação não legítima. Temas sem dúvida muito interessantes, que caem como uma luva no objetivo da disciplina: investigar a dinâmica atual do desenvolvimento urbano. Naturalmente, não deixa de ser motivo de orgulho para a cidade ter um prefeito professor. Além do mais, por que desprezar a possibilidade de que a preparação dessas aulas seja ocasião para que o prefeito se aproxime ao menos um pouco dos reais desafios da cidade?

Mas não são apenas os alunos da USP que estão precisando de Fernando Haddad. Os 12 milhões de habitantes da cidade estão à espera de um prefeito. Estão à espera de uma gestão que enfrente corajosamente os problemas e os desafios da cidade.

Nenhum prefeito, por menor que seja o seu município, pode ignorar a gestão da coisa pública e se contentar em fazer retórica. Mas, infelizmente, parece que isso vem ocorrendo no maior município brasileiro. O prefeito Fernando Haddad parece encantado com as suas ideias, com a sua visão de cidade, e esqueceu de que governar uma cidade é muito mais do que pintar ruas e calçadas.

Se de fato o prefeito tem a

pretensão de realizar alguma melhoria na cidade nos próximos dois anos, o trabalho da Prefeitura precisa alcançar outro patamar de qualidade. O ano de 2014 foi pródigo em projetos lançados com estardalhaço pela Prefeitura, mas que logo depois foram suspensos pelo Tribunal de Contas do Município (TCM). Para ter uma ideia, em outubro de 2014 os recursos somados de todas as obras suspensas pelo TCM chegavam a R\$ 6,3 bilhões. Nesse montante estavam obras e reformas em prontos-socorros, creches e escolas, a compra de radares e câmeras de monitoramento e fiscalização do trânsito, a construção de um data center para o Bilhete Único e para a inspeção veicular, além de uma das meninas dos olhos do prefeito: a construção de 150 km de corredores de ônibus. A cidade de São Paulo merece mais da sua administração, especialmente de uma que se proclama revolucionária e inovadora.

Pela frequência com que fala sobre esse tema, Fernando Haddad parece mesmo acreditar que a sua gestão será lembrada no futuro como um marco na história da cidade. Só o tempo dirá, ainda que faixa pintada no asfalto não tenha em geral grande durabilidade. Até agora, o presente tem dado sinais noutra direção. De que simplesmente será lembrado como o último poste de Lula. São Paulo não é para amadores, mesmo aqueles que se graduaram nas melhores universidades.

Título	O que falta é competência
Data	18/02/2015
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150218-44318-nac-3-edi-a3-not

O que falta é competência

O prefeito Fernando Haddad se queixou durante muito tempo da falta de dinheiro para tocar seu ambicioso programa de obras. Chegou mesmo a exagerar a importância dos recursos do aumento do IPTU, que a Justiça suspendeu por medida liminar e restabeleceu depois no julgamento do mérito. Mas, decorrida metade de seu mandato, fica claro que não foi isso que o impediu de cumprir o muito que prometeu para seduzir o eleitorado durante sua campanha. A diferença entre a promessa e a realidade se deve mais à deficiência de planejamento do que à falta de meios.

O exemplo mais recente disso é o balanço do quanto Haddad recebeu dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prometidos pela presidente Dilma Rousseff, sabidamente interessada – como o ex-presidente Lula, padrinho político de ambos – em transformar o atual governo da maior cidade do País numa vitrine da autopromocionada competência do PT. Até agora, a Prefeitura recebeu apenas R\$ 418 milhões dos R\$ 8,1 bilhões acertados em meados de 2013. É muito pouco.

Não adianta a Prefeitura fazer contas engenhosas para criar a impressão do contrário. Do total de R\$ 4,3 bilhões empenhados em novos projetos no ano passado, R\$ 291,3 milhões vieram da União. O valor, alega o governo Haddad, é

130% maior do que os R\$ 127 milhões recebidos em 2013. Esse jogo das porcentagens não engana. É pouco mesmo.

As duas razões que explicam a incapacidade da Prefeitura de aproveitar os recursos oferecidos pela União deixam mal Haddad. Uma é a lentidão das obras selecionadas para aproveitar o dinheiro do PAC. Já que a maioria dos convênios firmados prevê a transferência dos recursos durante a execução das obras, e não antes, o atraso delas acarreta o da entrega do dinheiro. E a responsabilidade pelo atraso é inteiramente da Prefeitura.

Outra, muito mais grave, é a incapacidade do governo municipal de elaborar, com a prestação necessária, os projetos das obras selecionadas. E a preparação e a aprovação dos projetos são, é claro, condições para se pensar em liberar recursos. A explicação do secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Roberto Garibe, para a demora na apresentação dos projetos não convence. “O Município não tinha o costume de fechar convênios, principalmente visando o investimento em infraestrutura. Isso é uma novidade para São Paulo. Ainda mais no volume dos compromissos firmados (de R\$ 8,1 bilhões)”, diz ele.

Eis aí algo que resta provar, porque é difícil de acreditar que a administração de uma cidade como São Paulo seja tão desprovida de recursos técnicos. Como explicar que ela funcionou a contento até agora? E,

supondo-se que as carências eram tão grandes, o governo não tinha o direito de assumir compromissos que sabia não poder cumprir, só para dar a impressão de que executaria um programa bilionário.

O mais provável é que Haddad e sua equipe não souberam até agora tirar o máximo do quadro técnico do setor de planejamento da Prefeitura. Esse não é o primeiro caso em que o atual governo exibe uma atuação, na área de elaboração de projetos, que deixa a desejar. Mais por pressa e desleixo do que por falta de quadros.

O melhor exemplo disso são os conhecidos problemas de Haddad com o Tribunal de Contas do Município (TCM). O último deles, no fim do ano passado, foi a suspensão pelo tribunal da licitação para a construção de novos corredores de ônibus, uma obra cara, de R\$ 2,4 bilhões. Entre outras razões, pela inexistência de recursos orçamentários comprovados para a contratação das obras. Uma licitação anterior, igualmente para a construção de corredores, esta de R\$ 4,7 bilhões, foi suspensa no início de 2014, também por ausência de recursos orçamentários suficientes.

São falhas bisonhas, a indicar muito mais correria que insuficiência técnica. No ano passado, o valor total dos projetos barrados pelo TCM chegou a R\$ 6 bilhões.

O problema de Haddad não é dinheiro, que está sobrando, mas competência, que está faltando.

Título	A última proposta de Haddad
Data	18/08/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160818-44865-nac-3-edi-a3- not

A última proposta de Haddad

Relegando para segundo plano os imensos problemas da maior cidade do País, e que foram agravados pela inépcia de sua administração, o prefeito Fernando Haddad iniciou a campanha pela reeleição com o que sabe fazer melhor: demagogia. Na campanha eleitoral de 2012, ele prometeu criar o “Arco do Futuro”, que foi vendido por seus marqueteiros políticos como um ambicioso projeto de reforma urbana que permitiria a São Paulo articular em “rede” suas principais atividades econômicas. Agora, Haddad está propondo a criação de um Conselho Municipal de Comunicação e de uma televisão e uma rádio públicas mantidas pela Prefeitura.

Ao justificar a proposta, apresentada no ato de registro de sua candidatura na Justiça Eleitoral, Haddad alega que, na democracia, o papel do governo é “difundir novas formas de expressão e de linguagem, além de novos meios, e ajudar a romper bloqueios de comunicação”. O “controle público, social e popular” das atividades jornalísticas e a democratização dos meios de comunicação comerciais, que não passam de eufemismos para justificar a intenção de controlar jornais, revistas, rádios e tevês, sempre foram uma das principais bandeiras do PT. O saldo dos 13 anos e meio de lulopetismo na área evidencia a aversão dos petistas à livre imprensa e a obses-

são pela criação de rádios e televisões “públicas”, com o indifereçável objetivo de viabilizar seu projeto de manutenção no poder a qualquer custo.

Entre as conferências nacionais convocadas pelos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, as que trataram de temas como educação, direitos humanos e comunicação foram marcadas por críticas aos princípios da livre-iniciativa e da liberdade de expressão, qualificados como “burgueses”, e pela defesa reiterada de conselhos corporativos encarregados de fiscalizar as obrigações fiscais e trabalhistas das empresas de comunicação, de “tribunais de mídia” para coibir “supostos desrespeitos” a movimentos sociais, da imposição de cotas para produções “independentes” na programação das televisões e da aprovação de uma Lei de Imprensa destinada a assegurar a “pluralidade de versões em reportagens controversas”.

Em meio a um sem-número de lugares-comuns politicamente corretos, como os que Haddad utilizou para justificar suas propostas, os participantes das conferências nacionais patrocinadas pelo lulopetismo também reivindicaram a expansão do sistema público de comunicação. Segundo eles, por oferecer programações não atreladas a interesses comerciais de patrocinadores, as rádios e televisões públicas serviriam à sociedade com maior independência do que as emissoras privadas. Seriam o contra-

ponto do “monopólio” da radiodifusão comercial.

O maior símbolo dessa expansão foi a criação, em 2007, por ordem do então presidente Lula, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Resultante da fusão da estatal Radiobrás com a TV Educativa, que tinha canais no Rio de Janeiro e no Maranhão e levou um ano para colocar seu sinal aberto em São Paulo, a EBC só é pública no seu estatuto e nas suas fontes de financiamento. No mais, ela foi aparelhada politicamente, tornando-se um cabide de empregos para jornalistas apatiguados do PT e com uma programação a serviço do partido e de seus aliados.

Só em seu primeiro ano de funcionamento a EBC gastou R\$ 350 milhões, arcados com dinheiro dos contribuintes. Desde então, apesar de ter mais de 1,4 mil funcionários, raras vezes sua programação atingiu a marca de 1% da audiência.

Ao propor a criação de um conselho de comunicação para São Paulo e a criação de uma TV e de uma rádio públicas municipais, sob a justificativa de que elas ajudarão a “romper bloqueios de comunicação e difundir novas formas de expressão”, retomando assim os argumentos das conferências nacionais lulopetistas, Haddad não está olhando para o futuro, mas para o passado. Também não está sendo original, uma vez que o que propõe em escala local nada mais é do que a repetição do que foi um grande fracasso em escala nacional.

Título	O partido do ‘Fora Temer’
Data	19/09/2016
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160919-44897-nac-3-edi- a3-not

O partido do 'Fora Temer'



Um eleitor desaten- to poderia pensar que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, não é mais do PT. Sua propaganda para a eleição do mês que vem esconde a famosa estrela vermelha do partido de Lula da Silva, algo bem diferente do material que apresentou aos paulistanos "o novo homem para um novo tempo" na campanha de 2012, quando Haddad se elegeu. Pode-se dizer que o prefeito, bem como muitos outros candidatos do PT nas eleições municipais, perceberam que assumir-se petista hoje é candidatar-se à humilhação nas urnas. Mesmo com toda a máquina municipal à sua disposição, Haddad disputa palmo a palmo com candidatos manicos a rabeira das pesquisas, pela simples razão de que, além de mau adminis-

trador, ele continua petista. Diante de tal perspectiva, o prefeito resolveu aderir ao mais novo partido da praça: o partido do "Fora Temer".

O partido do "Fora Temer" é uma agremiação inventada pelos oportunistas do PT para congregarem todos aqueles que, como consequência do impeachment da presidente Dilma Rousseff, ou perderam a boquinha de que destruíam no governo federal ou precisam desesperadamente de uma boa política, por mais furada que seja, para sobreviver ao naufrágio petista.

No primeiro time estão os grupelhos que, apresentando-se como "movimentos sociais", recebem fartas verbas públicas para fazer a defesa violenta do governo petista. Destacam-se, nessa turma, o notório Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e seu subproduto urbano, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

São eles que, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), estão na vanguarda das manifestações que vêm infernizando a vida dos brasileiros a título de exigir a saída do presidente Michel Temer.

No segundo grupo aparecem os políticos petistas que, aflitos, temiam ficar sem discurso na campanha eleitoral, já que o PT, antes um triunfo eleitoral, se tornou um fardo. As pesquisas de intenção de voto mostram esse peso morto: os candidatos petistas perdem em quase todas as cidades importantes, e de maneira acachapante. Além das agruras de Haddad em São Paulo, a tigrada está em maus lençóis em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, no Recife e até mesmo em Porto Alegre, seu tradicional reduto.

Isso explica por que, de uma hora para outra, a campanha de Haddad deixou de lado qualquer discussão séria sobre a cidade que ele ad-

ministra de forma tão amadora e passou a vincular os adversários do prefeito ao tal "golpe" que os petistas vivem a denunciar. Foi Lula, em recente comício com seu afilhado, quem deu a senha: "O Doria, a Marta e o Russomanno representam exatamente aqueles parlamentares que deram o golpe na Dilma". Tanto Lula como Haddad estavam usando no paletó um adesivo em que se lia "Fora Temer, Fica Haddad" - sem nenhuma menção ao PT.

Assim, o "Fora Temer" foi formalizado como o "partido" dessa turma, inclusive no material de campanha. Mas, como tudo o que envolve Lula e seus sequazes, o "Fora Temer" é apenas uma palavra de ordem. É um grito vazio, irresponsável, antidemocrático. Se a reivindicação desse pessoal fosse o retorno de Dilma Rousseff à Presidência, ainda haveria nisso alguma dose de

racionalidade política. Mas nem os próprios petistas - Lula à frente - querem saber de Dilma, cuja desastrosa gestão foi em parte responsável pela formidável debacle do PT.

A reivindicação de que Michel Temer deixe o governo, sem mais nem menos, e que se convoquem novas eleições diretas para presidente, sabe-se lá com base em que legislação, somente se presta a fornecer aos petistas algum discurso que lhes permita evitar a discussão de temas mais constrangedores, como a corrupção envolvendo vários de seus principais dirigentes e o amadorismo gerencial de Haddad, Dilma e outros pupilos de Lula. Felizmente, a despeito do apoio que o partido do "Fora Temer" conseguiu amehalar entre alguns incautos, parece claro que a essa associação de intrujões está reservado, nas urnas, o profundo desprezo da maioria dos brasileiros.

Título	Renegociação eleitoreira
Data	11/10/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20131011-43823-nac-3-edi- a3-not

Renegociação eleitoreira



Está muito longe de ser mera coincidência o fato de o governo federal ter acertado com o Congresso uma fórmula para aliviar a dívida de Estados e de municípios no momento em que o prefeito paulistano, Fernando Haddad, precisa urgentemente de recursos financeiros. Só com mais dinheiro Haddad, que é do mesmo partido da presidente Dilma Rousseff, poderá mostrar alguma realização no próximo ano - quando, não custa recordar, haverá eleição de presidente da República e de governadores.

O alívio dos pagamentos das dívidas estaduais negociadas pela União em 1997 e das prefeituras negociadas a partir de 2001 vinha sendo reivindicado há muito tempo por governadores e prefeitos. Mas, nas condições acertadas, o grande beneficia-

do será Haddad.

A mudança do indexador das dívidas negociadas pela União com os Estados e municípios - do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE - foi proposta pelo governo no fim do ano passado, por meio de projeto de lei complementar que também continha mudanças destinadas a acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

Como justificou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao propor à presidente Dilma Rousseff o envio do projeto de lei complementar ao Congresso, os critérios financeiros estabelecidos nos contratos de renegociação das dívidas de Estados e municípios, com a correção pelo IGP-DI, "refletiam condições macroeconômicas completamente distintas das que imperam para a eco-

nomia brasileira atualmente".

Por pressão de governadores, prefeitos e parlamentares, o governo concordou também em mudar a forma de cálculo do saldo devedor, desde a assinatura do contrato até o dia 1.º de janeiro de 2013, o que implicará a concessão de desconto.

Em alguns casos, como o da Prefeitura paulistana, o desconto será bilionário. Calculado pelos critérios atualmente em vigor, o saldo devedor fica em torno de R\$ 54 bilhões; pelas regras acertadas, cairá para cerca de R\$ 30 bilhões.

Isso ocorrerá porque a variação acumulada do IGP-DI, acrescido dos encargos normais e os adicionais da dívida em que a Prefeitura incorreu entre 1999 e 2012, alcançou mais de 800%. Já a taxa Selic (que passará a ser o teto do novo encargo, caso a proposta seja aprovada e sancionada) teve variação acumulada de 493%.

A Prefeitura paulistana terá ainda outro ganho substancial. Por não ter amortizado R\$ 3 bilhões de sua dívida em 2002, quando o PT governava a cidade (e Fernando Haddad fazia parte da equipe da então prefeita Marta Suplicy), a Prefeitura de São Paulo perdeu o direito ao pagamento de juros reais menores, de 6%, e passou a pagar juros reais de 9% ao ano, o que elevou suas despesas anuais e fez crescer mais rapidamente o saldo devedor. A mudança em tramitação no Congresso reduz também o valor das prestações que a Prefeitura terá de pagar, o que abre espaço financeiro para mais gastos a partir de 1.º de janeiro de 2014.

Tudo isso, por enquanto, está no papel. A Comissão de Finanças e Tributação aprovou na madrugada de quarta-feira (9/10) as alterações acertadas na véspera. O projeto ainda depende de apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Ci-

dadania antes de ser submetido ao plenário da Câmara. Depois, terá de passar pelo Senado.

Resta saber como essas mudanças poderão ser feitas sem violentar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em vigor desde 2000, a LRF foi e tem sido essencial para assegurar gestão mais responsável do dinheiro do contribuinte.

Em seu artigo 35, a lei é clara ao estabelecer que é vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, "ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação da dívida contraída anteriormente". O que é a troca do indexador, que modifica o cálculo do saldo devedor e das prestações, senão um refinanciamento?

Mudar esse dispositivo da LRF implicará tirar-lhe um de seus elementos essenciais. Seria um gigantesco retrocesso institucional, que a Nação não perdoaria.

Título	Quando a 'rua' governa
Data	09/02/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140207-43942-nac-3-pri-a1- not

Quando a 'rua' governa

Em um regime democrático, todo poder emana do povo, prevalecendo a vontade da maioria sobre a vontade de indivíduos ou de grupos. Desse modo, o bom governante é aquele que compreende as demandas da população e se empenha em atendê-las. No entanto, numa democracia saudável, é também responsabilidade dos dirigentes tomar medidas que podem eventualmente desagradar a uma parte dos eleitores - mesmo que seja a maior parte -, pois eles devem administrar pensando no conjunto da sociedade que governam, e não na estridência de interesses insatisfeitos ou contrariados. Essa lição básica foi ignorada pelos governantes de importantes capitais brasileiras que cederam à tentação populista, diante de manifestações nas ruas no ano passado, e não elevaram as tarifas de ônibus quando deveriam.

Como resultado, tem-se agora que os vândalos, vitoriosos graças à tibieza dos políticos, se sentem à vontade para ameaçar transformar a vida das cidades num inferno toda vez que se fala em reajustar o valor das passagens - e a população inteira seguirá pagando o preço dessa irresponsabilidade, quer na forma de robustos subsídios para manter a tarifa congelada, como insiste em fazer a Prefeitura de São Paulo, quer por meio de bloqueios de ruas e de violência generalizada, como está acontecendo no Rio de Janeiro.

A rigor, esse estado de coisas não foi criado pelas famosas "jornadas de junho". Tudo começou no início de 2013, quando a presidente Dilma Rousseff, para conter a crescente inflação por meio de truques e artimanhas, rogou a prefeitos e governadores que adiassem o reajuste das tarifas do transporte para junho daquele ano.

Mesmo quando chegou o momento de fazer o reajuste, a nova tarifa não refletiu a inflação do período. No caso de São Paulo, a passagem saltou de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, o que significaria um aumento de apenas 6,7%, contra uma inflação de 14,4% no setor dos ônibus desde o último aumento. Essa diferença implicava um subsídio de R\$ 1,25 bilhão aos serviços de ônibus, o dobro do previsto no orçamento e muito acima dos R\$ 960 milhões pagos em 2012.

Para viabilizar essa "bondade" do prefeito Fernando Haddad, feita a pedido de Dilma, o governo federal suspendeu a cobrança de PIS e Cofins sobre a tarifa de ônibus, metrô, trens e barcos. Tal medida não se restringiu às empresas de transporte de São Paulo, porque esses impostos têm caráter nacional; logo, a renúncia fiscal de que Dilma lançou mão para promover a imagem do prefeito petista de São Paulo foi muito mais abrangente.

Nada disso impediu que um grupo insignificante que reivindicava transporte gratuito para toda a população - uma impossibilidade evidente - deflagras-

se protestos que, graças a um misto de vandalismo dos manifestantes, oportunismo político, truculência policial e hesitação do poder público, incendiaram o País.

O aumento em São Paulo e em outras capitais foi então cancelado, premiando a "voz das ruas" em detrimento da necessidade de majorar o preço das passagens. No caso paulistano, abrir mão dos R\$ 0,20 elevou para R\$ 1,425 bilhão os subsídios - preço exorbitante que todos os cidadãos vão pagar, inclusive aqueles que usam os ônibus. Além disso, a Prefeitura terá de abrir mão de recursos destinados a outras áreas da administração para financiar esse surto populista.

Com a popularidade em baixa, e novamente atendendo a interesses eleitoreiros de seu partido, Haddad decidiu manter a tarifa em R\$ 3,00 neste ano. O temor das ruas definitivamente está ditando a administração municipal.

No Rio, o governador Sérgio Cabral também cedeu e cancelou o aumento das tarifas de trens e do metrô, depois de violentas manifestações. Na capital fluminense, o prefeito Eduardo Paes anunciou um reajuste de 9% nas passagens, e o resultado foi mais um protesto que, como tem sido habitual, se transformou em batalha campal no centro da cidade. Está claro, assim, que o monstro criado e alimentado pela ausência de governantes responsáveis está mais forte do que nunca.

Título	Uma aposta duvidosa
Data	09/08/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130809-43760-nac-3-edi-a3-not

Uma aposta duvidosa

Que a prioridade na capital paulista – a exemplo do que se passa nas grandes cidades dos países desenvolvidos – deve ser o transporte coletivo, não se discute. Mas há maneiras e maneiras de fazer isso. Na ânsia de conseguir resultados rápidos, talvez de olho no calendário eleitoral, o prefeito Fernando Haddad vem apostando numa medida – a implantação de faixas exclusivas para ônibus – que está longe de poder dar o retorno desejado. Pior do que isso, ela corre o risco de complicar ainda mais o trânsito.

Os planos do atual governo nesse setor incluem a construção de 150 km de corredores e de 220 km de faixas exclusivas. Os corredores são caros e de construção mais demorada, porque, entre outras obras, exigem pista especial, mais resistente para suportar o transporte pesado, instalações para embarque e desembarque e espaço para ultrapassagem dos ônibus. E têm a vantagem de, implantados à direita, não atrapalharem a conversão dos outros veículos nos cruzamentos. Por tudo isso, sua conclusão está prevista só para o final dessa administração.

Para implantar as faixas, não é preciso muito mais do que sinalização pintada no asfalto. Mas essa simplicidade e esse baixo custo não as transformam numa panácia, capaz de produzir resultados extraordinários num passe de mágica.

Se fosse assim, sua adoção há muito teria sido universalizada. Por isso, ao apostar alto nas faixas, a Prefeitura está criando falsas expectativas que têm tudo para, muito em breve, redundar em frustrações.

As faixas implantadas nas Avenidas Paulista e 23 de Maio e nas Marginais do Tietê e do Pinheiros são exemplos de alguns dos principais inconvenientes dessa aposta duvidosa. Na Paulista, tomar um táxi se tornou quase impossível, porque praticamente não existe mais espaço onde eles possam pegar e deixar passageiros. Para os que usam carro, o risco é muito grande de serem multados ao fazer a conversão nos cruzamentos, quando é obrigatório atravessar a faixa. Isso vale para todas as outras faixas.

Nas Marginais e em especial na 23 de Maio, as faixas estão subutilizadas. Nesta última, fotos publicadas nos jornais mostraram a faixa quase vazia, com pouquíssimos ônibus. Ou seja, restringiu-se ainda o espaço para os demais veículos, que já era insuficiente, para um resultado pífio. Pelo menos até agora. De que adianta tornar possível aos ônibus desenvolver uma velocidade maior nas faixas, se pouco aproveitam essa vantagem? Para aproveitá-la é preciso reordenar as linhas de ônibus, para adaptá-las às novas realidades da cidade e às necessidades dos usuários. E esse reordenamento deveria, portanto, preceder a implantação tanto das faixas como dos

corredores.

Em entrevista à TV Globo, dias atrás, o secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto, reconheceu que um dos grandes desafios da sua administração é “reorganizar o sistema de transporte”, porque “tem lugares que faltam ônibus e lugares que têm ônibus sobrando”. O desafio é realmente grande, porque reordenar as linhas – algo há muito prometido e esperado – não interessa às poderosas empresas de ônibus, que ganham muito bem com as coisas como elas estão hoje. E por isso elas têm conseguido impedir essa medida, embora ela seja fundamental para melhorar o serviço.

Enquanto essa melhora – que, além da maior velocidade, possibilitada por corredores e faixas, inclui também respeito aos horários e conforto – não ocorrer, os paulistanos que usam carro para seus deslocamentos não vão migrar para o serviço de ônibus. Para isso não basta só a torcida e as declarações otimistas de Tatto.

Outro problema das faixas ao qual os paulistanos precisam estar atentos é a fragilidade do seu piso, despreparado para o uso contínuo por veículos pesados como os ônibus. Se mesmo o piso reforçado dos corredores precisa ser periodicamente refeito, imagine-se em que estado estará em breve o das faixas.

Em resumo, tal como se apresenta hoje, a aposta do atual governo nas faixas de ônibus não deve levar a grande coisa.

Título	A cidade merece mais respeito
Data	23/07/2015
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150723-44473-nac-3-edi-a3- not

A cidade merece mais respeito

Em sua obstinada batalha contra os carros, a atual administração municipal parece não se dar conta de que ela está, na verdade, agredindo o cidadão paulistano. A cada dia que passa, aumenta o desafio de quem pretende deslocar-se pela cidade de São Paulo. A última novidade da Prefeitura é a redução dos limites nas Marginais do Pinheiros e do Tietê.

Desde 20 de julho, os novos limites estabelecidos pela Prefeitura são de 70 km/h nas vias expressas, 60 km/h nas faixas centrais e 50 km/h nas faixas locais. A medida reduziria o número de vítimas no trânsito da cidade. Sem dúvida, as estatísticas de acidentes e mortes no trânsito são assustadoras e exigem uma diligente atuação do setor público. O que se questiona é se o meio mais eficaz para diminuir os acidentes é a simples redução dos limites de velocidade.

Não se pode brincar com o trânsito de São Paulo, como se a meta da atual administração municipal fosse bater o recorde de inovações. São Paulo é uma cidade muito complexa para atuações amadoras ou, ao menos, pouco transparentes.

Ao serem questionados sobre suas polêmicas medidas, o prefeito Fernando Haddad (PT-SP) e seus companheiros justificam as inovações com base em "estudos técnicos". No entanto, tais estudos nunca são apresentados, o que gera

razoável dúvida quanto à existência deles. Se realmente foram feitos, por que não mostrá-los? Por que tratar o cidadão paulistano com esse desleixo, exigindo-lhe confiança cega numa administração que se esforça por não transmitir nenhuma confiança e que se habituou a tomar decisões polêmicas sem demonstrar tecnicamente sua viabilidade?

Outra praxe do governo Fernando Haddad é justificar as ações municipais citando cidades europeias ou americanas que adotam procedimentos similares. Com seu tamanho e sua complexidade, a cidade de São Paulo exige mais do que a mera importação de políticas públicas "inovadoras". Antes de implantar novidades, é preciso que elas passem pelo cadinho da realidade local, com os necessários estudos prévios.

A situação chegou a tal ponto que o Ministério Público Estadual (MPÉ) abriu um inquérito sobre a redução dos limites de velocidade nas marginais. Na portaria que deu início à investigação, o MPÉ aciona a Secretaria Municipal de Transportes, "solicitando estudos prévios realizados para a fixação da velocidade máxima adequada nas referidas vias". É este o moderno governo Fernando Haddad - para ter acesso à informação, faz-se necessária uma atuação do Ministério Público para que a Prefeitura apresente os alegados estudos.

Conforme revelado pelo Estado, a seção São Paulo da Or-

dem dos Advogados do Brasil (OAB) também questiona os novos limites de velocidade e pretende entrar na Justiça com uma ação civil pública para cassar a norma editada pela Prefeitura. "Vamos entrar com uma ação civil pública pela falta de proporcionalidade da redução", afirmou Maurício Januzzi, presidente da Comissão de Trânsito da OAB.

Não se descarta a possibilidade de que a redução dos limites de velocidade nas marginais traga benefícios ao trânsito. Mas por que atuar com esse desprezo pelo cidadão, dando um ar de mistério aos tais "estudos técnicos"? Ao não informar corretamente o cidadão paulistano, os atuais gestores parecem considerar-se uns "iluminados", capazes de vislumbrar soluções mágicas, inacessíveis aos olhos dos reles mortais - e que, portanto, nem valeria a pena gastar tempo explicando-lhes.

Fernando Haddad - em entrevista à *Rádio Estadão* - admitiu que os novos limites de velocidade são experimentais e poderão ser revistos. "É bastante lógico pelo menos experimentar, verificar como, pela redução de velocidade máxima, se consegue uma velocidade média maior", afirmou o prefeito.

Mais lógico seria que São Paulo fosse gerida com competência e seriedade, e não como um campo para experiências - o que é incompatível com o respeito que o cidadão paulistano merece. Afinal, ninguém gosta de ser cobaia.

Título	Demagogia contra os carros
Data	15/06/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina#!/20140615-44070-nac-3-edi-a3- not

Demagogia contra os carros

O prefeito Fernando Haddad, em dupla com seu secretário de Transportes, Jilmar Tatto, acaba de dar mais uma demonstração de que elegeu o carro como bode expiatório de sua incapacidade de tomar as medidas que se impõem para melhorar o transporte coletivo da cidade – no seu caso, o serviço de ônibus. Depois do engodo das faixas exclusivas – que acaba de ser comprovado por dados da SPTrans sobre o pífio aumento de 1 km/h na velocidade média dos ônibus que por elas circulam –, a Prefeitura acaba de anunciar a construção de 400 km de cicloviárias, que acarretarão a supressão, segundo Tatto, de 30 mil a 40 mil vagas de estacionamento.

Quando as faixas começaram a ser implantadas, reduzindo o espaço dos carros, o governo municipal mandou um recado aos descontentes – que passassem a utilizar ônibus, pois sua velocidade iria aumentar e torná-los mais atraentes. Haddad e Tatto não perdiam ocasião de fustigar os donos dos carros – como se estivessem descobrindo a pólvora – que a prioridade é o transporte coletivo. Os descontentes que se adaptassem. Vão certamente fazer a mesma coisa com os 400 km de cicloviárias anunciados e suas consequências.

Sua construção deverá estar concluída até o fim de 2016, coincidindo com o término do mandato de Haddad. Um proje-

to-piloto, de 1,6 km, está sendo construído entre o Largo do Paçandu e a Estação Júlio Prestes, na região central. Vias importantes como a Avenida Paulista – no canteiro central – e as Ruas Vergueiro e Domingos de Moraes estão entre as que receberão as cicloviárias.

“Vamos tirar vagas dos carros para uma ocupação do espaço público pelas bicicletas. É evidente que há sempre o conflito com o estacionamento do carro. Talvez por isso até hoje não foram implementadas cicloviárias na cidade”, afirmou Tatto. Está implícito aí que os governos anteriores – o de Marta Suplicy também, do qual ele participou? – não tiveram como o atual a clarividência de perceber a importância das cicloviárias para o correto aproveitamento do espaço público e a determinação para dar consequência prática a isso.

Além de terem sido agraciados pela rara capacidade de tratar mais adequadamente que os outros administradores o espaço público e pelo privilégio de fazer “descobertas” importantes, como a de que o transporte coletivo deve ter prioridade numa cidade como São Paulo, Haddad e Tatto demonstram ainda possuir agudo senso prático, que lhes permite escolher soluções ao mesmo tempo baratas e de grande alcance.

Para que esperar a conclusão dos 150 km de corredores projetados até 2016, cujo custo médio é estimado em R\$ 29 milhões por quilômetro, se as faixas são muito mais baratas –

R\$ 50 mil por quilômetro? Em um ano, inundou-se a cidade de faixas – 300 km, quando a previsão era de 150 km até o fim do governo. Com as cicloviárias não será diferente – a R\$ 200 mil por quilômetro, elas sairão por R\$ 80 milhões.

Por um preço relativamente baixo, o atual governo mexe na estrutura viária da cidade de forma improvisada, sem planejamento e com muita demagogia. Uma irresponsabilidade. Consertar tudo isso não será fácil nem barato. Supondo, só para argumentar, que as cicloviárias anunciadas fossem necessárias – o que é no mínimo duvidoso –, onde estão os estudos técnicos consistentes que as justificariam? Ou Haddad pensa construir 400 km delas, assim, sem dar maior satisfação ao distinto público, eliminando 40 mil vagas de estacionamento, numa cidade que carece delas?

Tanto a cidade carece que o próprio Haddad abriu licitação para a construção de três garagens subterrâneas, no Mercado Municipal e nas Praças Fernando Costa e Roosevelt.

É fácil encher o peito e, demagogicamente, iniciar uma cruzada contra os carros. Difícil é responder o que se fará com os milhões de pessoas que os utilizam diariamente – estima-se que os carros são responsáveis por um terço dos deslocamentos. Proclamar a prioridade ao transporte coletivo – que ninguém contesta – não basta. É preciso melhorá-lo de fato, para servir de alternativa aos carros.

Título	Ônibus ainda mais lotados
Data	20/05/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130520-43679-nac-3-edi_a3-not

Ônibus ainda mais lotados

Se os paulistanos tinham esperança de que a Prefeitura aproveitaria os novos contratos a serem negociados com as empresas de ônibus da capital – os atuais vencem em julho – para tentar melhorar esse serviço, hoje de péssima qualidade, vão ficar decepcionados. Decreto baixado pelo prefeito Fernando Haddad, que traça as regras para a licitação do serviço, permite um aumento – isso mesmo – da lotação dos ônibus, quando o que se esperava era exatamente o contrário. Para atenuar o impacto dessa má notícia – verdadeira ducha de água fria para os milhões de passageiros que utilizam esse meio de transporte –, a Prefeitura promete um desafogo dos ônibus nos próximos anos. Acredite quem quiser. Depois dessa medida infeliz, a imensa maioria tem bons motivos para apostar no pior.

Seis tipos de ônibus operam na cidade, classificados de acordo com seus tamanhos – mini, midi, básico, padrão, articulado e biarticulado. Com exceção dos minis, todos poderão transportar até seis passageiros em pé por metro quadrado, que é o limite aceitável pela legislação brasileira. O limite para os minis é de quatro passageiros. Embora esses limites signifiquem ônibus lotados, a Prefeitura pode alegar que está dentro da lei – mas os passageiros têm todo o direito de querer coisa melhor.

O problema é que foi eleva-

do o número total de passageiros que podem ser transportados, sem que as dimensões exigidas da maioria dos veículos tenham sido aumentadas na mesma proporção. Segundo as normas da São Paulo Transportes (SPTrans), empresa que gerencia o serviço de ônibus, os veículos do tipo básico podem levar até 65 passageiros – sentados, em pé ou em cadeira de rodas. Esse número subiu para 75, embora o comprimento do ônibus tenha tido um aumento irrelevante – de 12,2 m para 12,5 m. A capacidade exigida dos articulados passou de 100 para 111 a 171 passageiros, de acordo com seu tamanho, que antes era de 18,8 m e agora pode chegar a 23 m. A capacidade dos biarticulados subiu de 160 para 198, mas seu comprimento máximo continua sendo 27 m.

Isso quer dizer que, na prática, a lotação máxima por metro quadrado pode ultrapassar o limite fixado. Mas, mesmo que isso não ocorra num ou noutro caso, o importante é que a Prefeitura acaba de permitir que os ônibus da capital circulem ainda mais cheios e, em consequência, que aumente o desconforto dos passageiros.

Em outras palavras, que a qualidade do serviço diminua. Como diz com muita propriedade o especialista em transporte Horácio Figueira, “aceitar que o ônibus ande mais lotado degrada o sistema e convida as pessoas a comprarem motos ou automóveis”.

Em nota oficial, a Secretaria Municipal de Transportes afir-

ma que, “atualmente, nos horários de pico, essa realidade (o número máximo de passageiros tolerado) está chegando a até oito usuários por metro quadrado em algumas linhas”. Para enfrentar essa situação, em vez de aumentar o número de ônibus, preferiu-se aumentar o de passageiros por veículo. É claro que no primeiro caso haveria aumento de despesas para as empresas. Mas não seria esse momento – o da negociação de novos contratos – o ideal para exigir delas investimentos para a melhoria do serviço?

A possível alegação de que a estrutura viária da capital não suporta mais ônibus, o que aumentaria a lentidão do trânsito, não leva em consideração que um serviço melhor é a única maneira de estimular muitos paulistanos a trocar o carro pelo transporte coletivo. É certamente com base nesse argumento enganoso que a Prefeitura sustenta que a construção de 150 quilômetros de corredores de ônibus (a ser concluída em 2016), “aliada ao reordenamento do sistema e à utilização de recursos tecnológicos para o controle da circulação” desses veículos, “deverá contribuir para a efetiva diminuição” da sua superlotação.

Essas são, de fato, obras e medidas importantes, mas elas podem e devem conviver com outras capazes de melhorar, desde já, o serviço de ônibus. Mas isso exige coragem para contrariar os interesses das poderosas empresas do setor.

Título	Solução enganadora
Data	28/07/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130728-43748-nac-3-edi- a3-not

Solução enganadora

As dificuldades que os paulistanos enfrentam para se deslocar são cada vez maiores. Os congestionamentos continuam a aumentar – porque o crescimento do sistema viário não acompanha o da frota de veículos –, o que prejudica tanto o transporte coletivo como o individual; o sistema metroferroviário, embora rápido, está superlotado, funcionando no limite de sua capacidade; e o serviço de ônibus combina lentidão e superlotação. Como a expansão do Metrô exige tempo, a curto prazo só se pode fazer alguma coisa para melhorar o trânsito e o sistema de ônibus, o que cabe à Prefeitura.

Fernando Haddad assumiu a Prefeitura prometendo dar prioridade ao transporte coletivo, em especial com a implantação de corredores e faixas exclusivas para ônibus, para que possam circular a uma velocidade maior.

Surpreendido pelas manifestações de junho, que tiveram como um de seus pontos principais justamente a melhoria do transporte público, Haddad resolveu não só apressar a criação das faixas, como aumentar sua extensão.

Essa opção é facilmente explicável. Os corredores são eficazes quando construídos à esquerda das vias – não atrapalham nos cruzamentos a manobra dos veículos que circulam nas outras faixas e, para garantir maior fluidez, devem tam-

bém ter pontos para ultrapassagem dos ônibus. Mas eles são caros e sua construção é demorada. Por isso, os 150 km prometidos só deverão ficar prontos em 2016. Já a criação das faixas, que exige basicamente a sua delimitação por meio de sinalização pintada no asfalto, é rápida e mais barata.

Os 150 km de faixas previstos inicialmente aumentaram para 220 km e já começaram a ser implantados, em vias importantes como Marginal do Pinheiros e Avenidas Paulista e Doutor Arnaldo. Mas, ao contrário do que sugerem a pressa e o otimismo do prefeito com seus resultados, as faixas não são nenhuma solução milagrosa. Se fossem, já teriam sido adotadas em toda a cidade.

Os corredores e as faixas levantam alguns problemas, aos quais tanto as autoridades como a população precisam ficar atentas. Um deles é a necessidade de fiscalização rigorosa para evitar que seus espaços sejam invadidos por outros veículos. As faixas são mais vulneráveis a esse risco, o que levou a Prefeitura a destacar um bom número de fiscais para as que acabam de ser criadas. Estima-se que a Avenida Paulista, por exemplo, conte hoje com um fiscal a cada 300 metros.

Como os outros corredores e faixas, criados há bastante tempo, nunca contaram com fiscalização desse tipo – pela simples e boa razão de que não há agentes em número suficiente –, é quase impossível que essa intensa vigilância pos-

sa ser mantida. Não se aumenta o quadro de fiscais num passe de mágica. Infelizmente, tudo parece indicar que tanto a pressa na implantação das faixas como a rigorosa fiscalização sejam mais uma manobra de propaganda – uma jogada de marketing – do que algo sério e consistente.

Outro problema diz respeito à viabilidade de implantar corredores e faixas como uma medida isolada. Ao destinar uma área exclusivamente para os ônibus, fica ainda mais reduzido o espaço, que já era insuficiente, para os demais veículos. Como a frota destes não para de crescer, e rapidamente, a consequência dessa combinação de mais carros, caminhões e motos e menos espaço para sua circulação só pode ser o aumento dos congestionamentos, que já são enormes.

Isso só não aconteceria se, ao mesmo tempo, fossem adotadas medidas capazes de melhorar de tal maneira o transporte coletivo que certamente muitos paulistanos prefeririam deixar seus carros nas garagens. Só o aumento da velocidade dos ônibus nos corredores e faixas – supondo que ele ocorra e seja significativo – não basta, como pretende a Prefeitura, para produzir esse efeito. É preciso também, por exemplo, diminuir a superlotação, garantir respeito aos horários e rever os itinerários dos ônibus de forma a atender às necessidades dos novos possíveis usuários. O que está sendo feito para isso?

Título	Táxis, corredores e faixas
Data	21/03/2014
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140321-43984-nac-3-edi- a3-not/

Táxis, corredores e faixas

A decisão da Prefeitura que restringiu a circulação de táxis nos corredores de ônibus traz a marca da improvisação que caracteriza tantos atos do atual governo municipal, em especial os relativos ao transporte. Um sinal claro disso foi a tentativa de compensar os transtornos causados aos taxistas e aos passageiros com a liberação da circulação em algumas das faixas exclusivas implantadas atabalhoadamente. A forma e o momento em que essas medidas foram tomadas, assim como as justificativas apresentadas, mostram a ligeireza e a pouca seriedade com que assuntos de grande interesse para a população vêm sendo tratados.

De segunda a sexta-feira, os táxis não mais poderão utilizar os corredores nos horários de pico. No restante do dia e da noite poderão fazê-lo desde que estejam com passageiros, como estabelecia a regra anterior. Os taxistas, como já era previsto – e certamente com o apoio dos seus clientes –, criticaram a medida tão logo ela começou a vigorar, na segunda-feira. Descontentamento que deve aumentar, quando as multas pela desobediência às novas normas começarem a ser aplicadas no dia 14 de abril. As entidades que representam os taxistas anunciaram que vão pedir ao prefeito Fernando Haddad que reveja sua decisão e não descartam a possibilidade de promover uma paralisa-

ção do serviço que prestam.

A mudança resultou da pressão exercida pelo Ministério Público Estadual (MPE), à qual Haddad não teve dificuldade de ceder, porque ela está de acordo com a sua defesa da prioridade do transporte coletivo – demagógica, porque feita de olho nas eleições e com medidas apressadas e de eficácia duvidosa. O promotor Maurício Ribeiro Lopes, da Promotoria de Habitação e Urbanismo, pediu um estudo à Prefeitura para esclarecer se os táxis prejudicam – e em que medida – o desempenho dos ônibus nos corredores. A conclusão foi de que os ônibus seriam 20% mais velozes, se os táxis saíssem dos corredores.

É preciso divulgar esse estudo – não apenas sua conclusão – para que a população saiba se suas bases são realmente sólidas. Ela tem o direito de conhecê-lo, porque contraria o bom senso mais elementar que os táxis possam atrapalhar tanto os ônibus. Como, se eles são mais velozes e ágeis? Outro dado importante a ser considerado é a interferência – mais uma – do MPE em assuntos da administração pública. Como não há nesse caso nenhuma lei sendo contrariada, a sua intervenção não se justifica.

Já é mais do que tempo de levantar a questão dos limites da ação do MPE, em vista de uma interpretação muito larga de seus poderes, que permite a alguns de seus integrantes se arrogar o direito de interferir em assuntos que são da alçada de

governantes eleitos. Hoje, Haddad aceita essa interferência, porque ela corresponde a seus interesses, esquecido de que amanhã ela pode contrariá-los.

Outro elemento que deixa mal a Prefeitura é o “jeitinho” encontrado para acalmar – inutilmente, ao que parece – os taxistas e os passageiros. Como uma espécie de prêmio de consolação, eles terão o direito de circular com passageiros por algumas faixas exclusivas, como as do Corredor Norte-Sul e das Avenidas Corifeu de Azevedo Marques, Indianópolis e Sumaré. Quer dizer que eles prejudicam os ônibus nos corredores, mas não nas faixas, embora ambos tenham a mesma vocação e a mesma finalidade?

A explicação do secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto, é um primor. Aquelas faixas, diz ele, “puderam ser liberadas, porque o fluxo de ônibus ali é menor do que nos corredores”. Se é assim, por que isso não foi feito antes? O caso reforça ainda mais a impressão de que a atual administração trata questões importantes com uma ligeireza inaceitável, que leva em conta, antes de mais nada, seus interesses políticos e eleitorais. Em outras palavras, joga para a plateia, indiferente aos verdadeiros interesses da população.

Para ela, se essa medida pode causar boa impressão passageira, porque favorecerá – o que não é verdade – o transporte coletivo, embora prejudique milhares de paulistanos que usam táxi, tudo bem.

Título	O triste recorde das multas
Data	13/01/2013
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130113-43552-nac-3-edi-a3-not

O triste recorde das multas

A arrecadação com multas de trânsito na capital paulista deve bater um novo recorde, de acordo com o que prevê o orçamento para 2013, aprovado no final do ano passado - R\$ 925 milhões. Previsão que certamente será confirmada, porque, se há um setor da administração municipal que funciona de forma impecável, é o da fiscalização de trânsito, quando se trata da aplicação de multas. Ele é tão eficiente, que a única possibilidade de erro é para mais. Um exemplo disso foi a previsão de arrecadação feita para 2011, de R\$ 638 milhões, que acabou atingindo R\$ 747 milhões. Em relação a 2012, quando as multas renderam R\$ 832 milhões aos cofres municipais, o aumento previsto para 2013 será de 11,2%, equivalentes a R\$ 93 milhões.

Não há nada a comemorar, ao contrário. Trata-se de um triste recorde, que é uma clara indicação de que a multa vem perdendo sua função educativa e se transformando em mero instrumento de aumento de arrecadação. Se ela servisse - como deveria - para educar, a sua arrecadação seria declinante. É justamente o contrário que está acontecendo há muito tempo. Ela saltou de R\$ 328 milhões em 2004 para R\$ 350 milhões em 2005; de R\$ 391 milhões em 2006 para R\$ 391,8 milhões em 2007. Depois de uma pequena baixa em 2008 - a exceção que confirma a re-

gra -, quando ficou em R\$ 386 milhões, voltou a aumentar: R\$ 473 milhões em 2009, R\$ 532 milhões em 2010, R\$ 747 milhões em 2011, R\$ 832 milhões em 2012, para chegar a R\$ 925 milhões neste ano e, ao que tudo indica, continuar a crescer em 2014. Em apenas quatro anos, entre 2008 e 2012, a arrecadação mais do que dobrou, o que mostra como é acelerado o ritmo em que está aumentando.

A dinheirama das multas virou receita orçamentária corrente, e de peso, porque provavelmente no ano que vem chegará a R\$ 1 bilhão. Lucrar com o aumento constante das infrações de trânsito não faz o menor sentido, do ponto de vista dos bons procedimentos administrativos. É uma anomalia. Até porque, de uns tempos para cá, é possível que os governantes e seus auxiliares tenham passado a torcer para que as infrações - apesar do risco que representam para os acidentes, sobretudo as referentes a excesso de velocidade - continuem a se multiplicar para que a sua punição abasteça os cofres municipais. Por que não? Essa cobiça, mesmo com um toque macabro, é uma fraqueza humana da qual eles não estão livres.

A única forma de escapar dessa armadilha é mudar radicalmente de comportamento e passar a lutar pela redução das multas e de sua arrecadação. Não se trata, é claro, de fazer vista grossa para as infrações. É preciso continuar a punir

com rigor os infratores, mas ao mesmo tempo tomar as medidas necessárias para melhorar tanto a sua educação como a segurança do trânsito. Recursos não faltam, porque é para isso que, de acordo com a lei, servem os milhões das multas. Estabelece o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro que "a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito". Com a ressalva de que 5% daquela receita deve ir para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

Esse preceito legal nunca foi inteiramente respeitado. Em São Paulo, para que o dinheiro passasse a ter a destinação específica e correta, em vez de ir para a caixa comum, foi aprovada em 2008, durante o governo de Gilberto Kassab, lei que criou o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito. Apesar de ter incluído - indevida e espertamente - entre as destinações do dinheiro a renovação da frota da CET, esse Fundo é um progresso. Resta fazê-lo cumprir integralmente suas funções, o que ainda não aconteceu, passados quatro anos. A começar pelas campanhas para educar os motoristas, que para produzir os efeitos desejados devem ser permanentes e não esporádicas, como acontece. Elas são eficazes em outros países e não há razão para não serem aqui também. Eis aí um desafio para o prefeito Fernando Haddad.

Título	A novela da inspeção veicular
Data	25/02/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130225-43595-nac-3-edi-a3-not

A novela da inspeção veicular

Quando o prefeito Fernando Haddad tenta mudar as regras da inspeção veicular ambiental, ele se complica. Acerta apenas quando recua de suas infelizes promessas de campanha e respeita e preserva o que já vem sendo feito. O envio à Câmara Municipal de projeto de lei sobre a matéria e a tentativa de envolver o governo do Estado na questão deixam isso mais uma vez evidente. A cidade e o próprio prefeito sairiam ganhando se ele deixasse de lado essa teimosia e cuidasse tão somente de aperfeiçoar a inspeção. O fato de ela ter sido iniciada no governo passado não deve, por si só, torná-la objeto de tanta má vontade. Afinal, isto não a impediu de obter o apoio de ambientalistas de várias colorações.

O projeto autoriza a devolução aos proprietários de veículos que passaram pela inspeção da taxa de R\$ 47,44 que pagaram por ela. O cumprimento dessa que foi uma das principais promessas de Haddad custará à Prefeitura cerca de R\$ 180 milhões, que poderiam ter melhor destinação. Quem for reprovado não terá direito à devolução. O mesmo acontecerá com quem tem débitos com a Prefeitura. Neste caso – não custa lembrar –, Haddad segue princípio estabelecido em 2009 por Kassab. Proprietário com licenciamento e IPVA atrasados, multa de trânsito não paga e nome na dívida ativa não recebia a taxa de volta.

Em relação a dois pontos importantes – as promessas de tornar a inspeção obrigatória só a cada dois anos (atualmente ela é anual) e apenas para veículos com cinco anos ou mais de fabricação – o prefeito voltou atrás. Fez um barulho inútil em torno dessas questões e acabou cedendo à pressão dos ambientalistas.

O momento de sensatez que o levou a esse recuo não durou o suficiente para impedi-lo de propor uma medida polêmica – obrigar proprietários de veículos de outras cidades que circulam pela capital mais de 120 dias por ano a submetê-los à inspeção ambiental e pagar a respectiva taxa, sem reembolso. O caso desses veículos parece ter virado uma ideia fixa do prefeito e seus auxiliares, que elaboraram complicadas explicações para justificar a adoção da medida, a ser implementada no próximo ano.

“Nosso objetivo é estancar a sangria de R\$ 1 bilhão em perdas, por causa do IPVA de pessoas que moram aqui e passaram a licenciar os carros fora, para escapar da inspeção. Isso está criando um desequilíbrio econômico na cidade”, afirma o prefeito. Onde estão os estudos que mostram a existência dessa “sangria” e desse “desequilíbrio” e que dão motivos a Haddad para empregar um tom alarmista como esse para tratar do problema?

É preciso divulgar tais estudos, porque não parece razoável que proprietários em número suficiente para acarretar

prejuízo de R\$ 1 bilhão tenham se dado ao trabalho de licenciar seus carros em cidades vizinhas. Outro ponto controvertido dessa proposta refere-se à forma de identificar esses veículos. Segundo o prefeito, isto será feito pelos radares que flagram os motoristas que desrespeitam o rodízio. O mínimo que se pode dizer é que não será nem um pouco fácil montar a operação para detectar tais veículos, contar quantos dias cada um circula pela cidade e depois localizar e intimar seus proprietários a fazer a inspeção.

O próprio prefeito não parece tão seguro assim da viabilidade de tal operação. É o que se pode deduzir de sua decisão de buscar o apoio do governador Geraldo Alckmin para a aprovação de lei que torne obrigatória a inspeção em todo o Estado, ou pelo menos na região metropolitana. Isso resolveria de forma simples o problema dos que fogem da inspeção na capital.

Alckmin, como era de prever, disse achar a ideia correta, pois “o veículo de fora que passa quase meio ano aqui é um veículo praticamente de São Paulo”. Lembrou que há na Assembleia Legislativa projeto de lei em tramitação desde 2009 que trata desse assunto. Provavelmente ele vai continuar tramitando no mesmo ritmo. Como Alckmin não deve ter razões para ajudar Haddad a sair da encrência em que se meteu, o melhor que o prefeito tem a fazer é deixar de ter ideias originais sobre a inspeção.

Título	O plano de metas de Haddad
Data	31/03/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130331-43629-nac-3-edi- a3-not

O plano de metas de Haddad

Todo mundo sabe que, infelizmente, não se deve tomar ao pé da letra as promessas de campanha e os programas de governo, aos quais se acrescenta – no caso da capital paulista – o plano de metas, tornado obrigatório pela Lei Orgânica do Município, em 2008. É assim em toda parte, em maior ou menor grau. Mas o que acaba de fazer o prefeito Fernando Haddad vai além do que se poderia chamar de razoável. E não tanto pelo tamanho do recuo em relação ao prometido, mas pelas manobras feitas de caso pensado para evitar cobranças futuras.

O plano de metas de Haddad fica aquém do que ele disse que faria durante a campanha eleitoral. O que já era esperado, tendo em vista a necessidade de adaptar o devaneio das propostas feitas no calor da hora à dura realidade orçamentária. Não há no plano, por exemplo, o compromisso de realizar obras ou adotar medidas para ajudar na ampliação da rede do metrô – bancada pelo governo do Estado –, revitalizar a região central da cidade e reduzir o tempo de espera nos postos de saúde, como mostra reportagem do **Estado**.

Mas nem por isso o plano deixa de ser ambicioso. Com custo estimado de R\$ 23 bilhões, ele estabelece 100 metas, que preveem mais de 850 obras em áreas consideradas prioritárias como educação, saúde, moradia e mobilidade. Antes de mais nada – e esse é um ponto

decisivo – é preciso deixar claro que a Prefeitura só dispõe de pouco mais da metade – R\$ 12 bilhões – dos recursos previstos para implementá-lo, como admitiu o próprio Haddad aos vereadores. O restante depende de acordos e parcerias com os governos federal e estadual. Quanto ao mais, se não há reparo a fazer às prioridades – que grosso modo são as mesmas que qualquer governante sensato, não importa de que partido, escolheria –, o mesmo não se pode dizer de dois outros pontos do plano.

O primeiro é a tentativa de engordar as metas, entre elas incluindo procedimentos meramente administrativos e burocráticos, como a criação de novas Secretarias municipais e a revisão do Plano Diretor da cidade, de custo baixo. Não faz o menor sentido colocar tudo isso no mesmo plano em que estão a construção de 150 quilômetros de corredores de ônibus e a melhoria do sistema viário, para citar apenas dois exemplos, obras estas de custo elevado. São coisas importantes – e, portanto, devem ser mesmo feitas –, mas diferentes, que parecem ter sido misturadas apenas para dar a impressão de que o plano de metas tem uma dimensão maior do que a real.

O segundo ponto é a adoção de critérios para a avaliação das obras prometidas, de forma a evitar cobranças com relação ao cumprimento integral das metas. Em várias metas do plano são detalhadas cada uma das etapas necessárias à execução

das obras. Um exemplo é a meta 74, que estabelece “projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de corredores de ônibus”. Isso permite considerar um avanço o cumprimento de cada uma dessas etapas e não apenas a conclusão integral da obra. Com isso, o governo pretende dizer que cumpriu a maior parte de sua promessa, se 75 km de corredores forem entregues, outros 30 km estiverem em execução e o restante aprovado e licenciado.

Na verdade tudo isso é muito barulho – ou esperteza – para nada, porque repete de outra maneira, com outras palavras, o que fez o ex-prefeito Gilberto Kassab. Em 2009, seu plano definiu 223 metas. Estava evidente, desde o início, que era impossível atingir todas elas integralmente. Ao fim de seu mandato, só 55,1% de seu plano havia sido cumprido. Isto não o impediu de dizer que o plano teve 81% de “eficiência”. Pelo visto, considerando o cumprimento integral de algumas metas de seu plano e o parcial de outras, o prefeito Haddad não fará coisa muito diferente de Kassab, ao final de seu mandato.

Nada disso quer dizer que Haddad vai fazer bom ou mau governo. Apenas que não precisa desse tipo de expediente. Ele está só começando e todas as possibilidades lhe estão abertas. Mas, se quer vencer, deve enfrentar com realismo os graves problemas da cidade, que dispensam esses artificios, uma pura perda de tempo e energia.

Título	Ônibus ainda mais lotados
Data	20/05/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130520-43679-nac-3-edi- a3-not

Ônibus ainda mais lotados

Se os paulistanos tinham esperança de que a Prefeitura aproveitaria os novos contratos a serem negociados com as empresas de ônibus da capital – os atuais vencem em julho – para tentar melhorar esse serviço, hoje de péssima qualidade, vão ficar decepcionados. Decreto baixado pelo prefeito Fernando Haddad, que traça as regras para a licitação do serviço, permite um aumento – isso mesmo – da lotação dos ônibus, quando o que se esperava era exatamente o contrário. Para atenuar o impacto dessa má notícia – verdadeira ducha de água fria para os milhões de passageiros que utilizam esse meio de transporte –, a Prefeitura promete um desafogo dos ônibus nos próximos anos. Acredite quem quiser. Depois dessa medida infeliz, a imensa maioria tem bons motivos para apostar no pior.

Seis tipos de ônibus operam na cidade, classificados de acordo com seus tamanhos – mini, midi, básico, padrão, articulado e biarticulado. Com exceção dos minis, todos poderão transportar até seis passageiros em pé por metro quadrado, que é o limite aceitável pela legislação brasileira. O limite para os minis é de quatro passageiros. Embora esses limites signifiquem ônibus lotados, a Prefeitura pode alegar que está dentro da lei – mas os passageiros têm todo o direito de querer coisa melhor.

O problema é que foi eleva-

do o número total de passageiros que podem ser transportados, sem que as dimensões exigidas da maioria dos veículos tenham sido aumentadas na mesma proporção. Segundo as normas da São Paulo Transportes (SPTrans), empresa que gerencia o serviço de ônibus, os veículos do tipo básico podem levar até 65 passageiros – sentados, em pé ou em cadeira de rodas. Esse número subiu para 75, embora o comprimento do ônibus tenha tido um aumento irrelevante – de 12,2 m para 12,5 m. A capacidade exigida dos articulados passou de 100 para 111 a 171 passageiros, de acordo com seu tamanho, que antes era de 18,8 m e agora pode chegar a 23 m. A capacidade dos biarticulados subiu de 160 para 198, mas seu comprimento máximo continua sendo 27 m.

Isso quer dizer que, na prática, a lotação máxima por metro quadrado pode ultrapassar o limite fixado. Mas, mesmo que isso não ocorra num ou noutro caso, o importante é que a Prefeitura acaba de permitir que os ônibus da capital circulem ainda mais cheios e, em consequência, que aumente o desconforto dos passageiros.

Em outras palavras, que a qualidade do serviço diminua. Como diz com muita propriedade o especialista em transporte Horácio Figueira, “aceitar que o ônibus ande mais lotado degrada o sistema e convida as pessoas a comprarem motos ou automóveis”.

Em nota oficial, a Secretaria Municipal de Transportes afir-

ma que, “atualmente, nos horários de pico, essa realidade (o número máximo de passageiros tolerado) está chegando a até oito usuários por metro quadrado em algumas linhas”. Para enfrentar essa situação, em vez de aumentar o número de ônibus, preferiu-se aumentar o de passageiros por veículo. É claro que no primeiro caso haveria aumento de despesas para as empresas. Mas não seria esse momento – o da negociação de novos contratos – o ideal para exigir delas investimentos para a melhoria do serviço?

A possível alegação de que a estrutura viária da capital não suporta mais ônibus, o que aumentaria a lentidão do trânsito, não leva em consideração que um serviço melhor é a única maneira de estimular muitos paulistanos a trocar o carro pelo transporte coletivo. É certamente com base nesse argumento enganoso que a Prefeitura sustenta que a construção de 150 quilômetros de corredores de ônibus (a ser concluída em 2016), “aliada ao reordenamento do sistema e à utilização de recursos tecnológicos para o controle da circulação” desses veículos, “deverá contribuir para a efetiva diminuição” da sua superlotação.

Essas são, de fato, obras e medidas importantes, mas elas podem e devem conviver com outras capazes de melhorar, desde já, o serviço de ônibus. Mas isso exige coragem para contrariar os interesses das poderosas empresas do setor.

Título	Chegou a hora do basta
Data	13/06/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130613-43703-nac-3-edi- a3-not

Chegou a hora do basta

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro – em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro – e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição – pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma bomba foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Triângulo teve os vidros quebrados. Em algumas das ruas e avenidas por onde circularam, principalmente a Paulista, puseram fogo em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM).

Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM re-

giu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O saldo foi de 20 pessoas detidas e de dezenas com ferimentos leves, entre elas policiais.

A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou bem claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

Em suma, foi mais um dia de caos, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem – anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo –, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo.

A reação do governador Ge-

raldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad – este apesar de algumas reticências – à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades.

De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que “é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável”. Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade.

Haddad, que se encontra em Paris pelo mesmo motivo, também foi afirmativo ao dizer que “os métodos (*dos manifestantes*) não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população”. Mas insinuou que por trás das manifestações há pessoas que não votaram nele. A gravidade da situação exige que o prefeito esclareça se com isso quis dizer que a oposição é responsável pela baderna.

Título	A esperteza da CPI
Data	05/07/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130705-43725-nac-3-edi-a3-not

A esperteza da CPI

Os milhares de manifestantes paulistanos, cujos protestos contra o aumento da tarifa dos transportes públicos se espalharam pelo País e se transformaram num dos acontecimentos políticos mais importantes dos últimos anos, têm bons motivos para se lembrar, num sentido negativo, do velho dito popular - nada como um dia atrás do outro. Depois de conseguir uma vitória, com a anulação do aumento de R\$ 0,20 da tarifa - que voltou a ser de R\$ 3,00 -, eles acabam de amargar uma derrota que compromete sua conquista, com a criação de uma CPI na Câmara Municipal, claramente chapa branca - ou seja, manipulada politicamente pelo PT e seus aliados -, para investigar o transporte público.

A CPI foi proposta pelo vereador Ricardo Young (PPS), da oposição - que chegou a obter o apoio de 22 de seus colegas (eram necessários 28) -, com o objetivo de abrir a caixa-preta do serviço de ônibus, por meio do estudo de seus custos, seus lucros, os subsídios que recebe e da qualidade da gerência e da fiscalização a que são submetidas as empresas do setor. Lançar luz sobre o que se passa nele é fundamental para levar avante a tarefa de melhorar o serviço, notoriamente ruim, e remunerá-lo de forma mais justa. Isso é essencial para chegar a um modelo que garanta que os avanços sejam permanentes.

Embora a iniciativa tenha tido a simpatia do Movimento Passe Livre, a principal organização por trás das manifestações, com a qual o prefeito Fernando Haddad se dizia aberto ao diálogo, seu governo e seu partido, o PT, reagiram com má vontade a ela, porque tinha sua origem na oposição. O líder do governo na Câmara, vereador Arselino Tatto, disse que a CPI era desnecessária, porque a Casa poderia pedir as planilhas de custo das empresas por meio de suas Comissões. Seu irmão, o secretário municipal dos Transportes, Jilmar Tatto, chegou a dizer que a CPI serviria apenas para "achacar o setor".

A declaração provocou revolta entre a maioria de seus colegas e o secretário se viu forçado a pedir desculpas. O governo recuou. Haddad e os irmãos Tatto resolveram patrocinar a criação de uma CPI, proposta pelo PT. Nada demais haveria, se ela seguisse o mesmo caminho da outra, pois o importante não era que tivesse a marca de origem desse ou daquele grupo político, mas que cumprisse o papel de abrir a caixa-preta dos ônibus. Infelizmente, não foi o que aconteceu.

Numa esperta manobra, destinada aparentemente a ampliar o leque de investigações, mas que na verdade pode diluir e enfraquecê-las, o PT decidiu incluir, no pedido de criação da sua CPI, a possibilidade de ela examinar, além do serviço de ônibus, também os contratos do Metrô e da Compa-

nhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A explicação do presidente da CPI, vereador Paulo Fiorilo (PT), é que o sistema de transporte público é gerenciado em conjunto e, por isso, a investigação não se pode limitar aos ônibus.

Isso é uma meia-verdade, pois o que ônibus, Metrô e CPTM têm em conjunto é quase só o bilhete único, já que a integração entre eles ainda não foi tão longe como deveria, até porque pertencem a áreas distintas da administração. Só os ingênuos não veem que o objetivo do PT e do prefeito é tirar proveito político da CPI, o que certamente acabará por tumultuar os trabalhos e comprometer seu resultado. Como o Metrô e a CPTM são de responsabilidade do Estado, a CPI não terá poder para investigá-los.

E, mesmo que tivesse, o problema do transporte público é a ineficiência do serviço de ônibus e a suspeita de que as empresas que nele atuam funcionam como um cartel e auferem lucros que nem de longe condizem com sua qualidade. O Metrô, principalmente, mas também a CPTM têm duas das três qualidades que se exigem do transporte público e faltam aos ônibus - respeito aos horários e rapidez. Só não oferecem conforto porque estão superlotados, em boa parte porque absorvem passageiros que fogem dos ônibus.

Em vez de ouvir a voz das ruas, como dizem, Haddad e o PT estão tentando tirar proveito político dela com a CPI.

Título	Para evitar novas tragédias
Data	30/08/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130830-43781-nac-3-edi- a3-not

Para evitar novas tragédias

O desabamento de um prédio em construção na Avenida Mateo Bei, em São Mateus, na zona leste, na terça-feira – que deixou um saldo de 10 mortos e 26 feridos –, coloca em evidência, de forma dramática, a existência de falhas graves na fiscalização e no controle desse tipo de obras por parte do poder público na capital. A obra foi multada duas vezes por irregularidades na documentação, chegou mesmo a ser embargada, mas nem assim a Prefeitura conseguiu paralisá-la, como seria normal em tal situação.

Havia 36 pessoas no local, quando o prédio inacabado ruíu às 8h30. O número de vítimas fatais pode aumentar, porque 7 dos feridos foram internados em estado grave em hospitais da região. O proprietário do imóvel e a empresa contratada para tocar a obra atribuem um ao outro a culpa pelo que aconteceu, o que não é de admirar, e a situação só será esclarecida quando a conclusão da investigação da Polícia Civil indicar quais foram as causas do desabamento.

Mas, independentemente disso, desde já se impõe a necessidade de discutir a responsabilidade do poder público, que, se tivesse feito o que dele se espera nessas circunstâncias, poderia ter evitado esse desfecho. No dia 13 de março, a obra levou uma primeira multa da Prefeitura, de R\$ 1.159, por falta de documento. No dia 25 do mes-

mo mês, veio a segunda multa, esta muito mais elevada, de R\$ 103.500, e a obra foi embargada. No dia 10 de abril, os responsáveis pela obra apresentaram pedido de Alvará de Aprovação de Edificação e ao mesmo tempo entraram com recursos contra as multas. Todas essas questões estão ainda em análise. Para completar o quadro, soube-se agora que a construção tinha um pavimento a mais do que o previsto na planta original.

A fiscalização, notoriamente precária – a Prefeitura tem apenas 700 agentes para cuidar do cumprimento de toda a legislação municipal –, desta vez parece ter feito bem a sua tarefa. O grande problema, portanto, é saber por que razão uma obra embargada pôde continuar, para dar no que deu. A explicação do prefeito Fernando Haddad é de que o que cabe à Prefeitura é verificar se as obras estão de acordo com a legislação municipal. Se elas obedecem, por exemplo, às regras estabelecidas pelo Plano Diretor da cidade. Caso a fiscalização constate alguma irregularidade, elas devem ser multadas.

Segundo Haddad, “a Prefeitura só poderia impedir a obra de seguir por decisão judicial. Nós teríamos de pedir à Justiça um requerimento para que o embargo seja feito com força policial. Não é uma atribuição da Prefeitura. Isso não é habitual”. É diferente, acrescenta, o caso de um estabelecimento que funciona sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombe-

iros. Neste, a Prefeitura pode lancar o imóvel.

Isso levanta algumas questões. A primeira é que, se as coisas são mesmo assim, por que razão o prefeito não recorreu à Justiça para dar efeito prático ao embargo da obra? Se tivesse feito isso em março, quando ela foi embargada, a tragédia poderia ter sido evitada. Tempo teria havido para a Justiça se manifestar. O que tem Haddad a dizer a respeito?

A segunda questão diz respeito à real ou suposta incapacidade da Prefeitura de cumprir o embargo. Opinião muito diferente da de Haddad tem o promotor de Habitação e Urbanismo José Carlos de Freitas, para quem a Prefeitura foi omissa, pois deveria ter bloqueado a entrada do imóvel. Isso garantiria o cumprimento do embargo. Em nota oficial do Ministério Público, Freitas diz que já se reuniu com o secretário das Subprefeituras, Francisco Macena, para estudar “maneiras de fiscalização mais eficientes” nesses casos.

A seu ver, uma das formas de fazer isso é “reativar prática da gestão anterior, que consistia na colocação de blocos de concreto e no emparedamento das entradas desses imóveis” para impedir o acesso a eles.

O melhor que a Prefeitura tem a fazer, a essa altura, é admitir o seu erro e procurar corrigi-lo, como sugere Freitas, para evitar a repetição de tragédias como essa. Logo sabermos se Haddad terá coragem para isso.

Título	De olho na eleição
Data	29/09/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130929-43811-nac-3-edi-a3-not

De olho na eleição

A imprensa e a improvisação com que estão sendo tomadas decisões importantes sobre o sistema de trânsito e o transporte de ônibus na capital parecem indicar que por trás delas está menos o desejo genuíno de melhorar um e outro e muito mais a motivação política e eleitoral, pois é notório o engajamento do prefeito Fernando Haddad na empreitada do PT para conquistar o governo do Estado. A cidade poderá pagar um preço alto por essa busca desenfreada de melhorias no máximo imediatas e enganadoras.

A implantação de faixas exclusivas de ônibus é um exemplo disso. Feita a toque de caixa para atingir logo os 220 km prometidos, sem estudos aprofundados sobre sua real utilidade e seu impacto do sistema de trânsito, os efeitos negativos dessa correria já estão aparecendo. Um deles ficou logo evidente na Avenida 23 de Maio – o congestionamento decorrente da redução do espaço para os outros veículos convive com o subaproveitamento da faixa exclusiva, utilizada por reduzido número de ônibus. Um atestado da ausência de planejamento em sua implantação.

O prefeito Haddad e o secretário municipal de Transporte, Jilmar Tatto, não se cansam de alardear que aumentou a velocidade média dos ônibus nessa e em outras faixas. Além de esse aumento não ser tão expressivo como sugerem, eles fingem

não ver que o pouco uso da faixa da 23 de Maio, importante via do corredor norte-sul, reduz muito os benefícios que dela se esperavam. A verdade é que essas faixas trouxeram apenas alguns ganhos isolados. Portanto, sem melhoria do sistema como um todo, que seria o correto.

Outra consequência da forma atabalhoada com que a Prefeitura vem agindo nesse caso pode ser observada na Avenida Paulista. A faixa exclusiva para ônibus foi implantada ali de tal forma que os táxis não conseguem mais operar nessa via. Como os bolsões em que eles podem parar são muito poucos e distantes uns dos outros, tornou-se quase impossível pegar táxi na Paulista ou ali desembarcar de um deles. E isso não é uma questão menor, pois nessa avenida – pela qual passam centenas de milhares de pessoas por dia – e suas adjacências se concentram escritórios de importantes empresas e uma dezena de hospitais.

Haddad e Tatto, que insistem – com uma indistigável ponta de demagogia – que a prioridade da sua administração é o transporte coletivo, ao qual o individual deve ceder espaço, custe o que custar, se esquecem de que o serviço de táxi, aqui como em todo o mundo, é também uma forma de transporte público. Não é porque seu custo é mais elevado que o de ônibus, metrô e trem que ele deixa de exercer esse papel.

Portanto, a não ser pelo fato de ele servir a uma parcela me-

nor da população, de renda mais elevada – o que o torna sensível ao apelo demagógico –, a hostilidade do atual governo ao táxi é dificilmente compreensível. E ela só vem crescendo. Após proibir o seu acesso às faixas exclusivas, a Prefeitura agora estuda fazer o mesmo nos corredores de ônibus, pelos quais o táxi pode circular desde que esteja com passageiro.

Segundo Tatto, um estudo de 2011, feito pela SPTrans – empresa que gerencia o serviço de ônibus –, mostrou que a presença de táxis nos corredores atrapalha os ônibus. Tanto essa não é uma questão pacífica que o Ministério Público pediu à Prefeitura que apresente estudos sobre o impacto dos táxis nessas vias.

Mais uma medida prestes a ser adotada pela Prefeitura, que demonstra a sua ânsia de inovar para impressionar sem pensar nas consequências, é a redução da velocidade máxima permitida em importantes vias, como as Avenidas Paulista e 9 de Julho – onde ela passará de 60 km/h para 50 km/h –, e outras do centro da cidade, onde ela será de apenas 40 km/h.

A justificativa apresentada por Tatto para essa medida, que pode comprometer a fluidez do trânsito, não convence – garantir maior segurança aos ciclistas e pedestres. Ora, a vulnerabilidade de ambos é tal que aquela redução não diminui os riscos a que eles se expõem.

A forma de agir em todos esses casos não prenuncia boas coisas para a cidade.

Título	Cidade limpa em perigo
Data	23/09/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130923-43805-nac-3-edi_a3-not

Cidade Limpa em perigo

Há sinais preocupantes de que a Lei Cidade Limpa está sob ameaça – seja por afrouxamento na fiscalização de seu cumprimento, seja pela aprovação pela Câmara Municipal, em primeira votação, de projetos que liberam a publicidade em vários casos em que ela está hoje proibida. Uma reação se impõe, porque, ao possibilitar um combate efetivo à poluição da paisagem urbana, que enfeava a cidade, essa lei representou uma importante conquista para São Paulo.

Foi registrada, nesses primeiros meses do governo de Fernando Haddad, uma queda de 90% nas multas aplicadas aos que desrespeitam aquela lei, como mostra reportagem do **Estado**. De janeiro a agosto deste ano, foram apenas 226 multas, enquanto no mesmo período de 2012 o seu número chegou a 2.265. Segundo a Prefeitura, a fiscalização continua a agir com rigor e a prova disso é que são feitas em média mais de 1,1 mil remoções de anúncios irregulares por dia. De janeiro a julho deste ano, foram recolhidas mais de 230 mil propagandas irregulares.

Esses números são impressionantes à primeira vista, porque, quando comparados com os do governo anterior, ficam bem modestos. Apenas em janeiro de 2012 foram removidos 250 mil anúncios irregulares. Isso ocorre, segundo a Prefeitura, por causa de uma mu-

dança na maneira de contabilizar os anúncios retirados, que excluiu os lambe-lambes, um tipo de pôster colado em espaços públicos. Como a diferença é muito grande entre os números deste e do ano passado, é preciso quantificar os lambe-lambes para a explicação ser convincente.

Alega também a Prefeitura que a redução do número de multas se deve ao fato de as pessoas estarem respeitando mais a lei. Mais uma vez, a enorme diferença entre os números – de 226 este ano para 2.265 no mesmo período de 2012 – torna muito difícil aceitar a explicação. Não é razoável acreditar que os que até há pouco tempo insistiam em fazer propaganda irregular na cidade se tenham convertido subitamente em respeitadores da lei.

Assinale-se que o prefeito Haddad baixou dois decretos que tornam menos rígida a Lei Cidade Limpa. Um deles, de fevereiro, liberou cartazes em cinemas e teatros e o outro, baixado há menos de três semanas, autorizou ônibus e táxis a veicular, durante 30 dias, uma campanha destinada a incentivar o uso de bicicleta na cidade. Nesse setor, abrir exceção é sempre um risco.

Esses elementos somados indicam que a posição de Haddad com relação à Lei Cidade Limpa, que tanto benefício trouxe para São Paulo, pode não ser tão firme como deveria. Essa incerteza só favorece aqueles que nunca se conformaram com as limitações à publi-

cidade externa que desfigurou a paisagem da cidade, sujando-a – daí o nome, bem apropriado, de Cidade Limpa da lei em questão – com uma profusão de anúncios de todo tipo.

Se o prefeito não concorda com a lei, ou alguns pontos dela, deve dizer isso claramente. Do contrário, prevalecerá a impressão de que não age com firmeza para fazê-la respeitar simplesmente porque ela é uma iniciativa do ex-prefeito Gilberto Kassab, que a transformou, com razão, num dos pontos altos de seu governo.

A posição não suficientemente clara de Haddad a respeito, assim como a insistência do setor de publicidade externa em obter mudanças na lei, já se fazem sentir na Câmara Municipal. Atualmente, só pontos de ônibus e relógios de rua podem ter anúncios. O restante da publicidade deve obedecer a severas restrições. O diretor executivo do Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo, José Roberto Fogaça, afirma que outros equipamentos públicos – como bancos, gradis, bancas de jornal, orelhões e banheiros, por exemplo – também devem receber publicidade.

Dois projetos aprovados em primeira votação pela Câmara Municipal amenizam as restrições da Cidade Limpa, como o que autoriza anúncios em ônibus e táxis. Ainda há tempo, pois, de evitar o pior. Mas é preciso agir com rapidez para que São Paulo não volte a ser uma cidade suja.

Título	O custo de enterrar a fiação
Data	24/11/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20131124-43867-nac-3-edi- a3-not

O custo de enterrar a fiação

Desde que foi aprovada, há oito anos, pela Câmara Municipal a Lei 14.023, que obriga concessionárias, empresas estatais e operadoras de serviço a enterrar todo o cabeamento instalado no Município - redes elétrica, telefônica, de TV e assemelhados -, São Paulo ensaia a execução de planos destinados a tornar isso realidade. A regulamentação da lei, que data de 2006, estabelece a necessidade de, a cada ano, transferir 250 quilômetros de cabo dos postes para o subsolo. Apesar disso, a capital tem hoje somente 7% de mais de 30 mil quilômetros de fios e cabos enterrados.

O problema é que a lei determina o que fazer, mas não estabelece quem vai pagar a conta dessa obra que, pelos cálculos da AES Eletropaulo, chegaria a R\$ 100 bilhões - o equivalente a duas vezes o seu patrimônio. A empresa não quer assumir esse custo - pelo menos não sozinha -, porque a seu ver estão em jogo principalmente questões de urbanismo. Mas, para a Prefeitura, quem usa espaço público para explorar uma atividade comercial lucrativa não pode fugir a essa responsabilidade.

Há exageros de todos os lados. A estimativa da Eletropaulo, de R\$ 5,8 milhões por quilômetro de fiação transferida para o subsolo, é considerada alta demais, uma vez que em outros países, como os Estados Unidos, o custo foi a metade

disso. Ela calcula que somente para enterrar a fiação do centro expandido seriam gastos R\$ 15 bilhões e as obras durariam no mínimo dez anos.

Pressionada pelos planos divulgados no início do ano pelo prefeito Fernando Haddad, que anunciou sua intenção de fazer valer a lei, a Eletropaulo divulgou as conclusões de um estudo feito pela consultoria McKinsey a respeito. Um dos modelos sugeridos nesse trabalho prevê que 80% dos custos sejam financiados por meio de isenção fiscal sobre serviços relacionados ao enterramento (ISS) e aos equipamentos (ICMS). Esse total incluiria também contribuições a serem feitas pelo governo federal e pelas demais empresas que utilizam a rede aérea. Os 20% restantes seriam repassados à tarifa paga pelos consumidores, o que representaria aumento de 5% a 10%.

O reajuste seria gradual, conforme o andamento das obras, por um prazo de 30 anos, correspondendo ao período de amortização dos investimentos. Conta de luz de R\$ 100,00, por exemplo, aumentaria progressivamente até atingir R\$ 110,00, valor que seria mantido, com os reajustes normais, por pelo menos três décadas.

O investimento é alto, mas os ganhos por ele proporcionados são incontestáveis, considerando as questões de urbanismo, segurança e qualidade do serviço prestado. Dados da Eletropaulo mostram que os desligamentos na rede aérea são de

quatro a cinco vezes mais frequentes do que na subterrânea. A cada ano, os paulistanos permanecem no escuro pelo menos dez horas. Esse total seria reduzido para duas horas.

Em seguida ao anúncio feito em janeiro, de que pretende livrar São Paulo do emaranhado de fios que polui a paisagem urbana, o prefeito Fernando Haddad criou a Câmara Técnica de Gestão de Redes, que trabalha no planejamento dessa operação em conjunto com as empresas concessionárias de energia, telecomunicações, telefonia e dados. Uma das ideias em discussão, considerando que a maior parte dos custos decorre da perfuração do subsolo, é entregar o projeto para empreiteiras no modelo de parceria público-privada. Elas construiriam as galerias para abrigar os cabos e as alugariam para as companhias que precisam dessas estruturas. O custo seria dividido, reduzindo o impacto na tarifa para o consumidor e nos cofres públicos.

A melhoria trazida pelo enterramento das redes vai muito além da redução do desconforto causado pelos desligamentos frequentes. São Paulo é uma cidade de serviços e um apagão de uma hora nos eixos comerciais, onde empresas atuam conectadas a todo o mundo, traz prejuízo incalculável à economia do País. No trânsito, nas escolas e no comércio, o impacto é igualmente muito grande. Todos ganhariam, portanto, com o fim das redes aéreas de fiação.

Título	O custo da pressa eleitoral
Data	27/08/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140827-44143-nac-3-edi-a3- not

O custo da pressa eleitoral



Só a combinação de improvisação, incapacidade administrativa, insuficiência técnica e, sobretudo, avidez por resultados político-eleitorais pode explicar as dificuldades que a administração do prefeito Fernando Haddad vem encontrando para elaborar e executar projetos que não sejam barrados por falhas relevantes pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) - e até pela Justiça, como no caso do pretendido aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Em sua mais recente decisão preventiva, destinada a evitar o desperdício de recursos públicos, o TCM suspendeu a licitação por meio da qual a Prefeitura paulistana pretendia contratar 32 empresas para fazer reformas de escolas, creches, postos de

saúde e outros prédios onde funcionam serviços municipais. A suspensão havia sido pedida pelo Ministério Público Estadual (MPE), que apontou irregularidades nos critérios para a contratação dessas empresas. O valor dos contratos é de cerca de R\$ 100 milhões.

Esta já é a quinta licitação anunciada pela administração Haddad suspensa pelo TCM em pouco mais de um ano e meio. Por diversos motivos, o órgão encarregado de fiscalizar e controlar o uso do dinheiro dos contribuintes paulistanos já barrou projetos de todos os gastos previstos no orçamento municipal para este ano.

Ironicamente, a nova suspensão foi determinada pelo conselheiro João Antonio, que já foi secretário de Relações Governamentais de Haddad, que o indicou para a função contrariando decisão do diretório municipal do partido de ambos,

o PT. A decisão poderá ter custos para o partido, pois a licitação permitiria a execução de obras nas 32 subprefeituras - com amplos efeitos eleitorais, portanto.

De acordo com as regras definidas pela Prefeitura, cada empresa ficaria à disposição do subprefeito para realizar obras sem necessidade de licitação específica para cada serviço. Em tese, isso daria maior fluidez às ações municipais, pois, em média, um processo de licitação para pequenas reformas pode demorar até seis meses.

As empresas seriam remuneradas de acordo com uma tabela fixa de preços de materiais, como cimento, tijolo, aço e outros. O MPE entendeu, porém, que cada serviço deve ter seu valor determinado por uma pesquisa dos preços do mercado, como determina a Lei de Licitações, daí sua objeção.

Como em decisões anteriores do

TCM suspendendo licitações, a Prefeitura defendeu-se alegando não ter havido irregularidades na maneira como vinha encaminhando o processo de licitação, mas apenas detalhamento mais preciso dos projetos. A assessoria do prefeito Fernando Haddad argumentou que as restrições do TCM decorrem do fato de que, nos últimos dois anos, São Paulo passou a dispor de "um volume de projetos muito maior do que nos oito anos anteriores".

Ainda que a justificativa fosse procedente - o que, dado seu tom grandiloquente, soa pouco provável -, entre o anúncio de um projeto e sua execução vai uma grande distância, que a gestão petista, na capital paulista e em nível federal, não tem conseguido percorrer com um mínimo de eficiência.

Veja-se o caso do maior, em valor, dos projetos paralisados pelo TCM. Trata-se da construção de 150 quilô-

metros de corredores de ônibus, promessa de campanha de Haddad que, se cumprida, se tornaria uma das principais realizações de sua administração. Poderia até ser apresentada por petistas que concorrem a cargos executivos como modelo de eficiência da gestão do partido. Trata-se de um projeto de R\$ 4,7 bilhões que está parado por falta de projeto básico e da definição da origem dos recursos para executá-lo. Ou seja, não se sabe exatamente o que será feito nem com que dinheiro.

O TCM também paralisou licitações de valor menor, mas igualmente com falhas graves, como a da nova inspeção veicular (por falta de planilha de custos e de estudos de impacto sobre o orçamento, além de infringência de dispositivos legais) e a da compra de 846 câmeras para monitorar o trânsito (por falta de identificação dos pontos em que elas serão instaladas, entre outros motivos).

Título	Haddad, o tormento
Data	25/08/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160825-44872-nac-3-edi-a3- not/

Haddad, o tormento

Parece não ter limites a insana capacidade do prefeito Fernando Haddad de desrespeitar a cidade de São Paulo e seus cidadãos com sua caótica gestão, confirmando cada vez mais aquilo que os paulistanos há muito perceberam – a absoluta falta de planejamento da administração petista. O caso mais recente ocorreu justamente no setor onde Haddad imagina que deixará um importante legado para a cidade – a área de mobilidade.

Sem maiores avisos, a Secretaria Municipal de Transportes (SMT) publicou no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* do dia 19 de agosto uma portaria – em vigor desde o dia 24 – que altera significativamente o serviço de táxi na cidade.

Entre as novidades, a Prefeitura de São Paulo igualou os valores por bandeirada, tarifa quilométrica e horária de todas as categorias de táxi – comum, comum-rádio, especial, preto e luxo. Agora, os valores cobrados devem ser equiparados aos da categoria de táxi comum, a mais barata. Por exemplo, o valor inicial da corrida (a bandeirada) passa a ser sempre de R\$ 4,50. Já a tarifa por quilômetro percorrido será de R\$ 2,75 e a tarifa horária – quando o carro fica parado ou trafega a menos de 20 quilômetros por hora –, de R\$ 33. Com as mudanças, a bandeira 2 torna-se opcional e já não mais existe o extra de 50% en-

tre municípios.

A Prefeitura afirma que as alterações têm a finalidade de baratear o serviço, aproximando o preço da corrida de táxi aos de outros serviços de transporte de passageiros, como o aplicativo Uber, recentemente regulamentado pela municipalidade.

Longe de ser consensual, a medida gerou revolta em muitos taxistas. “Vai sucatear a frota de São Paulo”, afirmou Antônio Matias, presidente do Sindicato dos Motoristas nas Empresas de Táxi do Estado (Simtetaxi). “O taxista não vai conseguir manter seu carro novo, da forma como é hoje. O passageiro pode gostar agora, mas não vê que, a longo prazo, a qualidade do serviço vai cair”, ponderou Matias.

Para o taxista André Ricardo Lopes, que trabalha na região da Avenida Paulista, “perder a bandeira 2 e a taxa de 50% é como você perder seu adicional noturno, seu décimo terceiro, seus benefícios. Não é uma coisa boa”.

Surpreende a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad. Periodicamente, ele lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele próprio havia determinado anteriormente, gerando insegurança jurídica, bagunçando a vida das pessoas e desestimulando investimentos.

Basta ver que, em dezembro do ano passado, por exemplo, a gestão Haddad promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”,

cujas finalidades era oferecer um serviço de alto padrão, com carros melhores. Muita gente se interessou, com mais de 27 mil inscrições para o sorteio. Agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas e quem investiu suas reservas para ingressar na categoria dos táxis pretos – cujas tarifas originalmente podiam ser até 25% mais caras que as do táxi comum – tem de se contentar em cobrar o preço mais baixo.

Outro exemplo de arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de táxi nas faixas exclusivas de ônibus. Num determinado momento, a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis, sob o argumento de que eles atrapalhavam a circulação dos ônibus. Na ocasião, não apresentou qualquer estudo para justificar a medida – ia ser assim e acabou. Passaram-se alguns meses e a Prefeitura regulamentou o serviço de transporte individual por aplicativo. Diante da oposição dos taxistas a essa medida municipal, a Prefeitura ofereceu-lhes uma espécie de presente de consolação, liberando novamente o uso das faixas de ônibus pelos táxis.

Faz-se necessário lembrar que vivemos numa democracia e quem governa precisa prestar contas à população. É inaceitável o autoritarismo de Fernando Haddad, submetendo a população aos seus caprichos. As urnas de outubro certamente resolverão esse problema.

Título	O preço da tarifa congelada
Data	26/04/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140426-44020-nac-3-edi-a3- not/

O preço da tarifa congelada

Como era inevitável, já começam a aparecer as consequências do congelamento da tarifa dos meios de transporte coletivo da capital em R\$ 3, o que vem lembrar às autoridades estaduais e municipais – responsáveis respectivamente pelo sistema metroferroviário e o serviço de ônibus – que em algum momento, que não vai tardar, terão de enfrentar o problema. Tarefa difícil, pois não haverá como escapar das decisões corajosas e impopulares que o caso exige.

O prejuízo do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) aumentou no ano passado, como mostram estudos das duas empresas, segundo reportagem do Estado. E o governo reconhece que uma das causas disso é a revogação do reajuste da tarifa, que de R\$ 3,20 voltou para R\$ 3, em resposta às manifestações de rua de junho passado. Os números impressionam. A subvenção para a CPTM, por exemplo, aumentou 43,7%, indo de R\$ 537,5 milhões em 2012 para R\$ 772,2 milhões no ano passado. Quanto ao Metrô, ele não recebe subvenção direta, mas compensações como a referente à gratuidade para idosos.

Quanto ao prejuízo, o da CPTM foi de R\$ 507,4 milhões ante R\$ 217,2 milhões no período considerado, um aumento de 133%. O do Metrô foi igualmente muito grande, pois passou de R\$ 28,6 milhões para R\$

76,4 milhões. Prejuízos dessa ordem só podem ser explicados pela contenção da tarifa em níveis claramente irrealistas. O reajuste de R\$ 0,20 já ficaria abaixo da correção exigida pela inflação registrada entre um aumento e outro.

Ele foi, aos olhos do governo estadual e da Prefeitura, o máximo de concessão possível para evitar reações dos usuários. Mas, mesmo assim, os protestos não só vieram, como adquiriram dimensões impressionantes, com as manifestações que, a partir de São Paulo, se espalharam pelas principais cidades do País. Com a revogação do aumento, em resposta ao movimento, o peso dos subsídios ao transporte coletivo ficou muito maior do que aquilo que o Estado e a Prefeitura de São Paulo julgavam tolerável, ainda que com sacrifício.

Para enfrentar essa situação, o Metrô afirma em nota oficial que, “diante do congelamento das tarifas, a empresa, em sintonia com as diretrizes do governo do Estado para a racionalização e eficiência da utilização dos recursos, intensificou as ações de combate ao desperdício e promoveu a renegociação de contratos”. Em outras palavras, está cortando tudo que é possível para fazer economia. O mesmo faz a CPTM. Segundo o secretário de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, o ponto principal desse esforço, “a economia forte que nós fizemos, foi nas licitações, com reduções de até 40% no valor das obras”.

Mas nada disso livra o governo de dois problemas. Em primeiro lugar, embora ele insista em que os cortes de gastos estão sendo feitos de forma a não prejudicar a segurança do sistema, é muito difícil de evitar que, conjugados com a superlotação dos trens do metrô e da CPTM, eles não a afetem. Certamente não é por acaso que as panes no sistema metroferroviário setornaram mais frequentes.

Em segundo lugar, é evidente que, por mais importantes que possam ser as economias, elas não conseguirão cobrir por tempo muito longo os custos acarretados pelo congelamento da tarifa. Segundo o governador Geraldo Alckmin, “não tem nenhuma notícia de aumento de passagem” neste ano. Com a Copa do Mundo, as eleições e o temor de novas manifestações, não seria mesmo de esperar outra coisa. E tudo que vale para ele vale igualmente para o prefeito Fernando Haddad. Mesmo às voltas com subsídios ao serviço de ônibus, que com a tarifa congelada chegaram às alturas de R\$ 1,6 bilhão, também ele certamente não a aumentará logo.

Mas, não importa por que motivos, quanto mais demorar o descongelamento, mais grave será o problema. O reajuste terá de ser maior, assim como crescerá o rombo financeiro. E não se terá como evitar o seu reflexo na segurança do sistema de transporte coletivo. Tudo à custa da população que, em última instância, é quem paga a conta com seus impostos.

Título	O que se espera de Haddad
Data	01/01/2013
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130101-43540-nac-3-edi-a3- not

O que se espera de Haddad



Fernando Haddad assume a Prefeitura de São Paulo com a responsabilidade de recuperar a confiança do cidadão paulistano na administração da maior metrópole brasileira. Gilberto Kassab chega ao fim de seu segundo mandato com um índice de rejeição que só não é maior do que o da catastrófica gestão de Celso Pitta (1997-2001). Resta esperar agora que o novo prefeito tenha reunido uma equipe capaz de trabalhar com a eficiência que seu partido está longe de demonstrar no plano federal e corresponda às expectativas positivas e ao crédito de confiança devidos a um novo governo. Este é o desejo de todos os que vivem nesta gigantesca cidade.

Apesar das contas de sua gestão no dia 26, mostrando os resultados finais de seu programa oficial de metas

anunciado em 2009, Kassab foi generoso consigo exibindo dados que, segundo ele, atribuem a seu governo um "índice de eficácia" de 81%. Aceitar como verdadeira essa versão significa admitir que o prefeito retinante falhou gravemente "apenas" em convencer a população paulistana a acreditar na sua eficácia. Só isso já seria imperdoável para qualquer político, ainda mais para quem tem alentada ambição de progredir no ofício de governar. Mas o saldo negativo de 14% na avaliação de seu mandato, segundo o Ibope (42% de avaliação ruim/péssimo contra 27% de bom/ótimo), certamente é efeito dos desacertos da gestão municipal à qual dedicou, afinal, apenas quatro anos a partir da saída de Serra.

Efetivamente, o fato é que, nos últimos dois anos, Kassab dedicou-se com afinco à formação de seu novo partido, o PSD, hoje a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados

– aquele que “não é de esquerda, nem de centro, nem de direita”. Para tanto, percorreu uma trajetória politicamente sinuosa e nem sempre coerente, marcada por iniciativas difíceis de serem assimiladas pelo senso comum, como o insistente assédio ao lulopetismo por parte de um político que surgiu na vida pública como militante do DEM, historicamente o mais encarniçado adversário do PT. Não surpreende, portanto, que Kassab tenha suscitado, nos cidadãos que procuram levar a política a sério, a desconfiância de que é apenas um “político”, na mais depreciativa aceção do termo, e seu PSD, um mero instrumento para alavancar trajetórias pessoais.

Para a cidade de São Paulo, portanto, o que importa a partir de agora é que os gravíssimos problemas nas áreas da saúde, educação, transporte e segurança – para citar os mais prementes – sejam atacados com eficiên-

cia por um poder municipal movido por genuíno espírito público. Fernando Haddad, jovem, bem preparado e experiente na administração pública, parece reunir condições para comandar o grande esforço necessário para a transformação desta que é uma das maiores metrópoles do mundo numa cidade em que a promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos, vale dizer, a promoção da condição humana, seja a suprema, inescapável e definitiva meta do seu governo.

Para tanto, será necessária a aplicação de um adequado plano de governo. E que todos os agentes da administração municipal atuem como genuínos servidores públicos. E é por aí que o governo petista de Haddad poderá se complicar. A exemplo do que se torna cada vez mais evidente no plano federal, o PT está menos preocupado com planos de governo do que com seu plano de perpetuação no poder. Longe de ser uma frase de

efeito, essa é uma preocupante realidade admitida até por simpatizantes históricos e colaboradores dedicados das administrações petistas, como Frei Betto, que a definiu com todas as letras em entrevista ao **Estado**.

E quando se trata de projeto de poder, Lula & Cia. sempre deixaram muito clara a absoluta prioridade da conquista da Prefeitura paulistana como cabeça de ponte para a tomada, a seguir, do Palácio dos Bandeirantes. Entende o lulopetismo que desalojar os tucanos do governo do mais importante Estado da Federação é essencial para sua perpetuação no comando político do País. Resta saber, portanto, até que ponto Fernando Haddad terá forças – e desejo – para evitar que a Prefeitura de São Paulo se transforme prioritariamente em ferramenta eleitoral do PT. Pois há uma enorme diferença, frequentemente inconciliável, entre programa de governo e estratégia eleitoral.

Título	Credor e conselheiro
Data	18/01/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130118-43557-nac-3-edi-a3-not

Credor e conselheiro



A foto na primeira página da edição de ontem deste jornal, de autoria de Márcio Fernandes, registra uma cena que seria constrangedora para o prefeito paulistano Fernando Haddad, não fosse pelo “pequeno detalhe” de todos conhecido – e por ele reconhecido. Haddad aparece com a cabeça ligeiramente inclinada e o olhar abstrato. Sentado à sua esquerda, as sobranceiras arqueadas e o indicador estendido de quem enfatiza um ponto de vista, o ex-presidente Lula. Ao lado, a vice-prefeita Nádia Campello e ex-assessores presidenciais lotados no instituto que leva o nome do primeiro companheiro. Fora de quadro, uma dezena de secretários municipais petistas ou da chamada cota pessoal de Haddad. Ele os convocou na véspera para, não se sabe se por

iniciativa própria ou de Lula, ouvi-lo durante mais de uma hora, no que, segundo o anfitrião, tratou-se de “uma visita de cortesia”. Ela foi precedida por uma conversa a portas fechadas com Haddad.

Na sua versão, o ex-presidente, de volta das férias, pediu que se encontrassem. Convidado a vê-lo no Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura, “ele se colocou à disposição”, relatou o prefeito, obviamente invertendo os papéis de cada um no episódio. Fernando Haddad – eis o “pequeno detalhe” – está à disposição de Lula desde quando este o pinçou do Ministério da Educação e do celibato eleitoral para devolver ao PT o governo da maior cidade brasileira, perdido em 2004. Replicando em São Paulo a formidável experiência com Dilma Rousseff no plano nacional, Lula partiu da premissa de que, diante de um eleitorado com amplos setores de classe média refratários

ou hostis ao petismo, concorrer com nomes batidos como o da ex-prefeita Marta Suplicy ou do senador Aloizio Mercadante seria um desatino.

À clarividência de Lula – que fez a amuada Marta afastar-se da campanha, até ser apaziguada com o Ministério da Cultura –, seguiu-se uma competente operação de propaganda, explorando a boa estampa do candidato “moço de família” – uma espécie de atualização do “Lula paz e amor” de 2002 –, e a decisiva reconquista dos redutos petistas no sul da cidade, onde a candidatura Lula Russomanno vinha fazendo perigosos estragos. Para usar um clichê, o ex-presidente não mediu esforços para erguer o seu segundo poste, em dois anos, na praça política brasileira. A parte que tocou a Haddad, além de exibir moderação, empatia e conhecimento dos problemas de sua cidade, foi fazer rigorosamente tudo o que o seu mestre man-

dasse – como participar do beija-mão a Paulo Maluf, que exigiu que fosse público e no seu próprio palacete. Em protesto, a ex-prefeita Luiza Erundina desistiu de integrar a sua chapa. No fim, o estrago foi contido e deu tudo certo.

Como poderia o novo titular da Prefeitura deixar de fazer as vontades de quem o levou até lá? Cliente de ser seu credor, Lula o escolheu como ator coadjuvante do espetáculo de sua *rentrée* política pelo portão principal, depois de uma amarga temporada de confinamento nos porões da corrupção. Já não bastassem as condenações dos mensaleiros de sua intimidade, como José Dirceu, Delúbio Soares e José Genoíno, ao fim de um julgamento no STF de que foi o ostensivo sujeito oculto, eis que a Polícia Federal detona um esquema de venda de facilidades na administração federal, arrastando aos holofotes a sua namorada Rose-

mary Noronha, a Rose, a quem ele entregara a chefia da representação da Presidência da República em São Paulo. Completando o inferno astral de Lula, o **Estado** revelou que o operador do mensalão, Marcos Valério, o acusou ao Ministério Público de ter se beneficiado pessoalmente do tráfico de recursos ilícitos.

Na sequência da reabilitação de sua imagem e reafirmação de sua autoridade, Lula tem encontro agendado daqui a uma semana com a presidente Dilma, ministros e dirigentes petistas.

Quem sabe ele possa dar à sua voluntariosa sucessora conselhos tão sensatos como os que distribuiu a Haddad e sua equipe sobre a conveniência de fazer parcerias e o imperativo de não deixar as coisas pela metade. A nova administração, ensinou, “deve sair maior do que entrou”. É do que a presidente precisa se compenetrar, enquanto é tempo.

Título	Bom senso, mas não muito
Data	21/01/2013
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130121-43560-nac-3-edi-a3-not

Bom senso, mas não muito

O prefeito Fernando Haddad adotou duas medidas de grande importância para esta fase inicial de seu governo. A primeira – o congelamento de R\$ 5,2 bilhões do orçamento, equivalentes a 12,3% da arrecadação estimada para este ano – já era prevista, porque se trata de determinação legal que visa a evitar possível desequilíbrio das contas. O governo precisa anunciar os seus planos de execução financeira e, além disso, os orçamentos costumam ser aprovados pela Câmara Municipal com previsão muito otimista de arrecadação. A mesma sensatez não esteve presente na outra decisão – esta adotada por razões políticas, e não porque a lei manda – sobre o aumento da tarifa de ônibus, que ficou para junho.

A expectativa de arrecadação caiu de R\$ 42 bilhões para R\$ 36,8 bilhões, mas o governo acredita que ela poderá chegar a R\$ 40 bilhões até o fim do ano. O alvo principal do contingenciamento são os projetos que não têm cronograma de execução ou não foram contratados. Enquanto durar o aperto, os secretários só poderão executar os projetos para os quais conseguirem recursos, por meio de redução de gastos de custeio. Ficam de fora dessa regra obras prioritárias nas áreas de educação e saúde.

Entre elas está, por exemplo, a construção de três hospitais na periferia, promessa de cam-

panha do prefeito, que tem recursos garantidos. O mesmo deverá acontecer com as 172 creches previstas no plano de governo de Haddad, porque contarão com recursos federais. Um grupo integrado pelos secretários de Finanças, Planejamento, Governo e Negócios Jurídicos examinará os pedidos de complementação de verbas apresentados pelos vários setores da administração – que deverão ser acompanhados de estudos mostrando a necessidade dos gastos – e indicará quais podem ser aceitos. Com isso, pretende-se reforçar a prestação de contas e controlar os pedidos de recursos para gastos de emergência, para que só os que tiverem esse caráter sejam autorizados.

A equipe econômica de Haddad acha que a situação financeira da Prefeitura não é ruim e que os recursos apenas terão de ser liberados mais lentamente. Os R\$ 700 milhões referentes às emendas dos vereadores foram congelados, mas a medida foi bem recebida pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, vereador Milton Leite (DEM): “É uma medida de cautela excelente”. Esta é uma reação compreensível, apesar da notória avidez dos vereadores por verbas destinadas às obras previstas em suas emendas, porque o contingenciamento no início do ano já se tornou corriqueiro e mesmo obrigatório. Ele é indispensável para preservar o equilíbrio fiscal, ajustando o orçamento à

realidade da arrecadação sempre superestimada.

O ex-prefeito Gilberto Kassab agiu da mesma maneira. Em 2007, por exemplo, congelou R\$ 1,6 bilhão, equivalente a 5% da receita prevista, e em 2009 respectivamente R\$ 6,9 bilhões e 25% (aumento explicado por ele como consequência da crise internacional). Em 2011 foram R\$ 5,7 bilhões e 16% e no ano passado, R\$ 4,9 bilhões e 12,6%.

O reajuste da tarifa de ônibus não está sendo tratado com o mesmo rigor técnico e o mesmo bom senso. O valor exato ainda não está definido, mas Haddad já deixou claro que deve ficar pouco abaixo da inflação acumulada desde o último reajuste, em janeiro de 2011. Como até dezembro passado o índice foi de 12,7%, o aumento, se ocorresse agora, como era esperado, ficaria abaixo de R\$ 3,38. Mas o prefeito decidiu que ele só ocorrerá em 1.º de junho, o que teria sido um pedido da presidente Dilma Rousseff para evitar o risco de que o IPCA chegue a 1% em janeiro e alimente a inflação.

Debar que esse tipo de consideração pese em tal decisão nunca dá bons resultados. O exemplo de Gilberto Kassab, que congelou a tarifa por quase três anos por razões políticas, o que o obrigou a aumentar consideravelmente os subsídios às empresas de ônibus, mostra que se paga caro por isso. Embora o tempo de congelamento da tarifa agora deva ser bem menor, ele também terá um preço.

Título	De olho na eleição
Data	29/09/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130929-43811-nac-3-edi-a3-not

De olho na eleição

A imprensa e a improvisação com que estão sendo tomadas decisões importantes sobre o sistema de trânsito e o transporte de ônibus na capital parecem indicar que por trás delas está menos o desejo genuíno de melhorar um e outro e muito mais a motivação política e eleitoral, pois é notório o engajamento do prefeito Fernando Haddad na empreitada do PT para conquistar o governo do Estado. A cidade poderá pagar um preço alto por essa busca desenfreada de melhorias no máximo imediatas e enganadoras.

A implantação de faixas exclusivas de ônibus é um exemplo disso. Feita a toque de caixa para atingir logo os 220 km prometidos, sem estudos aprofundados sobre sua real utilidade e seu impacto do sistema de trânsito, os efeitos negativos dessa correria já estão aparecendo. Um deles ficou logo evidente na Avenida 23 de Maio – o congestionamento decorrente da redução do espaço para os outros veículos convive com o subaproveitamento da faixa exclusiva, utilizada por reduzido número de ônibus. Um atestado da ausência de planejamento em sua implantação.

O prefeito Haddad e o secretário municipal de Transporte, Jilmar Tatto, não se cansam de alardear que aumentou a velocidade média dos ônibus nessa e em outras faixas. Além de esse aumento não ser tão expressivo como sugerem, eles fingem

não ver que o pouco uso da faixa da 23 de Maio, importante via do corredor norte-sul, reduz muito os benefícios que dela se esperavam. A verdade é que essas faixas trouxeram apenas alguns ganhos isolados. Portanto, sem melhoria do sistema como um todo, que seria o correto.

Outra consequência da forma atabalhoada com que a Prefeitura vem agindo nesse caso pode ser observada na Avenida Paulista. A faixa exclusiva para ônibus foi implantada ali de tal forma que os táxis não conseguem mais operar nessa via. Como os boisões em que eles podem parar são muito poucos e distantes uns dos outros, tornou-se quase impossível pegar táxi na Paulista ou ali desembarcar de um deles. E isso não é uma questão menor, pois nessa avenida – pela qual passam centenas de milhares de pessoas por dia – e suas adjacências se concentram escritórios de importantes empresas e uma dezena de hospitais.

Haddad e Tatto, que insistem – com uma indistigável ponta de demagogia – que a prioridade da sua administração é o transporte coletivo, ao qual o individual deve ceder espaço, custe o que custar, se esquecem de que o serviço de táxi, aqui como em todo o mundo, é também uma forma de transporte público. Não é porque seu custo é mais elevado que o de ônibus, metrô e trem que ele deixa de exercer esse papel.

Portanto, a não ser pelo fato de ele servir a uma parcela me-

nor da população, de renda mais elevada – o que o torna sensível ao apelo demagógico –, a hostilidade do atual governo ao táxi é dificilmente compreensível. E ela só vem crescendo. Após proibir o seu acesso às faixas exclusivas, a Prefeitura agora estuda fazer o mesmo nos corredores de ônibus, pelos quais o táxi pode circular desde que esteja com passageiro.

Segundo Tatto, um estudo de 2011, feito pela SPTrans – empresa que gerencia o serviço de ônibus –, mostrou que a presença de táxis nos corredores atrapalha os ônibus. Tanto essa não é uma questão pacífica que o Ministério Público pediu à Prefeitura que apresente estudos sobre o impacto dos táxis nessas vias.

Mais uma medida prestes a ser adotada pela Prefeitura, que demonstra a sua ânsia de inovar para impressionar sem pensar nas consequências, é a redução da velocidade máxima permitida em importantes vias, como as Avenidas Paulista e 9 de Julho – onde ela passará de 60 km/h para 50 km/h –, e outras do centro da cidade, onde ela será de apenas 40 km/h.

A justificativa apresentada por Tatto para essa medida, que pode comprometer a fluidez do trânsito, não convence – garantir maior segurança aos ciclistas e pedestres. Ora, a vulnerabilidade de ambos é tal que aquela redução não diminui os riscos a que eles se expõem.

A forma de agir em todos esses casos não prenuncia boas coisas para a cidade.

Título	Renegociação eleitoreira
Data	11/10/2013
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20131011-43823-nac-3-edi- a3-not

Renegociação eleitoreira



Está muito longe de ser mera coincidência o fato de o governo federal ter acertado com o Congresso uma fórmula para aliviar a dívida de Estados e de municípios no momento em que o prefeito paulistano, Fernando Haddad, precisa urgentemente de recursos financeiros. Só com mais dinheiro Haddad, que é do mesmo partido da presidente Dilma Rousseff, poderá mostrar alguma realização no próximo ano – quando, não custa recordar, haverá eleição de presidente da República e de governadores.

O alívio dos pagamentos das dívidas estaduais negociadas pela União em 1997 e das prefeituras negociadas a partir de 2001 vinha sendo reivindicado há muito tempo por governadores e prefeitos. Mas, nas condições acertadas, o grande beneficia-

do será Haddad.

A mudança do indexador das dívidas negociadas pela União com os Estados e municípios – do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE – foi proposta pelo governo no fim do ano passado, por meio de projeto de lei complementar que também continha mudanças destinadas a acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

Como justificou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao propor à presidente Dilma Rousseff o envio do projeto de lei complementar ao Congresso, os critérios financeiros estabelecidos nos contratos de renegociação das dívidas de Estados e municípios, com a correção pelo IGP-DI, “refletiam condições macroeconômicas completamente distintas das que imperam para a eco-

nomia brasileira atualmente”.

Por pressão de governadores, prefeitos e parlamentares, o governo concordou também em mudar a forma de cálculo do saldo devedor, desde a assinatura do contrato até o dia 1.º de janeiro de 2013, o que implicará a concessão de desconto.

Em alguns casos, como o da Prefeitura paulistana, o desconto será bilionário. Calculado pelos critérios atualmente em vigor, o saldo devedor fica em torno de R\$ 54 bilhões; pelas regras acertadas, cairá para cerca de R\$ 30 bilhões.

Isso ocorrerá porque a variação acumulada do IGP-DI, acrescido dos encargos normais e os adicionais da dívida em que a Prefeitura incorreu entre 1999 e 2012, alcançou mais de 800%. Já a taxa Selic (que passará a ser o teto do novo encargo, caso a proposta seja aprovada e sancionada) teve variação acumulada de 493%.

A Prefeitura paulistana terá ainda outro ganho substancial. Por não ter amortizado R\$ 3 bilhões de sua dívida em 2002, quando o PT governava a cidade (e Fernando Haddad fazia parte da equipe da então prefeita Marta Suplicy), a Prefeitura de São Paulo perdeu o direito ao pagamento de juros reais menores, de 6%, e passou a pagar juros reais de 9% ao ano, o que elevou suas despesas anuais e fez crescer mais rapidamente o saldo devedor. A mudança em tramitação no Congresso reduz também o valor das prestações que a Prefeitura terá de pagar, o que abre espaço financeiro para mais gastos a partir de 1.º de janeiro de 2014.

Tudo isso, por enquanto, está no papel. A Comissão de Finanças e Tributação aprovou na madrugada de quarta-feira (9/10) as alterações acertadas na véspera. O projeto ainda depende de apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Ci-

dadania antes de ser submetido ao plenário da Câmara. Depois, terá de passar pelo Senado.

Resta saber como essas mudanças poderão ser feitas sem violar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em vigor desde 2000, a LRF foi e tem sido essencial para assegurar gestão mais responsável do dinheiro do contribuinte.

Em seu artigo 35, a lei é clara ao estabelecer que é vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, “ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação da dívida contratada anteriormente”. O que é a troca do indexador, que modifica o cálculo do saldo devedor e das prestações, senão um refinanciamento?

Mudar esse dispositivo da LRF implicará tirar-lhe um de seus elementos essenciais. Seria um gigantesco retrocesso institucional, que a Nação não perdoadaria.

Título	Campanha fora de hora
--------	-----------------------

Data	07/02/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140207-43942-nac-3-pri-a1- not

Campanha fora de hora

Não deveria causar espécie a sem-cerimônia com que Alexandre Padilha, agora ex-ministro da Saúde, tem usado os recursos e a visibilidade da imensa máquina pública federal para fazer campanha eleitoral ao arripio da lei. Pois foi assim, com essa desfaçatez, mas numa escala infinitas vezes maior, que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu erguer seu primeiro "poste", a novata Dilma Rousseff. A experiência com Dilma, e depois com o atual prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, mostra que, mais uma vez, não haverá constrangimento legal e moral capaz de conter a laboriosa indústria eleitoral petista em sua missão de colocar Padilha, o mais novo ungido de Lula, no Palácio dos Bandeirantes.

A campanha irregular de Padilha explorou abundantemente as verbas de publicidade à disposição do Ministério da Saúde. No ano passado, de acordo com levantamento da *Folha de S.Paulo*, esses gastos somaram R\$ 232 milhões, um aumento real (acima da inflação) de 19,7% sobre as despesas do ano anterior. Estas, por sua vez, já haviam sido 18,6% maiores do que o verificado em 2011. Isso significa que, ao longo de toda a sua gestão, Padilha cuidou de abastecer sua máquina de propaganda.

Esse esforço marqueteiro se justifica quando se observa que, entre outros graves problemas, o Sistema Único de Saúde

(SUS) perdeu quase 13 mil leitos hospitalares entre janeiro de 2010 e julho de 2013, segundo levantamento do Conselho Federal de Medicina. Essa é uma das razões pelas quais milhares de brasileiros foram às ruas no meio do ano passado para protestar. Em resposta às manifestações, em vez de admitir os desafios e enfrentá-los de verdade, Padilha apelou a soluções mágicas, como o Mais Médicos - mero paliativo ante o descalabro da saúde pública no Brasil.

Nada disso parece envergonhar o novo "poste" de Lula. Ao contrário. Em seu último dia no cargo - mas ainda ministro, frise-se -, Padilha usou o Mais Médicos como pretexto para desferir provocações contra adversários políticos, comprovando que, para os petistas, já não há diferença entre Estado e partido.

Ao se despedir, Padilha afirmou que "nem todo mundo sabe, mas os Estados que mais pediram médicos ao programa foram justamente São Paulo e Minas Gerais" - governados por tucanos, como enfatizou o ministro-candidato. Ele acusou esses governadores, o paulista Geraldo Alckmin e o mineiro Antônio Anastasia, de "absoluta falta de sensibilidade" por criticarem o programa e por adotarem medidas para inviabilizar o trabalho dos médicos, "sobretudo os cubanos". Mas nada disso aconteceu - tal versão, fantasiosa, é apenas parte da conhecida estratégia petista de criar inimigos ideológicos e, desse enfren-

tamento, auferir lucros eleitorais. "Só quem tem acesso a médico com um estalar de dedos pode ser contra levar mais médicos para a população que mais precisa", discursou Padilha, recorrendo à surrada luta de classes para atacar o partido que ele enfrentará nas urnas - e ao qual ele atribuiu um "legado maldito" na saúde.

O interesse eleitoral ditou também a convocação, no final de janeiro, de uma rede nacional de rádio e de TV para que Padilha pudesse anunciar uma campanha de vacinação com inacreditáveis 40 dias de antecedência - em outras campanhas, Padilha convocou a rede nacional sempre no dia anterior, como deve ser. Ao ser questionado pela oposição sobre a óbvia exploração eleitoral de sua imagem na TV, Padilha disse, candidamente, não entender as críticas: "Não sei o que eles têm contra a divulgação de uma vacina". Dos 4 minutos e 35 segundos de seu pronunciamento, menos da metade serviu para falar da vacinação; o resto do tempo, Padilha usou para elogiar sua gestão à frente do Ministério da Saúde.

O PSDB anunciou que questionará Padilha na Justiça Eleitoral, acusando-o de propaganda antecipada. Mesmo que resulte em alguma multa, esse tipo de processo não deverá refrear o uso desinibido da estrutura do Estado em favor do candidato petista - foi assim nas eleições de Dilma e de Haddad, nas quais Lula frequentemente ironizava a lei que deveria constrangê-lo.

Título	Armadilha da corrupção
Data	09/03/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140309-43972-nac-3-edi-a3- not

Armadilha da corrupção

O prefeito Fernando Haddad e os partidos que o apoiam, a começar pelo PT, estão dando claros sinais de que vão promover o loteamento político das Subprefeituras, indiferentes aos graves riscos que isso representa. Seduzidos pelas vantagens imediatas que isso pode lhes dar – tanto fortalecendo redutos eleitorais de aliados como facilitando a aprovação de matérias de seu interesse na Câmara Municipal –, eles fecham os olhos à experiência recente que mostra que esse toma lá dá cá acaba mal.

Nesse terreno, Haddad havia começado bem, pois logo depois de sua posse criticou a indicação de políticos ou seus apadrinhados para as 31 Subprefeituras, cargos para os quais escolheu técnicos. Aceitou que, no máximo, os partidos que o apoiam indicassem chefes de gabinete para aquelas unidades administrativas. Essa prudente determinação, que correspondia à necessidade tanto de eficiência como de moralização da administração pública, não durou muito.

Pouco mais de um ano depois, o prefeito está cedendo à pressão do PT e de outros partidos de sua base de apoio, que desde o início do governo vêm reclamando maior espaço na administração, o que significa tirar os técnicos e colocar políticos nos postos de comando, os quais em seguida nomeiam seus apadrinhados para os cargos subalternos. Em resumo, apesar

do discurso moralista do PT e de seus aliados ditos de esquerda – sempre prontos a apontar o dedo acusador para seus adversários –, trata-se pura e simplesmente de repetir as velhas práticas fisiológicas que dominam o setor público.

Haddad começou a trilhar esse mau caminho em grande estilo, nomeando para a Subprefeitura da Sé – a mais importante, com o maior orçamento, cuja área inclui desde a Avenida Paulista até ruas de comércio popular como a 25 de Março – o deputado estadual Alcides Amazonas, do PC do B. Deve valer mesmo a pena comandar essa que, segundo suas palavras, é “a capital da capital”, pois para isso ele vai desistir de seu mandato – pedirá licença e não concorrerá às próximas eleições.

Na mesma linha, o prefeito nomeou interinamente Valter Antônio da Rocha, ex-secretário de Esportes de Gilberto Kassab (PSD), para a Subprefeitura da Mooca. Recorde-se de que Rocha constava da lista de diretores da Dersa condenados pela Justiça em 2007 a devolver R\$ 295 mil pela contratação de um escritório de advocacia, sem licitação, para prestar serviços referentes à construção do Rododnel. Até o dia 28, ele será substituído por um integrante do PT ou de outro partido aliado. A essas deverão se seguir nomeações de outros políticos ou pessoas por eles indicadas para as demais Subprefeituras.

Dirigentes do PT, que só criticam essa prática quando feita pelos seus adversários, tentam

dar-lhe uma roupagem diferente, como faz Alfredo Alves Cavalcanti, o Alfredinho, líder do partido na Câmara Municipal. Para ele, são “naturais” essas mudanças nas Subprefeituras e, por isso, o PT reivindica o comando de mais da metade delas, para as quais indicou chefes de gabinete. O presidente do diretório municipal do PT, o vereador Paulo Fiorilo, também nega que essas nomeações constituam loteamento político.

Mas, como a peneira não consegue esconder o sol, por maior que seja o esforço dos espertos, é isso mesmo que está sendo feito. É um comportamento irresponsável, que nenhum artifício conseguirá disfarçar e pelo qual, mais uma vez, São Paulo poderá pagar caro. O escândalo da Máfia dos Fiscais, um dos maiores da administração pública brasileira, que estourou no governo Celso Pitta, em fins de 1998, teve origem no loteamento das então Administrações Regionais, antecessoras das Subprefeituras, entre os vereadores em troca de seu apoio aos projetos do Executivo. Movimentou R\$ 436 milhões em propinas, levou à cassação de dois vereadores e manchou e destruiu a reputação do governo Pitta.

Haddad que se previna. Como esse processo de trocas de favores engendra fatalmente a corrupção, se o prefeito se deixar envolver por ele, será praticamente impossível controlá-lo, como ensina a experiência. Terá ele força e vontade para evitar essa armadilha, na qual a cidade cairá junto?

Título	A dívida dos Estados
Data	06/04/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140325-43988-nac-3-edi-a3-not/

A dívida dos Estados

Estimulados pelo comportamento ambíguo do governo e por seus próprios interesses político-eleitorais, os senadores da base aliada decidiram acelerar o exame do projeto de renegociação da dívida de Estados e municípios com a União. Pretendem votá-lo nas comissões na semana que se inicia, para que seja possível aprová-lo em plenário ainda no primeiro semestre. Poderão, então, dedicar-se à campanha eleitoral - sua, no caso de serem candidatos à reeleição ou a outros cargos, ou de seus aliados, entre os quais os postulantes à Presidência da República e aos governos estaduais -, na qual decerto apresentarão a aprovação do projeto como um dos maiores benefícios financeiros concedidos aos Estados e municípios em muitos anos.

Se aprovarem o projeto na forma como ele passou pela Câmara, certamente beneficiarão amplamente os devedores. No entanto, terão causado grave lesão à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que em 14 anos de vigência mudou o padrão de comportamento dos gestores públicos, aos quais impôs critérios rigorosos para o uso do dinheiro do contribuinte. Por isso, embora trate de um problema que precisa ser resolvido, o projeto representa séria ameaça à estabilidade das finanças públicas.

O projeto original foi apresentado pelo governo no fim de 2012 e atendida, em tese, à an-

tiga reivindicação de governadores e de parte dos prefeitos. A renegociação das dívidas no fim da década de 1990 (no caso dos Estados) e depois de 2001 (com as prefeituras) aliviou o caixa dos devedores. O indexador adotado na ocasião (o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas) era considerado o mais adequado para o credor (a União) e para os Estados e municípios devedores, com juros de 6% ou 9% ao ano, conforme o caso.

A longa vigência dessa regra, porém, impôs grandes ônus aos devedores, que, mesmo cumprindo todas as condições de amortização contratadas, viam o saldo devedor crescer. Por isso, o governo propôs a mudança do indexador para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, com juros anuais de 4% ou a taxa Selic, o que for menor.

Havia um claro interesse político-partidário do governo, pois a medida, benéfica para todos os devedores, beneficiava de maneira escandalosamente generosa a Prefeitura de São Paulo, que a partir de 2013 seria chefiada pelo petista Fernando Haddad. Calcula-se que a mudança reduziria o saldo devedor da Prefeitura paulistana de R\$ 54 bilhões para R\$ 20 bilhões, diminuindo, concomitantemente, o comprometimento de recursos para a amortização e, assim, abrindo espaço para o aumento da dívida municipal para a execução de obras - o que é do maior interesse do PT

neste ano eleitoral.

Embora tenha concordado com o texto aprovado em outubro pela Câmara, o governo, já às voltas com a aguda desconfiância a respeito da consistência da política fiscal, tentou retardar a decisão do Senado. Ela poderia, segundo temia o governo, acelerar a redução da classificação da dívida brasileira pelas agências de avaliação de risco financeiro. Mesmo sem a renegociação da dívida nas condições aprovadas pela Câmara, porém, a deterioração da política fiscal foi o bastante para o rebaixamento do Brasil pela agência Standard & Poor's.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, ainda insistem em adiar a votação do projeto no Senado, pois, como alegam, neste momento a renegociação pode sugerir o aumento da dívida dos Estados e municípios e alimentar as dúvidas sobre o cumprimento das metas fiscais. A área política do governo, porém, não parece preocupada, como indica a facilidade com que a base governista no Senado decidiu votar a renegociação.

Que o problema precisa ser resolvido não se discute. Fazê-lo do modo como está sendo feito, no entanto, implica desrespeito ao artigo 35 da LRF, que proíbe a renegociação das dívidas dos entes federados com a União. Desrespeitar a LRF é como abrir caminho para a gastança irresponsável do dinheiro público, que tantos danos já causou ao País.

Título	A greve no ensino municipal
Data	16/05/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140516-44040-nac-3-edi-a3-not

A greve no ensino municipal

Em greve há três semanas, professores e servidores administrativos da rede municipal de educação infantil e ensino fundamental de São Paulo bloquearam a Avenida Paulista, a Rua da Consolação e o Viaduto do Chá na quarta-feira e fizeram nova manifestação ontem. A rede tem 79.524 profissionais e abrange 1.523 escolas, das quais 65% estariam com as atividades didáticas suspensas total ou parcialmente.

Liderados pelo Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), os grevistas reivindicam a incorporação imediata, ao piso salarial, do abono complementar de 15,38% prometido pela Prefeitura de São Paulo ao funcionalismo da área da educação - inclusive aos 28.513 docentes e servidores aposentados.

Desde que anunciou a concessão do abono, há uma semana, o prefeito Fernando Haddad, do PT, alardeia que o Município passará a pagar um dos maiores pisos salariais do magistério público do País. Os professores da rede municipal recebem salário de R\$ 2,6 mil. Com o abono, passarão a receber R\$ 3 mil. O problema é que o anúncio da concessão desse benefício foi feito às vésperas do início da campanha eleitoral e o abono somente será incorporado aos salários a partir de 2015 - e assim mesmo em

do, uma vez que a medida depende de autorização da Câmara Municipal e o projeto somente foi enviado esta semana pela Prefeitura.

A greve dos docentes e servidores municipais da área de educação coincidiu com o anúncio, pelo governador Geraldo Alckmin, do PSDB, de um aumento de 7% nos salários dos 415 mil profissionais ativos e inativos da rede estadual de ensino básico. O reajuste será pago em julho e é o quarto aumento concedido a essas categorias nos últimos três anos. Desde 2011, docentes e servidores da Secretaria Estadual de Educação já tiveram 45% de ampliação salarial.

Para impedir a greve dos profissionais da rede municipal de ensino infantil e educação fundamental, a Prefeitura apresentou algumas contrapropostas. Mas, como atingiam apenas 16 mil dos 79.524 professores e servidores do ensino municipal da capital, elas foram rejeitadas pelo presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca.

Depois da greve, o governo municipal voltou a fazer contraofertas, prometendo reajustar o piso salarial do professorado em 13,43%, incorporar o reajuste o mais rapidamente possível aos salários da categoria e estender o aumento aos gestores escolares e aos integrantes do chamado Quadro de Apoio à Educação, desde que a greve fosse encerrada e os grevistas se comprometessem a repor as horas não trabalhadas. Só com os docentes e

servidores ativos, essas concessões representaram um aumento de R\$ 374 milhões na folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação. Com os inativos, serão gastos mais R\$ 229 milhões. A Prefeitura também alegou que o aumento salarial concedido em 2013 e o reajuste de 13,43% no piso salarial prometido para este ano proporcionarão um aumento de 25% aos profissionais da rede municipal de ensino fundamental.

A direção do Sinpeem aceitou a incorporação dos 13,43% aos salários, mas anunciou que, enquanto a Prefeitura não definir com precisão a data em que essa medida será implementada, a greve não será suspensa. Além do reajuste salarial, os professores e servidores administrativos da rede municipal pedem à Prefeitura que passe a promover uma revisão salarial anual não inferior à inflação. Exigem melhores condições de trabalho, reclamando da falta de segurança, do elevado número de alunos por sala de aula e da estrutura precária das escolas. Reivindicam o fim das terceirizações. E alegam que o Sistema de Gestão Pedagógico adotado pelo prefeito Fernando Haddad "é impossível de ser operado por falta de condições e por ocupar tempo destinado ao projeto pedagógico da escola e da regência com operações burocráticas". Na campanha de 2012, Haddad prometeu revolucionar o sistema educacional paulistano. Até o momento, a promessa não foi cumprida.

Título	O fogo de artifício das faixas
Data	21/06/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140621-44076-nac-3-edi-a3- not

O fogo de artifício das faixas

Não demorou muito para que os fatos – contra os quais, como se diz, não há argumentos – comessem a desfazer a encenação montada pela Prefeitura, com estardalhaço e claros objetivos eleitorais, para levar os paulistanos a acreditar que as faixas exclusivas eram uma solução milagrosa, capaz de dar maior velocidade aos ônibus e melhorar assim esse serviço. Tal como a mentira, da qual é parente próximo, esse embuste também tinha pernas curtas, como acabam de comprovar dados da própria São Paulo Transportes (SPTtrans), empresa que gerencia aquele serviço.

As faixas situadas à direita de vias importantes possibilitaram um aumento muito pequeno da velocidade média dos ônibus – apenas 1 km por hora –, o que, decididamente, não compensa o esforço para sua implantação nem a perda para o sistema de transporte como um todo com a lentidão acarretada pela redução do espaço para os demais veículos. No ano passado, quando foram implantados a toque de caixa 300 km de faixas – o dobro do previsto para todo o mandato do prefeito Fernando Haddad –, os ônibus rodaram à velocidade média de 17 km/h no horário de pico da manhã em comparação com os 16 km/h registrados entre 2009 e 2012. No horário de pico da tarde, a velocidade média foi de 16 km/h para 15 km/h naquele mesmo período, como

mostrou o **Estado**.

O fato de em algumas faixas o aumento da velocidade ter sido bem maior do que a média não serve de consolo. Primeiro, porque, em compensação, é claro, a velocidade nas demais é muito menor – daí a média tão baixa, muito aquém do esperado. Em segundo lugar, porque tal diferença é mais uma indicação da improvisação que marcou a iniciativa. Desde o início, a impressão – que agora se confirma – foi de que as vias em que elas foram implantadas foram escolhidas sem planejamento ou estudos técnicos. Se eles existiram, deles a população não teve conhecimento. Não que um plano bastasse para justificar medida polêmica como essa, mas ao menos mostraria que a Prefeitura tentou acertar, agiu com seriedade.

Além da escolha ao acaso das vias, outro aspecto das faixas que chama a atenção e até agora não teve explicação da Prefeitura é a questão do seu piso. O dos corredores merece cuidados especiais para que resista ao tráfego pesado dos ônibus. Além disso, é periodicamente reformado. Como é possível, então, esperar que o piso das faixas, que deve suportar carga semelhante, resista sem nenhum reforço? Ou a Prefeitura tem uma explicação escondida para isso ou o bom senso sugere que em pouco tempo ele estará desgastado.

O ar triunfante do prefeito Fernando Haddad e de seu secretário de Transportes, Jilmar Tatto, anunciando a panaceia

das faixas – está se vendo –, não resistiu muito. Ele tinha gás para durar apenas o tempo de um fogo de artifício. Tatto, em especial, se esmerou nos exageros. Espalhou, como se fosse novidade, que é preciso dar prioridade ao transporte coletivo, daí a necessidade das faixas. E não perdeu a oportunidade de fustigar demagogicamente os carros, como se eles fossem os vilões das dificuldades de locomoção da capital. Ora, a imensa maioria dos que usam carros só o faz por falta da opção de transporte coletivo de qualidade.

Melhorar esse transporte – o de ônibus, no caso da Prefeitura – é coisa que exige mais seriedade e menos fanfarronice. Se essa fosse a postura da atual administração, ela teria cuidado mais dos corredores de ônibus – mais caros, mas que desempenham papel importante – em vez de perder tempo com as faixas. É verdade que Haddad promete 150 km de novos corredores. Mas antes que eles virem realidade é preciso cuidar melhor dos já existentes.

A velocidade média dos corredores nos horários de pico caiu no primeiro trimestre deste ano, em comparação com igual período de 2013. Na opinião de especialistas, para aumentar seu rendimento é preciso, entre outras coisas, fazer a sempre prometida e adiada reorganização das linhas de ônibus. O que se pode e deve fazer para melhorar o transporte é sabido. Mas para isso é preciso seriedade e vontade.

Título	Uma situação vergonhosa
Data	26/08/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140826-44142-nac-3-edi-a3- not

Uma situação vergonhosa

As condições degradantes a que estão submetidos imigrantes haitianos e africanos em um abrigo da Prefeitura de São Paulo, conforme mostrou reportagem do **Estado**, deveriam causar vergonha aos administradores públicos responsáveis por essa situação. Se era para tratar esses seres humanos como animais, seria melhor tê-los impedido de entrar no Brasil – como, aliás, faz todo país cujo governo é prudente o bastante para medir as consequências de um fluxo migratório.

O abrigo público da Rua do Glicério, no centro da capital, tem capacidade para 150 imigrantes estrangeiros, mas hoje hospeda cerca de 200. A superlotação é apenas um entre tantos problemas que eles enfrentam.

A falta de higiene está entre as principais queixas dos abrigados. Os banheiros são tão precários que os homens são obrigados a urinar em garrafas de refrigerante, que são depositadas embaixo das camas. O odor de urina se espalha por todo o lugar. Nos poucos banheiros, não há nenhuma privacidade, pois não há portas – e a limpeza, nas raras vezes em que ocorre, é feita apenas com água, porque não há desinfetante. Além disso, a água do esgoto se espalha pelo chão.

Os imigrantes fazem apenas uma refeição por dia, fornecida pela Prefeitura. As demais refeições eram oferecidas pelo governo do Estado, em caráter

emergencial. Segundo o secretário estadual de Desenvolvimento Social, Rogério Hamam, todos sabiam que o fornecimento seria interrompido em 30 de junho, conforme o acertado, e que uma eventual prorrogação deveria ter sido solicitada pela Prefeitura.

Já a administração municipal, petista, prefere ver na atitude do governo do Estado, tucano, uma simples irresponsabilidade. “Eles ofereceram e depois cancelaram”, disse Paulo Illes, coordenador de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos do Município.

A Prefeitura paulistana está tentando arrastar o governo do Estado para o centro de um problema que foi criado apenas por correligionários do prefeito Fernando Haddad. Essa politização ficou mais evidente em abril, quando o governo petista do Acre decidiu despachar para São Paulo centenas de haitianos, por não ter mais condições de abrigá-los.

Esses imigrantes faziam parte de uma massa de haitianos que haviam deixado seu país após o grande terremoto de 2010 e viam no Brasil uma chance de recomeçar. No entanto, a lei brasileira e o direito internacional não os reconhecem como refugiados, *status* que lhes daria o direito a um visto permanente. Sem esse visto, eles teriam de ser repatriados. Mas o governo federal petista, com o propósito de mostrar seu lado “humanitário”, criou um instrumento para regularizar a situação, estimulando

a entrada em massa de novos imigrantes ilegais. O Acre é a principal porta de acesso desses imigrantes – mais de 20 mil entraram, gerando um aumento populacional que as cidades acrianas não tinham condições de suportar.

A solução simples foi enviar esses imigrantes a vários Estados, principalmente São Paulo. Na ocasião, o governo paulista reagiu, acusando o governo do Acre de promover uma “deportação forçada” dos haitianos. Como resposta, a administração acriana disse que a “elite paulista” estava fazendo de tudo para “assegurar seu território livre de imigrantes do Haiti”.

Em lugar de pressionar o governo federal a tomar uma providência em relação à crise que ele mesmo gerou, a Prefeitura paulistana tratou de se empenhar em mostrar sua compaixão – aquela que faltava à “elite”. Em maio, Haddad inaugurou o abrigo do Glicério, prometendo, segundo a nota que o PT publicou na ocasião, um “serviço de acolhimento” que envolvia “apoio para que os estrangeiros tenham documentos, atendimento em saúde, alimentação e acomodações”.

Como revelou a reportagem do **Estado**, é justamente tudo isso o que falta aos imigrantes que a Prefeitura dizia acolher. A situação extrema em que eles se encontram é resultado tanto do despreparo do País para lidar com emergências humanitárias quanto da indecorosa exploração política de seu drama.

Título	Chalita no ninho petista
Data	14/01/2015
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150114-44283-nac-3-edi-a3- not

Chalita no ninho petista

O convite do prefeito Fernando Haddad ao deputado federal Gabriel Chalita (PMDB) para ocupar a Secretaria Municipal da Educação tem tudo de uma vulgar manobra política e eleitoral, feita à custa de setor da mais alta importância da administração, que não deixa bem nenhum dos que dela participaram direta ou indiretamente, às claras ou na discrição dos bastidores. Como se isso não bastasse, nem mesmo as qualificações técnicas do futuro secretário, por muitos contestadas, podem ser alegadas para justificar uma escolha bem de acordo com velhas práticas que não costumam dar bons resultados.

Os entendimentos entre Haddad e Chalita, com as bênçãos e a inspiração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começaram há cerca de um mês e fazem parte das articulações políticas destinadas a facilitar a reeleição do prefeito no próximo ano, como mostra reportagem do **Estado**. O acordo pode levar a uma chapa que teria Chalita como candidato a vice. Que ele tenha aquilo que para o PT em princípio seria um estigma - ter sido figura de destaque no governo tucano de Geraldo Alckmin, como secretário de Educação - já não parece ter importância para Haddad e seus companheiros.

Para nos limitarmos aos fatos mais recentes relativos à falta de pudor com que o PT,

tão logo chega ao poder, se alia aos que desancava no passado e àqueles ocorridos no âmbito municipal, recorde-se a aliança Lula/Maluf/Haddad. Na ânsia de eleger Haddad, na época um simples poste como se diz na gíria política, o ex-presidente não hesitou em buscar o apoio de seu arqui-inimigo e símbolo maior da pouca seriedade - digamos assim, apelando para uma fórmula benevolente - no trato das coisas públicas, e por isso mesmo campeão de processos na Justiça.

A foto dos três sorridentes e de mãos dadas, uma exigência impiedosa de Maluf, consagrou o acordo e marcou para sempre a biografia de Lula. Guardando as devidas diferenças e dimensões, deve-se dizer que o caso Chalita é café pequeno. O que incomoda nesse episódio não são tanto as denúncias de enriquecimento ilícito contra Chalita, pois elas foram arquivadas pela Justiça por falta de provas - por elas, ele não deve nada. O que incomoda é a falta de pudor do PT na montagem de alianças - foi no ninho de seus inimigos tucanos que Chalita adquiriu notoriedade. Afinal, embora a essa altura de suas traficâncias políticas e das graves suspeitas que pesam sobre seu comportamento em casos cabeludos não lhe deva restar muito pudor, ele continua a posar de moralista.

O importante mesmo é o preço que os paulistanos poderão pagar pelo despudor. A competência profissional de

Chalita, a julgar pela sua passagem pela Secretaria Estadual da Educação, está longe de ser ponto pacífico. O presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), Cláudio Fonseca, diz ver com apreensão a escolha de Chalita, pois "sua atuação na rede estadual foi contestada". Por isso, "ele vai ter trabalho para convencer que é a pessoa para esse momento de mudança".

Para outro especialista, a consultora Iona Beckskeházy, o critério que orientou a mudança de comando na Secretaria foi erradto: "Esse arranjo político, e não o desenho de política pública, não funciona mais". E Salomão Ximenes, da organização Ação Educativa, se diz preocupado principalmente com a educação infantil, pois "o Callegari (o atual secretário, Cesar Callegari) se colocava aberto ao diálogo com as instituições que tratam do tema".

Aliás, Callegari, um técnico respeitado, foi a primeira vítima da mudança, não propriamente porque perdeu o cargo, mas pela situação constrangedora em que o deixou Haddad. Foi pela imprensa que ele soube da escolha de Chalita.

Esse é só mais um na sucessão de fatos que demonstram serem os conchavos e acordos, bem à moda antiga, o que orienta a ação de Lula e de Haddad, preocupados antes de tudo com a preservação do poder a todo custo, não com o uso que se deve fazer dele em benefício da população.

Título	Haddad e a crise hídrica
Data	04/03/2015
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150304-44332-nac-3-edi-a3- not

Haddad e a crise hídrica

Aprovação de projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal, que estabelece multa para quem lava calçada ou veículo com água tratada, deveria ser a coisa mais natural na atual situação, tendo em vista tanto a grave crise hídrica que afeta principalmente a capital e as cidades da Grande São Paulo como também o entendimento nesse sentido a que chegaram o prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin. Por isso, tudo corria bem e o projeto foi mesmo aprovado em primeira votação no dia 4 de fevereiro.

Mas agora Haddad, com o apoio de vereadores de seu partido, o PT, resolveu complicar as coisas, ao que tudo indica por razões políticas, e o projeto – que prevê multa pesada, de R\$ 1.000, para quem é pego em flagrante desperdiçando água – corre o risco de ser desfigurado. O prefeito reconhece que houve acordo entre representantes do governo do Estado e prefeitos da região metropolitana, quando eles se reuniram em dezembro do ano passado para tratar do problema, e os primeiros sugeriram aprovação de lei municipal destinada a punir o desperdício.

Embora ele e o PT tenham até há pouco apoiado o projeto de iniciativa de vereadores que cuidam da questão, Haddad alega agora que ele contém erros – ele puniria sem advertir e por isso teria prejudicada sua

função pedagógica. Ora, é evidente que a própria lei, dizendo com clareza o que é proibido e qual a punição para a transgressão, já é advertência mais do que suficiente. O que a posição adotada por Haddad sugere é que, antes de se aplicar a multa a quem foi pego em flagrante, ele seja avisado de que na próxima vez não haverá perdão.

Essa linha sugere que poderiam ser fixadas condições generosas para o pagamento da multa, na reabertura da discussão da matéria na Câmara, de forma a diminuir seu impacto. Como o que levou o prefeito a mudar de posição foi certamente a reação desfavorável à multa, essa seria uma forma de torná-la menos amarga. Reação aliás compreensível, porque não há multa simpática para quem pode eventualmente ser alcançado por ela, e Haddad já devia saber disso muito bem quando apoiou inicialmente a medida.

Os debates em torno da questão, à luz do que vem dizendo dela o prefeito, que podem ocorrer antes da segunda votação do projeto, indicarão se esse será mesmo o caminho a seguir pela bancada governista. Mas tudo indica que o principal elemento que pode estar por trás dessa mudança é de natureza política. Já que o seu partido vem insistindo, desde o início da crise hídrica, que o responsável por ela é o governo tucano de Geraldo Alckmin, Haddad e os vereadores petistas não devem querer partilhar o ônus inevitável pelas medidas que se im-

põem para combatê-la.

Recorde-se que o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Gullio, cujas ligações com o PT e a CUT são notórias, deu várias declarações alarmistas sobre a crise, com o claro objetivo de deixar mal o governo paulista, que por isso sempre reagiu imediatamente.

O fato de ser o governo do Estado que tem de assumir o grosso da responsabilidade pelo enfrentamento da crise não exclui a ajuda das prefeituras da Grande São Paulo, às quais foram solicitadas medidas de sua alçada contra o desperdício de água. O projeto da multa para quem lava calçada ou veículo, em sua versão original, é a contribuição mínima que a Prefeitura e a Câmara Municipal da capital podem e devem dar.

Não apenas porque a crise é grave, o que já seria razão suficiente. Mas também porque o governo do Estado e a Prefeitura têm feito, corretamente, parcerias importantes, das quais essa última tira grande benefício. Um exemplo disso é a participação de ambos num ambicioso programa habitacional na região central da capital. Outro é o bilhete único integrado, que, sem a participação do Estado, não contaria com o sistema metroferroviário.

Não tem cabimento a parceria ser rompida justamente no delicado problema da escassez da água. E esse é o risco que se corre com a pretendida mudança, para pior, daquele projeto.

Título	Haddad não tem jeito
Data	10/01/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160110-44644-nac-3-edi-a3-not

Haddad não tem jeito

Mais uma vez, o prefeito Fernando Haddad prova que tem mesmo uma inegável capacidade de surpreender a todos com seu faro marqueteiro. Agora, na reta final de seu mandato e longe de níveis de aprovação que lhe garantam a desejada reeleição, ele tira do bolso do colete a proposta de eleição direta dos 32 subprefeitos, constante de projeto de lei enviado à Câmara Municipal. Ela impressiona à primeira vista, com seu demagógico apelo “democrático” de dar ao povo o direito de escolha, mas não resiste a um exame mais detido.

Os candidatos a esses cargos devem ser obrigatoriamente filiados a partidos políticos, residir na região da Subprefeitura à qual vão concorrer e não podem ocupar cargos comissionados. Seu mandato será de quatro anos e coincidirá com o do prefeito. A proposta não vai muito além dessas linhas gerais. Nada diz sobre como será o financiamento das campanhas nem sobre o cronograma das eleições. Embora essas sejam questões importantes, Haddad quer que elas sejam regulamentadas por decreto.

E mais: como a escolha dos subprefeitos deve coincidir com a eleição do prefeito e dos vereadores, em 2 de outubro, e como Haddad não sabe exatamente como tornar isso realidade, diz que vai consultar a respeito o Tribunal Regional

Eleitoral (TRE). Em primeiro lugar, quem se dispõe a fazer uma mudança de tal ordem tem a obrigação de procurar assessores competentes. Em segundo lugar, se não os encontrou – o que é altamente improvável –, por que não consultou antes o TRE, para colher suas sugestões, se é que ele estaria disposto a fazê-las?

Não são essas as únicas indicações seguras de que esse é mais um projeto do atual governo feito de improviso, às carreiras, sem compromisso com a qualidade técnica e a seriedade. Foi assim com as faixas exclusivas de ônibus e as cicloviárias, nas quais – além da questão de saber preliminarmente se eram mesmo úteis e necessárias – o que sobrou em estardalhaço faltou em planejamento. A história se repete, pois o prefeito, como mostrou reportagem do *Estado*, nem ao menos soube informar qual será o custo do projeto.

Tão ou mais grave, o projeto não prevê mudanças no orçamento nem na competência dos subprefeitos. Para fugir da pergunta – para que eleger subprefeitos, se eles continuarão tão sem recursos e poder quanto hoje? – Haddad diz que, a partir do momento em que as comunidades locais estiverem envolvidas no processo de escolha dos subprefeitos, o debate sobre esses temas ocorrerá naturalmente. Segundo ele, “vai ter um movimento natural. Os bairros vão passar a se ver no Orçamento”, seja lá o que isso significa. Dá para levar a sério?

Sobre a possibilidade de a eleição de subprefeitos de partidos de oposição ao prefeito levar a conflitos que prejudiquem a cidade, Haddad afirma que o Plano Diretor e a Lei de Ocupação do Solo formam um arcabouço legal capaz de garantir coerência administrativa entre eles. Ou o prefeito é ingênuo, o que não parece provável, ou diz qualquer coisa para fugir de perguntas para as quais não tem resposta.

É para essa última hipótese que ele certamente será tentado a apelar, se for colocado diante da incoerência entre o tratamento dispensado até agora às Subprefeituras e o súbito desejo de vê-las mais fortes e independentes. Haddad cortou prerrogativas dessas unidades administrativas e reduziu os recursos orçamentários a elas destinados, centralizando-os na Prefeitura. Por que mudou de ideia? O que parece mais provável é a intenção de criar um factóide e com ele desviar a atenção do pífio desempenho de seu governo.

Não se pode descartar a hipótese de Haddad, sentindo que pode ser derrotado, desejar com esse projeto criar condições de eleger alguns subprefeitos e assim garantir a manutenção de uma parcela de poder.

Felizmente para a cidade, tudo isso pode dar em nada. Seja porque o projeto é de legalidade duvidosa e pode ser barrado na Justiça, seja porque foi mal recebido na Câmara, onde sua aprovação enfrenta sérios obstáculos.

Título	Ordem nas manifestações
Data	14/01/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160114-44648-nac-3-edi-a3- not

Ordem nas manifestações

Finalmente as autoridades encarregadas da segurança pública decidiram que tentaram forçar a passagem, a PM usou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

As posições do MPL, exposta por sua porta-voz Erica de Oliveira – “Quem define o rumo da manifestação é quem se manifesta e não a Polícia Militar” –, é preocupante, porque indica que esse grupo está mesmo disposto a afrontar a autoridade, como já havia demonstrado na terça-feira. Essa é uma visão deliberadamente distorcida da questão, para servir a interesses políticos e ideológicos.

Isso começou a valer no protesto organizado na última terça-feira pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô de R\$ 3,50 para R\$ 3,80 e foi a recusa desse grupo de acatar aquela decisão – como tem feito seguidamente, apesar da insistência das autoridades – que desencadeou os tumultos na região da Avenida Paulista, Rua da Consolação e bairros da Bela Vista e de Higienópolis, que assistiram a cenas de violência poucas vezes vistas por ali.

Ao contrário do roteiro decidido em cima da hora pelo MPL para os manifestantes concentrados na Avenida Paulista – seguir pela Avenida Rebouças até o Largo da Batata –, a PM determinou que o percurso deveria ser a Rua da Consolação até a Praça da República. Por isso, bloqueou o acesso à Rebouças, cercou os manifestantes e deteve vários suspeitos com correntes, tesouras, soco inglês e arte-

atos explosivos, numa clara demonstração de qual era o ânimo de pelo menos boa parte deles. Para deter os manifestantes que tentaram forçar a passagem, a PM usou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

A posição do MPL, exposta por sua porta-voz Erica de Oliveira – “Quem define o rumo da manifestação é quem se manifesta e não a Polícia Militar” –, é preocupante, porque indica que esse grupo está mesmo disposto a afrontar a autoridade, como já havia demonstrado na terça-feira. Essa é uma visão deliberadamente distorcida da questão, para servir a interesses políticos e ideológicos.

A regra anunciada pelo secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, é que coloca as coisas em seus devidos lugares: “Quando o trajeto não for avisado, ele será combinado no momento e o traçado da PM vai ser cumprido. Não é possível que os manifestantes e infiltrados queiram livremente bagunçar a cidade toda. Um grupo de pessoas não pode parar a cidade e prejudicar milhões de pessoas”. Isso quer dizer que o direito à livre manifestação tem de ser respeitado e não, como vinha acontecendo, utilizado para atropelar outros direitos, como o de ir e vir dos que não participam de protestos ou que, quando se manifestam, o fazem dentro da lei e da ordem.

A autorização de manifestações, com roteiros previamente comunicados às autoridades, que protegem seus participantes, é a regra seguida nos países

de sólida tradição democrática, como os europeus e os Estados Unidos. Quem se arrisca a desrespeitá-la paga o preço da repressão policial e grupos violentos como o Black Bloc têm de acertar contas com a Justiça.

Se o governo paulista se mantiver firme nessa nova posição, muita coisa vai mudar, e para melhor, no respeito às liberdades. Principalmente se, além disso, como promete o secretário Moraes, daqui para a frente as ações daqueles grupos forem tipificadas em inquéritos policiais como as de membros de organização criminosa. É inaceitável que badermeiros que destroem patrimônio público e privado sejam detidos, logo liberados e voltem a delinquir.

Ao contrário do governo do Estado, que tomou o bom caminho, o prefeito Fernando Haddad fica muito mal nessa história, com sua proposta demagógica e de viés eleitoral de sugerir ao Ministério Público que tente mediar a relação entre o MPL e a PM. Os anos gastos na companhia da tigrada devem ter feito o acadêmico Haddad esquecer de que ordem pública não se negocia – se mantém – e a polícia existe para isso. Aliás, segurança pública é assunto que não diz respeito ao prefeito. E do Ministério Público o que se espera é que aja com firmeza em sua esfera de competência contra os desordeiros. Mas o pior da atitude de Haddad é a tentativa mesquinha de tirar proveito eleitoral de um problema dessa importância e gravidade.

Título	A milionária dívida dos clubes
Data	21/02/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160221-44686-nac-3-edi-a3- not

A milionária dívida dos clubes

Nada mais natural que a municipalidade paulistana cobre a dívida milionária dos três grandes clubes de futebol da cidade. Não faz mais do que a sua obrigação. Mas a questão não tem a simplicidade e a clareza que decorrem dessa realidade. Atrás dela se escondem interesses políticos e eleitorais nada edificantes. E mesmo a determinação de fazer a cobrança não é tão firme quanto parece à primeira vista, pois ao mesmo tempo em que ela foi anunciada surgiu a possibilidade de um entendimento com os devedores.

Segundo reportagem do **Estado**, no fim de 2015, após fiscalização nas sedes do Corinthians, Palmeiras e São Paulo, auditores da Secretaria Municipal de Finanças constataram que não foi recolhido o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza referente a algumas operações fiscais realizadas por aqueles clubes, como venda de ingressos e obtenção de cotas de patrocínio. O débito, de nada menos que cerca de R\$ 300 milhões, é relativo ao período de 2010 a 2014 e inclui multas e correção monetária.

A primeira questão a ser levantada é por que se demorou tanto a constatar a existência da dívida. Falha da fiscalização? Mas se ela foi tão eficiente para identificar a irregularidade em 2015, poderia ter sido igualmente para evitar que a dívida crescesse ao longo de

quatro anos. Há também a possibilidade de negligência ou falta de empenho. Afinal, quando o governo se empenhou, o resultado surgiu. A pergunta a que não se pode escapar é por que isso só ocorreu agora, em ano eleitoral, quando fica bem para o prefeito Fernando Haddad, que buscará um segundo mandato, posar de zeloso cobrador de dívidas de contribuintes poderosos?

Recorde-se que Haddad não se cansou de reclamar do atraso – devido à decisão judicial – na cobrança do grande aumento do IPTU que patrocinou. Por muito tempo, até que a decisão liminar fosse derrubada, afirmou que a impossibilidade de ter os milhões esperados do IPTU o impedia de cumprir suas promessas. Se o problema era mesmo a falta de dinheiro, por que não foi atrás da dívida dos clubes, que se acumulava desde bem antes de sua posse?

Mesmo agora, quando a municipalidade dá sinais de que deseja recuperar o que lhe é devido, o prefeito emite sinais contraditórios. Ao mesmo tempo em que se mostra cobrador enfim rigoroso, a Secretaria de Comunicação informa que ele se encontrou com os presidentes daqueles clubes – a exemplo do que fez o presidente da Câmara Municipal, vereador Antônio Donato (PT) – e criou um grupo para buscar um entendimento. Se a decisão é mesmo receber a dívida, para que um entendimento que, do ponto de vista do devedor, só pode ser um tipo qualquer de

alívio do débito?

Como se não bastasse isso, a quitação do dívida dos clubes enfrenta um outro sério obstáculo. Mais de 20 vereadores de todos os partidos, com Nelo Rodolfo (PMDB) e Milton Leite (DEM) à frente, se apressaram a assinar emendas a um projeto de lei já em tramitação e que trata de outro assunto – o chamado “contrabando” na gíria parlamentar – anistiação do débito. Em contrapartida, exige-se dos clubes a execução de serviços de conservação de vias e praças no entorno de suas sedes. Exigência que, se for mesmo respeitada, certamente significará gasto irrisório comparado com a dívida perdoada.

O argumento de Nelo Rodolfo a favor da anistia, citando o caso do Palmeiras, do qual é conselheiro, é um primor. Depois de lembrar que o orçamento do clube para este ano é de R\$ 235 milhões, pergunta: “Como é que a Prefeitura quer que o clube pague R\$ 100 milhões de imposto?”. É muito simples: ele e os outros clubes têm de pagar, porque se endividaram. Se aquele argumento fosse válido, ninguém mais pagaria imposto na cidade e faltaria dinheiro – porque ele não cai do céu – até para pagar os altos salários dos vereadores.

Em resumo, é provável que, apesar da súbita determinação de Haddad, que tem traços de encenação, e com a ajuda dos vereadores, a cidade perca os R\$ 300 milhões que os grandes clubes lhe devem.

Título	Armadilha da corrupção
Data	09/03/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140309-43972-nac-3-edi-a3- not

Armadilha da corrupção

O prefeito Fernando Haddad e os partidos que o apoiam, a começar pelo PT, estão dando claros sinais de que vão promover o loteamento político das Subprefeituras, indiferentes aos graves riscos que isso representa. Seduzidos pelas vantagens imediatas que isso pode lhes dar – tanto fortalecendo redutos eleitorais de aliados como facilitando a aprovação de matérias de seu interesse na Câmara Municipal –, eles fecham os olhos à experiência recente que mostra que esse toma lá dá cá acaba mal.

Nesse terreno, Haddad havia começado bem, pois logo depois de sua posse criticou a indicação de políticos ou seus apadrinhados para as 31 Subprefeituras, cargos para os quais escolheu técnicos. Aceitou que, no máximo, os partidos que o apoiam indicassem chefes de gabinete para aquelas unidades administrativas. Essa prudente determinação, que correspondia à necessidade tanto de eficiência como de moralização da administração pública, não durou muito.

Pouco mais de um ano depois, o prefeito está cedendo à pressão do PT e de outros partidos de sua base de apoio, que desde o início do governo vêm reclamando maior espaço na administração, o que significa tirar os técnicos e colocar políticos nos postos de comando, os quais em seguida nomeiam seus apadrinhados para os cargos subalternos. Em resumo, apesar

do discurso moralista do PT e de seus aliados ditos de esquerda – sempre prontos a apontar o dedo acusador para seus adversários –, trata-se pura e simplesmente de repetir as velhas práticas fisiológicas que dominam o setor público.

Haddad começou a trilhar esse mau caminho em grande estilo, nomeando para a Subprefeitura da Sé – a mais importante, com o maior orçamento, cuja área inclui desde a Avenida Paulista até ruas de comércio popular como a 25 de Março – o deputado estadual Alcides Amazonas, do PC do B. Deve valer mesmo a pena comandar essa que, segundo suas palavras, é “a capital da capital”, pois para isso ele vai desistir de seu mandato – pedirá licença e não concorrerá às próximas eleições.

Na mesma linha, o prefeito nomeou interinamente Valter Antônio da Rocha, ex-secretário de Esportes de Gilberto Kassab (PSD), para a Subprefeitura da Mooca. Recorde-se de que Rocha constava da lista de diretores da Dersa condenados pela Justiça em 2007 a devolver R\$ 295 mil pela contratação de um escritório de advocacia, sem licitação, para prestar serviços referentes à construção do Rodoanel. Até o dia 28, ele será substituído por um integrante do PT ou de outro partido aliado. A essas deverão se seguir nomeações de outros políticos ou pessoas por eles indicadas para as demais Subprefeituras.

Dirigentes do PT, que só criticam essa prática quando feita pelos seus adversários, tentam

dar-lhe uma roupagem diferente, como faz Alfredo Alves Cavalcanti, o Alfredinho, líder do partido na Câmara Municipal. Para ele, são “naturais” essas mudanças nas Subprefeituras e, por isso, o PT reivindica o comando de mais da metade delas, para as quais indicou chefes de gabinete. O presidente do diretório municipal do PT, o vereador Paulo Fiorilo, também nega que essas nomeações constituam loteamento político.

Mas, como a peneira não consegue esconder o sol, por maior que seja o esforço dos espertos, é isso mesmo que está sendo feito. É um comportamento irresponsável, que nenhum artifício conseguirá disfarçar e pelo qual, mais uma vez, São Paulo poderá pagar caro. O escândalo da Máfia dos Fiscais, um dos maiores da administração pública brasileira, que estourou no governo Celso Pitta, em fins de 1998, teve origem no loteamento das então Administrações Regionais, antecessoras das Subprefeituras, entre os vereadores em troca de seu apoio aos projetos do Executivo. Movimentou R\$ 436 milhões em propinas, levou à cassação de dois vereadores e manchou e destruiu a reputação do governo Pitta.

Haddad que se previna. Como esse processo de trocas de favores engendra fatalmente a corrupção, se o prefeito se deixar envolver por ele, será praticamente impossível controlá-lo, como ensina a experiência. Terá ele força e vontade para evitar essa armadilha, na qual a cidade cairá junto?

Título	Uma mistura explosiva
Data	18/09/2014
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140918-44165-nac-3-edi-a3- not

Uma mistura explosiva

Não se pode dizer que foi uma surpresa a baderna que tomou conta do centro da cidade durante 12 horas, na terça-feira - das 6 horas até o começo da noite -, provocada pela resistência à reintegração de posse, ordenada pela Justiça, do imóvel no antigo Hotel Aquarius, na Avenida São João, esquina com a Avenida Ipiranga, ocupado por 200 famílias de sem-teto ligadas à Frente de Luta por Moradia (FLM). Tais episódios vêm se tornando corriqueiros. Mas esse, além de particularmente violento, apresentou características que mostram para que terreno perigoso essas ações, promovidas pelos ditos movimentos sociais, estão caminhando.

Segundo o comandante do policiamento da capital, coronel Glauco Araújo de Carvalho, a tropa da Polícia Militar (PM) chegou ao local às 6 horas e até as 8 horas tentou convencer os sem-teto a deixarem pacificamente o local. Tanto o que diz é procedente que o tumulto só começou por volta das 8 horas, quando os ocupantes do imóvel começaram a atirar pedras, móveis e até aparelhos eletrodomésticos sobre os policiais, que reagiram com bombas de gás lacrimogêneo. A alegação dos sem-teto para sua resistência à desocupação foi de que a PM não levou ao local os 40 caminhões prometidos para ajudar na mudança. A PM assegurou que os caminhões estavam lá, embora uma parte deles, nas imedia-

ções, pois não havia como estacionar todos perto do imóvel.

Até aí, esse lamentável afrontamento parecia estar dentro dos limites do que vem ocorrendo nesses casos. A situação degenerou quando entraram em cena outros atores, os mais diversos - integrantes de outros movimentos, estudantes, black blocs, usuários de drogas, ladrões e infratores. Um ajuntamento explosivo que levou a atos de violência que se espalharam pelas imediações, do Viaduto do Chá à Praça da República, e que nada tinham a ver com a desocupação daquele imóvel - depredações e saques de lojas e agências bancárias e incêndio de ônibus. A PM respondeu, além das bombas de gás, com balas de borracha.

A desordem tomou conta da região, levou o comércio a baixar as portas e tumultuou o trânsito numa ampla área da cidade. Uma situação que perdurou até o fim da tarde e começou da noite, com momentos alternados de baderna de maior e menor intensidade. Ao final, 9 pessoas haviam sido presas e 75 levadas a delegacias e soltas pouco depois. Outras 12 ficaram feridas, entre elas 5 PMs, o que torna inconsistente a acusação de excesso repressivo da polícia. O que houve foi uma verdadeira batalha, iniciada pelos sem-teto, da qual a PM, evidentemente, não podia fugir.

Há duas coisas altamente preocupantes nesse episódio. Uma é a reunião de um grupo heterogêneo como esse - de sem-teto a bandidos, passando

por black blocs - numa situação como essa, que pode se repetir tanto no centro como em outras regiões onde existem imóveis invadidos. É uma combinação explosiva que, além de contaminar qualquer reivindicação, tem tudo para semear o pânico e o vandalismo na cidade, como já se viu, e cedo ou tarde acabar em tragédia.

Outra é o caráter marcadamente político e partidário que vem adquirindo a ação de grupos como a FLM, que tem notórias ligações com políticos petistas, como os deputados Adriano Diogo (estadual) e Renato Simões (federal). Ficar repetindo, como eles fazem, que os imóveis ocupados não cumprem função social só serve para incentivar novas ocupações e tentar atribuir a culpa pelo problema habitacional ao governador do Estado, que é do PSDB e comanda a PM. Ora, ele não tem nada a ver com a reintegração de posse. Ela é uma ordem judicial que o governador - seja Geraldo Alckmin ou qualquer outro - é obrigado a cumprir, acionando a PM. E, diante da resistência dos ocupantes, só resta à PM retirá-los do local pela força. Não há outra saída para esse tipo de situação.

Se os petistas ligados aos sem-teto quisessem mesmo resolver o seu problema, poderiam começar pressionando o prefeito Fernando Haddad, que é seu correligionário, a investir mais em programas habitacionais. Deixar Haddad de lado e insinuar que a culpa é de Alckmin não é sério.

Título	Bom senso, mas não muito
Data	21/01/2013
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130121-43560-nac-3-edi-a3- not

Bom senso, mas não muito

O prefeito Fernando Haddad adotou duas medidas de grande importância para esta fase inicial de seu governo. A primeira – o congelamento de R\$ 5,2 bilhões do orçamento, equivalentes a 12,3% da arrecadação estimada para este ano – já era prevista, porque se trata de determinação legal que visa a evitar possível desequilíbrio das contas. O governo precisa anunciar os seus planos de execução financeira e, além disso, os orçamentos costumam ser aprovados pela Câmara Municipal com previsão muito otimista de arrecadação. A mesma sensatez não esteve presente na outra decisão – esta adotada por razões políticas, e não porque a lei manda – sobre o aumento da tarifa de ônibus, que ficou para junho.

A expectativa de arrecadação caiu de R\$ 42 bilhões para R\$ 36,8 bilhões, mas o governo acredita que ela poderá chegar a R\$ 40 bilhões até o fim do ano. O alvo principal do contingenciamento são os projetos que não têm cronograma de execução ou não foram contratados. Enquanto durar o aperto, os secretários só poderão executar os projetos para os quais conseguirem recursos, por meio de redução de gastos de custeio. Ficam de fora dessa regra obras prioritárias nas áreas de educação e saúde.

Entre elas está, por exemplo, a construção de três hospitais na periferia, promessa de cam-

panha do prefeito, que tem recursos garantidos. O mesmo deverá acontecer com as 172 creches previstas no plano de governo de Haddad, porque contarão com recursos federais. Um grupo integrado pelos secretários de Finanças, Planejamento, Governo e Negócios Jurídicos examinará os pedidos de complementação de verbas apresentados pelos vários setores da administração – que deverão ser acompanhados de estudos mostrando a necessidade dos gastos – e indicará quais podem ser aceitos. Com isso, pretende-se reforçar a prestação de contas e controlar os pedidos de recursos para gastos de emergência, para que só os que tiverem esse caráter sejam autorizados.

A equipe econômica de Haddad acha que a situação financeira da Prefeitura não é ruim e que os recursos apenas terão de ser liberados mais lentamente. Os R\$ 700 milhões referentes às emendas dos vereadores foram congelados, mas a medida foi bem recebida pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, vereador Milton Leite (DEM): “É uma medida de cautela excelente”. Esta é uma reação compreensível, apesar da notória avidez dos vereadores por verbas destinadas às obras previstas em suas emendas, porque o contingenciamento no início do ano já se tornou corriqueiro e mesmo obrigatório. Ele é indispensável para preservar o equilíbrio fiscal, ajustando o orçamento à

realidade da arrecadação sempre superestimada.

O ex-prefeito Gilberto Kassab agiu da mesma maneira. Em 2007, por exemplo, congelou R\$ 1,6 bilhão, equivalente a 5% da receita prevista, e em 2009 respectivamente R\$ 6,9 bilhões e 25% (aumento explicado por ele como consequência da crise internacional). Em 2011 foram R\$ 5,7 bilhões e 16% e no ano passado, R\$ 4,9 bilhões e 12,6%.

O reajuste da tarifa de ônibus não está sendo tratado com o mesmo rigor técnico e o mesmo bom senso. O valor exato ainda não está definido, mas Haddad já deixou claro que deve ficar pouco abaixo da inflação acumulada desde o último reajuste, em janeiro de 2011. Como até dezembro passado o índice foi de 12,7%, o aumento, se ocorresse agora, como era esperado, ficaria abaixo de R\$ 3,38. Mas o prefeito decidiu que ele só ocorrerá em 1.º de junho, o que teria sido um pedido da presidente Dilma Rousseff para evitar o risco de que o IPCA chegue a 1% em janeiro e alimente a inflação.

Debar que esse tipo de consideração pese em tal decisão nunca dá bons resultados. O exemplo de Gilberto Kassab, que congelou a tarifa por quase três anos por razões políticas, o que o obrigou a aumentar consideravelmente os subsídios às empresas de ônibus, mostra que se paga caro por isso. Embora o tempo de congelamento da tarifa agora deva ser bem menor, ele também terá um preço.

Título	Incompetência e compadrio
Data	22/09/2015
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150922-44534-nac-3-edi_a3-not

Incompetência e compadrio

As críticas ao governo de Fernando Haddad limitavam-se até agora a decisões administrativas e a aspectos técnicos de muitos de seus polêmicos – para não dizer desastrosos – projetos. A coisa mudou de figura, e para pior, com os veementes indícios de que atos administrativos favoreceram interesses particulares do deputado estadual Ênio Tatto (PT) e de familiares do secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto, seu irmão. A incompetência pode se juntar, dessa forma, o compadrio.

Reportagem do *Estado* mostrou o estranho desfecho do processo de regularização de edificação de um imóvel de propriedade de Ênio Tatto, situado na Rua Vitorino de Moraes, na zona sul. Trata-se de sobrado comercial com área construída total de 265,3 m², sendo, como diz o processo, “196 m² considerados regulares e 69,3 m² a regularizar, em terreno com área de 256 m²”. Ou seja, mais de um quarto da área construída estava em situação irregular.

Devem existir certamente milhares de outros imóveis em situação semelhante na cidade, cujos proprietários, em determinado momento, resolveram regularizar. O que chama a atenção nesse caso é que o processo de regularização, antes de ser aprovado pelo prefeito Fernando Haddad dias atrás, foi indeferido em todas

as instâncias pelas quais passou desde 2004. A explicação oficial para a decisão favorável ao deputado Tatto é que foram satisfeitas as exigências para a regularização.

O que não se explicou de maneira satisfatória até agora é por que isso só ocorreu quando o processo chegou a Haddad, que era a última instância. Afinal, tendo sido cumpridas as condições para tal, isso poderia ser feito pelos órgãos técnicos competentes. Nessas condições, a intervenção de Haddad, mesmo que legal, deixa no ar a suspeita de favorecimento a um correligionário muito bem situado, que coincidentemente é irmão de seu secretário de Transportes e do líder de seu governo na Câmara Municipal, vereador Arselino Tatto.

E para dissipar essa suspeita não basta Ênio Tatto reagir com indignação, sem nada explicar: “Não vi nada de errado. É coisa deles na Prefeitura. Haddad não dá jeitinho, não tinha nada que colocar Haddad nessa história”. Irritação não é argumento.

Em outra situação ainda mais estranha, porque envolve decisão de muito maior importância, encontram-se o secretário Jilmar Tatto e Haddad. Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* mostra que a Prefeitura substituiu um projeto de ciclovia em Santo Amaro, contratado no governo Gilberto Kassab, que passava por cinco imóveis de sobrinhos e irmãos de Tatto, por outro que

se desvia deles, com o objetivo de favorecê-los.

O original, em linha reta, tinha 2 km, e o que foi finalmente implantado, com quatro curvas, tem 2,4 km. Mais caro, não só por causa da maior extensão, como também porque exigiu o asfaltamento do trecho de uma rua. Além de favorecer parentes de seu secretário mais em evidência, por causa das pirotécias na área de transporte, com a mudança Haddad ainda gastou mais.

Embora negue que Tatto tenha influenciado na troca de projetos, seu sobrinho Leonardo Jesus Tatto, sócio de um prédio situado na rua pela qual a ciclovia original passaria, confessa: “Ela (a ciclovia) deve continuar onde está. Se ela vier para cá, vamos perder muitas vagas de estacionamento”.

E como fica agora o secretário Tatto, que gosta de assumir ares de especialista em transportes e pontificar sobre a prioridade ao transporte coletivo – que ninguém contesta, mas que ele apresenta como se tivesse descoberto a pólvora –, da qual uma das expressões seriam suas milagrosas ciclovias, que quase ninguém usa e que, quando podem prejudicar seus parentes, são deles convenientemente desviadas?

E como fica o prefeito Haddad com sua fantasiosa “revolução” nos transportes da capital que, agora se vê, se molda facilmente aos interesses mesquinhos do compadrio que acompanha as mais arcaicas e reprováveis práticas políticas?

Título	Haddad não tem jeito
Data	10/01/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160110-44644-nac-3-edi-a3- not

Haddad não tem jeito

Mais uma vez, o prefeito Fernando Haddad prova que tem mesmo uma inegável capacidade de surpreender a todos com seu faro marqueteiro. Agora, na reta final de seu mandato e longe de níveis de aprovação que lhe garantam a desejada reeleição, ele tira do bolso do colete a proposta de eleição direta dos 32 subprefeitos, constante de projeto de lei enviado à Câmara Municipal. Ela impressiona à primeira vista, com seu demagógico apelo “democrático” de dar ao povo o direito de escolha, mas não resiste a um exame mais detido.

Os candidatos a esses cargos devem ser obrigatoriamente filiados a partidos políticos, residir na região da Subprefeitura à qual vão concorrer e não podem ocupar cargos comissionados. Seu mandato será de quatro anos e coincidirá com o do prefeito. A proposta não vai muito além dessas linhas gerais. Nada diz sobre como será o financiamento das campanhas nem sobre o cronograma das eleições. Embora essas sejam questões importantes, Haddad quer que elas sejam regulamentadas por decreto.

E mais: como a escolha dos subprefeitos deve coincidir com a eleição do prefeito e dos vereadores, em 2 de outubro, e como Haddad não sabe exatamente como tornar isso realidade, diz que vai consultar a respeito o Tribunal Regional

Eleitoral (TRE). Em primeiro lugar, quem se dispõe a fazer uma mudança de tal ordem tem a obrigação de procurar assessores competentes. Em segundo lugar, se não os encontrou – o que é altamente improvável –, por que não consultou antes o TRE, para colher suas sugestões, se é que ele estaria disposto a fazê-las?

Não são essas as únicas indicações seguras de que esse é mais um projeto do atual governo feito de improviso, às carreiras, sem compromisso com a qualidade técnica e a seriedade. Foi assim com as faixas exclusivas de ônibus e as cicloviárias, nas quais – além da questão de saber preliminarmente se eram mesmo úteis e necessárias – o que sobrou em estardalhaço faltou em planejamento. A história se repete, pois o prefeito, como mostrou reportagem do *Estado*, nem ao menos soube informar qual será o custo do projeto.

Tão ou mais grave, o projeto não prevê mudanças no orçamento nem na competência dos subprefeitos. Para fugir da pergunta – para que eleger subprefeitos, se eles continuarão tão sem recursos e poder quanto hoje? – Haddad diz que, a partir do momento em que as comunidades locais estiverem envolvidas no processo de escolha dos subprefeitos, o debate sobre esses temas ocorrerá naturalmente. Segundo ele, “vai ter um movimento natural. Os bairros vão passar a se ver no Orçamento”, seja lá o que isso significa. Dá para levar a sério?

Sobre a possibilidade de a eleição de subprefeitos de partidos de oposição ao prefeito levar a conflitos que prejudiquem a cidade, Haddad afirma que o Plano Diretor e a Lei de Ocupação do Solo formam um arcabouço legal capaz de garantir coerência administrativa entre eles. Ou o prefeito é ingênuo, o que não parece provável, ou diz qualquer coisa para fugir de perguntas para as quais não tem resposta.

É para essa última hipótese que ele certamente será tentado a apelar, se for colocado diante da incoerência entre o tratamento dispensado até agora às Subprefeituras e o súbito desejo de vê-las mais fortes e independentes. Haddad cortou prerrogativas dessas unidades administrativas e reduziu os recursos orçamentários a elas destinados, centralizando-os na Prefeitura. Por que mudou de ideia? O que parece mais provável é a intenção de criar um factóide e com ele desviar a atenção do pífio desempenho de seu governo.

Não se pode descartar a hipótese de Haddad, sentindo que pode ser derrotado, desejar com esse projeto criar condições de eleger alguns subprefeitos e assim garantir a manutenção de uma parcela de poder.

Felizmente para a cidade, tudo isso pode dar em nada. Seja porque o projeto é de legalidade duvidosa e pode ser barrado na Justiça, seja porque foi mal recebido na Câmara, onde sua aprovação enfrenta sérios obstáculos.

Título	Ordem nas manifestações
Data	14/01/2016
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160114-44648-nac-3-edi-a3- not

Ordem nas manifestações

Finalmente as autoridades encarregadas da segurança pública decidiram que tentaram forçar a passagem, a PM usou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

As posições do MPL, exposta por sua porta-voz Erica de Oliveira – “Quem define o rumo da manifestação é quem se manifesta e não a Polícia Militar” –, é preocupante, porque indica que esse grupo está mesmo disposto a afrontar a autoridade, como já havia demonstrado na terça-feira. Essa é uma visão deliberadamente distorcida da questão, para servir a interesses políticos e ideológicos.

Isso começou a valer no protesto organizado na última terça-feira pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô de R\$ 3,50 para R\$ 3,80 e foi a recusa desse grupo de acatar aquela decisão – como tem feito seguidamente, apesar da insistência das autoridades – que desencadeou os tumultos na região da Avenida Paulista, Rua da Consolação e bairros da Bela Vista e de Higienópolis, que assistiram a cenas de violência poucas vezes vistas por ali.

Ao contrário do roteiro decidido em cima da hora pelo MPL para os manifestantes concentrados na Avenida Paulista – seguir pela Avenida Rebouças até o Largo da Batata –, a PM determinou que o percurso deveria ser a Rua da Consolação até a Praça da República. Por isso, bloqueou o acesso à Rebouças, cercou os manifestantes e deteve vários suspeitos com correntes, tesouras, soco inglês e arte-

fatos explosivos, numa clara demonstração de qual era o ânimo de pelo menos boa parte deles. Para deter os manifestantes que tentaram forçar a passagem, a PM usou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

A posição do MPL, exposta por sua porta-voz Erica de Oliveira – “Quem define o rumo da manifestação é quem se manifesta e não a Polícia Militar” –, é preocupante, porque indica que esse grupo está mesmo disposto a afrontar a autoridade, como já havia demonstrado na terça-feira. Essa é uma visão deliberadamente distorcida da questão, para servir a interesses políticos e ideológicos.

A regra anunciada pelo secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, é que coloca as coisas em seus devidos lugares: “Quando o trajeto não for avisado, ele será combinado no momento e o traçado da PM vai ser cumprido. Não é possível que os manifestantes e infiltrados queiram livremente bagunçar a cidade toda. Um grupo de pessoas não pode parar a cidade e prejudicar milhões de pessoas”. Isso quer dizer que o direito à livre manifestação tem de ser respeitado e não, como vinha acontecendo, utilizado para atropelar outros direitos, como o de ir e vir dos que não participam de protestos ou que, quando se manifestam, o fazem dentro da lei e da ordem.

A autorização de manifestações, com roteiros previamente comunicados às autoridades, que protegem seus participantes, é a regra seguida nos países

de sólida tradição democrática, como os europeus e os Estados Unidos. Quem se arrisca a desrespeitá-la paga o preço da repressão policial e grupos violentos como o Black Bloc têm de acertar contas com a Justiça.

Se o governo paulista se mantiver firme nessa nova posição, muita coisa vai mudar, e para melhor, no respeito às liberdades. Principalmente se, além disso, como promete o secretário Moraes, daqui para a frente as ações daqueles grupos forem tipificadas em inquéritos policiais como as de membros de organização criminosa. É inaceitável que badermeiros que destroem patrimônio público e privado sejam detidos, logo liberados e voltem a delinquir.

Ao contrário do governo do Estado, que tomou o bom caminho, o prefeito Fernando Haddad fica muito mal nessa história, com sua proposta demagógica e de viés eleitoral de sugerir ao Ministério Público que tente mediar a relação entre o MPL e a PM. Os anos gastos na companhia da tigrada devem ter feito o acadêmico Haddad se esquecer de que ordem pública não se negocia – se mantém – e a polícia existe para isso. Aliás, segurança pública é assunto que não diz respeito ao prefeito. E do Ministério Público o que se espera é que aja com firmeza em sua esfera de competência contra os desordeiros. Mas o pior da atitude de Haddad é a tentativa mesquinha de tirar proveito eleitoral de um problema dessa importância e gravidade.

Título	Moradia legalizada na periferia
Data	03/12/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090312-42149-nac-3-edi-a3-not

Moradia legalizada na periferia

Nos últimos quatro anos, a Prefeitura de São Paulo regularizou 130 loteamentos precários, 71 deles apenas em 2008. A meta do governo municipal é, num prazo de 12 anos, completar a regularização, qualificação e reurbanização de outras 1.108 áreas com construções, em zonas de risco e de mananciais, na periferia de São Paulo. Essa atual política habitacional pretende dar prioridade à consolidação daquilo que foi construído precariamente ou irregularmente, ao longo das últimas décadas, e não apenas construir novos conjuntos habitacionais, sempre insuficientes para atender à demanda.

O Fundurb - constituído com recursos das outorgas onerosas concedidas a empreendedores interessados em construir nos bairros nobres acima do previsto na legislação de uso e ocupação do solo - permite que a Prefeitura invista, atualmente, R\$ 103 milhões na regularização de 59 loteamentos precários, onde vivem 115 mil pessoas. Os moradores que adquiriram lotes divididos irregularmente por loteadores espertalhões (em geral apadrinhados por políticos que trocavam votos por promessas de anistia) podem, por meio do programa municipal de habitação, legalizar seus imóveis e contar com infraestrutura de serviços públicos.

Essa regularização dos loteamentos precários, defendida pela unanimidade dos urbanistas há muitos anos, ganhou força com o Estatuto das Cidades, que criou as ba-

ses da legalização. O questionamento que se faz, no entanto, por causa da aceleração desses processos, é sobre seu efeito como estímulo a novas invasões e a novos parcelamentos irregulares, em áreas que deveriam ser protegidas, como as dos mananciais e de mata. A dúvida é sobre se a Prefeitura tem capacidade e condições de frear a expansão desse tipo de ocupação.

Autoridades municipais argumentam que não podem se omitir diante da necessidade de melhorar a vida de quem já vive de forma tão precária. Asseguram, além disso, que

Um programa que merece ter continuidade e aperfeiçoamentos

os loteadores que agirem de má-fé serão cobrados, na Justiça, pelo custo das obras de urbanização dos aglomerados de moradias precárias, o que é altamente duvidoso. Quem age de má-fé não deixa rastros nem bens a serem penhorados.

É preciso melhorar as condições de vida da parcela mais carente da população, assim como a organização urbana nesses locais. Mas é preciso que as formas tradicionais de fazer loteamentos, assegurando a proteção ao meio ambiente, a segurança e a qualidade de vida dos moradores, sejam preservadas.

Antigamente, loteamentos planejados para as parcelas mais carentes da população tinham dimensões capazes de abrigar uma pequena residên-

cia e área disponível para futuras reformas que expandissem horizontalmente a casa. Nos loteamentos irregulares que são alvo da atual política habitacional da Prefeitura, habitações precárias são erguidas em lotes minúsculos e crescem verticalmente sem respeito às regras mínimas de segurança na construção. As casas sobem geminadas, espremidas, comprometendo a habitabilidade e qualquer iniciativa de ordenamento urbano.

As primeiras ações com o objetivo de regularizar os loteamentos, dotando as áreas de equipamentos sociais, surgiram no início dos anos 80, com o Properiferia, coordenado pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). Na época, o prefeito Reinaldo de Barros disse, em conferência pública, que São Paulo era uma "cidade feita pela metade". Havia cerca de 1 milhão de habitantes à espera de que a cidade chegasse a eles e 3,5 mil loteamentos precários.

De lá para cá, vários prefeitos se preocuparam apenas em regularizar os imóveis, o que não exige investimentos em serviços e infraestrutura e rende votos. A infraestrutura e os serviços públicos ficaram à margem e o resultado é que as concentrações de submoradias reúnem mais de 3 milhões de pessoas.

Legalizar os imóveis e implantar serviços públicos é dever da Prefeitura. Mas também é impedir que a degradação urbana se estenda.

Título	A vistoria das motos
Data	03/16/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090316-42153-nac-3-edi-a3-not

A vistoria das motos

A Prefeitura alterou, por meio de portaria publicada no *Diário Oficial da Cidade* de São Paulo no último dia 10, o modelo de vistoria das motocicletas no programa de inspeção obrigatória para avaliação de poluentes emitidos por veículos, iniciado em fevereiro. Até então, a inspeção consistia na verificação de vazamentos de combustível ou óleo e na medição dos gases produzidos e emitidos. Com o auxílio de uma sonda, os técnicos avaliavam a emissão de monóxido de carbono e a diluição desse poluente no ar. Pelas novas regras, esse último fator não será mais considerado.

Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abracielo), o combustível adulterado vendido por boa parte dos postos da cidade altera os índices de diluição e, conseqüentemente, um grande número de motos inspecionadas é reprovado. Em fevereiro, primeiro mês da inspeção para as motos com placas de final 1, das 2.047 unidades vistoriadas, 316 foram reprovadas no exame de medição de poluentes.

No dia seguinte à publicação da portaria, o Ministério Público Estadual (MPE) questionou a mudança das regras que reduziu o rigor da inspeção para esse tipo de veículo e investigará se a alteração traz prejuízos para os resultados do programa de vistoria. Ao explicar por que cedeu às pressões dos fabricantes, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente afirmou que os consumidores não poderiam ser penalizados pela adulteração dos combustíveis co-

mercializados na cidade. Para os automóveis, no entanto, o índice de diluição continua sendo fator de reprovação, apesar de grande parte da frota também rodar com combustível adulterado.

As emissões de gases das motocicletas são sete vezes maiores do que as dos carros zero-quilômetro. Há oito anos, essa relação era ainda maior: enquanto uma moto de 150 cilindradas emite 12 gramas de monóxido de carbono por quilômetro rodado, um automóvel lançava apenas 0,73 grama ao ar, ou seja, 16 vezes menos do que uma motocicleta.

Não há razão para que a inspeção das motos seja feita com menos rigor

Somente a partir de 2003, com o início do Programa Federal de Controle das Emissões das Motocicletas e Similares (Promot), a indústria começou a investir no aperfeiçoamento dos motores com o compromisso de, neste ano, igualar o índice de emissão das motos ao dos automóveis. O Promot 3, terceira fase do programa, que inclui novas exigências capazes de finalmente nivelar as emissões entre os dois tipos de veículos, teve início em janeiro.

A Abracielo, no entanto, conseguiu do Ibama autorização para que seus associados continuem a produzir e importar motos fabricadas de acordo com as regras do Promot 2 até o fim deste mês de março. A justificativa para o pedido foi a interrupção da produção

no ano que passou, por causa da crise econômica. O novo prazo daria às indústrias condições de baixar estoques de peças e veículos já fabricados.

Os fabricantes de motos argumentam que, enquanto a indústria automobilística teve quase duas décadas para se adequar às regras exigidas pelo Proconve - versão do Promot para veículos automotores -, eles têm de se adequar a um modelo muito mais rigoroso em apenas seis anos. Mas boa parte da tecnologia dos catalisadores criados para reduzir a emissão dos automóveis já foi desenvolvida e bastaria adequá-la aos motores de motos, menos complexos, dizem técnicos de órgãos ambientais do governo federal.

Além disso, a imensa concentração de motos na cidade de São Paulo, as péssimas condições de manutenção de grande parte dessa frota e a sua influência nos índices de poluição e de violência no trânsito são motivos suficientes para dobrar a fiscalização sobre esses veículos. As motocicletas se transformaram em problema de saúde pública, não só pelo elevado índice de acidentes com mortes que provocam, como pelas conseqüências da emissão de gases para a saúde pública.

Em vez de amenizar a inspeção contra a poluição, as autoridades municipais deveriam vistoriar com rigor vários outros itens desses veículos, como suas condições mecânicas, freios, pneus, sinalização, etc., para melhorar a segurança no trânsito.

Título	A compactação da cidade
Data	03/24/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090324-42161-nac-3-edi-a3-not/

A compactação da cidade

A Prefeitura decidiu, há anos, dosar o crescimento da cidade mediante três instrumentos: a outorga onerosa, as operações urbanas e as concessões urbanísticas. A intenção era cobrar pelo direito de construir além do estabelecido pelas leis de zoneamento e de uso e ocupação do solo, e assim angariar recursos para melhorias viárias, urbanização de favelas e implantação de parques. Defendida por urbanistas, a ideia vem desde o Plano Diretor Estratégico aprovado em 2002. O problema é que os resultados concretos, até agora, estão praticamente apenas na proliferação de grandes empreendimentos imobiliários. Os cofres municipais receberam poucos recursos das outorgas onerosas e outros títulos, mas os benefícios para a população, que tais mecanismos poderiam propiciar, não estão à vista. Nos bairros onde o interesse imobiliário se concentrou houve considerável adensamento e, conseqüentemente, os congestionamentos de trânsito, a poluição ambiental e a sonora aumentaram e o sossego se foi, sem que as melhorias aparecessem.

O Plano Diretor de 2002 estabeleceu, para toda a cidade, que a área construída permitida seja de apenas uma vez a área do terreno. Quem quiser pode construir até quatro vezes a área do terreno, desde que pague a chamada outorga onerosa. Nos últimos seis anos, 2,1 milhões de metros quadrados de construção foram negociados entre a Prefeitura e empreendedores dispostos a pagar pelo direito de

construir além do permitido. Os cofres municipais receberam R\$ 300 milhões.

A disposição do mercado imobiliário em investir na compra do direito de erguer grandes conjuntos comerciais e residenciais levou ao esgotamento do estoque de áreas extras de construção, instituído pelo Plano Diretor. Pela lei, cada bairro teve definido um limite para a verticalização – o estoque “extra” que seria negociado com os empreendedores.

No Morumbi, os 30 mil metros quadrados de estoque foram rapidamente consumidos por 80 lançamentos imobiliá-

– o de proteger os bairros estritamente residenciais.

Em 12 dos 91 distritos da cidade o limite da verticalização definido pela legislação municipal já foi alcançado e a Prefeitura finaliza estudo para respaldar mudanças nas regras imobiliárias. O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucelem, explica que a ideia de uma cidade compacta “pode ser interessante para todos, caso haja transporte público e condições viárias adequadas para que os bairros sejam adensados”.

Entre urbanistas, estudiosos do trânsito e até entre leigos – que observam os transtornos do dia a dia trazidos pela falta de planejamento da relação crescimento/transporte –, ninguém tem dúvida sobre isso. Mas, até agora, o que se viu como resultado dessa política ficou muito longe de ser “interessante para todos”.

Adensar bairros onde a infraestrutura é farta e o sistema de transporte é eficaz, seguro e confortável para os passageiros é uma boa fórmula para evitar a pulverização cada vez mais ampla de novos loteamentos – a maior parte, clandestinos – na periferia da cidade. No entanto, não adianta ofertar estoques “extras” para o mercado imobiliário e adensar os bons bairros se a malha viária é insuficiente e se o sistema de transporte não for planejado para atrair o perfil do morador da área. A ideia do adensamento é promissora, mas a sua realização, até agora, tem sido muito falha.

E onde estão as melhorias que a outorga onerosa propiciaria?

rios entre 2006 e 2008. O resultado foi o que se podia prever: muitos empreendimentos novos num bairro com malha viária estagnada e transporte público inadequado criaram transtornos cada vez maiores para os deslocamentos da população e a vida dos antigos moradores.

Avenidas Morumbi, Giovanni Gronchi, Jorge João Saad, Nordesteiros e Oscar Americano permanecem congestionadas na maior parte do dia. Na busca pelas rotas de fuga, motoristas transformaram algumas das mais belas ruas do Morumbi em corredores de tráfego intenso, pondo fim à tranquilidade e provocando a degradação dos imóveis. Conseqüentemente, não se cumpriu um dos principais objetivos do Plano Diretor em vigor

Título	Recuperar o Jardim Edite
Data	04/02/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090402-42170-nac-3-edi-a3-not

Recuperar o Jardim Edite

Em hipótese nenhuma as autoridades podem tolerar que o tráfego de drogas imponha sua vontade aos moradores da Favela do Jardim Edite. Localizado numa área nobre da cidade, ao lado das Avenidas Jornalista Roberto Marinho e Luiz Carlos Berrini e nas proximidades da Ponte Octávio Frias de Oliveira, sobre o Rio Pinheiros, o Jardim Edite será reurbanizado pela Prefeitura, que ali vai construir dois conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, com áreas de lazer e creches. Mas, com ameaças de morte e até sequestros, como mostrou reportagem de Diego Zanchetta publicada na sexta-feira, dia 27, pelo **Estado**, traficantes vêm intimidando os moradores para que não deixem o local e, assim, impeçam a desocupação da área, indispensável para a execução do programa urbanístico e habitacional da Prefeitura.

Os criminosos transformaram a favela num local de venda de drogas para consumidores de renda média e alta que frequentam as casas noturnas dos bairros de Moema e Itaim-Bibi. Não querem perder seu ponto privilegiado, que foi transformado numa espécie de "drive-thru" da droga. A existência desse ponto de venda de drogas foi denunciada em abril de 2006 pelo **Jornal da Tarde**. As Polícias Civil e Militar fizeram blitz na região e detiveram suspeitos, mas o tráfico voltou a mandar na Favela do Jardim Edite, a ponto de impedir a mudança de itinerário de uma linha de ônibus que atravalhava seu "negócio".

A execução da obra pela

Prefeitura exige que os moradores da favela deixem o local por, pelo menos, 18 meses. Decisão judicial de abril do ano passado determinou que parte das famílias seja abrigada em imóveis da CDHU no bairro de Campo Limpo. Do total, 83 famílias vivem temporariamente no conjunto da CDHU. Outras 47 optaram pelo auxílio casa própria e 225 ganharam a bolsa-aluguel de R\$ 500 mensais.

Mas, de acordo com denúncias feitas à Promotoria de Habitação e Urbanismo, os traficantes estão ameaçando os moradores que aceitaram a remoção, mas ainda não mudaram.

Os poderes públicos precisam impedir que o crime se instale

Para preservar a segurança dos moradores, a promotora Cláudia Beré decretou sigilo nas investigações.

Um líder comunitário foi mantido sob o poder dos traficantes por dois dias, para que mudasse sua posição favorável à remoção da favela. Depois desse sequestro, parte das famílias que já haviam aceitado a mudança desistiu de sair da favela. Uma ex-moradora contou à Justiça que foi ameaçada pelos traficantes antes de mudar para o conjunto da CDHU em Campo Limpo. Dissertou que quem susses de lá deveria "aguentar depois". Um deles tinha um revólver na cintura. Assustada, ela diz que nunca mais voltará para o Jardim Edite.

Até funcionários públicos são vítimas da violência dos

traficantes. Em nota oficial, a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), responsável pela reurbanização e construção do conjunto habitacional do Jardim Edite, confirmou que houve ameaças a "Integrantes da equipe" que faz a remoção dos moradores.

Desde junho de 2008, quando começou a remoção das famílias, a Sehab teve de interromper os trabalhos por duas vezes por causa da ação dos traficantes. Houve até o caso de sequestro de uma funcionária municipal, mantida sob a mira de revólveres por mais de dez horas, mas felizmente libertada sem ferimentos. A Prefeitura e o Ministério Público decidiram, então, acionar a Polícia Militar para garantir o trabalho.

A remoção deveria ter sido concluída no dia 8 de fevereiro, mas, por causa da ação dos traficantes, o prazo foi estendido para maio, de acordo com a Sehab.

É tarefa inadiável das autoridades derrotar o tráfico, não apenas para proteger os moradores da Favela Jardim Edite, assegurando-lhes o direito de decidir sobre seu futuro, e garantir que a Prefeitura de São Paulo execute seus planos para o local, mas, sobretudo, para eliminar, ainda na raiz, qualquer tentativa de estabelecimento de um poder paralelo naquela área.

Experiências em outras regiões do País mostram que, uma vez instalado o poder do crime em um núcleo urbano, é difícil removê-lo para restabelecer a autoridade do Estado.

Título	A despoluição dos córregos
Data	04/08/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090408-42176-nac-3-edi-a3-not/

A despolição dos córregos

As obras da segunda fase do Programa Córrego Limpo, lançada pela Prefeitura de São Paulo em parceria com o governo do Estado, começam nos próximos dias. Deverão ser despoluídos 58 córregos da cidade de São Paulo até o fim de 2010. Na primeira etapa, iniciada em março de 2007 e concluída há dias, 28 córregos foram totalmente despoluídos e outros 14 foram recuperados. Pelo menos 800 mil moradores das vizinhanças desses cursos se beneficiaram com a instalação de rede coletora de esgoto, limpeza e canalização dos leitos. Deixaram de sofrer com enchentes e com os criadouros de transmissores de várias doenças. Os governos estadual e municipal investiram R\$ 400 milhões nas duas fases do programa que, ao todo, favorecerá 4 milhões de paulistanos.

Com o trabalho desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Coordenação das Subprefeituras, Verde e Meio Ambiente e Habitação, em conjunto com a Secretaria de Estado de Saneamento e Energia e a Sabesp, mais de 500 litros de esgoto por segundo deixaram de ser lançados aos córregos. Consequentemente, os Rios Tietê e Pinheiros deixaram de receber parte das cargas de esgoto que poluem seus leitos.

No Córrego Cruzeiro do Sal Mirim, por exemplo, o índice de poluição foi reduzido de 98% com o fim da descarga de 800 mil litros de esgoto diários no curso d'água. A favela que ficava nas margens do córrego foi substituída por um parque, com áreas de lazer e paisagismo e calçadas com piso per-

meável. Todas as ligações clandestinas de esgoto das vizinhanças foram fechadas e o entulho acumulado no leito e nas margens foi recolhido.

A Prefeitura calcula que somente a limpeza desse córrego beneficiou cerca de 30 mil pessoas. As 230 famílias que habitavam os barracos da favela do local foram removidas para que os trabalhos pudessem ser realizados. Delas, 96 quiseram continuar na região e, para abrigá-las, a Prefeitura concedeu bolsa-aluguel durante as obras. Hoje moram em apartamentos construídos pela Secretaria da Habitação. As de-

Começa uma nova fase de limpeza, para sanear e evitar enchentes

mais receberam a chamada verba de apoio habitacional de R\$ 5 mil.

A administração municipal se encarrega da limpeza dos córregos, contenção e manutenção de margens, verificação de interferências em bocas de lobo e galerias, além de atender as famílias que precisam ser removidas. A fiscalização das ligações de esgoto também é de responsabilidade da Prefeitura. Por sua vez, o governo do Estado cuida do prolongamento das redes de esgoto, da ampliação das ligações domiciliares e da manutenção e monitoramento das redes.

Para manter limpos os córregos já despoluídos e recuperados, o poder público conta com a colaboração dos moradores. Prefeitura e Estado incentivam as comunidades a

criar novos hábitos, para evitar o despejo de lixo nas ruas e encostas. Informações sobre a correta utilização do sistema de coleta de esgoto e de galerias de águas pluviais também são repassadas aos moradores.

Esse trabalho de educação é essencial para que os investimentos feitos no Programa Córrego Limpo, no Projeto Tietê e nas ações de despoluição do Rio Pinheiros não sejam perdidos.

No período de 2002 a 2006, um total de 10 milhões de metros cúbicos de sedimentos, rochas e todo tipo de material, de pneus a móveis, foram retirados do Tietê, durante os trabalhos para aprofundar em 2,5 metros a calha do rio e ampliar sua largura de 22 metros para 46 metros. Foi investido US\$ 1,1 bilhão para, assim, livrar a cidade de São Paulo e grande parte da região metropolitana dos transtornos provocados pelas enchentes.

Tanto esforço, no entanto, sofre grave ameaça a cada chuva, quando as águas dos córregos da cidade levam para o Tietê milhares de garrafas PET, sacos plásticos, pneus e outros materiais poluentes.

Portanto, além de conscientizar a população sobre os danos causados aos rios e córregos com o despejo inadequado de resíduos sólidos, é preciso que o poder público amplie a coleta de lixo nas favelas e acelere a regularização dos loteamentos clandestinos para que esses serviços também sejam prestados nas concentrações de submoradias.

Título	As ciclovias prometidas
Data	08/25/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090825-42315-nac-3-edi-a3-not

As ciclovias prometidas

A Prefeitura de São Paulo anunciou, em novembro, a construção de 100 quilômetros de ciclovias que deveriam começar a ser entregues ao público neste ano. A intenção era estimular o uso da bicicleta como meio de transporte, para melhorar o trânsito e o meio ambiente. O projeto, no entanto, não levou na devida conta as dificuldades para instalar essas vias exclusivas numa cidade de malha viária saturada e somente agora a Prefeitura determinou o início da construção das ciclovias. As obras dos primeiros 45 quilômetros deverão começar em dois meses, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2010. Serão destinados ao projeto R\$ 21,7 milhões para a construção de 20 quilômetros de ciclovias (pistas separadas das demais faixas de trânsito) e 25 quilômetros de ciclofaixas (pequeno corredor, com sinalização especial). Para as faixas exclusivas, o canteiro central de algumas vias será utilizado. Em outras, ocuparão o lugar de vagas de estacionamento.

Serão beneficiados três bairros localizados no extremo das periferias mais carentes - Jardim Brasil, na zona norte; Jardim Helena, na zona leste; e Grajaú/Cocainá, na zona sul. Para a escolha desses pontos foram considerados os deslocamentos em bicicletas nesses bairros e a carência de transporte público para os moradores dessas regiões.

O centro expandido não foi incluído nessa fase da instalação das ciclovias. Por enquanto, a área ganhará uma faixa de lazer para as bicicletas, que

será instalada nas manhãs de domingo, a partir do dia 30, num percurso de 5 quilômetros entre os Parques do Povo e Ibirapuera.

Conforme dados da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), diariamente são registrados pelo menos 160 mil deslocamentos de bicicleta na cidade, embora haja menos de 20 quilômetros de ciclovias fora dos parques, boa parte delas em situação precária. Apesar de representarem 0,6% do total de deslocamentos realizados na cidade, em 2008, 6% das mortes ocorridas no trânsito (85 pessoas) foram de ciclistas.

O aumento do uso de bicicletas exige maior segurança para os ciclistas

Análises de especialistas mostram que o uso da bicicleta como meio de transporte - e não de lazer - só contribui para o alívio dos congestionamentos de trânsito quando existem, pelo menos, 300 quilômetros de ciclovias seguras. Bogotá, capital da Colômbia, é o exemplo citado de cidade onde houve considerável redução dos congestionamentos, depois de construídas as ciclovias necessárias.

Na região metropolitana de São Paulo, apesar da violência crescente do trânsito, o número de ciclistas continua aumentando. Isso ocorre especialmente na cidade de São Paulo. Por exemplo, a última pesquisa Origem e Destino, realizada pelo Metrô, mostrou que quase dobrou a quantidade de viagens realizadas por pessoas

que, diariamente, usam a bicicleta para se locomover na capital do Estado. Em 1996, eram 162 mil deslocamentos por dia e, hoje, são 305 mil.

A proposta de instalação de ciclovias provocou a resistência de muitos técnicos dentro da própria CET, preocupados com os riscos inerentes a esse meio de transporte. Os defensores da iniciativa, porém, afirmam que a construção de corredores exclusivos reduzirá os riscos de acidentes.

É preciso, no entanto, lembrar que os planos da Prefeitura não contemplam o melhor modelo de ciclovia para todas as vias. Mesmo na periferia, onde o trânsito não é tão intenso quanto nos corredores centrais, a ciclofaixa é o modelo de maior extensão na primeira fase do plano, embora não seja o ideal de segurança.

Portanto, antes de estimular o uso de bicicletas, a instalação de bicicletários e o empréstimo de bicicletas em estações do Metrô e da CPTM (29 delas já adotaram a prática), é preciso melhorar as condições de segurança dos ciclistas, construindo ciclovias que evitem que os usuários desse meio de transporte tenham de disputar espaço com automóveis e motocicletas.

Em São Paulo, os motoristas já são obrigados a conviver com os comboios de motos que circulam entre os veículos, sem respeito às regras mais básicas de trânsito. Se a intenção é estimular também os ciclistas, que seja com o máximo de segurança possível.

Título	A verdade sobre as ocupações
Data	08/26/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090826-42316-nac-3-edi-a3-not

A verdade sobre as ocupações

As características que assumiu a operação de reintegração de posse de um terreno em Capão Redondo, onde viviam cerca de 2 mil pessoas em 800 barracos – realizada segunda-feira pela Polícia Militar (PM) e cujas cenas de violência, transmitidas pela televisão, causaram forte impressão –, devem merecer toda a atenção da opinião pública e das autoridades. Elas mostram que, ao contrário do que muitos imaginam, em geral operações desse tipo não são uma disputa pura e simples entre ferozes e desalmados policiais e um grupo de deserdados em luta pela sobrevivência.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a operação foi feita dentro da mais rigorosa legalidade, com base em decisão tomada pela Justiça há oito meses. Nesse longo período, a dona do terreno, a Viação Campo Limpo, tentou chegar a acordo com os moradores sobre sua desocupação pacífica. Só depois do malogro dos entendimentos é que ela pediu e conseguiu da Justiça a ordem de reintegração de posse. A empresa também cedeu caminhões para transportar os pertences dos ocupantes do terreno. Nesse caso, não se pode dizer que houve precipitação ou má vontade do proprietário.

Quanto à PM, ela foi ao local para cumprir a obrigação de fazer respeitar decisão judicial, com ordens para agir com moderação, usando só em último caso, como de fato ocorreu, bombas de gás e balas de borracha. Para completar o quadro, registre-se que a Secretaria de Assistência Social,

ofereceu aos despejados vagas – que foram rejeitadas – em albergues da Prefeitura, assim como passagens aos que desejassem voltar às suas cidades de origem. Tudo que era possível, numa situação delicada como essa, foi feito, portanto, para que a desocupação do terreno se desse sem conflito.

Isto não ocorreu porque havia entre os moradores – insultando-os a resistir – um grupo bem organizado e determinado a enfrentar a polícia. Esse grupo – no qual segundo a PM havia pessoas de fora da favela, entre as quais traficantes – orientou e participou da mon-

A Prefeitura tem que coibir de saída os loteamentos clandestinos

tagem de barricadas nas duas principais entradas do terreno. Pneus e dois automóveis foram incendiados para impedir a entrada dos policiais, recebidos pelos moradores com pedras, rojões e coquetéis molotov. Um dos automóveis incendiados transportava botijões de gás e explodiu perto de um grupo de policiais, por pouco não provocando uma tragédia.

Alguns barracos foram incendiados e o fogo logo se alastrou – segundo os moradores, pelas bombas lançadas pela polícia e, segundo esta, pelos favelados, para assim dificultar a sua ação. As características das ações do grupo que organizou a resistência à operação policial não deixam dúvidas de que não era integrado por simples moradores – que não sabem preparar coquetéis molo-

tov nem armar barricadas com destreza e em locais muito bem escolhidos –, mas por gente bem treinada. Isto é reforçado pelo que aconteceu com fotografos do *Estado* e do *Diário de S. Paulo*, atacados por cinco homens, dois deles armados, que roubaram seus equipamentos e os levaram para um barraco, onde foram salvos pela polícia.

É importante chamar a atenção para todos esses detalhes, porque eles compõem um quadro que tem muito pouco a ver com a versão distorcida da maioria dos conflitos resultantes das desocupações de terrenos na cidade, transformados numa luta do bem contra o mal. Não há inocentes nessa história. O poder público, por exemplo, tem uma grande parcela de responsabilidade, na medida em que não combate com a eficiência necessária as máfias dos loteamentos clandestinos, que exploram a boa-fé dos favelados e estimulam as ocupações irregulares. Sem falar na insuficiente oferta de moradias populares.

Mas, havendo decisão judicial a cumprir, e tendo ainda o poder público feito a sua parte para resolver o problema – como ocorreu no caso do Capão Redondo –, não podia deixar de agir como agiu. E deve agir assim, sempre, em casos semelhantes, como – para citar um exemplo – os da ocupação irregular, que avança perigosamente, de áreas de proteção de mananciais na Serra da Cantareira, vitais para o abastecimento de água da capital.

Título	A manutenção das vias
Data	09/07/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090907-42328-nac-3-edi-a3-not

A manutenção das vias

Nos primeiros sete meses do ano, a Prefeitura recapou apenas 14 quilômetros de vias públicas em São Paulo, o equivalente a 0,1% dos 15 mil quilômetros de ruas e avenidas asfaltadas da capital. Pelos dados publicados no portal da Prefeitura, vê-se que, entre 2005 e 2008, foram recapados 871 quilômetros, 217 quilômetros por ano, em média. Esse serviço foi interrompido em fevereiro, quando o então secretário municipal de Coordenação das Subprefeituras, Andrea Matarazzo, anunciou o congelamento dos recursos a ele destinados, no processo de ajuste orçamentário motivado pela queda de arrecadação que se seguiu à crise econômica mundial.

Seis meses depois, pouco antes de deixar o cargo, o secretário Andrea Matarazzo afirmava que ainda não tinha uma previsão de quanto será destinado ao programa neste ano. Numa cidade com uma frota de 6,3 milhões de veículos, que tem no trânsito um dos seus principais problemas, garantir a fluidez na malha viária é essencial para reduzir os acidentes, os congestionamentos, a poluição, o desperdício de combustível e de tempo.

Cada dia, 4,5 milhões de veículos circulam efetivamente pelas ruas de São Paulo e, desses, 220 mil são caminhões. Esse tráfego gera pelo menos mil buracos por dia na desgastada pavimentação, em épocas de seca. Nos períodos de chuvas, o número dobra.

Com a ampliação do serviço de tapa-buracos e contando

com os recapamentos já realizados em anos anteriores, a administração municipal tentava reduzir esse problema. Entre janeiro e julho, fechou 58 mil buracos por mês. No entanto, o balanço do primeiro trimestre do ano, feito pela Ouvidoria-Geral da Prefeitura de São Paulo, revela que houve um aumento de 51% no número de reclamações sobre buracos nas ruas, na comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

O governo municipal admitiu que houve atrasos na licitação para a contratação dos serviços e explicou que, em perío-

As más condições da pavimentação causam acidentes e muito desperdício

dos de chuvas, o asfalto se desgasta com maior intensidade. É neste ano as chuvas não deram trégua nem no inverno, o que só piorou as condições das ruas.

Tapar buraco é rotina, e é um serviço a ser feito com urgência, para evitar a deterioração do asfalto em torno da cratera e dar segurança a pedestres e motoristas. Muitas vezes, no entanto, a pressa e a má qualidade do serviço transformam os buracos em saliências de pedra e asfalto que prejudicam tanto quanto as crateras a fluidez do trânsito e a segurança dos veículos.

Até os corredores de ônibus estão em más condições. Dados do Sistema de Execução Orçamentária (SEO) da Prefeitura mostram que apenas 18,86% das verbas previs-

tas para manutenção de corredores foram gastos até agora. Durante o ano de 2008, foram gastos 79,3% dos recursos previstos.

No mês passado, numa segunda-feira, um ônibus ficou com a roda traseira presa em uma cratera na esquina da Avenida Brasil com a Rua Colômbia, na nobre região dos Jardins. A Prefeitura dera por concluídas as obras de reparo naquele local, no fim de semana. No primeiro dia útil, porém, o chão afundou novamente, o que atesta a má qualidade do serviço executado.

Como bem explicam os especialistas em infraestrutura de transporte, serviço de tapa-buraco é emergencial. O que a Prefeitura precisa fazer é manutenção capaz de assegurar a maior durabilidade da pavimentação. Em reportagem publicada há dias pelo **Estado**, fontes da secretaria das Subprefeituras lembraram que, quando a média de recapamento das ruas da cidade era de 222 quilômetros por ano, aproximadamente 65 mil buracos deixavam de surgir nas vias da cidade. Isso representava uma economia de R\$ 4,6 milhões com o serviço de tapa-buracos.

Congelar de um lado para gastar de outro é decisão que não se justifica quando a meta é economia. Além de ser obrigada a investir mais em tapa-buraco para compensar a paralisação das obras de recapamento, a cidade ainda perde com os prejuízos provocados pelos acidentes e congestionamentos, que pioram com as condições do asfalto.

Título	Dificuldades na assistência
Data	11/15/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091115-42397-nac-3-edi-a3-not

Dificuldades na assistência

A rede de assistência social da cidade de São Paulo está num processo de desgaste provocado pelos atrasos nos repasses de recursos e pela redução das verbas do poder público destinadas à assistência social. Entre 2005 e 2008, a administração municipal aumentou em 120% os recursos destinados às entidades conveniadas às quais a rede fora entregue. A intenção era descentralizar, melhorar e democratizar o atendimento. Em contrapartida, o total de assistidos cresceu, no período, 50%.

Hoje, há aproximadamente 360 entidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) que, através de quase mil contratos, atendem pelo menos 165 mil pessoas. Muitas, no entanto, ameaçam fechar as portas e suspender os convênios firmados com a Prefeitura porque não têm mais como suportar sozinhas o ônus resultante dos dissídios salariais e da inflação sobre os produtos necessários para o atendimento dos carentes nos albergues, casas de recuperação de adolescentes, de crianças abandonadas e vítimas de violência, centros de convivência, núcleos para pessoas com deficiências, entre outros.

Nos últimos dois anos, os gastos subiram 19% enquanto o orçamento municipal para a rede de proteção social permaneceu congelado. Resultado: 4.877 profissionais foram demitidos no setor, a fila de espera por atendimento nas entidades conveniadas é de pelo menos 100 mil pessoas e, em muitas regiões, a qualidade da as-

sistência decaiu.

Está em marcha, portanto, o desmanche de um modelo de parceria que, bem gerido, é apontado como a melhor fórmula para o atendimento público à saúde, à cultura e à assistência social. As parcerias flexibilizam a operação, descentralizam a gestão, elevam a eficiência e reduzem o custo. Mas é preciso que as entidades conduzam os serviços com incentivos e fiscalização da administração municipal, que, por sua vez, deveria fazer cumprir um contrato de gestão, com metas definidas de atendimento e qualidade.

Entidades conveniadas com a Prefeitura pedem mais recursos

A administração competente desse modelo no período de 2005 a 2008 assegurou agilidade no atendimento, inspirando-se em conceitos e procedimentos da gestão privada. Ficou evidente, nesses anos, que o contingente de crianças pedintes nas ruas parou de aumentar, assim como o número de moradores de ruas.

Hoje, porém, a SAS, parece ter perdido a noção do seu papel e da sua responsabilidade nesse sistema. Em entrevista ao **Estado**, publicada há dias, a chefe de gabinete da secretaria, Maria Luiza Gomes de Azevedo, afirmava que "é necessária uma contrapartida financeira das organizações". Ora, se as entidades assumem função do governo municipal, no atendimento da rede e gerenciamento das suas unida-

des, o mínimo que a Prefeitura tem a fazer é assegurar os custos desse atendimento.

"Nossa boa vontade é limitada pelas nossas restrições financeiras", disse a chefe de gabinete ao explicar as razões do congelamento de recursos. O bom funcionamento da rede de proteção social não pode se alicerçar apenas em boa vontade, mas depende da competência na implantação de uma política que oriente os convênios, incorporando os princípios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e defendendo os direitos dos que a ela recorrem.

Os fundamentos da parceria que a administração pública estabelece com as instituições filantrópicas se centram na permanente busca dos melhores resultados, pela ação em rede, pela avaliação constante do desempenho e pela transparência nas iniciativas e relações estabelecidas.

O Fórum da Assistência Social (FAS) reivindica recursos para cobrir os reajustes com os quais as entidades arcaram sozinhas, uma 13ª parcela nos convênios firmados e fim dos atrasos nos repasses. Na Câmara Municipal, pressionam os vereadores para ampliar as verbas destinadas ao setor no Orçamento 2010. Hoje, os recursos totais à disposição da rede, somando verbas municipais e repasses estaduais e federais, atingem R\$ 704 milhões. O dobro seria necessário para obter a qualidade satisfatória do serviço prestado.

Título	Espantosa insensibilidade
Data	02/07/2010
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100207-42481-nac-3-edi-a3-not

Espantosa insensibilidade

O mínimo que se pode dizer de duas medidas adotadas pela Prefeitura da capital, que afetam diretamente pessoas carentes – uma que fecha albergues no centro e vem sendo implementada aos poucos desde 2008, e outra que corta merenda para crianças, esta mais recente –, é que causam espanto, tamanha a insensibilidade dos responsáveis por elas. Dois albergues já foram fechados – o Jacaré, antigo Cirineu, com 400 vagas, e o Glacério, ou São Francisco, com 300 vagas – e outros dois deverão ter o mesmo destino, o que representa a eliminação de mais de mil leitos para necessitados na região central.

No ano passado, quando começaram a se avolumar as críticas a essa medida, a vice-prefeita e secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Aida Marco Antônio, alegou que, com exceção de 720 pessoas com mais de 65 anos – que deveriam ser encaminhadas para imóveis da Prefeitura, onde teriam assistência médica –, 3.280 albergados não tinham necessidade desse tipo de abrigo. Essas 4 mil pessoas eram metade da população dos albergues. Em defesa do que chamou de reforma do sistema de albergues, afirmou ela que “tem muita gente que ganha R\$ 1 mil e continua morando nos albergues por comodismo. Ficam três, quatro anos”. A reforma, segundo seus assessores informaram então, baseava-se na inclusão dos moradores de rua em programas sociais para possibilitar sua reinserção social; no oferecimento de passagens aos que desejassem

voltar para suas cidades de origem; e na transferência dos idosos para hotéis especialmente preparados para recebê-los.

Segundo os críticos da pretendida reforma, o verdadeiro objetivo da Prefeitura é forçar a ida dos que não têm onde morar para a periferia – se necessário transferindo albergues para lá – a fim de “limpar” o centro. Se era esse mesmo o objetivo, ele não está sendo atingido, como mostra reportagem do **Estado**. Aquelas pessoas carentes preferem dormir ao relento no centro e em bairros próximos do que ir para regiões distantes.

Política confusa da Prefeitura deixa os desamparados órfãos e moradores de rua

Como explica uma delas, “a segurança (na periferia) é ruim, não tem atendimento de saúde e falta lugar para vender lixo ou papelão”. Daí o crescimento da população de rua em locais como a Avenida Duque de Caxias, a Praça da República, o Largo do Arouche e a Avenida Paulista. “Depois que encerraram os serviços dos albergues, apareceu um monte de morador de rua por aqui. Regiões onde não havia tantos mendigos, como a Alameda Santos e o vão do Masp, agora estão lotadas”, diz a diretora da Associação Paulista Viva, Marli Lemos.

O máximo que se conseguiu com essa política infeliz foi tirar dessa população carente um dos pouquíssimos amparos que tinha – o de um teto e um leito para os momentos de

maior aperto, principalmente no inverno. Quando começou a reforma do sistema de albergues, o Movimento Nacional de Assistência à População de Rua criticou a secretária Aida Marco Antônio, dizendo que ela não dispunha de estudos que lhe permitissem afirmar, como fizera, que metade da população dos albergues poderia e deveria ser removida. Bom senso e uma boa dose de sensibilidade às agruras dessa população, que não devem faltar aos administradores públicos, teriam bastado para evitar essa desastrosa tentativa de “reforma”.

Certamente foi a falta desses mesmos ingredientes que levou a Prefeitura a cortar, a partir de 1º de janeiro, a entrega de merenda para entidades que atendem crianças e adolescentes órfãos ou em situação de risco, como informou o jornal *Folha de S.Paulo*. Nos abrigos dessas entidades, os mantimentos fornecidos pelo governo municipal constituíam a base das cinco refeições diárias oferecidas às crianças. Para substituí-los, estão sendo repassados R\$ 2.285,00 por mês a entidades que dão assistência, em média, a 20 jovens. Com isso, cada criança tem R\$ 3,80 por dia para fazer cinco refeições, uma proeza impossível. Diz a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social que vai rever esse valor. Se vai rever, é porque admite que errou.

Infelizmente, o governo municipal não percebeu ainda que deve ter um cuidado especial para não errar com moradores de rua e órfãos.

Título	Arrecadação em primeiro lugar
Data	03/29/2010
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100329-42531-nac-3-edi-a3-not

Arrecadação em primeiro lugar

Em 2009, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) teve uma arrecadação recorde de multas: R\$ 473 milhões, um crescimento de 22% sobre o ano anterior. Cerca de 1,5 milhão dessas multas foram aplicadas por excesso de velocidade. Mas o mais importante é que esses recursos, finalmente, deixaram de cair no caixa único da Prefeitura de São Paulo e passaram a compor o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Tráfego, cumprindo determinação do Código de Tráfego Brasileiro. O orçamento aprovado para a empresa neste ano é de R\$ 600 milhões, quase 60% maior do que há cinco anos.

Esse é um dos resultados da reorganização da empresa, iniciada em 2005, quando o seu orçamento passou a ser maior do que o simples pagamento da folha de pagamento da empresa. Mas a folga financeira não chegou a se refletir ainda em investimentos destinados ao ordenamento do trânsito e à redução da lentidão nos principais corredores. A velocidade média dos veículos caiu, nos últimos três anos, de 29 para 15 quilômetros por hora no pico da tarde. Por sua vez, os índices de mortes e atropelamentos da capital colocam São Paulo como o trânsito mais violento do mundo. No primeiro semestre de 2009, 690 pessoas perderam a vida nas ruas da cidade - 2,16 mortes para cada 10 mil veículos.

Dos equipamentos instalados em São Paulo para o controle do trânsito, apenas os radares

funcionam perfeitamente. Afinal, foram responsáveis pelo registro de mais da metade das multas e por isso se multiplicam: no ano passado, foram instalados 105 novos radares, somando 452 ao todo. Até dezembro, São Paulo terá mais 125.

Reportagem do **Estado** mostrou, no dia 15, que numa mostra de 44 radares instalados nas principais vias da cidade, 18 estão em operação sem que as placas de sinalização do limite de velocidade na via e da presença do equipamento estejam visíveis ao motorista - o que contraria o Código de Tráfego. Ficam ocultas pelos ramos das árvores

Com orçamento agora aumentado a CET tem que atuar com maior eficácia na cidade

e em vários pontos nem sequer foram instaladas. A função educativa é, assim, deixada de lado, em benefício da preocupação arrecadadora.

Por sua vez, os semáforos chamados de inteligentes permanecem inúteis. Sem a manutenção adequada, tornam-se obsoletos e apenas funcionam normalmente em 15% dos 1.457 cruzamentos onde foram instalados. Também a presteza que a CET poderia exibir para identificar problemas na malha viária superlotada, atuando rapidamente para a liberação das pistas, se perde com a falta de recursos técnicos e humanos. Das 302 câmeras de monitoramento, 39% não funcionam e 6% operam apenas parcialmente, e, assim, os centros de controle não con-

seguem enviar seus agentes com a rapidez necessária para os pontos bloqueados por acidentes ou panes de veículos. A comunicação entre os agentes também é insatisfatória - os rádios de comunicação foram substituídos por *palmtops*, mas, agora, os rádios estão voltando e, apesar das promessas de investimentos de R\$ 38 milhões num sistema eficaz de comunicação, a troca de informações é lenta e prejudica o atendimento. No mês de dezembro, o telefone 1188 registrou 74.447 ligações para informar sobre acidentes, semáforos e carros quebrados. Boa parte dos cerca de 800 veículos da CET permanece fora das ruas, pois, com idade média de 9 anos, precisa de boa manutenção e a oficina da empresa não tem capacidade para atender a toda a demanda. No fim do ano, época em que o trânsito bate recordes de congestionamento em São Paulo, 39% dos veículos da CET estavam encostados para consertos. Durante todo o ano de 2009, apenas 7 carros foram adquiridos, um número ínfimo numa cidade onde entram nas ruas pelo menos 500 carros novos por dia. Insuficiente também é o quadro de agentes - 2,2 mil marroquinhas para mais de 4 milhões de veículos que circulam diariamente. Um fiscal para cada 1,7 mil automóveis. Na Cidade do México, com frota semelhante à da capital, há 10 mil funcionários de trânsito.

A CET precisa pôr em prática, com urgência, um programa de investimentos em equipamentos, pessoal e treinamento, pois agora dispõe de recursos.

Título	Operações Urbanas
Data	05/05/2010
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100505-42568-nac-3-edi-a3-not

Operações urbanas

A Prefeitura de São Paulo desengavetou três das nove operações urbanas previstas no Plano Diretor de 2002. O anunciado adensamento dos eixos Lapa/Brás, Mooca/Vila Carioca e Avenida Jacu-Pêssego animou o setor imobiliário, que tem nessas regiões as únicas áreas ociosas para grandes empreendimentos. Boa parte desses novos polos de crescimento é cortada pelos trilhos assentados por volta de 1870 pela São Paulo Railway, para o transporte do café do interior para o Porto de Santos. A mudança das indústrias construídas ao longo das ferrovias para outras regiões do Estado, a partir dos anos 70, deixou as vizinhanças degradadas, tomadas por barracões abandonados e cortiços. O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem, explica que as operações urbanas permitirão o melhor uso da infraestrutura existente nesses pontos, farta mas ociosa.

O potencial de desenvolvimento da cidade nas margens da ferrovia começou a ser discutido em meados da década de 90, quando os 240 quilômetros de linhas da CPTM passaram a receber investimentos para o transporte de passageiros. Em pouco mais de uma década, a demanda passou de 700 mil passageiros por dia para 2 milhões. A ligação dessas linhas às novas estações de metrô deverá ser uma das causas do boom imobiliário previsto para essas áreas.

As Operações Urbanas são

instrumentos que o poder público pode utilizar para redefinir as formas de ocupação do espaço nas cidades. Foram inspiradas no sistema francês de parceria público-privada para recuperação urbana, mas têm muitas diferenças em relação ao original. Lá, o Estado adquire as áreas degradadas, faz as melhorias de infraestrutura, decide qual a melhor ocupação e chega a desenvolver o projeto arquitetônico do empreendimento a ser realizado. Esse pacote é vendido aos interessados, que constroem obedecendo rigorosamente os projetos. Da iniciativa privada é cobrado

As três que a Prefeitura desengavetou merecem ser mais bem conduzidas do que as anteriores

ainda o ganho resultante da valorização da intervenção. Com os recursos, o governo constrói moradias para as camadas carentes da população.

Exemplo de como São Paulo se distanciou desse modelo está na relação entre a administração pública e a iniciativa privada. No anúncio das três Operações Urbanas, foi apresentado um estudo realizado pelo Secovi-SP sobre o impacto da Operação Urbana Mooca/Vila Carioca. O projeto vai desde o entorno da Rua da Mooca até o município de São Caetano do Sul. Permite arrecadação estimada de R\$ 1,5 bilhão com a venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção, títulos que dão aos empreendedores o direito de cons-

truir acima do permitido pela Lei de Zoneamento. O mercado imobiliário, por sua vez, movimentará R\$ 10 bilhões com a negociação dos empreendimentos, calcula o Secovi.

Está aí o motivo que sustenta uma das principais críticas de muitos urbanistas ao modelo das Operações Urbanas em São Paulo. O foco principal seria o atendimento das reivindicações do mercado imobiliário, interessado apenas em novos e lucrativos empreendimentos.

O desenvolvimento da cidade é sempre bem-vindo, assim como a substituição dos vazios urbanos por novas ocupações. Mas deve haver um planejamento global para a cidade e não apenas medidas restritas a áreas degradadas, sem possíveis preocupações com seu impacto no restante da capital.

A Operação Urbana Faria Lima é exemplo do que a visão voltada unicamente para o desenvolvimento do setor imobiliário pode produzir. As redondezas foram tomadas pelos mais nobres condomínios comerciais e residenciais, sofisticados shoppings e restaurantes que transformaram o eixo e os corredores próximos em pontos de permanente congestionamento. Claramente, a malha viária não recebeu os investimentos necessários para suportar aquele crescimento.

As Operações Urbanas são um eficaz instrumento de ordenamento da ocupação do espaço urbano. Mas têm sido executadas sem o necessário planejamento que leve em conta os interesses da população.

Título	População de Rua
Data	06/05/2010
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100605-42599-nac-3-edi-a3-not

População de rua

Não há quem não veja, nas áreas centrais da capital, como as Praças da Sé e da República, pessoas carregando cobertores nos ombros durante o dia. Essas pessoas, sempre carregando trouxas de roupa de cama, que se locomovem aparentemente sem direção, são moradores de rua. Se têm aparência jovem, são prontamente confundidos com drogados e os transeuntes tomam o cuidado de evitá-los. Se são mais velhos, são geralmente mendigos. Alguns se postam em frente aos bares e pedem dinheiro para um café ou uma "prontinha". Nenhum deles diz abertamente que quer dinheiro para tomar uma "birita".

Mesmo para os habitantes de São Paulo, acostumados a essa realidade, é chocante saber que a população de rua da cidade abrange 13.666 pessoas, segundo levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP, uma população maior que a de 328 dos 645 municípios paulistas.

Desse total, 6.587 (48,2%) dormem no relento. Outras 7.079 (51,8%) vão para os 41 albergues existentes, com 8.200 vagas. Há sobras, portanto, mas insuficientes para atender os que não têm onde se recolher à noite.

Impressiona também saber que, enquanto a população da cidade e da região metropolitana diminuiu na proporção de 0,56% ao ano entre 2000 e 2008, segundo dados da Funda-

ção Seade, a população de rua aumentou 57% nos últimos dez anos (a pesquisa foi realizada no fim de 2009, utilizando o ano 2000 como referência).

Não se pode culpar apenas a atual administração municipal por uma situação que reflete a falta de políticas públicas capazes de produzir resultados. E o problema também não pode ser atribuído somente ao maior consumo de drogas. Se é verdade que 7,7% da população de rua hoje é composta de jovens de 18 a 30 anos, metade dos quais viciados em crack, eles são minoria, assim como os de mais de

Pesquisa da Fipe adverte que faltam políticas públicas consistentes sobre isso

50 anos (7,8%). A grande maioria é formada por pessoas com idade média de 40,2 anos, e 79,7% são do sexo masculino. Se não são portadores de doença grave - e presumivelmente não são, já que sobrevivem ao relento -, são homens aptos para o trabalho, em uma economia em expansão.

Como bem observa a professora Sílvia Schor, da FEA/USP, que coordenou a pesquisa, é utópico pensar que a cidade de São Paulo consiga acabar com a sua população de rua. Há fatores sempre associados à extrema pobreza, como alcoolismo, drogas, desemprego, rompimento de relações familiares, etc., que tornam tão complexa a assistência social. Há, porém, como disse a pro-

fessora, duas condições básicas que podem e devem ser aperfeiçoadas, como a diversificação da rede de atendimento e a provisão de serviços de moradia social.

A Prefeitura de São Paulo tem procurado agir nesse campo. Se bem que reduziu as vagas de albergues disponíveis no centro da cidade, pretende criar mais 1.200 vagas. A Secretaria de Assistência Social tem procurado incentivar a criação de repúblicas de moradores de rua, em casas alugadas. Até agora, são 7 repúblicas, com 140 moradores. Podem ser muito mais. A Prefeitura também montou tendas para atendimento diurno e para contato entre os moradores de rua e educadores. Até agora são 2 tendas, com a promessa de mais 5 até o fim do ano.

A única informação animadora na pesquisa, se assim se pode dizer, é que o número de crianças e adolescentes que vagam pelas vias públicas paulistas caiu de mais de 700 em 2000 para 448 em 2009. Isso evidencia que os serviços de amparo a menores têm funcionado com muito mais eficiência do que aqueles voltados para a população de rua adulta.

Contudo, não cabe só à Prefeitura lidar com esse problema. O governo do Estado tem sua parcela de responsabilidade, assim como o governo federal, que tanto festeja o Bolsa-Família como instrumento de combate à pobreza. Enfim, toda a comunidade terá também de assumir sua parte, fazendo mais do que já faz, como a Campanha do Agasalho por exemplo.

Título	Fogo de artifício
Data	01/15/2011
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110115-42823-nac-3-edi-a3-not

Fogo de artifício

O plano de redução da velocidade máxima de circulação em importantes vias da cidade, que a Prefeitura de São Paulo vem aplicando aos poucos, há quase dois anos, é daquelas medidas que causam excelente impressão aos menos atentos – porque sugere cuidado com a segurança do trânsito –, mas não resistem a um exame mais rigoroso. Está muito mais para fogo de artifício do que para providência séria e consistente destinada – como afirma a Secretaria Municipal de Transportes – a ajudar a diminuir o risco de acidentes e a sua gravidade, quando ocorrem.

“A ideia é que haja o menor número de velocidades máximas dentro da cidade. Então, grandes corredores, como as Marginais, terão uma determinada velocidade e corredores de uma segunda categoria, como a 23 de Maio, terão uma segunda velocidade”, afirma o secretário Marcelo Branco. A mudança começou, de acordo com essa orientação, em 2009, quando foi reduzida de 80 km/h para 70 km/h a velocidade máxima nas Avenidas 23 de Maio e Rubem Berta. Depois foi a vez – numa terceira categoria – das Avenidas Indianópolis, Jabaquara, Domingos de Moraes e Noé de Azevedo e Ruas Sena Madureira e Vergueiro, com redução de 70 km/h para 60 km/h. As próximas serão as Avenidas Paulista e Brigadeiro Faria Lima e a Radial Leste, com redução também de 70 km/h para 60 km/h.

A explicação do secretário é curiosa: “O foco principal é que as pessoas saibam de forma mais intuitiva quais são as velocidades permitidas na cidade. E, portanto, respeitem os limites de forma mais intuitiva e não apenas dependendo da sinalização do local”. Talvez seja melhor deixar de lado as suas obscuras considerações sobre intuição e sinalização e a refação de ambas com a diminuição da velocidade. Mais importante é assinalar aquilo que sugere o senso comum, isto é, que se deve aproveitar vias como essas – numa cidade de trânsito travado – para desen-

Reduzir as velocidades permitidas nas vias da cidade não garante a redução de acidentes

volver velocidades maiores. Até porque velocidades de 80 km/h e 70 km/h não são exageradas.

Outra observação importante a ser feita é que, ao que se sabe, tal providência não acarretou nenhuma diminuição do risco de acidente nas vias em que ela foi adotada nem os acidentes ocorridos desde então têm sido de menor gravidade. Se por acaso a Prefeitura dispõe de dados, que não divulgou, indicando que isso passou a ocorrer, restará provar então que tal fato tem alguma relação com a redução da velocidade, o que não parece nada fácil.

Em vez de perder tempo com medidas desse tipo que, na melhor das hipóteses, não mudam nada e, na pior – e mu-

to mais provável –, atrapalham ainda mais o trânsito, a Prefeitura deveria concentrar sua atenção em outras que de fato podem ajudá-la a atingir a meta de reduzir em 10%, este ano, o número de mortos em acidentes de trânsito, que de acordo com as estimativas – o número exato ainda não foi tabulado – foi de 1,3 mil em 2010.

Uma delas é melhorar o estado em que se encontra a grande maioria das vias da capital. Em ruas e avenidas esburacadas ou mal pavimentadas, cheias de ondulações, e com sinalização precária, o risco de acidentes é muito elevado. As operações tapa-buraco, mesmo quando atingem seus objetivos, são um mero expediente de emergência. O que resolve mesmo o problema é o programa de recapeamento periódico das vias, que está sempre atrasado.

Outra são campanhas permanentes de educação dos motoristas. Elas são indispensáveis, porque as multas de trânsito não têm função educativa desde que se transformaram numa “indústria”. O aumento constante do número de multas é uma prova do malogro da ação da Prefeitura nesse caso.

Finalmente, o Programa de Revitalização Semafórica, lançado em 2007, está longe de atingir o objetivo que se propôs e está expresso em seu título. A reforma e modernização dos semáforos é importante para dar maior fluidez e segurança ao trânsito.

Como se vê, a Prefeitura sabe muito bem o que fazer para ajudar a reduzir os acidentes de trânsito. Resta fazer.

Título	Avanço nas creches
Data	02/07/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090207-42116-nac-3-edi-a3-not

Avanço nas creches

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apurou um aumento de 30,24% no número de vagas nas creches na cidade de São Paulo, entre março de 2007 e março de 2008. O número é expressivo, pois no País a média de aumento de vagas em creches não chegou a 11%. Na Região Sudeste como um todo, o aumento foi de 15,3%, e no Estado de São Paulo, o mais rico da Federação, a oferta de vagas cresceu 18,8%.

Desde o início da administração Serra/Kassab até o ano passado, as matrículas nas creches da cidade subiram de 61 mil para 109 mil, conforme a Secretaria Municipal de Educação. A criação de 48 mil novas vagas nos Centros de Educação Infantil (CEIs), creches que recebem crianças de 0 a 3 anos, é um avanço. Mas ainda há muito a se alcançar.

Durante a sua campanha à reeleição, o prefeito Gilberto Kassab mencionou a necessidade de expandir a oferta de vagas nas creches para atender entre 80 mil e 90 mil crianças a mais. Para isso, terá de dobrar o número de vagas criadas até agora, pois a fila de espera é estimada em 110 mil crianças.

Esse número aflige a Prefeitura de São Paulo há décadas. Desde o governo Celso Pitta o total estimado de crianças fora das creches varia entre 100 mil e 300 mil, sem nunca cair abaixo de 100 mil, e o Ministério Público Estadual (MPÉ), a cada nova ad-

ministração municipal, tem exigido o cumprimento de metas pela Prefeitura.

Em 1999, o ex-prefeito Pitta enfrentou 12 ações civis públicas em Varas da Infância e da Juventude. Nos três primeiros anos de sua administração, construiu apenas 15 creches e, ao encerrar o mandato, estimava-se em 104 mil a demanda por vagas.

No governo seguinte, duas decisões judiciais proferidas em 2002 obrigaram a então prefeita Marta Suplicy a matricular em creches e Escolas de Educação Infantil (Emeis) todas as crianças de 0 a 6

Aumento de vagas bate recordes na capital, mas a fila de espera continua

anos, moradoras dos bairros Jaguaré, Jaraguá, Grajaú, Pirituba, Perus e Lapa, até julho de 2003. O MPÉ fixava a meta em 40 mil novas vagas, mas a Prefeitura conseguiu criar apenas 26 mil. Quando os promotores ameaçaram com ações mais punitivas, o governo petista prometeu criar 43 mil novas vagas para crianças de 4 a 6 anos - ou seja, deixou de lado, na prática, a questão das creches.

Em 2004, o Ministério Público Estadual entrou com 19 ações civis públicas para obrigar a administração municipal a abrir mil vagas para crianças de 0 a 3 anos nas creches. Mas, em fim de governo, a ex-prefeita pouco fez para cumprir a determinação.

Na campanha para a reeleição, em 2004, Marta Suplicy

proclamava ter criado 38 mil vagas em creches, mas a maior parte dessas vagas foi aberta por meio de convênios com 340 creches particulares. Sem dinheiro em caixa, Marta Suplicy não honrou seus compromissos. Seu sucessor, José Serra, herdou uma dívida de R\$ 14 milhões com as entidades conveniadas. Sem receber pelos serviços prestados, muitas fecharam as portas ou reduziram o atendimento, elevando o déficit de vagas.

O prefeito Kassab, em visita às obras da terceira creche do Centro de Convivência Educativo e Cultural de Heliópolis, no bairro do Sacomã, zona sul da cidade, afirmou que tem tido a preocupação de eliminar o crônico problema de falta de vagas em creche. Pelo menos naquela carente região da cidade, o número de vagas mais que dobrou em quatro anos. Com a entrada em funcionamento da terceira creche, 2.560 crianças da comunidade serão atendidas.

Será, no entanto, uma batalha interminável contra a insuficiência de vagas. Neste tipo de serviço público, quanto maior a oferta, maior a demanda. Mães que, para poder trabalhar, costumam deixar seus filhos com parentes ou amigos, mas que compreendem a importância da educação infantil, correm em busca de uma vaga assim que uma nova unidade é construída nas proximidades de suas casas ou do trabalho. Por isso falamos em batalha interminável.

Título	Projeto Interminável
Data	04/14/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090414-42182-nac-3-edi-a3-not

Projeto interminável

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em primeira votação, projeto de lei do Executivo que autoriza a chamada concessão urbanística - instrumento previsto no artigo 239 do Plano Diretor Estratégico da capital - da Cracolândia. A Prefeitura pretende que empresas privadas implementem o plano de recuperação de 23 quadras de uma das regiões mais degradadas da cidade - o Projeto Nova Luz -, em fase de desapropriações. Os futuros concessionários serão obrigados a construir moradias populares para mil famílias em dois terrenos de 15 mil metros quadrados, já desapropriados. Com isso, autoridades municipais pretendem fixar moradores na área - o que é essencial para o sucesso do programa -, mas também calar a oposição e as entidades que defendem os interesses dos moradores da área. Também foram tranquilizados os comerciantes da área da Rua Santa Ifigênia, que temiam que seus pontos de comércio fossem desapropriados. O projeto preserva os oito quarteirões onde estão as lojas especializadas na venda de produtos eletrônicos.

O problema é que o Projeto Nova Luz foi mais uma vez modificado e nada indica que a alteração facilitará ou acelerará a sua execução. O projeto de revitalização prevê a desapropriação de 750 imóveis, investimentos de R\$ 2 bilhões e a criação de 25 mil empregos. Em pouco mais de quatro anos, mudanças no projeto já destinaram a Cracolândia a ser polo de tecnologia, centro cultural, endereço de colégios e uni-

versidades e de milhares de famílias de todas as classes sociais - um exemplo de renovação urbanística. Na realidade, a Cracolândia continua sendo recheado de viciados.

Para a recuperação da região não faltaram recursos ou apoio da iniciativa privada. O projeto não avança por falta de quem o lidere e de um sólido plano de ações.

Empresas foram convidadas para se transferir para o centro em troca de incentivos fiscais. Dezenas de companhias demonstraram interesse e duas delas de fato se mudaram para a Nova Luz, mas o

O que falta ao Projeto Nova Luz é continuidade administrativa

projeto de lei que cria os incentivos fiscais ainda não foi votado pela Câmara Municipal. Diante disso - e da falta de ações concretas para a efetiva recuperação de uma área degradada - os empresários que pretendiam mudar suas empresas para a Nova Luz engavetaram seus projetos.

Urbanistas afirmam que, tivesse a Prefeitura liderado as ações, transferindo para a Nova Luz alguns órgãos da administração municipal, e iniciado a recuperação do entorno, a adesão das empresas privadas ao projeto teria sido mais ampla. Mas nos quatro anos da gestão Serra/Kassab, a Prefeitura usou apenas US\$ 4 milhões dos US\$ 100 milhões colocados à sua disposição pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde

meados de 2004. Esse empréstimo foi concedido com vantajosas condições de juros e prazos para a Prefeitura. Mas, como aconteceu com todos os empréstimos do BID, sobre a verba não utilizada incide uma taxa de permanência de 0,25%, que, há um ano, já custava à Prefeitura mais de R\$ 420 mil.

Durante os três primeiros anos da administração Serra/Kassab, as ações relacionadas com o projeto se limitaram a algumas blitzes para livrar o lugar de traficantes, viciados e outros tipos de marginais. As obras não foram iniciadas porque, segundo as autoridades, era preciso mudar o enfoque do projeto. Ou seja: havia a necessidade de alterá-lo para que o Nova Luz deixasse de ser um plano da administração anterior, de Marta Suplicy, e ganhasse as marcas da gestão Serra/Kassab. Prevaleceu, assim, a tradição da descontinuidade.

Somente no ano passado, quando Gilberto Kassab concorreu à reeleição, a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) voltou a anunciar investimentos - que não foram feitos. Agora, a Prefeitura quer que a iniciativa privada invista no projeto, por meio da concessão urbanística. No início deste ano, o secretário de Coordenação das Subprefeituras avisou que a Prefeitura revitalizará, em dez anos, um bairro que está decadente há 40. Não tivessem sido abandonados os esforços feitos por administrações anteriores para a revitalização do centro, esse prazo seria muito menor.

Título	O metrô sobre pneus
Data	05/01/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090501-42199-nac-3-edi-a3-not

O metrô sobre pneus

O governo de São Paulo decidia construir e administrar o novo ramal de 22 quilômetros do Expresso Tiradentes, que deverá ligar os Terminais de Vila Prudente e de Cidade Tiradentes, na zona leste. Assim, uma tarefa que seria da administração municipal, mas que, desde o governo Celso Pitta, patina em indecisões e mudanças de enfoque. Espera-se, com isso, maior velocidade na condução de um projeto que, nos últimos 12 anos, em cada gestão, foi alterado, ampliado, rebatizado, mas nunca concluído, a não ser pequenos trechos, a custos excessivos para os poucos resultados.

O governador José Serra e o prefeito Gilberto Kassab anunciaram mudanças no sistema: trata-se agora do Metrô Leve Expresso Tiradentes. Em vez de um corredor de ônibus como o dos primeiros três trechos (ligando os Terminais Mercado, Vila Prudente e Sacomã), circularão Veículos Leves sobre Pneus (VLP) – trens sobre pneus movidos a energia elétrica – a uma velocidade média de 40 km/h, num sistema aéreo cujos pilares de sustentação terão apenas 1,5 metro de largura. Assim, os trens não precisarão parar nos 70 cruzamentos do traçado de 22 quilômetros.

A nova linha exigirá investimentos de R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão é a parte do Município, conforme promessa de Kassab feita, inicialmente, para a ampliação do metrô.

Na primeira fase, com entrega prevista para o ano que vem, serão construídas 13 estações entre Vila Prudente e

São Mateus, num trecho de 12,8 quilômetros, capaz de atender 300 mil passageiros por dia. A segunda etapa, prevista para ser concluída em 2012, terá mais 9,5 quilômetros e 9 estações. Quando estiver pronto o sistema deverá transportar, diariamente, 450 mil passageiros, quase o dobro do que poderia ser transportado pelo Expresso Tiradentes e seus ônibus tradicionais e mais de seis vezes o total estimado para o antigo Fura-Fila.

Especialistas em transporte público aprovaram as alterações e destacam a modernidade do que se propõe agora. Tudo indica, pois, que a novela desse projeto entra no seu capítulo final.

Parece que afinal o polêmico projeto de transporte vai ter uma conclusão

O Fura-Fila de Celso Pitta se transformou no Paulistão de Marta Suplicy e no Expresso Cidade Tiradentes da administração Serra-Kassab. O Veículo Leve sobre Pneus, planejado no fim dos anos 90 para ser um anel de 70 quilômetros ao redor do centro de São Paulo a um custo de apenas R\$ 146 milhões, não vingou no governo Pitta. O ex-prefeito usou R\$ 124 milhões e construiu apenas a base de 2,8 quilômetros nas margens do Rio Tamanduateí.

Marta Suplicy fez duras críticas ao projeto, mudou seu conceito, transformando o anel num eixo de ligação entre o Ipiranga e a zona leste. O nome também foi alterado para Paulistão. Outros R\$ 330 milhões foram investidos na construção de cinco quilômetros do corredor.

Em 2007, quando a administração Serra-Kassab inaugurou o primeiro trecho de 8,5 quilômetros com o nome de Expresso Tiradentes, os custos já somavam R\$ 861 milhões, pagos pelos cofres municipal, estadual e federal. Na época, o então secretário municipal de Transportes, Frederico Bussinger, comparou a inauguração do sistema ao "momento de dar o sopro de vida ao boneco de barro".

Em vez das calhas suspensas e dos veículos ultramodernos planejados por Pitta, foram entregues corredores de concreto, construídos sobre pilotis de 15 metros, por onde rodam, com exclusividade, ônibus idênticos aos que trafegam nas ruas da capital. Até o mês passado, quando mais um trecho de 2,8 quilômetros foi inaugurado, ligando os Terminais Mercado, no centro, e Sacomã, na zona sul, à Vila Prudente, na zona leste, o sistema transportava, em média, 53 mil passageiros diariamente. Estimava-se um aumento de 18 mil pessoas por dia com o novo trecho.

O importante é que se dê, agora, mais velocidade ao projeto, como já se tem feito com a ampliação do metrô e a construção do Rodãoanel. Tudo o que puder ser realizado para reduzir o transtorno do paulistano no trânsito de cada dia será bem-vindo.

Título	A Paulista mal reformada
Data	05/26/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090526-42224-nac-3-edi-a3-not

A Paulista mal reformada

O acúmulo de problemas na Avenida Paulista mostra que a reforma concluída há nove meses ao custo de R\$ 8,1 milhões e a criação, pela Prefeitura, da primeira gerência de avenida da cidade não produziram até agora os resultados esperados. Como mostrou Daniel Gonzalez em reportagem publicada sexta-feira no **Estado**, a cada um dos passos há um problema na avenida. Lixeiras danificadas, canteiros mal cuidados, calçadas quebradas ou com rachaduras, fios expostos, pichações são sinais de obras malfeitas ou que não foram adequadamente dimensionadas, de manutenção precária e de falta de fiscalização.

Se o quadro não mudar, serão criadas as condições para que a Avenida Paulista, escolhida como o símbolo de São Paulo, retome o processo de degradação por que passou não faz muito tempo e que foi detido pela mobilização da comunidade. Moradores, empresários, entidades da área - reunidos na Associação Paulista Viva, criada em 1996 para preservar a região - e representantes do setor público uniram-se para deter sua decadência acelerada e iniciar sua recuperação. Era necessário restaurar as calçadas e as pistas de trânsito, afastar os camelôs e refazer a sinalização - para devolver a avenida a mais de 1 milhão de pessoas que por ela circulam. Devolver-lhe a beleza e a funcionalidade, enfim.

Foi correta a decisão da Prefeitura de substituir o antigo mosaico português das calçadas, de manutenção cara e pouco seguro para os pedestres,

por placas de concreto. A troca foi proposta na época pela Associação Paulista Viva, que sugeriu o uso do concreto pré-moldado. A Prefeitura, porém, optou pelo concreto moldado no local, solução mais barata.

Mas a escolha resultou em material menos resistente, como se constatou há um ano, depois do início das obras. O cimento ao redor das juntas de dilatação começava a ceder e, em alguns trechos, as placas já apresentavam rachaduras. Na época, o secretário da Coordenação das Subprefeituras, Andrea Matarazzo, reconheceu que "a obra foi malfeita, fora

A degradação da famosa avenida teve uma pausa, mas retornou

dos padrões", e determinou que ela fosse refeita.

Terminada a nova obra, a reportagem do **Estado** constatou que também foi malfeita. Há trincas nas áreas onde estacionam os carros-fortes que atendem as agências bancárias instaladas na avenida.

As obras de concessionárias de serviços públicos produziram efeitos danosos na Paulista reformada. Há buracos e remendos em toda sua extensão, feitos pelas concessionárias para ter acesso à sua rede subterrânea. "Serviço porco", segundo o secretário Andrea Matarazzo. O cidadão tem o direito de perguntar que providência tomará a Prefeitura para corrigir o que foi malfeito e que punição será aplicada a quem o fez.

Totens pichados, lixeiras danificadas são reflexos de vandalismo, que deve ser combatido por fiscalização mais intensa e, também nesse caso, pela punição dos responsáveis.

Pior, para os que trabalham na região ou por ali circulam, é a visível redução do número de guaritas em operação. Elas foram instaladas pela Associação Paulista Viva para ampliar o policiamento de uma avenida que então era frequentada por trombadinhas e ladrões. O sistema de policiamento funcionou e os índices de criminalidade da Paulista baixaram drasticamente. Mas, agora, algumas guaritas permanecem vazias o dia inteiro, outras estão em mau estado de conservação. A falta de segurança volta a ser um problema sério na região.

O gerente da Avenida Paulista, Heitor Sertão, diz que vai adotar um modelo que chama de "qualidade total", para o qual pretende obter a colaboração de quem trabalha e tem imóveis no local. A ideia, completa o secretário Matarazzo, é atrair empresas, bancos, condomínios e estacionamentos para que cuidem da calçada, fiscalizem e avisem a Prefeitura sobre irregularidades.

Era o que fazia, até o início da administração Serra/Kassab, a Associação Paulista Viva, que durante alguns anos manteve com a Prefeitura uma parceria produtiva para a região. Essa parceria foi rompida por iniciativa da Prefeitura, que agora volta a buscar a colaboração dos que vivem e trabalham na Paulista.

Título	A nova marginal do Tietê
Data	06/10/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090610-42239-nac-3-edi-a3-not

A nova Marginal do Tietê

A Marginal do Tietê será reformada. Há dias, o governador José Serra e o prefeito Gilberto Kassab autorizaram a construção de 23 quilômetros de pistas de cada lado do corredor. Os trabalhos deverão começar neste mês e terminar em outubro de 2010. Além de três novas faixas em cada sentido, a Marginal terá também quatro novas pontes (Complexo Bandeiras, Cruzeiro do Sul, Tatuapé e Complexo Dutra-Castelo Branco) e três viadutos planejados para melhorar a fluidez do trânsito. As obras exigirão investimentos de R\$ 1,3 bilhão, divididos entre o governo estadual (R\$ 1,1 bilhão) e as concessionárias que administram as Rodovias Bandeirantes-Anhanguera e Ayrton Senna-Carvalho Pinto, que utilizarão recursos do pedágio para a construção.

Fonte geradora de transtornos para os paulistanos em geral e para os motoristas que chegam a São Paulo, a Marginal do Tietê é caminho diário de 1,2 milhão de veículos. Registra diariamente, nos períodos de pico, 30 quilômetros em média de congestionamentos, ou 25% do total de lentidão medida em toda a capital. Estudos mostram que esse congestionamento crônico provoca o desperdício de 1,7 milhão de horas/ano de quem nele fica preso, sem poder atender a seus compromissos, além de 1,5 milhão de litros de combustível por ano consumidos pelos veículos que trafegam em marcha lenta. Os danos provocados pela poluição são imensuráveis.

A concessionária AutoBan

investirá R\$ 125 milhões na construção de 4,2 quilômetros, entre o viaduto da CPTM, na região da Lapa, até o Cebolão. A EcoRodovias será responsável pela ampliação de faixas entre o Tatuapé e a Rodovia Ayrton Senna a um custo de R\$ 73 milhões. Pelo Estado, a Dersa construirá 15,2 quilômetros desde o viaduto CPTM até a confluência com a Rua Ulisses Cruz, no Tatuapé.

Conforme os técnicos que prepararam o projeto de ampliação da Marginal do Tietê, os gargalos de trânsito dos bairros do Tatuapé, Bom Retiro e Santana serão em boa par-

te plantio de 83 mil árvores ao longo das pistas e vias de acesso à Marginal. Uma estrada-parque será formada com a construção de uma ciclovia e a reforma das calçadas ao longo dos 23 quilômetros do corredor. Essa área no entorno da Marginal funcionará como uma várzea, absorvendo as águas das chuvas e evitando o transbordamento do rio.

Em entrevista ao **Estado**, o governador José Serra afirmou que o investimento na Marginal não será a solução para o congestionamento da cidade. "Ninguém tem a ilusão de que o problema de trânsito será resolvido só com obras viárias. A expectativa é de aliviar."

A explicação de Serra foi, certamente, uma resposta a quem critica o governo por investir na malha viária e, assim, estimular o transporte individual em detrimento do transporte público. Acontece que, em malha viária congestionada, os ônibus também ficam parados.

Além disso, é preciso lembrar que o governo do Estado investe, por meio do Plano de Expansão 2007-2010, R\$ 20 bilhões para quadruplicar as redes sobre trilhos, em novas linhas de metrô e da CPTM, o que assegurará transporte sobre trilhos para 4 milhões de pessoas até 2014 e reduzirá o tempo de viagens em 25%.

A necessidade dos projetos em andamento é inquestionável. Importante será assegurar a continuidade do Plano de Expansão pelos próximos anos para que o atraso do setor de transporte seja superado.

Pretende-se que as obras estejam terminadas até outubro de 2010

te resolvidos e estima-se que o tempo das viagens terá redução de 25%, com a construção das novas pontes e viadutos. Também quem chega e parte de São Paulo pelas Rodovias Castelo Branco, Ayrton Senna, Dutra, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes terá maior tranquilidade.

O governador José Serra afirmou que, mais do que a ampliação das pistas, o projeto trata da recuperação ambiental da Marginal do Tietê. Segundo ele, é uma construção que tem "o cuidado ecológico, o que não é tradição em São Paulo, pois as obras e a devastação andavam de mãos dadas". A secretária de Saneamento e Energia, Dilma Pena, informou que o programa de compensação ambiental elaborado para a região prevê o

Título	Ação na Cracolândia
Data	07/25/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090725-42284-nac-3-edi-a3-not

Ação na Cracolândia

A pesar de a recuperação da região central da cidade de São Paulo, conhecida por Cracolândia - onde pessoas consomem drogas à luz do dia, especialmente o crack, um derivado altamente viciante da cocaína -, ser uma prioridade da administração Serra/Kassab desde seu início, há quatro anos, e apesar de operações já terem sido realizadas na área, com o fechamento de hotéis dedicados à prostituição e à frequência de drogados, poucos avanços o poder público já conseguiu no projeto de levar a higiene e a ordem pública à região, só no papel rebatizada de Nova Luz. Na verdade, a preocupação com o aspecto social da questão - que, evidentemente, existe - chegou a menosprezar a questão legal e policial, uma vez que essa parte da cidade continuou sendo, como é há mais de 20 anos, um território livre para a ação dos traficantes. E só não se tornou zona inteiramente "liberada" para o tráfico, como os morros cariocas, por motivos topográficos, já que não é possível nela montarem-se *bunkers* de bandidos, como no Rio - embora já tenha havido secretário de Segurança de São Paulo que alegasse falta de contingente para policiar a região e até falta de relevância do problema.

Não se deixe de considerar, por outro lado, que qualquer esforço das autoridades para desmontar o antro da Cracolândia e mesmo de dissolver as ocupações dos "moradores de rua" daquela e de outras regiões do centro da cidade tem esbarrado na resistência de algumas ONGs que, por defor-

mação ideológica, veem nessas ações o que chamam de "higienismo", a que tentam dar conotação "fascista". Por tudo isso é de louvar-se a nova iniciativa que integra setores dos governos estadual e municipal para resolver o grave problema da Cracolândia. Como as ações anteriores sempre tiveram o efeito do gelo enxugado - com o retorno dos viciados ou seu simples deslocamento para outras regiões do centro -, desta vez as autoridades prometem manter na região 70 policiais militares, 24 horas por dia, além de 120 agentes de saúde, das 9 às 22 horas, com o objeti-

Espera-se para o combate ao crack o mesmo rigor do combate ao fumo

vo de encaminhar para tratamento os dependentes químicos, as pessoas com outros problemas de saúde e dar assistência às crianças lá encontradas.

Essa ação começou quarta-feira, quando teve por resultado 41 pessoas atendidas: 5 foram internadas por problemas de saúde, 9 foram encaminhadas para centros de atendimento a viciados, 24 seguiram para postos de saúde, 2 para tratamento de aids e 1 criança foi levada para um centro de assistência. Com a ajuda da Polícia Militar (PM) os funcionários da Prefeitura lacraram 20 pensões, especialmente usadas para consumo de crack, por falta de segurança e higiene. Foram feitas cinco prisões, três de acusados de tráfico. Numa operação que envolveu 22 órgãos do Município e do Estado, me-

rece destaque a decisão do comando da PM no centro de identificar as possíveis rotas de fuga dos usuários de crack para as outras regiões da cidade e aumentar a segurança daqueles locais. Há que se enfatizar, no entanto - mesmo que isso pareça repetir o óbvio -, que não haverá aglomeração de viciados onde não haja traficantes por perto ou fonte abundante de abastecimento da droga.

Não se pode deixar de levar em conta o fato de haver em São Paulo nada menos do que 11 mil moradores do rua cadastrados pela Prefeitura, dos quais 80% ficam na região central da cidade e entre estes há 25% de dependentes químicos. Assim, o esforço de atendimento feito pelos poderes públicos, no campo da assistência social, da saúde, do atendimento ao menor, da educação, da criação de centros de convivência e recreação e o que mais possa resgatar para essas pessoas um mínimo aceitável de padrão de dignidade humana, é fundamental. Entretanto, não menos importante do que tudo isso é uma questão específica de segurança e ordem pública, porque há criminosos traficantes com intolerável liberdade de atuação nessas áreas. Então, é de exigir-se do governo Serra, em relação a esses criminosos, pelo menos o rigor que dedicamos que fumam em áreas fechadas de frequência pública, neste Estado. Que haja contingentes policiais suficientes também para a repressão a quem vende e consome drogas.

Título	O centro esquecido
Data	09/13/2010
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100913-42699-nac-3-edi-a3-not

O centro esquecido

A Prefeitura de São Paulo tem disponíveis mais de R\$ 121 milhões para usar nas obras de recuperação do centro da cidade, principalmente nos programas habitacionais e de assistência aos moradores de rua. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedeu, em 2003, linha de crédito de US\$ 100 milhões para financiar os projetos elaborados durante o governo Marta Suplicy. Seriam 137 ações, abrangendo desde a recuperação de praças até a construção de moradias populares e a reforma da Cracolândia. Cinco anos depois, foi a vez de o governo federal destinar outros R\$ 6,2 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a instalação de dez galpões de triagem de material reciclável para cooperativas de catadores que circulam pelo centro.

Sobra dinheiro, mas o planejamento falhou e as picuinhas políticas mantêm intacto o processo de decadência da região com melhor infraestrutura da cidade. Vários projetos – uns grandiosos – e ideias mirabolantes se sucederam nos últimos anos, mas, na prática, só reformas que poderiam ser usadas como bandeiras políticas foram feitas. As Praças da República, da Sé e da Liberdade passaram por transformações, mas continuam refúgio de sem-teto, o que compromete a segurança e o interesse dos empreendedores na região.

Em vez de utilizar os recursos disponíveis para proporção

nar moradia e trabalho à população de rua, a Prefeitura tem preferido garantir cenário e circo. Pelas regras do BID, para cada US\$ 3 emprestados, a Prefeitura investiria US\$ 1 em contrapartida. No entanto, a verba reservada para esse fim em Orçamento – R\$ 199 milhões – tem custeado ações que vão da Virada Cultural (R\$ 3 milhões neste ano) ao repapeamento das ruas (R\$ 12 milhões só em agosto), iniciativas que, embora de importância indiscutível, deveriam ser pagas com recursos orçamentários próprios das Secretarias da Cultura e de Subprefeituras. Autoridades

Apesar do dinheiro disponível, os projetos de recuperação se arrastam há sete anos

municipais afirmam que a transferência de verbas não afetará a execução das ações programadas para o centro.

Nos quatro anos do governo Serra/Kassab, a Prefeitura usou apenas US\$ 4 milhões do total colocado à disposição pelo BID. O empréstimo tem prazo de pagamento de 25 anos, que só começaria a ser contado seis meses após o último desembolso. Conforme o contrato, incide sobre a verba não utilizada uma taxa de permanência de 0,25%. Por ter deixado o dinheiro ocioso, a Prefeitura já teve uma despesa de aproximadamente R\$ 500 mil, pois, dos US\$ 100 milhões, restam ainda US\$ 65 milhões que não foram contratados, conforme dados publicados no portal da Prefei-

tura. Questionadas, as autoridades contestam o próprio site, e afirmam que só estão disponíveis US\$ 33,9 milhões.

Não bastasse, os R\$ 6,2 milhões provenientes do PAC devem ser usados até 31 de dezembro ou o Município perderá o direito à verba. Os recursos estão previstos no Plano Plurianual do Ministério das Cidades e só serão liberados quando a Prefeitura apresentar projeto para a construção dos galpões. Isso parece longe de acontecer porque a administração municipal alega ter dificuldades para encontrar terrenos disponíveis neste município onde os vazios urbanos são imensos e já foram alvos, inclusive, de leis específicas, como o IPTU progressivo, para permitir o combate ao estoque especulativo e proporcionar ao governo instrumentos para utilizá-los.

Não se justifica um atraso de sete anos na execução de projetos que deveriam ser prioritários para a região central de uma cidade como São Paulo. A cidade sofre com o adensamento de áreas de risco e de proteção ambiental, enquanto a região central se degrada e a população de rua subiu de 8 mil para 13 mil pessoas em nove anos. A justificativa que vem se repetindo se baseia no fato de que era necessário mudar os enfoques dos projetos desenvolvidos no governo Marta Suplicy. Na verdade, era preciso tirar desse governo os possíveis louros que pudessem ser atribuídos aos seus integrantes, caso os projetos fossem realizados.

Os paulistanos arcam com o prejuízo do atraso.

Título	Atraso na reciclagem
Data	03/16/2012
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120316-43249-nac-3-edi-a3-not

Atraso na reciclagem

A cidade de São Paulo encaminha para a reciclagem apenas 1,4% das 15 mil toneladas de lixo domiciliar produzidas diariamente pelos seus 11 milhões de habitantes. Nada menos que 60% do lixo reciclável separado pelos moradores em suas casas é despejado nos aterros comuns. As concessionárias responsáveis pelo serviço de coleta seletiva justificam a ineficiência e a baixa abrangência dos serviços com a falta de espaço, de estrutura e de mão de obra nas centrais de reciclagem, locais onde devem, de acordo com normas municipais, entregar os resíduos. A cidade mais rica do País patina há décadas na gestão dos resíduos sólidos, o que agrava a degradação ambiental e causa significativas perdas econômicas. Estudo do Ipea, de 2010, estima em R\$ 740 milhões anuais o desperdício provocado pelo despejo de 1 milhão de toneladas de papel, papelão, aço, alumínio, vidro e plástico em aterros da capital.

As 21 centrais de triagem operadas por cooperativas de catadores de lixo atuam no limite da sua capacidade. Conforme as concessionárias Loga e Ecourbis, por não ter onde despejar o lixo reciclável, caminhões usados na coleta e transporte desse tipo de material nem sequer deixam as garagens. Grande parte do resíduo reciclável separado pela população acaba, assim, recolhida como lixo comum. A Secretaria Municipal de Serviços estuda modificar a legislação que

exige a entrega dos recicláveis apenas para as centrais operadas por aquelas cooperativas.

Há muito mais a estudar e a realizar para fazer avançar a coleta seletiva. O gasto per capita com serviços de limpeza urbana em São Paulo é de R\$ 73,63, muito inferior ao de outras metrópoles, como Nova York (R\$ 239,56), Cidade do México (R\$ 632,32) e Tóquio (R\$ 1.036,48). Dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre) mostram que, em 2010, a Prefeitura investia R\$ 60 milhões mensais para a coleta, transporte e aterramento do lixo. Para a coleta seletiva

O Programa de Coleta Seletiva implantado em 2003 ainda está aquém do que era previsto

era destinado irrisório 0,001% desse montante.

De lá para cá, como pouca coisa mudou, os resultados continuam muito aquém da necessidade de uma capital com padrões de consumo próximos dos de países desenvolvidos. Basta dizer que, dos quase 300 caminhões usados na coleta do lixo em São Paulo, apenas 7% fazem o recolhimento de material reciclado.

Para melhorar a gestão dos resíduos sólidos, há promessas de sobra. As concessionárias dizem esperar o sinal verde da Prefeitura para investir. A Ecourbis e a Loga afirmam que 17 novas centrais de triagem estarão prontas em 2013 para desafogar o sistema e ampliar a capacidade da cidade de reci-

clar seu lixo. Segundo seus representantes, as causas do problema são o amadorismo e a ineficiência das cooperativas. A Prefeitura, por sua vez, pretende criar "uma porta alternativa" para que a coleta não seja desperdiçada. Como a corda arrebenta do lado mais fraco, concessionárias e governo municipal culpam os catadores.

O Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura foi implantado em 2003 e tinha como diretriz a inclusão de organizações de catadores no gerenciamento das centrais de triagem de material reciclável. Em um ano, 15 centrais foram instaladas. O contrato de concessão dos serviços de coleta de lixo na cidade, de 2005, exigia a instalação de pelo menos 31 centrais, uma em cada subprefeitura, além da ampliação do número de postos de trabalho para que os demais grupos organizados de catadores fossem incorporados a essa rede. Em fins de 2009, longe de conseguir atingir a meta fixada, a Prefeitura fez nova promessa: a de instalar 51 centrais de triagem de recicláveis até o fim do ano passado.

Sete anos se passaram desde o início da administração Serra/Kassab, e apenas 21 centrais operam em São Paulo. Sobrecarregadas, não comportam mais material reciclável que, assim, deixa de ser recolhido. Enquanto promessas se repetem, o volume do lixo aumenta, os grupos de catadores não conveniados já chegam a cem (são 20 mil na cidade) e os resultados da gestão dos resíduos sólidos na cidade só pioram.

Título	Melhoras marginais
Data	2013/06/12
Link	https://acervo.folha.com.br/leitor_do?numero=19523&anchor=5877147&origem=busca&pd=e5a48553a8c16daeb3a5b188d62d8caf

Melhoras marginais

A decisão da Prefeitura de São Paulo de criar faixas exclusivas de ônibus em trechos das marginais reitera uma ideia que, embora sensata, ainda enfrenta resistências na maior cidade do país: privilegiar o transporte coletivo em detrimento do individual.

A ampliação da malha viária, mesmo que necessária em muitos casos, desafia o trânsito de automóveis apenas por um período e logo perde eficácia. Exemplo recente disso foi o aumento do número de faixas na marginal do Tietê.

Após a inauguração em 2010, segundo a prefeitura, a obra melhorou em 21% a fluidez do trânsito. Hoje, dados da Companhia de Engenharia de Tráfego mostram que tais ganhos já se esvaíram. A piora ocorreu mesmo após a medida suplementar de restringir veículos pesados na via.

O principal vilão é o contínuo aumento da frota. Para combatê-lo, o melhor a fazer é investir em meios coletivos. Levar mais fluidez e qualidade ao transporte público é a maneira adequada de desincentivar o uso do automóvel.

Embora se trate de experiência

restrita e localizada, as faixas exclusivas nas marginais vão nesse sentido. Pelo menos 30 linhas de ônibus, que transportam cerca de 211 mil passageiros por dia, irão se beneficiar com a iniciativa, que poderá se estender a outros trechos.

Antes que isso ocorra, será preciso aferir os resultados. O fato de a faixa ocupar o lado direito das marginais é um problema: como o acesso aos bairros se faz por esse lado da pista, carros e outros veículos terão de interceptar o fluxo dos ônibus para fazer a conversão.

Não se descarta que a interferência no caminho de coletivos venha a causar acidentes e prejudicar a fluidez. Por outro lado, o uso da parte esquerda da via seria mais custoso, pois exigiria a construção de plataformas e passarelas.

São Paulo tem feito progressos no sistema de transportes, porém insuficientes. O prefeito Fernando Haddad elegeu-se com promessas de mudar esse quadro. Seu plano de metas prevê 150 quilômetros de corredores de ônibus. Que as faixas exclusivas nas marginais sejam a arrancada de uma política mais ampla e eficaz para o setor.

Título	Destruir São Paulo
Data	2013/06/22
Link	https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19533&anchor=5878490&origem=busca&pd=afd64a9b9411fedc3950b7c26be45108

Destruar São Paulo

Não basta ampliar corredores de ônibus, é preciso dar-lhes mais velocidade e tirar espaço de carros; ampliar metrô custa dez vezes mais caro

Se os protestos que tomaram as ruas do país terminaram por catalisar insatisfações latentes na sociedade e veicular uma disparatada pauta de reivindicações, é fato que tudo começou com uma demanda específica: a revogação do aumento das tarifas do transporte público ineficiente e precário.

Na Grande São Paulo, onde as dificuldades de mobilidade urbana assumem proporções dramáticas, o poder público está diante de uma oportunidade única para elevar o padrão dos serviços de ônibus e trens nos próximos anos.

Na capital, encerram-se na quarta-feira as audiências públicas com vistas ao lançamento de uma nova concorrência para a exploração das linhas municipais de ônibus. As concessões, pelas quais a prefeitura pagará R\$ 46 bilhões, serão divididas em oito lotes para consórcios de empresas de ônibus, com 15 anos de validade, e 12 lotes para cooperativas de vans (sete anos).

O profeta Fernando Hadad é

O QUE FAZER

Propostas para transporte em São Paulo



Aumentar para 20 km/h a velocidade média dos ônibus



Mais 150 km de corredores com pista de ultrapassagem até 2016



Dobrar no médio prazo a rede de metrô e acelerar modernização da malha da CPTM

Em algumas avenidas, o trânsito de ônibus tem de ser privilegiado, ocupando a maior parte da área disponível. Especialistas estimam que seria preciso diminuir em ao menos 30% as viagens de automóveis nas principais vias.

Num município em que as linhas sobre pneus respondem por cerca de dois terços do transporte coletivo, melhorá-las é a alternativa não só mais rápida, como também a mais barata. Dito isso, continuam nebulosos os números do sistema de ônibus paulistano. Não se sabe, por exemplo, se a margem de lucro prevista para as empresas (em torno de 6%) corresponde ao real; há estimativas de que possa chegar ao dobro disso.

O prefeito Fernando Haddad já se comprometeu com a meta de adicionar 150 km de corredores aos 130 km existentes. Isso custaria R\$ 6 bilhões aos cofres públicos (só a revogação do aumento da tarifa representará um subsídio adicional de R\$ 2,6 bilhões até 2016).

Não basta, contudo, fixar apenas um objetivo ambicioso de expansão. É necessário que a prefeitura assegure o aumento da velocidade média dos ônibus, hoje em arrastados 12 km/h. Para tanto, é indispensável construir pistas de ultrapassagem e plataformas de embarque e desembarque.

Nas avenidas com linhas mais demandadas, é recomendável adotar o sistema de transporte rápido por ônibus, conhecido pela sigla BRT ("bus rapid transit"). Trata-se de um metrô de superfície sobre pneus, com faixas próprias, estações e bilheterias.

Muitas dessas melhorias precisam ser estendidas aos corredores existentes. Vários deles perderam a eficácia, pois ficam travados pelo excesso de veículos e pela inexistência de áreas de ultrapassagem.

Seria desejável, ainda, que a redistribuição de linhas prevesse a circulação de ônibus expressos ou semiexpressos, que fariam ligações diretas entre dois pontos, ou parariam só em estações selecionadas.

A instalação dessa nova infraestrutura terá de ser acompanhada

criar um novo eixo.

A melhoria da frequência e do tempo gasto nas viagens é a prioridade maior. A certeza quanto a horários tem sido uma das razões do aumento da demanda pelo metrô — que, no entanto, está longe de suprir as necessidades da cidade.

Os 74 km do sistema subterrâneo teriam de ser duplicados para chegar a uma rede de dimensões razoáveis. Ocorre que ampliar linhas de metrô sai pelo menos dez vezes mais caro do que implantar corredores de ônibus (cerca de R\$ 35 bilhões, no caso da duplicação).

Quanto à malha da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), é urgente acelerar o processo de modernização, dotando-a, ao menos em parte, de eficiência comparável à do metrô.

Não há dúvida de que a rede pública de São Paulo terá de ser ampliada também por meio da conexão entre as diferentes modalidades. É indispensável que as transferências sejam mais planejadas e distribuídas, de modo a facilitar a vida do usuário e evitar gargalos nas estações.

O sistema deveria ser complementado por instalações adequadas para acolher passageiros que cheguem após pequenos trajetos de automóvel, táxi ou bicicleta.

Considerando os vínculos da cidade com municípios adjacentes, também é conveniente criar uma autoridade metropolitana para o

necessariamente de um desestímulo à circulação de automóveis. É impossível, numa megacidade como São Paulo, persistir num sistema de mobilidade urbana com base no transporte individual.

Não parece ser o caso, por ora, de obter tal efeito onerando proprietários de carros com novas taxas, num país em que a carga tributária já é pesada. Mas não há como escapar de restrições físicas.

setor, com o propósito de coordenar os serviços oferecidos pelo governo estadual e pelas diversas prefeituras da Grande São Paulo.

Os desafios são vultosos, e os recursos para investimento, limitados. Cabe à prefeitura e ao governo estadual equacioná-los. Um bom caminho seria deixar em segundo plano gastos com obras viárias.

As ruas emitiram um sinal de alerta, que precisa ser ouvido.

Título	Da arte de enxugar gelo
Data	2013/07/24
Link	https://acervo.folha.com.br/leitor_do?numero=19565&anchor=5884831&origem=busca&pd=fd354c509834786b0a08824730cafd87

Da arte de enxugar gelo

O título acima poderia resumir uma lista com as diversas medidas adotadas em São Paulo nos últimos anos, sem que seu efeito tenha sido outro que não retardar a contínua piora do trânsito da cidade.

Viadutos, ampliação de vias, faixas de ônibus, rodízio, mais trens e novas linhas de metrô — reconheça-se que não foram poucas as iniciativas de prefeitos e governadores. Os resultados, no entanto, são insuficientes.

Primeiro, porque os investimentos permanecem aquém do necessário; segundo, porque parte dessas medidas mostrou-se equivocada; terceiro, porque a própria política econômica vem estimulando o aumento da frota.

Agora, o prefeito Fernando Haddad (PT), em início de mandato e pressionado pelas manifestações que colocaram o tema na berlinda, procura mostrar serviço. A prefeitura criou cerca de 80 km de faixas de ônibus e pretende implantar mais 140 km até dezembro.

Essas pistas, ainda que menos eficazes do que corredores com espaço para ultrapassagem e plataformas de embarque, vão contribuir para aumentar a velocidade dos ônibus e dificultar a circulação de carros — o que, aliás, já ocorre com o simples aumento da frota.

Estudos mostram que em 2012 a velocidade média caiu 12% em

relação ao ano anterior nas grandes avenidas da cidade.

Uma das maneiras de minimizar o problema seria levar o rodízio de veículos para além do centro expandido. A prefeitura cogita incluir no esquema algumas grandes vias, hoje excluídas.

A proposta, como já alertaram especialistas, poderá aumentar a procura por ruas paralelas às impedidas, o que criaria engarrafamentos nos bairros. Será prudente, de fato, um período de teste para avaliar melhor as consequências do aumento da restrição, como estuda a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

De todo modo, o provável alívio tenderá a ser transitório. Para atingir um patamar mais eficiente, que desestímule o uso do carro na capital, estima-se que seria preciso dobrar a rede de metrô e construir mais 150 km de modernos corredores de ônibus.

Tal expansão esbarra na carência de recursos (só a duplicação do metrô custaria cerca de R\$ 35 bilhões) e num fator disfuncional, que é a divisão de responsabilidades entre Estado (metrô e trens) e município (ônibus). Para enfrentar esse problema é necessário um esforço de planejamento que envolva toda a região metropolitana.

Até lá, ao que parece, as autoridades continuarão a enxugar gelo.

Título	Igual sardinha
Data	2013/08/13
Link	https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19585&anchor=5888011&origem=busca&pd=f3cbf6ac1bffdfe1085d1fc1cc9f2f81

Igual sardinha

Não chega a constituir surpresa, mas nem por isso deveria ser menos embaraçoso para a Prefeitura de São Paulo que um usuário de transporte público prefira acordar meia hora mais cedo e fazer um itinerário mais longo a pegar ônibus de uma linha superlotada.

Como nem todos têm alternativa à disposição, não são poucos os que terminam se apertando como sardinhas em lata, para repetir expressão comum entre os passageiros de ônibus de São Paulo.

Tanto pior, à superlotação dos veículos somam-se outras agruras, como acidentes, atrasos, falhas de conservação e mau comportamento dos motoristas.

Longe de serem isoladas, as críticas parecem representar a realidade do sistema de ônibus da capital. Conforme reportagem desta **Folha**, índice da própria SPTrans (empresa municipal do setor) mostra que são precários os serviços prestados pela maior parte das viagens em São Paulo.

Segundo dados obtidos com base na Lei de Acesso à Informação, das 19 empresas que atuam nas ruas paulistanas, no primeiro semestre deste ano, apenas uma foi avaliada como ótima e cinco como boas; nove foram consideradas regulares e quatro, ruins.

Ainda mais grave é a constatação de que o serviço, em vez de me-

lhorar, está piorando. Nada menos que 13 viagens tiveram, de janeiro a junho de 2013, desempenho inferior ao registrado no mesmo período do ano passado. Juntas, essas concessionárias de ônibus transportam 57% dos passageiros.

A comparação é feita a partir do Índice de Qualidade do Transporte, composto por dez indicadores e utilizado pela SPTrans para avaliar o serviço e cobrar melhorias das empresas com as piores notas.

Se as concessionárias têm responsabilidade direta por vários desses indicadores —emissão de poluentes, manutenção, limpeza, conduta de motoristas—, outros dependem, ao menos em parte, do trânsito caótico da cidade. Atrasos, por exemplo, geram reclamações, mas podem ocorrer mesmo que a empresa coloque nas ruas um número adequado de veículos.

Melhorar a qualidade do sistema de ônibus passa pela implantação de faixas e corredores exclusivos e pela reorganização das linhas de acordo com a demanda.

Pressionado pelas manifestações de junho, o prefeito Fernando Haddad (PT) introduziu, antes do que se previa, faixas de ônibus à direita de avenidas importantes, como Paulista e 23 de Maio. A população, contudo, ainda espera os corredores à esquerda —mais carros, mas mais eficientes.

Título	Táxi não é o vilão
Data	2013/12/19
Link	https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19713&anchor=5909268&origem=busca&pd=fff7c96c7ea0f0fd5907761d2f0eb20b

Táxi não é o vilão

Muitas são as razões que colaboram para a lentidão dos ônibus que circulam pela rede de 129 km de corredores da cidade de São Paulo.

Ausência de pontos de ultrapassagem; inexistência de sistema de cobrança antes do embarque, a fim de agilizar as paradas; sobreposição de linhas, de resto mal distribuídas; péssimas condições de pavimentação das vias; falta de coordenação da rede semafórica (quando os sinais não estão quebrados).

O Ministério Público estadual, contudo, elegeu um vilão: o táxi. Sob ameaça de recorrer à Justiça, o órgão deu prazo de 45 dias para que o prefeito Fernando Haddad (PT) proíba a circulação desse tipo de veículo nos nove corredores de ônibus da capital.

A iniciativa da Promotoria baseia-se em estudo técnico da própria prefeitura, segundo o qual a velocidade dos ônibus é prejudicada pelos carros de praça que utilizam as vias exclusivas.

Isso sem dúvida ocorre. Pelos relatórios conhecidos, entretanto, os táxis passam longe de inutilizar os corredores — o que de fato seria um contrassenso. Esta **Folha**, cumpre lembrar, tem insistido na necessidade de aprimorar o sistema de transporte coletivo.

Não se trata, portanto, de defender a primazia do deslocamento individual. Seria uma disputa ociosa: na cidade de São Paulo, há 4,5

milhões de passageiros de ônibus e 400 mil de táxis; nos corredores, os primeiros são 99% dos usuários.

Mas, ainda que sejam, a rigor, transporte individual, os 34 mil táxis da capital também prestam um serviço público. Não é por acaso que, desde 2004, na administração de Marta Suplicy (PT), a circulação nos corredores de ônibus é autorizada aos carros de praça que estejam transportando passageiros.

É fundamental que uma cidade diuturnamente congestionada — com cada vez menos espaço à disposição dos automóveis e sem alternativa eficiente à mão dos cidadãos — conte com uma válvula de escape para os casos em que a rápida locomoção seja necessária.

Transitar pelos corredores é o que possibilita ao táxi servir adequadamente a esse propósito — o de oferecer deslocamento mais veloz para urgências de toda sorte, a que todo cidadão está sujeito.

Arranjos similares são encontrados em muitas capitais do mundo. Paris, por exemplo, faculta aos carros de praça a circulação nas vias exclusivas para coletivos.

Não há dúvidas de que o sistema paulistano de transporte público precisa avançar — e muito. Impedir que táxis com passageiros circulem por corredores, no entanto, só imporá maiores prejuízos a uma população já obrigada a suportar um trânsito caótico.

Título	Parar a cidade?
Data	2013/12/28
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20131228-43901-nac-3-edi-a3-not

Parar a cidade?

Os proprietários de automóveis tiveram, em 2013, um custo mensal para estacionar em regiões de boom imobiliário (Brooklin, Vila Olímpia e Itaim), em média, 11,41% maior do que o de 2012. Em São Paulo, conforme estudo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico (Ipea), os deslocamentos entre casa e trabalho são pelo menos 31% mais longos do que em outras metrópoles brasileiras. Com trajetos longos, ilógicos e demorados, os serviços de ônibus estão muito aquém do que grande parte da população precisa. A malha de metrô é insuficiente e, assim, o carro continua sendo o único transporte viável para milhares de pessoas.

São motoristas que, diariamente, enfrentam congestionamentos e não têm onde estacionar quando chegam aos seus destinos. Levantamento da consultoria Colliers compara a mensalidade de R\$ 298, paga em 2012 pelos motoristas por vagas de estacionamento nos corredores centrais da cidade de São Paulo, e as cobradas em 2013, que saltaram para R\$ 332. A primeira hora passou de R\$ 13 para R\$ 15. São aumentos substanciais que, em algumas regiões, como Vila Olímpia, chegam a seis vezes a inflação oficial, de 6,27%, no período de julho de 2012 a julho de 2013.

Cada vaga oficial de estacionamento existente no Município é disputada por 14 carros re-

gistrados na cidade. A frota ultrapassou os 7,4 milhões de veículos e as vagas não chegam a 600 mil, sendo 36 mil em áreas de Zona Azul e o restante em estacionamentos privados. Desde que assumiu o cargo, em janeiro, o prefeito Fernando Haddad tem demonstrado claramente a intenção de dificultar a vida dos motoristas com planos de reduzir vagas em estacionamentos públicos e, não bastasse, em estacionamentos privados, num intervencionismo que pouco considera o bem-estar da população, suas dificuldades e seus direitos.

Nas redondezas dos corredores comerciais mais nobres da cidade, como as Avenidas Faria Lima, Juscelino Kubitschek e Luís Carlos Berrini, é comum motoristas enfrentarem a ação dos flanelinhas que se apropriam de vagas da Zona Azul e vendem os cartões de estacionamento com ágio de até 300%. Muitos deles recebem remuneração de empresas da região para bloquearem vagas nas ruas que são usadas por funcionários.

A Prefeitura de São Paulo abandonou os planos de construção de garagens subterrâneas discutidos há décadas, omite-se diante da necessidade de fiscalizar a Zona Azul, de regulamentar a atividade dos estacionamentos da cidade, na maior parte clandestinos, e instalou faixas exclusivas de ônibus nos corredores comerciais, impedindo que a clientela das lojas estacione nas vias. A medida provocou protestos dos comerciantes que, no último dia

9, conseguiram fazer o prefeito recuar de decisão anterior, permitindo que as faixas em alguns pontos fossem liberadas ao estacionamento fora dos horários de pico.

Tais medidas restritivas prejudicam não só os comerciantes e seus clientes, mas uma infinidade de outras pessoas que prestam serviços em residências e empresas. Dados do Sindicato das Empresas de Garagens e Estacionamentos do Estado de São Paulo (Sindepark) mostram a existência de 6 mil estacionamentos na cidade, que somam 573 mil vagas. Há quatro anos, havia 1 milhão de vagas na região metropolitana. O impacto dessa redução na economia precisa ser calculado. Além do maior custo das mensalidades dos estacionamentos, quanto mais os carros rodam até encontrar uma vaga disponível?

É verdade que em países desenvolvidos vagas de estacionamento são raras e um conforto quase inexistente nos dias de hoje, tanto nas ruas quanto nas garagens dos prédios residenciais. A diferença é a infraestrutura de transporte público existente naqueles países e a disponível em São Paulo. Enquanto a administração pública não puder oferecer condições para que as pessoas possam usar um transporte público de qualidade, capaz de atender integralmente à demanda, medidas como as que o prefeito Haddad está tomando são injustificáveis. A menos que ele queira parar a cidade.

Título	Ônibus ainda mais lotados
Data	2013/05/20
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130520-43679-nac-3-edi-a3-not

Ônibus ainda mais lotados

Se os paulistanos tinham esperança de que a Prefeitura aproveitaria os novos contratos a serem negociados com as empresas de ônibus da capital – os atuais vencem em julho – para tentar melhorar esse serviço, hoje de péssima qualidade, vão ficar decepcionados. Decreto baixado pelo prefeito Fernando Haddad, que traça as regras para a licitação do serviço, permite um aumento – isso mesmo – da lotação dos ônibus, quando o que se esperava era exatamente o contrário. Para atenuar o impacto dessa má notícia – verdadeira ducha de água fria para os milhões de passageiros que utilizam esse meio de transporte –, a Prefeitura promete um desafogo dos ônibus nos próximos anos. Acredite quem quiser. Depois dessa medida infeliz, a imensa maioria tem bons motivos para apostar no pior.

Seis tipos de ônibus operam na cidade, classificados de acordo com seus tamanhos – mini, midi, básico, padrão, articulado e biarticulado. Com exceção dos minis, todos poderiam transportar até seis passageiros em pé por metro quadrado, que é o limite aceitável pela legislação brasileira. O limite para os minis é de quatro passageiros. Embora esses limites signifiquem ônibus lotados, a Prefeitura pode alegar que está dentro da lei – mas os passageiros têm todo o direito de querer coisa melhor.

O problema é que foi eleva-

do o número total de passageiros que podem ser transportados, sem que as dimensões exigidas da maioria dos veículos tenham sido aumentadas na mesma proporção. Segundo as normas da São Paulo Transportes (SPTrans), empresa que gerencia o serviço de ônibus, os veículos do tipo básico podem levar até 65 passageiros – sentados, em pé ou em cadeira de rodas. Esse número subiu para 75, embora o comprimento do ônibus tenha tido um aumento irrelevante – de 12,2 m para 12,5 m. A capacidade exigida dos articulados passou de 100 para 111 a 171 passageiros, de acordo com seu tamanho, que antes era de 18,8 m e agora pode chegar a 23 m. A capacidade dos biarticulados subiu de 160 para 198, mas seu comprimento máximo continua sendo 27 m.

Isso quer dizer que, na prática, a lotação máxima por metro quadrado pode ultrapassar o limite fixado. Mas, mesmo que isso não ocorra num ou noutro caso, o importante é que a Prefeitura acaba de permitir que os ônibus da capital circulem ainda mais cheios e, em consequência, que aumente o desconforto dos passageiros.

Em outras palavras, que a qualidade do serviço diminua. Como diz com muita propriedade o especialista em transporte Horácio Figueira, “aceitar que o ônibus ande mais lotado degrada o sistema e convida as pessoas a comprarem motos ou automóveis”.

Em nota oficial, a Secretaria Municipal de Transportes afir-

ma que, “atualmente, nos horários de pico, essa realidade (o número máximo de passageiros tolerado) está chegando a até oito usuários por metro quadrado em algumas linhas”. Para enfrentar essa situação, em vez de aumentar o número de ônibus, preferiu-se aumentar o de passageiros por veículo. É claro que no primeiro caso haveria aumento de despesas para as empresas. Mas não seria esse momento – o da negociação de novos contratos – o ideal para exigir delas investimentos para a melhoria do serviço?

A possível alegação de que a estrutura viária da capital não suporta mais ônibus, o que aumentaria a lentidão do trânsito, não leva em consideração que um serviço melhor é a única maneira de estimular muitos paulistanos a trocar o carro pelo transporte coletivo. É certamente com base nesse argumento enganoso que a Prefeitura sustenta que a construção de 150 quilômetros de corredores de ônibus (a ser concluída em 2016), “aliada ao reordenamento do sistema e à utilização de recursos tecnológicos para o controle da circulação” desses veículos, “deverá contribuir para a efetiva diminuição” da sua superlotação.

Essas são, de fato, obras e medidas importantes, mas elas podem e devem conviver com outras capazes de melhorar, desde já, o serviço de ônibus. Mas isso exige coragem para contrariar os interesses das poderosas empresas do setor.

Título	Emendas, balcão de negócios
Data	12/20/2011
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111220-43162-nac-3-edi-a3-not

Emendas, balcão de negócios

Emenda parlamentar é hoje quase sinônimo de picaretagem. Isso porque a transformação do jogo político numa mera barganha de favores entre os Poderes Executivo e Legislativo sapou os fundamentos éticos e desmoralizou as mais importantes instituições republicanas, a começar pelo Congresso. De setembro a novembro, quando se torna premente a necessidade de fazer o Congresso aprovar projetos de seu interesse, o Palácio do Planalto multiplicou por 16 o valor dos empenhos para o pagamento de emendas parlamentares ao orçamento de 2011. De R\$ 40,5 milhões em setembro, esses empenhos saltaram para R\$ 653,4 milhões em novembro. Empenhar a verba é uma coisa, liberar o pagamento, outra. Os próprios parlamentares sabem e se queixam muito disso. Mas esses números são suficientes para demonstrar que a relação do poder central com sua base de apoio no Legislativo se dá sobre um prosaico balcão de negócios.

Na teoria, emenda parlamentar é um instrumento de que as Casas legislativas dispõem para participar ativamente da elaboração do orçamento anual do governo. Com ela, os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, aprimorando a alocação dos recursos públicos, principalmente para atender a demandas regionais ou de grupos sociais específicos. Isso, na teoria.

Na prática, no entanto, a

crecente dissolução dos costumes políticos acabou levando a maioria dos representantes do povo a ver nas emendas parlamentares uma eficiente ferramenta para a conquista de dois benefícios nada republicanos: aumentar seu poder de barganha com o Executivo e fazer maracutaia com os beneficiários das emendas – no mais das vezes, prefeituras ou ONGs. Essa é uma prática generalizada, como demonstra o noticiário cotidiano.

A poucos dias do encerramento da atual sessão legislativa, para garantir a aprovação de projetos de interesse do go-

Verbas de emendas são liberadas conforme o deputado seja mais ou menos dócil ao governo

verno, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, intensificou seu contato com senadores e deputados, usando como moeda de troca a garantia de empenho e posterior liberação de recursos para emendas ao orçamento. Chegou a mudar provisoriamente seu gabinete para o Senado, de modo a acompanhar de perto a tramitação, por exemplo, do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, definindo percentuais mínimos de investimento em saúde pela União, Estados e municípios, e do projeto que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

O jornal *O Globo* publicou minucioso levantamento, feito com base em dados fornecidos

pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que revela o substancial aumento de R\$ 40,4 milhões em setembro para R\$ 273,7 milhões em outubro e R\$ 653,4 milhões em novembro dos empenhos de verba para o pagamento de despesas decorrentes de emendas parlamentares. Em conversa com os jornalistas alguns dias antes, após despacho com a presidente Dilma Rousseff, Ideli Salvatti, ao comentar a tramitação do projeto de prorrogação da DRU, estabeleceu claramente a relação entre essa votação e a liberação de emendas parlamentares, garantindo que até o último dia do ano os recursos para o pagamento dessas emendas estariam empenhados no Tesouro.

Esse toma lá dá cá, na medida em que tem sido exacerbado pelo modelo lulopetista de governar, revela a fragilidade das relações institucionais entre os poderes Executivo e Legislativo. Os parlamentares, com as exceções de praxe, já não votam as matérias constantes da ordem do dia porque não relevantes para o País, por convicção pessoal ou em obediência a um programa partidário, mas por viciada barganha de favores. O governo Dilma, por sua vez, preso a uma coalizão que o torna refém de aliados que estão mais interessados em tirar vantagem da situação do que em programas e metas, passa a enfrentar dificuldades crescentes em questões fundamentais como o compromisso de austeridade fiscal que assumiu. Afinal, a conta da "governabilidade" está ficando cada vez mais alta.

Título	O que Dilma pode oferecer
Data	2015/12/08
Link	http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20151208-44611-nac-3-edi-a3-not

O que Dilma pode oferecer



Desperta curiosidade a notícia de que o Planalto, na tentativa de livrar a presidente Dilma Rousseff do processo de impeachment, está atrás do apoio do setor empresarial. É inevitável perguntar: o que o governo do PT teria a oferecer aos empresários, óbvios representantes da “elite” que, no discurso lulopetista, é responsável por todos os males que assolam o País? Não se trata de reduzir a questão à indigência mental do oportunismo populista que sustenta no confronto do “nós” contra “eles” a razão de ser do PT. Trata-se de se dar conta de que o governo estatizante que está aí caindo de maduro é, por princípio, hostil à iniciativa privada. Dilma Rousseff e a economia de mercado representam visões antagônicas de mundo.

Mas a vida costuma ser um pouco

mais complexa do que as mais complexas teorias sobre ela, de modo que um governo estatista e a iniciativa privada quase sempre encontram uma maneira de conviver, sobretudo se conseguem, com uma concessão aqui e outra ali, garantir o que lhes é essencial: para os políticos, o poder; para os empresários, o lucro. Sendo que, para os primeiros, frequentemente poder significa também dinheiro (no próprio bolso) e, para os segundos, dinheiro é também poder (para ganhar mais dinheiro). A realidade brasileira dos últimos 13 anos mostra bem isso: nunca antes na história deste país os governantes se dedicaram tão obstinadamente a transformar o poder em um fim em si mesmo, da mesma forma que jamais se teve notícia de tanta ousadia do setor privado, em particular das empreiteiras de obras públicas e das atividades financeiras, para ultrapassar os limites da legalidade e da morali-

dade em benefício de lucros garantidos e fartos.

Os donos do poder e os empresários inescrupulosos andaram de mãos dadas esse tempo todo. Os primeiros, comprometendo a própria imagem e a do Estado todo-poderoso como paladinos exclusivos do Bem. Os segundos, aviltando a responsabilidade social da iniciativa privada de ser o agente primordial da criação de riqueza e do desenvolvimento econômico em benefício de todos.

É claro que não se pode atribuir a todos os lulopetistas e aliados na máquina governamental a prática de atos de malversação de recursos públicos, da mesma forma que não são todos os empresários que se revelam corruptos e corruptores, embora seja preocupante observar que, em especial na área de prestação de serviços para o Estado, parece predominar o conceito de que o mundo dos negócios tem uma “lógica própria”

que “relativiza” a prática. Mas disso têm tratado, com cuidado, a polícia, o Ministério do Trabalho e a Justiça.

É preocupante, portanto, a perspectiva de este governo tentar salvar a própria pele a um “entendimento” com o setor empresarial. Embaraçada pela competência política e administrativa da presidente Dilma Rousseff, a possibilidade de formular uma política de recuperação da economia além do ajuste fiscal que o governo não reluta em aprovar; e, além disso, preso à obsessão do setor com as burocracias e organizações atreladas por uma “nova burocracia” que já deu conta de tudo, o que pode este governo oferecer ao empresariado, além do preconceito ideológico, não é um verdadeiro parceiro, para não falar em um país livre, próspero e desenvolvido. A julgar pelos argumentos

Título	A ética dos procuradores
Data	30/07/2017
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170630-45181-nac-3-edi-a3-not/busca/%C3%A9tica+procuradores

A ética dos procuradores

Colidindo com uma das principais atribuições do Ministério Público, que é zelar pelos princípios da moralidade e da legalidade na administração pública, defender os interesses da sociedade e coibir todas as formas de corrupção, pelo menos quatro dos oito candidatos à sucessão do procurador Rodrigo Janot, na chefia da Procuradoria-Geral da República (PGR), encerraram suas campanhas eleitorais fazendo promessas corporativas, das quais a mais polêmica é a defesa da concessão de benefícios imorais para todos os integrantes da corporação.

Nos últimos debates, eles não se limitaram a prometer a institucionalização da paridade de vencimentos entre ativos e inativos, o que já é um absurdo, do ponto de vista atuarial. Os quatro candidatos foram muito além, prometendo lutar pela incorporação do auxílio-moradia, hoje estipulado em R\$ 4.377,73 por mês, aos vencimentos da categoria. Pela promessa, seriam beneficiados não somente os 1.300 **procuradores** federais do País, mas, igualmente, os inativos, que recebem uma aposentadoria líquida de R\$ 24.743. Além disso, o auxílio-moradia seria concedido em "caráter geral", ou seja, inclusivo para os membros da categoria que já moram em casa própria.

Esse tipo de auxílio foi cria-

do com o indisfarçável objetivo de burlar ou furar o teto salarial estabelecido pela Constituição para a administração pública, que tem como referência os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Na época, a alegação foi de que o auxílio-moradia e os demais benefícios – como planos de saúde, alimentação, dinheiro para a compra de livros e computadores e ajuda para pagamento de mensalidade escolar – teriam um caráter indenizatório, e não remuneratório, não podendo, assim, ser computados para efeitos de cálculo do teto salarial. Essa esperteza foi primeiro adotada no Poder Judiciário. Depois, invocando o princípio da isonomia, os Ministérios Públicos estaduais e Federal – onde estão as carreiras mais bem remuneradas do funcionalismo – passaram a conceder esse benefício aos seus membros.

A constitucionalidade do auxílio-moradia foi questionada no Supremo Tribunal Federal, mas sua concessão foi assegurada por uma liminar concedida em 2014 pelo ministro Luiz Fux, ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Até hoje, passados três anos, o processo não foi por ele encaminhado para a apreciação do plenário da mais alta Corte do País. E é justamente esse benefício que quatro dos oito **procuradores** que se apresentaram como candidatos à chefia da PGR querem incorporar aos vencimentos dos

procuradores. Até há pouco havia quem invocasse argumento radicalmente contrário a esse. O que justifica essa mudança é o fato de que os procuradores da República temem perder esse benefício ao se aposentar.

"A perda salarial após aposentadoria é grave disparidade. É preciso instituir mecanismos para trazer o auxílio-moradia para dentro da remuneração", disse o candidato Nicolau Dino. "A paridade remuneratória, de direito e de fato, entre ativos e inativos, merece especial atenção", afirmou o candidato Mario Bonsaglia. "O auxílio-moradia perdeu a natureza indenizatória, passando a ser uma parcela remuneratória, uma vez que está sendo concedido em caráter geral", explicou a candidata Sandra Cureau. "Não é justo que se perca esse benefício", alegou o procurador Eitel Santiago Pereira, para quem a incorporação do auxílio-moradia aos salários não é privilégio. Afinal, diz ele com a complacência dos sábios, "algumas carreiras têm de ganhar mais do que as outras".

Em suas denúncias e pedidos de abertura de processos criminais, os membros da Procuradoria-Geral da República invariavelmente se apresentam como defensores de ideais republicanos e dos interesses maiores da sociedade, especialmente no plano ético. O que se vê em suas práticas corporativas não é tão edificante.

Título	Desafio à inovação
Data	08/08/2019
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190808-45950-nac-3-edi-a3-not

Desafios à inovação

O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) engajou pesquisadores e gestores do Brasil e dos EUA para investigar as oportunidades para a inovação no Brasil. O resultado, no livro *Innovation in Brazil* (a ser lançado em português), combina desde microperspectivas sobre empresas a panoramas de políticas públicas, na ótica de disciplinas como sociologia, ciências políticas, economia, engenharia e urbanismo.

O histórico do Brasil em pesquisa e desenvolvimento é ambivalente. Há casos de sucesso, como a exploração de petróleo ou a produção de motores flex e jatos regionais. O investimento em inovação, equivalente a 1,3% do PIB, é o dobro da média latino-americana e um pouco maior que o dos Brics (1,1%). Corresponde, porém, a metade da média da OCDE e é acentuadamente baixo em relação à iniciativa privada. No Índice Global de Inovação, o País está na 66.^a posição, com desempenho razoável em Capital Humano (48.^a) ou Sofisticação dos Negócios (40.^a), mas ruim em Instituições Políticas (80.^a) e Sofisticação do Mercado (84.^a).

A pesquisa destaca cinco pontos críticos – “as dificuldades em aplicar e subsidiar créditos e isenções fiscais; a rigidez dos regulamentos e o isolamento da economia global; a necessidade de desenvolver uma pesquisa acadêmica translacional;

a instabilidade política causada pela alta rotatividade no governo; e a necessidade de financiar organizações de pesquisa e tecnologia” – e cinco orientações para enfrentá-los.

Primeiro, remodelar o engajamento na economia global em relação à inovação, o que implica reduzir barreiras a tecnologias de ponta e a imigrantes qualificados, e promover políticas para atrair inovação de multinacionais e colaborações derivadas de investimentos estrangeiros.

Depois, alinhar políticas industriais e de inovação. Se o desenvolvimento fomentado historicamente pelo País criou cadeias e mercados de trabalho, também restringiu o acesso a insumos de tecnologia e inibiu a capacidade inovadora dos produtores. Não se trata de desfazer as políticas existentes, mas de corrigi-las e complementá-las com estratégias de inovação.

Um terceiro tema é o financiamento. O modelo estatista é prolífico em instituições públicas voltadas para a inovação. Porém, o presidencialismo de coalizão as submete às lideranças amadoras e voláteis apontadas pelos partidos, resultando em baixo desempenho e coordenação. Casos de sucesso, como Embraer ou Embrapa, são isolados e dispersos. Institutos como o Senai Inovação, a Mobilização Empresarial pela Inovação ou o Centro de Engenharia da Fapesp vêm contornando os vícios do estatismo. A Embrapii, uma organização social

federal, prevê um conselho formado por membros da iniciativa privada e da academia, transfere a institutos de pesquisa avalizados as decisões sobre os projetos e vincula seus parceiros à aplicação de recursos em inovação.

Em quarto lugar, é preciso fortalecer nas universidades a capacidade translacional, isto é, a interpenetração entre as pesquisas teóricas e as aplicadas, com mais parcerias com a indústria, mais capacidade de patenteamento e licenciamento e menos tarifas sobre insumos necessários à pesquisa e desenvolvimento.

O último tema é a promoção de setores estratégicos. As políticas gerais de inovação no Brasil tendem a se dissipar nos ciclos e convulsões governamentais. Mais eficientes foram as ações com alvo certo. Serão ainda mais, se melhor combinadas à iniciativa privada e dirigidas a áreas nas quais o País já é forte, como a agropecuária, ou promissor, como a energia renovável, ou àquelas pouco integradas à economia global, mas nas quais ele tem experiência e pode ser competitivo, como eletrônicos, têxteis e alimentos processados.

Todas essas possibilidades, contudo, dependem de uma renovação de fundo. Nos países desenvolvidos, a contribuição da iniciativa privada aos sistemas de inovação é maior e decisiva. Se o Brasil não desconstruir sua cultura desenvolvimentista, seguirá perseguindo o desenvolvimento de longe.

Título	Caso para polícia
Data	10/07/2009
Link	https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090710-42269-nac-3-edi-a3-not

Caso de polícia

A pesar de o presidente Lula ter dito, na entrevista que concedeu terça-feira no Palácio do Eliseu, durante seu encontro com o chefe de Estado francês, Nicolas Sarkozy, que a crise do Senado do Brasil não existe, tratando-se apenas de "uma divergência" - coisa tão comum em instituições parlamentares -, o fato é que alguns dos escândalos ocorridos naquela Casa já são, literalmente, casos de polícia - como, aliás, sempre foram. O Ministério Público (MP) determinou que a Polícia Federal (PF) investigue o megaescândalo dos "atos secretos" do Senado, ocorridos nos últimos 15 anos - quando 663 medidas administrativas da Casa foram mantidas sob sigilo -, pois estão repletos de graves indícios de práticas de crimes de diversas modalidades. É claro que o que ocorre na Câmara Alta está muito longe de ser uma simples "divergência". Só o presidente Lula vê as coisas dessa maneira - a mesma que o levou a dizer que o mensalão, com formação de quadrilha e desvio de elevadas somas, era "folclore do Congresso".

A respeito dos atos secretos, revelados pelo Estado em matéria de 10 de junho, a solici-

tação de investigação aprofundada, feita pelos procuradores José Diógenes Teixeira e José Robalinho Cavalcanti à PF, tem o caráter de urgência. Para o procurador Cavalcanti, já ficou claro que o desrespeito à exigência constitucional e legal de publicidade dos atos dos poderes públicos se deveu ao propósito deliberado de encobrir crimes. O Ministério Público já havia antes instaurado um inquérito, mas este só atingiria os responsáveis na esfera civil, com penas administrativas e eventual ressarcimento de prejuízo aos cofres públicos. Agora a Polícia Federal deverá apurar os indícios de práticas de peculato, inserção de dados falsos em sistema de informações, corrupção passiva e prevaricação - crimes punidos com penas de prisão.

O procurador Robalinho Cavalcanti esclareceu que a investigação preliminar do MP revelou que os atos administrativos do Senado não só eram escondidos, como havia um esquema para burlar o controle interno, em uma estratégia para incluir os servidores nomeados secretamente na folha de pagamen-

tos. "Eles faziam parecer que os atos eram publicados para os mecanismos de controle. Era feito um engodo", observou o procurador. Aliás, o esquema de burla aos mecanismos de controle e os disfarces para fazer os atos irregulares ou condenáveis - para dizer o menos - parecerem normais também são bem ilustrados pela prática do chamado "nepotismo cruzado". Por meio dele os parlamentares dão empregos - alguns fantasmas - a seus parentes, colocando-os nos gabinetes de colegas, já que, se os colocassem no próprio gabinete, "dariam muito na vista" e poderiam ser atingidos pelos dispositivos legais que proíbem o nepotismo.

A Mesa Diretora do Senado anulou, terça-feira, o ato secreto de 2006 que aumentou o valor da função comissionada de 40 chefes de gabinete de secretarias, anunciando que, "se algum servidor tiver recebido, terá de haver ressarcimento" - sendo, no mínimo, curiosa essa frase no condicional. Também anulou o ato secreto que estendia ao diretor-geral e ao secretário da Mesa o benefício de assistência médica vital-

cia, hoje desfrutada por senadores, ex-senadores e respectivos familiares - o que, convenhamos, é "moralização" muito modesta, visto que profundamente imoral é a simples existência de assistência médica vitalícia, paga com dinheiro público, para quem quer que tenha exercido mandato eletivo. Essas duas tímidas medidas "saneadoras" - em meio a 663 atos secretos - em nada indicam que o próprio Senado, cuja degradação de imagem desceu a nível jamais imaginado, terá condições de corrigir malfeitos praticados durante, pelo menos, uma década e meia.

Por outro lado, apesar de todo o comprometimento que possam ter tido - e, certamente, tiveram - os ex-diretores da Casa Agaciel Maia e João Carlos Zoghbi no somatório substancioso de ilícitos que têm jorrado da Câmara Alta, é impossível supor que os senadores, a começar pelos dirigentes da Mesa, estivessem inteiramente alheios do que se passava no seio do Legislativo Federal. Assim, não se estranhe se, já tendo a Polícia Federal começado a investigar criminalmente os funcionários envolvidos, o Supremo Tribunal Federal se veja obrigado a investigar alguns senadores.



Três caminhos

O MAIOR ACONTECIMENTO latino-americano do ano foi, inegavelmente, a **revolução cubana**, que não seguiu os padrões habituais das republicas politicamente mais instáveis da América Latina, em que, no passado, geralmente uma junta militar aliada a alguns civis, derrubava a ditadura precedente a fim de estabelecer a sua. Em Cuba, não foi na capital ou nas casernas que se travou a luta decisiva. A insurreição iniciou-se num dos pontos extremos do território e Havana caiu depois que o regime abominável do sargento Batista se desintegrou. A vitória de Fidel Castro, jovem herói da lendaria campanha de Sierra Maestra, não foi apenas um bem sucedido golpe de Estado, mas uma verdadeira insurreição tendo sua base no apoio popular, que foi seguida por uma verdadeira e revolucionária mudança, vale dizer, pela destruição das hierarquias sociais estabelecidas. No entanto, o que importa no momento é que a repercussão da revolução cubana ultrapassando as fronteiras daquele país e as da região das Antilhas atingiu as próprias bases e

Crédito de confiança

Se, por uma fatalidade, o candidato Paulo Maluf – que representa tudo o que este jornal repudia em matéria de costumes políticos e administrativos – tivesse vencido a eleição para prefeito de São Paulo, ainda assim o Estado iria torcer para que ele fizesse um bom governo, apesar dos justificados receios de que essa esperança dificilmente se concretizaria. Isso porque, como já assinalamos outras vezes neste espaço, os princípios pelos quais se orienta a linha do jornal excluem qualquer desejo mórbido de que fracassem os governantes dos quais diverge, pois o interesse da coletividade acaba sendo invariavelmente a primeira vítima desse descabro. Se assim é, só cabe fazer votos para que se confirmem as expectativas favoráveis dos eleitores dos novos prefeitos do PT, não obstante as profundas diferenças ideológicas que sempre nos separaram do partido.

Essa disposição de ânimo é ainda mais desprevenida no caso de São Paulo, seja porque viver aqui se tornou para toda a população um exercício continuado de resignação – em consequência direta do calamitoso estado em que se encontra o Município, a começar pe-

la degradação progressiva da sua malha viária e de todos os serviços públicos, depois de quase uma década de malufismo –, seja porque a futura prefeita Marta Suplicy tem feito por merecer um crédito adicional de confiança em razão das atitudes que vem tomando desde a sua vitória, há três dias. Por enquanto, como não poderia deixar de ser em tão breve período, essas atitudes são apenas palavras – e é fácil profetizar palavras bonitas quando se acabou de ganhar a mais importante eleição do País e ainda não se precisa tomar decisões que irão criar polêmicas e gerar descontentamentos. Feita essa ressalva, dê-se às palavras de Marta – cuja experiência profissional como psicanalista decerto faz com que saiba o quanto elas valem – o crédito que lhes é devido.

Vamos acreditar na sinceridade do seu despreconcebido apelo “a todos os que desejam participar da reconstrução da nossa cidade após oito anos de destruição e sujeira” e da sua observação de que “nenhum partido sozinho poderá resolver os graves e difíceis desafios que teremos nos próximos anos”. Esses são trechos de seu discurso da vitória, no domingo à noite. No dia seguin-

te, ela reafirmou a intenção, manifestada durante a campanha, de procurar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para conversar sobre a eventual redução do valor das parcelas da dívida de R\$ 10,5 bilhões do Município com a União. Treze por cento da receita da Prefeitura paulistana – algo como R\$ 55 milhões mensais – estão comprometidos com o pagamento do débito. “Esperamos a boa vontade do ministro com a cidade que mais paga imposto no Brasil”, disse Marta, em entrevista na sede do PT.

A ex-deputada não ignora que a Lei de Responsabilidade Fiscal

proibe qualquer arranjo nesse sentido. O que ela quer é abrir uma negociação para que São Paulo receba de volta do governo federal, sob a forma de repasses, uma parcela daqueles 13%, que se destinaria a programas sociais, como o da renda mínima. É um “começo de conversa” apenas, que não justifica comentários sobre a viabilidade ou não da sugestão esboçada. Mas o que importa ressaltar, por ora, é o espírito construtivo com que a futura prefei-

ta pretende envolver o Planalto na questão crítica da perda de capacidade de investimento da Prefeitura. A mesma predisposição, por sinal, foi expressa pelo presidente Fernando Henrique. “Cabe ao governo federal ajudar àqueles (prefeitos) que queiram dar certo, mantendo atitude responsável, sobretudo no que diz respeito às finanças públicas e à moralidade”, afirmou.

Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, a prefeita eleita exibiu suas credenciais para satisfazer ambos os quesitos, demonstrando que conhece em suas minúcias os proble-

A nova prefeita de São Paulo vem mostrando boas atitudes

mas que a esperam – sem pretender ter desde já soluções para todos eles – e resumindo numa frase feliz a conduta que pretende seguir no plano da moralidade administrativa. Respondendo a uma pergunta sobre os limites das negociações que manterá com os vereadores paulistanos disse: “Não farei nada que não possa sair na imprensa.” Pode ser – apenas pode ser – que algo de muito novo esteja começando em São Paulo.

Um balanço positivo

Aida de Paulo Maluf ao segundo turno da eleição para prefeito de São Paulo – por uma diferença de 7.691 sufrágios, em mais de 5,5 milhões de votos depositados – é apenas uma ofuscante exceção nos resultados que – tomados em conjunto – podem ser considerados auspiciosos do pleito de domingo. O primeiro deles foi o pleno êxito da informatização do processo em todo o território eleitoral. Trata-se de uma verdadeira proeza, dadas as dimensões e a diversidade do País e o baixo índice de escolaridade da maioria do eleitorado brasileiro. Graças à votação e à apuração eletrônica, a fraude eleitoral foi, afinal, definitivamente riscada do mapa político brasileiro. Esse, literalmente, é um acontecimento histórico.

Auspiciosos também podem ser considerados os resultados apurados pelo TSE nos municípios com mais de 200 mil eleitores, onde haverá segundo turno, e é exatamente porque, em vez de “federalizar” o pleito municipal, os candidatos petistas colocaram a ética no topo de suas propostas eleitorais. Outros partidos também fizeram praça dos compromissos com a moralidade administrativa, mas o PT teve a respaldá-lo uma **inequívoca tradição de combatê às maracatuais** com o dinheiro do contribuinte e de honestidade no exercício de cargos executivos.

térios pragmáticos, estritamente vinculados à aspiração de ver melhoradas as condições de vida em suas cidades. Podem ter votado “certo” ou “errado”, mas, na sua imensa maioria, não o fizeram por submissão a credos ideológicos ou confrontos abstratos. Coerentemente, mantiveram nos cargos os prefeitos que já vinham aprovando – na maioria das capitais os prefeitos que disputaram a reeleição ou já ganharam no 1.º turno, ou são favoritos para o 2.º turno. Souberam, enfim, em meio à enganação organizada da propaganda eleitoral, identificar na corrupção, no desvio de recursos públicos as causas centrais da falência dos serviços municipais.

Se o PT colheu bons resultados nos municípios com mais de 200 mil eleitores, onde haverá segundo turno, é exatamente porque, em vez de “federalizar” o pleito municipal, os candidatos petistas colocaram a ética no topo de suas propostas eleitorais. Outros partidos também fizeram praça dos compromissos com a moralidade administrativa, mas o PT teve a respaldá-lo uma **inequívoca tradição de combatê às maracatuais** com o dinheiro do contribuinte e de honestidade no exercício de cargos executivos.



Mais de 2,1 milhões de paulistanos deram à petista Marta Suplicy 38% dos votos válidos porque ela e seu partido passaram a ser percebidos como a encarnação do antimafiosismo. Outro não foi o motivo pelo qual o PT acaba de conquistar 16 cadeiras na Câmara Municipal de São Paulo (ante 10 há quatro anos), enquanto o PPB de Maluf, que elegeu 19 vereadores em 1996, agora não foi além de 5. É pouco provável, porém, que o PT tivesse se saído como se saiu desta vez, pelo País afora, se o seu empenho em defesa da ética no governo continuasse a coexistir com o sectarismo e o rancor radical que dele sempre afugentaram parcelas ponderáveis do eleitorado.

O PT vitorioso anteontem, a rigor, é “o PT que diz sim”: ao menos na esfera municipal, seus candidatos procuraram abrir-se ao diálogo, prometeram sepultar preconceitos, trataram de apresentar soluções inovadoras e, ao falar em “austeridade”, referiam-se não apenas ao manejo honesto dos recursos, mas também à administração responsável das finanças públicas – contra o que se insurgem, em escala nacional, os interesses corporativos cuja expressão política por excelência ainda é o próprio PT.

Seja como for, o “centro civilizado” de São Paulo, para quem o PT raramente é a primeira escolha eleitoral, só pode dar o seu voto a Marta Suplicy no segundo turno, ainda que nada haja em seu currículo que garanta sua competência como administradora da coisa pública. Entre ela e Maluf, o eleitor preocupado com a moralização dos costumes políticos não pode hesitar. Com 17,35% dos votos válidos, Maluf perdeu a maior parte do seu eleitorado – em 1992, chegou a 37,3% e, em 1996, o seu preposto Celso Pitta foi a 44,9%. Ainda assim, seria temerário dá-lo por vencido de antemão e omitir-se da disputa. As mesmas forças sociais e políticas que, em 1998, se uniram para barrar o acesso do malufismo ao Palácio dos Bandeirantes, com mais razão ainda precisam aliar-se novamente para bani-lo de uma vez por todas. São Paulo espera do governador Mario Covas e do PSDB a grandeza de uma manifestação imediata em apoio da candidata contra quem o político “nefasto” – a expressão é de Marta Suplicy – recorrerá a tudo nesta segunda campanha.

Os eleitores fizeram suas escolhas com base em critérios pragmáticos